UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS

A Construção Europeia no contexto das políticas para a Sociedade da Informação

Alexandre Miguel Pereira Figueiredo

2012

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Com o apoio da:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Dissertação de Doutoramento em Ciências da Comunicação, especialidade Comunicação Política, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da *Professora Doutora Maria João Rosa Cruz Silveirinha* e da *Professora Doutora Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro*

A Construção Europeia no contexto das políticas para a Sociedade da Informação

Alexandre Miguel Pereira Figueiredo

Dezembro de 2012

O Freunde, nicht diese Töne!
Sondern laßt uns angenehmere
anstimmen und freudenvollere.
Freude! Freude!
Freude, schöner Götterfunken
Tochter aus Elysium,
Wir betreten feuertrunken,
Himmlische, dein Heiligtum!
Deine Zauber binden wieder
Was die Mode streng geteilt;
Alle Menschen werden Brüder,
Wo dein sanfter Flügel weilt.
Wem der große Wurf gelungen,
Eines Freundes Freund zu sein;
Wer ein holdes Weib errungen,
Mische seinen Jubel ein!
Ja, wer auch nur eine Seele
Sein nennt auf dem Erdenrund!
Und wer's nie gekonnt, der stehle
Weinend sich aus diesem Bund!
Freude trinken alle Wesen
An den Brüsten der Natur;
Alle Guten, alle Bösen
Folgen ihrer Rosenspur.
Küsse gab sie uns und Reben,
Einen Freund, geprüft im Tod;
Wollust ward dem Wurm gegeben,
Und der Cherub steht vor Gott.
Froh, wie seine Sonnen fliegen
Durch des Himmels prächt'gen Plan,
Laufet, Brüder, eure Bahn,
Freudig, wie ein Held zum Siegen.
Seid umschlungen, Millionen!
Diesen Kuß der ganzen Welt!
Brüder, über'm Sternenzelt
Muß ein lieber Vater wohnen.
Ihr stürzt nieder, Millionen?
Ahnest du den Schöpfer, Welt?
Such' ihn über'm Sternenzelt!
Über Sternen muß er wohnen[1].

[1] Poema de Friedrich von Schiller adaptado por Ludwig van Beethoven à sua 9.ª Sinfonia. No presente, ambos, poema e o último andamento da 9.ª Sinfonia, são o Hino Oficial da União Europeia.

Aos meus pais, Albertina e Jaime

Aos meus irmãos, Ricardo e João

Às minhas sobrinhas, Francisca e Carolina

Ao meu afilhado e afilhada, Ricardo e Carolina

À minha família

Aos meus amigos

À Lena

Agradecimentos

Agradecer a alguém é sempre difícil. Agradecer a muitas pessoas torna-se, não raras vezes, tarefa impossível. Não que custe agradecer. Custa, isso sim, agradecer e, ainda assim, ser-se acometido por uma terrível consciência de dívida. Mas, também de eterna gratidão.

Mesmo assim, e porque o espírito do agradecimento pressupõe que se reconheça publicamente o apoio de outrem, mantendo-se no essencial o sentimento de dívida que despoletou a gratidão, gostaria de aqui testemunhar alguns:

Aos meus Pais, Maria Albertina Serra Pereira Figueiredo e Jaime de Jesus Batista Figueiredo, Irmãos, Ricardo Manuel Pereira Figueiredo e João Filipe Pereira Figueiredo, Cunhada, Dra. Lídia Raquel Mourão Gameiro, pelo apoio prestado e incentivo na prossecução dos objectivos e do caminho nem sempre fácil que escolhi.

Aos Padrinhos, Tios, Primas, Primo e demais família pelas palavras de estímulo e encorajamento. À minha Avó, pelo apoio e compreensão. Aos meus Avós que já partiram cuja memória muito me orgulha pelo carinho e apoio que deles sempre recebi.

Aos amigos em geral, pelos auxílios, muitos e variados, que me prestaram. E, simplesmente por “estarem” quando preciso desabafar, quando preciso de um conselho, quando preciso que me “aturem”.

Ao Professor Doutor Martinho Vicente Rodrigues, companheiro de viagem, a quem nunca se acabam as amáveis palavras, os sábios e profícuos pareceres, testemunhos da sua genuína amizade. Agradecimento que estendo à sua família nas pessoas da Dra. Maria Manuela Baptista Rodrigues e do Dr. Artur Guilherme Rodrigues Vicente Rodrigues pelo respeito e amizade que, também deles, sempre recebi.

À Professora Doutora Maria Irene Aparício pelos sempre frutuosos conselhos e ensinamentos acerca da vida académica, pelas úteis referências, pelas (muitas) dicas, pela ajuda na revisão do texto, pelas reflexões, pela sua amizade de longa data.

Ao Dr. António Carlos Prudêncio, pela excelsa amizade expressa em tantas e tão variadas ajudas, nos conselhos, nas críticas (incluindo os muitos reparos no tocante ao uso dos estrangeirismos), nas muitas e muitas tertúlias no “Filipe”. Também pelos valores, interesses, projectos e militâncias que nos unem. E, finalmente, pela ajuda na revisão do texto.

Ao Mestre Adriano Milho Cordeiro, ainda e sempre dilectíssimo “irmão”, não obstante, as velas dos moinhos e as sombras que, de quando em vez, toldam o seu entendimento, bem como, e de modo muito particular, as torpes maquinações urdidas pelas Fronésio da (sua) vida. Pela amizade, pelas sempre úteis referências e, principalmente, pelo tempo que dedicou à revisão deste trabalho. Agradecimento que estendo a seus pais, Leonor Milho e José Cordeiro.

Ao Mário Gonçalves, confidente e companheiro de “copos” pela sua amizade de quase 25 anos, pela paciência nas nossas longas trocas de impressões, pelos conselhos, pelas ajudas.

Aos amigos e companheiros de curso na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, nomeadamente, ao Dr. Dário Gabriel (e seus familiares), ao Dr. João Regêncio, ao Dr. Gil Silva, aos futuros Licenciados Fátima Susana, João Ramos e Carlos Rocha, ao Dr. Diogo Escada, à Dra. Adriana Sardão, à Dra. Cristina Silveira, à Dra. Daniela Pacheco, ao João Custódio, entre tantos outros que, pela amizade ou pelos (muitos) materiais que de bom grado sempre me facilitaram, deram o seu contributo decisivo à boa prossecução do duplo desafio que abracei e que alguns julgaram de concretização impossível.

À Cláudia Neto pelos materiais que me facultou/facilitou.

Aos Senhores Professores com quem, ao longo do meu (já longo) percurso académico, tive o grato privilégio de conviver e cujas memórias guardo com saudade desses tempos. De entre todos, destaco três que me marcaram especialmente: a D. Filomena Mendes (minha Professora durante todo o Ensino Primário, que me ensinou as primeiras letras, a somar, subtrair, multiplicar, dividir e tantas outras coisas); a Dra. Isabel Santos Gil (de quem fui aluno no 7.º ano na disciplina de Português, e que cultivou em mim o gosto pela escrita) e o Dr. Jorge Carreira Maia (Professor de Filosofia, nos 10.º e 11.º anos que, foi capaz de fazer sobressair o que de melhor há em mim e, deste modo, mudou a minha vida para sempre!).

À Senhora Dra. Patrícia Cerejo do Gabinete de Gestão e Contabilidade da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra pelo precioso auxílio em muitas (e igualmente complexas!) questões burocráticas, fundamentais na conclusão deste projecto. Agradecimento que estendo, e por razões idênticas, ao Sr. João Varandas, funcionário dos Serviços Académicos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

À Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes de Torres Novas, em cujas instalações foi realizada parte substancial da presente dissertação, especialmente nas pessoas dos seus colaboradores, pelo apoio sempre prestado na disponibilização de algumas obras necessárias e na criação das condições ambientais propícias ao trabalho científico. Agradecimento que estendo também, por idênticas razões, às colaboradoras da Sala de Leitura da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, bem como da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e do Centro de Estudos Interdisciplinares Século XX (CEIS20). Uma palavra também para referir as ajudas e amizade da D. Clara, funcionária, entretanto aposentada, do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia sem cujo apoio, expresso na concessão da Bolsa de Doutoramento de que beneficiei ao longo dos últimos quatro anos, não teria sido possível percorrer este caminho.

À Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e ao Instituto de Estudos de Jornalismo pelo acolhimento e aceitação do projecto de investigação que ora se conclui.

Ao Centro de Investigação Media e Jornalismo pelo acolhimento recebido.

À Senhora Professora Doutora Isabel Férin Cunha que primeiramente me recebeu, na qualidade de Coordenadora do Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e me encaminhou na direcção correcta.

À Senhora Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, pela pronta disponibilidade em associar-se a este projecto, mesmo antes de termos tido sequer a oportunidade de nos conhecermos pessoalmente. Pelo muito tempo despendido, pelos muitos, frutuosos e úteis conselhos (recordo um em particular), pelas referências bibliográficas, pelos inúmeros ensinamentos. Pela atenção, dedicação, apoio e palavras de estímulo e incentivo que sempre me dispensou.

À Senhora Professora Doutora Maria João Silveirinha, pela imediata receptividade na aceitação da orientação do meu projecto de Doutoramento. Pelas ajudas, muitas e variadas – desde a concepção e submissão do projecto ao concurso de Bolsas Individuais de Doutoramento da FCT, às centenas de proveitosas referências bibliográficas que partilhou comigo, à revisão do texto, às sempre oportunas críticas e observações, a tantas e tantas horas que emprestou à orientação desta dissertação. Pelo estímulo, pelo apoio, pela coragem e, essencialmente, pela permanente presença/orientação. Mesmo quando ocorrências particulares pouco agradáveis poderiam fazer supor um maior recolhimento/afastamento, tal nunca se verificou.

Por tudo.

A todos, o meu eterno e grato reconhecimento!

Toda a raça e toda a terra
que foi sucessivamente
romanizada, cristianizada, e submetida,
quanto ao espírito,
à disciplina dos gregos
é absolutamente europeia.

Paul Valéry

Virá um dia em que
todas as balas e as bombas
serão substituídas por votos

Victor Hugo

Índice

AGRADECIMENTOS i

ÍNDICE vii

RESUMO vii

ABSTRACT xvii

INTRODUÇÃO xxi

PARTE I - A Construção Cultural e Política da Europa: Do Tratado de Roma ao Tratado de Lisboa 33

Capítulo 1 – Panorâmica Histórica da Construção Europeia 35

1.1 Entre mitos, aspirações e realidades 35

1.2 Raízes históricas clássicas e medievais 41

1.2.1 O processo de laicização da cultura 47

1.2.2 A descoberta da imprensa 51

1.2.3 A primeira Aldeia Global 58

1.3 A Ideia de Europa no Renascimento e Modernidade 68

1.3.1 A perda da unidade linguística 70

1.3.2 Os novos equilíbrios políticos no território europeu 72

1.4 Arqueogenealogia do projecto europeu: o prenúncio da tragédia 76

Capítulo 2 – A Nova Arquitectura Europeia 91

2.1 Europa Unida: necessária inevitabilidade 91

2.2 Re-ligar a Europa 98

2.3 As Comunidades Europeias 108

2.3.1 A família europeia cresce: os seis passam a nove 111

2.3.2 O alargamento à Europa do Sul e a primeira revisão dos Tratados 116

2.3.3 A integração económica: da Serpente Monetária à União Económica e Monetária 121

2.3.4 A União Europeia em face do alargamento a Leste: as dificuldades de consenso no re-arranjo institucional necessário ao alargamento 128

2.3.5 O espectro da Europa federal e a questão dos alargamentos 130

2.3.6 O caminho solitário para o tratado de Lisboa: a Europa da (in)comunicação 136

Capítulo 3 – Crise no Projecto Europeu: Da Euforia da Reconciliação Este-Oeste aos Múltiplos *Deficits* da Construção da União Europeia 143

3.1 Breves Considerações acerca do Défice Democrático da União Europeia 149

3.2 Considerações acerca do Défice de Comunicação da União Europeia 161

3.3 A resposta da Comissão 170
3.3.1 O *Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate* 172
3.3.2 Livro Branco Sobre uma Política de Comunicação Europeia 174
3.4 O Papel da Internet 180

Parte II - Perspectivas Acerca da Sociedade da Informação 185

Capítulo 4 – Sociedade da Informação: Uma Perspectiva Histórica 187
4.1 Telecomunicações, Informática e Internet 189
4.1.1 As telecomunicações 190
4.1.2 A informática e os computadores 196
4.1.3 A Internet 204

Capítulo 5 – Sociedade da Informação: para lá da imprecisão conceitual 211
5.1 Discursos sobre a Sociedade da Informação 214
5.1.1 O discurso Tecno-optimista 216
5.1.1.1 Aumento da informação em circulação 225
5.1.1.2 Tecno-omnipresença 228
5.1.1.3 Economia de bits 231
5.1.1.4 Dessincronização, desterritorialização e desmassificação 236
5.1.1.4.1 O problema particular do espaço 239
5.1.1.5 Economia baseada no conhecimento e nas qualificações dos indivíduos 244
5.1.2 O discurso Tecno-pessimista 249
5.1.2.1 O debate quantidade vs. qualidade da informação 258
5.1.2.2 A questão tecnológica 262
5.1.2.2.1 O ponto específico da privacidade 267
5.1.2.3 A perspectiva económica 273
5.1.2.3.1 O problema específico da globalização 276
5.1.2.4 O aspecto ocupacional 277
5.1.2.5 A dimensão espacial 280
5.1.2.6 O problema cultural 284

5.1.3 O discurso Tecno-realista 286
5.1.3.1 Tecno-realismo em sentido estrito 288

Capítulo 6 – Aproximação ao Conceito de Sociedade da Informação 296
6.1 Sociedade e Informação 297
6.1.1 O Problema da Informação 297
6.1.2 Informação: uma perspectiva histórica 299
6.1.3 Sociedade 305
6.1.4 Sociedade Informacional 307
6.1.4.1 Sociedade da informação: breves notas históricas 308
6.1.4.2 Sociedade da informação: a necessidade de uma perspectiva temporal capaz de compreender diferentes durações 310
6.1.4.3 Sociedade da informação ou sociedade informacional? 317
6.2 A rede é a mensagem 321

PARTE III - As Divisões Digitais na Construção Europeia 329

Capítulo 7 – O Complexo Problema das Desigualdades Digitais 331
7.1 O Fosso Digital 335
7.1.1 Enquadramento histórico 341
7.1.2 As divisões digitais a partir de uma múltipla perspectiva macro, meso, micro: global divide, social divide, democratic divide 346
7.1.3 Fosso Digital: a questão do acesso 351
7.1.3.1 A divisão digital fundada no género 356
7.1.3.2 O fosso geracional 360
7.1.4 Divisão Digital: o problema dos usos 367
7.1.5 Tendências actuais da investigação sobre o fenómeno da divisão digital 381
7.1.5.1 Desigualdades digitais e determinismo tecnológico 383
7.1.5.2 A hipótese do distanciamento como linha de investigação alternativa na problemática das divisões digitais 391

Capítulo 8 – As iniciativas europeias em matéria de promoção da sociedade da informação 404
8.1 Análise de políticas pela perspetiva dos enquadramentos 407
8.1.1 A questão do enquadramento político 410
8.1.2 O uso de ferramentas informáticas na investigação qualitativa 412
8.1.3 Metodologia da análise documental 416
8.1.4 Resultados e Interpretação 420

CONCLUSÃO 435

BIBLIOGRAFIA 451
Bibliografia Principal 453
Fontes 481
Referências Internet 488
Parte I 488
Parte II 498
Parte III 503
Referências Internet na Bibliografia Principal 506

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS 511

ANEXOS 515
Índice de Anexos 517
Índice de Tabelas 517
Índice de Gráficos 517
Índice de Imagens 518

Resumo

A presente Tese de Doutoramento procura abordar o processo de construção europeia, a partir das Ciências da Comunicação, em articulação com a História da Europa e da União Europeia, procurando o seu enquadramento no fenómeno genericamente conhecido por “sociedade da informação”.

A investigação estrutura-se em três partes principais, a partir das quais se desenvolvem os oito capítulos que a compõem.

Assim, as duas primeiras partes visam apresentar e problematizar detalhadamente o reduto nuclear das questões centrais que nos acompanham neste trabalho (União Europeia e sociedade da informação), as quais se fundem, posteriormente, numa terceira, aí surgindo entrecruzadas.

No primeiro capítulo empreendemos uma análise em torno das raízes históricas, culturais e geográficas da Europa, até ao século XX. Deste ponto, e mantendo ainda um registo predominante histórico, avançamos para uma análise detalhada ao projecto político

e institucional de integração europeia lançado na sequência do terrível desfecho da II Guerra Mundial (capítulo 2). É dos problemas de implementação do objectivo da União Europeia sentidos nos últimos anos que nos ocupamos no terceiro capítulo, tendo por base as intenções anunciadas pelas instituições europeias de promoverem uma inflexão radical da anterior política de comunicação da União, no rescaldo do falhanço registado no processo de ratificação do *Projecto que Estabelece uma Constituição para a Europa*, que visava uma efectiva aproximação aos cidadãos. Nesta nova política de comunicação e diálogo com os cidadãos a Comissão anunciou uma aposta forte nas ferramentas da sociedade da informação, com especial enfoque na Internet.

A Segunda Parte abre com um capítulo (capítulo 4) dedicado à apresentação das tecnologias, a partir de uma perspectiva histórica, que tornaram possível a emergência da actual sociedade em rede: comunicações, informática e Internet. A noção de sociedade da informação está, no entanto, longe de reunir consenso entre a doutrina. É sobre esta temática que nos debruçamos no capítulo 5. Com efeito, o discurso acerca desta problemática tem sido essencialmente animado pela interminável confrontação entre as teses tecno-optimistas e as tecno-pessimistas. Mais recentemente, porém, a proposta tecno-realista, surgida no final da década de 1990, procurou temperar os excessos retóricos entre uma e outra corrente, promovendo pontos de contacto entre ambas. No capítulo 6, com o qual se encerramos a Segunda Parte, discutimos longamente o conceito de sociedade da informação, desde a sua formulação original, a partir dos trabalhos de Daniel Bell, procurando levá-lo mais longe não apenas nos trabalho de Manuel Castells e Gustavo Cardoso, como ainda no de Robert Pintér.

A Terceira Parte deste nosso trabalho compreende dois capítulos. No capítulo 7, discutimos detalhadamente o problema das divisões digitais enquanto principal obstáculo à plena concretização de uma sociedade da informação global, e como uma noção unicamente preocupada no estudo das questões em torno do acesso. A investigação a propósito deste fenómeno viria a evoluir para um registo centrado na dimensão dos usos, que também analisamos. Por fim, empreendemos uma confrontação entre a hipótese do distanciamento (*knowledge gap hypothesis*) formulada na década de 70 a propósito dos media tradicionais com as novas desigualdades introduzidas pelas tecnologias digitais.

No oitavo e derradeiro capítulo desenvolvemos um recenseamento a respeito das iniciativas das autoridades europeias em matéria das políticas de promoção da sociedade da informação. Tendo dado conta, no capítulo 3, da aposta da Comissão nos canais/ferramentas da sociedade da informação como forma de comunicar com os cidadãos da União Europeia, iremos aqui avaliar os pressupostos de tal aposta. Para isso,

recorremos a técnicas de análise qualitativa de dados (e a uma ferramenta em particular – Nvivo 9), às quais submetemos os documentos produzidos pela Comissão Europeia a partir do ano de 2000, tendo por objecto as temáticas da sociedade da informação e política de comunicação. A análise dos enquadramentos políticos dos documentos tem por base um modelo próprio que parte do cruzamento de várias técnicas de análise anteriormente usadas por diversos autores internacionais e procura estudar até que ponto as intenções então anunciadas pela Comissão, com vista ao reforço dos canais de comunicação com os europeus, designadamente através das ferramentas da sociedade da informação, tiveram efectiva concretização nos seus documentos e programas posteriores ou se, pelo contrário, os anúncios de então se ficaram por meros exercícios de retórica política.

Abstract

This doctoral thesis aims to approach to the process of European integration, from the perspectives of Communication Sciences, in conjunction with the history of the Europe and the European Union, seeking its further framing within the phenomenon generally known as the “information society”.

The research is divided into three main parts, from which the eight chapters that comprise it develop.

Thus, the first two parts aim to present and discuss the nuclear issues that we have followed in this work (the European Union and the Information Society), which then merge later in a third part, where they are analytically crossed.

In the first chapter we undertake an analysis of the historical roots, culture and geography of Europe until the twentieth century.

From here, and still maintaining a register predominant historic analysis of the political and institutional project of European integration launched in the wake of the terrible outcome of World War II (Chapter 2). It is the problems of implementation of the European Union's objective senses in recent years that concern us in the third chapter, based on the intentions announced by the European institutions to promote a radical shift from previous communication policy of the Union in the aftermath of the failure of the ratification process of the Project Establishing a Constitution for Europe, which sought an effective approach to citizens. In this new political communication and dialogue with citizens, the Commission announced a strong investment in the tools of the information society, with a special emphasis on the Internet.

Part Two opens with a chapter (chapter 4) dedicated to the presentation of technologies, from an historical perspective, which made possible the emergence of the current network society: communications, computers and Internet. The notion of information society is, however, far from consensus among theorists. It is this issue that we examine in Chapter 5. In fact, the discourse on this issue has essentially been excited by the endless confrontation between techno-optimists and techno-pessimists. More recently, however, the techno-realistic proposal, which emerged in the late 1990s, sought to balance the rhetorical excesses between the two views, promoting contact points between them. In chapter 6, which ends the Second Part, we discus at length the concept of information society since its original formulation, based on the work of Daniel Bell and further exploring it through the work of Manuel Castells and Gustavo Cardoso, as well as Robert Pintér's.

The Third Part of our work includes two chapters. In Chapter 7, we discuss in detail the problem of the digital gap as the main obstacles to the full realization of a global information society, and as a notion primarily concerned with the study of issues around access. The research concerning this phenomenon would evolve into a dimension of uses which we also analyze. Finally, we undertake a comparison between the *knowledge gap hypothesis* formulated in the 70's around traditional media with new inequalities introduced by digital technologies.

In the eighth and final chapter we develop a survey about the initiatives of European policies in the field of promotion of the information society. Having noticed, in Chapter 3, the Commission's commitment on the channels/tools of the information society as a way to communicate with the citizens of the European Union, here we will evaluate the assumptions of such a focus. For that work, we turn to qualitative analysis techniques data (and one particular tool - Nvivo 9), which we apply to the documents produced by the European Commission, from the year 2000, on the issues of the information society and media policy.

The analysis of policy frameworks of the documents is based on a model resulting from the intersection of several analysis techniques previously used by several international authors and we seek to study to what extent the intentions announced by the Commission, to strengthen the channels of communication with Europeans, in particular through information society, has had an actual result in its documents and programs, or if on the contrary, then these intentions were a mere exercise of political rhetoric.

Introdução

A crise com origem no sector financeiro norte-americano que desde o segundo semestre de 2007 afecta de uma forma generalizada as economias avançadas do Ocidente tem-se feito sentir com especial acuidade no espaço europeu. Desde então, com efeito, as fragilidades do projecto de unificação da Europa têm-se vindo a manifestar. Por outro lado, a perigosa deriva nacionalista que sempre ameaçou o projecto europeu materializa-se agora numa crescente quebra da solidariedade e consenso em torno da integração europeia. A estas preocupações junta-se também o recrudescimento de uma não menos inquietante retórica dicotómica, a que a comunicação social tem dado amplo destaque, na qual se confrontam uma pretensa superioridade moral e as virtudes do Norte desenvolvido, produtivo, organizado e prudente, face a alegados vícios crónicos de um Sul subdesenvolvido, improdutivo, ocioso, desorganizado e corrupto (geralmente condensados na intolerável e inaceitável formulação dos PIIGS).

O problema das dívidas soberanas dos países da periferia da União Europeia cujo início coincide com o pedido de assistência financeira formulado pela Grécia, em meados de 2010, junto dos parceiros europeus, e a resposta subsequente destes que traduz um

leque de medidas correctivas destinadas a punir os Estados-Membros da periferia por décadas de descontrolo orçamental, constitui um bom exemplo da quebra da solidariedade entre povos e reforço dos perigos do rumo nacionalista.

Não obstante estas fragilidades apenas se terem agravado e tornado mais explícitas como consequência da crise económica, a verdade é que, há muito, inúmeros especialistas vinham alertando para a necessidade de uma revisão e reforço da arquitectura institucional da UE no sentido de, justamente, prevenir o actual quadro. Refira-se que o solucionamento de muitas das questões com que a actual geração de responsáveis se confronta vem sendo sucessivamente adiado desde, pelo menos, o início da década de 1990. Como adiante veremos, o arranjo/organização das instituições comunitárias já não era, como é amiudemente notado, o mais eficiente e funcional numa União a quinze. Os dois alargamentos posteriores, insuficientemente preparados, em matérias tão diversas como os mecanismos de decisão, a dimensão, composição e funcionamento da Comissão ou do Parlamento, entre outras, vieram, com a consequente explosão do número de intervenientes introduzir uma reforçada dose de confusão num modelo institucional já de si profundamente entrópico e pouco perceptível para a globalidade dos destinatários, i.e., os cidadãos da Europa.

Junte-se aos factores referenciados nos parágrafos antecedentes a distância, e consequente divórcio, dos cidadãos relativamente ao projecto europeu que, nem a introdução, em 1979, de um mecanismo que contempla a eleição por sufrágio directo e universal dos membros do Parlamento Europeu conseguiu reverter. Na realidade, para a generalidade dos cidadãos, a União Europeia permanece uma complexa teia burocrática cuja compreensão lhes é, em grande medida, inacessível. Paralelamente, a capacidade de intervenção destes últimos na condução da política europeia esbarra num autismo institucional que inibe a participação e promove o afastamento. Não surpreende, portanto, a permanente perda de popularidade do desígnio da integração junto dos cidadãos, associado a um desinteresse e desmotivação crescentes. As dificuldades que se vêm repetindo em cada processo de ratificação dos Tratados, e que culminou com a reprovação do Tratado Constitucional em França e nos Países Baixos em 2005, ou a posterior incerteza em torno da entrada em vigor do Tratado de Lisboa são, cremos, posição que reúne a maioria da doutrina, expressão do descontentamento dos povos da Europa que recusam ser excluídos de um tão importante processo.

Só após o fracasso de 2005 (e recordemos que o processo de ratificação foi suspenso a meio, numa altura em que, em vários outros Estados-Membros, se previa igual desfecho ao verificado em França e nos Países Baixos) a União Europeia parece ter-se

dado conta da dimensão do problema e anunciou a sua disponibilidade para inflectir a política de relacionamento com os 'seus' cidadãos. Sucederam-se as declarações de intenção no sentido de envolver mais os povos, de comunicar melhor os temas europeus, de ouvir os eleitores e respectivas preocupações, de promover acções concretas para diminuir a distância e o desconhecimento dos cidadãos sobre a Europa, bem como, promover a sua efectiva participação no objectivo da União. Entre a prolixa actividade da Comissão neste domínio destacam-se, no período em questão, três documentos estratégicos (*Action Plan to Improve Communicating Europe by the Commission* (Comissão Europeia, 2005[b]); *Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate* (Comissão Europeia, 2005[a]); *Livro Branco sobre uma Política de Comunicação para a Europa* (Comissão Europeia, 2006)) visando a mitigação do défice de comunicação, do qual decorre, também, uma certa percepção de défice democrático.

Nestes documentos são apresentadas as linhas gerais de uma nova abordagem das instituições europeias no relacionamento com os seus públicos, que substitui a transmissão unidireccional de informação, pelo diálogo (e debate) com cidadãos, sociedade civil, partidos políticos e parlamentos nacionais, etc.. Entre os canais escolhidos para a implementação desta estratégia, contam-se a televisão, o contacto directo por meio da rede de representações nacionais da Comissão, Centros de Informação Europeia e responsáveis das instituições comunitárias (Comissários e membros do Parlamento Europeu) e a aposta nas tecnologias digitais da Sociedade da Informação, designadamente, na Internet, dando também cumprimento ao ambicioso plano que a União tem em marcha no sentido do desenvolvimento e massificação, no espaço comunitário, das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Qualquer destes aspectos da comunicação entre a Europa e os seus cidadãos tem sido objecto de estudo mais ou menos alargado. No nosso entender, um aspecto, no entanto, mereceria um pouco mais de atenção: o estado actual da integração europeia no tocante ao combate ao défice de comunicação a partir de uma das vias de resposta a este mesmo défice: o desenvolvimento da sociedade da informação. No entanto, mais do que avaliar a evolução concreta dos recursos tecnológicos tornados disponíveis pela Sociedade da Informação, e, de modo mais particular, dos canais digitais, i.e., da Internet – trabalho que tem sido feito nos diversos países europeus, incluindo Portugal, através de estudos parcelares e conjuntos que se encontram publicados nas diversas plataformas especialmente criadas para este efeito – propomos-nos, assim, articular as perspectivas históricas e políticas da construção europeia com uma análise das políticas europeias para uma das áreas eleitas pela própria Europa como primordiais no que toca ao combate do

identificado défice comunicacional. Os aspectos históricos, políticos e de análise do *policymaking* da construção da Europa numa perspectiva comunicacional são, portanto, aqueles que nos ocuparão na presente dissertação que, para esse efeito, é composta de duas partes distintas que se entrecruzam e convergem, como adiante explicaremos, numa terceira.

Na Primeira Parte que titulamos "A Construção Cultural e Política da Europa: Do Tratado de Roma ao Tratado de Lisboa" lançamos um olhar sobre a História, *lato sensu*, da Europa. Iniciamos com um capítulo (Capítulo 1) dedicado à apresentação de algumas estruturas históricas, culturais e políticas do continente sem, todavia, nos afastarmos da perspectiva essencial que justifica este trabalho, isto é, a da comunicação. No itinerário que propomos principiamos justamente pelo assinalar das idiossincrasias mais determinantes deste "espaço-mosaico" a que chamamos Europa. Neste ponto incluímos aspectos relacionados com as raízes histórico-mitológicas e geográficas do termo, com destaque para o mito da jovem grega Europa por quem Zeus se perdeu de amores, fábula simbolicamente retratada na face nacional da moeda de 2€ da Grécia. Deste registo avançamos para a etapa que impulsiona, ainda na actualidade, os povos Europeus na direcção da unificação continental: o Império Romano. Com efeito, uma vez submetida a quase totalidade do território europeu à doutrina de Roma o espaço europeu conheceu tempos de progresso cultural, económico e civilizacional. O modo muito peculiar de exercício de dominação por parte dos romanos está na génese de um certo sentir europeu assinalado por inúmeros autores (Steiner, 2007 e Russ, 1997, por exemplo), acompanhado também pela dupla herança helénica e cristã.

Porém, a desagregação do Império Romano lançou a Europa numa época de profundo retrocesso civilizacional, cultural, político e económico. Os, *grosso modo*, mil anos por que se prolongou o obscurantismo da Idade Média levaram ao quase total desmantelamento da generalidade das estruturas existentes, incluindo as de comunicação. Neste período, os laços comuns que antes haviam aproximado os povos da Europa dissolveram-se quase por completo. Em seu lugar surgiu um mosaico de Estados em permanente disputa armada. Durante este milénio e meio (contado desde a queda de Roma até aos Tratados Euratom, CEE e CECA) de lutas ininterruptas, o território europeu foi palco de alguns dos mais tristes e vergonhosos episódios da História da Humanidade. No entanto, se para a maioria o caminho da destruição e do derramamento de sangue se apresentava como solução para a restauração da paz e do progresso dos povos, uma escassa minoria de intelectuais reflectia sobre projectos de pacificação e união política da Europa. Entre as

propostas mais conhecidas, registem-se as de Dante Aligieri, Émeric Crucé, Erasmo de Roterdão ou Nicolao Maquiavel.

Por outro lado, depois de, na Alta Idade Média, as distâncias físicas continentais terem aumentado de sobremaneira por força da destruição da quase totalidade das infra-estruturas de comunicação, a transição para a Baixa Idade Média, que trouxe também um renovado período de florescimento económico e cultural, contribuiu decisivamente para a inversão desta tendência. Com efeito, a partir dos séculos XII-XIII, a Europa conheceu um período de prosperidade económica traduzido num incremento das trocas comerciais, o qual motivou o restabelecimento de algumas vias continentais, bem como o surgimento de novas rotas marítimas. Uma tal movimentação de pessoas e bens inaugurou um ciclo de re-aproximação entre os povos.

No entanto, um dos episódios mais decisivos neste trajecto foi, segundo vários especialistas (McLuhan, 1977 e 2001; Quintero, 1996; Cádima, 1996; Febvre e Martin, 1997; entre outros), o desenvolvimento, em meados do século XV, pela mão do ourives Johannes Gutenberg, da prensa de tipos móveis. A partir deste ponto a cultura e ideias europeias expandiram-se incomensuravelmente (na verdade a própria Humanidade) e as "distâncias" (físicas ou outras) não mais cessaram de encolher. Os frequentes conflitos bélicos e as tentativas de forjar uma união pela via das armas embora semeando a morte e a destruição, provocando também constantes re-arranjos do mapa político não impediram todavia, que uma complexa rede de vias de comunicação (terrestres e marítimas) se fosse consolidando. De resto, conforme lembra Steiner, a geografia particular da Europa permite que se possa percorrê-la a pé. Assim existam as necessárias estruturas. Lado a lado com o paulatino desenvolvimento destas estruturas assistiu-se também ao crescimento de um sentimento que apontava para a necessidade de reunião dos povos da Europa numa família baseada no diálogo, no debate e no compromisso, sob pena de uma previsível futura aniquilação total.

Este movimento viria a conhecer importantes desenvolvimentos com o lançamento, em França, no quadro do colbertismo seiscentista, das "Pontes e Calçadas", que contribuiu decisivamente para a unificação e consolidação da nação francesa. Já no século XVIII, por meio da Revolução Industrial mas, especialmente, no século XIX, as sucessivas tecnologias assistivas da mobilidade e da comunicação, designadamente, ferrovia e telégrafo, deram um novo impulso ao enredamento europeu. Paralelamente, as propostas políticas de unificação continental tornaram-se cada vez mais frequentes e desenvolvidas. De facto, a estrutura nuclear que encontramos em alguns dos registos de então (vejam-se os exemplos

de Immanuel Kant, Jean-Jacques Rousseau, Saint-Simon, Giuseppe Mazzini, Victor Hugo), não se afastam demasiadamente do actual figurino das instituições comunitárias.

O século XX trouxe consigo um vislumbre dos dois destinos que se oferecem como possíveis à Europa: a aniquilação ou a unificação. Na primeira metade foram escritas duas das mais vergonhosas páginas da História da Humanidade. Na segunda, pelo contrário, assistimos (mesmo considerando as quase três décadas de separação Leste-Oeste) à reconciliação da grande família europeia. De todo o modo, o projecto político de integração europeia só foi possível porque construído sobre uma base secular de solidariedades e ligações várias entre os Estados-nação: as vias terrestres (estradas e ferrovias), fluviais e marítimas, de energia e comunicações.

O segundo capítulo (Capítulo 2) versa justamente, as últimas seis décadas da Europa. Com efeito, percorremos nestas páginas os principais momentos da construção da União Europeia, desde o final da Segunda Grande Guerra Mundial até à negociação, ratificação e posterior entrada em vigor do Tratado de Lisboa que substitui o não concretizado Tratado Constitucional rejeitado em 2005 por franceses e neerlandeses. Acompanhamos neste trilho a interminável, e ainda hoje permanente, discussão entre aqueles que propõem uma arquitectura federal, os que recusam liminarmente uma tal hipótese, e os últimos para quem um modelo híbrido, baseado numa estratégia de negociação permanente e aberta, representa a solução mais viável.

Não esquecemos ainda o lançamento das primeiras estruturas políticas comunitárias (as Comunidades originais), duplamente estimuladas pelo forte desejo dos povos em suprimir definitivamente os conflitos bélicos do território da Europa e pela ajuda americana concretizada por meio do Plano Marshall. Assinalamos igualmente os primeiros reveses e crises no projecto a que não é alheia a influência de Charles de Gaulle, de entre as quais destacamos as malogradas CED (Comunidade Europeia de Defesa) e CPE (Comunidade Política Europeia), ambas reprovadas na Assembleia Nacional francesa, em 1954. Mas também a “Crise da Cadeira Vazia” e os dois vetos à entrada do Reino Unido na CEE identicamente ligados ao ex-Presidente da República Francesa.

Neste percurso, testemunhamos os sucessivos alargamentos da CEE: dos seis membros fundadores, aos nove em 1973, dez em 1982, doze em 1986, quinze em 1995, vinte e cinco em 2004, vinte e sete em 2007. Revemos o longo percurso que conduziu à introdução de uma moeda única, bem como as diferentes reformas dos Tratados originais: em 1986 (Acto Único Europeu), 1992 (Tratado de Maastricht), 1997 (Tratado de

Amsterdão), 2001 (Tratado de Nice) e 2009 (Tratado de Lisboa), não esquecendo, claro, o falhanço do Tratado Constitucional (2005), rejeitado por franceses e neerlandeses.

A Primeira Parte encerra (Capítulo 3) com a abordagem de duas questões muito concretas desde há muito presentes no debate político e académico incidente nas questões europeias: o défice democrático e o défice de comunicação. Como já salientámos, o projecto europeu conhece hoje dias difíceis e, entre as causas geralmente apontadas para esta situação destacam-se a arquitectura institucional comunitária que não favorece a participação política e promove o divórcio dos cidadãos, mas ainda e sobretudo uma deficiente estratégia de comunicação. Impunha-se, por isso, um exame mais aproximado de ambas as questões com vista à posterior confrontação destas realidades com as iniciativas/respostas oferecidas pelos órgãos da União.

É precisamente ao estudo alargado do quadro geral teórico e epistemógico de uma das áreas oferecidas como resposta pela União que dedicamos a Segunda Parte da dissertação, que titulamos "Perspectivas acerca da Sociedade da Informação" (e que compreende os Capítulos 4, 5 e 6). Aí procuramos reflectir aprofundadamente a propósito de uma questão que se assume, na actual configuração das sociedades, como absolutamente nuclear. Com efeito, quando em 1973 Daniel Bell (Bell, 1973) publicou *The Coming of the Post Industrial Society* estaria por certo longe de supor o intenso debate académico, o qual se mantém na actualidade, que a obra viria a suscitar. Em termos muito sumários, a tese de Bell resume-se na substituição de um paradigma industrial, baseado em fábricas/indústrias gigantescas, em maquinaria pesada e numa força de trabalho semi-qualificada (*blue collar workers*) por um novo modelo organizacional no qual pontificam os serviços, assentes no conhecimento e numa mão-de-obra altamente especializada (*white collar workers*). Não é senão depois da proposta de Daniel Bell em torno de uma Sociedade Pós-Industrial, que surge a noção de Sociedade da Informação. O próprio antevê, aliás, a emergência de sociedades baseadas no conhecimento e nas trocas informacionais.

Depois deste académico americano ter aberto a discussão acerca de um tipo de sociedade posterior à sociedade industrial, sucederam-se inúmeros trabalhos no mesmo sentido. Uns seguindo uma linha mais profética (usualmente designada de determinismo tecnológico ou tecno-desterminismo), outros, pelo contrário, um registo profundamente divergente das conclusões do académico americano (ao qual se convencionou chamar de tecno-pessimismo). No primeiro grupo pontificam as propostas de Toffler (1980), Gates (1995), Negroponte (1995), Dertouzos (1996), Mitchell (1999), Leadbeater (2000); no

segundo, as de Webster (2002 e 2005), May (2003), Garnham (1990 e 2000). No final da década de 1990, surgiu, corporizada no movimento tecno-realista (em linha: www.technorealism.org), uma proposta do tipo terceira via, a qual procurava aproximar as teses anteriores temperando igualmente os radicalismos excessivos de ambas as correntes. Shenk (1997), Castells (1996 e 2007), Cardoso (2006), Pintér (org.) (2008), encontram-se neste último grupo.

É, portanto, esta a temática central de que nos ocupamos na Segunda Parte. A abrir, porém, incluímos um capítulo introdutório (Capítulo 4), apresentado num registo predominantemente histórico, o qual visa precisamente sintetizar e enquadrar alguns dos progressos mais determinantes em matéria das tecnologias de informação e comunicação. Aqui registamos as evoluções observadas em três áreas, outrora distintas, mas hoje entrecruzadas num conceito mais vasto de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Referimo-nos, em concreto, às redes de telecomunicações, à informática e à Internet.

A discussão em torno do conceito de Sociedade da Informação, já de si uma noção de banda larga, apresenta, no entanto, um amplo e não negligenciável conjunto de questões laterais, muitas delas igualmente ricas. Encontramos neste ponto temáticas como: democracia electrónica/participação política, comunidades virtuais/electrónicas, o desenvolvimento de serviços em linha (*e*-administração, *e*-saúde, *e*-ensino, *e*-comércio), a segurança das redes, a protecção de dados, entre outras que poderiam aqui ser referidas.

Não se pode, contudo, falar numa disponibilidade digital universal sem que antes seja resolvido ou, fortemente mitigado aquele que transformou num dos fenómenos mais estudados da Sociedade da Informação: as inúmeras divisões digitais prevalecentes na actualidade (Ponte, (org.) 2011; Esteves, (org.) 2011; Hagittai, vários em linha: http://webuse.org; Couldry, 2003; Comissão Europeia 2000, 2002, 2008, 2009, 2010; entre outros).

Primeiramente, e durante muito tempo ainda, o estudo do fosso digital (*digital divide*) centrou-se nas questões do acesso, isto é, quem tem e quem não tem acesso, bem como nas causas para o não acesso. Num momento posterior, procurou superar-se a lógica binária destes estudos. Então, interessava já não apenas o mero acesso mas, também, a sua qualidade. Mais recentemente, todavia, o próprio conceito sofreu uma actualização, sendo agora conhecido pela noção de divisões digitais. Paralelamente, o objecto de estudo foi, de igual modo, refrescado, passando a estar focado na questão dos usos, ou seja, não

no facto dos indivíduos terem ou não acesso à rede, ou inclusive a qualidade desse acesso, mas no problema específico das actividades que cada um desempenha e no grau de utilidade/vantagens que cada indivíduo consegue retirar do uso das TIC.

De todo o modo, o problema do acesso não desapareceu. Estudos recentes da Comissão Europeia, no âmbito do lançamento do documento de trabalho intitulado *Uma Agenda Digital para a Europa* (Comissão Europeia, 2010), estima em cerca de 1/3 os cidadãos da União Europeia que nunca acederam à Internet. Sem que estas divisões sejam superadas não poderemos reportar a existência de uma Sociedade da Informação. Pelo menos uma que seja global, até porque, o fenómeno da divisão digital não se circunscreve ao território da UE.

Além do problema da divisão digital o processo de construção de uma Sociedade da Informação tem colocado inúmeros e imbrincados desafios económicos, sociais, políticos, jurídicos… A emergência da Sociedade da Informação está a obrigar a uma profunda refundação das mais variadas estruturas das sociedades contemporâneas.

Note-se, no âmbito das ciências jurídicas, a vasta teia de questões que a propagação da Sociedade da Informação vem colocando. Institutos jurídicos consolidados, eficazes e socialmente aceites, como por exemplo os direitos de propriedade intelectual, foram simplesmente destroçados pela universalização do acesso à Internet. Em sentido contrário, as reacções dos diferentes legisladores (expressas em projectos legislativos restritivos como o PIPA, SOPA e, mais recentemente, ACTA) têm conhecido forte oposição da sociedade civil e mesmo das maiores empresas que operam a/na Internet.

Se é verdade que a livre circulação de informação na Internet é geradora de prejuízos colossais nas indústrias dos conteúdos e junto dos, *lato sensu*, criadores, não o é menos, também, que quaisquer tentativas de controlo, como as atrás referenciadas, levarão à subversão dos valores e cultura libertária sobre os quais assentam a Internet e poderão mesmo colocar em causa um certo, ainda em construção, direito fundamental de acesso à informação (Castells, 2007). Acrescem também questões como a privacidade dos cidadãos e o modo como é gerida a informação que é recolhida a seu respeito (inclusivamente a ameaça da ciber-vigilância e potencial emergência do *Big Brother* total), bem como inúmeras questões de segurança.

Estes são os problemas de que nos ocuparemos no capítulo inicial da “Parte III: As Divisões Digitais na Construção Europeia” (Capítulo 7) destinada, justamente como o título indica, a focar a questão da sociedade de informação no contexto da construção europeia,

começando, no primeiro capítulo (Capítulo 7), com uma aproximação detalhada a este fenómeno específico da Sociedade da Informação: o *digital divide*, na sua formulação original, ou as *digital in/equalities*, segundo as abordagens mais recentes. É no segundo capítulo (Capítulo 8) que promovemos uma análise de enquadramentos aos principais documentos produzidos pelas instituições comunitárias no sentido de avaliarmos os esforços que têm sido realizados em duas áreas: a redução do défice de comunicação (e por inerência do défice democrático percebido pelos cidadãos), por um lado, e as políticas de incentivo/promoção da Sociedade da Informação. Como já atrás referimos é a própria Comissão que reconhece a importância decisiva que a sociedade da informação poderá desempenhar no aprofundamento das relações entre Estados e, designadamente, no reforço da integração Europeia. Adicionalmente, no rescaldo da reprovação generalizada que o Tratado Constitucional recebeu por parte dos cidadãos europeus, a Comissão comprometeu-se a inflectir a sua política de comunicação. Para tanto, a Comissão declarou ser sua intenção tirar partido dos esforços que a nível europeu estavam a ser envidados no sentido do desenvolvimento das estruturas e redes telemáticas com vista ao uso destes canais para a difusão da sua mensagem e para um contacto mais directo com os povos da Europa.

Procuraremos, por conseguinte, aferir, por meio da aludida análise documental, até que ponto as intenções então (em 2005) publicitadas pela União Europeia, mormente pelo seu órgão executivo, estão efectivamente a ser concretizadas/consideradas em iniciativas concretas subsequentes.

Em jeito de brevíssima súmula, o trabalho que nos propusemos encetar traduz-se numa abordagem ao processo de integração europeu a partir de uma perspectiva das políticas de promoção da sociedade da informação e do contributo das TIC neste desafio/objectivo último. Para tanto, oferecemos duas partes distintas: na primeira tratamos das questões da integração europeia (lançando também o problema do défice de comunicação). Na segunda centramos a nossa atenção na problemática da sociedade da informação. Finalmente, na terceira estudamos uma dimensão concreta que pode comprometer a plena concretização da sociedade em rede: as desigualdades digitais. Sendo intenção expressa da Comissão o recurso a estes canais para a mitigação do défice de comunicação que ameaça o projecto europeu, importa então perceber, por um lado, como é que as políticas europeias são discursivamente construídas no plano do *policymaking* no sentido do fomento de um uso mais universal e equitativo destas tecnologias e, por outro, de que modo estes planos se articulam também no plano discursivo e, portanto, da construção documental com o conjunto das iniciativas noutros

domínios (mais especificamente o da comunicação) com vista à redução do défice de comunicação e consequente reforço da mensagem europeia.

PARTE I

A CONSTRUÇÃO CULTURAL E POLÍTICA DA EUROPA:

DO TRATADO DE ROMA

AO TRATADO DE LISBOA

Capítulo

1 Panorâmica Histórica da Construção Europeia

1.1 Entre mitos, aspirações e realidades

Cultural e politicamente a Europa é hoje definida, com frequência, por metáforas celebratórias e conotativas de um sentido colectivo orgulhoso: "berço da civilização e cultura ocidentais", "pátria dos ideias humanistas e dos Direitos Humanos", "farol do conhecimento e da ciência". Simultaneamente, no imaginário colectivo, a Europa surge-nos também indelével e paradoxalmente esculpida em tons de vermelho vivo, análogo ao do sangue durante séculos, sucessiva e barbaramente derramado nos seus solos, da Ibéria aos Urais, dos limites exteriores do Árctico ao Egeu, não esquecendo os territórios insulares como Chipre, Malta e as ilhas Britânicas[2]. Na memória histórica e cultural, a Europa é, enfim, *lato*

[2] Como escreve Cunha, (2004: 29): "[…] tendo em consideração características estritamente geológicas ou geomorfológicas, a Europa parece não corresponder verdadeiramente a um continente […] e corresponde

senso, simultaneamente protagonista e espectadora do melhor e do pior da natureza humana. Nesse sentido, socorrendo-nos da fórmula de Edgar Morin, podemos dizer que "na consciência da barbárie deve integrar-se a consciência de que a Europa produz, pelo Humanismo, pelo universalismo e pela ascensão progressiva de uma consciência planetária, os antídotos para a sua própria barbárie. […] *Pensar* a barbárie é contribuir para a regeneração do humanismo. Logo, é resistir-lhe" (Morin, 2007: 72-73, itálico no original)[3].

Na funesta narrativa do continente, guerra, morte e destruição constituirão, não sem razoável probabilidade, os qualificativos que parecem sintetizar aquela que se constitui, ao longo do tempo, como uma aparente propensão inscrita na história da generalidade dos povos europeus, para um belicismo perene e recorrente, cujos registos distam tanto quanto é possível recuar no tempo[4]. A história europeia pode, deste ponto de vista, "arrumar-se" (com a necessária ressalva de, neste âmbito, deliberadamente ignorarmos todos os factos históricos anteriores à fundação da civilização helénica) em duas categorias distintas. Uma primeira concernente aos conflitos de índole religiosa com os povos seguidores do Corão (de que as cruzadas constituem apenas o exemplo mais emblemático), mas também com aqueloutros resultantes das próprias contradições e convulsões internas da doutrina eclesiástica. Culturalmente, na história da Europa, pontificam pois, desde logo, duas grandes cisões: uma primeira ocorrida no século XI[5] que separou definitivamente as Igrejas Orientais de Roma, e uma segunda, no século XVI, por ocasião da Reforma Protestante. Não ignoramos igualmente as infindáveis querelas entre sub-doutrinas e ordens religiosas,

---

basicamente a um apêndice, como que a uma grande península, na placa ou, se preferirmos, no continente euro-asiático". Igualmente, Pires, 1992: 18-20.

[3] Além da mencionada obra do filósofo francês, a este respeito, podem ainda consultar-se, entre outras, as reflexões de Giorgio Agamben (1999), Hannah Arendt (2004) e George Steiner (2008).

[4] Convoquemos, a este propósito Eduardo Lourenço (2005: 234, aspas no original): "Não é apenas como passado – a começar pelo mais recente – que a autêntica história dos Europeus é uma espécie de interminável guerra civil, quer dizer, a negação vivida da Europa como «casa comum», tal como penosamente agora a desejamos inventar".

[5] "No ano de 1054 ocorre outra grande quebra espiritual entre Oriente e Ocidente ao separarem-se de Roma as Igrejas Orientais, criando-se a Igreja ortodoxa ou bizantina e originando, portanto, a formação de dois universos religiosos: a Igreja Romana, que chegará até à Hungria e à Polónia, e a Igreja Ortodoxa que evangelizará os povos balcânicos, eslavos, moravos, búlgaros, sérvios e finalmente os russos". Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 16. Ver igualmente AA. VV., (1995: 320-321) onde se pode ler: "As tensões entre as Igrejas Ocidental e Oriental continuavam a aumentar. Em 863, o Papa Nicolau I pôs a questão à prova, contestando a eleição do novo bispo de Constantinopla e exigindo o direito de nomear outro de sua escolha. O bispo de Constantinopla juntou achas à fogueira ao denunciar, em 794, a inclusão formal, pelo Ocidente, da cláusula Filioque («e do Filho») no Credo Niceno para indicar que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho. O Oriente acreditava (e acredita ainda) que o Espírito Santo procede apenas do Pai.
A discórdia entre Oriente e Ocidente atingiu o auge em 1054, quando uma bula papal de excomunhão foi colocada sobre o altar de Hagia Sofia na altura em que o bispo de Constantinopla ia iniciar as celebrações. Trocaram-se anátemas mútuos, e o cisma foi inevitável. A Igreja Católica Romana e a Igreja Ortodoxa Oriental seguiram por caminhos separados". (aspas no original). A propósito do grande Cisma, consultar ainda Ribeiro, 2003: 24.

com o conflito entre dominicanos e franciscanos[6] na primeira linha, ainda que uma reflexão sobre esta temática não caiba no presente trabalho.

Uma outra cisão, esta de cariz político-militar, e que poderemos sucintamente definir como um desejo, quiçá mesmo necessidade, de unificação de todo o território sob um único centro de poder hegemónico, aglutinador e, porque não dizê-lo, mitigador (não necessariamente uniformizador) da vasta miríade de sensibilidades, idiossincrasias e interesses divergentes em permanente tensão, deve identicamente ser referida.

Este peso histórico das suas glórias e misérias é uma das principais razões que faz do actual projecto político europeu uma tarefa de monumental complexidade. No entanto, muitas vezes apontado como o início de um processo em boa verdade largamente imprevisível, vago, quiçá difuso e, mesmo ainda presentemente em estado embrionário, o projecto político e cultural da União Europeia é, antes do mais, o primeiro vislumbre de união, pela via pacífica, do diálogo e da concórdia de uma complexa diáspora cultural, de um verdadeiro caldeirão multi-étnico, de um espaço tão diferente e tão igual, porque herdeiro de partilhas culturais e, sobretudo, de partilhas históricas de alianças e discórdias.

Mas a que corresponde esta história comum, este "espaço-mosaico" a que chamamos Europa?

Pérez-Bustamante e Colsa[7], (2004: 13) propõem que

> "Hesíodo na sua Teogonia «O Nascimento dos Deuses», é o primeiro a utilizar a designação de «Europa», por volta do ano 900 a. C., e será Hipócrates quem a descreverá pela primeira vez numa comparação com a Ásia. Os Gregos identificaram a Europa como um espaço geográfico compreendido entre os montes Urais e o mar Atlântico, um espaço não simétrico, em latitude temperada, com um mosaico de paisagens e climas e uma pluralidade de raças das quais surgiria uma grande diversidade de línguas e culturas."

No mesmo sentido, encontramos, algures entre o início da nossa Era e o final da anterior (entre o século I a.C. e século I d.C.), Estrabão de Amaseia (Ásia Menor), o qual apresenta, numa reflexão intitulada *A Europa: unidade e diversidade*, um retrato muito fiel

[6] Devem referir-se, neste particular, as imensas querelas a vários níveis – jurídico, epistemológico, económico, teológico, filosófico, etc. – que inquinavam o debate religioso, com particular relevo nas divergências entre a corrente mística, de cariz platónico e seguida por Santo Agostinho e, mais tarde, pelos Franciscanos, e a intelectualista/Tomista, cujas raízes radicavam em Aristóteles, encontraram eco nos escritos de São Tomás de Aquino e gozavam de grande aceitação na ordem Dominicana.

[7] Mas também neste exercício podemos seguir Ribeiro, 2003: 20 e 23.

daquela que é (já o era ao seu tempo e foi-o subsequentemente), em diferentes planos, a realidade do continente[8].

Francisco Lucas Pires argumenta não ser, todavia, possível estabelecer-se com rigor a origem do termo Europa, apoiando-se para tal em Heródoto, o qual declara que "não sabe de onde vem o seu nome, nem quem lho deu" (Pires, 1992: 16). Porém, esclarece Pires, logo em seguida, que o mais certo será ter sido Hesíodo a nomear deste modo o continente. E prossegue escrevendo que, ao contrário de um continente novo, tal como, por exemplo a América que beneficiou dos institutos do "baptismo" e do "registo", no caso da Europa, tal não foi possível. "A distância, – acrescenta – e o mistério desta designação prestam-se evidentemente às mais variadas interpretações", independentemente de as mesmas serem de índole etimológica, mitológica, bíblica ou, inclusive, de natureza geográfica. "O resultado é que é sempre pouco esclarecedor" (Idem, *Ibidem*), conclui.

Para além do aspecto geográfico que o autor desenvolve igualmente ao longo de sucessivas páginas (Idem, *Ibidem*, 18-26), o imaginário europeu começa, no entanto, por se construir no mito enaltecedor da paixão. Com efeito, os relatos mitológicos acerca das primeiras manifestações convergem para uma lenda em que Europa nos aparece como uma bela jovem,

[8] Estrabão, (cerca de 64 a.C. a cerca de 24 d.C.) *In* Pereira, 2005: 496-497. Vale, aliás, a pena transcrever, na íntegra, as palavras deste geógrafo (mas também filósofo e historiador grego), no texto *A Europa: unidade e diversidade*, incluído em Geografia, II, 5-26. "Devo começar pela Europa, porquanto tem formas variadas e é dotada de uma admirável natureza pelo que toca à excelência dos homens e da administração pública, e o continente que maior contributo deu aos outros com os seus bens próprios. Pois ela é habitável na sua totalidade, excepto numa pequena parte que é deserta, devido ao frio. Essa parte confina com o país dos habitantes da Ursa, nas cercanias do Tânais, do Lago Meótis e do Borístenes. Da parte habitável, a que é gélida e montanhosa só com muito esforço dá guarida à existência, mas, havendo bons administradores, até os lugares em que mora a indigência e a pilhagem se civilizam. Assim é que os Gregos, que detêm um país de montanhas e de rochas, vivem felizes, graças ao seu cuidado com a organização política, com a técnica e com tudo o que respeita à arte de viver. Os Romanos conquistaram muitos povos que eram por natureza selvagens, devido aos lugares que habitavam, por serem acidentados ou desprovidos de portos, ou gelados, ou, por qualquer outra razão, impróprios para albergar muita gente, e assim puseram em contacto uns com os outros quem tinha vivido isolado, e ensinaram povos mais selvagens a viver em sociedade. Mas em toda a parte da Europa que é plana e de clima temperado, a própria natureza colabora neste sentido, pois que, numa região feliz, tudo tende para a paz, ao passo que, numa agreste, tudo é inclinado à guerra e à coragem. Todavia, espécies destas recebem benefícios umas das outras: umas cuidam das armas, outras das colheitas, das técnicas, da formação do carácter. Porém, são evidentes os prejuízos mútuos, se não se entreajudarem. A força dos que detêm as armas alcançará a supremacia, se não for dominada pela maioria. No entanto, dispõe este continente de condições naturais, mesmo perante essa situação: é que todo ele está esmaltado de planuras e montanhas, de tal modo que por toda a parte o elemento agrícola e o civilizado e o bélico se encontram lado a lado. Mas, dos dois elementos, é mais numeroso o que é dado à paz, de modo que esse tudo domina; sob a égide dos povos condutores – outrora os Gregos, mais tarde os Macedónios e os Romanos. Por estes motivos, é a Europa que possui maior autonomia, quer no que respeita à paz, que à guerra. Tem, efectivamente, uma quantidade ilimitada de guerreiros, tal como de trabalhadores da terra e de administradores das cidades. É também superior pelo facto de produzir os melhores frutos, quer os necessários à vida, quer toda a espécie de metais úteis; de fora, manda vir perfumes e pedrarias de alto preço – coisas que não tornam nada pior a vida de quem escassamente as possui do que a de quem as tem com fartura. Do mesmo modo, a Europa fornece em abundância muitas espécies de gado, mas é escassa em animais selvagens. Tal é, em geral, a natureza deste continente".

> "filha de Agenor, rei de Tiro, e de Telefassa ou Argíope, embora noutras vezes passasse por filha de Fénix. Segundo a tradição, Europa brincava com as suas companheiras na orla do mar quando viu um touro branco, cujos cornos tinham a forma de um crescente lunar. O animal era o próprio Zeus, que, enamorado da rapariga, tinha tomado esta aparência para a poder raptar. Europa, surpreendida pela mansidão daquele touro, sentou-se sobre o seu lombo. Então, o animal fugiu para o mar e levou a rapariga até Creta; […] Zeus e Europa tiveram três filhos: Minos, Radamante e Sarpédon. […] A etimologia da palavra Europa não pôde ser explicada satisfatoriamente, como também não é certo que exista, como acreditaram os antigos, uma relação entre o nome desta personagem e o nome do continente, que de início se aplicou apenas à Grécia continental, por oposição ao Peloponeso e às ilhas e depois a uma parte do mundo por oposição à Ásia Menor e Líbia" (Martinez, Fernández-Galiano, Melero, 1997: 147-148.)[9].

A jovem, cuja singular formosura terá enfeitiçado Zeus, acolhendo-se a tese segundo a qual a cativa tomada pela astúcia do Deus dos deuses emprestou o seu nome ao Continente, fica contudo ligada a uma história de tragédia, cujo legado nos foi transmitido pelo punho de alguns dos mais ilustres cronistas e historiadores que a civilização, gerada no ventre de *a Europa*, quis legar ao século XX, para que não se renovassem os mesmos desventurados erros em que incorreram os homens dos vinte e cinco séculos precedentes.

Foram, porém, estes, aos quais os prodigiosos avanços nas ciências propiciaram uma avalanche de conhecimentos sem paralelo, a quem a História se revelou em toda a sua sinistra magnificência, que haviam de fazer uso desse mesmo progresso tecno-científico moderno para, não obstante os repetidos apelos em sentido inverso, escreverem duas das mais indignas páginas da História da Europa.

Mas se os mitos e geografias de (des)união, são elementos essenciais na construção identitária difusa, mas nem por isso menos partilhada, é, no entanto, nas raízes

[9] A este propósito ver ainda Pereira, 1997: 27-28; Moreira, 2004: 63; Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 13, "A Antiguidade Clássica difundiu o nome de Europa, ligado ao mundo da mitologia através de um relato segundo o qual uma jovem e linda fenícia, filha de Agenor – rei de Tiro e da Fenícia, e descendente de Neptuno e de Teléfasa – foi raptada por Zeus, metamorfoseado num grande touro branco, e conduzida até Creta, onde se converteria em rainha e mãe dos reis da dinastia de Minos"; Martins, 2007: 11; Soulier, 1997: 15-16; Pires, 1992: 17-18. Uma das mais completas referências a este respeito é, todavia, a contida no Dicionário da Mitologia Grega e Romana de Pierre Grimal. Aqui faz-se referência a cinco personagens distintas, qualquer delas chamada Europa, sendo que "[…] a mais célebre de todas é a filha de Agenor e de Telefaassa, que foi amada por Zeus." No essencial todos os relatos coincidem. Grimal, s/D.: 161, vai todavia um pouco mais longe, relato que pensamos ser útil acompanharmos com mais detalhe. "Zeus viu Europa brincar com as suas companheiras na praia de Sídon ou de Tiro, no reino de seu pai. Apaixonado pela sua beleza, transformou-se num touro de resplandecente brancura e cornos semelhantes a duas luas na fase de quarto crescente. Aproximou-se assim da jovem, indo deitar-se a seus pés. Primeiro Europa assustou-se, mas pouco depois, tomando coragem, acariciou o animal, sentando-se sobre o seu dorso. Logo o touro se levanta, correndo em direcção ao mar. Apesar dos gritos da jovem, que se agarrava aflita às hastes do animal, ele avança por entre as vagas e vai-se afastando da margem. Chegam ambos assim a Creta, onde junto de uma fonte, em Gortina, Zeus consuma o seu amor pela jovem, à sombra dos plátanos, que, em memória desta paixão, obtiveram o privilégio de nunca perderem as folhas. Europa teve de Zeus três filhos: Minos, Sarpedón e Radamante. É também por vezes considerada a mãe de Carno (por quem Apolo se apaixonou) e mesmo de Dodoneu. Zeus ofereceu-lhe em troca três presentes: Talo, o homem de bronze, que guardava as costas de Creta, impedindo o desembarque de estranhos; entregou-lhe um cão que nunca deixava escapar presa alguma, e ainda uma lança de caça que jamais falhava o alvo. Depois, casou-a com Astérion, rei de Creta, filho de Téctamo, que não tendo filhos adoptou os de Zeus. Após a sua morte, Europa recebeu honras divinas. O touro em que o deus se metamorfoseara tornou-se uma constelação e foi colocado entre os signos do Zodíaco".

comuns que se constrói a História europeia. Porque elas são fundamentais a qualquer texto que coloque em jogo um presente feito de passados precisamos por isso, de fazer o nosso próprio trajecto por essas raízes.

1.2 Raízes históricas clássicas e medievais

> "Nos I e II séculos, Roma disseminou na metade meridional da Europa uma organização política, um género de vida e uma cultura – com fundamentos principalmente gregos – que traziam consigo um elemento de unificação. Este, contudo, nem abafou as identidades regionais nem repeliu as forças de inovação.
> Integrada num império unificado, a Europa conheceu durante quatro séculos um período único na sua história, no qual as formas de civilização greco-romanas penetraram amplamente em todas as províncias sem, todavia, apagar as características próprias das componentes regionais" (Carpentier e Lebrun, 2002: 95)[10].

Ao longo dos séculos, várias foram as tentativas de unificar ou, se preferirmos, submeter ao jugo de um poder de âmbito e dimensão continentais, a ampla teia de singularidades, não raras vezes tensionais, dispersas sobre o território europeu[11]. Dos líderes do Império Romano (não esquecendo um dos seus mais importantes rivais, o grande general Aníbal de Cartago), a Carlos Magno, aos Habsburgos, a Napoleão e a Hitler, muitos empreenderam, optando, na maioria dos casos aludidos, pela via das armas, programas de união político-militar-económica do continente.

Os vários séculos áureos da romanização[12] trouxeram épocas de aparente paz e estabilidade, reforçadas pelo muito particular exercício de dominação romano. Na verdade,

[10] Ainda a este propósito: "Tal como os gregos, os romanos estão na origem da maioria das estruturas mentais do Ocidente, a que forneceram um modelo linguístico. Assim, a língua latina modelou o francês, língua românica e, ao mesmo tempo, a lógica interna das nossas ideias. Mas, antes de mais, Roma transmitiu-nos as ideias e os valores gregos. […] Espiritualmente, a Grécia conquistada domina os seus conquistadores. […] A elite romana pensa e fala em grego. […] No século I a. C., a helenização molda Roma e as grandes escolas filosóficas (estoicismo, epicurismo, etc.) afirmam a sua presença. […] Realizava-se o ideal de Platão: o mundo era governado pelos filósofos." Russ, 1997: 48. "«*Escarnecida durante duzentos anos pelos romanos brutais a filosofia grega triunfa à força de paciência. Já com Antonino vimos filósofos privilegiados, pensionistas do Estado, quase desempenhando o papel de funcionários públicos. Agora, o imperador está literalmente rodeado deles. Os seus antigos mestres tornam-se seus ministros, seus homens de Estado.*»" Renan, *apud* Russ, 1997: 48. "Concretizam-se, assim, através de Roma, as noções filosóficas; as ideias gregas passam para o Ocidente". Russ, 1997: 48. Ver também Roberts, 1996: 351 e ss. e ainda Pereira, 1997.

[11] Como escreve Steiner, 2007: 44 "Cinco axiomas para definir a Europa: o café; a paisagem a uma escala humana que possibilita a sua travessia; as ruas e as praças nomeadas segundo estadistas, cientistas, artistas e escritores do passado […]; a nossa descendência dupla de Atenas e Jerusalém; e, por fim, a apreensão de um capítulo derradeiro, daquele famoso ocaso hegeliano que ensombra a ideia e a substância da Europa mesmo nas suas horas mais luminosas" (Steiner refere-se aqui a um fenómeno que já antes classificara como "desumanidade suicida" da Europa).

[12] Este período tem o seu início após a derradeira vitória sobre a arqui-inimiga e ex-aliada Cartago, colocando ponto final nas Guerras Púnicas, no decurso das quais a influência de Roma aumentou consideravelmente numa

uma das marcas particulares da Roma imperial consistia justamente em raramente impor os seus valores e costumes, existindo, ao invés, uma ampla tolerância relativamente aos povos invadidos, a qual se traduzia mesmo numa frequente incorporação nos seus usos, dos costumes alheios. Poucas foram as épocas, no entanto, em que, no território europeu, se viveram períodos de paz efectiva e duradoura[13]. Esta propensão agudizou-se dramaticamente a partir dos finais do século II da nossa era[14] por ocasião do cerco montado a Roma pelos povos germânicos, o qual culminaria com a queda e consequente desaparecimento do Império Romano a Ocidente. Nas palavras de Carpentier e Lebrun (2002: 125):

> "Os cinco séculos que vão do desaparecimento do Império Romano no Ocidente (476) às proximidades do Ano Mil foram decisivos para a formação da Europa. Foi então que se fixaram os povos que iriam dar origem aos diversos Estados europeus. Foi então que, à tradicional oposição de uma Europa do Sul, mediterrânicas e de civilização greco-romana, a uma Europa do Norte entregue aos «Bárbaros», sucedeu lentamente a oposição de uma Europa Ocidental, de cultura latina e forte presença germânica, a uma Europa Oriental, de cultura grega e forte presença eslava. Estes dois fenómenos essenciais operam-se no decurso de profundas perturbações a que é costume dar-se o nome de «grandes invasões»".

Dois outros elementos capitais no processo de formação da identidade europeia merecem a nossa convocatória: a emergência, rápida disseminação e ulterior confrontação de dois blocos religiosos bem como, as tentativas de restauração do Império Romano,

cintura balizada essencialmente ao redor no Mare Nostrum ou Mare Internum (ambas as denominações eram válidas para designar o Mar Mediterrâneo) e que se estendia agora desde a extrema mais Ocidental a Sul da Europa até à Ásia Menor, não ignorando, de igual modo, o espelhamento e projecção do raio de acção europeu sobre a parte norte do continente africano, sobretudo evidentes no Próximo Oriente e Magrebe, concretizando desta forma o fechamento de uma elipse organizada radioconcentricamente a partir de Roma.

[13] Isto mesmo comprova a sucessão de campanhas bélicas entre os séculos III a. C. a I a. C., correspondendo ao período final da República e a ulterior transição para o Império. Cf. Navarro (Dir.), 2005[a]: 173.

[14] Valerá a pena transcrever mais amplamente a explicação de Carpentier e Lebrun (2002: 109-111): "A situação começou a degradar-se a partir da segunda metade do século II. A população europeia fora atingida pela epidemia da peste, trazida do oriente pelos exércitos de Marco Aurélio. A guerra civil que estalou por morte do imperador Cómodo (192) dividiu o império e as legiões defrontaram-se, tanto na Europa Oriental, onde o futuro imperador Séptimo Severo se viu forçado a pôr cerco a Bizâncio, como no Ocidente, em volta de Lyon, em 197. O reatamento das invasões germânicas no século III comprometeu a recuperação operada pela dinastia dos Severos. A expansão dos povos germânicos prosseguiu durante toda a fase imperial sob o peso da pressão demográfica interna e com a chegada de novos elementos. Organizaram-se ligas que reuniam diversos povos: na Germânia Ocidental e no Reno Inferior, os Chamavos, os Bructeros, os Catos, etc., constituíram a Liga Franca; ao mesmo tempo, os Alamanos e os Jutungos englobavam os povos da Alemanha do Sul, da Boémia e da Morávia. Mas os movimentos mais importantes foram os da Germânia Oriental, onde a chegada de novos povos góticos, os Gépidas, provocou novas migrações dos Godos, em dois grupos – os Visigodos e os Ostrogodos – que arrastaram também os Vândalos. Enquanto estes últimos se instalavam na vizinhança das fronteiras romanas do Danúbio, os Godos continuaram a avançar para leste e foram ocupar a Rússia Meridional, onde entraram em contacto com os Sármatas e com os Alanos, os mais recentes povos iranianos que ali haviam chegado. […] Roma teve, pela primeira vez, de aceitar uma diminuição do seu espaço provincial europeu. Já em fins do século II fora preciso renunciar a defender a muralha de Antonino, no norte da Britânia, e recuar para a muralha de Adriano. Passado menos de um século, Aureliano decidia, perante a pressão dos bárbaros, a evacuação de Dácia (276) enquanto, ao mesmo tempo, a Ocidente, era abandonado aos Alamanos o domínio dos *decumates agri* a leste do Reno. Este recuo territorial vinha acompanhado de uma grave crise económica e monetária." Em outros autores, encontramos também explicações semelhantes. Ver, por exemplo, Roberts, 1996: 392 e ss., Navarro (Dir.), 2005[a]: 382 e ss. e Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 14.

agora já sob os auspícios de um Cristianismo, herdeiro das derradeiras tradições de Roma em apressado declínio[15] e, entretanto, plenamente enraizado no continente[16].

Com efeito, a transmissão do património helénico (entendido em sentido amplo, compreendendo as dimensões cultural, política, filosófica e artística), a estruturação da vida social (principalmente através da construção da ciência jurídica) e a doutrina cristã (instrumento vital para a emergência dos movimentos humanistas modernos e contemporâneos), poderão, em sentido amplo, ser classificados como os três mais importantes legados de que a Europa beneficiou em consequência da romanização.

É na ressaca dos acontecimentos de 476, com a multiplicação dos mosteiros por toda a Europa, num cenário em que estes templos funcionam não apenas como lugar de oração mas, também, como palco de importantes avanços agrícolas e, fundamentalmente, como centros de cultura e de pensamento, perpetuando o legado recebido, que se efectivará a já aludida passagem de testemunho[17]. Concomitantemente, ainda no primeiro quartel do século VII, mais concretamente no ano de 622, a Oriente, Alá inspirará Maomé (570-632) na articulação de um credo concorrente ao vigente nos territórios a Norte do *Mare Internum*[18]. Serão estas ocorrências, não menos relevantes, que determinam o início da era

[15] Não ignoremos o Édito de Milão de 313 enunciado pelo Imperador Constantino, segundo o qual o Cristianismo se convertia em religião tolerada pelo Império Romano, o Concílio de Niceia (no ano de 325) que muitos assinalam como marcante na definição da doutrina posterior do catolicismo romano (onde se terá, segundo a versão oficial, deliberado sobre a questão do Arianismo (vd. AA. VV., 1995: 223 e http://pt.wikipedia.org/wiki/Arianismo), sobre o carácter divino ou não de Jesus Cristo, sobre a data da Páscoa e, de acordo com alguns historiadores contrários à versão institucionalizada, onde se terá igualmente discutido e seleccionado os evangelhos constantes da Bíblia Sagrada, tese que, reiteramos, não merece o consenso da generalidade dos académicos que situam tal processo em momento anterior – certo parece o dado que situa em Niceia a unificação e uniformização religiosa de Roma, e por fim o Édito de Constantinopla por meio do qual Teodósio I, último líder de um império ainda unido, consagra o Cristianismo como religião oficial do Império Romano, ocorreram, especialmente este último, com um intervalo inferior a um século contado da queda de Roma (em 476). "Coerente com a sua atitude pró-nicénica, Teodósio convocou um concílio de Bispos em Constantinopla em 381. O seu único objectivo era eliminar de uma vez por todas o movimento ariano. Aquilo que hoje chamamos Credo de Niceia foi adoptado nesta reunião histórica. Esta versão tornou-se igualmente o Credo da Igreja Ocidental. A condenação dos arianos foi uma de entre outras decisões do concílio" (AA. VV., 1995: 247).

[16] Como sustenta Pereira (1997: 26), "desde a formação do Império Romano do Ocidente, tal como em seguida, durante a Idade Média e bem além deste período, o nosso continente tinha uma única língua de cultura, o Latim, uma só religião, o Cristianismo".

[17] "Entretanto, no Ocidente, a Igreja Católica, ocupava o lugar deixado pelo Império Romano, que ruíra. Tornou-se a primeira potência com o papa como seu dirigente indiscutido, não só na Igreja como, muitas vezes, na corte. […] Durante este período, tanto no Oriente como no Ocidente o cristianismo abrangia quase todos os aspectos da vida, desde a educação, à assistência médica. […] Graças à sua tradição de copiar manuscritos, os mosteiros medievais garantiram também a sobrevivência de obras antigas, que de outro modo poderiam ter-se perdido" (AA. VV., 1995: 320-321).

[18] "Enquanto Gregório lutava por salvar o Império do Ocidente e defender a Igreja Católica, um árabe carismático, de nome Maomé, fundava uma nova religião que iria transformar o mundo árabe. […] Maomé desiludiu-se da religião árabe politeísta, que honrava umas 500 divindades: impressionava-o mais o monoteísmo do judaísmo e do cristianismo, além do facto de estas religiões possuírem um texto sagrado. […] Em 610, com cerca de 40 anos, Maomé meditava numa gruta quando teve a primeira de uma série de experiências visionárias. Escreveria mais tarde que lhe aparecera o arcanjo Gabriel, revelando-lhe a palavra de Deus. […]

muçulmana. A expansão do que era, para os impérios cristãos, obra dos significativamente chamados "infiéis", (expansão esta produzida com uma rapidez assaz notável[19]), e a subsequente confrontação com as hostes cristãs que predominavam no território europeu será fulcral no despertar uma certa consciência europeia.

Ribeiro (2003: 23, itálicos no original) explica que "[s]e a palavra Europa foi utilizada já no século IX a.C. na *Teogonia*, de Hesíodo (336 a.C. – 370 a.C. (sic)), o vocábulo *Eurôpaïois* apareceu pela primeira vez, em Heródoto para designar um todo colectivo – os gregos resistentes ao ataque persa. Por seu turno, o termo *Europenses* surge num texto do séc. VIII da autoria de um cronista moçárabe. Esta designação foi atribuída aos que resistiram à ofensiva dos muçulmanos, sob a chefia de Carlos Martel"[20].

Noutro nível, também as várias tentativas encetadas no sentido da restauração do Império Romano do Ocidente que concorrerão para o reforço, necessariamente incipiente, de uma certa percepção europeísta que importa assinalar, surgem sempre com Roma, a papal, não a derrotada pelos Visigodos, em pano de fundo: "O rei franco Carlos Magno, estabelecido em Aquisgrão, converter-se-ia no árbitro do Ocidente, recebendo no dia de Natal do ano 800, do Papa Leão III a Coroa Imperial, que constituía, em parte, ou renovava a vontade de reconstrução do Império Romano do Ocidente. Carlos Magno foi reconhecido

---

Seguiram-se mais revelações divinas, e Maomé começou a pregar. Qur'an, a palavra árabe para «recitar», tornou-se o título da colectânea escrita das suas revelações. No Qur'an, Corão, ou Alcorão, Maomé fala da natureza de Alá ou Deus*:* «*Nada existe no Céu ou na Terra maior que o poder de Alá. Ele é poderoso e omnisciente.*» […] Maomé considerava-se o último profeta numa linhagem que incluía Abraão, Moisés e Jesus. Os politeístas de Meca começaram a perseguir os discípulos de Maomé, os chamados muçulmanos, ou «aqueles que se submetem a Deus». […] Com a vida em perigo em Meca, Maomé aceitou uma oferta secreta para ser mediador numa rixa familiar entre Árabes em Medina. Iniciou a sua viagem para Medina em 16 de Julho de 622, data respeitada pelos seus discípulos como a da Hégira, ou «emigração», e escolhida para começo do calendário islâmico. Maomé resolveu a rixa e em breve se tornou a primeira autoridade política, militar e religiosa em Medina. A ausência da separação entre a Igreja e o Estado é desde então característica da sociedade islâmica. Passado tempo, Maomé conquistava Meca e governava a Arábia, obrigando os pagãos árabes a converterem-se. Na altura da sua morte, em 632, toda a península Arábica abraçara já a nova fé." (AA. VV., 1995: 318-320, itálicos no original). Idêntico relato poderemos encontrar em Roberts 1997[a]: 20-26.

[19] Note-se que a invasão da Península Ibérica ocorre em 711, menos de um século após o surgimento desta confissão religiosa e que a batalha de Poitiers, em consequência da qual o avanço dos muçulmanos foi travado já no centro da Gália teve lugar no ano de 732, duas escassas décadas volvidas sobre as primeiras conquistas dos mouros em solo europeu. Cf. Carpentier e Lebrun, 2002: 127, Navarro (Dir.), 2005[b]: 455 e ss. e Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 15 e ss.; Roberts 1997[a]: 27-29; Soulier, 1997: 28-29.

[20] Pérez-Bustamante e Colsa (2004: 15) advogam a este respeito que "foi precisamente o choque das duas civilizações o que, sem dúvida, determinou a marcada tomada de consciência duma certa identidade europeia que se reflecte na própria denominação de «Europeus» que uma crónica moçárabe do ano 754 outorga a todos os que enfrentaram os Árabes em Poitiers e, portanto, designando deste modo a comunidade continental que se defendia perante um inimigo externo". Roberts (1997[a]: 113, itálicos nossos) apresenta uma versão idêntica: "Em termos gerais, a Cristandade ocidental anterior a 1000 d. C. ocupava metade da Península Ibérica, toda a moderna França e a Alemanha a oeste do Elba, a Boémia, a Áustria, a zona continental italiana e a Inglaterra. Na orla desta área encontravam-se a Irlanda e a Escócia bárbaras mas já cristãs e, no final desse período, os reinos escandinavos. *No século X começou a ser aplicada a esta região a palavra «Europa» e uma crónica espanhola referiu-se, inclusivamente, aos vitoriosos de 732 como «Europeus*»". Ver ainda Pereira, 1997: 29 e ss. e Pires, 1992: 52.

como «Rex, Pater Europeae» e nos Anais de Fulda reflectiu-se a identidade «Europa vel Regnum Carolum»: Europa ou o Reino de Carlos" (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 15)[21].

A morte de Carlos Magno, bem como as subsequentes disputas entre os seus herdeiros, acabariam por forçar o Tratado de Verdun, assinado em 843 e nos termos do qual o Império carolíngio se cindiria em três blocos políticos: França, Alemanha e Lotaringia. Nova tentativa seria preparada volvido pouco mais de um século, no seguimento de outra vaga de invasões dos povos do norte do continente, produzindo, uma vez mais, substanciais alterações no mapa político-cultural da Europa. Com efeito, a coroação de Ótão I, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, em Roma no ano de 962, procuraria uma vez mais reunir sob uma única liderança os despojos da queda do Império Ocidental. Porém, nesta ocasião, os esforços não foram bem-sucedidos e Ótão I logrou unicamente alcançar a posição de Imperador dos povos germânicos e dos do Norte de Itália[22].

Como conclui Ribeiro (2003: 24-25), no dobrar do primeiro milénio, o mundo cristão pautava-se por uma considerável falta de homogeneidade, profundamente espartilhado entre três núcleos (Roma, Constantinopla e Moscovo – este último em ascensão assumindo-se mesmo como uma terceira Roma) incapazes de ensaiarem uma convergência no sentido de mitigarem o perigo muçulmano: "Um melhor esclarecimento desta problemática encontramo-lo na obra de Jean-Baptiste Duroselle que explicita as suas ideias sobre o extremar das posições da cristandade latina e grega. Face ao Islão, os dois grupos de cristãos não souberam unir-se. Esta conclusão permite afirmar que não se conseguiu, então, unificar o espaço europeu"[23]. Em igual sentido, Pires (1992: 72) entende que entre o século V e o século XI a Europa viveu tempos tumultuosos, todavia, profundamente criativos. Foi nesse tempo que surgiram algumas das nações europeias, tais

[21] A este respeito, consultar igualmente Ribeiro, 2003: 23-24; Wright 1982[b]: 43 e ss.; Roberts, 1997[a]: 117 e ss.; Pires, 1992: 56. Adriano Moreira (2004: 61, itálico no original) procede a uma análise um pouco mais aprofundada que talvez convenha reproduzir. Escreve o autor que "Carlos Magno será chamado David e Constantino, somando as tradições teocrática do Velho Testamento, e a imperial. Exercendo uma função *regale ministerium* - , o rei será responsável perante Deus pela salvação do seu povo. […] Quando no Natal de 800, foram conferidos a Carlos Magno o título e a coroa imperiais, ficaram estabelecidos os dois pontos de referência da unidade europeia. Um personalismo cristão; um poder imperial. Duas tradições: uma ética, outra maquiavélica. As convergências e divergências de ambas encherão a história da Europa. A primeira será sempre o critério ético geral. A segunda inspirará muitas das guerras civis da cristandade. O mesmo livro com leituras diferentes. Diferentes ambições, com desastres iguais. Mas quando a Europa parte à conquista do Mundo, o livro será a prova da sua identidade. A unidade, o ponto de referência, será esse. Desdobrado em múltiplas instituições privadas e públicas. Dando carácter à maneira de viver e de morrer. Com autenticidade ou sem ela. Transportando também a herança maquiavélica. A fatalidade de o poder tender para desconhecer os valores. Mas sem nunca conseguir abafar a voz que clama pela autenticidade, e que está no livro".

[22] Cf. Soulier, 1997: 37-38; Carpentier e Lebrun, 2002: 129-130; Roberts 1997[a]: 126-127; Pires, 1992: 56.

[23] Ver igualmente a este respeito, Cunha 2004: 22-23.

como a Inglaterra de influência anglo-saxónica, ou a França dos merovíngios, ou ainda a Espanha de base visigótica.

Definitivamente gorada a hipótese da restauração do Império Romano no Ocidente, a Europa fecha-se sobre si própria. Cinco séculos decorridos sobre a queda de Roma, e perdida a quase totalidade das estruturas políticas, económicas, sociais e culturais herdadas, o território europeu parece crescer enormemente. A insegurança que tomou conta das outrora fundamentais vias romanas justifica a acentuada redução das trocas comerciais – tanto com o Oriente como em relação aos árabes. A agricultura adquire o papel de âncora do sistema económico e a posse da terra, antigamente fonte de notáveis pelejas, tende a estabilizar-se. É agora fonte de poder e ambas (a posse das terras e a sua exploração) concentrar-se-ão nas mãos de aristocratas que, a troco da sua protecção, recrutarão escravos, colonos ou camponeses livres. As viagens tornam-se progressivamente menos frequentes e mais perigosas. Embora sem aumentarem as distâncias físicas, o sentimento de separação entre os povos amplia-se substancialmente. Todos estes elementos tiveram como principal consequência o crescente isolamento dos povos e a eclosão de uma época de verdadeira estagnação à escala continental. Em suma, como escrevem Carpentier e Lebrun, (2002: 130), "[…] nos séculos IX e X, o Ocidente regressou, em todos os planos, ao seu anterior espedaçamento".

Neste período, em que pesadas trevas se abateram sobre uma Europa oscilando entre o comatoso e o anárquico, apenas a Igreja prospera, consolidando e ampliando o seu poder a todas as regiões que se mantinham fora da influência moçárabe, assumindo-se, em paralelo com o Latim, como o derradeiro vínculo de identificação continental oriundo da era romana[24]. A Alta Idade Média caracteriza-se ainda pelas colossais batalhas de cariz religioso travadas contra o inimigo muçulmano, ocorridas tanto em território europeu, como aqueloutras disputadas no Norte de África Próximo e Médio Oriente e Ásia Menor: as Cruzadas (vd. Wright, 1982[a]: 117 e ss.).

[24] Sustenta Cádima, (1996: 61): "Com a total desarticulação do Império Romano e o progressivo alargamento do poder bárbaro a todas as regiões que anteriormente estavam sob domínio Romano, verifica-se em toda a Europa meridional uma situação de profunda recessão global […] De facto, – continua o autor – poder-se-á dizer que as duas grandes instituições que legitimam de igual modo uma hipotética identidade europeia latente perante o caos bárbaro são, portanto, por um lado a família e, por outro, a Igreja. Acima delas, a transcendência." No mesmo sentido as palavras de Soulier, (1997: 26) "Restavam a Igreja e o Império do Oriente. O papel e a importância da Igreja não deixaram de aumentar de diversas maneiras neste longo período de desordem. Daqui resultou um desenvolvimento considerável da autoridade pontifical, mas, também, a ruptura com a Igreja do Oriente. Só a Igreja tinha estruturas sólidas e duráveis. O cristianismo propagara-se rapidamente e os bispos tornaram-se personagens essenciais da cidade, desempenhando um papel de defensor, ou de mediador perante os Bárbaros. A fragmentação do poder político conduzia-os a voltarem-se, cada vez mais, para o Bispo de Roma, sucessor de São Pedro. Devido à sua primazia sobre os outros bispos, apareceu, por um tempo, como a autoridade suprema do Ocidente". Também Pires, 1992: 72-73, segue esta mesma tese.

1.2.1 O processo de laicização da cultura

A transição entre a Alta e a Baixa Idade Média apenas vai acentuar o processo de fragmentação social, cultural e político do xadrez europeu. Com efeito, uma das notas de maior relevo na análise deste período será o processo de laicização da cultura iniciado ainda nas derradeiras décadas do século XII, beneficiando a partir do século XIII de um retorno nas trocas comerciais, o qual iria acentuar paradoxalmente as identidades regionais em desfavor da uniformização eclesiástica[25].

Emergem também o que poderemos entender como as "tecnologias comunicativas" da época, germinando desenvolvimentos que se fariam sentir de modo mais claro no Renascimento. É o caso das escolas primárias laicas surgidas, a partir de 1179, no seio das Comunas. "[…] [C]onquistada apesar da resistência encarniçada da Igreja […]" (Le Goff, s/D.: 78), que ainda assim conservou para si o exclusivo do ensino superior e boa parte do secundário, a liberdade de iniciativa para abertura das *parvae scolae* ou *scolae minores* (Idem, *Ibidem,* p. 78) abriu caminho a toda uma nova era no ensino. Neste nível, o ensino era essencialmente frequentado pelas crianças oriundas da burguesia comerciante, o qual surgia organizado no sentido de as dotar das noções e instrumentos básicos tendentes ao exercício da sua futura actividade. Nas escolas laicas, a influência da classe mercantil fazia-se sentir em quatro domínios fundamentais: na escrita, no cálculo, na geografia e nas línguas vivas/vernaculares.

Se com a entrada na Alta Idade Média a cursiva antiga dera lugar ao minúsculo carolino, na Baixa Idade Média opera-se um regresso à fórmula inicial. Todavia, esta não

[25] De entre estas guerras, é comum destacar o conjunto de conflitos que opuseram França a Inglaterra, genericamente conhecido como a Guerra dos Cem Anos[25] – 1337-1453 –, não negligenciando muitos outros, inclusive o ocorrido entre Portugal e Castela – 1383-1385). Por outro lado, não podemos neste contexto negligenciar o papel do ensino universitário, dos intercâmbios de professores e estudantes no espaço europeu, antecipando os programas actuais Sócrates e Erasmus, bem como das duas escolásticas: a primeira surgida no século XIII em Órleans (França) e muito difundida em Perusa (Itália) a Segunda Escolástica, ou Neo-Escolástica, nos séculos XVI e XVII divida em duas grandes correntes – a iberista e a anglo-neerlandesa-alemã. Estas trocas de conhecimentos e de mestres eram facilitadas por uma comunicação organizada em torno do latim e pela *licentia ubique docendi*, isto é, o direito, reconhecido pela Igreja Católica, de os mestres poderem ensinar em qualquer instituição, o qual facilitava muito a circulação, tanto de mestres como de discípulos. Vd. Ribeiro, 2003: 26 e Justo, 2005: 29 e ss. e 41 e ss..

surge isolada, posto que, com ela se opera igualmente uma diversificação dos estilos de escrita. Se por um lado nos surge a escrita de chancelaria (elegante e cuidada, destinada principalmente a actos solenes), assiste-se ainda ao nascimento da escrita notarial (não raras vezes, trapaceira e abreviada) e, sobretudo, à comercial "[…] clara e rápida, exprimindo "energia, equilíbrio e gosto". Escrita esta que responde às necessidades crescentes da contabilidade mercantil, da escrituração dos livros, do registo de actos comerciais. Escrever tudo, escrevê-lo imediatamente, escrevê-lo bem, eis a regra de ouro dos mercadores" (Le Goff, s/D.: 78, aspas no original)[26].

A par da escrita, surge o cálculo, cuja utilidade, para o mercador, é por demais evidente. Neste âmbito, multiplicaram-se, a partir do século XIII, os manuais de aritmética elementar. Merece aqui especial referência Leonardo Fibonacci (o mesmo da sequência Fibonacci), a quem é atribuída a introdução, na Europa, de instrumentos tão fundamentais, como os algarismos árabes, amplamente mais práticos para o exercício de operações matemáticas e contabilísticas do que os romanos e, principalmente, do zero. O zero, e com ele, o conceito de nulidade/inexistência que lhe surge inerentemente, eram de todo ainda desconhecidos na Europa de duzentos e tiveram um papel de enorme importância "[…] para a numeração com parcelas, operações com fracções e cálculo proporcional" (idem, *Ibidem*, p. 79).

Por outro lado, também a Geografia, igualmente numa vertente prática e diversificada (versando sobre tratados científicos, narrativas de viagens – com particular destaque no *Livro das Maravilhas* de Marco Polo – e a cartografia) ocupava amplo espaço nas matérias estudadas nas escolas laicas, entre as quais pontificavam as genovesas e catalãs.

Uma quarta área de fulcral importância para a actividade do mercador: o domínio das línguas vulgares, instrumento indispensável à comunicação com os clientes. Em consequência, aparecem os primeiros dicionários bilingues, e é conhecido, pelo menos, um dicionário trilingue (de latim, cumano, uma língua turca, e persa). O francês ocupou inicialmente o espaço de grande língua internacional do comércio, concorrendo, posteriormente com o italiano e o baixo alemão.

[26] Cremos ser útil acompanharmos ainda o restante do raciocínio de Jacques Le Goff. "Um genovês do fim do século XIII aconselha: «Deves sempre recordar-te de mencionar por escrito tudo o que fazes. Escreve-o imediatamente antes que te saia do espírito.» E o anónimo do século XIV […] diz: «Não se pode ser preguiçoso no escrever» […]. Graças a ele, a escrita, escrita limpa e cómoda, escrita útil e corrente, toma um lugar de primeiro plano nas escolas primárias" (Idem, *Ibidem*, p. 78, aspas no original).

Em paralelo, desenvolve-se ainda o estudo da história, em especial uma história económica, e surgem inclusive manuais de comércio elaborados a partir dos conhecimentos de mercadores que deixaram notas escritas das suas experiências. Encontramos aqui toda uma vasta miríade de ensinamentos relativos a mercadorias, pesos, moedas, medidas, itinerários, tarifas aduaneiras, entre inúmeros outros exemplos (Idem, *Ibidem*, p. 80-81).

Há ainda um último aspecto a merecer uma referência particular: a racionalização (seguimos aqui a terminologia de Le Goff, s/D.: 81). "Os ritmos da existência já não obedeciam à Igreja. Medir o tempo tornava-se uma necessidade para o mercador […]. Um calendário regulado a partir das festas móveis era eminentemente incómodo para o homem de negócios. […] Para os seus cálculos, para o estabelecimento de balanços, os mercadores tinham necessidade de pontos de partida, de referências fixas. Entre as festas litúrgicas escolheram uma secundária, a da circuncisão, e fizeram principiar e terminar as suas escritas em 1 de Janeiro e 1 de Julho". Neste contexto, importa salientar igualmente a divisão do próprio dia em outras unidades que não as determinadas pela Igreja e pelas orações. Será portanto o mercador "[…] quem promoveu a descoberta e a adopção dos relógios de repique automático e regular" (Idem, *Ibidem*, p. 82), comuns nas principais cidades comerciais europeias a partir do primeiro quartel do século XIV.

Ora, tal metamorfose desencadeou efeitos devastadores de desagregação nas estruturas de contenção características da Idade Média, (especialmente da Alta Idade Média), abrindo caminho a um período subsequente de sucessivas acelerações e de um contínuo desenvolvimento dos fluxos informacionais que transformariam radicalmente as sociedades europeias. No centro deste processo de transformação social e cultural, de restabelecimento das redes entre os povos europeus (as quais haviam sido perdidas com a desagregação do império romano) e, principalmente, da emergência das tecnologias comunicativas, o livro e, numa segunda fase, a imprensa, que analisaremos um pouco mais adiante[27].

[27] Não desconhecemos, embora deliberadamente ignoraremos, outras transformações igualmente importantes, ainda que laterais face ao nosso objecto, entre as quais, e a título meramente exemplificativo, o das artes, em vários planos distintos. Em resultado da emergência de uma nova classe de consumidores, com gostos distintos dos próprios da nobreza e alto clero, não é de estranhar que a arquitectura, a pintura, a escultura, a literatura, e as artes menores (e entre elas, vestuário, ourivesaria, etc.), tenham conhecido alterações substanciais. As artes adquirem simultaneamente um duplo papel: de ostentação da riqueza de uma nova classe poderosa e endinheirada, que irá dar um novo impulso à produção artística e, por outro lado, a sua desqualificação a mero bem transaccionável, mercadoria susceptível de gerar altos lucros. E, refira-se aqui que, se é verdade que os mercadores apoiavam frequentemente os artistas através do instituto do mecenato, não é negligenciável a existência de interesses, nomeadamente de controlo das ideias e de actos subversivos, que estava subjacente a esta prática. Num outro plano, as igrejas e os castelos da Alta Idade Média, concorrem agora com uma arquitectura civil, mais aberta, menos fortificada, que perdeu os seus traços militares e que ganhou em conforto, comodidade e luxo: nasce a casa patrícia. Na pintura, surgem os frescos e o retrato rivaliza crescentemente, enquanto temática, ao lado das pinturas bíblicas e dos temas religiosos do período anterior. Nas artes menores, o luxo impera: o mobiliário, a ourivesaria, o vestuário, a tapeçaria, todos eles são tributários de uma nova cultura de ostentação da riqueza adquirida pelos mercadores. Na literatura surgem novos temas e novos estilos

Este processo que temos vindo a acompanhar provocou um importante acréscimo de estudantes no ensino superior e, por inerência, uma pressão crescente sobre a procura de livros. Como resposta a este contexto técnico, social e económico inteiramente novo e claramente distinto do anterior, o livro, é aqui substancialmente diferente daquele outro cuja circulação se encontrava, durante a Alta Idade Média, restrita aos muros dos mosteiros e abadias. São várias as alterações assinaladas por Jacques Le Goff (1985: 102-105). Os progressos conseguidos na produção do pergaminho permitem a obtenção de folhas mais claras, superiormente maleáveis e menos espessas. Por outro lado o seu formato altera-se, tornando-se mais pequeno e manuseável. Também ao nível das caligrafias usadas se registam alterações: a escrita gótica substitui a antiga minúscula carolíngia, e de igual modo os fragmentos de cana até então usados para o desenho das letras cedem o seu lugar às penas de aves (geralmente de pato), a partir de cujo uso é possível conseguir maior rapidez e agilidade nos trabalhos de cópia. Por outro lado, a ornamentação nesta espécie de livros diminui drasticamente, enquanto se generaliza o recurso às abreviaturas e aos índices no sentido de se facilitar a sua consulta. Por fim, o livro perde o seu carácter de objecto de luxo, passando a ser um mero instrumento ao serviço de um fim. Ao redor das universidades instalam-se verdadeiras indústrias de cópia das lições dos mestres, organizadas em *pecia* e *exemplar*[28], frequentemente copiadas por estudantes pobres que, por meio desta actividade, sustentavam os seus estudos.

Se é verdade que esta é uma época de florescimento económico, situação que explica as transfigurações acima sumariamente enunciadas é, também, analogamente e qual bumerangue, sua consequência. Com efeito, se as tecnologias comunicativas atrás referidas surgem como exigência de um período de profundas transformações comerciais (mas similarmente sociais e culturais), não é menos verdade que a sua emergência irá potenciar os efeitos primeiros. Tal processo, situado pelos historiadores, algures na fronteira que marca a transição da Alta para a Baixa Idade Média, geralmente conhecido por

adaptados ao gosto de uma classe progressivamente mais desligada da influência espiritual: a lírica trovadoresca e o burlesco adquirem um espaço central entre as distracções da burguesia.

[28] Atentemos na descrição do padre Destrez, transcrita por Le Goff. "Uma primeira cópia oficial da obra que se pretende pôr em circulação é feita em cadernos de quatro folhas, independentes uns dos outros. Cada um desses cadernos, feito de uma pele de carneiro dobrada em quatro tem o nome de peça: *pecia*. Graças a estas peças, de que os copistas se serviam uma após outra (e que reunidas constituem aquilo a que se chama o *exemplar*), o tempo que seria necessário a um só copista para fazer uma única cópia passa a ser suficiente para que cerca de quarenta escribas – no caso de uma obra constituída por umas sessenta peças – possam fazer cada um a sua transcrição, a partir de um texto corrigido sob o controlo da Universidade e por isso de algum modo considerado texto oficial" (Destrez, *apud* Le Goff, 1985: 103, itálicos no original). Cf. igualmente Quintero, 1996: 34-35 e Cádima, 1996: 64.

laicização da cultura, encontra nas cidades comerciais italianas o ambiente adequado à sua eclosão e nos mercadores um elemento preponderante[29].

Paradoxalmente, se é certo que representa um incremento dos contactos e intercâmbios entre os povos europeus, estamos também em presença de um movimento no seio do qual parecem eclodir os primeiros traços (ainda incipientes e equívocos) de afirmação das futuras estruturas nacionais, abrindo caminho e lançando as sementes para os vindouros Estados modernos. Não deixa, todavia, de ser curioso o paradoxo: encontramos na Itália do início da Baixa Idade Média as notas caracterizadoras dos Estados modernos, e este será, justamente, o último Estado europeu a concretizar a sua unificação.

Em sentido contrário, os dois séculos seguintes (XIII e XIV) serão marcados por um período de forte contracção em vários domínios, e de forma muito particular ao nível demográfico, em claro contraste com a recuperação que se encetara no âmbito económico[30]. Para isso, múltiplos factores concorrerão: as sucessivas guerras envolvendo os reinos da Europa[31], os maus anos agrícolas registados no início do século XIV em consequência de vários anos de instabilidade climatérica (alternando vagas de frio intenso, prolongadas secas e invernos diluvianos), bem como do esgotamento dos solos e do modelo agrícola feudal os quais provocaram fomes generalizadas um pouco por todo o continente. De referir também a proliferação de doenças colectivas, com especial ênfase na peste negra (1347-1352) que terá dizimado entre um quarto e um terço da população europeia e, por fim, as revoltas do campesinato surgidas no último quartel do século.

1.2.2 A descoberta da imprensa

A recuperação a que se assiste a partir do século XV e que se prolongará pela centúria seguinte desencadeará transformações radicais, revolucionando, não apenas a

[29] Vejam-se a este respeito, principalmente, os trabalhos de Jacques Le Goff (s/ D.: 77 e ss.) e de Elizabeth Eisenstein (2005: 10 e ss.).

[30] Cf. Carpentier e Lebrun, 2002: 193 e ss.; Wright, 1982[b]: 182 e ss.; Navarro (Dir.), 2005[d]: 283 e ss..

[31] Cf. Carpentier e Lebrun, 2002: 190.

Europa, mas toda a Humanidade. O século XV marca a afirmação de um Renascimento já anteriormente emergente face à decadência progressiva das estruturas medievais, assinalando o arranque dos Descobrimentos marítimos animado pela rivalidade e competição entre os povos europeus (com particular destaque na disputa entre os reinos de Portugal e Castela).

E, naturalmente, é-nos particularmente importante no contexto desta dissertação, a "invenção" atribuída[32] a Johannes Gensfleisch Gutenberg (também referido como Johannes Gänsefleish ou Johann Gutenberg de Estrasburgo e Mogúncia) que, em meados do século, deslumbra a civilização europeia com a prensa de tipos móveis. Esta é uma contribuição que viria a desempenhar um papel fundamental não apenas na disseminação por toda a Europa dos ideais humanistas do Renascimento, como ainda nos processos de Reforma e Contra-Reforma da Igreja, na consolidação das línguas vernáculas e no desenvolvimento de um novo sistema à escala continental de produção e difusão de informação[33]. Particular enfoque, neste último ponto, à emergência da imprensa noticiosa.

Como escreve Elizabeth Eisenstein (2005: 3), nos finais do século XV, assistiu-se à transferência dos trabalhos de reprodução dos documentos escritos da secretária do copista para a oficina do impressor. Todavia, a história em torno da prensa de tipos móveis de Gutenberg surge-nos envolta num manto de vastas incertezas e não menos importantes equívocos. Desde logo, porque largos períodos da própria vida de Gutenberg constituem, para os investigadores, um amplo mistério.

[32] O recurso a esta formulação de cariz mais defensivo justifica-se pelo facto de, "[…] quando se pergunta «Quem inventou a imprensa?» deve responder-se que não sabemos com inteira segurança qual o homem que primeiramente fez tipos na Europa e os usou na impressão. Quanto à identidade do inventor, as investigações históricas amontoaram um número considerável de provas, mas com pequena proporção de testemunhos directos, porquanto a maior parte deles são testemunhos indirectos e circunstanciais" (McMurtie, 1997:160). A este respeito, vd. igualmente o capítulo dedicado por Elizabeth Eisenstein (2005: 13-45) à problemática.

[33] Não obstante o facto de ser um acontecimento ainda hoje deficientemente compreendido. Eisenstein (2005: 4) afirma isso mesmo: primeiro porque se trata de um fenómeno geralmente estudado por académicos de outras áreas que não a da história (e da comunicação, acrescentamos nós); segundo, porque quando é abordado o é sempre de uma forma lateral; terceiro, porque não existe um estudo sistemático capaz de abarcar os cinco séculos de imprensa. Trata-se, em suma, de um evento, pouco estudado, estudado por investigadores de áreas que pouco têm que ver com o assunto, estudado sempre como um tema lateral e estudado de uma forma fragmentada e pouco sistematizada. Como escreve Hirsh (*apud* Eisenstein 2005: 4, tradução nossa) "A exacta natureza do impacto que a invenção e o disseminar da imprensa teve na civilização ocidental permanece, ainda hoje, por compreender". Embora, e mantendo-nos no itinerário proposto por Eisenstein (Steinberg, *apud* Eisenstein 2005: 5, tradução nossa), "quer os movimentos políticos, constitucionais, eclesiásticos e económicos, quer os filosóficos e literários, não podem ser totalmente compreendidos, sem tomar em conta a influência que a técnica de impressão exerceu neles", a verdade é que, sublinha a autora (2005: 6) uma coisa é registar o aumento da produção de livros a partir de meados do século XV, em consequência da nova técnica de reprodução, outra bem diferente é determinar em que medida o acesso a maior quantidade e variedade de informação afectaram os meios de aprender, pensar e compreender das elites letradas.

Sabe-se que terá nascido na Mogúncia, mais concretamente na cidade de Mainz, no final do século XIV (provavelmente em 1398). Filho de um ourives, (Quintero, 1996: 37, ainda que existam teses em sentido contrário – são conhecidos relatos que afirmam a sua ascendência nobre, McMurtrie, 1997: 160), Gutenberg desde cedo se interessará pela arte do pai, a qual terá exercido. Sabe-se, igualmente, que, em virtude da guerra, se terá mudado para território francês e, mais tarde, por volta da terceira década do século XV, se encontrava estabelecido em Estrasburgo. Sabe-se ainda que, num dos vários processos judiciais que somou, na qualidade de réu, ao longo da vida, e sempre por dívidas, o produto do seu intenso labor terá sido arrestado e entregue a favor de Johann Fust, seu sócio, ao qual ficara a dever elevadas importâncias. Aliás, como postula McMurtrie (1997: 162-163), boa parte do que se conhece da vida de Gutenberg é justamente devido aos registos que se conservaram das várias acções que lhe foram movidas. Embora oriundo de uma família abastada, Gutenberg, como muitos outros inventores não logrou colher os benefícios resultantes do seu trabalho, tendo morrido, em 1468, numa altura em que se encontrava ao serviço do Arcebispo Adolfo da Mogúncia, como seu servidor e cortesão para toda a vida (McMurtrie, 1997: 163). Após a acção que intentaram em 1455 contra Gutenberg, cujo resultado, embora não conhecido, lhes terá sido muito possivelmente favorável, Fust e o seu sócio Peter Schoeffer emergem como os mais importantes impressores de Mogúncia, ainda que, nunca hajam reclamado, para si, durante a vida do ourives, o “invento” da nova técnica.

Entre a lista de equívocos comuns relativamente a Gutenberg conta-se, desde logo o facto de ter sido o Tesouro da Igreja o primeiro beneficiário do produto das investigações do inventor. Com efeito, (seguindo a tese de McMurtrie, 1997: 169, mas também de Eisenstein, 2005: 33-34) perdida Constantinopla em 1453, no ano seguinte, o papa, Nicolau V, concedeu indulgências a todos os fiéis que realizassem dádivas em dinheiro para auxiliar o financiamento da campanha bélica contra os Turcos. Assoberbada pela incomensurável procura deste tipo de documentos, a Igreja recorreu à nova técnica de cópia, em virtude de o habitual modo de produção manuscrito se revelar manifestamente insuficiente para satisfazer a procura. Assim foram produzidas indulgências, em larga escala, a partir de 1454, seguindo um modelo que contemplava um texto impresso com alguns espaços deixados em branco para a posterior redacção manuscrita do nome dos oferentes, da data, bem como de outros pormenores.

Um segundo erro vulgar diz respeito ao próprio estatuto de inventor que lhe é atribuído. Na verdade, não obstante a importância capital do seu trabalho para o desenvolvimento da cultura humana, em rigor, Gutenberg nada inventou. O seu mérito

reside justamente na capacidade que teve de combinar um conjunto de elementos pré-existentes e que se tornaram então conhecidos/acessíveis na Europa. O papel, conhecido na China desde há mais de um milénio, e introduzido na Europa, por via árabe, ainda antes do final do primeiro milénio, só no século XIII começou a ser fabricado em Itália, vindo progressivamente a substituir o pergaminho.

Este suporte obtido a partir das peles de animais, conheceu ao longo dos séculos XII e XIII melhoramentos importantes que possibilitaram a obtenção de folhas progressivamente mais claras e igualmente mais finas. Porém, a pressão crescente em torno da procura de livros, transformava esta numa matéria-prima cada vez mais escassa e, num quadro em que a oferta estava longe de satisfazer a enormemente superior procura, os preços disparavam. Em face desta situação os livros, já de si difíceis de produzir e muito dispendiosos, não apenas devido ao facto de serem integralmente manuscritos, mas também devido à riqueza das iluminuras incluídas, atingiam preços apenas comportáveis a algumas, raras, elites. Também por aqui se explica o facto de, para além do restrito circuito monástico, o acesso ao livro, nesta época, se circunscrever, e mesmo assim a escassos exemplares, a alguns membros da alta nobreza.

Gutenberg socorreu-se ainda de uma prensa. Oriundo de uma região produtora de vinhos, o ourives alemão viu na prensa usada para espremer as uvas uma importante aliada para o seu projecto, tendo para tal procedido a algumas adaptações. Tal como o papel, também a impressão era uma técnica há muito conhecida no Oriente. Nunca, todavia, este método logrou alcançar sucesso nessas paragens. A razão para este insucesso explica-se essencialmente pelo facto de as línguas orientais nunca terem, ao inverso do verificado com as ocidentais, evoluído para o estádio fonético, mantendo-se num estágio ideográfico/ideogramático. Estas últimas foram posteriormente sintetizadas num alfabeto circunscrito a vinte e seis caracteres, a partir dos quais é depois possível, por meio de convenções, "reproduzir" não apenas toda a realidade natural, como ainda e também uma vasta panóplia de conceitos abstractos sem qualquer referente material. Deste modo, a complexidade dos tipos existentes, bem como a sua quase infinita variedade[34], contribuíram decisivamente para que um tal sistema nunca tenha vingado. Não obstante, esta técnica era amiudadamente utilizada na produção de xilogravuras, (esculpidas em pranchas de madeira) datando do século IX a mais antiga que se conhece.

[34] Mandarim e cantonês, os dois principais dialectos chineses com suporte escrito, partilham uma mesma base de caracteres que ascende a várias dezenas de milhar. Estimado em cerca de oitenta mil tipos, ao conjunto de símbolos de constantes desse tronco comum, devem ainda somar-se os exclusivos de cada idioma. Embora no uso corrente o emprego destes caracteres não ultrapasse em média os sete mil, a verdade é que a maioria dos seus falantes não chegam, ao longo de toda uma vida a conhecer a totalidade do próprio sistema linguístico escrito.

Assim, a Gutenberg, segundo Quintero (1996: 37)[35] deve ser reconhecido, não o mérito de ter inventado a imprensa, antes sim o da invenção das formas férreas ou caracteres metálicos móveis[36], inspirando-se para tanto, no processo de produção das pranchas de madeira que serviam para a impressão de xilogravuras, prática que se encontrava amplamente difundida em França, na Holanda e nos territórios da Alemanha. A este seu contributo, acrescentem-se as alterações e adaptações introduzidas na prensa de vinho e, pormenor de não somenos importância, a extensa investigação efectuada pelo ourives na busca por uma tinta, suficientemente consistente para não escorrer, compatível com o suporte utilizado e de secagem rápida. Esta terá sido, porventura, a área em que Gutenberg mais inovou, ainda que seja a menos estudada/conhecida.

Uma outra verdade tida como certa, mas que poderá não encontrar correspondência na realidade, diz respeito à Bíblia de quarenta e duas linhas. Em rigor, este mito tem vindo a ser contrariado por teses alternativas (McMurtrie, 1997: 165 e ss.) que propõem uma outra versão dos factos. Não só a Bíblia de Gutenberg (a de quarenta e duas linhas) poderá não o ser, como parece igualmente certo que não terá sido esta a primeira obra impressa. Vamos por partes.

Em primeiro lugar importa estabelecer a data da "Bíblia de 42 linhas". McMurtrie, explica que terá sido concluída não depois de 1456. Ora, sabemos já que a partir de 1454 se produziam indulgências papais em larga escala e, sabemos igualmente ter sido movido por Fust a Gutenberg uma acção executiva de penhora em 1455. Embora, McMurtrie admita a possibilidade de ter sido Guttenberg a preparar a obra, parece muito consistente a tese que propõe que a não terá, todavia, concluído, em face dos factos acima referidos.

[35] Escreve o autor, apoiando-se em Steinberg: "Gutenberg «não foi o primeiro a compreender a necessidade e as possibilidades de uma produção de literatura em grande escala»; tão-pouco inventou a impressão a partir de um relevo negativo […]; dispunha do papel, invenção chinesa já generalizada na Europa; também «seguiu outros quando substituiu a madeira pelo metal e o bloco pela letra individual», e «tinha à mão um instrumento adequado para comprimir […]: a prensa para vinho». Ou seja, a sua conquista, o seu êxito, foi conseguir sintetizar todas as técnicas, correntes e tentativas que já existiam na época em que viveu. Sem o seu génio isso talvez não tivesse sido possível: baseando-se na experiência técnica dos copistas, dos artesãos que faziam gravações em madeira e dos que trabalhavam os metais, produziu caracteres móveis que podiam ser combinados livremente.
No entanto deu dois contributos genuínos: a fundição dos tipos num molde metálico que permitia dispor as centenas ou milhares de caracteres necessários para compor uma obra; e a criação de um braço suficientemente longo para cada carácter de forma a poder ser manejado e colocado junto a outros para formar palavras e frases" (Quintero, 1996: 37). Em idêntico sentido registamos também o testemunho de McLuhan, (1977[a]: 278): "A tipografia foi a primeira experiência de mecanização de um ofício manual e, a este título, ela constitui um exemplo por excelência, não da descoberta de um conhecimento novo, mas da aplicação prática de conhecimentos já disponíveis".

[36] Também aqui não há consenso entre os autores. Febvre e Martin (1997) referem que as formas férreas foram inicialmente produzidas em estanho. Outros autores referem chumbo e há ainda quem sustente a tese do material utilizado ter sido o ferro. Quintero (1996: 37) refere uma liga de chumbo, estanho e antimónio.

Em plano concorrente, o pedaço impresso mais antigo que se conhece, data, provavelmente, do triénio compreendido entre 1444-1447. Foi encontrado em 1892 e aparenta ter servido numa encadernação[37]. "Este precioso pedaço de papel é geralmente conhecido por «Fragmento do Julgamento do Mundo» porque parte do poema que ele contém trata do Juízo Final. […] Pela posição da marca de água […] foi possível determinar a sua colocação provável na folha, e pelo texto conhecido do poema completo tem-se julgado que o livro donde se tirou o fragmento era originariamente composto de 37 folhas ou 74 páginas com 28 linhas em cada uma destas" (Idem, *Ibidem*, p. 166). Outros indícios parecem indicar na mesma direcção. Em 1901 encontrou-se um calendário impresso, cujas referências nele contidas levam muitas entidades a reportá-lo a 1448 e, por conseguinte, impresso no final de 1447. E existem ainda três edições da gramática latina de Élio Donato, habitualmente referidas como anteriores a 1458 atendendo aos tipos utilizados, vulgarmente designados de «tipos do Paris Donato» (Idem, *Ibidem*, p. 167).

Pelo exposto, parece por conseguinte, muito razoável acolher-se a tese segundo a qual, não apenas a Bíblia de Gutenberg será a de 36 e não a de 42 linhas, como, de igual modo, terá sido outra, que não a Bíblia, a primeira obra impressa. E, por outro lado, a imprensa, serviu, num período inicial, antes mesmo da produção em larga escala de livros, os propósitos da Igreja na empresa da reconquista de Constantinopla, fazendo da indulgência impressa, o primeiro produto da nova invenção.

Indiferentemente das amplas incertezas e das infindáveis controvérsias em torno, não apenas, da descoberta (chamemos-lhe assim) da imprensa, como principalmente dos factos principais que rodearam a misteriosa existência do seu autor, podemos, ao menos, extrair alguns pontos coincidentes. Primeiro, a Humanidade deve, com elevado grau (mas não absoluto) de certeza, a imprensa a Johannes Geisenfleish Gutenberg; segundo, tal descoberta terá ocorrido algures na quarta década do século XV, com grande probabilidade no triénio compreendido entre 1444 e 1447; terceiro, é incontestável a importância deste avanço na transformação das sociedades e na massificação/difusão da cultura, da informação e do conhecimento humanos[38].

[37] Tal prática era comum no século XV: as impressões de teste, ou as mal sucedidas, acabavam muitas vezes como matéria para a encadernação de outras e, daí, muitas das primeiras impressões se terem conservado até aos nossos dias.

[38] Atentemos na perspectiva de McLuhan. "A mecanização da arte de escrever foi provavelmente a primeira redução de um trabalho manual em termos mecânicos. É como que dizer que ela traduz o movimento, pela primeira vez, numa série de instantâneos ou de imagens fixas. […] Vemos que a impressão, primeiro fruto da produção de massa, foi também o primeiro produto de série uniforme e repetível. A cadeia de montagem de caracteres móveis permitiu uma produção uniforme e também iterável como uma experiência científica" (McLuhan, 1977ª: 232-233, tradução nossa). E, mais adiante, McLuhan (Idem, *Ibidem*, p. 278-279, tradução nossa) concretiza ainda: "Uma vez encontrada, esta solução do problema da mecanização pôde servir à mecanização de toda a espécie de outras acções. […] «Esta invenção esteve na origem de numerosas

Tal "invenção" estará aliás, no centro do desenvolvimento do humanismo e do Renascimento artístico em Itália e a sua difusão por toda a Europa, constituindo, juntamente com "os grandes descobrimentos marítimos feitos pelos Portugueses e pelos Espanhóis, cujas consequências se repercutiram, pouco a pouco, na economia do Velho Continente […] e a reforma religiosa, por todos reclamada mas que, por não ter sido iniciada pela Igreja romana, depressa se realizou sem ela e até contra ela, provocando a ruptura da unidade cristã" (Carpentier e Lebrun, 2002: 205), uma das três séries de acontecimentos que contribuíram, no decurso do século XV e no início do século XVI, para modificar profundamente os dados da vida na Europa.

Em idêntico sentido, também McMurtrie (1997: 159) assinala que "na história da cultura humana não há acontecimento que tenha a importância do invento da impressão com tipos móveis". O autor sustenta mesmo que seria necessário um volumoso livro para, mesmo de forma fugaz e condensada reflectir acerca do verdadeiro alcance das implicações decorrentes da técnica desenvolvida por Gutenberg nos mais variados aspectos da vida e actividades humanas, com particular ênfase nos resultados obtidos "[…] na libertação do espírito da humanidade, dos grilhões da ignorância e da superstição". Também Quintero, (1996: 30) sustenta que "a invenção e a rápida difusão na Europa do prelo de caracteres móveis constituiu uma verdadeira revolução".

Na verdade, sem esta contribuição, teria sido com grande probabilidade, muito mais prolongado e custoso o processo de afirmação e consolidação das línguas e literaturas nacionais, tal como, dificilmente, tanto a Reforma Protestante quanto a Contra-Reforma teriam logrado alcançar semelhante êxito e nível de difusão. Mantendo-nos ainda na peugada de Quintero "a imprensa gerou, além disso, uma nova actividade económica digna de ser levada em consideração, quer no que respeita à produção de matérias-primas, como o papel, quer no que se refere ao comércio do principal dos seus produtos, o livro e, mais tarde, da imprensa periódica".

McLuhan, (1977[a]: 174, tradução nossa, aspas no original), vai mais longe, sustentando mesmo que "a diferença entre o homem da impressão e o homem da cultura «escribal[39]» é quase tão grande quanto aquela que separa os letrados dos analfabetos. Os elementos constitutivos da tecnologia gutenberguiana não eram novos mas a sua reunião, no século XV, produziu uma aceleração da actividade social e pessoal equivalente a uma

transformações industriais.» A imprensa, que dará origem a todas as mudanças subsequentes, foi ela mesma um verdadeiro feixe, uma galáxia, de técnicas já chegadas à maturidade".

[39] N.T.: *scribal* no original.

«descolagem» […]"[40]. Por outro lado, nota Eisenstein (2005: 27), o advento da impressão levou igualmente, no seio da própria "indústria" da impressão à criação de um novo tipo de estrutura oficinal. Com efeito, para que a impressão fosse possível, e por causa dela, assistimos a um reagrupamento de diferentes artesãos especializados o que encorajou novas formas de intercâmbios e cruzamentos culturais e profissionais/disciplinares. Sob a égide da nova técnica, reuniam-se num mesmo projecto artesãos (trabalhadores de peles, ferreiros, mecânicos, ilustradores, carpinteiros…), autores (clérigos, poetas, cientistas, intelectuais, políticos…), impressores e livreiros, homens de negócios financiadores das impressões, etc., o que contribuía também para um aumento dos contactos entre actores cujos diferentes papéis, até então, raramente se cruzavam[41].

1.2.3 A primeira Aldeia Global

Todavia, o efeito mais decisivo resultante do legado de Gutenberg é justamente ao nível da produção e difusão da informação. Nos primeiros séculos da imprensa, deve, contudo, referir-se que, como ensina Eisenstein (2005: 46, tradução nossa, apoiando-se em Febvre e Martin), "[…], os textos antigos foram duplicados mais rapidamente que os novos. Nesta base muitas autoridades concluem que «a impressão não acelerou a adopção de novas teorias»". Em consequência, os livros tornaram-se acessíveis a camadas da

[40] Sigamos ainda McLuhan ainda mais um pouco, ainda que, aqui, apoiando-se em James Frazer: "comparativamente àquele que forneceu a tradição viva, o testemunho dos livros antigos sobre as religiões primitivas não tinha grande valor. A literatura, com efeito, acelerou o progresso do pensamento a um degrau que deixa infinitamente atrás a opinião, que não conhece os lentos progressos permitidos pela tradição oral. Duas ou três gerações de literatura puderam fazer evoluir o pensamento mais do que dois ou três milénios pela via tradicional […]", (Frazer, *apud* McLuhan, 1977ª: 175, tradução nossa). Vd. também, Eisenstein, 2005: 14 e ss..

[41] Permanecendo no trilho proposto por Elizabeth Eisenstein (2005: 28, tradução nossa), a autora prossegue, discorrendo acerca da importância do papel do impressor que aparece como figura de proa em torno de quem todos os assuntos giravam. O impressor era o responsável pela obtenção do financiamento da obra, das matérias-primas e dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, cabia-lhe o desenvolvimento de complexos planos de produção, deveria estimar quantitativamente o mercado para a obra e era ainda o responsável pela formação dos aprendizes. Por outro lado tinha ainda de cuidar que os assuntos administrativos, licenças, impostos, etc. se encontravam em dia, e deveria também descobrir e promover autores e artistas talentosos que lhe pudessem assegurar não apenas lucro, como também prestígio e notoriedade. "Nesses locais onde a sua empresa prosperou e ele conseguiu uma posição de influência entre os indivíduos da cidade, a sua oficina tornou-se um verdadeiro centro cultural atraindo os letrados locais e estrangeiros célebres, fornecendo simultaneamente um local de encontros e um centro de mensagens para uma Comunidade de Conhecimento [Learning Commonwealth, no original] cosmopolita em expansão".

população que até então quase não lhes podiam aceder. Passou a ser possível aos estudiosos disporem de bibliotecas individuais e, paralelamente o aumento de exemplares da mesma obra em circulação, operou uma mutação radical no paradigma académico: a glosa[42] deu lugar à referência cruzada, ao cruzamento de obras e de autores (Eisenstein, 2005: 47). Como conclui a autora (Eisenstein, 2005: 48), "prateleiras de livros mais abundantemente abastecidas, obviamente incrementaram oportunidades para consultar e comparar diferentes textos".

Neste contexto, a aceleração que as sociedades humanas conheceram em resultado da descoberta da imprensa é, por muitos, tida como análoga à da invenção da roda, à conhecida aquando do domínio do fogo, ou, deslocando-nos para o campo da comunicação, da geração da escrita. Recordemos, por exemplo, que Anderson (2006: 33 e 37) estima que apenas na segunda metade do século XV (ou seja, nos cinquenta anos subsequentes ao aparecimento da nova técnica) tenham sido produzidos mais de vinte milhões de exemplares, número que decuplicou na centúria seguinte. Clapham (*apud* Eisenstein, 2005: 15, tradução nossa) converge neste ponto com Anderson, apresentado o caso hipotético de um homem nascido em 1453, o ano da queda de Constantinopla, que, ao comemorar o seu quinquagésimo aniversário, teria sido testemunha da impressão, ao longo da sua vida, de oito milhões de exemplares. "[…] Mais provavelmente do que todos os escribas da Europa tinham produzido desde que Constantino fundara a sua cidade em 330 a. C.".

No diálogo Fedro, Platão, ao relatar o assim, em regra conhecido, mito do deus Thoth[43] (ou Theuth), explica justamente isso. O bom deus, inversamente ao que reclamava,

[42] A glosa consiste em anotações ou comentários efectuados na margem dos livros, ou entre as linhas do texto, produzidas pelos académicos medievais com o objectivo de tornar inteligível um pedaço de um texto obscuro.

[43] "*Sócrates* – Pois bem: ouvi uma vez contar que, nas regiões de Náucratis, no Egipto, houve um velho deus deste país, deus a quem é consagrada a ave que chamam íbis, e a quem chamavam *Thoth*. Dizem que foi ele quem inventou os números e o cálculo, a geometria e a astronomia, bem como o jogo das damas e dos dados e, finalmente, fica sabendo, os caracteres gráficos (escrita). Nesse tempo, todo o Egipto era governado por Tamuz, que residia no sul do país, numa grande cidade que os gregos designam por Tebas do Egipto, onde aquele deus era conhecido pelo nome de Ámon. Thoth encontrou-se com o monarca, a quem mostrou as suas artes, dizendo que era necessário dá-las a conhecer a todos os egípcios. Mas o monarca quis saber a utilidade de cada uma das artes e, enquanto o inventor as explicava, o monarca elogiava ou censurava, consoante as artes lhe pareciam boas ou más. Foram muitas, diz a lenda, as considerações que sobre cada arte Tamuz fez a Thoth, quer condenando, quer elogiando, e seria prolixo enumerar todas aquelas considerações. Mas, quando chegou a vez da invenção da escrita, exclamou Thoth: «Eis, oh Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escrita, descobri o remédio para a memória.» - «Oh, Thoth, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outra julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros! Tu, neste momento e como inventor da escrita, esperas dela, e com entusiasmo, todo o contrário do que ela pode vir a fazer! Ela tornará os homens mais esquecidos, pois que, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras, e só se lembrarão de um assunto por força de motivos exteriores, por meio de sinais, e não dos assuntos em si mesmos. Por isso, não inventaste um remédio para a memória, mas sim para a rememoração. Quanto à transmissão do ensino, transmites aos teus alunos, não a sabedoria em si mesma mas apenas uma aparência de sabedoria, pois passarão a receber uma grande soma de informações sem a respectiva educação! Hão-de parecer homens de saber, embora não passem de ignorantes em muitas

não inventara um remédio para a memória e contra o esquecimento. Na verdade, com a invenção da escrita, o que Thoth conseguira havia sido um remédio, não para a memória, antes sim para a rememoração/recordação. Uma vez disponível a escrita, argumentava Platão (embora num registo bem mais crítico do que aquele que aqui empregamos), o homem, ao invés de utilizar a sua memória, torna-se negligente no seu uso, posto que, estando a informação escrita, armazenada num outro suporte que não o da lembrança sempre falível, como que se desresponsabiliza o homem e a sua memória de tão pesado fardo.

São de todos conhecidos, contudo, os espantosos avanços nas sociedades que o desenvolvimento da comunicação, oral, primeiramente, e, num estágio mais tardio, escrita, proporcionaram à civilização humana considerada no seu todo. Por meio do progresso da oralidade, cada homem pôde então passar ao seu semelhante vastas parcelas da informação acumulada ao longo da sua existência, dispensando a geração subsequente de ter de aprender tudo de novo, abrindo espaço a uma, chamemos-lhe assim, acumulação de informação. Doravante, caberá à descendência receber dos antepassados o legado que lhes é transmitido e passá-lo, somando as suas "descobertas", às gerações vindouras (Figueiredo, 2006: 52-54)[44].

Porém, este era um processo que, socorrendo-nos das teses funcionalistas de Luhmann[45] enfermava de uma limitação capital. A probabilidade de o discurso sobreviver à

matérias e tornar-se-ão, por consequência, sábios imaginários, em vez de sábios verdadeiros!»" Platão, 2000: 120-121 (itálicos no original).

[44] "A morte já não implica o «voltar à estaca zero». Esta ruptura inaugura toda uma nova e fascinante cadeia de possibilidades. Surge a História ligada à perpetuação do conhecimento e a um conceito de legado cultural. Mais importante, todavia que a transmissão de conhecimentos é a sua acumulação. Acumulação de capital intelectual, técnico, cultural. A partir do momento em que o Homem é capaz de projectar a sua interioridade num suporte exterior, pode comunicar, partilhar esse seu capital com os seus semelhantes. Mais, pode igualmente, trocá-lo. O conhecimento torna-se uma mercadoria imaterial, porém, transaccionável e, por conseguinte, susceptível de, a cada troca, sofrer mutações e combinações evolutivas/performativas" (aspas no original).

[45] Acompanhemos, portanto, o essencial do raciocínio do próprio Luhmann, posto que, eventualmente, ao longo da presente investigação, as suas pertinentes asserções tenham de ser re-convocadas. Escreve Luhmann: "Uma teoria da comunicação como a que aqui se pretende esboçar implica pois, antes de mais, que a comunicação é improvável. É-o, apesar de diariamente a experimentarmos e a praticarmos e de não podermos viver sem ela. Esta improbabilidade que se tornou quase imperceptível requer uma apreensão prévia e, além disso, um esforço que se poderia classificar como «contra-fenomenológico». […] Em primeiro lugar, é improvável que alguém compreenda o que o outro quer dizer, tendo em conta o isolamento e a individualização da sua consciência. O sentido só se pode entender em função do contexto, e para cada um o contexto é, basicamente, o que a sua memória lhe faculta. A segunda improbabilidade é a de aceder aos receptores. É improvável que uma comunicação chegue a mais pessoas do que as que se encontram presentes numa situação dada. *O problema assenta na extensão espacial e temporal*. O sistema de interacção dos indivíduos que se encontram presentes em cada caso garante a atenção suficiente para que se produza a comunicação, desintegrando-se quando se comunica de modo perceptível que não se deseja comunicar. Uma vez ultrapassados os limites deste sistema de interacção não podem impor-se (pela força) as regras que dentro dele são válidas. Mesmo quando a comunicação conta com transmissores móveis e permanentes, é improvável que possa encontrar a atenção devida, já que os indivíduos têm diferentes interesses em situações distintas. A terceira improbabilidade é a de obter o resultado desejado. *Nem sequer o facto de que uma comunicação tenha*

ausência do sujeito enunciador era virtualmente nula. Apenas indirectamente a informação transmitida poderia atingir outros destinatários que não aqueles que se encontrassem presentes no momento da emissão da mensagem. Ora, num segundo estágio, a comunicação, já não oral, mas sim em suporte escrito, permitia suprir tal lacuna[46]. Resolviam-se, de um golpe, duas questões fundamentais: a sobrevivência da mensagem à ausência do sujeito enunciador e, correlatamente, a sua perpetuação no tempo e, teoricamente, no espaço. Com a escrita instalava-se igualmente uma ideia de memória colectiva e intemporal.

Todavia, como refere Kerckhove (1997: 264), só por meio do alfabeto grego, diferente de todos os outros sistemas de escrita no mundo, foi possível desvincular uma mensagem do espaço (aqui entendido em sentido amplo) em que fora produzida. "Com a ortografia alfabética, o texto liberta-se do contexto". Ora, este tipo de código não impõe ao leitor qualquer ligação com o contexto do que está a ser dito para que a descodificação da mensagem seja possível, permitindo, por isso, que os enunciados possam ser removidos do seu contexto original, e recolocados noutro qualquer local, noutro espaço contextual, não

sido entendida garante que tenha sido também aceite. Por «resultado desejado» entendo o facto de que o receptor adopte o conteúdo selectivo da comunicação (a informação) como premissa do seu próprio comportamento incorporando à selecção novas selecções e elevando assim o grau de selectividade. A aceitação como premissa do próprio comportamento pode significar actuar em virtude de directrizes correspondentes, bem como experimentar, pensar e assimilar novos conhecimentos, supondo que uma determinada informação seja correcta. Estas improbabilidades não são somente obstáculos para que uma comunicação chegue ao destinatário, actuam ao mesmo tempo como «factores de dissuasão», que induzem a abster-se de uma comunicação que se considera utópica. […] Os sujeitos abster-se-ão de comunicar no momento em que não tenham garantias suficientes de que a sua mensagem vai chegar a outras pessoas, de que vai ser compreendida e de que vai cumprir os seus objectivos. Ora, sem comunicação, não podem formar-se sistemas sociais. Por conseguinte, as improbabilidades do processo de comunicação e [a] forma em que as mesmas se superam e se transformam em probabilidades regulam a formação dos sistemas sociais. Assim, deve entender-se o processo de evolução sociocultural como a transformação e ampliação das possibilidades de estabelecer uma comunicação com probabilidades de êxito, graças à qual a sociedade cria as suas estruturas sociais; e é evidente que não se trata de um mero processo de crescimento, mas de um processo selectivo que determina que tipos de sistemas sociais são viáveis e o que terá de excluir-se devido à sua improbabilidade. As três formas de improbabilidade mencionadas reforçam-se reciprocamente. Não há possibilidade de suprimi-las consecutivamente e convertê-las em probabilidades. A solução de um problema isolado equivale a dificultar na mesma medida a dos outros. Quando uma comunicação foi correctamente entendida dispõe-se de maior número de motivos para a rejeitar. *Se a comunicação transborda o círculo dos presentes, a sua compreensão torna-se mais difícil e é mais fácil, por sua vez, que se produza a rejeição*. […] *A partir do momento em que a escrita permite levar a comunicação para além do círculo – especial e temporalmente limitado – dos presentes*, não é possível continuar a confiar no efeito rapsódico do ritmo da versificação, que só podia arrastar os presentes; é preciso argumentar com o conteúdo em si. Esta lei, segundo a qual as improbabilidades se reforçam mutuamente e as soluções dos problemas num aspecto reduzem as possibilidades de solução noutros, implica que não existe nenhum meio que facilite directamente um progresso constante do entendimento entre os homens. Ao empreender-se esta tarefa, descobre-se que se trata mais de um problema de crescimento, com exigências cada vez mais contraditórias. No sistema dos meios de comunicação modernos de comunicação de massas actua-se, sob a sugestão do funcionamento, como se todos estes problemas estivessem resolvidos" Luhmann, 2001: 41-45 (aspas no original, itálicos nossos).

[46] Barthes e Marty (1987: 32-33) admitem a tese, apoiando-se para tal em Levy-Strauss e Ginneken, de que este processo de "invenção da escrita" se possa ter baseado num duplo paradoxo: o de que o homem terá sabido ler antes de saber escrever, (ler as marcas de animais, as pegadas, os sinais naturais, traços nos troncos de árvores, marcas nas pedras, etc.) por um lado e, noutra perspectiva, a de que terá conseguido escrever antes mesmo de conseguir falar (pela reprodução mimética dos vestígios encontrados na natureza).

necessária ou directamente relacionado com o anterior. Deste modo, explica Kerckhove "pode-se facilmente decifrar e até ler alto qualquer fiada de alfabética mesmo sem ter a mínima ideia do que se está a dizer, mas não se pode fazer o mesmo em hebraico, árabe, ou com os hieróglifos ou com os ideogramas"[47].

O público potencialmente recebedor de uma tal mensagem, ainda que a mesma pudesse ser agora codificada num sistema abstracto e largamente ancorado em convenções simbólicas (e, por conseguinte, desligada do ambiente original em que fora produzida) permanecia, ainda assim, imensamente restrito, tanto no tempo, como no espaço, como ainda na sua dimensão subjectiva. Decorrentes de factores naturais ou, mesmo do elemento humano, não raras foram as vezes em que documentos de crucial importância se perderam para todo o sempre. Ora, um dos aspectos fundamentais da revolução comunicacional operada por Gutenberg, reside justamente aí: por um lado, imprimindo-se múltiplas cópias de uma determinada obra decresce substancialmente o risco de perda (e de adulteração e/ou truncagem, visto serem vários os exemplares em circulação, o que coloca dificuldades acrescidas a qualquer tentativa de corrupção); por outro e, muito mais importante, o conhecimento democratiza-se, chegando a um público crescentemente mais numeroso e, portanto, em termos hipotéticos, criam-se as condições necessárias a uma multiplicação exponencial da informação produzida a cada geração e transmitida para a seguinte. Este conhecimento pode agora chegar, com maior facilidade e mais garantias de que não se perderá, a gerações distantes no futuro, posto que, com a imprensa, multiplicando-se o número de exemplares, multiplicam-se igualmente os elementos redundantes no sistema[48].

Há todavia uma terceira dimensão que ainda não exploramos e que constituirá, porventura, elemento central da investigação que nos propomos encetar. A existência de uma técnica capaz de, concomitantemente tornar viável um conhecimento que dispensa a presença do autor e que perdura muito para lá do seu desaparecimento e, por outro, torna possível o seu acesso de forma massificada a um amplo conjunto de receptores, abrirá

[47] Esta ideia é aliás explorada e aprofundada por William Burroughs. Em *A Revolução Electrónica*, o autor formula uma tese segundo a qual, as línguas ocidentais, devido justamente à sua componente convencional, (isto é, à possibilidade de a coerência e sentido do texto poderem, sem serem afectados de tal modo que fique impossibilitada *uma* compreensão (qualquer que a mesma seja) da mensagem, sobreviver à ausência do contexto original), constituem um dos mais poderosos instrumentos para manipulação da realidade ao serviço do *establishment*, visando o controlo das massas. Em sentido oposto, Burroughs defende que as línguas orientais, devido justamente ao elevado grau de ancoragem na realidade que serviu de suporte à produção do *texto*, são garantia de uma muito maior fiabilidade/verdade.

[48] Para tanto, atentemos na definição do conceito de redundância proposta por Shannon e Weaver (em Weaver, 1971). Se por um lado é verdade que a redundância é o grau zero da informação, por outro, a redundância do sistema garante a transmissão da mensagem, mesmo em canais entrópicos, i.e., de reduzida fiabilidade.

caminho a um conjunto de possibilidades extraordinárias: comunidades de leitores, redes de investigadores, partilha de informação, troca de experiências. A informação circula. E circula cada vez mais depressa, em maiores quantidades e, essencialmente, escapa à clausura (também em sentido literal) a que fora vetada no período da Alta Idade Média. O mundo acelera, e diminui. Os povos que, após a desagregação do império romano, se haviam separado, retomam os antigos fluxos. Novas redes nascem. O mundo evolui. E, evolui, reduzindo-se à aldeia global mcluhaniana[49], acelerando de tal modo, que acaba reduzido, na era da velocidade da luz à imobilidade total, conforme propõe Paul Virilio (1993: 29 e ss.) em *A Inércia Polar*.

Como escreve Quintero (1996: 30) tendencialmente todos associamos à descoberta da imprensa a produção de livros numa escala massificada. As primeiras obras impressas, tese que constitui a doutrina dominante, versaram essencialmente sobre temas religiosos. Não é de estranhar tal, se tomarmos em linha de conta a imensa influência da Igreja na sociedade da época. Na verdade, durante toda a Idade Média, não negligenciando as excepções já atrás assinaladas, abadias e mosteiros constituíram raros oásis de conhecimento e cultura por entre um vasto deserto de iliteracia. Porém, logo no período subsequente à descoberta do prelo de tipos móveis, a publicação de obras de âmbito literário e de divulgação do pensamento próprio, foi uma realidade[50]. "No entanto, esquece-se frequentemente que além de livros os impressores também produziram, desde o início, folhas soltas e pequenos folhetos ou opúsculos. Estes produtos da nova indústria tinham várias finalidades, mas se alguma deve ser destacada é a de propaganda e informação" (Quintero, 1996: 30). Nascia, deste modo, um mercado produtor de informação, no qual as

[49] "O «tempo» cessou, o «espaço» desapareceu. Nós agora vivemos numa aldeia global…" (McLuhan e Fiore, 2001: 63, tradução nossa). Não podiam ser mais oportunas estas breves palavras de Marshall McLuhan, ainda que as mesmas tenham sido produzidas num contexto (conceito central nesta sua obra) diferente daquele que estamos aqui a invocar. Embora, a metáfora da aldeia global, considerada na sua formulação inicial, o tenha sido com referência às tecnologias da instantaneidade, do directo, do tempo real, próprias dos meios de comunicação de massa da segunda metade do século XX, (e na sua contraposição às anteriormente existentes no século XIX), a verdade é que, mantendo-se válidos os pressupostos da metáfora, parece existir um amplo consenso em fixar no período renascentista os antípodas da globalização.

[50] A este propósito refira-se também, ainda que muito abreviadamente, que, conforme explica Elizabeth Eisenstein (2005: 24), nos primeiros tempos das obras impressas (em concreto o período dos incunábulos), os impressores optaram por uma estratégia de continuidade gráfica face ao sistema anterior, ao invés de procederem a uma qualquer revolução. Tal tese é sustentada pela escolha dos próprios tipos de impressão que mantinham um desenho muito similar à caligrafia. Todavia, bem antes do dobrar do século, já se notavam importantes evoluções, nomeadamente as apontadas por Steinberg a que Eisenstein dá eco (Steinberg, *apud* Eisenstein, 2005: 24, tradução nossa, parêntesis nossos): "Bem antes de 1500 os impressores tinham começado experiências com o uso de tipos graduados, títulos de página, …notas de rodapé… tabelas de conteúdos [tradução literal de *tables of contents*, formulação correspondente aos vulgares índices]… algarismos [na parte] superior [da página], referências cruzadas… e outros elementos disponíveis ao compositor»". Analogamente aos avanços nas técnicas de reprodução do texto verificaram-se também, segundo Eisenstein, progressos na multiplicação de imagens (recorrendo-se a pranchas de madeira), quadros e tabelas, fórmulas e equações, etc..

folhas informativas ocasionais conviviam com as notícias manuscritas que já existiam aquando da descoberta da imprensa, e que se manterão ainda durante algum tempo.

Seguindo ainda Alejandro Pizarroso Quintero (1996: 31 e ss. e também Cádima, 1996: 62) o fenómeno das notícias manuscritas (distinto da correspondência epistolar), independentemente da escala da sua difusão e do seu carácter esporádico, existia já desde a Alta Idade Média. Estes instrumentos de comunicação têm, na perspectiva do autor, forma jornalística, pelo que deverão ser consideradas enquanto tal. Conheceram amplo desenvolvimento a partir do século XIII, beneficiando do próprio incremento comercial, da consolidação da vida urbana, do aparecimento de um público leitor, do estabelecimento dos correios regulares. Antes de desaparecerem, já no século XVIII, conheceram grande incremento ao longo dos séculos XIV e XV, tiveram o apogeu no período quinhentista e conseguiram sobreviver ao aparecimento e implantação das gazetas seiscentistas.

Por todo o lado a indústria noticiosa floresceu neste período, encontrando nas cidades comerciais italianas e, particularmente em Veneza, então o centro informativo por excelência da Europa pré-renascentista, o ambiente adequado à sua proliferação. Como sustenta, Habermas (1981: 53, *apud* Cádima 1996: 62) "«*as grandes cidades comerciais são ao mesmo tempo centros de permuta de notícias […]. Quase simultaneamente com o aparecimento das bolsas, os contactos e a comunicação tornaram-se permanentes através da institucionalização do correio e da Imprensa*»".

Estas *Lettere d'Avvisi* (Itália), *Nouvelles à la Main* (França), ou ainda, *Geschriebene Zeitungen* (Alemanha), como eram conhecidas, rapidamente conquistaram um público leitor fiel e estável (ainda que algumas tenham mantido o seu âmbito predominantemente privado), o qual conduziria igualmente ao surgimento de uma estabilidade na produção destes boletins noticiosos: a periodicidade. Estes *avvisi*, que em Veneza se transaccionavam pelo preço de uma *gazzette*, rapidamente tomaram a designação da moeda, tendo-se generalizado esta última designação. Eram organizados em pequenos fólios, contendo numerosas notícias, versando sobre vários assuntos, e limitavam-se à descrição dos acontecimentos, indicando a data e o lugar, sem qualquer explicação adicional, e sem incluírem qualquer título.

Concorrendo com estes *avvisi*, surgiram os *impressos ocasionais* (conhecidos em França por *canards*). Divergiam dos primeiros em numerosos aspectos. Em primeiro lugar, porque utilizavam já a nova técnica de impressão, factor que contribuía para a sua divulgação massificada, em claro contraste com os *avvisi* (mesmo aqueles que circulavam livremente). Um outro aspecto incidia sobre o conteúdo: se os *avvisi* reproduziam muitos

factos, os ocasionais, cingiam-se a apenas um. Contavam-se entre os mais frequentes as guerras contra os turcos, as viagens e os descobrimentos e os assuntos locais (milagres, histórias prodigiosas, desastres naturais, factos criminais, a presença na cidade de um príncipe ou nobre).

Quanto à forma, era já patente algum cuidado na apresentação: surgem os títulos e as xilogravuras. Paralelamente os ocasionais são compostos de duas ou quatro folhas, dobradas ao meio, formando um "caderno" de quatro ou oito páginas. Embora raras, são conhecidas edições com número superior de páginas. Ademais eram frequentes as reimpressões de cidade para cidade, bem como as traduções. Uma outra idiossincrasia própria destes ocasionais residia no facto de, ao invés das *lettere d'avvisi*, existir aqui frequentemente uma intenção de propaganda e/ou manipulação, ao serviço do poder: fosse na exaltação de vitórias militares, ou na descrição de atrocidades cometidas por um inimigo. Este facto pode explicar-se com a necessidade de obtenção, por parte do impressor, de um privilégio real para a impressão, notando-se, por conseguinte, logo desde os primeiros tempos, uma tendência para o controlo, pelas instâncias do poder (que cedo perceberam não apenas as potencialidades da nova técnica, como, principal e rapidamente intuíram os perigos dela emergentes para o equilíbrio e manutenção da ordem estabelecida), do género e do sentido da informação em circulação. Além dos privilégios reais, outra forma de censura muito comum residia na elaboração de indexes de livros proibidos (prática que se vulgarizou um pouco por toda a Europa ainda no primeiro quartel do século XV – Carlos V tomou uma iniciativa nesse sentido em 1521) e, sobretudo, na própria actividade desenvolvida pelo Santo Ofício[51].

Todavia, a diferença mais saliente, entre os boletins manuscritos e os impressos, resultava do facto destes últimos serem produzidos pelos impressores, que terão sido, também, os primeiros jornalistas (editores?) modernos. O passo seguinte visou a instituição da periodicidade.

Embora as gazetas seiscentistas ainda se encontrassem à distância de quase um século, e os diários apenas viessem a surgir em meados do século XVIII, a verdade é que desde há muito existiam publicações de carácter periódico, ainda que não de teor jornalístico: referimo-nos em concreto aos calendários e almanaques, que, inclusive,

[51] "A partir de 1479, o Papado ocupou-se da impressão. O papa Bórgia, Alexandre VI (1492-1503) condenou à pena de excomunhão, em vários éditos, os impressores que publicassem livros sem prévia autorização eclesiástica. Uma bula de Leão X, de 1515, estabeleceu que todos os textos escritos, antes de serem impressos, tinham de ser examinados pelos bispos e pela inquisição. Em 1557, Paulo IV fez o Santo Ofício publicar o primeiro Índex de livros proibidos" (Quintero, 1996: 46).

Gutenberg terá imprimido logo na alvorada da imprensa. Os primeiros, embora se tenham perdido, terão sido impressos em Mainz em 1448.

Na transição do século XVI para o XVII encontramos, em França e na Alemanha, os primeiros periódicos de cariz claramente informativo, com periodicidade anual, e que resumiam os principais eventos do ano. De entre estes destacamos o *Mercure Français*. Outras publicações, igualmente periódicas, ainda que de frequência diversa, podem ser encontradas nesta época. Em sentido estrito, publicações, de âmbito jornalístico, e com uma periodicidade definida, são as que encontramos, um pouco por toda a Europa, a partir da terceira década do século XVII. O modelo era então o da *Gazette* semanal (interregno de publicação que seguia também a intermitência dos correios que era, à data, essa) de Théophraste Renaudot, publicada em Paris, a partir de 1631. Saliente-se que, nas palavras de Quintero, (1996: 48-49), a *Gazette* de Renaudot, não foi, nem sequer em França, a primeira publicação com regularidade definida[52].

Com o advento da Imprensa (em sentido estrito) a burguesia passava a dispor de um instrumento para dar a conhecer as suas ordens e disposições assim se convertendo, nas palavras de Cádima (1996: 72), os destinatários destas mensagens em público. A noção de público, a que regressaremos, atendendo à sua dimensão central nos problemas de que nos ocupamos, encontramo-la já em Platão que, n'*A República*, considerava ser a cidade ideal aquela, cuja população, não ultrapassasse o número de cidadãos que seria possível reunir, em torno de um orador, num único espaço, de molde a que este se pudesse fazer escutar por todos. E, numa perspectiva diferente, surge também bem presente, nos autores do século XIV, especialmente em Boccaccio que "[…] convicto de que só seria lido se tomasse a iniciativa de divulgar ele próprio a sua obra […]" (Cádima, 1996: 66) escreverá várias cartas a um amigo bem relacionado, acompanhadas de um exemplar de luxo do seu mais recente trabalho, no sentido de que este pudesse, através dos seus contactos ajudar na divulgação da obra.

A emergência de um espaço público na Europa, mesmo que enfraquecido pela divisão linguística que se instalava à escala continental, por força do fenómeno do triunfo das línguas vulgares sobre a uniformização do latim (a que regressaremos), constituir-se-ia, ainda assim, como veículo privilegiado de divulgação dos projectos de pacificação e união

[52] Atentemos nas palavras de Quintero (1996: 49): "Mas no terreno da imprensa periódica semanal os territórios pioneiros na Europa foram os Países Baixos e a Alemanha. Em 1605, os arquiduques Alberto e Isabel, que governavam em nome do Rei de Espanha os Países Baixos católicos, concederam privilégio ao impressor Abraham Vervhoeven para publicar todas as «notícias recentes, as vitórias, assédios e conquistas de cidades que os referidos príncipes tivessem ou ganhassem na Holanda»". Quintero, (Idem, *Ibidem*, p. 50) enumera ainda uma extensa lista de publicações, jornalísticas, semanais aparecidas ao longo das duas primeiras décadas do século XVII e, por conseguinte, bem antes da gazeta parisiense.

política propostos por inúmeros pensadores dos séculos seguintes, os quais retomaremos em seguida.

1.3 A Ideia de Europa no Renascimento e Modernidade

A distância entre a Idade Média e o Renascimento escreve Cádima, (1996: 64-65), apoiando-se para tal em Michel de Certeau, poderá ser aferida pelo que separa o copista antigo do tradutor moderno. Na verdade, por meio da tipografia, é encetado um duplo trabalho: de cópia e conservação de toda uma cultura quase esquecida e, por outro lado, de tradução dessas mesmas obras para as línguas nacionais. Após a contribuição de Gutenberg, uma verdadeira revolução, à escala continental, que condicionou todos os domínios do conhecimento, tem lugar. Neste processo, o livro não lhe serve apenas de elemento multiplicador mas, agita igualmente as condições para uma transformação cultural que ele, livro, junto com as demais formas de produção e disseminação de informação, parece dirigir e organizar a partir do seu núcleo mais essencial. Neste processo, a instituição universitária ocupa lugar de amplo destaque e as oficinas de tipografia servem-lhe de indispensável suporte logístico.

O período renascentista é igualmente marcado, no plano político, que ora recuperamos, pelo reforço das identidades nacionais, bem como por um incremento dos antagonismos entre reinos. Tal representará necessariamente um espartilhar cada vez mais evidente da matriz cultural herdada da era romana e, por conseguinte, um progressivo esvaziamento de uma certa ideia de Europa. Esta tendência é facilmente discernível, segundo Pérez-Bustamante e Colsa (2004: 17), uma vez que "[o] nome Europa deixou de utilizar-se nos textos medievais na altura da génese dos grandes Estados-Nação – Inglaterra, França, Portugal, Hungria – e quando começa a disputar-se a hegemonia do continente"[53]*.* O novo enquadramento político-económico decorre das profundas alterações

[53] Ver igualmente Soulier, 1997: 39 "As lentas transformações que se operam nos últimos séculos da Idade Média tornam-se, subitamente, visíveis no momento do Renascimento. A homogeneidade relativa da Europa medieval, baseada numa mesma religião (a ponto de os termos de Europa e de Cristandade serem empregados de maneira equivalente no Ocidente) e na generalidade do sistema feudal, começou, na realidade, a romper-se a partir do século XI. A unidade cristã fractura-se em dois tempos, seguindo linhas diferentes, para formar três subconjuntos confessionais relativamente bem determinados no plano geográfico. A diferenciação política seguiu, pelo seu lado, um ritmo mais progressivo: a sociedade política passa do sistema da feudalidade ao dos Estados modernos, em três ou quatro séculos. Os dois movimentos juntam-se, no tempo, na época do Renascimento. É nessa altura que a Europa moderna aparece sob múltiplos rostos. Para esquematizar, poderia

introduzidas pelo pensamento da renascença em todos os domínios da actividade humana sendo que "[…] a partir do Renascimento foi abandonada esta tentativa de conciliação entre o conhecimento racional e a fé, passando a filosofia económica a desenvolver-se à margem do cristianismo e por vezes contra os seus valores tradicionais" (Nunes, 2006: 13)[54].

Em idêntica direcção, encontramos também aqui o nascimento daquilo que Anderson conceitua como comunidade política imaginada; e imaginada porquanto simultânea e inerentemente limitada e soberana. "É imaginada, – escreve o autor – porque os membros, mesmo da mais pequena nação nunca conhecerão, encontrarão, ou mesmo ouvirão falar acerca da maioria dos seus concidadãos" (Anderson, 2006: 5-6, tradução nossa)[55]. E acrescenta, socorrendo-se de Ernst Renan que "a essência de uma nação é que

dizer-se que a unidade religiosa se quebra numa Europa dos cristianismos, ao passo que *a Europa feudal dá lugar à Europa dos Estados soberanos e rivais*" (itálico nosso).

[54] Neste contexto, sustenta ainda Nunes (2006: 33) e uma vez "desfeito o sonho medieval de fazer da Cristandade uma potência política, qual novo Sacro-Império Romano-Germânico*, a política passou a ter como objectivo assegurar a sobrevivência, a expansão, a riqueza e o poderio de cada um dos novos estados*. E era corrente a ideia de que este objectivo se poderia conseguir não só pelo reforço do poderio económico de cada país mas também (e porventura mais facilmente) pela via do enfraquecimento económico e político dos países vizinhos. Considerando-se fixada a quantidade de recursos disponíveis à escala mundial, concluía-se que um país só poderia enriquecer à custa de outro e admitia-se que a própria sobrevivência de um estado dependia de este ser capaz de assegurar o seu desenvolvimento económico e a sua riqueza mais rapidamente que o seu vizinho (e rival)" (itálico nosso). Esta doutrina económica de forte tendência mercantilista (cujo fim último visava o entesouramento de metais preciosos – ouro e prata – adquiridos por meio de uma balança comercial externa fortemente excedentária) influenciou e condicionou decisivamente a acção política e comercial da maioria dos estados europeus entre século XVI e XVIII. Tal linha decorre, segundo Carpentier e Lebrun (2002: 205), do facto de que "a Europa sofria, desde o século XIV, de uma crónica escassez de metais preciosos que a reconstrução posterior a 1450 só serviu para agravar", constrangimento que, com grande probabilidade, estará na origem do surgimento de tais concepções ideológicas, às quais não serão igualmente alheios problemas de índole idêntica sentidos nas derradeiras décadas do Império Romano no Ocidente e que, de algum modo, poderão ter precipitado a queda de Roma.

[55] A nação é imaginada como limitada, visto que, mesmo as maiores de entre elas, compreendendo, por exemplo, mais de mil milhões de indivíduos conservam, ainda assim, fronteiras limitadas, para lá das quais existem outras. Nenhuma nação, ou sequer os mais messiânicos nacionalistas, confundem ou aspiram a que a sua comunidade possa acolher, isto é, confundir-se com a totalidade da Humanidade. Mas é ainda imaginada como soberana na medida em que este conceito nasceu numa época em que o iluminismo e as revoluções (liberais) destruíam a legitimidade de um mundo pré-ordenado segundo os cânones da divindade e hierarquizado por uma realeza dinástica. E, apenas no seio de um estado soberano, seria possível a concretização da liberdade individual a que todos aspiravam. Por fim, esta é ainda imaginada enquanto comunidade, uma vez que, independentemente da real desigualdade e exploração que possa existir em cada uma, a nação é, apesar de tudo concebida como uma profunda, embora horizontal, camaradagem. Em última instância será esta fraternidade que tornará possíveis que tantos milhões de pessoas, mais do que matar se tivessem disponibilizado para morrer por tais limites imaginados. Não obstante esta última consideração que lemos em Anderson (2006: 6-7), o autor não subscreve a tese de Gellner (*apud* Anderson, 2006: 6, tradução nossa, itálico no original) segundo o qual "o nacionalismo não é o acordar das nações para a auto-consciência: ele *inventa* nações onde elas não existem. Anderson contesta esta visão simultaneamente redutora e radical de Gellner, encerrada no conceito de invenção, o qual remete para 'fabricação' e 'falsidade', sendo bem mais consentâneas com a realidade, as formulações alternativas 'imaginação' e 'criação'. Neste segundo caso já será possível admitir-se a existência de 'verdadeiras' comunidades beneficamente justapostas às nações. Na verdade, postula Anderson, todas as comunidades maiores do que as aldeias primordiais, baseadas num contacto face a face entre os indivíduos, são imaginadas e, não é seguro que mesmo estas não o sejam igualmente. Assim, conclui o autor (Idem, *Ibidem*, p. 6) que as "comunidades deverão ser distinguidas, não pela sua falsidade/genuinidade, mas pelo estilo no qual elas são imaginadas.

todos os cidadãos possuam muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido essas coisas" (Renan, *apud*, Anderson, 2006: 6)[56].

Ora, uma nação, não é uma mera agregação de indivíduos. É substancial e materialmente mais. Uma nação é primeiro que tudo uma comunidade, como bem notou Anderson (2006). Uma comunidade com a qual os sujeitos se identificam e, a partir da qual rejeitam a identificação com as demais comunidades que se estabelecem para lá dos limites fronteiriços da sua própria. A ideia de comunidade pressupõe, com sustenta Silveirinha (2004: 59), desde logo, um dentro e um fora, um pertencer e um não pertencer, um partilhar e um não partilhar, um comungar e um não comungar, um identificar e um não-identificar, um interior e um exterior...[57] Entre estas realidades, de molde a que as mesmas possam tomar forma, terá de existir, fisicamente delimitada ou não, uma fronteira, à qual cabe separar o dentro do fora, o interior do exterior. É justamente este fenómeno que emerge no quadro do Renascimento, ainda que, apenas se torne manifesto bem mais tarde. Não adiantaremos para já mais do que estas breves notas, posto que, a este problema regressaremos adiante.

1.3.1 A perda da unidade linguística

Um desses laços geralmente esquecido, mas que constitui um dos elementos integrantes do núcleo de qualquer nação, diz respeito à partilha de um mesmo sistema de comunicação e de codificação da realidade: a língua. Se é verdade que um dos maiores

[56] A este respeito veja-se igualmente o trabalho de Ferreira (2008). O autor (2008-87, aspas no original) refere, partindo do modelo etnicista, que "[…] a identidade nacional pode ser investigada a partir de todo um «depósito histórico», cujas origens remontam às épocas antiga e medieval e cuja compreensão depende do trabalho contínuo de descoberta e interpretação de um «passado comum»".

[57] "A comunidade sugere que os que estão no seu interior têm algo de semelhante entre si e de diferente dos outros, pelo que implica tanto semelhança, como diferença", tanto integração, como exclusão. "Desta forma, cria um laço interno e exclui os outros, estabelecendo entre «nós» e os «outros» uma fronteira marcada em termos simbólicos. A fronteira é o lugar onde a comunidade termina e os outros começam. A própria consciência de comunidade está contida na sua percepção e reconhecimento, sendo aí que a comunidade é definida. O meio de expressão, bem como da percepção dessa fronteira são os símbolos. […] Uma comunidade e, portanto, o sentimento de pertença e unidade política, é construído pelo uso dos símbolos, que não são apenas símbolos, mas que permitem ao sujeito estabelecer parte do significado. Por isso, uma comunidade, partilha símbolos como a linguagem ou comportamentos, mas não necessariamente da mesma forma. Cada um dos membros fornece a sua própria interpretação do símbolo quando este é usado" (Silveirinha, 2004: 59).

patrimónios da Europa (aqui entendido num sentido atemporal) é justamente a sua imensa riqueza cultural, a qual assenta essencialmente sobre uma multiplicidade linguística, não é menos verdade que esse se constitui, simultaneamente, na actualidade, como um dos mais determinantes entraves ao avanço e "conclusão" do projecto europeu: ninguém está disposto a prescindir da *sua* língua em favor de qualquer *outra*. Falta-nos, acima de tudo, essa dimensão linguística uniformizadora, não necessariamente redutora, que se assume como um dos elementos chave no sucesso de integração dos Estados Unidos da América. Falta-nos, quiçá, uma língua supranacional.

À imprensa cabe o mérito de ter multiplicado exponencialmente a informação em circulação. Paralelamente, a nova técnica acentuou decisivamente uma tendência que se verificava desde o processo de laicização da cultura, à que já aludimos: a consolidação das línguas nacionais em detrimento do latim.

Como lembra Anderson (2006: 18-19, tradução nossa), por volta de 1500, o latim era ainda o idioma privilegiado dos livros impressos, com quase oitenta por cento das publicações a serem-no nesta língua. Porém, a tendência rapidamente se inverteu. "Se das 88 edições impressas em Paris em 1501 todas, menos 8, o foram em latim, depois de 1575 a maioria era sempre em francês. Apesar de um revés temporário durante a Contra-reforma, a hegemonia do latim estava condenada. […] Algures mais tarde, mas com não menos estonteante velocidade, o latim deixou de ser a língua de uma elite camada intelectual pan-europeia. […] «*Depois de 1640,* – prossegue Anderson, escudando-se em Bloch (Bloch, *apud* Anderson 2006: 18-19, tradução nossa) – *com menos e menos livros saídos em latim, e mais e mais nas línguas vernaculares, a publicação deixava de ser uma empresa internacional.*» Numa palavra, a queda do latim exemplificou um processo mais amplo, no qual as comunidades sagradas, integradas à custa de línguas sagradas antigas foram progressivamente fragmentadas, pluralizadas e territorializadas"[58].

Sigamos ainda, a este respeito, McLuhan (1977[b]: 359-360 e 413, tradução nossa) que propõe o estranho paradoxo, segundo o qual, a imprensa efectuou uma purificação do latim ao ponto de o fazer desaparecer. "Aplicada às línguas vulgares, a impressão criou os mass media, o que não surpreende, visto que a tipografia foi a primeira forma de produção de massa. Para o latim, pelo contrário, a tipografia foi uma catástrofe", pois que, os tratados

[58] Elizabeth Eisenstein (2005: 5-6, tradução nossa) parece não partilhar do raciocínio de Anderson. Afirma a autora que uma coisa é, como já vimos acima, demonstrar, a partir da impressão, o aumento da circulação de livros. Outra é mostrar como tal influenciou as elites letradas e, outra ainda, é ligar a produção de livros em série às alterações que foram experienciadas ao nível das leis, das línguas e dos próprios textos, mesmo tendo em atenção os esforços de investigação que têm sido desenvolvidos ao redor desta problemática. "Os problemas colocados por alguns dos efeitos mais indirectos produzidos pela transição do escrito para o impresso, provavelmente, nunca serão inteiramente esclarecidos".

dos humanistas italianos dos séculos XV e XVI, ao recuperarem os antigos escritos romanos, fizeram, na perspectiva de Febvre e Martin (tese acolhida por McLuhan), do latim uma língua morta. Em sentido inverso, pela sua natureza "mecânica", a tipografia desencadeou um processo regulação ao nível das línguas vulgares, contribuindo, por conseguinte, para a estabilização das mesmas. Convocando de novo os trabalhos de Febvre e Martin, McLuhan (1977[b]: 416, tradução nossa) destaca o "[…] papel essencial da imprensa na formação e na fixação das línguas vulgares. [visto que] a cultura do manuscrito não tinha o poder de fixar as línguas ou de transformar uma língua vulgar num *mass media* de unificação nacional". E se, recordando o que atrás foi exposto, a língua pode ser (leia-se, é) um elemento de coerência e de coesão nacional, reforçando os laços entre os participantes do sistema, por outro lado, ela acentua as diferenças para os que dela não comungam, contribuindo para uma crescente exclusão do *outro*. Temos pois que, a imprensa, representa um estranho paradoxo: por um lado, acelera o mundo e diminui as *distâncias* entre os homens, ao deitar por terra as muralhas que, desde a Idade Média, constrangiam o acesso e a circulação da informação. Noutro sentido, no lugar onde outrora se erguiam as barreiras medievais, a nova técnica fomentou o aparecimento de um fosso gigantesco entre as diferentes comunidades, o qual cresceu num ritmo paralelo ao da consolidação das línguas nacionais.

1.3.2 Os novos equilíbrios políticos no território europeu

O Renascimento é, por conseguinte, marcado, no domínio que vem merecendo a nossa atenção, por duas moções diametralmente antagónicas: uma primeira, de tendência fragmentária que acima expusemos, e subscrita por Maquiavel em *O Príncipe*[59], mas seguida igualmente por Jean Bodin, a qual parece apontar, no entender de Pérez-

[59] Logo no Capítulo I, intitulado "Que tipos de principados há e de que modo se adquirem", Nicolau Maquiavel explica que "todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens foram e são ou repúblicas ou principados. Os principados são ou hereditários, onde o príncipe é há muito tempo da mesma linhagem, ou então são novos. Os novos, ou são inteiramente novos, como foi o caso de Milão para Francesco Sforza, ou são como membros acrescentados ao Estado hereditário do príncipe que os adquire, como é o reino de Nápoles para o rei de Espanha. Os domínios assim adquiridos habituaram-se a viver sob um príncipe ou estão habituados a ser livres; e são adquiridos ou pelas armas próprias ou de outros, ou por fortuna, ou por *virtù*" (Maquiavel, 2003: 21, itálico no original).

Bustamante e Colsa (2004: 18) no sentido da legitimação e mesmo incremento do poder dos soberanos. Em sentido inverso, vão as propostas de Erasmo de Roterdão, "holandês de nascimento e estabelecido em Bruxelas, em Paris, na Inglaterra e na Suíça, viajante pela Itália e pela Alemanha, e sobre o qual é dito que se ele tinha uma pátria esta era a Europa, tendo sido qualificado como «o primeiro europeu». Nalgumas das suas obras Erasmo, vislumbra a ideia dum poder supranacional e dum equilíbrio mais ou menos federativo das potências Europeias" (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 18, aspas no original), projecto que, volvidos alguns anos e sob a hegemonia dos Habsburgos, mais concretamente por intermédio de Carlos V, de algum modo se viria a concretizar numa tentativa de reunificação da Europa, realizando a monarquia universal e cristã preconizada pelo próprio Erasmo[60].

Seria todavia, com a excepção apresentada e no campo político, a doutrina de Maquiavel[61] que mais inspiração terá gerado nos políticos europeus[62], pelo que, ao longo dos séculos XVI e especialmente XVII as rivalidades uma vez mais irão mergulhar o Velho Continente nas trevas da devastação e aniquilamento. Após mais cinco décadas que opuseram de novo franceses a ingleses, mas que envolveram igualmente alemães, austríacos, húngaros, polacos, italianos, holandeses, turcos, espanhóis, em duros e intermináveis conflitos, que se estenderam à quase totalidade do território europeu e acabariam por uma vez mais alterar o mapa político do continente, foi em Vestefália[63] que os representantes das várias nações beligerantes acertaram uma paz, ainda assim não total. Conforme sublinham Carpentier e Lebrun (2002: 228) "os tratados de Vestefália, recebidos com alívio numa Alemanha esgotada e devastada por trinta anos de guerra

[60] Vejam-se Carpentier e Lebrun, 2004: 217-219; Pérez-Bustamante e Colsa 2004: 18; Wright, 1982[a]: 108 e ss.; Roberts, 1997[b]: 80 e ss.; Pires, 1992: 90.

[61] Exposta ao longo de *O Príncipe*, a sua obra mais conhecida.

[62] Tese que partilhamos com Adriano Moreira (2004).

[63] Os Tratados de Vestefália constituem um dos marcos mais importantes da afirmação dos Estados-Nação, uma vez que são vários os autores defensores da premissa de que foi com a Paz de Vestefália que se instituiu o Direito Internacional Público e, por conseguinte, se afirmou a independência dos Estados-Nação face à supra-nacionalidade até então vigente. Atentemos nas palavras de Gouveia (2008: 109-110): "A data que tem sido tradicional para a inauguração do Direito Internacional – se é que é possível fazê-lo, não esquecendo o que isso tem de artificial – é a formalização do fim da Guerra dos 30 Anos, plasmada na Paz de Westefália, celebrada em 24 de Outubro de 1648, e que se consubstanciaria em dois tratados: o Tratado de Osnabrück e o Tratado de Münster. A vitória coube à França, à Inglaterra e à Holanda, tendo sido derrotados o Sacro-Império, a Santa Sé e os Estados peninsulares.
Por que razão se indica esta data para o início do Direito Internacional, segundo uma acepção moderna? Isso explica-se por ter sido com estes tratados que pela primeira vez se reconheceu, no plano internacional, a afirmação da igualdade formal dos Estados, extinta a influência das estruturas supra-estaduais, tanto espirituais, como temporais. A Paz de Westefália foi mesmo, para alguns, a primeira "Carta Constitucional da Europa", lançando os primeiros elementos de um Direito Público Europeu.
A partir de então os Estados são chamados à convivência internacional por si próprios, no exercício da sua soberania – interna e externa – e não mais se aceitando aquele condicionamento nas respectivas relações internacionais." Ver ainda Wright, 1982[c]: 50 e ss.; Navarro, 2005[e]: 21 e ss. e Moreira, 2004: 97.

impiedosa, nem por isso trouxeram a paz generalizada à Europa: a guerra entre a França e a Inglaterra continuava e os problemas do Norte da Europa mantinham-se sem solução".

Por outro lado, a consequência mais importante emergente da Paz de Vestefália terá sido justamente o reforço das identidades nacionais. Os interesses particulares adquiriram centralidade capital no novo arranjo político que então se desenhara, impondo-se a todos os poderes supra-estaduais e, por conseguinte, derrubando as derradeiras referências/influências comunitárias ainda sobreviventes da romanização: "A nova ordem europeia baseava-se no reconhecimento da igualdade soberana e da independência recíproca dos Estados, na equiparação para efeitos de relações internacionais, dos Estados monárquicos, e republicanos, e na independência de todos relativamente à Santa Sé"[64].

Definitivamente enfraquecidas por força das próprias convulsões internas, a que se seguiu a cisão e mesmo superadas as referências identitárias comuns, que o árbitro supra-estadual conseguia mobilizar junto dos diferentes Estados, o fosso de antagonismos entre as diferentes nações não mais cessou de aumentar, concorrendo de forma decisiva para uma cada vez maior fragmentação do mapa político do continente, conforme relatam Carpentier e Lebrun (2002: 229-230)

> "A Europa de 1660 era, deste modo, politicamente muito diferente da de 1560 ou 1600. A Casa de Áustria já não era um perigo para a paz europeia. Os Habsburgos de Viena, desviados da Alemanha, orientavam-se para a constituição de um vasto Estado dinástico centrado na Áustria e na Boémia, com eixo no Danúbio e capaz de crescer para leste à custa dos Turcos. A Espanha, enfraquecida e amputada já se não contava entre as potências de primeira plana. A Inglaterra, saída do isolamento em que havia ficado a seguir à guerra civil (1642-1648), à execução do rei Carlos I (1649), à república de Cromwell (1649-1659), e à restauração de Carlos II, as Províncias Unidas, independentes e aumentadas, a Suécia, dominadora do Báltico, eram já grandes potências que uma comum vocação marítima fazia concorrer entre si. O facto essencial era, todavia, a situação de preponderância adquirida pela França. O reino que Mazarino deixara, ao morrer, ao jovem Luís XIV (1661) não só era mais vasto e mais bem defendido como dispunha de uma clientela em que se contavam quase todos os países europeus. De resto, o prestígio intelectual e artístico da França não cessava de crescer. Começara a era da preponderância francesa na Europa".

Este período de aparente hegemonia francesa (interrompida a partir de 1740 por uma certa preponderância inglesa, sobretudo naval no aspecto militar e industrial/comercial no campo económico), subsequente à Paz de Vestefália, não corresponde a um tempo de abrandamento bélico ou de tréguas absolutas entre os Estados tradicionalmente rivais. Disso são testemunho as inúmeras guerras mantidas na época, bem como o permanente forjar de alianças (para logo se extinguirem e refazerem em configurações sucessivamente

[64] Cunha e Pereira, *apud* Gouveia, 2008: 109.

diferentes), que varreram a Europa no século e meio que se seguiu ao epílogo da Guerra dos 30 Anos e que conduziu à Revolução Francesa[65].

[65] Cf. Carpentier e Lebrun 2002: 233 e ss.; Roberts, 1997[b]: 87 e ss.; Wright, 1982[c]: 60 e ss..

1.4 Arqueogenealogia do projecto europeu: o prenúncio da tragédia

Os primeiros esforços, subsequentes à derradeira desarticulação das estruturas ainda vigentes do Império Romano do Ocidente, visando uma re-aproximação à escala continental surgem, um pouco contra corrente, no ocaso da Idade Média. Num tempo em que o sentimento dominante caminhava, segundo Pérez-Bustamante e Colsa (2004: 17), na direcção oposta, mais concretamente, para um crescente reforço das soberanias nacionais, caindo inclusivamente em desuso a designação Europa. Todavia,

> "[…] a chegada dos mongoles (sic), primeiro, e principalmente dos turcos, vai modificar todo o equilíbrio político dos reinos e principados da Europa oriental, criando um profundo sentimento de incerteza, quase comparável à originada pelo desaparecimento do Império Romano a Ocidente.
> Assim, surgiram algumas vozes que relembraram o nome de Europa como um ideal de unidade das nações ou dos reinos cristãos perante as ameaças externas.
> Frederico II fala abertamente da Europa Imperial e o próprio Dante Alighieri[66] utiliza repetidamente este termo. Aliás, Dante mostra-se como um verdadeiro nostálgico da unidade cristã e, por isso, propõe que os soberanos aceitem um sistema de arbitragem nas suas disputas, representado pelo Papa".

No período do Renascimento é, conforme foi já anteriormente assinalado, Erasmo de Roterdão a figura maior de um certo sentimento de unidade europeia, ideia que não logrou inverter as tendências nacionalistas e belicistas emergentes e que se acentuarão na modernidade. Todavia, ao longo do século XVII não deixarão de aparecer ilustres filósofos apadrinhando a ideia uma Europa que caminhasse em sentido divergente daquele que

[66] "É na época em que Filipe o Belo desafia o papa e o imperador que Dante escreve o *De Monarchia* (1308): «*Ó género humano, com que lutas e querelas, com que naufrágios deves ser agitada! Tornaste-te um monstro de múltiplas cabeças e não te perdes em esforços contraditórios.*» Dante, nostálgico da unidade cristã, propõe, pelo menos, que os soberanos aceitem entre si um sistema de arbitragem: «*Entre dois príncipes, dos quais um não está submetido ao outro, pode elevar-se um litígio (…). Portanto, entre eles é preciso um julgamento. Visto que um não pode examinar a causa do outro (cada um deles sendo independente e um igual não tendo sobre o seu igual nenhum poder), deve existir um terceiro príncipe, de uma jurisdição ampla e que tenha os dois príncipes precedentes sob o seu poder. Esse príncipe será o monarca*…» Este monarca universal teria, pois, por função primordial resolver os diferendos entre os soberanos exercendo a arbitragem. Esta ideia de arbitragem está no centro de inúmeros projectos posteriores; pode, mesmo, dizer-se que nenhum plano visando a manutenção da paz poderia ignorá-la. «*A guerra é a recusa da arbitragem*», dirá, ainda, Édouard Herriot seis séculos mais tarde" (Soulier, 1997: 233). Vd. igualmente Silva, 2003: 71-72 e Soares 2005: 81.

então se trilhava. Assim, Emeric Crucé[67] proporá a "criação duma Assembleia ou Senado permanente de Estados sedeada em Veneza, «onde todos os Soberanos tenham permanentemente embaixadas, para que todos os diferendos possam ser julgados pela Assembleia»[68] (Crucé, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 19). Paralelamente, nesta mesma obra (*O Novo Cineas, ou Discurso do Estado a representar e meios de estabelecer uma paz geral e a liberdade de comércio para todo o mundo. Aos Monarcas e aos Príncipes Soberanos deste tempo*), publicada em 1623 (em plena Guerra dos 30 Anos, portanto), o autor proporá a criação de uma federação internacional assente no relacionamento pacífico entre todos os povos, a qual dependeria de uma Assembleia integrada por representantes de todos os príncipes Europeus. Escreve o autor: "que prazer seria ver os homens circularem de um lugar para outro livremente, e comunicarem entre si sem nenhum preconceito de país, de cerimonial, e de outras coisas parecidas, como se a terra fosse, como é verdadeiramente, uma cidade comum a todos"[69] (Crucé, *apud* Soares, 2005: 81).

Em idêntico sentido, embora com maior mediatismo, o qual decorre também das responsabilidades ocupadas, surgem as propostas do Duque de Sully[70] que tinham como propósito a concepção de uma Europa formada por quinze estados, investida de poderes amplos executivos que se sobrepunham às soberanias estaduais, limitando-as fortemente. Este projecto de inspiração confederalista seria tutelada por um Conselho da Europa o qual seria, por seu turno, composto por seis Conselhos Provinciais e um Conselho Geral. "As competências deste Conselho teriam a ver com a liberdade de comércio através da supressão das taxas alfandegárias e com a implementação da paz como objectivos principais, assim como com a defesa da Europa de leste perante a ameaça turca, através

[67] Monge, político e escritor francês, professor de matemática e frade do Colégio de Paris (1590-1648), contemporâneo de Luís XIII, é conhecido pela autoria da obra de 1623, *O Novo Cineas, ou Discurso do Estado a representar e meios de estabelecer uma paz geral e a liberdade de comércio para todo o mundo. Aos Monarcas e aos Príncipes Soberanos deste tempo*, um tratado pioneiro sobre relações internacionais. Cf. http://www.britannica.com/EBchecked/topic/144554/Emeric-Cruce.

[68] Ver igualmente Moreira, 2004: 98. "O seu objectivo é a paz universal. Por isso a ideia de cruzada se encontra ausente do seu pensamento. Todos os povos, incluindo os Turcos, devem ser admitidos no convívio internacional pacífico. O comércio e o trabalho serão as fontes de enriquecimento dos Estados, e não a guerra. A Terra deve ser considerada como uma cidade comum a todos. Combate todas as formas de guerra e recusa-se a admitir que delas possam advir honra ou proveito. Verdadeiramente é um dos primeiros advogados do terceiro Estado. Para executar as suas ideias, recomenda que o Papa promova a concórdia geral entre os príncipes cristãos. Fia do rei de França obter o consentimento dos maometanos. Finalmente, o instrumento que garantiria a execução do acordado seria uma assembleia composta de embaixadores de todos os príncipes. Sempre que algum contendor não se submetesse à decisão da assembleia, incorreria na desgraça de todos os príncipes, que encontrariam algum meio de o fazer voltar à razão".

[69] Consultar também, Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 19.

[70] Maximilien de Béthune, Barão de Rosny e Duque de Sully (1560-1641). Foi Ministro de Henrique IV e deixou, nas suas Memórias, escritas entre 1620 e 1635, um conjunto de propostas visando a criação de uma união de Estados Europeus.

da arbitragem e do consenso europeu"[71] (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 19-20). No fundo, prosseguem os autores, de um modo geral, não apenas o projecto ensaiado pelo Duque de Sully, como outros contemporâneos, demonstram uma preocupação crescente entre os intelectuais europeus no sentido de ser obtido um equilíbrio entre as diferentes potências em acesa disputa pelo protagonismo continental e mundial, com vista a garantir a segurança da Europa Ocidental ante o poder emergente do Império Otomano.

A Paz de Vestefália primeiro mas, não menos importante, a sua subsequente "confirmação" materializada nos Tratados de Utrecht e Rastadt (assinados respectivamente em 1713 e 1714), além da modificação substancial do mapa político bem como dos sempre delicados equilíbrios entre as potências continentais, abriu caminho a algumas décadas de efectiva paz, como aliás assinalam Carpentier e Lebrun (2002: 240) ao formularem a tese segundo a qual "[…] os tratados de 1713-1714 marcaram uma importante data na história da Europa, pois estabeleceram um novo equilíbrio entre as potências, nenhuma das quais podia já pretender impor a sua hegemonia no continente – nem mesmo a França ou a Áustria. Nos vinte e cinco anos seguintes, apesar das intrigas de Filipe V, este equilíbrio só muito parcialmente foi posto em causa"[72].

Este período de relativo mitigar na perene conflitualidade existente entre os Estados, assistirá ao pleno eclodir da razão humana a partir da qual a Europa será confrontada com inúmeras iniciativas no sentido de enveredar por um caminho necessariamente diferente do da guerra secular, surgindo os ideais de paz, união e concórdia como conceitos centrais do movimento iluminista. O século XVIII conhecerá algumas das propostas mais arrojadas e inovadoras neste domínio. Por exemplo, de William Penn[73] que no "*Ensaio pela paz presente e futura da Europa*" defende "um projecto de Federação de Príncipes que inclui um Conselho geral formado por delegados dos Estados em proporção à sua importância: O Império alemão 12 delegados; Espanha, 10; França, 8; Itália, 8; Inglaterra, 6; Suíça, 4; Polónia, 4; Portugal, 3; Veneza, 3; Dinamarca, 3; Países Baixos, 4; os 13 Cantões e soberanias vizinhas, 2; os Duques de Holstein e Curlandia, 1; e se o Império Turco e Russo se unissem, cada um participaria com 5 delegados. O Conselho adoptaria as suas decisões por uma maioria de três quartos e

[71] Ver ainda Cunha, 2004: 20; Soares, 2005: 82 e Moreira, 2004: 98-99.

[72] Cf. Wright, 1982[c]: 170-172; Roberts, 1997[b]: 90 e ss.; Cunha, 2004: 26-27.

[73] William Penn (1644-1718). Cidadão Inglês que emigrou para os Estados Unidos; fundador e legislador do estado da Pennsylvania, em cuja constituição se inspirariam os autores da constituição dos Estados Unidos.

disporia de um exército. Deste modo, reinaria a paz e poder-se-ia desenvolver o comércio em prosperidade"[74] (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 21).

Ainda seguindo Pérez-Bustamante e Colsa, (2004: 22), o projecto mais importante de organização da sociedade internacional foi o desenvolvido pelo Abade de Saint-Pierre[75].

> "Saint-Pierre preconizou que esta Sociedade Europeia seria composta de 24 deputados representantes dos seguintes Estados Europeus: França, Espanha, Inglaterra, Holanda, Saboia, Portugal, Baviera, Veneza, Genebra, Suíça, Lorena, Suécia, Dinamarca, Polónia, Estados Pontíficos, Moscovo, Áustria, Curlandia, Prússia, Saxónia, Patinado, Hannover, bem como dos Arcebispos eleitores.
> Cada deputado disporia de um voto e as Câmaras dirimiriam os diferendos de âmbito comercial. Comerçar-se-ia num Congresso na Haia ou arredores – premonição do Congresso que viria a reunir-se precisamente na Haia, em 1948, com o intuito de começar a União Europeia".

Também Gottfried Leibniz (1646-1716), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Jeremy Bentham (1748-1832), Immanuel Kant (1724-1804), reflectirão, ao longo do período de oitocentos, em idênticas propostas sempre tendo em vista o mitigar dos seculares conflitos existentes no Velho Continente (Ribeiro, 2003: 34-36; Soulier, 1997: 235-236; Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 22-23; Moreira, 2004: 100). Leibniz, de quem se diz ter mantido correspondência com o Abade de Saint-Pierre, "[…] propõe a União da Europa nas suas diversidades, e o estabelecimento dum Conselho Permanente ou Senado encarregue de velar pelos interesses gerais da cristandade" (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 22). Rousseau terá contactado com os escritos de Saint-Pierre através da mãe de um dos seus discípulos, a qual lhe terá entregue um conjunto de papéis pertencentes ao clérigo, acrescido do pedido para efectuar um resumo dos mesmos. Virá a publicá-los em 1761, em Amesterdão, sob o título "*Extracto do Projecto da Paz Perpétua do M. Abade de Saint-Pierre, por J. J. Rousseau, cidadão de Genebra*", postulando que uma Federação de Príncipes poderia, exercendo pressões e/ou sanções militares, intervir na mediação de conflitos, convocando para tal exercício a constituição de uma organização de dezanove membros, incluindo o Estado Pontifico e a Rússia.

Ainda no mesmo registo de recenseamento dos mais importantes programas de pacificação da Europa desenvolvidos ao longo do século XVIII, encontraremos Jeremy Bentham, cujo ensaio "*Um Plano para uma Paz Universal e Perpétua*" escrito entre 1786 e

[74] Ver igualmente Moreira: 2004: 99; Soulier, 1997: 235; Ribeiro, 2003: 33; Soares, 2005: 82.

[75] O seu nome era Charles-Irenée Castel de Saint-Pierre (1658-1743). Foi membro da Academia Francesa a partir de 1695 e o representante de França na Paz de Utrecht de 1713. Autor do Projecto da Paz Perpétua, publicado em 1712 em Colónia e reimpresso em versão aumentada de dois volumes no ano seguinte em Utrecht, e mais tarde, em 1729, um terceiro volume, publicado em Roterdão, seria acrescentado. A este respeito ver ainda Ribeiro, 2003: 34-36; Soares, 2005: 82 e Cunha, 2004: 20-21.

1789, introduz a ideia de uma "opinião pública internacional" como um elemento simultaneamente inovador e decisivo em qualquer esforço de união continental, advogando no referido ensaio a tese segundo a qual deveria ser estabelecida uma Dieta "[…] que proferirá opiniões sobre problemas de interesse comum, cujos objectivos serão: emitir uma opinião, fazê-la reconhecer em cada Estado e colocar cada Estado reticente à margem da Europa"[76].

A última contribuição de monta, no sentido que vimos trilhando, será a formulada por Kant, inspirada tanto daqueloutra do Abade de Saint-Pierre de que é igualmente conhecedor, como também do exercício subsequente de Rousseau. Quando, em 1795, em Königsberg, o expoente máximo do Iluminismo alemão publica o seu pequeno, todavia denso, ensaio "*Pela Paz Perpétua*", rapidamente granjearam amplo reconhecimento as suas propostas ousadas criticando e condenando as práticas anti-sociais dos Estados bem como a orientação política dos mesmos para as armas, guerras e conquistas, e, não menos desprezível, cobrança de impostos. "Kant propõe que o direito das gentes deve fundamentar-se sobre uma «*Federação de Estados livres*», todos eles repúblicas, isto é, fundadas sobre a liberdade dos seus membros, e a submissão a uma lei única e igual para todos, a exemplo dos Estados Unidos da América"[77].

As ocorrências verificadas no último quartel do século XVIII, mormente a independência dos Estados Unidos da América, primeiro (1776) e a Revolução Francesa, pouco depois (1789), viriam a condicionar decisivamente não apenas os equilíbrios políticos e militares à escala europeia, mas também, e principalmente, o pensamento do continente. A Revolução Francesa legará à Humanidade dois princípios fundadores das sociedades contemporâneas: um primeiro ensaiado no processo de independência americano, ainda que definitivamente consagrado em consequência da desagregação das estruturas do *Ancien Régime* – a noção de Direitos Humanos Fundamentais e, num segundo nível, o direito dos povos a dispor do seu destino. Na verdade, "entre 1789 e 1815, a Europa respirou ao ritmo da França. A «Grande Nação» impôs-se, primeiro, pela força das ideias e, depois, pela das armas" (Carpentier e Lebrun 2002: 277).

> "O sonho de Napoleão perseguia o sonho imperial durante muito tempo mantido pelo Sacro Império Romano Germânico. Todos os símbolos do Império tendiam para reatar com um passado idealizado: Napoleão escolheu o título de cônsul antes de se fazer imperador, criou um Senado como em Roma, prefeitos como em Roma, deu a águia

[76] Idem, *Ibidem*: 23.

[77] Idem, *Ibidem*: 23-24. (Itálico no original). A respeito do projecto kantiano tendente à unificação da Europa, veja-se também o ensaio de Leonel Ribeiro dos Santos, incluído em Soromenho-Marques 2005: 137-162, especialmente as pp. 149-162.

> como emblema aos exércitos como em Roma, fez erguer arcos do triunfo como os imperadores romanos e sagrou o filho rei de Roma. As relações com o papa demonstram, claramente, este estado de espírito. Na sua correspondência, uma carta de 7 de Janeiro de 1806, na qual escreve: «Para o papa, sou Carlos Magno, porque, tal como Carlos Magno, reúno a coroa de França à dos Lombardos e porque o meu Império confina com o Oriente.» Refere-se, aliás, a «Carlos Magno, imperador dos Franceses e nosso ilustre predecessor.» Mas a ambição de Napoleão ia muito para além dos símbolos. Entendia impor a sua autoridade a todas as nações da Europa: «Teria querido para toda a Europa, observa Las Cases no Memorial, a uniformidade das moedas, dos pesos, das medidas, a unidade da legislação»; sonhava com um Império universal e este não se detinha na Europa"[78].

Após a derrota final de Napoleão Bonaparte, os aliados vencedores que se reuniram em Viena entre Outubro de 1814 e Junho de 1815 ocuparam-se da concepção dum processo, assim definido por Metternich, Chanceler da Áustria e seu principal promotor, que visasse "restaurar uma Europa do equilíbrio e do direito das gentes" (Matternich, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 25) ou, nas palavras de Cunha (2004: 27), "[…] a partir da vitória das quatro grandes potências, em 1815, esboçou-se um princípio de organização da Europa, que não era mais do que um aperfeiçoamento – ainda que significativo e profundo – dos sistema do equilíbrio do poder". Também Benjamin Constant (1767-1830), num ensaio publicado em 1815, intitulado "*Do espírito da Conquista e da Usurpação nas suas relações com a civilização europeia*", para muitos tido como um panfleto anti-napoleónico, defenderá um moderno projecto federal para o Velho Continente centrado na livre e pacífica união dos povos e das diversidades europeias, recusando tanto as inclinações imperialistas francesas da década anterior para a anexação dos Estados pela força das armas, como qualquer ideia tendente à criação de um estado centralizador. É, aliás, neste quadro, que se estabelece um novo figurino de organização político-territorial da Europa continental que beneficiará, com a supervisão da Inglaterra as potências opositoras à França: Áustria, Prússia e Rússia. "Em nome da «paz universal» e do «equilíbrio europeu» sacralizava-se o poder e a união das monarquias absolutas (Santa Aliança[79] – 1815) contra a França revolucionária" (Ribeiro, 2003: 43).

Porém, a contribuição mais marcante da época em termos de um projecto de unificação europeia é a moção desenvolvida por Claude Saint-Simon (1760-1825), primeiro, em 1803[80]. Na sequência da sua participação enquanto combatente na guerra pela

[78] Soulier 1997: 60-61, aspas no original. Cf. Igualmente Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 22 "Napoleão Bonaparte modernizou e uniformizou as estruturas dos estados Europeus e também codificou os seus sistemas legislativos. As Constituições garantiram os princípios de igualdade perante a lei e da divisão de poderes, característicos do próprio sistema democrático. Napoleão dirá em Santa Helena que ele foi partidário de criar uma grande Confederação de Povos da Europa, de unificar as moedas, os pesos, as medidas, as legislações".

[79] A respeito da Santa Aliança e do seu papel no contexto das relações internacionais e do Direito Internacional Público, consultar Cunha: 2004: 27-36.

[80] "*Carta de um habitante de Genebra aos seus contemporâneos*". A respeito deste assunto, vd. Ribeiro, 2003: 43.

independência dos Estados Unidos da América, defendeu a importação do modelo americano e posterior adaptação do mesmo à realidade europeia conjugado com um novo poder espiritual que se sobrepusesse aos Estados-nação. Posteriormente, em 1814, em co-autoria com o historiador Augustin Thierry, desenvolverá e reforçará o exercício anterior através da publicação da obra "*Da reorganização da Sociedade Europeia, ou da necessidade e dos meios de agrupar os povos da Europa num corpo só, conservando cada um deles a sua independência nacional*". Neste ensaio, Saint-Simon assume-se como " […] o verdadeiro precursor da tendência institucionalista que no século XX conduzirá à redacção dos Tratados Comunitários da CECA e do Mercado Comum. Saint-Simon propôs a formação dum Parlamento Geral para toda a Europa, constituído por 240 membros e dividido em duas câmaras – dos Comuns e dos Pares –, seguindo o modelo britânico" (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 25) e assente justamente numa união entre França e Inglaterra (Soares, 2005: 83).

Após o Congresso de Viena, começa a emergir nos políticos e, de um modo geral, nas elites europeias, uma orientação tendente à união dos povos europeus. O conceito Europa é recuperado e surge, seguindo o relato de Pérez-Bustamante e Colsa (2004), em obras do mais diverso teor: literário, filosófico, histórico, científico e, inclusive, na imprensa. Não obstante uma certa inclinação nacionalista presente nos movimentos artísticos, culturais, políticos, religiosos mais representativos deste período, a dimensão patriótica parecia conviver em harmonia com o apelo europeu, teses que, no período que mediou entre a Convenção de Viena e o dealbar da segunda metade do século XIX, lograram alcançar grande acolhimento junto dos escritores italianos[81], nomeadamente Giuseppe Mazzini, Vicenzo Gioberti e Carlo Cattaneo.

Um dos momentos mais emblemáticos dos sentimentos conducentes à mitigação das divergências, unificação e pacificação do continente durante o século XIX será, contudo, o profético discurso proclamado em Paris, em 1849, por Victor Hugo por altura do segundo dos três Congressos da Paz decorridos em 1848, 1849 e 1850, sucessivamente

[81] Compreende-se a relativa facilidade com que tais ideais unionistas penetraram no pensamento italiano se considerarmos que a Itália se resumia então a um conjunto de micro-estados dependentes e submetidos na maioria dos casos a potências estrangeiras. Com efeito, o *Risorgimento*, que corresponde ao processo de unificação dos diferentes estados transalpinos tem o seu início justamente entre 1848 e 1849, prosseguindo até 1870 com a anexação ao Reino de Itália de Roma, antiga sede dos Estados Pontíficos. De referir igualmente que as movimentações ensaiadas em território italiano aproveitaram ocorrências similares e, de algum modo, simultâneas na Europa Central, onde o mapa político se alterava substancialmente. A hegemonia austríaca protagonizada pelos Habsburgos diluía-se dramaticamente não apenas na Itália, mas também mais a Norte, onde a Prússia adquiria um papel preponderante na unificação alemã, concretizada no II Reich por Otto von Bismark. Cf. Carpentier e Lebrun, 2002: 330-335; Roberts, 1997[b], 296 e ss.; Navarro, 2005[f]: 211 e ss.; Wright, 1982[e]: 208 e ss.; http://pt.wikipedia.org/wiki/Risorgimento.

em Bruxelas, Paris e Frankfurt. Na ocasião, o eminente escritor francês que presidiu ao evento, proferiu um discurso inaugural verdadeiramente unificador:

> "um dia virá em que as bombas sejam substituídas pela venerável arbitragem dum Senado soberano que será para a Europa o que a assembleia legislativa é para a França… Um dia virá que em que haverá dois grupos imensos, os Estados Unidos de América e os Estados Unidos de Europa, situados um em frente ao outro estender-se-ão a mão sobre o mar… No século XX haverá uma nação extraordinária… Esta nação terá por capital Paris e não se chamará França, chamar-se-á Europa. Chamar-se-á Europa no século XX e nos séculos seguintes, e ainda transfigurada chamar-se-á Humanidade" (Victor Hugo, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 26)[82].

Não obstante o processo de afirmação das unidades nacionais, corporizadas essencialmente pelos processos de unificação italiano e alemão, durante a segunda metade do século XIX continuaram a erguer-se vozes clamando pela agregação dos diferentes Estados europeus numa estrutura supra estadual, sendo a solução federativa a predilecta, ainda que sempre numa perspectiva descentralizada e que garantisse igualmente o respeito pelas nações mais pequenas e menos influentes. Vão nesse sentido as propostas de Charles Fourier que proclamava "[o] estabelecimento duma soberania que seria superior à soberania de cada Estado" (Charles Fourier, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 27), de Proudhon que, em "*O Princípio Federativo*" defende a desmultiplicação dos Estados-nação em variadas comunidades descentralizadas que posteriormente se agregariam numa federação de base continental postulando que "o século XX […] abrirá a Era das Federações, ou a Humanidade começará um purgatório de mil anos" (Proudhon, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 27), e também de Ernest Renan que assinalará que a construção europeia só será possível, uma vez definitivamente abandonadas todas as tentativas de hegemonia por parte de uma das suas nações: "[o] estabelecimento de um novo império romano ou de um novo Império de Carlos Magno é impossível. A divisão da Europa é grande demais para que uma tentativa de dominação universal não provoque mais do que uma colisão forte que coloque a nação ambiciosa no seu lugar natural" (Ernest Renan, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 27). Cunha (2004: 36), atribui mesmo a Renan uma proposta no sentido da criação de uma federação europeia, assente na cordialidade das relações entre França e Alemanha, sob a qual seria sustentada a prosperidade do Continente. Tal proposta prossegue o autor, antecipa mesmo, em quase um século algumas das ideias fundamentais que constarão mais tarde do plano de Robert Schuman, a partir do qual seria lançada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

As previsões e receios dos defensores de uma nova ordem à escala do Velho Continente, a fim de serem obviados os efeitos devastadores da guerra não poderiam ser

[82] Ver igualmente Ribeiro, 2003: 46 e Soares, 2005: 84.

mais sensatos. Com efeito, e segundo Roberts (1997[c]: 23), no virar de século "o nacionalismo era, sem sombra de dúvida, o princípio político a que as massas respondiam com mais entusiasmo". A tal ponto a proposição era verdadeira que, após uma primeira década a acumular tensões, a Europa explodiria, na segunda dezena de anos do século XX no mais brutal e mortífero conflito alguma vez tido entre homens, não que sem antes, o mesmo fosse devidamente ensaiado nas duas Guerras Balcânicas, primeiro de 1908 a 1913 e, depois no terceiro trimestre de 1913.

Não cabe neste nosso trabalho a análise do primeiro conflito mundial. Interessa-nos, ainda assim, e porque tal se inscreveu na história dos povos europeus, na construção das fronteiras nacionais e na relação entre os povos da Europa, uma breve abordagem a alguns aspectos que decorrem da I Guerra Mundial, a saber: o nível de devastação e de perda de vidas humanas sem precedentes, a alteração, uma vez mais, dos sempre titubeantes equilíbrios europeus e, não menos importante, o desenvolvimento de estratégias no plano das relações internacionais e do direito supra-estadual conducentes à mitigação dos antagonismos continentais de molde a obviar conflito análogo àquele de que a Europa saíu em 1918.

A um continente devastado e apeado da condição de líder incontestado política, económica e militarmente à escala global, estatuto de que gozara até então, há ainda que somar os ainda hoje não satisfatoriamente contabilizados milhões de vidas que se extinguiram ao longo dos quatro anos de hostilidades[83]. No plano político, as transformações operadas em matéria de fronteiras, apesar de radicais e profundas, poderão ter sido, contudo, insuficientemente ponderadas, deixando íntimos sentimentos propensos a acertos futuros. Os "[…] representantes da Alemanha e das potências aliadas assinaram um armistício, numa carruagem de comboio, na floresta de Compiègne, a norte de Paris. […] Às 11h. do 11.º dia do 11.º mês de 1918 a Grande Guerra tinha terminado. […] Finalmente, tinham cessado os combates, mas as cicatrizes que eles haviam deixado permaneceriam, desfigurando o rosto da Europa nas décadas seguintes" (AA.VV., 1979: 133).

É justamente este o entendimento de Ribeiro (2003: 49), ao proclamar que é uma Europa diferente, aquela que surgiu após o armistício de 1919. Na verdade, continua a autora, a grande guerra civil europeia, como é comummente conhecido o conflito, "[…] criou uma dramática descontinuidade na história. A Primeira Grande Guerra Mundial transformou o mapa do continente. As fronteiras modificaram-se profundamente. No âmbito político a

[83] Para uma informação mais detalhada consultar: Roberts, 1997[c]: 39 e ss.; AA.VV., 1979: 103 e ss.; Wright, 1982[e]: 83 e ss; Douglas-Cooper e Kerr-Jarnet, 1998; Navarro, 2005[g]: 203 e ss.; Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 27-30; Carpentier e Lebrun, 2002: 369 e ss..

crise teve um profundo impacto. Derrubaram-se impérios que foram substituídos por repúblicas, fracassaram regimes democráticos que deslizaram para o autoritarismo, emergiram novas formas políticas – o totalitarismo, o nazismo e o fascismo. Registe-se o aparecimento de uma nova potência: os Estados Unidos da América" (Ribeiro, 2003: 49). E, arrole-se igualmente, não no período do pós-guerra, mas durante a mesma, a Leste, a ascensão de um totalitarismo de inspiração comunista, que haveria de condicionar boa parte do século XX.

O armistício de Novembro de 1918, a que acima aludimos, seria confirmado em meados do ano seguinte, em Paris, por meio da assinatura de um Tratado Internacional:

> "No dia 28 de Julho de 1919, assinava-se na Galeria dos Espelhos de Versalhes, o chamado Tratado de Versalhes, cujo art. 231 declarava que a Alemanha e os seus aliados foram os verdadeiros culpados do conflito e que deviam responder pelas perdas e danos sofridos pelos governos aliados e associados. […] Aqueles Tratados de 1919-1920 – Versalhes, Saint Germain, Neully, Paris, Trianon, Sèvres, Riga e Lausana, transformaram completamente o mapa político da Europa. As minorias nacionais não assimilaram a sua integração em Estados alheios à sua geografia, à sua história e à sua cultura e, claro, o povo alemão nunca aceitou a responsabilidade, nem as cargas, e amputações territoriais que lhe foram impostas, ficando latente um sentimento revisionista sobre o qual se originou o segundo conflito europeu e mundial." (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 29).

Uma das consequências mais importantes resultantes do conflito de 1914-18 terá sido justamente o despertar generalizado de consciências quanto à urgência de um programa de efectiva convergência dos diferentes Estados europeus no sentido de evitar novos derramamentos de sangue. Será justamente esse desígnio tendente a uma reconciliação continental e paz duradoura que originou o movimento pan-europeu nascido precisamente no rescaldo da assinatura do Tratado de Versalhes. Esta associação surge inspirada na obra publicada em 1923, por Richard Coudenhove-Kalergi, na qual "[…] o movimento defendia que a unidade política continental deveria assentar na integração franco-alemã, cujas tradicionais desavenças haviam estado na origem dos precedentes conflitos europeus" (Soares, 2006: 10). Em matéria de organização institucional, Kalergi entendia que a União Pan-europeia resultante desse esforço deveria ser composta por um Parlamento bi-camaral, no qual "[…] uma Câmara baixa representaria os povos europeus – com um deputado por cada milhão de habitantes – e o Senado reuniria os representantes dos Estados. Este processo deveria ser despoletado através de uma conferência intergovernamental que elaborasse um Tratado onde se fixaria, numa primeira fase, o objectivo da realização de uma união aduaneira e de um espaço económico único" (Idem, *Ibidem*)[84]. Esta última ideia foi lançada em 1927, numa conferência decorrida em Viena

[84] Cf. igualmente Silva, 2003: 73-74; Cunha, 2004: 37 e ss.; Chaves, 2005: 28; Martins, 2007: 11; Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 30-31; Silva, 2001: 137; Soares, 2005: 90-92; Soulier, 1997: 253, que, a propósito de

(cidade que servia de sede à União Pan-Europeia), na qual estiveram presentes, Aristide Briand, Robert Schuman e Konrad Adenaeur, tendo o primeiro sido convidado e aceite o cargo de Presidente de Honra do Movimento Pan-europeu.

Os esforços em larga medida desenvolvidos pelo entusiasmo de Kalergi terão estado, segundo vários autores (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 31; Soares, 2006: 10; Chaves, 2005: 28; Soulier, 1997: 253; Silva, 2001: 149; Cunha 2004: 40 e ss.) na origem do discurso de Aristide Briand (1862-1932), então Presidente do Conselho de França, em Setembro de 1929, no púlpito da Sociedade das Nações. "Nessa intervenção, – escreve Soares (2006: 10) – Briand propôs aos seus homólogos políticos que entre os povos que se encontram geograficamente agregados no território europeu se construísse *uma espécie de laço federal*"[85]. Já anteriormente, Briand garantira a perpetuação do seu apelido nos anais da história da política internacional "por ter dado o seu nome, (em parceria com Frank Kellog, Secretário de Estado Americano), ao primeiro pacto internacional que colocava a guerra «*fora da lei*»: o pacto Briand-Kellog, como ficou conhecido, […] foi assinado em 27 de Agosto de 1928, em Paris, no Quai-D'Orsay" (Chaves, 2005: 29, itálico no original).

Aristide Briand foi ainda determinante na redução do ressentimento alemão cujo orgulho nacionalista vivia ferido desde a humilhação de Versalhes, procurando ultrapassar pela via da negociação a questão da Renânia bem como pela diminuição e flexibilização das reparações de guerra a pagar pela Alemanha à França. Este acordo, que culminou com a formalização do Tratado do Locarno (1925), só seria possível atendendo ao espírito

Kalergi escreve as seguintes linhas: "Este jovem aristocrata estava, genealogicamente, votado ao compromisso que foi o seu na causa europeia: filho de um diplomata austro-húngaro de origem holando-grega casado com uma japonesa, austríaco de nascimento, checo depois do Tratado de Saint-Germain, fez-se naturalizar Francês em 1939. Publica em 1923, uma pequena obra, Pan-Europa, que é acolhida imediatamente com grande apoio. A questão inicial é a seguinte: «*Poderá a Europa, na sua fragmentação política e económica, assegurar a paz e a independência perante as potências mundiais extra-europeias que estão em pleno crescimento? Ou então será ela obrigada, para salvar a sua existência, a organizar-se em federação de Estados?*» Sublinhando a urgência, diz a sua inquietação: «*A Europa, que perdeu quase totalmente, a confiança em si, espera um auxílio do exterior: uns da Rússia, outros da América. Estas duas esperanças constituem um perigo de morte para a Europa. Nem o Ocidente, nem o Leste querem saber da Europa: a Rússia quer conquistá-la – a América quer comprá-la.*» Sendo assim, «*entre o Cila da ditadura militar russa e o Caríbdis da ditadura financeira americana, (o) caminho da Europa chama-se Pan-Europa e significa que a Europa deve ajudar-se a si mesma* constituindo, com um objectivo prático, uma união político-económica»." (itálicos no original). E ainda Silva (2001: 145) reproduz algumas das passagens mais emblemáticas "do «*Manifesto Europeu*», de 1924, do conde Coudenhove-Kalergi. Neste célebre manifesto diz-se a certa altura: «*É possível que, nesta reduzida península europeia, vivam lado a lado 25 Estados numa anarquia internacional completa, sem que esta situação leve por fim a uma catástrofe terrível, tanto na política como na economia e na cultura? Os anti-europeus dizem que sim, que é possível, visto que até hoje assim foi. Mas isso é ignorar as realidades: o século XX alterou tudo, até as próprias bases em que assentava esta multiplicidade dos estados europeus […]. Todo o problema se reduz, pois, aos seguintes dilemas: guerra ou paz, anarquia ou organização, concorrência no armamento ou o desarmamento, concorrência ou colaboração, ruína ou união…. Quem não é Pan-europeu é contra a Europa. Seremos cúmplices da queda da Europa se não fizermos um esforço para salvá-la […]. Repetiremos sempre e sempre esta nítida verdade: uma Europa dividida é a guerra, a opressão e a miséria. Uma Europa unida, a paz, a liberdade*»" Coudenhove-Kalergi, *apud* Silva, 2001: 145.

[85] Itálico no original.

aberto e progressista de Briand, mas também devido ao empenhamento e capacidade dialogante do interlocutor e Chanceler alemão, Gustav Stresemann (1878-1929), entendimento que culminaria com a atribuição aos dois líderes do eixo franco-alemão o Prémio Nobel da Paz de 1926.

No seguimento do discurso de Setembro de 1929, "[…] os 27 Estados europeus membros da SDN reuniram-se e pediram a Briand que preparasse um memorando. Este, redigido pelo secretário-geral do Quai d'Orsay, Alexis Léger, foi difundido a 1 de Maio de 1930" (Soulier, 1997: 255)[86]. Porém, a morte de Stresemann, volvido um mês após este discurso de Briand, a coincidência da Crise Bolsista de Outubro de 1929 e consequente Grande Depressão que se prolongou pela década seguinte, a ascensão dos regimes totalitários na Europa, com particular destaque para o alemão[87], e a morte de Briand em 1932, relegaram para plano secundário das preocupações da elite política "o projecto de União europeia apresentado no *Memorandum* em 1930 (que) fracassou devido a uma forte oposição da Sociedade das Nações, que temia perder o controlo sobre o desenvolvimento das relações inter europeias" (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 34).

Não obstante, tanto o Conde Coudenhove-Kalergi, quanto a União Pan-europeia mantiveram intensa actividade promovendo a unificação do Velho Continente, com a realização em Fevereiro de 1930 de "[…] um projecto de Pacto Europeu em Berlim, onde se formalizava a criação dos «Estados Federais de Europa», cujo primeiro princípio enunciava a vontade de deixar intacta a soberania absoluta dos Estados Europeus e previa a constituição de órgãos federais – Conselho federal, ou Câmara Alta, composta pelos representantes dos Estados ou Assembleia federal, ou pelos delegados dos Parlamentos, Tribunal de Justiça Federal e Chancelaria Federal –. A Federação contaria com o seu próprio sistema financeiro, e os cidadãos dos Estados seriam ao mesmo tempo cidadãos europeus" (Idem, *Ibidem*)[88].

[86] Ver igualmente Moreira, 2004: 166.

[87] Hitler venceria as eleições de Setembro de 1930 e confirmaria em 1932 a confiança popular mais do que duplicando a primeira votação, respectivamente, 6,5 e 13,5 milhões de votos. Cf. Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 34.

[88] Ver igualmente, Moreira, 2004: 190-193 que, reproduzindo as palavras de Kalergi, sintetiza com propriedade o essencial do problema europeu. "«*A questão europeia é esta: será possível que, na pequena quase-ilha europeia, vinte e cinco Estados vivam lado a lado na anarquia internacional, sem que um tal estado de coisas conduza à mais terrível catástrofe política , económica e cultural?»". Atentemos na resposta, igualmente transcrita por Adriano Moreira: "«O futuro da Europa depende da resposta que seja dada a esta pergunta. Está portanto nas mãos dos Europeus. Vivendo em Estados democráticos, somos todos responsáveis pela política dos nossos governos. Não temos o direito de nos limitarmos à crítica, temos o dever de contribuir para a elaboração dos nossos destinos políticos. Não podemos cansarmo-nos de repetir esta verdade simples: uma Europa dividida conduz à guerra, à agressão, à miséria, uma Europa Unida conduz à paz, à prosperidade*»". Ademais, conclui Moreira "[…] Coudenhove-Kalergi via a Europa deseperadamente dividida em nações revisionistas e anti-revisionistas. […] Não era necessário ser profeta para discernir que cedo ou tarde estas

Ao longo da década de 30, e muito embora, por força da conjuntura internacional adversa, a temática de unir política e economicamente o Velho Continente tivesse perdido o protagonismo e a primazia na discussão entre os mais destacados decisores políticos (e, com a morte de Aristide Briand tais esforços tenham sofrido um revés adicional) a verdade é que a ideia de uma Europa unida, não obstante este fracasso, entrava definitivamente no campo do debate e reflexão políticos. Refere, a este propósito, Maltez (1999):

> Como observa Max Beloff, «*era um gesto, nada mais; mas na história os gestos têm a sua importância.*» Um sinal que foi, entretanto, entendido pelo profetismo dos homens de pensamento, gerando uma vasta literatura que, sem receio, propôs uns Estados Unidos da Europa, com testemunhos de personalidades como Gaston Riou, Carlo Sforza, Bertrand de Jouvenel, Benedetto Croce, Julien Benda, Edmund Husserl e muitos outros, que lançam as bases daquilo que será o europeísmo da resistência. [89]

Posteriormente, e permanecendo na linha de Maltez (1999), em 1928, Gaston Riou, em "*Europe ma Patrie*", preconizava a construção de uma federação à escala europeia a qual deveria ter como principal substrato impedir o despedaçamento do continente, bem como, a consequente submissão a qualquer dos blocos que a disputavam, mormente, o russo, o britânico e o americano. No ano seguinte foi a vez do italiano Carlo Sforza (1872-1952), que ocupara o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1910 e 1921 e, mais tarde, de embaixador de Itália em Paris, onde viveu na condição de exilado (a partir de 1925, por determinação de Mussolini logo que este último tomou o poder, até 1940, aquando da ocupação alemã de França, de onde transitou para Inglaterra), contribuir para este debate, por meio da publicação da obra "*États Unis de l'Europe*".

Em 1930, surgem novos contributos dentre os quais se destaca o livro "*Vers les États Unis de l'Europe*", da autoria de Bertrand de Jouvenel e, uma proposta de Édouard Herriot, intitulada "Europe" na qual se preconiza uma união Europeia orquestrada pela Sociedade das Nações e que incluiria o Reino Unido. Inequivocamente, 1930 foi um ano de vasta produção neste domínio. Assim, registem-se ainda as obras "*Das Spektrum Europas*", "*Uniting Europe*" e "*Gli Stati Uniti d'Europa e del Mondo*", respectivamente da autoria do alemão Hermann Keyserling, do suíço Rappard e do italiano Giorgio Quartara. Acompanhemos ainda Maltez (1999)[90]:

> Em 1932, surge a Storia d'Europa de Benedetto Croce. Em 1933, do inglês Arthur Salter, The United States of Europe, bem como, de André Rousseaux, L'Art d'Être

disposições contraditórias levariam a uma nova guerra mundial. Concluía que só uma Pan-Europa faria face ao perigo".

[89] Maltez, 1999: [em linha] http://www.iscsp.utl.pt/cepp/teoria_das_relacoes_internacionais/aristide_briand.htm.

[90] Remetemos igualmente para o levantamento efectuado por Adriano Moreira acerca deste tema (2004: 189-193).

> Européen. É também nesse ano que se edita, de Julien Benda, Discours à la Nation Européenne. No ano seguinte, é a vez do italiano A. d'Alia, com Confederazione Europea. Em 1935, é a célebre conferência de Edmund Husserl, em Viena, A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia. Quatro anos depois, é o americano W. B. Curry, com The Case of Federal Union. Em 1940, W. I. Jenning, A Federation for Western Europe, e M. A. Bingham, The United States of Europe[91].

Todavia, para que a tão notável desígnio unionista fosse consagrada uma oportunidade de concretização e a paz pudesse enfim imperar numa Europa mortalmente ferida, seria, fatal e funestamente, necessário que a infame brutalidade da força das armas triunfasse uma vez mais, com o desfecho lutuoso por todos conhecido, como aliás já pareciam profetizar as palavras de Édouard Herriot, reproduzidas por Cunha (2004: 49), "[…] a Grécia morreu outrora, por não ter sabido federar-se no momento próprio", sendo, por conseguinte, indispensável "[…] disciplinar um continente que, no decurso dos séculos, consumiu na guerra grande parte das suas forças vivas".

Neste capítulo de abertura, percorremos alguns dos momentos-chave daquelas que são as raízes da (actual) Europa. Procurámos, nesta jornada, compatibilizar e entrecruzar duas visões distintas, ainda que, não necessariamente, incompatíveis: uma histórico-político-cultural e uma outra de cariz "tecnológico"-comunicacional. Apenas uma análise que combine, simultaneamente, estas disciplinas poderá fornecer os indispensáveis pontos de apoio no sentido de permitir o concretizar da empresa a que nos propomos: aferir, partindo de uma análise ao virtual, ao *online*, trabalho que, nas palavras de Margarida Marques[92], ainda está largamente por realizar, do actual estado da, em muito *lato sensu*, "Ideia de Europa" e da construção Europeia.

Ao longo deste trajecto notámos, nomeadamente, e ainda que, apenas brevemente, como aqui se desenvolveram formas de comunicação entre os povos

[91] Estilo regular (não itálico) no original.

[92] Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal. Em conferência proferida por ocasião do Encontro Média e Europa – 25 Anos de Adesão de Portugal à UE, realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 12 de Abril de 2010, Margarida Marques salientou a importância da comunicação social tradicional na instituição de um espaço público europeu (figura de contornos ainda bastante imprecisos e indefinidos: será que se pode falar em espaço público europeu? Admitindo que sim, existe um verdadeiro espaço público europeu? Ou este resulta apenas da justaposição dos espaços públicos nacionais dos Estados-Membros? Qual a influência/preponderância das identidades nacionais e dos nacionalismos no âmbito deste espaço público europeu, nomeadamente como elemento gerador de complexidades várias? E de que modo a mobilidade dos cidadãos poderá ajudar no desenvolvimento dessa figura? Qual o papel dos média tradicionais neste espaço público europeu, enquanto elementos multiplicadores da construção europeia? E, a questão que verdadeiramente aqui nos interessa: qual a contribuição, em sentido amplo, das novas tecnologias de informação e comunicação, nas suas inúmeras variantes e potencialidades, para este processo de construção europeia?), mas, não menos importante, o papel das tecnologias de informação e comunicação nesse mesmo processo. Na ocasião, sustentou que os estudos sobre esta matéria em concreto, isto é, a influência dos espaços virtuais no projecto de construção europeu, estão em larga medida, por efectuar.

Europeus, que contribuíram para que se iniciasse o caminho para cumprimento da velha aspiração mítica: a Europa como "farol do conhecimento e da ciência". Neste ponto, pensamos que a história da tecnologia não se constitui apenas como uma progressão de invenções tecnológicos específicas, abstraídas de contextos políticos e culturais, mas é, inversamente produto desses mesmos contextos. Se dúvidas existirem quanto a este ponto, o exercício que empreendemos, é bem testemunho dessa realidade: partimos, então, do processo de laicização da cultura, encetado no período de transição entre a Alta e a Baixa Idade Média; seguimos, acto contínuo, pela emergência da sociedade/homem tipográfico, a "tal" galáxia de Gutenberg a que alude Marshall McLuhan; e, terminámos com realização da Aldeia Global. Esta última, que reduziu o mundo a uma comunidade global permanentemente em rede, é filha da imprensa de tipos móveis e neta do processo de laicização da cultura. Se qualquer destas evoluções (empreguemos aqui esta fórmula mais conservadora) operou importantes transformações nas sociedades europeias, será igualmente legítimo, postular que elas são, também, produto de uma sociedade em metamorfose.

Antes de voltarmos às tecnologias comunicativas e aos seus desenvolvimentos contemporâneos, e de nelas centrarmos, em definitivo, a nossa atenção, importa, no entanto, dedicarmos mais algumas páginas à institucionalização da uma Europa que se procurou reconciliar consigo mesma, e de igual modo com o mundo, após a segunda Grande Guerra.

Como veremos, é no quadro de uma nova geopolítica que se irão dar os primeiros passos tendentes à aproximação interna. Todavia, este projecto de construção de uma casa comum, capaz de albergar todos os europeus, mais do nascido do meritório arrojo e da coragem política dos seus pais fundadores, foi, principalmente, resultado de uma dupla imposição externa, justificada pelos novos equilíbrios político-militares globais resultantes da Guerra de 1939-45. Enquanto condição para a disponibilização do auxílio americano por um lado e, factor não menos decisivo, como resposta à ameaça representada pelo expansionismo soviético.

Capítulo

2 A Nova Arquitectura Europeia

2.1 Europa Unida: necessária inevitabilidade

Oito de Maio de 1945: Terminava, com a capitulação alemã assinada em Berlim nesta data, o segundo conflito militar em solo europeu em escassas três décadas. A II Guerra Mundial ainda haveria de se prolongar no Oriente até 02 de Setembro. Na Europa, porém, era tempo de contabilizar as perdas, sobretudo as humanas, que ascendiam a cinquenta milhões de vidas.

Como refere Fontaine (1995: 25), "A junção no Elba das forças americanas e soviéticas em 1945 simboliza o declínio da Europa e prefigura a sua divisão", num quadro em que grande parte do continente se encontrava profundamente devastada. Com excepção dos países que se mantiveram neutrais ao longo do conflito e de outros que, pela sua condição periférica face ao epicentro dos combates, foram poupados aos efeitos mais devastadores das hostilidades, todos os demais apresentavam níveis consideráveis de

destruição, com especial destaque da Alemanha, de longe o país mais fustigado pelo efeito esmagador das bombas aliadas.

Porém, "a guerra ainda mal tinha terminado e já se falava «da próxima»" (Navarro, 2005[9]: 405). Não surpreende, portanto, que, no sentido de contrariar a eclosão de um novo conflito global (cujas consequências se antecipavam apocalípticas), a década seguinte tenha sido, à escala mundial, pródiga em esforços nesse sentido. Nasce assim uma miríade de instituições de diferente âmbito: a Organização das Nações Unidas (1945)[93], o Fundo Monetário Internacional (1945)[94], o Banco Mundial (1945)[95], a Organização Tratado do Atlântico Norte (1949)[96], o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (1947)[97], a Organização Europeia de Cooperação Económica[98], entre outras, cujo fim último visava (nem que fosse por meio da dissuasão militar ou do apoio económico e financeiro) o refrear de impulsos belicistas e eventuais sentimentos revisionistas/revanchistas, os últimos dos quais tinham, no caso da Alemanha, conduzido à Guerra de 1939-45.

No Velho Continente, o termo da Grande Guerra trouxe consigo inúmeras iniciativas de destacadas figuras europeias, oriundas das mais diversas áreas da actividade humana, visando a criação de um qualquer vínculo entre os estados, bem como de dispositivos que pudessem limitar ou impedir de todo a emergência de futuros conflitos no espaço europeu.

Por conseguinte, "tanto durante a Segunda Guerra Mundial como logo a seguir, a necessidade de uma Europa Unida foi professada em vários quadrantes" (Verhofstadt, 2006: 29). Como sustenta Fontaine, (1995: 15) "A Europa nasceu de uma vontade e perdura por necessidade". Ribeiro (2002: 8 e 2003: 51) concretiza tal tese, postulando que a ideia de Europa acabou por abandonar o espartilho do debate intelectual muito caro aos pensadores do final do século XIX e da segunda década do século seguinte, para se impor

[93] United Nations (UN). Mais informação, vd. o sítio internet da organização [em linha]: http://www.un.org/.

[94] International Monnetary Fund (IMF). Mais informação, vd. o sítio internet da organização [em linha]: http://www.imf.org/external/index.htm.

[95] The World Bank Group (WBG). Mais informação, vd. o sítio internet da organização [em linha]: http://www.wbg.org/.

[96] North Atlantic Treaty Organization (NATO). Mais informação, vd. o sítio internet da organização [em linha]: http://www.nato.int/cps/en/natolive/index.htm.

[97] General Agreement on Tariffs and Trade (GATT). Mais informação, vd. o sítio internet da organização [em linha]: http://www.gatt.org/.

[98] Criada em 1948 para coordenar a gestão do auxílio americano, vertido no Plano Marshall e transformada em Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em Dezembro de 1960, após a conclusão da execução do pacote de ajuda americana.

como necessidade. Em rigor, "uma necessidade que na época se alicerçava numa tripla exigência: uma exigência de paz, uma exigência económica e uma exigência de sobrevivência". No fundo, "a principal razão que esteve na origem das comunidades […] foi a de criar uma união tão forte e tão íntima entre os países europeus que nunca mais fosse possível haver uma guerra entre europeus"[99].

Com efeito, ainda em 1942, segundo sustentam Pérez-Bustamante e Colsa (2004), surgem tanto na Bélgica como nos Países Baixos propostas, embora clandestinas (face ao contexto da ocupação nazi), assentes num programa federalista. Nesse mesmo ano, Kalergi funda na Universidade de Nova Iorque um Instituto de Investigação para uma federação europeia a erigir no pós-guerra e, na sequência do *V Congresso do Movimento Pan-Europeu*, é publicado, em Março de 1943, um projecto tendente a uma constituição federal europeia. E, neste particular, o movimento de unificação europeu partindo de uma solução radical e de cariz federalizante foi, seguindo Adriano Moreira (2004: 195), o modelo privilegiado tanto durante a guerra, como logo após a mesma. A federação contava com o apoio dos principais movimentos de resistência à ocupação nazi, mesmo aqueles que operavam no interior da Alemanha (recordemos, a título meramente exemplificativo, o trágico destino dos irmãos Scholl, membros activos do movimento *Rosa Branca*[100], que contrapunham uma federação europeia ao projecto de união da Europa pelo Reich milenar). De igual modo, em França, entre 1942 e 1944, são várias as diligências em idêntico sentido. No seio da resistência francesa, também encontramos presentes, não apenas a aspiração à união continental, como ainda um desejo que essa construção assuma a fórmula federal.

O primeiro grande marco nessa direcção resulta do compromisso político firmado entre Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, países que, em 05 de Setembro de 1944[101] assinaram, em Londres, um Tratado de União Aduaneira, o qual haveria de ser levado à prática a partir de 01 de Janeiro de 1948, e que conhecemos hoje como BENELUX. A experiência obtida com o BENELUX (tal como a do Zollverein[102] alemão) haveria aliás de

[99] Amaral, 1992: 15.

[100] Mais informação, [em linha]: http://en.wikipedia.org/wiki/White_Rose.

[101] Ainda que haja sido preparado antes por Paul-Henri Spaak no decurso do seu exílio. Vd. Ribeiro, 2003: 54.

[102] *Zollverein* foi o nome dado ao acordo aduaneiro e monetário entre os estados alemães sob influência e liderança prussiana no século XIX, tendo instituído um mercado e uma moeda comuns. Inicialmente circunscrito apenas aos estados do norte (1833), numa segunda versão (1867 – o primeiro foi anulado em 1866) incluiu também os do sul. O *Zollverein* foi, todavia, muito mais do que uma mera agregação ou desburocratização aduaneira, tendo desempenhado um papel decisivo na união alemã de 1871 protagonizada por Otto von Bismark, por meio da prévia unificação linguística e cultural dos diferentes estados. Cf. Soulier, G., 1997: 247; Macedo, J. B., *In* Telo, A. J. (coord.), 1996: 137; Fulbrook, M., *In* Fulbrook, M. (coord.), 2009: 395. Gorjão-Henriques, 2008[a]: 35; Moreira, 2004: 159 e ss.; Porto: 2001: 210. Manuel Porto, apoiando-se em Robson, 1998: 8 e Cunha 1993: 91 e ss., escreve que "[…] só entre 1812 e 1914 ter-se-ão verificado dezasseis casos de

ser determinante na política de pequenos passos resultante da abordagem funcionalista[103] sobre a qual foi posteriormente alicerçado o projecto de união continental. Antes porém da efectiva concretização deste acordo internacional, "em 1946, Churchill apelava: «do que nós precisamos é de uma espécie de Estados Unidos da Europa»" (Verhofstadt, 2006: 29; Fontaine, 1995: 25; Dias, 2005: 36-39; Soares, 2005: 110)[104]. Neste discurso, o Primeiro Ministro britânico renovava o sinal que lançara alguns meses antes e, no qual, alertava para a nova realidade política do Velho Continente, já então espartilhado entre a influência das duas superpotências emergentes: referimo-nos, em concreto, à metáfora da cortina de ferro[105].

Em Março do ano seguinte, as quatro forças vencedoras (não se percebera ainda quão frágeis eram as posições francesa e inglesa na nova arquitectura mundial saída da Guerra) reuniram-se em Moscovo. No regresso a Washington, George Marshall alertou a cúpula da administração americana para a imperiosa necessidade de providenciar ajuda ao arranque das economias europeias, sob pena do perigo real de extensão do paradigma político-económico soviético à parte ocidental do continente. Face à crescente instabilidade global bem como à necessidade de os Estados Unidos reposicionarem as suas tropas, distribuindo-as por outros teatros de operações, tornava-se indispensável uma solução que permitisse não apenas uma retirada significativa do contingente estacionado no Velho Continente mas que assegurasse, ainda assim, a defesa e independência da Europa Ocidental perante o expansionismo soviético. A necessidade de uma intervenção americana na defesa das débeis democracias europeias viria a ser reforçada com a emergência das

constituição de uniões aduaneiras, sendo de referir como mais significativo […] o da criação do *Zollverein* em 1833, com a abertura das fronteiras entre dezoito Estados alemães e o estabelecimento de uma pauta comum em relação ao exterior" (itálico no original). Neste sentido também Soares (2005: 88), que refere os quatro projectos de União Aduaneira mais importantes verificados neste período: a união aduaneira ocorrida na Suíça, em 1815, a fracassada, devido a motivações nacionalistas, austro-húngara de 1826, a alemã de 1833 e a italiana de 1861.

[103] "Monnet defendia que se devia seguir uma estratégia de pequenas realizações comuns dos Estados europeus […] [e] afastava-se da abordagem federalista da integração europeia, que inspirou a criação do Conselho da Europa. Monnet não acreditava que a construção europeia pudesse ser iniciada de modo abertamente político. Preferia antes uma via de tipo funcional. […] Seria explorando o filão da criação de interesses comuns entre os principais Estados europeus que seria possível, em momento posterior, conferir uma orientação política ao processo de integração europeia. Daí que a estratégia de Monnet tenha sido considerada neo-funcionalista, na medida em que conciliava o propósito de unificação dos Estados europeus prosseguido pelo federalismo - assente no primado da política - com o método funcional". Soares, 2006: 13 e Soares, 2009 [em linha]: http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1014/1/WP39.net.pdf. Ver ainda Camisão e Fernandes, 2005: 33 e ss. e Gorjão-Henriques, 2008[a]: 39.

[104] Trata-se do Discurso de Zurique, proferido em Setembro de 1946.

[105] "Desde Stettin no Báltico até Trieste no Adriático uma *cortina de ferro* desceu sobre o Continente." (tradução nossa – itálico no original em inglês). Excerto do discurso proferido por Winston Churchill no Westminster College em Fulton, no Estado norte-americano do Missouri, no dia 05 de Março de 1946, cuja versão integral é possível consultar [em linha]: http://www.historyguide.org/europe/churchill.html. Ver ainda Campos (Dir.) e Sande (Coord.), 1997: 9 e também Soares, 2005: 109-111.

questões grega e turca. Na verdade, a incapacidade demonstrada pelo Reino Unido na contenção do avanço das teses estalinistas nestes dois países conduziu a um primeiro plano de auxílio: O presidente Truman apresentou ao Congresso uma petição solicitando quatrocentos milhões de dólares, cujos destinatários seriam justamente Grécia e Turquia. Inaugurava-se a doutrina Truman, a qual haveria de se revelar determinante no processo de reconciliação e relançamento europeu (o europeísmo pragmático, na fórmula de Adriano Moreira (2004: 200-203), que encontrou em George Marshall e Winston Churchill os seus principais ideólogos e em Jean Monnet o braço executante), mas que, por outro lado, como sustenta o mesmo autor (2004: 176), assinalaria também a eclosão de um mundo bipolar organizado, e suspenso, em torno de dois blocos.

Esse auxílio americano teria necessariamente de ser considerado numa perspectiva multinível: no plano financeiro, no plano técnico, no plano militar e no plano político. Paralelamente, qualquer abordagem teria igualmente de se concretizar à escala do continente (no tocante, pelo menos, às zonas não submetidas a Moscovo, que recusaria a ajuda americana e lançaria um plano assistencialista concorrente – o COMECON –, destinado a conservar a sua preponderância a Leste), sob pena de fracassar nos seus objectivos. Como resposta às preocupações decorrentes dos primeiros dois níveis foi apresentado, a 05 de Junho de 1947, na Universidade de Harvard, o Plano Marshall[106]. O aspecto militar foi essencialmente solucionado com a criação da NATO e o problema político encontrou resposta nos Tratados que instituíram as Comunidades Europeias (CECA, CEEA e CEE).

Este generoso, mas não totalmente desinteressado auxílio americano[107] foi determinante na consolidação de iniciativas conducentes ao estreitamento das relações entre os diferentes estados. Com efeito, "a ajuda americana dependia da vontade dos recebedores de delinearem uma estratégia colectiva para a utilização dos fundos. Nos seus

[106] Mais informação sobre o discurso de George Marshall [em linha]: http://usinfo.org/docs/democracy/57.htm; Vd. também Campos (Dir.) e Sande (Coord.), 1997: 10. Acerca do Plano Marshall: [em linha] http://www.america.gov/st/washfile-english/2005/April/200504291439291CJsamohT0.6520502.html; Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 48 e ss.; Telo, 1996, 204 e ss.; Fontaine, 1995: 27, Vaicbourdt, 2002: 26 e ss; Soares, 2005: 115 e ss.; Moreira, 2004: 271-272.

[107] Conforme sugere Telo, (1996: 204, aspas no original) "A partir de 1946, os EUA exportam por ano cerca de 15 a 18 bilhões de dólares, dos quais cerca de metade para a Europa, e só importam 14 bilhões da Europa, o que lhes dá um imenso saldo positivo em ouro e divisas. É com eles que se financia «generosamente» o sistema ocidental […]. A Europa ocidental no global regista um imenso deficit da sua balança comercial com os EUA […]. O saldo negativo ultrapassa os 4 bilhões de dólares anuais […] [e], em 1947, a situação é de colapso financeiro, pois quase todos os países esgotaram os meios de pagamento na zona do dólar e ameaçam cortar abruptamente as encomendas. […] A solução para esta situação, que podia ter provocado uma nova «crise de 1929» logo a seguir à guerra, […] surge com o Plano Marshall. Os créditos que este abre, em condições muito generosas, são justamente 16 bilhões de dólares em quatro anos, o bastante para manter o nível de compras à indústria americana no período mais crítico da reconstrução europeia, e impedir a crise de ambos os lados do oceano". Em idêntico sentido vai a tese de Andreia Soares (Soares, 2005: 116).

momentos mais idealistas, os promotores do Plano Marshall viram na sua iniciativa um estímulo à formação de uns «Estados Unidos da Europa», num quadro de integração económica e política que tornasse a guerra inconcebível". (Eichengreen, *In* Fulbrook, 2009: 236)[108].

É neste ambiente, de encorajamentos múltiplos internos e externos, que reúne, em Maio de 1948, o Congresso da Europa, comummente conhecido como o Congresso de Haia por ter decorrido nesta cidade neerlandesa. Antes (especialmente ao longo de 1946-47) ocorreu um amplo conjunto de reuniões preparatórias, levadas a efeito por todos os movimentos participantes. Nesta reunião magna estiveram presentes personalidades de quase todos os países da Europa Ocidental (Portugal não se fez representar) oriundos das mais diversas áreas, de entre as quais se destacam políticos, sindicalistas, industriais, universitários, escritores, entre muitos outros. Haia marca igualmente o início de um diálogo ideológico, que perdura na actualidade, quanto à organização do poder político, ao reunir sob o mesmo tecto a vasta miríade de sensibilidades existentes neste particular e que podemos genericamente agrupar em duas grandes correntes: os federalistas e os unionistas.

No final do Congresso da Europa, o consenso obtido em torno da proposta de Churchill de criação de uma Assembleia da Europa e da reconciliação franco-alemã, eixo a partir do qual se deveria construir um futuro diferente, ficou limitado pela incapacidade de se gerar um acordo quanto aos poderes desta Assembleia: constituintes advogavam os federalistas, meramente consultivos contrapunham os simpatizantes das teses unionistas. Viria a prevalecer esta segunda perspectiva, o que desde logo motivou uma primeira derrota do rumo federativo. Os países europeus estavam dispostos a construir um futuro diferente face aos séculos passados, um futuro em comum; estavam de acordo quanto à recusa das soluções belicistas no dirimir dos conflitos; permaneciam igualmente unidos (ainda que não de modo unânime), no afastamento de soluções que implicassem a perda total da soberania.

[108] Paralelamente, o cumprimento do Plano Marshall não apenas fizera cair a exigência francesa perante a Alemanha das reparações de guerra, como de igual modo permitiu uma rápida reconstrução das infra-estruturas e economias dos países mais afectados pela Guerra. Mais adiante veremos como, no plano das infra-estruturas transfronteiriças, a rápida recolocação das mesmas contribuiu decisivamente para um massivo re-ligar do continente, bem como para o fenómeno posterior da integração europeia. Todavia, a consequência mais importante da execução do pacote de ajuda americana foi o facto de à sua sombra terem sido criadas a várias organizações euro-atlânticas nomeadamente a OECE, OTAN, UEO, UEP, CECA …, com um papel igualmente determinante no impulso integrador.

Do final do Congresso de Haia[109] resultariam duas novas instituições no quadro europeu: O Conselho da Europa (1949)[110] e a Assembleia Europeia[111]. Ainda em 1948 seria fundada a UEO[112], inicialmente sem a Alemanha que acabaria por aderir em 1954.

[109] Encontro Europeu de 07 a 10 de Maio de 1948. Vd. o texto em Campos. (Dir.) e Sande (Coord.), 1997: 13.

[110] Mais informação, vd. o sítio Internet da organização, [em linha]: http://www.coe.int/t/pt/com/about_coe/.

[111] Embrião do futuro Parlamento Europeu.

[112] União Europeia Ocidental. "Organização de cooperação para a defesa e a segurança, fundada em 1948 e constituída por 28 países. Nem todos os Estados-Membros da UE são membros efectivos por alguns deles conservarem o estatuto de neutralidade, como no caso da Irlanda, Suécia, Finlândia, Dinamarca e Áustria". Vd. [em linha]: http://www.carloscoelho.eu/saber_mais/ver_glossario.asp?submenu=31&gloss=91 Consultar ainda [em linha]: http://europa.eu/scadplus/glossary/western_european_union_pt.htm; e também o sítio Internet da organização [em linha]: http://www.weu.int/index.html.

2.2 Re-ligar a Europa

Após 1945 assistimos, como vimos atrás, a incontáveis esforços no sentido de, à escala europeia, se alcançar, não apenas uma paz duradoura, mas da concepção de um qualquer sistema capaz de tornar a guerra inconcebível. E, nesse particular, como escreveu Chevalier em 1833 a partir de Londres (Chevalier, *apud* Mattelart, 1996: 138, itálico nosso): "«Melhorar as comunicações é, por conseguinte, trabalhar pela liberdade real, positiva e prática; é fazer com que todos os membros da família humana participem na faculdade de percorrer e explorar o Globo que lhes foi dado como património; é alargar os direitos do maior número tanto e tão bem quanto for possível pelas leis eleitorais. Diria mais: é construir a igualdade e a democracia. Os meios de transporte aperfeiçoados têm como consequência a redução das distâncias não apenas de um ponto a outro, *mas ainda de uma classe a outra*»".

Antes, pois, de nos centrarmos num necessário enquadramento mais de índole político-institucional do projecto de integração europeia, teremos, portanto, que dedicar um pouco de atenção às condições materiais pré-existentes e que possibilitaram, ou pelo menos facilitaram, esse trabalho. Se é verdade que políticos, intelectuais e homens de negócios se empenharam fortemente neste caminho de integração, estabelecendo pontes para o diálogo transnacional, também o não será menos que entre os povos europeus existia já um amplo conjunto de vínculos, solidariedades e ligações anteriores à guerra. Em rigor, as relações de incorporação mútua entre os povos europeus que as Comunidades primeiro, e a União mais tarde, vieram oferecer, não foram construídas em cima de uma qualquer *tábua rasa* prévia. Ao longo dos séculos a Europa encontra-se marcada por um conjunto de *ligares* e *desligares* massivos, alternando períodos de paz e prosperidade económica, de desenvolvimento das infra-estruturas de apoio ao intercâmbio, às trocas e à circulação de pessoas, bens e ideias etc., com outros de guerra, destruição, depressão e rompimento desses mesmos vínculos, trilho que percorremos no capítulo precedente (Capítulo 1).

A título meramente exemplificativo, atentemos no registo de Van der Vleuten e Kaijser (2005: 38), segundo o qual, nos séculos XVIII e XIX muitos indivíduos e instituições trabalharam arduamente para promover infra-estruturas transnacionais no espaço europeu. A construção e uso dessas redes criaram elos materiais e institucionais entre os estados, que afectaram grandemente muitos processos políticos, económicos, sociais e culturais. Analogamente, também estes influenciaram a construção dessas mesmas infra-estruturas. Igualmente em Miranda (2002: 14) encontramos uma breve referência ao papel destas estruturas na modificação das sociedades. Postulando que se tornaram progressivamente mais presentes, o autor lembra ainda o desenvolvimento que as redes de estradas e ferrovias conheceram, as quais alteraram o século XIX e afectaram as diferenças entre o campo e cidade.

Vista pela perspectiva da tecnologia, a integração da Europa começou bem antes de quaisquer iniciativas com vista a uma unificação do espaço europeu. Durante o século XIX e a primeira metade do século XX, os Estados-nação desenvolveram-se frequentemente em paralelo com a construção de redes em larga escala, incluindo caminhos-de-ferro, transporte de água e redes eléctricas[113]. Como nota Mattelart (1999: 10, aspas no original), "os engenheiros das pontes e calçadas[114] do Antigo Regime estiveram entre os pioneiros na formalização de uma problemática da comunicação associada à organização de um espaço nacional e à construção de um mercado interno que se aplica às vias e aos canais. Construindo pontes e traçando vias, eles pretendem satisfazer os desígnios da razão. Domesticando, o (sic) «má natureza», o irracional aquilo que separa os homens e os impede de se auxiliarem mutuamente, eles pensam fazer triunfar a «boa natureza», o racional, aquilo que os une, e assegurar a fluidez dos fluxos da circulação das pessoas e mercadorias"[115].

[113] Na verdade, segundo o relato de Mattelart (1996: 20, aspas no original) esse esforço iniciou-se em França, no final do século XVII, mais propriamente em 1699, quando Vauban "[…] redige um memorial sobre a «navegação dos rios» - enumera mais de 190 – onde examina caso a caso a possibilidade de tornar navegáveis os que não o são, através de canais «para comunicar a navegação dos rios uns com os outros»".

[114] As Pontes e Calçadas (*Ponts et Chaussées*, no original) surgem em 1669 no quadro do Colbertismo, constituindo, a partir de 1716, uma estrutura administrativa do tipo piramidal, visando a construção e conservação das "[…]«obras de arte, estradas, canais, rios e portos»" (Mattelart, 1996: 24, aspas no original).

[115] Valerá aliás a pena uma transcrição integral do registo de Yves Chicoteau e Antoine Picon, historiadores das *Ponts et Chaussées*, presente em Mattelart (1996: 26, aspas no original), bem mais abrangente do que essoutro. "«Ao introduzir uma distância entre termos que a Razão deveria, no entanto, reunir, essa natureza fundamentalmente má, deve ser combatida. É exactamente esse o sentido da acção do engenheiro, que estabelece as vias de comunicação, lançando pontes sobre precipícios para aproximar os homens. Ilustrando este ponto de vista, a metáfora da fome é extremamente frequente na escrita dos engenheiros das Ponts et Chaussées. Ao separar os homens, a natureza cria as condições de escassez, porque permite que determinada província esteja a abarrotar de cereais ao passo que a outra falta tudo. Então, o engenheiro é investido de uma missão que consiste em "corrigir" essas desigualdades, ao permitir a circulação das mercadorias. Transposta, esta concepção faz do engenheiro o servidor privilegiado da razão, uma vez que combate os preconceitos ao

Adicionalmente foram lançadas várias tentativas para construir ligações transnacionais. Dentre as mais notáveis, os autores destacam os cabos de telégrafo para os Estados Unidos e para as colónias. Na verdade, Schot e Oldenziel notam a importância que a construção e uso de tais infra-estruturas, instrumentos e sistemas de conhecimento, desencadearam no espaço continental, já que, muitos dos laços políticos, sociais e culturais entre as várias nações europeias surgem justamente em resultado de tal. E, prosseguem, manifestando ainda a convicção de que, no período pós Segunda Guerra, quando depois da devastação causada pelo conflito, os diferentes países acordaram no desenvolvimento de verdadeiras instituições transnacionais, o êxito de tais iniciativas dependeu, sobremaneira, dos sistemas, das infra-estruturas e das conexões previamente existentes entre os Estados-nação. "Defendemos que esses sistemas transnacionais foram a pré-condição material e cultural para a integração formal da Europa", concluem[116] (Schot e Oldenziel, 2005: 5, tradução nossa).

Porém, a construção de redes de âmbito transnacional, procurando "ligar" os territórios europeus, não é um fenómeno circunscrito à era moderna/contemporânea. Recordemos, muito sumariamente, porque de algum modo (ainda que não explicitamente) já observámos este fenómeno no capítulo anterior (Capítulo 1), o esforço de unificação continental desenvolvido no tempo da romanização. Lembremos igualmente, como as ligações que haviam sido criadas pelo Império Romano (bem condensadas na fórmula popular "todos os caminhos vão dar a Roma", porque efectivamente o iam) foram progressivamente interrompidas ao longo da Alta Idade Média, e posteriormente repostas no período entre o final da Baixa Idade Média e início do Renascimento. A época moderna, com a emergência do Estado-nação e o acentuar dos conflitos, veio de algum modo cortar de novo as conexões entre os povos e as nações europeias. Napoleão tentou restaurar essas ligações, e não se poderá deixar de afirmar que o projecto do Reich, ou os blocos Ocidental e de Leste saídos da Segunda Guerra não tinham igual desígnio. A história da Europa é pois uma sucessão de *ligares* e *desligares*. Umas vezes analisada pelo prisma da ciência política e das relações internacionais, noutras pela historiografia na sua vertente militar. Tais visões não são, todavia, suficientes.

---

permitir a comunicação entre os homens.» […] Foi assim que começou a formar-se, na França do Antigo Regime, a base de uma problemática das «comunicações», de um modo próprio de pensar a relação entre o movimento, a economia e a sociedade, entre as «redes», o Estado e a unidade nacional".

[116] Armand Mattelart (1999: 16) postula que tanto no respeitante ao telégrafo, "[…] como no domínio dos caminhos-de-ferro e dos correios, a futura Alemanha revelou-se pioneira nos projectos de unificação das redes. Composta por um mosaico de territórios, a sua unificação através de técnicas de comunicação antecipou a sua unificação política".

Num tempo mais recente, (porque é esse que nos importa), como propõem Schot e Oldenziel o conjunto de líderes visionários que levaram ao desenvolvimento de uma Europa unida, o papel dos Estados Unidos na criação dessa unidade europeia como resposta à ameaça soviética, o objectivo do mercado comum que pudesse competir com os Estados Unidos e a criação de um eixo franco-alemão capaz de tornar inconcebível a guerra constituem, nas palavras dos autores, "[…] aspectos bem conhecidos, mas são apenas uma pequena parte da ampla história da integração europeia […]"[117] (Schot e Oldenziel, 2005: 2).

Interessa-nos, pois, neste momento, aqueloutra. A tal que Schot e Oldenziel, mas também Misa e Schot e ainda Van der Vleuten e Kaijser, identificam como fundamental no processo de integração, e sobre a qual assenta, na verdade, a base do projecto político de unificação e pacificação do continente. Referimo-nos concretamente às ligações transnacionais (em sentido amplo) e, de um modo muito particular, às redes de comunicação que emergiram e se desenvolveram exponencialmente na transição do século XX para o XXI, tópico central e transversal a todo o nosso trabalho (a ser desenvolvido no Capítulo 4)[118].

Neste contexto, Misa e Schot (2005: 2-3) referem que mais recentemente, maioritariamente ao longo da última década, o paradigma de investigação acerca da integração europeia conheceu uma importante inflexão. Na verdade, os cientistas políticos têm procurado novas abordagens, debruçando-se nomeadamente sobre a questão mais ampla da emergência de uma identidade europeia, mas também acerca da existência de dispositivos que permitam ligações físicas entre países, em particular as tecnologias de

[117] Em idêntico sentido, Misa e Schot (2005: 2-3) criticam o papel excessivamente central que os historiadores têm conferido ao estudo da integração europeia sob uma perspectiva institucional, reduzindo-o a um mero episódio nas relações internacionais. A literatura disponível sobre o tema foca principalmente os Tratados, a formação das instituições da UE, e a coordenação das políticas em diferentes níveis. A maioria das análises dos cientistas políticos do processo de integração confirma este ponto de vista, limitando as suas investigações às políticas e instituições formais e informais da Europa, à dinâmica da cooperação entre Estados-nação, e ao surgimento de redes de política europeia. E ainda, no mesmo registo, Misa e Schot (2005: 4), advogam que, em comparação com a ampla análise da política e da economia, a atenção para a cultura europeia apenas surgiria na década de 1980. Em parte, a nova atenção prestada à cultura reflecte também as tendências dentro da própria história, nomeadamente quando a nova história cultural tomou a dianteira. É aliás notória uma propensão historiográfica que reduz, geralmente, as origens da Europa à soma de um conjunto de elementos consensualmente aceites pela doutrina dominante: a religião judaico-cristã, o pensamento helenista, as raízes jurídicas romanas, o Renascimento, e as ideias iluministas de liberdade, progresso e ciência.

[118] Como escrevem Van der Vleuten e Kaijser (2005: 39, tradução nossa) "[…] na história das redes tecnológicas, estradas e vias marítimas estiveram em foco no século XVIII, enquanto que o caminho-de-ferro e o telégrafo ocuparam o palco central no século XIX. A energia eléctrica e as redes viárias atraíram a fantasia e investimentos em grande parte do século XX, que termina com um fascínio pelas tecnologias de informação e comunicação na transição para o século XXI". É, justamente, o estudo da integração sob esse último ponto de vista, que serve de móbil à presente investigação.

ligação transnacionais[119]. Van der Vleuten e Kaijser (2004: 25, tradução nossa) definem estes dispositivos como "[…] estruturas materialmente integradas que cruzam as fronteiras nacionais. Elas incluem transportes, energia, e sistemas de comunicação".

Assim, esta nova metodologia de estudo revelada por Misa e Schot (2005: 3, tradução nossa) procura "[…] tornar visível uma «integração oculta» e também uma «fragmentação escondida». Podemos tornar estes processos visíveis através da atenção para o ligar e desligar das infra-estruturas, especialmente aquelas que têm ultrapassado as fronteiras nacionais, e para a circulação e apropriação de produtos, sistemas e conhecimento".

Por outro lado, Schot e Oldenziel (2005: 2, tradução nossa) sugerem uma análise do processo de integração partindo de quatro questões relacionadas entre si. "Primeiro que a integração da Europa foi um processo histórico que começou no século XIX e que se desenvolveu irregularmente ao longo do século XX. Segundo, envolveu crucialmente redes materiais, sistemas técnicos e circulação de conhecimento e artefactos – décadas antes dos acordos políticos do pós-guerra entre os Estados-nação. Terceiro, que a história da integração europeia tem de ser colocada num contexto global, incluindo colonização, descolonização, e cruzamentos transatlânticos. Finalmente, que examinando estes desenvolvimentos pela perspectiva da tecnologia levará a uma refundação da compreensão histórica existente da integração". Ora, prosseguem ainda, tal situação tornará visível uma "integração escondida" que se faz a partir de baixo para cima, tal como, providenciará um mais profundo e rico entendimento histórico do processo.

Assim, Schot e Oldenziel (2005: 8, tradução nossa) propõem, seguindo idêntico trilho ao caminhado por Eugen Weber na obra *Peasants into Frenchmen*, mostrar que, tal como em França, os sistemas nacionais de transportes permitiram a "integração" das zonas e populações rurais na nação, também no contexto da integração europeia o mesmo modelo foi seguido e contribuiu para a emergência de um certo sentir europeu. "Ele [Eugen Weber] concluiu que as ferrovias e as estradas cimentaram a unidade nacional e forjaram a profunda sensibilidade da França, principalmente, os seus sentimentos patrióticos". Idênticas premissas serão válidas para a Europa. A sociedade e as identidades europeias

[119] Na mesma direcção apontam Schot e Oldenziel (2004: 5). Pesquisas recentes levadas a cabo pelos historiadores da tecnologia oferecem-nos um conjunto de ferramentas analíticas que demonstram que a tecnologia pode ser um importante meio político e social de envolver as pessoas e as instituições. Estes investigadores também começaram a explorar a tecnologia como um crucial agente de mudança, num sentido diferente da habitual abordagem tecnológica determinista, tal como se o papel da tecnologia na sociedade se resumisse apenas a efeitos unidireccionais. Aliás, neste campo, defendem os autores, uma linha de investigação emergente, diz respeito ao papel da tecnologia em complexos processos económicos, políticos, sociais, culturais, nomeadamente na industrialização, na uniformização, na globalização, colonização, formação de identidades nacionais, de género, na Guerra Fria, na integração política.

têm sido firmadas em infra-estruturas materiais transnacionais – os fios, canos, canais, cabos, auto-estradas, ferrovias, e redes de informação que cruzam as fronteiras políticas e ligam os Estados-nação"[120].

Ora, esta maior atenção às infra-estruturas transnacionais justifica-se, segundo Van der Vleuten e Kaijser (2004: 25), por, não obstante se encontrarem disponíveis estudos especializados acerca dos vínculos físicos entre países no âmbito da História Tecnológica, a verdade é que os mesmos se circunscrevem, quase sempre, às realidades subnacionais. Em rigor, as ligações europeias não têm sido estudadas. Assim, os autores criticam a quase total inexistência de investigação acerca das redes transnacionais e principalmente o facto de, os parcos trabalhos disponíveis, não abordarem os impactos sociais e culturais decorrentes destas infra-estruturas[121]. As excepções, notam, circunscrevem-se aos trabalhos de Peter Hugill, que dedicou duas obras à descrição das infra-estruturas que relacionou com o progresso do capitalismo, e de Armand Mattelart que traçou um conjunto de ideias acerca de algo a que poderíamos chamar a co-construção de sociedades e infra-estruturas.

Seguindo ainda Van der Vleuten e Kaijser (2004: 31), os autores escrevem que, no respeitante à história das redes tecnológicas, os séculos XIX e XX são caracterizados por uma enorme expansão[122]. Por volta de 1800 os transportes marítimos e terrestres constituíam ainda em larga escala o principal meio de trocas de pessoas, bens, energia e informação. Os sectores da comunicação e da energia não haviam ainda, na perspectiva

[120] Não deixa todavia de ser curiosa a oposição insanável, no dizer de Hall, entre as redes europeias e as norte-americanas. Enquanto que, as primeiras são geralmente organizadas em estrela, isto é, radioconcentricamente em torno de um ponto central, existindo depois elementos de ligação secundários entre os eixos principais, como que formando uma teia (vejam-se, entre outros, os exemplos assinalados por Mattelart, 1996: 59 e 73), já as segundas obedecem a uma lógica de tabuleiro de xadrez. "Os americanos que se habituaram ao plano em xadrez sentem-se muitas vezes perturbados ou frustrados por outras estruturas. É-lhes difícil sentirem-se à vontade nas capitais europeias que não se conformam com esse plano elementar. Os que viajam ou vivem no estrangeiro perdem-se com frequência (Hall, 1986: 124).

[121] Valerá a pena transcrevermos as palavras de Van der Vleuten e Kaijser (2004: 26-28) "De acordo com uma análise recente, a historiografia da Europa tem pelo menos três formas globais. A primeira forma, dominante particularmente antes da Primeira Guerra Mundial, mas ainda encontrada hoje, ilustra a história da Europa como a história dos estados nação […]. Uma segunda forma designada «História Europeia» concebe a Europa como algo mais do que a soma dos estados europeus, mas permanece difícil de definir. […] Uma terceira forma, História da Integração Europeia, dedica escassa atenção às redes transnacionais".

[122] A este propósito podemos encontrar em *A Cidade e as Serras* de Eça de Queiroz um precioso testemunho epocal das transformações sociais e culturais que as tecnologias de comunicação desencadearam na Paris de finais do século XIX. Partindo do contraste entre uma aldeia serrana portuguesa (Tormes) e a cidade-luz, Eça explora com enorme mestria o impacto das inovações tecnológicas nas sociedades. De um lado, o ritmo lento e pachorrento de uma pequena comunidade campestre que vive isolada, perdida entre as serras, e fechada dentro de si mesma. Do outro, o ritmo agitado e frenético da vida urbana na cidade mais avançada do mundo no final do século XIX: a circulação da informação ao ritmo de uma quase instantaneidade, a vida social e cultural extremamente ricas, o conforto doméstico proporcionado pelas mais recentes inovações tecnológicas. Todos estes elementos são explorados no enredo queirosiano.

dos investigadores, adquirido autonomia face ao dos transportes. Todavia, nos séculos XIX e XX, estes sectores de actividade conheceram importantes incrementos ao nível da densidade. Mas, a revolução não se quedou por aqui. Redes inteiras, não apenas de dimensão continental, como mesmo de âmbito global, multiplicaram-se neste período. Entre estas incluem-se as de transportes (ferrovias, transporte aéreo, redes exclusivas para automóveis, etc.), mas também novas redes autónomas adstritas às actividades de comunicação (telégrafo, telefone, rádio, televisão) e fornecimento de energia (redes de electricidade e gás).

No início do século XX duas infra-estruturas desconhecidas apenas uma centena de anos antes haviam atingido uma dimensão para lá do continental. As redes ferroviárias e de telégrafo haviam-se disseminado à escala global, impondo-se como símbolos de progresso e de modernidade. Ademais as redes tecnológicas, sustentam Van der Vleuten e Kaijser (2005: 32, tradução nossa), haviam servido como instrumentos de integração entre sociedades ao serviço do progresso e da paz mundial. Por ocasião do Congresso de Viena (1815), Saint Simon, anteviu a ligação da Europa através de vias aquáticas artificiais como uma tarefa fulcral a desenvolver pelo Parlamento Europeu instituição que já à data propunha e que deveria servir "[…] para colocar um fim à guerra como a «condição normal da Europa»"[123].

Não será pois de espantar que, após a Segunda Guerra Mundial, segundo relatam Van der Vleuten e Kaijser (2005: 37) um novo grupo de construtores de redes tenha entrado em cena, abraçando a construção de redes transnacionais no sentido de desenvolver vínculos e solidariedades transnacionais[124]. "A Organização das Nações Unidas criou um

[123] Mattelart (1999: 27, aspas no original) acrescenta ainda que "a partir da primeira metade do século XIX, consolida-se em França a base da ideologia redentora da comunicação na sua modalidade internacional. «Enlaçar o Universo»; «tudo pelo vapor e pela electricidade»: estas são as palavras de ordem dos discípulos do filósofo francês Claude-Henri de Saint-Simon (1760-1825)". Também Misa e Schot (2005: 8) partilham deste entendimento. Os autores concebem a Europa não como uma entidade geográfica fixa, antes como um espaço no qual actores desenham e usam tecnologias para constituir e interagir com a integração (ou fragmentação) do continente. Por outro lado examinam, igualmente a Europa enquanto um resultado emergente proveniente de um conjunto de práticas que envolvem o ligar e desligar de infra-estruturas e da circulação e apropriação de conhecimento e instrumentos. Deste modo, pensam ser possível mostrar o papel de várias tecnologias na constituição, manutenção e fragmentação de comunidades e, consequentemente, de identidades através do tempo e do espaço. Até porque, sublinham, estas comunidades existem ao nível local, nacional e Europeu.

[124] Um bom exemplo é o que nos é oferecido pelo projecto do túnel construído sob o Canal da Mancha. Observemos o relato de Van der Vleuten e Kaijser (2005: 24-26, tradução nossa, aspas no original). "Em 1986 dois dos mais activos e determinados políticos na Europa do pós-Guerra, Margaret Tatcher e François Mitterand assinaram um Tratado bilateral acerca da construção de um túnel por debaixo do Canal da Mancha. Em 1994 a ligação de 50 km foi formalmente inaugurada e o tráfego ferroviário debaixo do canal começou. A Grã-Bretanha estava atada directamente à Europa pela primeira vez desde o fim da última glaciação. John Neerhout Jr., o chefe executivo do projecto, apresentou com orgulho o túnel […] como «uma das mais importantes realizações e marcos civilizacionais desta era», que também representa «um símbolo da unidade europeia». A Comissão Europeia […] afirmou que o Túnel da Mancha envia «aos cidadãos da União Europeia sinais de que a integração europeia progride» e ilustra como as redes transeuropeias constituem «um elemento chave para a coesão económica, social e territorial»". A história do Túnel da Mancha é ilustrativa, de duas importantes realidades. Em

Comité Económico para a Europa (UNECE, 1947) explicitamente para criar laços entre todos os países da Europa. […] Cedo, contudo, a Guerra Fria produziu os seus próprios construtores de sistemas. A UNECE, […] nas palavras de Myrdal arrependeu-se profundamente de ter sido «ultrapassada» por «organizações sub-regionais» altamente bem sucedidas. Enquanto a visionada integração pan-europeia não se materializou – bem pelo contrário, muitas das ligações existentes ao longo da Cortina de Ferro foram encerradas ou «desligadas» – essas organizações sub-regionais construíram redes transnacionais nos lados opostos da Cortina de Ferro. Assim, a construção de redes entrelaçou-se com a emergência de um espaço europeu «ocidental» e outro de «Leste»" Van der Vleuten e Kaijser (2005: 37, tradução nossa, aspas no original).

A integração pan-europeia, ambicionada logo no período pós Segunda Guerra Mundial, rapidamente se revelaria uma utopia, dando origem a dois blocos vivendo, qual Jano[125], lado a lado, mas de costas voltadas. Estes espaços foram-se constituindo enquanto comunidades autónomas e, principalmente, antagónicas numa multiplicidades de aspectos. Churchill estava bem longe de imaginar que a sua metáfora da Cortina de Ferro pecava por escassa. Na realidade, ousaremos, se tal nos for permitido, substituir a cortina por uma guilhotina, visto que o corte foi bem mais radical do que aquele que a imagem do estadista britânico deixa perceber. De Stettin, no Báltico, até Trieste no Adriático o fenómeno a que assistimos não se pode reduzir a uma mera cortina, biombo, ou muro. Em rigor, todas as ligações entre a Europa Ocidental e a Europa de Leste foram de facto cortadas, como se, uma gigante guilhotina, tivesse retalhado o continente[126].

Nos anos 90, após a queda do Muro de Berlim, a Comissão Europeia desenvolveu planos ambiciosos no sentido de repor a ligação das infra-estruturas entre a Europa Ocidental e a de Leste. Deste modo, escrevem Misa e Schot (2005: 13) "[…] podemos ver o ligar, desligar, e re-ligar das infra-estruturas técnicas como uma parte constitutiva da criação

primeiro lugar, porque as redes e as ligações transnacionais desde sempre se assumiram ao longo dos séculos como prioritárias para os políticos. Por outro lado, porque as tensões (ao nível político com sucessivos recuos e bloqueios nas negociações), decorrentes da construção do túnel acabaram por representar, durante dois séculos, uma, nas palavras dos autores "não-ligação". Mas a história do Canal da Mancha prova igualmente que as redes transnacionais foram criadas bem antes de a União Europeia ter tomado a iniciativa de pressionar os Estados-Membros nesse sentido.

[125] A referência a Jano revela-se assaz pertinente, se atentarmos no registo de Martinez, Fernandez-Galiano e Melero (1997: 209b-210a) que a ele se referem do seguinte modo: "[…] Jano é também uma divindade bélica, embora, com a sua dupla face, Jano presida a tudo o que se abre: portas da casa e da cidade, etc., e a tudo o que se fecha: entradas, regressos, etc. Daí que os seus símbolos sejam a chave e o cajado com que os porteiros defendiam as entradas das cidades".

[126] Como observam, reforçando o nosso raciocínio, com propriedade, Misa e Schot (2005: 9) "ligar, enquanto que por vezes cria estruturas de longa duração, pode ser seguido de um desligar; interpretamos a Guerra Fria como um massivo desligar e re-ligar das infra-estruturas de transportes, energia e comunicações mesmo no centro da Europa".

(e recriação) da Europa no século XX"[127]. Do mesmo modo que, no contexto de uma cirurgia de reimplante de um membro amputado, os médicos têm necessária e obrigatoriamente de repor as ligações entre o corpo e o membro, a fim de que a intervenção seja bem sucedida, também, após a queda do Muro de Berlim, no caso da re-integração da Europa de Leste na *Europa*, idêntica intervenção teve de ocorrer (na verdade trata-se de um processo em curso).

No início do século XXI argumentam Misa e Schot (2005: 1-2, aspas no original), muitos países na Europa Central e de Leste regressaram à Europa. Conseguiram-no através da adesão à União Europeia. Para muitos, Europa e União Europeia confundem-se cada vez mais, posto que, cada vez mais o espaço ocupado pela União Europeia tende a compreender a totalidade dos Estados-nação europeus. Daí que, em grande medida, as identidades Europeia e da União Europeia se tenham, na perspectiva dos autores, fundido. "Nesta perspectiva, o processo de integração europeia constitui uma profunda evolução na política e sociedade europeias. Ele conduziu não apenas a um *superestado*, num período de apenas 40 anos e sem travar uma guerra, mas também para o surgimento de uma nova *supernação*. No mínimo, um novo sentido de pertença foi criado".

[127] Dois bons exemplos, neste particular, são os que nos são oferecidos pelas redes de linhas telefónicas e pela bitola nas ferrovias. No primeiro caso, após a unificação da RDA e da RFA, houve uma tentativa da Deutsche Telekom de proceder à integração de ambas as redes. Todavia, o estado de obsolescência desta infra-estrutura na ex-Alemanha de Leste era tal que a companhia optou pela construção de uma rede integralmente nova em fibra óptica. Inicialmente projectada para ser, no início da década de 1990, o primeiro sistema de FTTH (Fiber To The Home – num sistema destes, hoje comum, a fibra óptica é disponibilizada até à habitação do utilizador final) do mundo, a ideia acabou por ser abandonada atendendo à dimensão dos custos envolvidos. O segundo caso, ainda hoje subsistente, embora não directamente relacionado com o desligar da Guerra Fria, diz respeito à bitola das linhas ferroviárias. Uma bitola, unidade de medida que empresta o nome ao conceito de distância entre carris, corresponde a 1435mm. É o padrão utilizado na grande maioria do território europeu, por ter sido esta a distância que George Stephenson, o inventor da locomotiva, escolheu para a ferrovia original. Todavia, na Península Ibérica e na Rússia, por razões de defesa nacional, (vd. Mattelart 1996: 75-76 e Mattelart 1999: 19), a bitola é diferente. Na Rússia coexistem (segundo apurámos junto de Miguel Anacoreta Correia, Presidente da IX Comissão Parlamentar Permanente de Obras Públicas Transportes e Habitação, por ocasião da realização de uma entrevista para uma investigação realizada em 2003 a propósito da construção, em Portugal, de uma rede ferroviária vocacionada para alta velocidade), doze bitolas. Nos países ibéricos a situação é um pouco diferente. Actualmente, existem três tipos: via estreita, bitola *standard* (ou padrão, ou internacional, ou Stephenson) e via larga. Espanha desde há vários anos definiu um ambicioso plano de migração de bitola, da via larga (de 1668mm, para bitola standard, de 1435mm, e portanto, compatível com a restante rede europeia. As linhas novas têm sido construídas no padrão europeu, e nas que sofrem remodelação é instalado um terceiro carril à distância de 1435mm que, em conjugação com um sistema de *intercambiadores* colocados na via e de eixos telescópicos nas composições, tornam possível que o mesmo material circulante possa transitar em ambas as normas. Em Portugal, como sabemos, na remodelação da Linha do Norte, principal ferroviário eixo do país, foi mantida a bitola de via larga, e os planos para a construção de uma rede de alta velocidade no padrão europeu tem conhecido, desde há mais de duas décadas, sucessivos atrasos. A razão da opção na Península Ibérica por uma bitola diferente da existente nos demais países da Europa explica-se pelo contexto histórico em que foram construídas as primeiras ferrovias, em meados do século XIX. Neste período, mais propriamente, no primeiro quartel os reinos ibéricos foram alvo das invasões francesas. Receosos de que o *cavalo de ferro* pudesse potenciar os efeitos de futuros ataques militares, os especialistas, em ambos os reinos optaram por uma norma comum, diferente da utilizada no resto da Europa. Solução esta que se viria a revelar um erro histórico tremendo, cujos efeitos negativos perduram na actualidade, ainda que compreensível ao tempo.

Uma análise sob o ponto de vista da história da tecnologia, como aquela que temos vindo a seguir, tornará visível o quanto a integração da Europa Ocidental foi condicionada e moldada pelo ligar e desligar das infra-estruturas, pela circulação e apropriação de mercadorias e pelos sistemas de conhecimento. “Estes processos conduziram, moldaram, sinalizaram e ajudaram a manter um sentido de europeísmo – e por definição também um significado de não europeísmo – visto que a formação de identidade é sempre um processo de definição de fronteiras. Além disso, as identidades europeias foram sempre construídas contra alguma outra coisa: as colónias, os Estados Unidos, o Oriente, ou o mundo muçulmano” (Misa e Schot, 2005: 11, tradução nossa).

Este novo processo de fazer história, escrevem Misa e Schot (2005: 15) tornará visível o quanto os cidadãos se envolveram dentro da Europa através da construção e uso das tecnologias abordadas pelos autores. A Europa pode, por conseguinte, estar bem mais viva no imaginário das pessoas do que as estatísticas oficiais do Eurobarómetro sugerem.

Em face disto, Schot e Oldenziel (2005: 6, tradução nossa), explorando a noção de comunidade imaginada proposta por Anderson, escrevem que “[…] não podemos esquecer que a Europa não é apenas imaginada; é também uma realidade, uma prática que vai mais além de uma política da Europa imaginada. Muitas pessoas experienciam a Europa no seu trabalho, viagens e tempos livres”.

Porém, se é verdade que, à luz do que vimos expondo nas últimas páginas, para uma compreensão mais abrangente do processo unificação continental, se torna indispensável um estudo histórico das tecnologias de integração, especialmente das infra-estruturas em rede (transportes, energia, comunicações, informação), esse objectivo nunca poderá ser pleno se, por outro lado, não for encetada uma investigação das dimensões política e económica da União Europeia, mesmo que breve, assente na revisão bibliográfica de alguns dos títulos disponíveis.

É dessa empresa que nos ocuparemos nas páginas seguintes.

2.3 As Comunidades Europeias

A 9 de Maio de 1950, o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Robert Schuman, proporia aos alemães que ambos os países pusessem em comum, sob a supervisão de uma Alta Autoridade a produção de carvão e de aço, matérias-primas, à data, essenciais ao esforço de guerra. O raciocínio era óbvio: a França não esquecera ainda o pesadelo de três guerras (em pouco mais de meio século) com a Alemanha, em que saíra sucessivamente derrotada e devastada. Paralelamente, os gauleses viviam atemorizados não apenas perante um hipotético novo conflito com o povo vizinho, como de igual modo, perante o poderio industrial dos germânicos. Assim, a transferência da gestão dos recursos postos em comum (o carvão e o aço) para uma Alta Autoridade formalmente independente, de cariz supranacional porque desvinculada dos poderes nacionais e com vastos poderes próprios, contribuía de algum modo para sossegar os franceses.

A Declaração Schuman[128], que obteve grande acolhimento do outro lado do Reno, haveria de se converter na primeira das três Comunidades Europeias: a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço[129] (CECA) à qual aderiram igualmente a Itália e o BENELUX, num acordo inicialmente circunscrito a seis países, mas que previa a possibilidade de receber muitos outros, cujo Tratado Internacional que a instituiu foi assinado em Paris no dia 18 de Abril de 1951, tendo entrado em vigor em 25 de Junho de 1952. Não obstante a derrota federalista de 1948 a CECA visava, ainda que seguindo uma estratégia diferente da ensaiada em Haia, um fim federal. Com efeito, a abordagem de Jean Monnet, primeiro presidente da Comunidade inicial, partia de uma perspectiva funcionalista, que procurava,

[128] Texto integral da Declaração Schuman em Campos (Dir.) e Sande (Coord.), 1997: 17; [em linha]: http://europa.eu/abc/symbols/9-may/decl_pt.htm. Ver também Fontaine, 1995: 31; Soares, 2005: 132 e ss. e Dias, 1995: 32 e ss. que, a este respeito, nota, apoiando-se para tal em Pierre Guillen, que "[…] no imediato pós-guerra os europeístas convictos e sinceros eram pouquíssimos, enquanto as forças hostis à integração, tanto no plano político como no plano económico, eram largamente dominantes, sendo certo que entre grande parte dos responsáveis políticos europeus se encontraria uma profunda divergência entre o discurso público caracterizado por uma profissão de fé no ideal europeu e as mais recônditas motivações, dominadas pelos interesses particulares e os cálculos da *Realpolitik*" (Dias, 1995: 53. Itálico no original).

[129] Texto do Tratado que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em Campos (Dir.) e Sande (Coord.), 1997: 21. Ver ainda, Fontaine, 1995: 31-32; Gorjão-Henriques, 2008ª: 39-40; Soares, 2006: 12-13; Perez-Bustamante e Colsa, 2004: 67-69; Archer, 2008: 23; Silva, 2003: 86; Martins, 2003: 13-14; Rebordão, 2005: 117-19; Dias, 1995: 54 e ss.; Pires, 1992: 110; Soares, 2005: 136 e ss.; Moreira, 2004: 212.

por meio de pequenas concretizações sectoriais, (a estratégia dos pequenos passos), realizar uma integração progressiva entre os participantes.

Monnet conhecia bem as indústrias do carvão e do aço e dispunha de uma boa rede de contactos internacionais. Por outro lado, o enquadramento jurídico-normativo constitutivo da CECA previa uma Alta Autoridade, que correspondia ao órgão executivo da organização e que, na actual União Europeia, encontra na Comissão Europeia um aparentado, um Tribunal de Justiça destinado à fiscalização e controlo da aplicação das normas do Tratado, o Conselho de Ministros, de inspiração intergovernamentalista, ainda que, apenas com carácter consultivo, o que constituía marca de uma certa propensão federalista, correspondente ao órgão de representação dos estados nacionais e uma Assembleia, hoje transformada em Parlamento Europeu.

O êxito e rapidez invulgares no contexto da disciplina do Direito Internacional Público que mediaram entre o convite do ministro francês ao Chanceler Konrad Adenauer, a negociação, adesão de estados terceiros[130], assinatura, ratificação e posterior entrada em vigor deste importante Tratado Internacional[131], fizeram antever um processo relativamente pacífico e célere, senão de federalização pelo menos de unificação e estreitamento das relações internacionais. Tal não foi, no entanto, o caso.

Em Outubro de 1950, e dando corpo à pretensão dos Estados Unidos de proceder ao rearmamento alemão, iniciaram-se conversações entre os seis com vista à criação uma Comunidade Europeia de Defesa (CED). O Plano Pléven[132], que está na origem deste processo negocial, previa não apenas a CED, como igualmente uma Comunidade Política

[130] Itália e BENELUX. Os países que compõem o BENELUX – Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo –, dispunham, considerados no seu conjunto, no quadro do Tratado Internacional que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, de um poder idêntico ao de um grande país, isto é, encontravam-se em plano de igualdade face a França, ou Alemanha, ou Itália.

[131] A doutrina dominante na área do Direito Internacional Público aceita como válida a regra que impõe cinco fases para a adopção de um Tratado Internacional, a saber: a negociação do texto do tratado, a adopção do texto do tratado, a vinculação internacional ao tratado, a entrada em vigor do tratado, o registo e a publicação do tratado. A este respeito, consultar Gouveia, 2008: 242 e ss.. Machado, 2006: 314 e ss..

[132] "Em 1950, o Plano Pléven (nome do Presidente do Conselho francês) tinha por objectivo a criação de um exército europeu integrado sob comando comum. Este plano foi objecto de negociações entre os Estados-Membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que decorreram de 1950 a 1952 e conduziram à assinatura do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Defesa (CED). O corolário da CED era um projecto político, apresentado em 1953, que visava a criação de uma estrutura federal ou confederal. A "Comunidade Política Europeia" previa a criação de uma Assembleia Parlamentar bicameral, um Conselho Executivo Europeu, um Conselho de Ministros e um Tribunal de Justiça. As competências da Comunidade Política seriam bastante vastas, prevendo-se que, a prazo, absorvesse a CECA e a CED. Todavia, tal projecto nunca chegaria a concretizar-se, dado que foi rejeitado pela Assembleia Nacional Francesa, em 30 de Agosto de 1954" http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/amsterdam_treaty/a19000_pt.htm. Ver também, Fontaine, 1995: 32-33 e Vaicbourdt, 2002: 35 e ss..

Europeia[133], cujo tratado constitutivo, foi assinado pelos mesmos signatários do Tratado que instituiu a CECA, na capital francesa, em Maio de 1952. A Política Comum de Defesa representa, porém, a primeira crise no processo de construção europeia. Em 1954, submetido à Assembleia Nacional de França para ratificação o Tratado da CED foi chumbado pelos partidários do Presidente Charles De Gaulle, secundados pelos parlamentares do Partido Comunista Francês (Vd. Dias, 1995: 67-71 e Soares, 2005: 142-146). Após este fracasso na ratificação da CED, o qual impediu a entrada em vigor de um dos instrumentos mais determinantes no sentido de uma efectiva superação do paradigma do Estado-nação no contexto europeu, Jean Monnet apresentou o pedido de demissão de Presidente da Alta Autoridade da CECA.

A frustração da CED, que fazia perigar de um modo muito concreto todo o processo de integração europeia, foi parcialmente superada pelo êxito da Conferência de Messina (Vd. Dias, 1995: 78-81), na qual os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Seis decidiram o alargamento dos princípios constitutivos da CECA a toda a economia. Para tanto, delegaram em Paul-Henri Spaak, então líder da diplomacia belga, a tarefa de conduzir um grupo de peritos para o cumprimento de um caderno de encargos bem preciso: estudar hipóteses de ultrapassar o impasse criado pela rejeição francesa da política comum de defesa e aprofundar o projecto europeu. Esta abordagem consagra, na verdade, a pertinência da visão funcionalista de Jean Monnet, bem como, da sua estratégia de integração predominantemente sectorial e ancorada em pequenas realizações.

O Relatório Spaak, que reproduz as conclusões deste grupo de trabalho e prevê a criação da CEE e da CEEA, foi adoptado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos seis países integrantes da CECA, servindo igualmente de base às negociações posteriores da Conferência Intergovernamental de Junho de 1956, as quais viriam a culminar na assinatura dos Tratados de Roma no ano seguinte. À CECA, juntavam-se assim duas novas Comunidades: a CEE[134], que tinha por objectivo a concretização de um Mercado Único europeu, e a CEEA[135], cuja finalidade fundamental residia numa gestão concertada à escala

[133] Relativamente à questão da Comunidade Política Europeia, consultar, por exemplo, Cunha, 2004: 103-104.

[134] A Comunidade Económica Europeia apresentava um desígnio francamente mais ambicioso que o prosseguido pelo Tratado que instituiu a Comunidade do Carvão e do Aço, atendendo a que, o âmbito que se propunha regular era incomparavelmente mais amplo, que aquele outro emergente do Tratado de Paris. Saliente-se, todavia que, ao invés, tanto a CEE, quanto a CEEA não foram tão longe ao nível da integração supranacional quanto o foi a comunidade original. "É verdade que a Comunidade Económica Europeia era uma comunidade supranacional, mas com poderes mitigados, sobretudo quando comparados com os poderes atribuídos à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), inclusivamente no tocante às receitas. Enquanto que na CECA o financiamento era feito através dos tributos sobre a produção, na CEE era realizado através das contribuições dos Estados". Martins, 2003: 15.

[135] "A Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom) actua em diversas áreas ligadas à energia atómica, incluindo a investigação, a elaboração de normas de segurança, e os usos pacíficos da energia nuclear. Um dos

europeia dos recursos e tecnologias relacionadas com a energia nuclear, para fins pacíficos.

Tal como no respeitante à CECA, também a CEE e a CEEA dispunham de instituições próprias, nomeadamente Alta Autoridade, Conselho de Ministros, Assembleia Parlamentar e Tribunal de Justiça, as quais prefiguram as instituições actuais e estabeleceram muitos dos princípios, agora familiares, associados ao «método comunitário». Note-se, todavia, que tanto a Assembleia como o Tribunal de Justiça eram comuns às três Comunidades.

No ano em que as duas Comunidades resultantes do Tratado de Roma são instaladas em Bruxelas, os seis decidem criar o Comité de Representantes Permanentes (COREPER), cujo intuito seria o de preparar os trabalhos dos Conselhos. Paralelamente realiza-se em Estrasburgo a sessão inaugural da Assembleia Parlamentar Europeia que deveria substituir a Assembleia da CECA, sendo Robert Schuman eleito seu presidente. Ainda neste ano, começa a ser publicado o *Jornal Oficial das Comunidades*, e as bases da Política Agrícola Comum são lançadas na Conferência de Stresa (Itália). No ano seguinte é a vez do Banco Europeu de Investimento conceder os seus primeiros empréstimos.

2.3.1 A família europeia cresce: os seis passam a nove

Em 1960 o Reino Unido levou por diante a criação da EFTA[136], na qual se incluíam ainda os países escandinavos e Portugal. Esta associação surge no quadro de uma oposição inglesa face ao rumo federalista que a CEE ameaçava tomar (espírito ainda hoje largamente presente em terras de Sua Majestade), ao mesmo tempo que servia os interesses e a estratégia por meio da qual os britânicos procuravam reduzir a Europa a uma

objectivos fundamentais do Tratado Euratom é garantir a todos os utilizadores na UE um aprovisionamento regular e equitativo de minérios e combustíveis nucleares, materiais (matérias-primas e materiais cindíveis especiais). Para esse efeito, o Tratado Euratom criou a Agência de Aprovisionamento Euratom, que está operacional desde 1 de Junho de 1960. A Agência tem por missão assegurar um aprovisionamento regular e equitativo de minérios, matérias-primas e materiais cindíveis especiais, na União Europeia (UE)" [em linha]: http://ec.europa.eu/energy/nuclear/euratom/euratom_en.htm (tradução nossa).

[136] Associação Europeia de Comércio Livre. European Free Trade Association, na versão original. Mais informação, vd. o sítio Internet da instituição [em linha]: http://www.efta.int/.

mera região de comércio livre e mercados abertos. Este elemento, mas também o facto de a Inglaterra se opor resolutamente a qualquer solução que passasse pela edificação de estruturas supranacionais na Europa, o privilegiar das relações atlânticas e o empenho na manutenção das suas áreas de influência junto da Commonwealth, ao mesmo tempo que mantinha uma atitude dúbia e de prudente distanciamento em relação ao processo de integração continental, levaram a que, por duas vezes[137], durante a década de sessenta, o Reino Unido tenha tentado aderir à CEE, pedido esse repetidamente inviabilizado pelo veto francês.

Na verdade, só em 1973, junto com a Irlanda e a Dinamarca, os ingleses lograriam a entrada na CEE, já após a saída de cena, em França, do General Charles De Gaulle, que ocorreu em 1969. Antes porém, importa registar, igualmente, alguns dos momentos mais relevantes do processo de construção europeia verificados ao longo da década de 60, assinalando desde logo a criação do Fundo Social Europeu (com o objectivo de promover o emprego e a mobilidade profissional e geográfica dos cidadãos das Comunidades). Ainda em 1960 a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) substitui a OECE a estrutura europeia gerada para administrar a ajuda americana do Plano Marshall. 1961 é o ano em que os Seis proclamam a sua vontade de concretizar uma união política, mas, também, da entrada em vigor do primeiro regulamento incidindo sobre a livre circulação dos trabalhadores entre os estados comunitários, e em que Reino Unido, Dinamarca e Irlanda apresentam o primeiro pedido de adesão à CEE. A Noruega segue igual caminho, mas somente após a Assembleia Parlamentar das três Comunidades ter adoptado a designação de Parlamento Europeu, o que veio a ocorrer em 1962. No ano seguinte, o presidente francês manifesta publicamente as suas dúvidas quanto à vontade de adesão do Reino Unido à CEE, o que provoca uma imediata suspensão das negociações com todos os países candidatos.

Em meados da década opera-se uma importante re-organização institucional no seio do edifício europeu com a fusão dos executivos das Comunidades. Doravante existirá apenas um orçamento, uma entidade de controlo de contas, um só Conselho (de Ministros – ainda que, na prática, os elencos ministeriais variassem consoante os sectores em discussão) e uma só Alta Autoridade que passou então a designar-se Comissão. Esta alteração que resulta do Tratado de Bruxelas de Abril de 1965 viria a produzir efeitos a partir de 01 de Julho de 1967. Neste mesmo ano de 1965, a França, depois de ter inviabilizado

[137] "O Reino Unido tinha pedido a adesão à CEE, mas a França recusou em 1962. Em 1967 o Reino Unido renovou o pedido de adesão e seria novamente recusado pelo veto francês. Apenas se viria a concretizar conjuntamente com a Irlanda e a Dinamarca em 1973". [em linha]: http://www.carloscoelho.eu/dossiers/aue/aue.asp?sub_menu=20#4. Ver ainda Jesus, 2006: 10-12.

tanto a CED, como a CPE e ainda de bloquear a entrada de novos parceiros na CEE, haveria de provocar nova crise no processo de integração europeia.

Desta feita, a questão ficou conhecida pela *Crise ou Política da Cadeira Vazia* e consistiu essencialmente na decisão gaulesa de não participar nas reuniões do Conselho. A discórdia, que se prolongou durante seis meses (tendo sido posteriormente ultrapassada por meio do Compromisso do Luxemburgo) surgiu nas negociações do financiamento da Política Agrícola Comum e visava a alteração do procedimento de decisão do Conselho. França opunha-se frontalmente à adopção do método de voto por maioria qualificada, que havia reunido o consenso dos restantes Estados-Membros, exigindo ao invés, que o procedimento de decisão do Conselho de Ministros mantivesse a regra de unanimidade, tal conforme vigorara até então.

Esta era igualmente uma guerra (Gorjão-Henriques, 2008ª: 46) pelo protagonismo entre o Conselho (que representa os Estados) e a Comissão (órgão supranacional). Estávamos muito sumariamente perante um conflito entre as visões unionista e federalista, consoante o órgão que saísse mais reforçado da disputa, sendo que os Estados contestavam essencialmente a erosão dos seus poderes e respectiva transferência para os órgãos comunitários, com particular destaque para a Comissão, que via assim reforçadas as suas competências e áreas de intervenção. O impasse gerado pela posição francesa só haveria de ser ultrapassado em Janeiro de 1966. O compromisso do Luxemburgo pretendeu furtar-se à imposição aos países de decisões fracturantes. Procurava-se, pelo contrário, o consenso entre as diferentes delegações. Assim, sempre que um dos Estados-Membros invocava que as matérias em causa comprometiam o interesse nacional, era absolutamente necessário chegar-se a um consenso. A decisão só vigoraria no quadro desse consenso. Não existindo, a medida não era adoptada, isto é, não produziria quaisquer efeitos jurídicos (juridicamente ineficaz e inaplicável). Este consenso resultou, na realidade, numa alteração material dos Tratados, sem que na verdade se tenha verificado qualquer revisão, mantendo-se a regra do voto por unanimidade no Conselho, sempre que fossem invocados interesses vitais. Tratava-se, em suma de, na fórmula de Gorjão-Henriques (2008ª: 46), um "*agreement to disagree"*.

A partir de 1967 é harmonizado o sistema de impostos indirectos em vigor nas Comunidades, através da adopção do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e, mais uma vez, o General de Gaulle inviabiliza os pedidos de adesão às Comunidades formulados por Reino Unido, Irlanda, Dinamarca e Noruega.

Posteriormente, concretiza-se a União Aduaneira (1968). Esta política visou a introdução da Pauta Aduaneira Comum, instrumento que substituiu os direitos aduaneiros nacionais, aplicáveis ao comércio com o resto do mundo, por uma solução comunitária harmonizada, abrindo igualmente caminho, a uma verdadeira revolução no financiamento das instituições comunitárias. No ano seguinte, um memorando propõe a substituição do princípio das contribuições dos Estados-Membros por um outro sistema, baseado em recursos próprios das Comunidades, procedimento que viria a ser adoptado com a assinatura do Tratado do Luxemburgo em 1970. Deixam então de se verificar as transferências dos orçamentos dos diferentes estados para as instituições comunitárias para vigorar a regra das receitas próprias das comunidades, através das receitas oriundas da Pauta Aduaneira Comum. Na prática, estamos em presença de uma figura que instituía a cobrança de direitos alfandegários sobre os produtos oriundos de países terceiros, política que mais tarde viria a ser reforçada com duas outras medidas: direitos sobre a produção agrícola e uma percentagem sobre o IVA cobrado pelos Estados-Membros.

Esta importante evolução, no sentido do progressivo acentuar da dimensão supranacional dos organismos comunitários, provocou igualmente efeitos menos positivos. Com efeito, a instituição de um sistema de receitas próprias, nuance que materialmente impossibilitou o controlo e escrutínio dos parlamentos nacionais sobre a definição e execução do orçamento comunitário, poderá ser uma das causas originais, segundo sustentam alguns investigadores, que ajudam a explicar o fenómeno de divórcio e desinteresse/desmotivação dos cidadãos em relação ao projecto comunitário, situação comummente estudada sob a designação genérica de défice democrático e ao qual ainda regressaremos no âmbito deste trabalho.

Corria ainda 1970 quando o relatório Davignon foi aprovado. Este instrumento visava um aprofundamento ao nível da cooperação política no sentido de garantir que a Europa falava a uma só voz, tentando no fundo mitigar os efeitos do problema identificado retoricamente pela interrogação de Henry Kissinger: “Qual o telefone da Europa?”

A objecção colocada pelo responsável americano, aludia justamente à inexistência de uma estratégia e posição concertadas por parte dos países das Comunidades, face às grandes questões da política internacional, parecendo evidente, já à época, a profunda pertinência da observação que reduz a Europa a um anão político, pese embora se afirme como um dos principais blocos económicos mundiais. Na verdade, a União Europeia é principalmente um projecto económico: nas palavras de um diplomata belga, “um gigante económico, um anão político e uma lesma militar” (Mazower, 1998: 409 *apud* Schot e Oldenziel, 2005: 3).

Neste mesmo ano, e ultrapassadas, com a saída de cena do General de Gaulle, as reservas francesas face à adesão britânica às Comunidades Europeias, são iniciadas as negociações com os quatro países candidatos: Dinamarca, Irlanda, Reino Unido e Noruega. O processo ficou concluído em 1973 com a entrada dos primeiros três países referidos (ratificada em 1972 através de consulta popular na Dinamarca e Irlanda). A adesão norueguesa, apesar de igualmente aceite pelos Seis fora referendada e recusada (1972) pelos noruegueses. O Clube dos Seis crescia em cinquenta por cento, e alargava-se a nove.

Regressando, porém, a 1972 há igualmente que acentuar o facto do Fundo Social Europeu se ter tornado operacional, após a reforma verificada em 1970, que visou o alargamento das suas áreas de intervenção, em matéria de política social. Por outro lado, a Cimeira de Paris de 1972 representa também um marco no alargamento do âmbito de intervenção comunitário. A delegação da coordenação das políticas regional, ambiental, social, energética e industrial nas instituições da Comunidade reúne o consenso dos Seis que, deste modo, concretizam mais uma etapa no aprofundamento das relações comunitárias.

De volta a Paris, e volvidos dois anos (1974), a Cimeira Europeia decide passar a reunir três vezes por ano, e mudar o nome para Conselho Europeu. Nesta reunião, foram igualmente aprovadas a realização de eleições directas para o Parlamento Europeu (ainda que a decisão e o acto jurídico nesse sentido apenas tenham sido tomados na reunião de Bruxelas de Setembro de 1976[138]) e a criação da União Económica e Monetária. A alteração decidida ao nível da formação do Parlamento Europeu viria a introduzir o sufrágio directo e universal dos cidadãos, verdadeiramente efectivado a partir de 1979 aquando da primeira eleição nos novos moldes. A partir daí, a legitimidade democrática das comunidades (indirecta até então, uma vez que os membros do Parlamento Europeu eram nomeados pelos respectivos parlamentos nacionais), submetida ao controlo dos Estados, mas não dos cidadãos, alterou-se radicalmente. Porque eleito directamente pelos cidadãos, o Parlamento Europeu ascendeu à categoria de órgão comunitário provido de legitimidade democrática directa.

Na primeira sessão da nova legislatura do Parlamento Europeu de 1979, Simone Veil é eleita Presidente. Com o alargamento da legitimidade democrática, em virtude da introdução do mecanismo da eleição por sufrágio directo e universal, não tardou que o PE clamasse, igualmente, por uma extensão dos seus poderes e âmbito de intervenção, o que

[138] Vd. [em linha]: http://www.parleurop.pt/PortalWeb_Parlamento/Comemoracao20Anos/DaAssembleia.htm.

viria a concretizar-se a cada subsequente reforma dos Tratados, as quais têm privilegiado um aumento do protagonismo do PE. Neste novo arranjo dos poderes institucionais coloca-se a questão de saber quem, verdadeiramente, controla a Comissão: se o PE se o Conselho (de Ministros).

2.3.2 O alargamento à Europa do Sul e a primeira revisão dos Tratados

Antes porém, em 1975, o Conselho aprova a criação de um instrumento de reforço da coesão europeia: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). A Grécia, na sequência da deposição do regime autoritário que governava o país desde o "Golpe dos Coronéis" (1967) solicita a abertura de negociações para a adesão às Comunidades e, no Reino Unido, os cidadãos decidem, por larga maioria, pela manutenção na CEE. Em simultâneo, são estendidos os poderes do Parlamento Europeu em matéria de fiscalização e controlo da execução do orçamento comunitário e é criado o Tribunal de Contas.

Mais tarde, antes mesmo da formalização da entrada da Grécia no seio das Comunidades (1981), Portugal e Espanha pediriam também a adesão, tendo sido encetadas as correspondentes negociações, respectivamente em 1978 e 1979, após parecer favorável do Conselho Europeu.

Coincidente com a adesão da Grécia à CEE foi a apresentação pela França e pela República Federal da Alemanha do Plano Genscher-Colombo, que consistia num projecto ancorado no desejo da melhoria dos mecanismos institucionais das Comunidades, e que viria, numa fase muito posterior, a resultar na adopção do Acto Único Europeu[139] (AUE) em 1986. Refira-se que, desta proposta inicial franco-alemã, até se chegar à assinatura do Tratado que instituiu o AUE, existiram várias etapas merecedoras de referência: Declaração Solene de Estugarda de 19 de Junho de 1983 (referente aos objectivos a alcançar em termos de relações interinstitucionais, de competências comunitárias e de cooperação política), o Projecto de Tratado que institui a União Europeia (da iniciativa do PE e que visava a elaboração de um Tratado que substituísse as Comunidades existentes por uma

[139] Vd. [em linha]: http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_singleact_pt.htm.

União Europeia), o Conselho Europeu de Fontainebleau de 25 e 26 de Junho de 1984 (que decidiu a convocação de uma Conferência Intergovernamental para negociar o Tratado da União Europeia, com base no documento de trabalho aprovado pelo Parlamento), e o Livro Branco (1985) sobre o mercado interno, no qual, "a Comissão, por iniciativa do seu presidente, Jacques Delors, publica um Livro Branco em que identifica 279 medidas legislativas necessárias para a realização do mercado interno"[140]. Por fim, o Conselho Europeu de Milão, que decorreu em 28 e 29 de Junho de 1985, propôs a realização de uma Conferência Intergovernamental (CIG), com o objectivo de discutir a proposta do PE (a substituição das Comunidades pela União). Este encontro viria a encerrar com a aprovação e assinatura, pelos Doze, do AUE, na capital do Luxemburgo, em 17 de Fevereiro de 1986 (inicialmente por 9 países, tendo Dinamarca, Itália e Grécia procedido à assinatura alguns dias mais tarde – em 28 de Fevereiro), produzindo vigência a partir de 01 de Julho do ano seguinte.

O AUE resulta, justamente, do consenso alcançado em torno da reforma institucional das Comunidades incorporando um conjunto amplo de novidades ao nível do aprofundamento da integração política.

Em primeiro lugar, destaque para o facto de o AUE concretizar uma primeira revisão dos Tratados de Roma, com o objectivo de relançar a integração europeia e concluir a realização do mercado interno. Altera as regras de funcionamento das instituições europeias e alarga as competências comunitárias, nomeadamente no âmbito da investigação e desenvolvimento, do ambiente e da política externa comum. Paralelamente introduz uma periodicidade bi-anual (entretanto alargada para quadrimestral e trimestral) nas reuniões do Conselho Europeu[141], órgão destinado à discussão dos problemas políticos. A atenção conferida ao Conselho reforça o poder dos estados sobre o processo de construção europeia, ao mesmo tempo que acentua a dimensão intergovernamentalista das Comunidades. Assiste-se, igualmente, ao estabelecimento de uma legitimidade dual na CEE: directa ou primária no caso do Parlamento Europeu, directamente eleito pelos cidadãos, através de sufrágio directo e universal. Mas a CEE encontra-se ainda provida de uma legitimidade indirecta, no caso do Conselho Europeu, órgão no qual têm assento os Chefes de Estado e do Governo dos países e que, por conseguinte, representam, indirectamente os povos da Europa, atendendo a que estes titulares se encontram investidos de uma legitimação previamente sufragada nas eleições nacionais.

[140] Vd. [em linha]: http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_singleact_pt.htm.

[141] "O Conselho Europeu reúne os Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros e o Presidente da Comissão das Comunidades Europeias". AUE/2.

O AUE consagra ainda um capítulo referente às questões da política europeia, o que implica a introdução, no espaço do debate político, de algumas das temáticas directamente relacionadas com as próprias comunidades. E é ainda no contexto do AUE, que se opera a introdução do princípio da subsidiariedade[142], especialmente nas matérias da coesão económica e social e da política de ambiente, formalmente incluídas no texto do Tratado.

Por outro lado, o AUE estabelece um reforço dos poderes do Parlamento Europeu, ultrapassando o estatuto meramente consultivo originário da Assembleia. Não nos encontramos, no entanto, ainda em presença de um órgão com características e poderes legislativos. Bastará recordar que só com o Tratado de Lisboa o Parlamento Europeu adquiriu o poder de iniciativa legislativa, o qual foi até então, prerrogativa exclusiva da Comissão, órgão que detinha o monopólio nesta matéria[143]. Todavia, a sua área de intervenção foi substancialmente alargada com a vigência do AUE, nomeadamente através do Procedimento de Cooperação[144] e do Procedimento de Parecer Favorável[145]. Uma outra

[142] "O princípio de subsidiariedade é definido no artigo 5.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia. O princípio de subsidiariedade pretende assegurar uma tomada de decisões tão próxima quanto possível do cidadão, mediante a verificação constante de que a acção a empreender a nível comunitário se justifica relativamente às possibilidades oferecidas pelo nível nacional, regional ou local. Concretamente, trata-se de um princípio segundo o qual a União só deve actuar quando a sua acção seja mais eficaz do que uma acção desenvolvida a nível nacional, regional ou local - excepto quando se trate de domínios da sua competência exclusiva. Este princípio está intimamente relacionado com os princípios da proporcionalidade e da necessidade, que supõem que a acção da União não deve exceder aquilo que seja necessário para alcançar os objectivos do Tratado". Vd. [em linha]: http://europa.eu/scadplus/glossary/subsidiarity_pt.htm.

[143] Vd. Gorjão-Henriques, 2008ª: 186.

[144] "O procedimento de cooperação, (artigo 252º do Tratado CE), foi instituído pelo Acto Único Europeu (1986) e conferiu ao Parlamento Europeu uma maior possibilidade de influenciar o procedimento legislativo através de uma "dupla leitura". Numa primeira fase, o âmbito de aplicação deste procedimento foi sensivelmente alargado pelo Tratado de Maastricht. A seguir, o Tratado de Amesterdão, inverteu a tendência em benefício do procedimento de co-decisão (artigo 251º do Tratado CE). Deste modo, o procedimento de cooperação aplica-se agora, exclusivamente, ao domínio da União Económica e Monetária. O procedimento de cooperação inicia-se sempre por uma proposta da Comissão, que é transmitida ao Conselho e ao Parlamento Europeu. No âmbito da primeira leitura, o Parlamento emite um parecer sobre a proposta da Comissão. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, estabelece, então, uma posição comum, que é transmitida ao Parlamento acompanhada de todas as informações necessárias e das razões que levaram o Conselho a aprovar esta posição comum. O Parlamento examina a referida posição comum em segunda leitura e, no prazo de três meses, pode: aprovar, alterar ou rejeitar a posição comum. Nas duas últimas hipóteses, a decisão deverá ser tomada por maioria absoluta dos seus membros. No caso de rejeitar a proposta, o Conselho só pode deliberar em segunda leitura por unanimidade. A Comissão reexamina então, no prazo de um mês, a proposta que constituiu a base para o Conselho estabelecer a respectiva posição comum e transmite a sua proposta ao Conselho, tendo o poder de incluir ou de excluir as alterações propostas pelo Parlamento. No prazo de três meses, o Conselho pode aprovar a proposta reexaminada por maioria qualificada, alterar a proposta reexaminada por unanimidade ou aprovar as alterações que não foram consideradas pela Comissão, também por unanimidade. No procedimento de cooperação, o Conselho pode sempre exercer o direito de veto, recusando pronunciar-se sobre as propostas de alterações do Parlamento Europeu ou sobre a proposta alterada da Comissão, bloqueando, deste modo, o procedimento legislativo". Vd. [em linha]: http://europa.eu/scadplus/glossary/cooperation_procedure_pt.htm.

[145] "O procedimento de parecer favorável (artigo 192.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia) foi instituído pelo Acto Único Europeu (1986). Segundo este procedimento, o Conselho deve obter o acordo do Parlamento Europeu para que determinadas decisões de importância capital possam ser tomadas. O princípio do parecer favorável baseia-se numa leitura única. O Parlamento pode aceitar ou rejeitar uma proposta, mas

área em que o AUE introduziu novidades foi ao nível da votação por maioria qualificada (vmq) nas reuniões do Conselho Europeu. Este procedimento deliberatório foi facilitado, tal como foi alargado o conjunto de matérias sujeitas a este tipo de aprovação, regressando-se a uma fórmula análoga àqueloutra que vigorou até à Política da Cadeira Vazia ensaiada pela França na década de 1960. Na actualidade (no quadro da vigência do Tratado de Lisboa) é muito raro que qualquer acto exija o consenso (unanimidade) dos líderes europeus.

Porém, o AUE não conseguiu realizar o seu principal propósito[146]. Com efeito, o consenso em torno do Projecto Spinelli, que resulta das vontades manifestadas pelos Estados-Membros no aprofundamento da integração política, desde meados da década de 70, não foi alcançado na Conferência Intergovernamental que o discutiu. Ficava, assim, adiada a criação da União Europeia, não obstante o facto de se ter conseguido introduzir "essa mesma ideia na própria base do AUE (artigo 1.º), como realidade em vias de construção" (Gorjão-Henriques, 2008ª: 50).

Esta indicação é, na perspectiva de Gorjão-Henriques (idem), "extraordinariamente importante, não só por revelar pistas fundamentais para a compreensão do passo seguinte que a integração europeia formalmente dará (o Tratado da União Europeia, conhecido como Tratado de Maastricht) como por oferecer já o modelo de inserção e relação dessa União Europeia a criar com as Comunidades".

Em paralelo com a assinatura do AUE, e ainda no decurso de 1986, um outro acto de singular relevância e pleno de simbolismo merece a nossa referência. Em frente ao edifício sede da Comissão Europeia (Edifício Berlaymont, Bruxelas) é hasteada pela primeira vez, em 29 de Maio de 1986, a bandeira que representa as instituições

não a pode alterar. A falta de parecer favorável impede a adopção do acto. Os domínios em que o parecer favorável é necessário são essencialmente a adesão de novos Estados-Membros (artigo 49.º TUE), os acordos de associação e outros acordos fundamentais com países terceiros. Este procedimento também é necessário para a cidadania, as atribuições específicas do Banco Central Europeu (BCE), as alterações dos estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do BCE, os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão, bem como o processo eleitoral uniforme nas eleições europeias (artigo 190.º TCE). Por fim, é necessário o parecer favorável do Parlamento Europeu para a aplicação de sanções a um Estado-Membro no caso de este cometer violação grave e persistente dos direitos fundamentais (artigo 7.º TUE), bem como em relação à cooperação reforçada em matérias abrangidas pelo processo de co-decisão. O parecer favorável do Parlamento é dado por maioria dos votos expressos. No entanto, requer-se a maioria dos membros em duas hipóteses, nomeadamente a adesão de um novo Estado-Membro e o processo eleitoral". Vd. [em linha]: http://europa.eu/scadplus/glossary/assent_procedure_pt.htm.

[146] Tese esta em que é secundado por Cunha, 2004: 686, o qual escreve que "embora referindo, sem a definir, a *União Europeia* – não como realidade já adquirida, mas como algo que se visa fazer progredir concretamente –, o novo Tratado ficou-se pela pouco sugestiva epígrafe de Acto Único Europeu, expressão que mais não traduz do que a reunião *formal* num só documento das disposições relativas ao regime das instituições e aos novos campos da acção comunitária […]" (itálicos no original). Soares, 2006: 23, não partilha desta tese, sustentando que "[…] o objectivo político principal do Acto Único foi a realização do mercado interno, em 1992".

comunitárias (compreendendo doze estrelas douradas formando um círculo sobre um fundo azul[147], insígnia que havia sido originalmente adoptada pelo Conselho de Ministros em 08 de Dezembro de 1955, em Paris), ao som do último andamento da nona sinfonia de Ludwig van Beethoven (a Ode à Alegria) igualmente eleito como o hino oficial das Comunidades[148]. Na verdade, ambos eram já utilizados pelas instituições. Todavia, apenas no início de 1986, todos os organismos comunitários adoptam estes, como os seus símbolos oficiais.

Antes, porém, de a cidade neerlandesa de Maastricht testemunhar de um dos mais determinantes momentos da construção europeia, um outro acontecimento de singular relevo haveria de condicionar este processo. Na noite de 09 para 10 de Novembro de 1989, a queda do Muro de Berlim, durante 28 anos símbolo da divisão europeia, abriu caminho à reunificação alemã operada no ano seguinte com a integração, primeiro dos *Länder* da antiga República Democrática Alemã na República Federal Alemã, e a consequente e posterior, adesão destes estados alemães, às Comunidades. Este evento, que precipitaria não apenas o desmembramento da Europa de Leste como de igual modo a desagregação da própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), haveria de dar um novo impulso à união política da Europa, colhendo o apoio (pelo menos ao nível oficial[149]) dos mais destacados líderes mundiais.

Como sustenta Adriano Moreira[150] a Queda do Muro de Berlim é um acontecimento que, não apenas promoveu o reencontro de um povo separado durante quase três décadas, como representa o fim do designado "império euromundista"[151] (destruído por contradições e demónios interiores) e da visão bipolar em que assentava a compreensão e o equilíbrio mundial. Com o desaparecimento do muro, desaparecem também as duas Europas, as duas Alemanhas, as duas Berlins, as duas Coreias, as duas Indochinas, as duas

[147] Vd. [em linha]: http://europa.eu/abc/symbols/emblem/index_pt.htm; [em linha]: http://en.wikipedia.org/wiki/Flag_of_Europe#Council_of_Europe.

[148] Vd. [em linha]: http://europa.eu/abc/symbols/anthem/index_pt.htm.

[149] Note-se que em entrevista concedida em 2009 à BBC Mikhail Gorbachev contrariou as versões oficiais, sustentando que tanto no número 10 de Downing Street como no Palácio do Eliseu, Margaret Thatcher e François Mitterrand, respectivamente, à data, Primeira-Ministra do Reino Unido e Presidente de França, se opunham à reunificação alemã tendo inclusive sugerido, nas palavras de Gorbachev, que a URSS impedisse pela via militar este processo. Documentos posteriormente desclassificados pelo Foreign Office parecem confirmar as revelações do último dirigente da União Soviética. Vd. [em linha] http://news.bbc.co.uk/2/hi/8251211.stm; [em linha] http://www.fco.gov.uk/resources/en/news/11646391/20779431/berlin-110909#; [em linha] http://www.fco.gov.uk/en/news/latest-news/?view=News&id=21048528.

[150] Em conferência proferida em 09 de Novembro de 2009 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a propósito da comemoração dos vinte anos sobre a queda do Muro de Berlim.

[151] Conceito amplamente abordado em Moreira, 2004.

Chinas…[152] Ergue-se, sustenta o autor, uma nova ordem assente em regiões e já não em Estados como sucedeu até 1989. Adriano Moreira é, aliás, secundado neste exercício por José Manuel Pureza[153] segundo o qual o Muro de Berlim é um dos últimos símbolos de uma dimensão política assente numa territorialidade física em falência, na qual, o território é o centro e cada Estado se vê como "zeloso guardador do seu quintal". Tal organização tem, prossegue socorrendo-se de Manuel Castells, sido bombardeada pelo mundo dos fluxos, o qual é o antagonista por excelência dessoutro ferrado na territorialidade física. Sendo o Muro um ícone dessa arquitectura, a sua destruição acaba por adquirir uma dimensão igualmente icónica, enquanto símbolo da sobreposição de um paradigma por outro, e das mudanças ocorridas no mundo. Por outro lado, a queda do Muro de Berlim surge associada ao derrubar dos limites que condicionavam a reflexão e acção da chamada "política do possível", impondo igualmente a necessidade de repensar o sentido de muitas das instituições europeias (mas também atlânticas – NATO, UEO, etc.), que surgem, neste novo enquadramento, esvaziadas de conteúdo.

2.3.3 A integração económica: da Serpente Monetária à União Económica e Monetária

No mesmo ano em que se efectivou a reunificação alemã, foram igualmente encetadas negociações com vista à criação do Espaço Económico Europeu, entre os países integrantes da CEE e os que compunham a EFTA, cujo acordo final foi assinado na cidade do Porto, tendo o mesmo entrado em vigor em 1994. Este tratado visava a aplicação de forma harmonizada à totalidade dos países integrantes dos dois blocos económicos existentes no espaço europeu dos mesmos quatro princípios fundamentais vigorantes nas relações entre os Estados das Comunidades: a liberdade de circulação de produtos e

[152] A importância dos acontecimentos de Novembro de 1989 em Berlim é também vincada por Eduardo Lourenço (Lourenço, 2005: 140 e ss.), o qual fixa neste acontecimento e nos daqui decorrentes a origem de grande parte do desencantamento dos europeus face à Europa. Se, com o desmembramento do Leste a política americana não se altera substancialmente, já o papel e a necessidade simbólica de uma Europa unida, perde claramente terreno, o que conduziu a que "pouco a pouco, largas fracções da opinião pública europeia – até então «europeístas» por cálculo, benefício ou arrastamento começaram a «desencantar-se» da Europa". Idem, *Ibidem*, p. 141 (aspas no original).

[153] Em comunicação apresentada no mesmo Colóquio. E, em idêntico sentido, também as reflexões de Francisco Lucas Pires, (Pires, 1992: 118 e ss.).

mercadorias, a liberdade de circulação de serviços, a liberdade de circulação de pessoas e trabalhadores, a liberdade de circulação de capitais.

Todavia, como referem Pérez-Bustamante e Colsa (2004: 157)

> "o processo histórico e jurídico de construção da União Europeia vive um dos seus momentos culminantes com a aprovação do Tratado de União, […] e com a sua posterior assinatura efectuada a 07 de Fevereiro de 1992 […]. O Tratado da União Europeia ou «Tratado de Maastricht», converter-se-á desde então na pedra angular do ordenamento jurídico comunitário e, como tal, na mais importante ferramenta para a construção da União Europeia. O Tratado de Maastricht constitui um amplo corpo normativo de mais de 300 artigos que modifica ou complementa numerosos enunciados e conteúdos dos Tratados anteriores – Tratados fundacionais da CECA, CEE, EURATOM e Acto Único – e introduz um relevante conjunto de novas disposições"[154].

A importância do Tratado de 1992 é igualmente destacada por Gorjão-Henriques (2008[a]: 44) que divide em duas grandes fases o processo de integração europeia: "À primeira podemos chamar a fase das Comunidades, que se estende até ao Tratado de Maastricht. A segunda – em que hoje vivemos[155] – pode ser designada pela fase da União, iniciada formalmente com a criação da União Europeia e hoje marcada pela *refundação paraconstituinte* da Europa operada pelo recentemente aprovado «Tratado que estabelece a Constituição»"[156].

O Tratado de Maastricht assume-se como um instrumento incontornável no processo de integração europeia[157], representando, também, a vontade de onze dos doze Estados-Membros, de progredirem mais rapidamente no projecto político europeu e "[…] marcará uma primeira alteração radical no quadro institucional, político e jurídico da integração europeia" (Gorjão-Henriques, 2008[a]: 56). O Tratado da União Europeia (TUE), ao introduzir essa nova arquitectura no edifício europeu, bem patente desde logo na própria designação (em que "[…] esta União substitui ou absorve as Comunidades Europeias" (Idem, *Ibidem*: 57[158]) é também, na perspectiva de Camisão e Lobo-Fernandes, (2005: 69),

[154] Idêntica é a perspectiva de Cunha, 2004: 696, que destaca o facto de as modificações introduzidas pelo Tratado de Maastricht não poderem comparar-se, quer em profundidade quer em extensão, "[…] com as modestas alterações suscitadas pelo Acto Único Europeu".

[155] Saliente-se que esta obra data de período anterior à ratificação do Tratado de Lisboa.

[156] Ênfases no original. Ver igualmente, Canotilho, 2003: pp. 819 e ss.

[157] Neste sentido, vd. Gorjão-Henriques, 2008[a]: 56 e ss.; Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 174 e ss.; Soares, 2006: 29 e ss.; Ribeiro, 2003: 73; Camisão e Lobo-Fernandes, 2005: 74 e ss.; Fontaine, 1995: 78 e ss.; Neves, 1994, *In* AA. VV., 1994: 163 e ss.; Pires, 1992: 114 e ss.. Neste contexto, mas em sentido diametralmente oposto, vejam-se os diferentes ensaios, nomeadamente os de Adriano Moreira pp. 17-31, Paulo Portas pp. 137-167 e Ricardo Leite Pinto pp. 229-242, bem como o próprio prefácio de Manuel Monteiro pp. 9-15, presentes em Monteiro, s/D..

igualmente resultado da confrontação das instituições comunitárias com uma responsabilidade crescente no contexto internacional, das possibilidades decorrentes de novos e previsíveis alargamentos, exigências às quais não era mais possível responder em termos meramente económicos[159]. O TUE representa, e seguindo os mesmos autores[160], um novo episódio de acareação entre as duas correntes mais fortes da construção europeia, federalistas e unionistas, cujo debate de Maastricht, uma vez mais, se quedou por um empate, dado que o resultado final se pautou por uma solução intermédia entre as duas teses concorrentes. Não se tendo produzido o aprofundamento político esperado pelos federalistas, é inegável, todavia, que o TUE representa um passo decisivo no sentido da concretização de um federalismo económico e monetário, na peugada do modelo neo-funcionalista proposto por Monnet.

As principais reformas institucionais introduzidas pelo Tratado da União versaram essencialmente no reforço dos poderes do Parlamento Europeu que, no intuito de responder ao défice democrático já então apontado às instituições comunitárias, passou a ter competências na investidura da Comissão, bem como na produção legislativa e controlo orçamental. Ainda que não se pudesse então (como hoje, de resto) falar num órgão legislativo, a introdução do procedimento de co-decisão e a associação do PE a este instrumento, faz com que possamos pelo menos falar num co-legislador, o que contribui para a mitigação de uma das mais importantes insuficiências apontadas ao modelo comunitário: a sua reduzida base de legitimação democrática e popular.

Igualmente reforçados pelo Tratado de Maastricht surgiram os poderes do Conselho de Ministros, que saiu do processo, como uma das principais instituições comunitárias. Com efeito, o TUE consagrou ao Conselho a condução da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), bem como a coordenação das políticas de Justiça e Assuntos Internos (JAI), mantendo no controlo dos Estados-Membros e, por conseguinte, fora do leque das políticas comunitarizadas, as matérias constantes do segundo e terceiro pilares.

À semelhança do Parlamento e do Conselho, também o Conselho Europeu viu alargada a sua área de intervenção. Na verdade, além do poder de definir os princípios e orientações gerais da PESC (ao Conselho cabe apenas a sua execução), ficaram também sob o seu controlo a passagem à segunda e terceira fases da União Económica e Monetária (UEM).

[159] A este propósito vd. igualmente Lopes, *In* Sande, 1994: 7-10.

[160] Num exercício em que são secundados por Neves, 1994, *In* AA. VV., 1994: 164.

Em sentido contrário, "[…] a Comissão saída de Maastricht estava ainda longe de ser um verdadeiro executivo europeu, situação agravada pela sua quase total «exclusão» das matérias do segundo e terceiro pilares" (Camisão e Lobo-Fernandes, 2005: 76, aspas no original)[161]. Como sustenta Fitzmaurice (Fitzmaurice, 1994: 187, *apud*, Camisão e Lobo-Fernandes, 2005: 76, tradução nossa) "[…] a Comissão é o que mais próximo de um executivo existe, mas está longe de ser o governo da União [ainda que] a Comissão deva ser capaz de fornecer o elemento de estabilidade, coordenação e coerência requerido por um sistema, de outro modo, instável […] [sendo que, para tal,] terá de se encontrar envolvida aos mais diversos níveis".

Uma última nota de destaque relativamente à introdução, no TUE, do conceito de "cidadania europeia", objectivo pelo qual se bateram intensamente os dois estados ibéricos mas cuja discussão motivou acesas divisões entre os países do Norte e os do Sul. Com efeito, "[…] o conceito de cidadania europeia para os cidadãos dos países membros, como complemento da nacional, ver-se-ia reduzido no plano prático a alguns aspectos, mesmo assim importantes, entre os quais se avulta o direito de voto e de elegibilidade para as eleições locais e do Parlamento Europeu; o reforço do direito da livre circulação; a protecção diplomática e consular para todos os cidadãos da União; o direito de petição e o direito de acesso a um mediador europeu" (Neves, 1994, *In* AA. VV., 1994: 166; Camisão e Lobo-Fernandes, 2005: 83; Soares, 2006: 32)[162].

O ano que se seguiu à aprovação do Tratado da União Europeia (1993) e que determinou igualmente a produção dos efeitos jurídicos decorrentes da sua assinatura, uma vez concluído o processo de ratificação em todos os países, é também o aquele que viu nascer o Mercado Único[163]. De igual modo, a agora União, continua a expandir-se. É também em 1993 que se iniciam as negociações formais, com vista às adesões de Áustria, Finlândia, Suécia e Noruega. Nos respectivos referendos realizados em 1994, os cidadãos dos três primeiros países votam favoravelmente. Porém, na Noruega, e pela segunda vez, depois de uma primeira consulta realizada em 1972, os cidadãos pronunciaram-se maioritariamente em sentido desfavorável da adesão à União Europeia.

[161] Convém aqui esclarecer que o afastamento a que se referem os autores decorre do método seguido na condução das respectivas políticas. Enquanto que, ao segundo e terceiro pilares, PESC e JAI respectivamente, foi consignado um modelo político assente em soluções de cariz intergovernamentalista (em rigor, de cooperação interestadual), no que concerne às matérias referentes ao primeiro pilar – Comunidades Europeias, a escolha recaiu sobre o método comunitário, isto é, de base federalista.

[162] Consultar ainda a este respeito, o ensaio de Rui Moura Ramos (2004: 43 e ss.).

[163] Vd. [em linha]: http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/56/pt.doc; [em linha]: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1600; [em linha]: http://europa.eu/pol/singl/index_pt.htm.

É ainda em 1994 que surge o Compromisso de Ioannina, que, em face das perspectivas do alargamento comunitário a vários novos Estados[164], introduziu novas regras na tomada de decisões, por recurso ao mecanismo de votação por maioria qualificada. Paralelamente, realiza-se a primeira sessão do Comité das Regiões, organismo que havia sido instituído pelo TUE e, Jacques Santer é formalmente designado, para substituir Jacques Delors, como Presidente da Comissão Europeia, com os efeitos de que mais adiante daremos conta.

A concretização da entrada da Áustria, Finlândia e Suécia na União Europeia ocorre em 1995, no mesmo ano em que o Acordo de Schengen[165], passa a produzir efeitos jurídicos nos controlos fronteiriços internos dos países aderentes: Bélgica, França, Alemanha, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha. Ainda em matéria de alargamentos em 1997 "a Comissão apresenta a Agenda 2000 «*Para uma Europa reforçada e alargada*», que inclui os seus pareceres sobre os pedidos de adesão de dez países da Europa Central" (Jesus, 2006: 26, itálico no original)[166].

A instituição do Banco Central Europeu e a reunião extraordinária do Conselho que decidiu quais os Estados-Membros que cumpriam os requisitos necessários tendentes à adopção, em 01 de Janeiro de 1999 da moeda única[167], bem como, a fixação irrevogável das taxas de conversão entre as moedas nacionais dos países integrantes e o Euro, são os acontecimentos mais relevantes, na antecâmara do lançamento oficial da moeda única. A 01 de Janeiro de 1999, Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Países

[164] Referimo-nos não só a Áustria, Finlândia e Suécia que concretizaram a sua entrada na União Europeia no ano seguinte, mas também Polónia e Hungria, cujo cepticismo dos noruegueses não demoveu, ainda assim, de proporem oficialmente as suas candidaturas – sem negligenciar também os importantes efeitos políticos resultantes do desmembramento do Leste, e que conduziriam à multiplicação dos pedidos de adesão nos anos seguintes – Roménia, Eslováquia, Letónia, Estónia e Lituânia em 1995, República Checa e Eslovénia em 1996. De salientar ainda a situação da República de Chipre, que embora tendo apelado à UE a abertura de negociações em 1990, apenas em 1995 viu reconhecido o seu estatuto de país candidato, não obstante a existência de um complexo conflito entre Grécia (Estado-Membro) e Turquia (país que desde a década de 1970 procura aderir à União Europeia) para o qual tanto o direito internacional quanto a política têm sido incapazes de encontrar resposta.

[165] A este respeito consultar [em linha]: http://ec.europa.eu/youreurope/nav/pt/citizens/travelling/schengen-area/index_pt.html; e [em linha]: http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/free_movement_of_persons_asylum_immigration/l33020_pt.htm.

[166] Mais informação, vd. [em linha]: http://ec.europa.eu/agenda2000/overview/pt/agenda.htm.

[167] Referimo-nos em concreto aos comummente designados critérios de convergência, previstos no artigo 98.º e seguintes do Tratado de Amesterdão (Vd. Monteiro e Ferreira, 1998: 118 e ss.) e também no Tratado de Nice (Vd. Rocha, 2002: 216 e ss.) densificados em protocolos anexos, nomeadamente o *Protocolo relativo aos critérios de convergência a que se refere o artigo 121.º (ex-artigo 109.º-J) do Tratado que institui a Comunidade Europeia* e o *Protocolo sobre o procedimento relativo aos défices excessivos* (Vd. Quelhas, Lavouras e Fonseca, 2005: 585-586) Outras fontes disponíveis [em linha]: http://europa.eu/scadplus/glossary/convergence_criteria_pt.htm; [em linha]: http://www.bportugal.pt/euro/emu/criterios_p.htm.

Baixos, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal substituem as respectivas moedas nacionais pelo Euro, símbolo formal e material (ainda que neste último aspecto apenas a partir de 01 de Janeiro de 2002 – data do início da circulação efectiva das novas notas e moedas) de uma união económica e Monetária. A Grécia, apenas em 2001, reuniria as condições indispensáveis à entrada na Zona Euro, pelo que, somente então veria reconhecida a sua condição de membro, ainda que, a circulação das notas e moedas de Euro, tivesse acontecido ao mesmo tempo que nos restantes onze Estados-Membros. Após um período de dupla circulação, durante o qual a nova moeda europeia conviveu com as divisas nacionais que iria substituir, o Euro passou a ser a única unidade Monetária juridicamente válida nos países indicados. Suécia, Dinamarca e Reino Unido, embora cumprissem as condições para integrarem o grupo do Euro, optaram por se manterem à margem deste projecto.

Porém o caminho percorrido para a concretização do desígnio da União Económica e Monetária (UEM) fosse uma realidade, foi longo e não totalmente isento de obstáculos. Em bom rigor, o objectivo alcançado em 2002, com o início da circulação física de uma única unidade Monetária à escala europeia, iniciou-se três décadas antes (ainda que a ideia date de 1962[168]). Em 1971, primeiro, no Conselho Europeu de Haia, os Estados-Membros tomaram uma decisão tendente à instituição, seguindo um processo faseado, da União Económica e Monetária da Comunidade. Esta, deveria concretizar-se num prazo de dez anos. Logo no ano seguinte (1972), o "grupo dos Seis" acordou em limitar, a um máximo de 2,25%, a margem de flutuação entre as suas divisas, na ressaca da declaração de inconvertibilidade proferida pelo Presidente Nixon, um ano antes, a qual colocou um ponto final no sistema de Bretton Woods, que vigorava desde 1944 (Marques, 2006: 400-401) Nascia assim o mecanismo da Serpente Monetária Europeia[169], o qual, fruto do choque petrolífero de 1973, bem como das gravosas consequências daí decorrentes para a economia europeia, teve uma vigência curta e atribulada.

[168] Vd. [em linha]: http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Artigos/a_integracao_Monetaria_europeia.htm. Todavia, foi por meio do Plano Werner, que teve início o processo que culminaria com a União Económica e Monetária. Para consulta do texto do documento, vd. Campos (Dir.) e Sande (Coord.), 1997: 73-74 e 76-80, mas também Cunha: 2003: 38-39; Soares, 2005: 159-160 e Moreira, 2004: 284-285.

[169] Este dispositivo que concretizou uma primeira abordagem ao memorando datado de 1970 onde se propôs a elaboração de um plano visando a União Económica e Monetária, reforçado em 1971 pelo Plano Werner, segundo o qual os países deveriam adoptar medidas tendentes à harmonização das políticas orçamentais e à estabilização dos intervalos de flutuação das respectivas moedas. Vd. Marques, 2006: 402 e ss.; Cunha, 2004: 665 e ss.; Cunha: 2003: 38-39; [em linha]: http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Artigos/a_integracao_Monetaria_europeia.htm; [em linha]: http://www.aprendereuropa.pt/page.aspx?idCat=595&idMasterCat=593&idContent=733; [em linha]: http://www.bportugal.pt/euro/emu/chrono_p.htm.

Apesar deste primeiro revés, na Cimeira de Paris de 1974, os Estados-Membros reafirmaram o calendário previsto para a efectivação da União Económica e Monetária que impunha 1980 como o prazo final para a conclusão do projecto. Assim, e na sequência das fragilidades identificadas neste primeiro dispositivo, os Nove[170], no Conselho Europeu de Bruxelas de 1978, decidiram criar uma segunda versão do primeiro instrumento de concertação cambial assente numa unidade Monetária europeia o ECU (European Currency Unit)[171], deixando de ter como referentes o dólar e o ouro, assumindo-se como um mecanismo exclusivamente europeu. A Serpente Monetária Europeia era substituída pelo Sistema Monetário Europeu (Marques, 2006: 403 e ss.) cuja data de entrada em vigor foi acordada no Conselho Europeu de Paris realizado no ano seguinte. Posteriormente, e no sentido de reforçar a intenção do desenvolvimento de uma política de integração Monetária, os Dez (depois de consumada a adesão da Grécia) acordaram, no Conselho Europeu de Dublin, realizado em 1984, promover o reforço do Sistema Monetário Europeu, bem como conferir ao ECU um papel de maior relevo[172].

Na sequência da entrada de Portugal e Espanha nas Comunidades (01 de Janeiro de 1986), o escudo e a peseta são igualmente incluídos no Sistema Monetário Europeu[173] e, a composição do ECU, é ajustada em face das adesões ibéricas. Paralelamente, (1988) entra em vigor um acordo interinstitucional visando a introdução de melhorias no processo orçamental, conducentes a uma maior disciplina nesta matéria. A 01 de Janeiro de 1994, com a criação do Instituto Monetário Europeu (IME), deu-se início à segunda fase da União Económica e Monetária[174] e, na reunião do Conselho Europeu de Madrid de 1995, é confirmado o calendário de introdução da moeda única: 01 de Janeiro de 1999.

A assinatura do Tratado de Amesterdão (1997) introduzirá igualmente um sem número de dispositivos normativos no sentido de facilitar uma transição sem incidentes para a terceira fase da UEM. A 01 de Janeiro de 1998, o IME foi substituído pelo Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), do qual faziam parte, não apenas os Bancos Centrais nacionais dos Estados-Membros da União Europeia (incluindo os dos países não participantes no euro), como o próprio Banco Central Europeu. O SEBC consiste, na

[170] Após o primeiro alargamento de 1973.

[171] Vd. [em linha]: http://gemf.fe.uc.pt/workingpapers/pdf/1996/gemf96_8.pdf.

[172] Vd. [em linha]: https://infoeuropa.eurocid.pt/registo/000036973/documento/0001/.

[173] O Banco de Portugal assinou o acordo de adesão ao SME em 1987, ainda que esse acto somente tivesse vindo a produzir efeitos práticos em 1992, altura em que, o escudo entrou no mecanismo das taxas de câmbio do SME. Mais célere foi o processo espanhol que ficou concluído logo em 1989. Vd. Jesus, 2006: 21-23.

[174] Vd. [em linha]: http://www.ecb.int/ecb/history/emu/html/index.pt.html.

perspectiva de Marques (2006: 443) numa estrutura do tipo federal, destinado a "[…] conduzir a política Monetária no quadro da moeda única […]".

2.3.4 A União Europeia em face do alargamento a Leste: as dificuldades de consenso no re-arranjo institucional necessário ao alargamento

O Tratado de Amesterdão não se esgota, todavia, no amplo conjunto de disposições em matéria cambial que inclui no seu texto e, principalmente, nos protocolos anexos. Com efeito, o Tratado de Amesterdão procurou, não apenas, realizar uma reforma ao Tratado de Maastricht, como, de igual modo, adaptar a União às exigências colocadas pelo prosseguimento do processo de integração. Gorjão-Henriques (2008[a]: 65) identifica três grandes áreas de intervenção que constituíram objectivos do novo tratado, mas que implicavam, igualmente, possíveis focos de tensão entre os quinze Estados-Membros.

Como primeiro e principal desígnio, (num nível que podemos classificar de funcionamento interno) a reforma dos pilares cooperativos, nomeadamente, ao nível da comunitarização da cooperação nos domínios da justiça e assuntos internos, a eventual integração da UEO na UE, ajustes na hierarquia dos actos comunitários e a consolidação da comunitarização das políticas de energia, turismo e protecção civil. Num segundo nível, (mais de carácter externo) o novo tratado tinha por objectivo a reforma do modelo comunitário, abrindo caminho à eventual integração na UE dos países emergentes do desmembramento do Bloco de Leste. Por último existia igualmente uma vontade de proceder a uma simplificação "[…] dos tratados originários, expurgando-os das normas obsoletas ou caducas e procurando torná-los mais fáceis de ler e compreender por parte dos cidadãos" (Gorjão-Henriques, 2008[a]: 65). Porém, como nota Soares (2006: 37), o entorno político sob qual decorreu a CIG que negociou o Tratado de Amesterdão foi substancialmente diferente face às revisões anteriores. Na realidade, nunca a aceitação popular do projecto comunitário havia sido encarada, pelos principais actores políticos, como um aspecto prioritário na construção europeia. Todavia, não apenas a desconfiança dos povos europeus, face ao propósito integracionista (verificada por ocasião da ratificação do TUE, nomeadamente na Dinamarca e na Alemanha, o que atrasou a entrada em vigor deste Tratado Internacional), como, de igual modo, algumas incoerências que

crescentemente se tornavam visíveis na opinião pública entre, por um lado, a acção dos políticos nacionais e, por outro, dos decisores da União, faziam aumentar as reservas, quanto ao projecto de unificação política do continente.

Não admira, portanto, que, seguindo Camisão e Lobo-Fernandes, (2005: 122-123, aspas no original), "se tivermos em consideração as elevadas expectativas que rodearam a conferência intergovernamental de 1996/1997, compreenderemos os motivos que levaram muitos a considerar o Tratado de Amesterdão um «perfeito fracasso»". Ademais, internamente, o próprio governo, no sentido de justificar a não realização de uma consulta popular ao Tratado de Amesterdão, optou por transmitir a ideia de "[…] um documento quase insignificante, incolor, desprovido de conteúdo político e sem qualquer sentido orientador face ao futuro" (Monteiro e Ferreira, 1998: 9).

Há todavia que reconhecer algumas pequenas, ainda que importantes, concretizações, decorrentes da revisão do TUE de 1997. Desde logo, e num plano puramente formal, a exclusão dos Tratados de alguns artigos considerados caducos, bem como, a renumeração dos restantes que, não apenas, simplificou, conforme melhorou também a compreensão dos mesmos. Por outro lado, a criação da figura de Alto Representante para a PESC permitiu suprir a lacuna que desencadeara o desabafo de Kissinger: a partir de então, a Europa tinha "um telefone e alguém do outro lado do auscultador", ainda que, apenas num plano meramente formal, como de resto, acontecimentos posteriores vieram demonstrar.

No mesmo sentido, o Tratado de Amesterdão introduziu, no corpo dos tratados, o princípio da flexibilidade, que abriu caminho à possibilidade de se avançar diferenciadamente em matéria do aprofundamento da integração (Vd. Gorjão-Henriques, 2008[a]: 68; Camisão e Lobo-Fernandes: 2005: 124; Soares, 2006: 40). De destacar, igualmente, uma preocupação, no sentido de suavizar a linha condutora da política de construção europeia excessivamente focalizada, até ao TUE (inclusive), nas matérias do mercado, procurando, no fundo, responder à crescente indiferença, e, nalguns casos, mesmo oposição dos cidadãos, inserindo normas relativas ao emprego, protecção dos direitos fundamentais, garantia jurisdicional dos direitos dos cidadãos e medidas de protecção ambiental.

Uma última referência no sentido de realçar, como era já tradição na revisão dos tratados, o reforço dos poderes do Parlamento Europeu (ao nível do aumento da dependência política da Comissão face ao PE, ou através da generalização e alargamento a novas áreas de produção normativa do procedimento de co-decisão), tal como, a

introdução de normas conducentes a uma maior democraticidade e transparência das instituições comunitárias perante os cidadãos.

O Tratado de Amesterdão foi aprovado pelo Conselho Europeu que decorreu entre 16 e 17 de Junho de 1997 na cidade neerlandesa que o cognominou. Posteriormente assinado em 2 de Outubro do mesmo ano, entrou em vigor a 1 de Maio de 1999, depois de ratificado pelos Quinze Estados-Membros.

2.3.5 O espectro da Europa federal e a questão dos alargamentos

O ano em que se concluiu, com o lançamento oficial coroado de êxito do Euro, um dos mais estruturantes projectos da integração europeia, fica igualmente marcado por um acontecimento que mancha a reputação e credibilidade das instituições comunitárias. Em 15 de Março de 1999, a Comissão Europeia presidida por Jacques Santer apresenta um pedido de demissão colectiva, na sequência do Relatório do Comité de Peritos Independentes, constituído para investigar as alegações relativas às práticas de "[…] fraude, má gestão e nepotismo na Comissão Europeia" (Jesus, 2006: 27)[175].

Ultrapassada a crise desencadeada com a demissão colectiva da Comissão Santer e, uma vez empossado Romano Prodi, como sucessor do ex-Primeiro-Ministro luxemburguês, o Conselho Europeu de Helsínquia (1999) decide abrir negociações formais, tendentes à adesão, com Bulgária, Eslováquia, Letónia, Lituânia, Malta e Roménia. Em simultâneo, é convocado, para o mês de Fevereiro do ano seguinte, uma Conferência Intergovernamental, com o objectivo de promover uma revisão dos Tratados, que permita agilizar os processos institucionais da União Europeia, considerando não apenas as dificuldades já então evidentes no avanço do projecto europeu numa União a Quinze, como, de igual modo, as previsivelmente decorrentes da entrada em massa de novos Estados-Membros.

[175]. Mais informação acerca do assunto, consultar [em linha]: http://www.europarl.europa.eu/experts/default_pt.htm?textMode=on.

Em Nice, reúne em 2001, o Conselho Europeu, aprovando um novo Tratado (Tratado de Nice) destinado, simultaneamente, a concretizar as reformas institucionais, para as quais não foi possível obter consenso no Tratado de Amesterdão, e a preparar as instituições da União, para o alargamento a Leste[176]. Este documento, inicialmente recusado em sede de referendo pelos irlandeses (e só posteriormente aceite – 2002 –, na sequência da Declaração de Sevilha, e após a eleição de Pat Cox como Presidente do Parlamento Europeu), introduziu importantes alterações no funcionamento da União Europeia, mas, expôs publicamente, um conjunto de divergências bastante profundas, entre os Estados-Membros, e que, até então, de um modo mais ou menos eficaz, os actores políticos tinham conseguido subtrair ao escrutínio dos cidadãos[177].

O Tratado de Nice terá de ser entendido, não apenas como resultado de um quadro em que se tornava premente a preparação das instituições comunitárias para esse alargamento em massa previsto para a primeira metade da década inicial do século XXI, como, igualmente, no contexto do discurso proferido em 2000 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joschka Fischer, o qual proporcionou, no entendimento de Soares (2006: 119), "[…] um inesperado salto qualitativo […]" no âmbito do debate europeu. Com efeito, Fischer veio propor "[…] a criação de uma federação como finalidade do processo de integração europeia"[178].

O discurso do MNE alemão conduziu ao reacendimento da antiga disputa em torno do fim último do projecto europeu: federação ou união de estados, desencadeando um amplo debate sobre o futuro da Europa. Em confronto três perspectivas: a federalista, liderada pela Alemanha, a intergovernamentalista que encontrava no Primeiro-Ministro do Reino Unido o seu mais destacado promotor e, por fim, uma terceira via acolhida pelo Presidente de França, Jacques Chirac, ancorada no singular conceito de federação de Estados-nação proposto pelo antigo Presidente da Comissão Jacques Delors. Esta última

[176] Como de resto sustenta Gorjão-Henriques (2008[a]: 93, itálicos no original) "Há dez anos que os políticos *fugiam* do tratamento das questões que em Nice foram *obrigados* a encarar (por via da pressão colocada pela proximidade do alargamento). Na CIG/90 não houve acordo e o tratado de Maastricht remeteu a questão para a CIG/96. Esta, culminando em Amesterdão, igualmente pouco fez […]".

[177] A este propósito vd. Soares, 2006: 118 "A conferência intergovernamental que aprovou o Tratado de Nice evidenciou os limites do método diplomático. Na verdade, e apesar da limitada agenda política, o método seguido não evitou o espectáculo deplorável ocorrido na cimeira final. Por um lado o arrastamento inédito da reunião conclusiva; por outro lado, a lógica de mercearia que presidiu aos arranjos finais sobre a chamada reforma das instituições. Os cidadãos e a opinião pública dos Estados tiveram a oportunidade de constatar a falta de sentido europeu dos representantes nacionais na sessão conclusiva da conferência intergovernamental, mais preocupados em conseguir pequenas vantagens sobre aspectos específicos da representação nacional de cada país no sistema político da União, do que acertar reformas políticas de fundo que preparassem a União para o desafio do alargamento".

[178] Idem, *Ibidem*, p. 119. Em idêntico sentido, vd. Ribeiro, 2003: 79 "Na sua óptica [de Joschka Fischer], uma Constituição é indispensável para a consolidação do processo de unificação europeia".

solução surgia, claramente, inspirada no modelo funcionalista de Jean Monnet o qual procurava dar resposta, às idiossincrasias constitutivas do processo de integração europeia[179]. Não obstante as divergências em torno do futuro arranjo institucional da União, parecia existir, pelo menos, vontade política, quanto à necessidade de proceder a uma reforma dos Tratados, e foi nesse sentido o consenso alcançado em torno da Declaração sobre o futuro da União, anexa ao Tratado de Nice, na qual, os Estados-Membros afirmavam a necessidade de dinamizar um amplo debate a este propósito[180].

Esta Declaração foi aproveitada pelo Primeiro-Ministro belga, Guy Verhofstadt, na qualidade de Presidente em exercício do Conselho Europeu, durante o segundo semestre de 2001, para dar um novo impulso ao desígnio da integração europeia. Verhofstadt defendia mesmo a necessidade de a Europa se reinventar (Camisão e Lobo-Fernandes, 2005: 162), devendo para tal seguir o paradigma federalista[181]. Na sequência da adopção da Declaração de Laeken[182], pelo Conselho Europeu, reunido em Dezembro de 2001, nesta cidade belga, é convocada uma Convenção Europeia sobre o Futuro da Europa, destinada a preparar, durante um ano, os trabalhos da Conferência Intergovernamental seguinte. A sessão inaugural deste grupo de trabalho a quem havia sido confiada a tarefa de apresentação de propostas com vista à reforma dos tratados, fazem perspectivar uma reforma profunda da União. Na verdade, e pese embora, a Declaração de Leaken, não conferir um mandato expresso, no sentido de a Convenção produzir um texto âmbito constitucional, continha, ainda assim, "[…] uma fórmula hábil que, com base na questão da simplificação e reestruturação dos Tratados, perguntava se este processo não poderia

[179] Durão Barroso, actual Presidente da Comissão, afasta-se destas querelas, observando ao invés que, "outro traço característico do processo europeu tem sido o seu pragmatismo: a recusa em reconduzir a solução europeia a formas fixistas do tipo federal ou confederal; a opção por um modelo aberto, capaz de se ir adaptando a diferentes conjunturas e ultrapassando os mais diversos obstáculos" (Barroso, 1999:12). Mais recentemente, no *Discurso sobre o estado da União de 2012*, o mesmo Durão Barroso, já na qualidade de Presidente da Comissão Europeia, apresentou um posicionamento diferente, retomando o conceito de federação de Estados-Nação de Jacques Delors. Vd. Igualmente o artigo "Rumo a uma Federação de Estados Nação" publicado recentemente no jornal *Público*. *In Público*, Ano XXIII, n.º 8194, 14 de Setembro de 2012, pp. 58-59.

[180] Verhofstadt, (2006:33) refere a este propósito que "[…] se impunha uma escolha clara. É que se a União Europeia não desse um novo e grande passo em frente, existiria o perigo de se entrar numa espiral descendente".

[181] A este propósito, consulte-se o manifesto federalista, proposto pelo autor na obra *Os Estados Unidos da Europa*.

[182] Vd [em linha]: http://europa.eu/scadplus/glossary/laeken_declaration_pt.htm. Consultem-se igualmente as ligações relacionadas com a Declaração de Laeken, indicadas a partir desta página. Vejam-se ainda os ensaios de Guilherme d'Oliveira Martins incluídos em Martins, 2003: 13-23, e Martins, 2005: 67-80, a propósito da Declaração de Leaken, Convenção Europeia e Constituição Europeia, mas também os trabalhos de Manuela Rebordão, em Rebordão 2005: 134 e ss. e Paulo Pitta e Cunha, em Cunha: 2003: 115-120.

conduzir, a prazo, à aprovação de um texto constitucional da União. De seguida, indagava sobre quais deveriam ser os valores base dessa Constituição"[183].

Os trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa foram encerrados em 10 de Julho de 2003[184]. Uma semana depois, (18 de Julho) o Relatório da Presidência da Convenção foi remetido ao Presidente do Conselho Europeu, reunido entre 19 e 20 de Julho de 2003, na cidade grega de Salónica. O Projecto de Tratado Constitucional Europeu veio a ser analisado numa Conferência Intergovernamental (CIG), cujas sessões decorreram em Roma, a partir de 04 de Outubro desse mesmo ano[185]. A CIG de 2003/2004[186] concluiu-se em 29 de Outubro de 2004, com a assinatura do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, após o acordo global alcançado pelos Chefes de Estado e de Governo, em 18 de Junho de 2004, sobre o texto proposto, no ano anterior, pela Presidência da Convenção Europeia. Submetido à confirmação dos Estados-Membros, de uma União já então alargada a 25, o Tratado Constitucional foi, inicialmente, ratificado por Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo e Malta. Este processo acabou, todavia, suspenso em face das rejeições francesa e neerlandesa. Como observa, com propriedade, Defarges, 2007: 8, "depois da rejeição da Comunidade Europeia de Defesa (CED), em 1954, todos os grandes tratados institucionais, desde os de Roma (1957) ao de Nice (2000), foram aprovados e entraram em vigor. […] Assim, pela primeira vez desde 1954, a bicicleta europeia cai verdadeiramente por terra em 2005".

As efusivas comemorações de 01 de Maio de 2004, a propósito do alargamento aos países de Leste, o maior jamais verificado, e que afastava em definitivo o espectro de um continente dividido, deram lugar a uma encruzilhada de dúvidas e indefinições quanto ao futuro da União, e, fizeram soar os alarmes dos decisores políticos, no tocante ao grau de envolvimento e motivação dos cidadãos para o desígnio europeu, matéria sobre a qual nos deteremos de modo mais detalhado adiante.

[183] Soares, 2006: 127 e ss.; Camisão e Lobo-Fernandes, 2005: 163 e ss.; Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 251 e ss.; Gorjão-Henriques, 2008[a]: 95 e ss.; Verhofstadt, 2006: 33-34; Rebordão, 2005: 136-139.

[184] Vd. [em linha]: http://european-convention.eu.int/bienvenue.asp?lang=PT.

[185] No sítio Internet da Convenção Europeia encontram-se disponíveis todas as propostas de emendas ao texto original, que foi aprovado com dezenas de alterações. Vd. [em linha]: http://european-convention.eu.int/amendemTrait.asp?lang=PT; Perez-Bustamante e Colsa, 2004: 261-264 e 269-274; Soares, 2006: 145 e ss. "[…] o mérito maior da conferência intergovernamental terá sido a capacidade de aprovar um Tratado Constitucional que, no essencial, não se afasta das grandes linhas orientadoras do projecto que lhe havia sido remetido pela Convenção Europeia. Quanto a este aspecto, o Conselho Europeu soube honrar o modo como recebeu o projecto da Convenção, declarando que se tratava de uma boa base de trabalho para a conferência intergovernamental", Soares, 2006: 149.

[186] Vd. [em linha]. http://europa.eu/scadplus/cig2004/index_pt.htm.

Com efeito, o ano anterior à entrada em *período de reflexão* das Instituições Europeias, na sequência do insucesso observado na ratificação do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, testemunhara o acolhimento de uma dezena de países na cada vez maior família europeia. Concluía-se, deste modo, um processo que, em boa verdade, se havia iniciado década e meia antes, com a queda do Muro de Berlim, acontecimento que, conforme vimos antes, havia de precipitar o desmoronamento do Bloco de Leste. Os pedidos de adesão, tal como, as subsequentes negociações, aconteceram ao longo de toda a última década do século XX.

Em Dezembro de 1999, o Conselho Europeu de Helsínquia decidiu alargar, a mais seis países candidatos[187], a possibilidade de integrarem o grupo do quinto alargamento, tendo as correspondentes negociações formais sido abertas, em Janeiro seguinte, já no decurso da segunda presidência portuguesa[188] da União. O Conselho Europeu, que em Nice aprovou o Tratado homónimo, serviu, igualmente, para que os Chefes de Estado e de Governo dos Quinze, mostrassem o seu apoio e empenho, na conclusão das negociações de adesão.

Atendendo ao franco e rápido evoluir das negociações, o Conselho Europeu pediu, em 2001, à Comissão, a realização de um relatório pormenorizado avaliando as condições e grau de preparação de cada um dos países candidatos, em face do objectivo prosseguido. O parecer da Comissão foi, em termos globais, positivo relativamente a Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa. No concernente, todavia, a Roménia e Bulgária a apreciação da Comissão apontava para a necessidade, de ambos os Estados, terem ainda de promover maiores avanços, especialmente, em matéria económica. No contexto deste documento, o Conselho Europeu de Leaken anunciou a sua intenção de finalizar negociações de adesão com o primeiro grupo de países referido, desígnio cumprido nas reuniões de Outubro e Dezembro de 2002, em Bruxelas e Copenhaga, respectivamente.

[187] Grupo de Helsínquia (1999): Malta, Roménia, Eslováquia, Letónia, Lituânia e Bulgária, que se juntaram aos já candidatos Chipre, Eslovénia, Estónia, Hungria, Polónia e República Checa (Grupo do Luxemburgo – 1997), não negligenciando a situação específica da Turquia.

[188] A segunda presidência portuguesa do Conselho em 2000 fica igualmente marcada pela adopção, na sequência da reunião do Conselho Europeu realizada em Lisboa, de um documento genericamente conhecido por *Estratégia de Lisboa*, no qual, são enunciadas um conjunto de políticas, no sentido de, até 2010, desenvolver as medidas e dotar as instituições comunitárias dos instrumentos necessários, com vista a transformar a União Europeia, na economia baseada no conhecimento e na inovação, mais dinâmica e competitiva do mundo. É, neste quadro, aliás, que surgem alguns dos documentos e programas que justificam o presente trabalho e, sob os quais, centraremos a nossa atenção, nos capítulos subsequentes, com especial ênfase no oitavo.

Assim, em 16 de Abril de 2003, numa cerimónia plena de significado histórico, realizada junto da Acrópole de Atenas, para a assinatura dos Tratados de Adesão, os Quinze acolheram, no seio da União Europeia, dez novos Estados-Membros, de pleno direito, a partir de 01 de Maio de 2004, concretizando mais um passo importante (este pouco previsível apenas quinze anos antes) no projecto de integração/unificação do continente.

De pouca dura como, de resto, já anteriormente aludimos, os festejos pelo êxito alcançado com a adesão de uma dezena de novos parceiros. A oposição dos povos francês e neerlandês, membros fundadores das Comunidades originárias, à adopção do Tratado Constitucional criou um dos mais sérios impasses das últimas décadas na construção europeia, e, conduziu a um novo período de incertezas e indefinições. Tal exercício é reforçado pelos estudos disponíveis acerca do assunto, os quais, sugerem que, o voto maioritário em sentido negativo à aprovação do Tratado Constitucional ficou a dever-se, em grande medida, a motivações e preocupações que nada tinham que ver com as matérias referendadas. Um bom aferidor, desta linha de raciocínio, é-nos fornecido a partir da análise das temáticas que dominaram os debates em ambos os países, e que incidiram, fundamentalmente, sobre a globalização e a competitividade das respectivas economias mas, também, na manutenção do modelo keyenesiano do Estado-Providência e dos direitos sociais inerentes.

Outra questão, de não somenos relevância, e igualmente transversal aos dois plebiscitos, diz respeito à segurança interna, num quadro de abertura das fronteiras e da crescente pressão dos fluxos migratórios sobre o espaço comunitário (Vd. Soares, 2006:115-116)[189]. Remata assim Soares (2006: 116): “No fundo, os cidadãos parecem mais preocupados com as ameaças que pairam sobre o chamado modelo social europeu,

[189]. A este propósito assumem-se igualmente pertinentes as teses de José Manuel Pureza, apresentadas no Colóquio realizado em 2009 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a que já fizemos referência. Na ocasião, o investigador sugeriu que, não obstante a queda do Muro de Berlim, outros permaneceram e, mais importante, outros se ergueram, nomeadamente na fronteira entre México e Estados Unidos da América, entre a China e a Coreia do Norte e em Ceuta. Mais importante este último, para o caso em concreto, atendendo ao seu objectivo, que é, justamente, o de conter os fluxos migratórios para a Europa, oriundos da África Subsariana. Vinte anos após a queda do Muro de Berlim e do conceito de contenção que presidiu à sua erigição, mais do que ter caído com o muro europeu, na verdade, multiplicou-se, e o que assistimos hoje é, precisamente, à sua proliferação, não apenas, para contenção dos fluxos migratórios, mas, também, a pretexto do terrorismo. A separação entre povos e comunidades, por muros e barreiras físicas e de outras espécies é, na actualidade, uma realidade cada vez mais omnipresente. Enquanto, em solo europeu, se abolem as fronteiras internas, noutras partes do globo, a contenção entre povos reforça-se. Mesmo na Europa, o aumento da liberdade e mobilidade internas, com a consequente diminuição da fiscalização intracontinental, possibilitou, literalmente, a mobilização dos recursos, anteriormente afectos ao controlo das fronteiras domésticas, para um incremento inspectivo, nas externas.

sustentáculo de um *European way of life*, do que com os arranjos constitucionais resultantes da última conferência intergovernamental"[190].

Perante tão sério revés, as instituições comunitárias anunciaram a necessidade de procederem a um período de reflexão, para que, em futuras iniciativas, não se repetisse o insucesso do projecto da Constituição (que já não era novo, uma vez que, idênticas ocorrências, se tinham igualmente verificado, tanto com a ratificação do Tratado de Maastricht, como com o de Nice). Deste movimento introspectivo resultaram conclusões, que contribuíram para o reforço de algumas teses, já então evidentes, aos olhos da generalidade dos analistas, em assuntos europeus: a União, *lato sensu*, padecia de substanciais défices, os mais importantes dos quais, um défice democrático e um défice de comunicação. Não nos deteremos para já demasiadamente em tais insuficiências, até porque as mesmas serão objecto de tratamento, mais adiante neste nosso trabalho (Capítulos 3 e 8), embora seja forçoso referir que, a detecção e assumpção de tais lacunas, motivaram uma reacção enérgica (ao nível das intenções, pelo menos) das instituições comunitárias, as quais, neste âmbito, se desdobraram na produção de estudos e documentos de trabalho, tendentes à superação das falhas detectadas.

2.3.6 O caminho solitário para o tratado de Lisboa: a Europa da (in)comunicação

De entre as várias iniciativas desenvolvidas pelos diferentes organismos da União destacam-se o *Contributo da Comissão para o período de reflexão e para a fase posterior: Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate*[191] (genericamente conhecido como Plano D – 2005), o *Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia* (2006)[192], o *Livro Verde – Iniciativa Europeia em matéria de Transparência* (2006)[193], a *Proposta de Acordo*

[190] Itálico no original.

[191] Vd. http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/web/documentos/ciejd/2006/20060317_pe2006_planod.pdf.

[192] Vd. http://europa.eu/documents/comm/white_papers/pdf/com2006_35_pt.pdf.

[193] Vd. http://europa.eu/documents/comm/green_papers/pdf/com2006_194_pt.pdf.

Interinstitucional – Parceria para a Comunicação sobre a Europa (2007)[194], *Debate Europe – colher os ensinamentos do Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate* (2008)[195], etc.[196].

Por outro lado, tornava-se igualmente imperioso transmitir aos cidadãos uma mensagem de confiança e tranquilidade e que, apesar do insucesso na ratificação do Tratado Constitucional, os decisores, em sentido amplo, envolvidos no projecto comunitário, permaneciam empenhados no aprofundamento do processo de integração entre os Estados-Membros. Sinal desse mesmo comprometimento entre as lideranças políticas dos Vinte e Cinco, o Conselho Europeu de 15 e 16 de Junho de 2006, no decurso do qual, os Estados-Membros anunciaram a sua vontade de concluir "[…] o processo de reforma, partindo-se do princípio de que as medidas necessárias terão sido tomadas o mais tardar no segundo semestre de 2008"[197].

É, por conseguinte, neste contexto, que é adoptado, no decurso da terceira presidência portuguesa do Conselho, o Tratado de Lisboa[198] (substituindo a até então designação genérica de Tratado Reformador), cuja cerimónia de assinatura decorreu no Mosteiro dos Jerónimos, em 13 de Dezembro de 2007. O Tratado de Lisboa é, desde logo e, seguindo Gorjão-Henriques (2008[a]: 107), resultado da aposta da Presidência alemã do Conselho, no primeiro semestre de 2007, em recuperar o projecto constitucional, tendo a Presidência portuguesa, que lhe sucedeu, assumido o labor da concretização de um acordo nesse sentido.

Ademais, em termos genéricos, e sem aprofundadas preocupações de índole jurídico-formalísticas, pode assumir-se o Tratado de Lisboa como um documento híbrido: segue uma linha não muito distante daqueloutra proposta pelo defunto Tratado Constitucional, sem que, na verdade, seja uma sua sequência ou mera simplificação, ao incluir, por exemplo e, mesmo que de forma dissimulada, porque fora do articulado principal,

[194] Vd. http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0569:FIN:PT:PDF.

[195] Vd. http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0158:FIN:PT:PDF.

[196] Mais informação e acesso a outros documentos, [em linha]: http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P6-TA-2009-0154+0+DOC+XML+V0//PT.

[197] Conselho Europeu de Bruxelas, 15 e 16 de Junho de 2006, Conclusões da Presidência. Documento [em linha]: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/90127.pdf.

[198] Mais informação, vd. [em linha]: http://www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/1D96311C-F90D-4E97-B355-DFEA0DD1ABEA/0/TLconsolidado.pdf; [em linha]: http://www.tratadolisboa.eu/; [em linha]: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=4016; [em linha]: http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/; [em linha]: http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/index_pt.htm.

a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que tanta controvérsia gerara na versão de 2004.

Por outro lado, não revoga os Tratados anteriores, nomeadamente Maastricht e Roma (aqui surgindo como Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia), e segue o mesmo modelo de discussão e aprovação dos tratados anteriores, através da realização de Conferências Intergovernamentais – CIG (ao invés da Constituição que resultara de uma Convenção, cujas conclusões haviam sido posteriormente submetidas a uma CIG). Expurga, face ao texto do Tratado Constitucional, a referência aos símbolos da União[199] (apenas mantendo a moeda), reforça o carácter unionista, e omite o polémico artigo presente no texto da Constituição que estabelecia uma hierarquia formal em matéria legal, declarando o primado do direito comunitário sobre toda a produção normativa nacional[200].

> "Por isso, este Tratado é um tratado de continuidade: (1) em relação à Constituição, quanto ao essencial do seu conteúdo; (2) em relação aos tratados anteriores, e (3) em relação ao seu processo de formação. Introduz por isso um conjunto impressionante de alterações aos actuais tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia, desde logo em termos quantitativos. São mais de mil as alterações introduzidas […]"[201].

Não obstante, o recuo em diversas matérias que o Tratado de Lisboa representou face ao Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, expurgando, no essencial, face a este último, as propostas que haviam sido objecto de maior contestação da sociedade civil europeia (se é que existe alguma organizada à escala continental), bem como tendo sido subtraído ao escrutínio dos cidadãos de vários Estados-Membros[202], não

[199] A saber: o Dia da Europa – 09 de Maio, coincidente com a Declaração Schuman; o Hino Europeu – o último andamento da 9.ª Sinfonia de Beethoven; o Lema – *Unidos na diversidade*; a Bandeira – 12 estrelas em círculo sobre o fundo azul; a Moeda Única – o Euro.

[200] Mais informação, vd. Gorjão-Henriques, 2008[a]: 105 e ss..

[201] Idem, *Ibidem*, p. 111. Veja-se igualmente Álvares, 2009: 11 e ss..

[202] Portugal incluído, onde o Tratado de Lisboa não foi objecto de consulta popular por meio do instituto do referendo, tendo, ao invés, o governo optado pela ratificação parlamentar, contrariando uma promessa formulada em sede de campanha eleitoral. Refira-se a este propósito que, não obstante a Constituição da República Portuguesa não exigir o referendo, (CRP/115.º/1 e 3) nesta ou em qualquer outra matéria (o referendo é sempre facultativo, regime que se encontra previsto na fórmula do n.º 1, do art.º 115 da CRP, "os cidadãos eleitores recenseados no território nacional *podem* ser chamados a pronunciar-se […]" – itálico nosso), atendendo a que, a matéria em causa, não se encontrava protegida, no âmbito da reserva absoluta da Assembleia da República (CRP/164.º), o mesmo poderia e, deveria, ter sido convocado. Acrescente-se que, embora a alínea *c)* do n.º 4 do art.º 115.º da Constituição da República Portuguesa prescreva a impossibilidade de referendo sobre as matérias incluídas no artigo 161.º (no qual se incluem – alínea *i)* – "[…] os tratados de participação de Portugal em organizações internacionais, […]"), o n.º 5 do mesmo artigo 115.º da CRP, abre uma excepção, derrogando, na prática, a norma da alínea *i)* do art.º 161.º da CRP, ao admitir, expressamente, que "o disposto no número anterior não prejudica a submissão a referendo das questões de relevante interesse nacional que devam ser objecto de convenção internacional, nos termos da alínea *i)* do artigo 161.º da Constituição, excepto quando relativas à paz e à rectificação de fronteiras" (CRP/115.º/5.º). Ora, não se vislumbra aqui qualquer preceito que impedisse a realização do referendo, tendo-se, por conseguinte, tratado de uma mera opção política, discutível, em nosso entender, uma vez que, se é um facto indesmentível que, os cidadãos europeus, e os portugueses em particular, se sentem e encontram muito distantes do projecto europeu, a verdade é que este tipo de opções dos Estados-Membros, em nada contribui para o esclarecimento,

logrou ainda assim ultrapassar o sentimento de desconfiança dos povos mais cépticos. Especial destaque, neste âmbito, para os irlandeses que se pronunciaram, num primeiro referendo[203], realizado em 12 de Junho de 2008 maioritariamente contrários à adopção do referido texto, embora não se devam, da mesma maneira, negligenciar os entraves colocados pela República Checa. Depois do sucedido com o malogrado Tratado Constitucional, adivinhava-se, então, que o processo de ratificação do Tratado de Lisboa, poderia conhecer idêntico desfecho.

Porém, num segundo referendo, realizado em 02 de Outubro de 2009, e após intensas pressões sobre o governo irlandês, por parte, não apenas, dos principais responsáveis políticos das instituições comunitárias, como igualmente dos mais destacados líderes dos restantes Estados-Membros e, uma vez obtidas, junto do Conselho Europeu, pelo governo da República da Irlanda, as garantias legais juridicamente vinculativas no sentido de serem afastadas as reservas levantadas pelos irlandeses no referendo inicial[204], o Tratado de Lisboa acabou por ser aprovado por uma maioria de 67,1% dos votos favoráveis, face a 32,9% em sentido contrário. Superadas as dificuldades surgidas na Irlanda, faltava ainda que, Polónia e República Checa concluíssem os respectivos processos de validação do Tratado de Lisboa. Tal veio a acontecer, sem que, todavia, tivessem sido colocadas novas dificuldades, nomeadamente pela República Checa, cujo Presidente, durante meses manteve a incerteza quanto à ratificação. Vaclav Klaus,

para o debate e para o envolvimento dos cidadãos na construção europeia. Não nos alongamos, para já, mais, visto que, adiante, retomaremos esta problemática. Note-se, ainda, que optaram pela ratificação parlamentar todos os Estados-Membros, excepção feita à República da Irlanda, país em que foi objecto de referendo, por imperativos de índole constitucional. Mais informação, vd. [em linha]: http://europa.eu/lisbon_treaty/countries/index_pt.htm.

[203] A consulta popular neste tipo de matérias encontra-se constitucionalmente consagrada na República da Irlanda.

[204] A Irlanda apenas acedeu a realizar uma segunda consulta uma vez obtidas garantias de manutenção da sua independência em várias matérias, as quais constam do Livro Branco sobre o Tratado de Lisboa produzido pelas autoridades para o esclarecimento das populações no âmbito do referendo de Outubro de 2009. "Em 19 de Junho de 2009, os 27 Chefes de Estado ou de Governo reunidos no Conselho Europeu aprovaram um importante pacote de garantias e de seguranças para a Irlanda sobre o Tratado de Lisboa. Essas garantias representam uma resposta abrangente e construtiva por parte dos nossos colegas da UE para as preocupações com os aspectos do Tratado de Lisboa que vieram à tona durante a campanha do referendo do ano passado. Este pacote consiste em: (i) uma decisão juridicamente vinculativa sobre o direito à vida, à educação e à família; fiscalidade; e de segurança e defesa; (ii) uma declaração solene sobre os direitos dos trabalhadores e política social; e (iii) uma Declaração Nacional da Irlanda, que estabelece a base para a participação da Irlanda para missões de manutenção da paz, prevenção de conflitos e o reforço da segurança internacional, para as quais a ONU haja sido mandatada. O Conselho Europeu concordou que esta decisão juridicamente vinculativa deva tornar-se um Protocolo aos Tratados da UE, no momento do próximo tratado de adesão à UE, o que é provável que ocorra em 2010 ou 2011". (tradução nossa) [em linha]: http://www.dfa.ie/uploads/documents/EU%20Division/EU%20Reform%20Treaty/white%20paper%20-%20final%20-%20low%20res%20from%20printers%20-%20020709.pdf

assumido eurocéptico[205], forçou uma derrogação do Tratado de Lisboa, nas matérias respeitantes à Carta dos Direitos Fundamentais, argumentando com o risco de a Carta poder vir a ser utilizada pelos alemães expulsos depois da Segunda Guerra Mundial para apoiar eventuais exigências de restituição de propriedades então confiscadas.

Ao nível das principais alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa salientamos, dentre o vasto conjunto a que já atrás fizemos referência, a absorção da Comunidade Europeia pela União Europeia. De facto, como escreve Gorjão-Henriques (2008[b]: 5), "[…] num método digno de ser qualificado como «ovo de Colombo», pela sua simplicidade desarmante, os Estados membros apagam da construção europeia a ideia de «Comunidade» e consolidam o conceito de União Europeia", expediente que não poderá, ainda segundo o mesmo autor, ser apenas considerado numa perspectiva formal, visto os seus efeitos se estenderem não apenas à estrutura dos tratados, como também daí decorrerem importantes implicações materiais[206].

O Parlamento Europeu sai, uma vez mais, amplamente reforçado no quadro do edifício institucional da União. Além de ser elevado à categoria de co-legislador, em conjunto com o Conselho Europeu, o PE vê estendidos os seus poderes ao controlo político da Comissão. Desde logo, porque é no PE que é *eleito* o Presidente da Comissão (sob proposta do Conselho Europeu) mas também, porque a "[…] Comissão, enquanto colégio, é responsável perante o Parlamento Europeu"[207]. Ademais, os ciclos políticos (leia-se legislaturas) do PE e da Comissão passam a coincidir no sentido de reforçar a dependência da Comissão face ao órgão parlamentar, e, é introduzido o dispositivo de iniciativa de cidadania, através do qual, o PE poderá desencadear um processo legislativo, partindo de uma petição subscrita por, pelo menos, um milhão de cidadãos da União. Acresce que, os parlamentos nacionais passam, ainda que muito limitadamente, a participar também no processo europeu.

São também de monta as alterações introduzidas no Conselho Europeu. Destacamos duas: "o Conselho Europeu passa a constar expressamente da lista das

[205] Após o parecer favorável emitido pelo Tribunal Constitucional da República Checa à ratificação do Tratado de Lisboa, o Presidente, Vaclav Klaus, afirmou "discordar fundamentalmente" do texto aprovado e ratificado pelos restantes vinte e seis Estados-Membros, por considerar que "com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a República Checa deixará de ser um Estado soberano". Vd. [em linha]: http://www.publico.clix.pt/Mundo/republica-checa-ratificou-o-tratado-de-lisboa-com-assinatura-do-presidente_1408130;

[206] A este respeito, vd. Gorjão-Henriques, 2008[a]: 113 e ss..

[207] Artigo 17.º, n.º 8 do Tratado de Lisboa.

instituições da União" (Gorjão-Henriques, 2008[a]: 126) e a sua composição é alterada de molde a incluir também a nova figura de Presidente do Conselho Europeu[208].

No que ao Conselho (de Ministros) diz respeito, saliente-se que o reforço dos poderes e áreas de acção do Conselho Europeu e, principalmente, do Parlamento Europeu, deixam antever alguma perda de protagonismo deste órgão. Ainda assim, Gorjão-Henriques, (2008[a]: 132), considera que o Conselho se manterá como actor central nos processos legislativo e executivo da União, não obstante a clarificação concretizada relativamente ao processo legislativo, em claro favor da câmara parlamentar, um investimento no fomento da legitimidade democrática, ou pelo menos na percepção de tal, da União.

Quanto à Comissão, a principal novidade reside na criação do cargo de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança[209]. Esta nova figura, além de possuir um processo autónomo de designação, tem ainda responsabilidades políticas e jurídicas específicas. Este Alto Representante é, também, Vice-Presidente da Comissão, responsável pela condução da PESC, pela representação da UE nestas matérias, e preside igualmente ao Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da União. Paralelamente, e num plano mais funcional, são aclaradas também as competências e áreas de actuação da Comissão. Destaque para a vocação executiva e representativa da UE, a qualidade de guardiã dos Tratados e a atribuição do monopólio de direito de iniciativa legislativa. Todas estas dimensões já existiam anteriormente, mas adquiriam um renovado vigor com as clarificações introduzidas pelo Tratado de Lisboa.

Em jeito de súmula, podemos concluir que o Tratado de Lisboa alcançou uma importância que se situa ao mesmo nível dos Tratados fundadores da década de cinquenta e do Tratado de Maastricht. Por meio do Tratado, ao qual a capital portuguesa emprestou o nome, foi possível solucionar-se o impasse criado pela reprovação do Tratado Constitucional. Mais importante, todavia, foi a concretização de uma das mais relevantes reformas ao edifício institucional e jurídico da União. No entanto, é importante referir que este foi, de certo modo, também um Tratado da "incomunicação": se os decisores políticos

[208] O Conselho Europeu de Bruxelas escolheu, em 19 de Novembro de 2009, o Primeiro-Ministro em exercício da Bélgica, Herman van Rompuy, como futuro Presidente do Conselho Europeu. O Presidente do Conselho Europeu é eleito através do mecanismo de votação por maioria qualificada pelos membros do Conselho Europeu, para um mandato de dois anos e meio, renovável uma vez. As suas competências versam essencialmente na presidência das reuniões, na preparação e continuidade dos trabalhos das mesmas, no fomento da coesão e consenso internos e na apresentação de relatórios das reuniões ao Parlamento Europeu.

[209] O Conselho Europeu de Bruxelas escolheu, em 19 de Novembro de 2009, a britânica Catherine Ashton, para o cargo de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

da União e dos Estados-Membros que, tanto se afadigaram, ao longo das últimas décadas, (e especialmente após os referendos francês e neerlandês de 2005 à Constituição Europeia) no combate ao défice democrático e ao défice de comunicação na verdade eles subtraíram, com a excepção da Irlanda – e mesmo aqui com a ressalva constitucional a que já aludimos –, ao escrutínio dos cidadãos europeus a ratificação do Tratado de Lisboa. Do ponto de vista comunicativo, este 'expediente', em que os cidadãos não foram chamados a pronunciar-se, pode configurar um reforço não da legitimidade comunicativa das instituições e do processo comunitário mas, pelo contrário, acentuar os sentimentos de não-pertença, de não-identificação, e, provavelmente, até de recusa da União. Regressaremos, mais à frente neste trabalho, e de forma mais aprofundada, a este mesmo assunto.

Capítulo

3 Crise no projecto europeu: da euforia da reconciliação Este-Oeste aos múltiplos *deficits* da construção da União Europeia

Quando, em 1 de Maio de 2004, os seus líderes acolheram no seio da grande família europeia os representantes dos dez novos Estados-Membros, poucos decerto anteciparam que, volvidos apenas oito anos, se colocassem como possibilidade o desaparecimento da moeda única, bem como a ameaça real de um processo de desconstrução europeia. Com efeito, as públicas manifestações de júbilo e as felicitações de circunstância de então, sob o signo da união, da cooperação e da solidariedade parecem ter agora dado lugar a um perigoso e tenebroso conjunto de disputas em prol de uma constelação de interesses nacionais conflituantes com os comuns.

Ao longo dos últimos meses, mais do que meros sinais de discórdia, não faltaram evidências que atestam uma crescente desunião entre os líderes europeus. Ainda recentemente, o Primeiro-Ministro do Reino Unido, David Cameron, declarou-se favorável à realização de uma auscultação popular no sentido da aferição da vontade do povo britânico quanto à permanência do país na União Europeia[210].

No mesmo sentido, desde o início dos planos tripartidos[211] de resgate/assistência financeira aos países[212] da periferia da moeda única tem-se assistido a uma retórica crescente de fragmentação. As medidas constantes dos sucessivos memorandos de entendimento parecem carrear um conjunto de disposições de carácter punitivo destinadas a corrigir os "desvarios"[213] orçamentais dos PIIGS[214], ao mesmo tempo que assistimos ao crescimento do fosso entre os países do Centro e Norte da Europa e os da periferia. A desunião está bem patente nos sucessivos episódios ocorridos nas negociações dos programas de auxílio financeiro aos países em dificuldades (especialmente no caso da Grécia) e no modo como estes foram sendo repetidamente protelados. Na linha da frente destes bloqueios Países Baixos, Áustria, e, principalmente, Alemanha[215] e Finlândia[216],

[210] Vd. [em linha]: http://www.ionline.pt/dinheiro/primeiro-ministro-britanico-abre-porta-referendo-reino-unido-sair-da-ue; [em linha]: http://www.publico.pt/Mundo/david-cameron-favoravel-a-um-referendo-sobre-a-ue-1552840; [em linha]: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2641949&seccao=Europa&page=-1.

[211] Entre a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

[212] Grécia em Maio de 2010, Irlanda em Dezembro de 2010, Portugal em Abril de 2011.

[213] De acordo com declarações públicas de alguns altos responsáveis de Estados-Membros da Zona Euro. Entre alguns exemplos, poderemos citar as críticas da Chanceler alemã, Angela Merkel, a respeito das férias e reformas na Europa do Sul (vd. [em linha]: http://economico.sapo.pt/noticias/merkel-critica-ferias-em-portugal-mas-enganase-nos-calculos_118416.html; http://veja.abril.com.br/noticia/economia/merkel-pede-aos-europeus-do-sul-que-trabalhem-mais).

[214] Acrónimo que resulta da junção das iniciais dos países em dificuldades financeiras ou já sob programas de assistência financeira: Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (grupo ao qual entretanto se juntou Chipre). Acrescente-se que a sigla, embora apenas utilizada nos meios financeiros, e reproduzida pelos informativos, transporta consigo, desde logo, uma associação negativa (visto que, *pig* equivale no português a *porco* – com a carga (pre)conceitual que uma tal noção implica) que deveria merecer não apenas o veemente repúdio e censura dos agentes políticos como de igual modo uma profunda reflexão. A existência de um tal discurso ou nomenclatura, distinguindo entre os *porcos* e os *outros*, quiçá, os castos e cumpridores, porque (auto-)imbuídos de uma superior moralidade afigura-se-nos como ultrajante numa Europa que proclama, oficialmente, a igualdade. Numa curiosa inversão do conto orwelliano diríamos que assistimos, na verdade, a uma noção de igualdade deveras original, posto que, temos os *porcos* e os *outros*. *Agora* como *então* os porcos são os "maus da fita". Ainda que, *então*, se situassem no patamar superior da sociedade e, *agora*, pareçam condenados a um estatuto inferior.

[215] É conhecida a oposição da Alemanha, mas principalmente da Chanceler Angela Merkel, à mutualização da dívida soberana europeia (popularizada na expressão *eurobonds*). Veja-se, por exemplo: [em linha]: http://www.agenciafinanceira.iol.pt/economia/alemanha-hollande-eurobonds-agencia-financeira/1349751-1730.html; [em linha]: http://www.agenciafinanceira.iol.pt/economia/merkel-angela-merkel-eurobonds-alemanha-bloomberg-agencia-financeira/1352774-1730.html; [em linha]: http://www.ionline.pt/dinheiro/oposicao-alema-recusa-eurobonds-quer-apoio-merkel-ao-crescimento; [em linha]: http://sol.sapo.pt/inicio/Economia/Interior.aspx?content_id=51076; [em linha]: http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/CIECO050641.html. O ex-Presidente da Alemanha, Christian Wulff, é outro dos opositores à forma como tem sido gerido o apoio aos Estados-Membros em dificuldades, tendo inclusive levantado várias dúvidas relativamente à compra, pelo Banco Central Europeu, de dívida pública

cujas exigências vêm colocando pressão adicional sobre o conjunto da União Europeia. A ameaça[217], ainda que velada, e prontamente desmentida[218] pelas autoridades finlandesas a propósito de um eventual abandono da moeda única, constitui apenas o episódio mais recente[219] de um vasto oceano de infindáveis divergências.

Na verdade, os sinais de discórdia e possível desagregação tornaram-se a tal ponto visíveis ante a generalidade dos cidadãos que se têm multiplicado os apelos à união e à solidariedade entre países. Numa intervenção no início de Julho de 2012, José Manuel Durão Barroso[220] criticou severamente não apenas os euro-deputados conservadores britânicos que parecem rejubilar com os repetidos revezes do projecto europeu como, de igual modo, todos os representantes dos diferentes Estados-Membros que, à saída das reuniões das instituições da União Europeia, proclamam vitória sobre os demais. Além de contrárias ao espírito que presidiu à criação das Comunidades Europeias originais, tais manifestações apenas contribuem para fomentar a divisão, a discórdia e o preconceito entre povos que conduziram a Europa a algumas das páginas mais negras da história da Humanidade.

---

destes países. Vd. [em linha]: http://economia.publico.pt/Noticia/presidente-da-alemanha-critica-compra-de-obrigacoes-pelo-bce_1508985. Outros exemplos são as demissões dos alemães Alex Weber e Jürgen Stark, destacados membros do BCE, alegadamente, motivadas pela política de compra de obrigações seguida por instituição europeia. Vd. [em linha]: http://pt.euronews.com/2011/09/09/membro-do-conselho-executivo-do-bce-demite-se/; [em linha]: http://economia.publico.pt/Noticia/jurgen-stark-demitese-da-comissao-executiva-do-bce_1511163.

[216] Uma breve pesquisa na Internet a este respeito devolve dezenas de resultados de notícias publicadas na imprensa nacional: [em linha]: http://economico.sapo.pt/noticias/finlandia-poe-em-xeque-resgate-grego-e-faz-disparar-juros_125313.html; [em linha]: http://www.agenciafinanceira.iol.pt/economia/finlandia-resgate-grecia-garantias-crise-agencia-financeira/1264652-1730.html; e estrangeira: [em linha]: http://uk.finance.yahoo.com/news/finland-refuses-pay-other-countries-174437131.html?.tsrc=attcf; [em linha]: http://www.helsinkitimes.fi/news/index.php/world-int/world-news/finland-in-the-world-press/2113-greece-pays-finland-collateral-money; [em linha]: http://topics.nytimes.com/top/reference/timestopics/subjects/e/european_sovereign_debt_crisis/index.html.

[217] Vd. [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=566695; [em linha]: http://economia.publico.pt/Noticia/finlandia-prefere-sair-do-euro-do-que-pagar-dividas-dos-outros-paises-1553717; [em linha]: http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2651359.

[218] Vd. [em linha]: http://www.agenciafinanceira.iol.pt/economia/zona-euro-finlandia-cimeira-espanha-italia-europa/1360025-1730.html; [em linha]: http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2652079.

[219] Vd. [em linha]: http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=2651359; http://www.agenciafinanceira.iol.pt/economia-mundial/zona-euro-finlandia-cimeira-espanha-italia-europa/1360025-5206.html;

[220] Registem-se as duras críticas formuladas, aquando da sua intervenção, pelo Presidente da Comissão Europeia, no Plenário do Parlamento Europeu, a respeito de alguns dos aspectos da actual crise, nomeadamente as divisões entre os líderes europeus e a falta de solidariedade que parece abater-se sobre o espaço da União. Em versão integral [em linha]: http://www.tvi24.iol.pt/videos/video/13659795/5. Vd. também [em linha]: http://economico.sapo.pt/noticias/nprint/147660.html e a reacção britânica qualificando de absurdo o ataque do Presidente da Comissão Europeia aos Deputados Europeus do Partido Conservador Britânico [em linha]: http://www.theparliament.com/latest-news/article/newsarticle/barrosos-verbal-attack-on-uk-tories-branded-absurd/. Vejam-se, também, as críticas do novo Primeiro-Ministro italiano, Mario Monti, [em linha]: http://economia.publico.pt/Noticia/mario-monti-critica-paises-nordicos-que-minam-credibilidade-europeia-1554000.

A generalidade dos especialistas em assuntos europeus nota que as fragilidades do projecto de integração europeia não são novas[221]. Nem tão pouco eram desconhecidas dos responsáveis políticos. Com efeito, acrescentamos nós, ao invés do que tem sido comum referir-se, a crise política recente, não resulta da crise económica que eclodiu na banca norte-americana no Verão de 2007 e se propagou posteriormente ao continente europeu, mormente, num segundo momento, à dívida soberana dos Estados-Membros da Zona Euro. Pensamos outrossim, que ambas, a crise política e a económica traduzem duas faces de uma mesma moeda: as inúmeras debilidades intrínsecas presentes na arquitectura institucional da União Europeia e da moeda única em particular[222]. Por outro lado, não apenas a tentativa de, no menor espaço de tempo possível, integrar os países do ex-bloco de Leste como, principalmente, a multiplicação de "vozes" (ou, se preferirmos, novos interesses nacionais) que tal alargamento desencadeou sem que se tivesse promovido a um prévio indispensável re-arranjo institucional, será outro dos focos de instabilidade que condicionam a actual união dos vinte e sete.

Desde os antípodas que o projecto de construção europeia tem vindo a desenvolver-se sob um intenso e, não raras vezes, pouco pacífico diálogo entre duas perspectivas distintas de integração: a solução federalista e a formulação intergovernamentalista, como de resto já observámos no capítulo precedente (Capítulo 2). Desta permanente interlocução entre um plano de inspiração federal protagonizada pela Alemanha (ela própria assente neste esquema institucional) e um modelo de união de Estados (claramente a solução inglesa), resultaria um arranjo híbrido, proposto pela França, o qual visava temperar os aspectos mais polémicos de cada um dos sistemas políticos em confronto. O resultado é, hoje, pensamos nós, visível. A hipótese de "terceira via" seguida na configuração do projecto europeu criou, na verdade, uma gigantesca arquitectura

[221] Vd., por exemplo, Soares, 2005 e 2009; Camisão e Lobo-Fernandes, 2005; Cunha, 2004.

[222] Entre alguns dos intervenientes mais conhecidos do grande público da área económica e financeira destacam-se os investidores Warren Buffett ou George Soros, os economistas Paul Krugman, Joseph Stiglitz ou Nouriel Roubini. Vd., por exemplo, de entre as intervenções recentes, algumas das mais significativas: [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=568107; [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=553553; [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=550255; [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=542665; [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=540975; [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=555713; [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=548973; [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=520103; [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=518697; [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=520913; [em linha]. http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=564841; [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=564317; [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=560707; [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=537743.

institucional, confusa, inoperante e da qual, cremos, surgem mais evidentes os vícios do que as virtudes de cada um dos modelos em confronto.

Cada novo Tratado contempla, via de regra, a criação de uma posição de destaque no seio da arquitectura institucional da União Europeia, a qual visa mitigar os efeitos nefastos da pluralidade de "vozes" existente. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa (cujo processo de ratificação repetiu as peripécias dos anteriores – desde o Tratado de Maastricht que se sucedem problemas a este nível), foram criados os lugares de Presidente do Conselho Europeu e de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Ora, estas figuras somam-se às do Presidente da Comissão Europeia (e das atribuições específicas de cada um dos Comissários Europeus), ao Presidente do Parlamento Europeu, ao Presidente do Banco Central Europeu (que, no quadro da actual crise económica, financeira e orçamental, tem reforçado o seu protagonismo, bem como, de sobremaneira, o poder de facto), aos Membros do Conselho Europeu (i.e., Chefes de Estado e de Governo), e aos Membros do Conselho (composto, nas suas diferentes formações sectoriais, pelos representantes estaduais – Ministros e Secretários de Estado).

Este conjunto, em nosso entender, demasiado vasto de protagonistas das instituições europeias mantêm viva a (eternamente insolúvel) questão de Henry Kissinger: "qual o telefone da Europa?". Por outro lado, assistimos a uma luta permanente no seio da arquitectura da União pelo reforço dos poderes[223]. A direcção seguida, nos últimos Tratados, tem privilegiado um reforço dos poderes do Parlamento Europeu, à custa dos da Comissão e do Conselho Europeu. Acrescem as funções/poderes que, no quadro da actual crise orçamental europeia (e não apenas dos países do Sul, conforme tem sido repetidamente sugerido) têm sido "transferidos"/confiados ao Banco Central Europeu. Eis-nos, assim, ante uma ensurdecedora cacofonia, na qual, cada qual fala sem interlocutor e procura defender os "seus" (nacionais, sectoriais ou institucionais) interesses. Num tal contexto, o lema da União Europeia (e um dos cinco símbolos – cuja inclusão no texto do Tratado de Lisboa acabou por ser inviabilizada por divisões internas) "unidos na diversidade" parece caminhar no sentido de "desunidos na adversidade" ou, na fórmula de Gorjão-Henriques (2008ª: 46) que reconvocamos, um "*agreement to disagree*"...

As únicas evidências sugerindo alguma concertação ou coordenação europeia têm vindo de onde, justamente, se impunha que não viessem. Com efeito, a Europa do Euro tem-se caracterizado por um imparável ascendente da Alemanha sobre os demais

[223] Gorjão-Henriques, 2008ª: 46.

parceiros. O centro franco-alemão ou, como muitos lhe chamaram, o (recentemente desfeito) eixo Merkozy[224], que dominou a Europa durante meia década, mais não foi do que um conjunto de convenientes aparências e subserviências. Em mais de uma ocasião, o Presidente Sarkozy viu-se forçado a alterar posições públicas anteriormente assumidas quando as mesmas divergiam das da Chanceler alemã Angela Merkel, situação só por si reveladora de quem detém o poder *de facto* na União Europeia.

Se já antes eram amiúde referidos inúmeros *deficits* na arquitectura institucional da União Europeia, as sucessivas crises surgidas a partir do Verão de 2007 parecerem contribuir decisivamente para o contínuo incremento dos mesmos. Nas páginas seguintes dedicar-nos-emos a uma sumária apresentação e reflexão acerca de dois aspetos deste problema: o défice democrático e o défice de comunicação.

[224] Referência a Angela Merkel e Nicholas Sarkozy, respectivamente líderes de Alemanha e França, que entre 2007 e Junho de 2012 (período que coincidiu com a derrota eleitoral do Presidente de França), se notabilizaram por uma enorme sintonia na condução das instituições europeias.

3.1 Breves Considerações acerca do Défice Democrático da União Europeia

Entre as fragilidades mais comuns apontadas ao projecto de integração europeia destacam-se, com excepção dos eleitos para o Parlamento Europeu, a falta de legitimidade directa dos responsáveis pelas instituições e, principalmente, excluindo-se uma minoria de Estados-Membros, o facto de os sucessivos Tratados das Comunidades e da União Europeia, não terem sido alvo de auscultação popular, bem como do necessário debate interno[225]. Esta é a perspectiva de Bowman (2006: 191-192). O autor lembra que, para fazer parte da União Europeia, um Estado tem de cumprir duas condições básicas: respeitar os direitos humanos e as regras democráticas. Porém, ao nível supra-estadual, a própria União não cumpre qualquer destes quesitos. Primeiro porque a própria UE ainda não formulou uma política comum de direitos humanos[226]. Depois porque, embora as instituições comunitárias influenciem decisivamente a vida quotidiana dos cidadãos, a verdade é que existem poucas evidências sugerindo que os indivíduos consigam influenciar o processo decisório da UE[227]. Boa parte dos problemas a este nível dizem respeito, segundo o autor, ao desenho das instituições comunitárias. Todavia, acrescentamos nós, (tese em que Mouchon (2005) parece acompanhar-nos), esta dificuldade talvez possa resultar igualmente

[225] O caso português é, aliás paradigmático, posto que, a população nunca foi chamada a pronunciar-se sobre qualquer destas questões: os portugueses não votaram a adesão às Comunidades, não ratificaram qualquer dos Tratados, não foram auscultados na decisão de integração na moeda única, e o escasso debate interno ocorrido, foi-o ao nível das elites.

[226] O Tratado de Nice foi incapaz de cumprir esta meta, igualmente inviabilizada pela reprovação na França e Países Baixos do Projecto que estabelecia um texto constitucional para a Europa. Recorde-se que a Constituição Europeia previa, na sua Parte II (arts. II-61.º a II-114.º), a reprodução, com algumas alterações pontuais, da "Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia" (Gorjão-Henriques, 2008ª: 98 e 103-104). Com o Tratado de Lisboa, a Carta dos Direitos Fundamentais foi relegada para um mero anexo, num exercício que Gorjão-Henriques (2008ª: 110, seguindo Pennera) apelidou de desaparecimento fictício. Compreendemos o posicionamento do autor, ainda que, não perfilhemos tal entendimento. É verdade que o Tratado de Lisboa não deixa de incluir no seu *corpus* a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Porém, a exclusão desta do corpo principal do texto do Tratado, bem como a própria incapacidade de os líderes europeus se "entenderem" relativamente a uma matéria tão essencial não pode deixar de merecer um reparo negativo.

[227] A este respeito, vd. Crombez (2003: 102) e a referência por si promovida à Convenção de 2003 a respeito da preparação das reformas institucionais necessárias no sentido do solucionamento do problema da legitimidade democrática para os próximos 20 anos, especialmente no período pós-alargamento.

da postura dos próprios agentes europeus. O autor (Mouchon, 2005: 1) faz referência ao desejo que as instituições da UE têm em alcançar um maior envolvimento dos cidadãos nos assuntos europeus mas, também, ao desconforto que sentem quando as populações exprimem, por exemplo através de referendo, uma vontade popular contrária ao projecto europeu[228]. O "Não" irlandês ao Tratado de Nice[229], repetido, posteriormente num segundo momento em 2008[230] relativamente ao Tratado de Lisboa[231], representa por si só um elemento paradigmático deste paradoxo. Num determinado momento foram indisfarçáveis, quiçá mesmo assumidas[232], as pressões a que as autoridades nacionais irlandesas foram sujeitas, no sentido de tomarem as iniciativas necessárias com vista à ratificação do Tratado de Lisboa.

Uma tal situação não pode senão constituir um estranho paradoxo. Por um lado, as instituições europeias investem anualmente várias centenas de milhões de euros em acções de comunicação e de divulgação do projecto europeu no sentido de motivar os cidadãos a participarem mais na construção política do continente. Quando, porém, as populações no exercício de um direito soberano (por meio de voto em referendo, ou através de qualquer outro expediente análogo) se pronunciam desfavoravelmente ao objectivo pretendido, são então pressionadas no sentido de tomarem a decisão "certa". Por duas vezes foi este o caso verificado na República da Irlanda, situação que se repetiu também com outros Estados-Membros em momentos diferentes.

Naturalmente que os sucessivos reveses que o projecto europeu vem conhecendo, de cada vez que as populações são convocadas a expressar a sua opinião, resulta não tanto de uma recusa do objectivo em si, antes sim, das debilidades que a mensagem europeia encontra em alguns países, especialmente entre os mais cépticos (ilhas britânicas

[228] Crombez (2003: 102) sublinhou a extrema relevância da questão da legitimidade democrática da UE, visto que, embora com o Tratado de Nice se tivesse procedido a uma reforma institucional importante, a mesma poderia, todavia, não ser suficiente para sustentar os mecanismos decisórios das instituições no momento em que se concretizasse o alargamento aos países de Leste. Ocorrências posteriores, nomeadamente as incidências em torno, por exemplo, da ratificação do Tratado de Lisboa na Polónia e na República Checa, parecem confirmar a previsão do autor.

[229] Vd. [em linha]: http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=785809 e; [em linha]: http://www.publico.pt/Mundo/tratado-de-nice-em-risco-com-nao-irlandes-actualizacao-26641.

[230] Vd. [em linha]: http://www.publico.pt/Mundo/ue-irlanda-rejeitou-tratado-de-lisboa-1332224 e; [em linha]: http://www.dw.de/dw/article/0,,3411142,00.html.

[231] Recorde-se que o Tratado de Lisboa teve de ser referendado duas vezes na Irlanda, apenas sendo ratificado na sequência de um segundo referendo. Vd. [em linha]: http://www.publico.pt/Mundo/governo-irlandes-assume-vitoria-do-sim-ao-tratado-de-lisboa-1403542; [em linha]: http://pt.euronews.com/2009/10/03/irlanda-diz-sim-ao-tratado-de-lisboa-em-referendo/ e; [em linha]: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1380778.

[232] Vd. [em linha]: http://expresso.sapo.pt/irlanda-recusa-pronunciar-se-sobre-segundo-referendo=f344180 e; [em linha]: http://expresso.sapo.pt/irlanda-cada-vez-mais-pressionada-a-votar-segunda-vez=f402949.

e países da Escandinávia, principalmente). Como sugere Mouchon (2005: 2) o desconhecimento quase geral dos cidadãos[233] relativamente aos modos de funcionamento da EU em muito contribui para tal situação. O Conselho de Ministros é uma entidade quase invisível, o protagonismo da Comissão é reduzido a uma estigmatização das decisões dos tecnocratas de Bruxelas, o Parlamento é conhecido pela sua sede em Estrasburgo e, vive um pouco ao sabor das eleições, relativamente às quais, a maioria do povo Europeu é indiferente. Mesmo as directivas da Comissão embora publicitadas são largamente desconhecidas mesmo entre os círculos profissionais a que se reportam.

Assim, retomando a tese anterior, o fenómeno a que assistimos parece resumir-se essencialmente no seguinte: por um lado a União *só* é constituída por estados democráticos, posto que esta é uma condição essencial para que qualquer pedido de adesão seja aceite pelos restantes parceiros; por outro, a capacidade que os cidadãos nacionais têm de influenciar o processo democrático, ao nível supra-nacional, é, na realidade, quase (senão mesmo) nula. Conforme vimos no caso dos referendos irlandeses, a vontade popular acaba por ser contrariada (ou pelo menos não inteiramente respeitada) quando o resultado obtido não corresponde ao que se pretendia.

Acresce ao referido no parágrafo anterior, a percepção generalizada (a qual tem origem em sucessivos e recorrentes sinais dados pelos responsáveis políticos) que a acção e as decisões da União Europeia são, na sua globalidade, fortemente condicionadas por um directório de países, cuja face mais visível, nos últimos cinco anos, consistiu na aliança franco-germânica protagonizada pelos respectivos líderes. Na verdade, foram relatadas na comunicação social, ao longo deste período e em diferentes ocasiões, mini-cimeiras entre o ex-governante francês Nicholas Sarkozy e a chanceler alemã Angela Merkel[234], as quais visavam a definição de uma estratégia comum a apresentar (o termo impor também foi empregue amiúde) nas diferentes cimeiras europeias. Não será descabido, mesmo que a nível do senso comum, pressupor que a verificação deste tipo de episódios teve necessariamente como consequência a generalização, entre os cidadãos, de um

[233] E não só. Veja-se a este respeito o trabalho de Anderson e McLeod (2004) a respeito das falhas de comunicação do Parlamento Europeu e Moravcsik (2002: 605 e ss.).

[234] Vejam-se alguns exemplos de Cimeiras realizadas, durante o ano de 2011, entre o Chefe de Estado de França e a Chanceler da Alemanha: [em linha]: http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=1952858; [em linha]: http://expresso.sapo.pt/cimeira-merkel-sarkozy-adia-decisoes=f679297; [em linha]: http://www.publico.pt/Mundo/merkel-e-sarkozy-discutem-hoje-propostas-para-a-cimeira-europeia-1523779; [em linha]: http://visao.sapo.pt/merkel-e-sarkozy-chegaram-a-acordo-sobre-novo-resgate-grego=f613862; [em linha]: http://visao.sapo.pt/uecimeira--merkel-sarkozy-vao-negociar-reestruturacao-grega-com-banqueiros=f629964; [em linha]: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1775905.

sentimento de défice democrático, visto que, a realidade de facto não corresponde, de todo, à arquitectura institucional da União.

Por fim, Crombez (2003: 102) reporta ainda uma fonte adicional susceptível de contribuir para o sentimento de défice democrático identificado por diversos agentes (investigadores/académicos, políticos, jornalistas). A ausência de mecanismos de responsabilidade democrática no interior das instituições da União Europeia resulta num fenómeno que é dificilmente compreensível pelo cidadão eleitor. Esta mesma questão foi ainda recentemente suscitada pelo eurodeputado britânico Nigel Farage, o qual criticou ferozmente os decisores europeus[235].

Se limitássemos a nossa reflexão a estes episódios e àquelas que têm sido as práticas mais recentes das instituições comunitárias, seríamos tentados a concluir pela existência de um profundo défice democrático no seio da União Europeia. Porém, este é apenas um lado da equação.

Crombez (2003: 103-104) propõe, na sua análise ao fenómeno do défice democrático, um itinerário que seguimos igualmente. Importa, desde logo perceber, do que falamos afinal quando nos referimos ao défice democrático. Estabelecido esse ponto, o passo seguinte será aferir até que ponto poderemos reportar, no quadro institucional da União Europeia, a existência de uma tal lacuna. Neste particular é, pois, possível seguir uma de duas vias alternativas. No primeiro passo, poderemos optar entre duas perspectivas de análise. Uma que parte dos efeitos a jusante, olhando para os resultados, isto é, compara-se o *corpus* legislativo e regulatório que emerge do processo político encontra correspondência naquilo que os votantes pretendiam. A outra hipótese é observar a montante do processo e aferir se os cidadãos se encontram adequadamente representados e, também, saber até que ponto dispõem da capacidade de influenciar o processo político.

Na análise que empreendeu ao problema do défice democrático Crombez (2003: 106) apresenta um modelo de análise que contrapõe os diversos modelos de arranjo institucional (via de regra, federações) com o modelo da União Europeia. Assim, refere um Parlamento bicamaral (composto por uma câmara alta que representa os estados e uma câmara baixa que representa o povo) e um executivo (que é eleito por uma das, ou por ambas as, câmaras). Nas páginas seguintes, o autor analisa, descrevendo-os detalhadamente, todos os modelos em estudo, concluindo que "[...] este não é um arranjo institucional invulgar e de modo algum um que seja inerentemente anti-democrático"

[235] Vd. [em linha]: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=dLf0wfMFOaw.

(Crombez, 2003: 111, tradução nossa). Na verdade, "[a] UE dispõe de uma legislatura bicamaral, e um executivo designado por ambas as câmaras da legislatura. [...] Se existe um défice democrático na UE que é significativamente maior que noutros sistemas políticos, se a política da UE tende a estar muito afastada do votante médio da UE, não é por conseguinte um resultado do arranjo institucional da UE, nem é uma consequência do procedimento legislativo que as instituições usam. Pode, contudo, existir um elemento no desenho específico das instituições, na alocação de lugares entre os Estados-Membros, que resulte em políticas não democráticas" (Crombez, 2003: 111, tradução nossa). O autor, argumenta inclusive que, com excepção do monopólio da iniciativa legislativa que está confiado à Comissão Europeia[236], não existem diferenças substanciais entre a arquitectura institucional da UE e dos Estados Unidos, não sendo aquela menos democrática do que estes. No entanto, tal não significa que melhorias não possam ser introduzidas no sistema democrático da UE, área à qual o autor dedica também alguma atenção.

No mesmo sentido, Moravcsik (2002) pensa que, ao contrário do que é habitual referir-se, a União Europeia representa, com efeito, um modelo que não carece das insuficiências de legitimidade que lhe são habitualmente apontadas. "As suas instituições (escreve o autor, 2002: 603, tradução nossa) estão constrangidas por apertados poderes e contra-poderes constitucionais: mandatos estreitos, limites fiscais, requerimentos de votação concorrentes e super-maioritários e separação de poderes"[237]. Esta aparência excepcional do edifício comunitário é reflexo do sub-conjunto de funções que desempenha: banca central, atribuições constitucionais, litigância civil, diplomacia económica e administração tecnocrata, matérias menos relevantes em termos eleitorais e que são até delegadas nos sistemas nacionais. Crombez (2003: 102) lembra a este propósito que, embora, por um lado, o desenvolvimento de um dispositivo de maioria qualificada mais apertado/exigente e uma Comissão mais alargada possam contribuir para uma diminuição do défice democrático, tais expedientes poderão, ao invés, conduzir a uma perda de eficácia ao nível decisório. Por outro lado, o maior peso relativo de países mais pequenos na ponderação dos votos no Conselho, no Parlamento, e na Comissão, poderão suscitar

[236] Monopólio que, no âmbito do Tratado de Lisboa a Comissão perdeu claramente. Vd. Gorjão-Henriques, 2008ª: 186.

[237] Moravcsik perspectiva que estas questões são agora importantes uma vez que os Tratados da década de 1990 procuraram introduzir um equilíbrio institucional no seio da União, assumindo-se como textos constitucionais de facto, ainda que, os Tratados de Amsterdão e de Nice tenham falhado justamente esse propósito. E, acrescentamos nós, o texto que desde o início foi desenhado com esse propósito não logrou alcançar o voto favorável dos povos francês e alemão.

dúvidas a respeito da legitimidade democrática, nomeadamente no tocante à proporcionalidade da representatividade de cada cidadão[238].

O registo de Moravcsik apresenta uma leitura amplamente positiva do projecto europeu, bem como das realizações até então conseguidas, uma vez que refere que serão apenas necessários pequenos ajustes no sentido do aprofundamento da política externa, cooperação judicial e política monetária. Por outro lado, o autor entende igualmente que nenhuma destas pequenas reformas alterará substancialmente o projecto de integração e que era então possível discernir os primeiros sinais de uma constituição Europeia a qual, na sua opinião, serviria justamente para evitar crises futuras.

Dez anos volvidos constatamos quão optimistas e distanciadas da realidade estavam estas teses de Moravcsik[239]. Não apenas, em nosso entender, as realizações alcançadas até ao início do século XXI se revelavam insuficientes, como o alargamento a Leste, primeiro, e a crise iniciada em 2007 colocaram a nu as inúmeras fragilidades de que padece este projecto. Com efeito, no seu comentário semanal[240], Marcelo Rebelo de Sousa, assinalou aquilo que, para muitos[241], parece já uma evidência: a União Europeia deixou de ser um projecto de solidariedade para, acrescentamos nós, se assumir como uma vasta constelação de egoísmos nacionais em aguerrida competição.

Retomando o itinerário proposto por Moravcsik, o autor diz-nos que, tanto as negociações políticas, como os debates académicos têm-se centrado em torno da questão

[238] Veja-se, a título meramente exemplificativo o peso relativo de um deputado europeu alemão quando comparado ao de um deputado europeu luxemburguês. O primeiro representa muitos mais votos (leia-se, cidadãos) do que o segundo. Senão veja-se: não obstante a Alemanha dispor, em termos absolutos, de um conjunto mais numeroso de parlamentares do que o Luxemburgo (99 contra 6, respectivamente), a população alemã ronda os 82 milhões de habitantes, enquanto a do Luxemburgo não ultrapassa 0,5 milhões. Deste modo, em termos relativos, cada eurodeputado alemão representa mais de 0,8 milhões de cidadãos europeus. Aproximadamente dez vezes mais do que os cerca de 0,08 milhões que cabem a cada deputado europeu do Luxemburgo. Encontramo-nos, por conseguinte, em presença de uma potencial fonte de défice democrático.

[239] Nunca como antes, escreve o investigador (2002: 604), um projecto político conheceu um tão prolongado e intenso debate, a vários níveis, no sentido de decidir qual fórmula/estrutura constitucional (federação ou união de estados) a adoptar. Naturalmente que, embora fossem, à data, evidentes sinais apontando para a tibieza institucional do projecto europeu, as mesmas não eram então tão evidentes como o são hoje. Ademais, diríamos que a integração europeia foi concebida de forma ingénua e leviana, parecendo actualmente que, nas fases anteriores não foram previstas situações de crise e conflito entre os Estados-Membros como aquelas com que agora nos confrontamos. A ideia que parece resultar é a de um projecto político desenvolvido tendo por base um acordo de cavalheiros. Hoje, porém, não apenas mudaram os "cavalheiros" como, a acção destes, está sujeita a um escrutínio popular como nunca antes se verificara.

[240] O qual teve lugar na Televisão Independente (TVI) em 22 de Julho de 2012. Vd. [em linha]. http://www.tvi.iol.pt/programa/4295/videos/156659/video/13669542 (36'30" em diante). Em idêntico sentido Henrique Medina Carreira e João César das Neves no programa "Olhos nos Olhos" de 23 de Julho de 2012. Vd. [em linha]: http://www.tvi24.iol.pt/programa.html?prg_id=4407.

[241] O próprio registo da intervenção do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, no Parlamento Europeu, do qual atrás demos conta, é um excelente exemplo desta percepção.

de saber até que ponto se encontra democraticamente legitimada a acção da União Europeia. Muitos falam num défice democrático, percepção que é aumentada pelo facto de falarmos de uma organização que apresenta um escopo continental que, naturalmente, aparenta estar distante de cada cidadão em concreto. A ausência de uma história e cultura comuns, e a sua formação multinacional apenas contribuem para o aumentar de uma tal ideia. Também o facto de apenas uma minoria dos decisores comunitários serem directamente eleitos pelos cidadãos (no caso, o Parlamento Europeu) ajudam a cimentar um tal sentimento. Acresce ainda que a Comissão Europeia é vista como um conjunto de tecnocratas, o Conselho de Ministros é vulgarmente apresentado como o órgão no qual os Ministros dos Estados se reúnem para tomarem decisões mais ou menos secretas e o Tribunal de Justiça é estranhamente poderoso (Moravcsik, 2002: 604-605). Por fim, o conjunto das instituições comunitárias, refere o autor, parece configurar, ao nível fiscal, social e económico, um retrocesso para os modelos do século XIX. Esta ideia é sustentada pelo facto de a União apresentar uma integração fiscal fraca, um estado social em regressão e um modelo económico de inspiração neo-liberal, sendo que a função essencial do estado moderno, i.e., a promoção de um efeito equalizador entre todos os cidadãos (tanto nas oportunidades de vida, como na socialização do risco enfrentado pelos cidadãos individuais), está largamente por cumprir no espaço da União Europeia. Por tais razões, e principalmente porque a legitimidade democrática do capitalismo reside justamente nesse efeito equalizador, é também usual relacionar-se estes factores com um nível de legitimidade democrática diminuído.

Moravcsik argumenta, contudo, que, nenhuma destas características diminui a legitimidade democrática das instituições comunitárias, e entende que, que as críticas que são dirigidas à UE são-no, porque os investigadores tendem a olhá-la a partir do modelo Westminster[242] e de uma forma utópica de democracia deliberativa incompatíveis com a dimensão e o escopo da União Europeia. Muitos analistas criticam o excesso de delegação de poderes, esquecendo-se que, na sua forma actual, essa é já uma prática corrente mesmo no interior dos estados nacionais que têm autoridades de controlo, supervisão e regulação vária (na banca, na energia, na saúde, na justiça, etc.). O autor não partilha destes entendimentos, defendendo, ao invés que o paradigma comunitário é até bem pragmático, sendo que estão bem definidas, entre as entidades supranacionais e as estaduais o nível de actuação de cada uma delas.

[242] Mais informação, vd. [em linha]: http://www.sccs.swarthmore.edu/users/08/ajb/tmve/wiki100k/docs/Westminster_system.html.

Andrew Moravcsik critica a profunda ignorância dos tablóides britânicos a respeito dos assuntos comunitários que, regra geral, se referem ao projecto europeu como uma déspota burocrática sedeada em Bruxelas[243]. O académico lembra, de igual modo que, a noção de um super-estado (outra das qualificações que é comum encontrar-se reproduzida nos jornais britânicos) não passa, na realidade, de um mito (Moravcsik, 2002: 606-607), dadas as especificidades próprias do sistema europeu, baseado numa democracia de consenso (muito para lá dos constrangimentos que encontramos nos sistemas nacionais, inclusive, nos de matriz federal). Ora, isto dá origem a uma estrutura de inspiração confederal (Moravcsik, 2001, *apud* Moravcsik 2002: 607; Elazar, 2001, *apud* Moravcsik 2002: 607), onde a deriva de um super-estado não é de todo, na sua perspectiva, concebível. Desde logo porque a acção das instituições comunitárias surge restringida pelos próprios tratados e incide principalmente sobre a regulação das externalidades resultantes da actividade económica transfronteiriça (Moravcsik, 2002: 607). O autor reconhece existirem naturalmente inúmeras outras áreas nas quais se sente a acção dos diferentes organismos da União. São, porém, zonas em que essa influência se faz sentir de um modo muito, recorrendo aos conceitos empregues pelo próprio, modesto e limitado.

Outro domínio em que Moravcsik entende ser possível aferir-se da influência limitada da União Europeia é ao nível fiscal. Com efeito, a União apenas arrecada cerca de dois a três por cento daquilo que os estados nacionais e as regiões com autonomia dispõem de orçamento para gastar. Na verdade, o financiamento das instituições comunitárias não ultrapassa, (segundo a tese do autor) 1,3% do PIB dos estados nacionais. Paralelamente a afectação destas verbas, em programas e fundos de apoio, resulta de um entendimento unânime dos Estados-Membros (Moravcsik, 2002: 608).

Note-se, de igual modo, que, a somar às exigências necessárias para a aprovação de uma qualquer disposição há, ainda, em muitos casos, lugar a uma ratificação horizontal (pelas próprias instituições comunitárias) e também vertical (nas instâncias nacionais). Como escreve o autor "[p]ara legislar, a Comissão tem de propor; o Parlamento tem de consentir; se o resultado for então questionado, o Tribunal tem de aprovar; os parlamentos nacionais ou os governos têm de transpor para a lei nacional; e as burocracias nacionais têm de implementar. Mesmo *dentro* de cada ramo ou nível da governança da UE, encontramos um pluralismo extraordinário. A Comissão é ela própria um executivo plural

[243] No mesmo sentido, Anderson e McLeod (2004: 898), referem que muitos políticos, académicos e jornalistas notaram, por diversas vezes, existir um conjunto de factores que tornam mais difícil que, em certos países (por exemplo no Reino Unido), a imprensa e o público se interessem pelos assuntos comunitários. Isto deve-se a questões que incluem, entre outras, a natureza complexa do processo de decisão do PE, o tempo substancial que, via de regra, demora esse procedimento, ou, também o facto de, num sem número de áreas chave, carecer ainda de poder efectivo.

[...]. O PE requer maiorias não usuais para agir [...]" (Moravcsik, 2002: 610, tradução nossa, itálico no original). Daqui se conclui que qualquer acção, no seio das instâncias comunitárias exige cumulativamente uma super-maioria de representantes nacionais, uma super-maioria de tecnocratas europeus e ainda o acordo de juízes e parlamentos (europeu e nacionais).

Um dos principais argumentos a favor da tese do défice democrático diz respeito à questão da participação dos cidadãos nesse processo. Ora, contrapõe Moravcsik (2002: 611, tradução nossa), "[…] a EU emprega dois mecanismos robustos: representatividade directa por via do PE e representatividade indirecta por via dos decisores nacionais eleitos". Acresce inclusive que, nas últimas décadas, o Parlamento Europeu tem vindo a adquirir maior protagonismo no processo legislativo da União, actuando, desde o Tratado de Lisboa, como um verdadeiro co-legislador, podendo não apenas bloquear iniciativas legislativas de outros órgãos, como inclusive, rejeitar a ratificação de Tratados Internacionais, como recentemente sucedeu com o ACTA. Por outro lado, escreve o autor, se o Parlamento Europeu fosse o único instrumento de representação ao serviço dos cidadãos, talvez se pudesse falar de défice democrático. Porém, como bem se sabe, nota Moravcsik (2002: 612), as principais decisões são tomadas pelo Conselho (de Ministros) e no Conselho Europeu, órgãos nos quais têm assento os líderes dos países que foram sufragados nacionalmente. "Com 20 Comissários e os seus colaboradores, 15 delegações nacionais, mais de 600 parlamentares[244], centenas de ministros nacionais e milhares de funcionários nacionais, escrutínio parlamentar *ex ante* em alguns países e escrutínio parlamentar *ex post* em quase todos, e finalmente a necessidade da implementação administrativa doméstica, não se poderá falar de monopólio de informação na UE" (Moravcsik, 2002: 613, tradução nossa, itálicos no original). Embora o autor reconheça existirem alguns aspectos da legislação e das negociações que são mantidos em segredo e escapam ao escrutínio popular, a verdade é que sublinha, idênticos expedientes são também comuns ao nível doméstico.

Somos, por conseguinte, na linha de Crombez e Moravcsik, levados a concluir que o tema do défice democrático europeu, em termos formais, pelo menos, não passa de um mito, mesmo que, no funcionamento *de facto* das instituições comunitárias surjam, aqui e ali, casos concretos que indicam uma menor eficácia do processo democrático. Os

[244] À data deste registo de Moravcsik o Parlamento Europeu era composto por 626 parlamentares. Entretanto, com o alargamento a Leste de 2004, o seu número foi elevado para 732. Actualmente (Julho de 2012), na vigência do Tratado de Lisboa, contam-se 754. Mais informação, vd. [em linha]: http://www.europarl.europa.eu/portal/pt#missinglink; [em linha]: http://docbase.parlamento.pt/multimedia/docs/nice/ftematicas/ft12.htm.

exemplos a que aludimos (mormente os referendos irlandeses para ratificação dos Tratados de Nice e Lisboa e o directório/entendimento franco-alemão dos últimos cinco anos), ainda que se afastem do espírito democrático da União e, pese embora, a sua ampla mediatização nos media, pensamos não poderem ser tomados como a regra, antes como excepções que urge corrigir.

Por outro lado, deve igualmente registar-se o esforço que as instituições comunitárias, mas também muito frequentemente (embora, por vezes a competição dos interesses nacionais possa sugerir o contrário) os governos nacionais, têm colocado no progressivo desenvolvimento de uma União mais democrática e próxima dos cidadãos. O caso do Parlamento Europeu, sufragado directamente pelos cidadãos desde 1979, bem como o sucessivo reforço dos seus poderes a cada revisão dos Tratados, não pode ser ignorado. Ainda recentemente, numa posição inédita, o PE, como de resto já referimos, deu provimento às dúvidas, protestos e aos milhões de assinaturas recebidas dos cidadãos europeus, impedindo a entrada em vigor do polémico ACTA. Não podem existir, deste modo, dúvidas quanto à natureza democrática das instituições comunitárias. Deve, isso sim, reconhecer-se que estamos perante um projecto em construção e, por conseguinte, sempre susceptível de correcções e melhoramentos.

Um desses ajustes poderia passar, segundo o Movimento Federalista Europeu, por um lado, pelo aprofundar da integração europeia e, por outro, pela definição de um modelo institucional capaz de garantir a coesão e solidariedade entre os Estados Membros. Num registo de 2001[245], os adeptos deste paradigma organizacional apresentam como vital o abandono do actual método comunitário (a tal figura híbrida de terceira via que resulta de um conjunto de concessões entre as filosofias federal e confederal) e a adopção, sem estigmas da arquitectura federal[246].

[245] Movimento federalista europeo (2001). *The Federalist*, Volume 43. EDIF. [em linha]: http://www.thefederalist.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=570&lang=en.

[246] Trata-se de um manifesto federalista aplicável, não apenas na Europa, mas a todo o mundo. Deste documento destacamos algumas ideias-chave: a) a federação europeia é essencial. Se um conjunto de países tão diferentes venceu as suas diferenças, então todos os povos poderão conseguir o mesmo; b) os EUA contribuíram muito para o avanço do Homem e do mundo. Imagine-se, por isso, os resultados conseguidos tendo por base duas federações continentais; c) a UE seria uma segunda federação a juntar aos EUA no sentido do fim último que passa pela instituição de uma federação global; d) pense-se no que poderia resultar de um falhanço da federação europeia. Estaríamos, por certo, ante um retrocesso à Idade Média mas, uma Idade Média, na qual o homem tem a capacidade e os meios (armas) para se aniquilar; e) a federação europeia é um passo para uma federação global, para um mundo baseado no direito, na lei, na justiça e não na guerra. f) A federação europeia, como antecâmara da federação mundial é um passo decisivo em frente no desenvolvimento da humanidade; g) Há muitos exemplos de organizações federais internacionais/globais, especialmente na área das ONG.

Para Bowman (2006) a posição dos federalistas europeus resume-se na criação de um modelo largo de formação da vontade popular, o qual terá, necessariamente, de ser antecedido pela constituição de uma identidade europeia, a qual, como sabemos, está ainda longe de ser uma realidade, sequer em construção. Esta perspectiva visa, por meio de mecanismos supra-nacionais de produção legislativa, a instituição de um quadro de vontade soberana capaz de se sobrepor à vontade individual dos Estados. Para que tal possa vir a ser uma realidade, além da já referida constituição de uma identidade comum, terão de ser igualmente definidos, de forma clara e inequívoca, quadros de actuação/jurisdição das autoridades administrativas estaduais e comunitárias. Igualmente essencial será o esclarecimento das populações acerca destes mecanismos[247].

Ora, um dos principais problemas da configuração actual da União Europeia é justamente o excessivo protagonismo de que gozam as diferentes dimensões nacionais, designadamente o Estado e a identidade. Na verdade, os estados nacionais têm ainda, no figurino corrente da União, demasiado poder, o que explica também, estamos em crer, a recusa/resistência dos estados nacionais na transferência de soberania para as instituições supra-nacionais. Esta é, contudo, uma etapa essencial. Pensamos, por outro lado, que alguns aspectos das identidades nacionais terão de enfraquecer para que, em seu lugar, possa crescer uma identidade europeia. Já atrás referimos que os vínculos de identificação se constroem a partir de um duplo mecanismo de aceitação/recusa, de identificação/não identificação, isto é, de aceitação face ao grupo no qual nos incluímos e de recusa do outro. Diríamos, em suma, que a identidade se constrói muito a partir de uma confrontação permanente entre a mesmidade e a alteridade. Deste modo, não cremos ser possível a emergência de uma identidade europeia, enquanto os demais povos europeus nos surgirem como *os outros*.

Em jeito de súmula ao problema que nos acompanhou ao longo das últimas páginas, diríamos que a eventual existência de um défice democrático no quadro da União Europeia não nos parece, pelo já atrás exposto, encontrar correspondência na realidade dos factos. Convirá acrescentar ainda que dada a arquitectura muito peculiar dos diferentes órgãos, bem como os desenvolvimentos (ou, se preferirmos, reconfigurações institucionais) levados a efeito ao longo das últimas três décadas, o défice democrático terá, pelo contrário recuado. Um bom testemunho será a confrontação entre uma Comissão (em clara e

[247] O processo de integração europeia tem sido animado, como de resto já por variadas vezes referimos, desde os seus antípodas, pelo diálogo interminável entre as teses federalista e confederalista. Diferentemente dos primeiros, os segundos, marcadamente euro-cépticos não concebem a possibilidade de as organizações supra-estaduais poderem produzir, de forma autónoma, legislação. Defendem, pelo contrário que as tradições de resposta ao défice democrático levadas a cabo pelos Estados-Membros sirvam de modelo para as instituições comunitárias.

sucessiva perda de influência no âmbito do edifício comunitário) e um Parlamento (em permanente conquista de poderes e atribuições). E, se a primeira foi, na sua génese, um órgão marcadamente federal, no caso do Parlamento Europeu, desde 1979 que a sua eleição se faz por sufrágio directo e universal entre os cidadãos da União. É certo que o Governo da União (i.e., a Comissão) ainda não é eleita directamente pelos cidadãos (impõe-se a pergunta: em qual dos Estados-Membros o é?); é igualmente certo que o Presidente (do Conselho Europeu) carece também de legitimidade obtida a partir da escolha popular (em vários dos Estados-Membros – Alemanha, por exemplo – o Presidente é eleito pelo Parlamento e não directamente pelos cidadãos); mas, a verdade é que, subscrevemos a tese, tanto de Crombez, como de Moravcsik, quando os autores sugerem que o défice democrático na União Europeia (já de si um mito ao invés de uma realidade concreta) está, por meio do reforço sucessivo dos poderes do Parlamento Europeu, a recuar.

A questão do défice democrático pensamos, poderá estar mais ligada às deficiências e lacunas várias, ao nível da política e instrumentos de comunicação das entidades comunitárias, do que ao desenho/arquitectura institucional do edifício europeu. É desse assunto que nos ocuparemos em seguida.

3.2 Considerações acerca do Défice de Comunicação da União Europeia

Conforme decorre do atrás exposto, quando nos reportámos ao tópico do défice democrático no âmbito da União Europeia, esta questão tende a resultar mais de um sentimento de afastamento dos cidadãos face aos processos de decisão comunitários do que de uma efectiva configuração das instituições que exclui a participação das pessoas, ou que divirja substancialmente de outras experiências análogas. Com efeito, diferentes estudos atribuem tal percepção a uma política de comunicação europeia que nem sempre se revela eficaz na prossecução dos seus objectivos. Seja porque os Estados nacionais tendem a "atirar" para, *grosso modo*, a Europa a responsabilidade pelas decisões difíceis que têm de tomar ao nível interno[248]; seja porque as entidades europeias têm, de algum modo, sido negligentes e pouco pró-activas na tarefa de envolver os cidadãos no projecto europeu[249]; seja, em última análise, porque as pessoas não estão particularmente motivadas ou mesmo de todo receptivas para assumirem um papel mais interventivo neste processo, a verdade é que caberia aos órgãos de comunicação dar voz à Europa e promover a participação de todos. Veja-se a este respeito o testemunho de Gil Baptista Ferreira (*In* Esteves (org.) 2008: 84), segundo o qual,

> "[…] verifica-se que, à medida que a União Europeia vem assumindo, nos anos mais recentes, um papel crescente no quotidiano das pessoas dos Estados membros, é acusada de continuar ainda longe de fornecer um mecanismo de identificação que afecte o corpo cívico enquanto todo. Um aspecto que se afigura preocupante refere-se ao facto de que o aumento da legitimidade formal das instituições europeias, efectivado pelos tratados de Maastricht e de Amesterdão, parece ir lado a lado com uma diminuição na legitimidade da integração europeia aos olhos a opinião pública".

[248] Comissão Europeia, 2005: 3. Fenómeno que, seguindo Ana Lúcia Terra (2008: 254), encontra as suas raízes na década de 1980, altura em que eram já notórios os conflitos entre as agendas europeia e nacionais.

[249] Veja-se a este respeito o estudo conduzido por Terra (2008), especialmente as pp. 292-293, 296-307, 365-369, 373-393. A autora promove um trabalho de âmbito histórico que abarca os sucessivos relatórios das instituições comunitárias a propósito do défice de comunicação da União Europeia, desde a década de 1980, bem como às soluções que, no período *sub judice*, pouco ou nada mudaram. A novidade neste discurso, nos anos mais recentes, é, como adiante veremos, a ênsafe colocada nas ferramentas da sociedade da informação.

A noção de esfera pública definida na década de 1960 por Habermas assume, hoje, no quadro da discussão acerca da integração europeia, um papel central. As próprias discussões posteriores de Habermas (2001) sobre a Europa e o patriotismo constitucional apontam para a necessidade de reforma constitucional sugerindo que, nessa reforma, as «normas democráticas ou constitucionais» serão interpretadas e negociadas na interacção social. Na sua proposta, os cidadãos não se limitam a identificar-se com as normas abstractas estabelecidas na Constituição, mas apropriam-se delas e interpretam-nas no contexto da sua história e em função dos seus horizontes ético-políticos.

É no seguimento deste trabalho que vários investigadores vêm reflectindo acerca da emergência de uma esfera pública que transcende as fronteiras nacionais, devido justamente ao facto de os assuntos públicos se terem também sobreposto às barreiras políticas (Os, *et al.*, 2007: 757). No entanto, impõe-se perceber, mais em concreto, este fenómeno: será que assistimos ao nascimento de uma esfera pública à escala europeia, i.e., verdadeiramente supranacional ou, estamos, pelo contrário, perante um processo de europeização das esferas públicas nacionais (ou seja, ante uma situação em que o discurso europeu e os temas europeus têm vindo a invadir cada um dos espaços públicos dos Estados-Membros)?[250]. Vários académicos pensam que estamos perante este segundo cenário, uma vez que não existem partidos políticos ou grupos de interesse supra-nacionais, não existem meios de comunicação europeus, não existe uma identidade europeia e, por último, é bem conhecida a manta de retalhos linguística da Europa. Esta situação pode ser assim resumida: "Outros, académicos mais recentes, consideram esta visão acerca do que constitui uma esfera pública europeia demasiado restritiva, e baseada numa imagem idealizada de uma quase esfera pública nacional homogénea, que seria então replicada ao nível europeu [...]. De acordo com Koopmans e colegas, por exemplo, esta visão 'pressupõe um grau de homogeneidade linguística e cultural e centralização política que não pode ser encontrada em muitos estados-nação democráticos que funcionam bem"[251] (Os *et al.* 2007: 757, tradução nossa). Um dos exemplos apontados por estes autores é o caso da Suíça que foi capaz de criar uma esfera pública nacional, não obstante existirem três grupos linguísticos distintos e não se encontrarem jornais de carácter nacional.

[250] Um amplo conjunto de autores (entre os quais Eder e Kanter, 2000 e Gerhards, 2000, referidos em Os, *et al.*, 2007: 758) referem que, para se poder falar de uma europeização da esfera pública, é necessário avaliar o discurso a partir de uma perspectiva que vá para lá do mero interesse nacional de cada actor. Outros acrescentam ainda que, além de comunicar temas europeus, é necessário que estes intervenientes comuniquem também a partir de uma perspectiva europeia. Vd. a este respeito também as considerações de Margarida Marques a que já atrás (Capítulo 1, nota 91, p. 84) fizemos referência.

[251] No mesmo sentido Terra, 2008: 296 e ss.

Assim, estes investigadores colocam a ênfase na existência de debates públicos paralelos (Os *et al.*, 2007: 757) por toda a Europa como indicador da existência de uma esfera pública Europeia. Deste modo, uma esfera pública europeia terá de ser considerada uma construção social produzida por meio de práticas discursivas. Como escreve Risse (2003, *apud* Os *et al.*, 2007: 758) "[...] uma esfera pública europeia não cai do céu e não pré-existe fora do discurso social e político. Ao invés, está a ser construída através de práticas sociais e discursivas criando um horizonte de referência comum e, ao mesmo tempo, uma comunidade transnacional de comunicação acerca de assuntos que nos preocupam 'como europeus' em vez de como ingleses, franceses, alemães ou neerlandeses".

No entanto, e segundo a perspectiva de Peters (2004), as esferas públicas nacionais têm-se revelado espantosamente resilientes contra as tentativas de criação de um espaço Europeu. Segundo este autor, as noções de espaço público que têm por base a teoria habermesiana não dizem respeito aos aspectos da cultura popular ou sequer à mera distribuição de informação. Pelo contrário: o verdadeiro objecto é a discussão e debate públicos e a formação da opinião. O debate relaciona-se com a apresentação de argumentos, análises, avaliações, críticas, entre outras. Estes debates públicos, tanto podem ocorrer, nesta óptica, no âmbito de encontros informais, como no contexto de reuniões formais. Por outro lado, o debate público não se circunscreve ao mero diálogo político, em sentido estrito, posto que, há muitos outros debates importantes que entrecruzam várias outras áreas como, por exemplo, a reflexão social, cultural, sobre o passado e o futuro, o diagnóstico sobre o presente, as quais não implicam necessariamente a decisão política.

Poderemos, na opinião de Peters (2004: 4), falar de um discurso comum numa determinada região, por exemplo, a Europa, apenas quando se verificam fluxos comunicacionais e trocas transfronteiriças de ideias, livros, periódicos, artísticos, filmes e outros artefactos culturais:

> "Para se falar de um espaço público *europeu* requer-se o preenchimento de pelo menos duas condições adicionais. Primeiro, tais fluxos de comunicação *dentro da Europa*, ou mais precisamente, entre os Estados-Membros da União Europeia e os seus públicos respectivos terão de ser *marcadamente mais densos* do que os fluxos de comunicação fora das fronteiras da UE [...]. E segundo, deve haver algo como uma *identidade pública comum* como pano de fundo para os debates. [...] Uma condição crítica para uma genuína europeização dos debates públicos seria o alargamento do imaginado "nós" colectivo para lá das fronteiras nacionais [...] – e possivelmente também uma importância crescente das dissociações correspondentes [...]" (Peters, 2004: 4, tradução nossa, itálicos e aspas no original).

Dito de outro modo, o que Peters entende necessário é a verificação cumulativa de três condições: 1) a existência de, *grosso modo*, trocas culturais entre os diferentes Estados-Membros; 2) que esses fluxos sejam mais intensos no interior do espaço comunitário quando em comparação com o exterior dessas fronteiras, e; 3) que a comunidade imaginada de que nos fala Anderson transcenda as fronteiras nacionais e se fixe no espaço geográfico correspondente ao da União.

Por seu lado, Maximillien Conrad (2005) refere que, no plano meramente abstracto, o conceito de esfera pública parte de uma noção espacial aludindo ao espaço social no qual as interacções comunicacionais têm lugar. Este espaço pode, na perspectiva de Habermas, aqui também recuperada por Conrad (2005: 3), assumir muitas formas. Longe de ser uma instituição, refere, a esfera pública é melhor definida como uma rede, altamente complexa, de interacções comunicacionais. "Uma estrutura comunicacional enraizada na vida quotidiana através da rede associada da sociedade civil" (Habermas, 1998: 359, *apud* Conrad, 2005: 2, tradução nossa).

A esfera pública, enquanto espaço social para o exercício da comunicação pública, pode desenhar-se, segundo ainda Habermas, a partir de níveis de abstracção muito diferenciados, desde os mais espontâneos (encontros casuais na rua, bares ou cafés[252]) até aos mais elaborados, organizados especificamente como eventos públicos. Nos meios de comunicação encontramo-nos perante uma arena discursiva inteiramente abstracta, posto que, os "oradores" dirigem-se a uma audiência virtual.

Importa, neste contexto, procurar perceber se um tal espaço comunicativo se está ou não a desenvolver no âmbito da União Europeia. E, no caso afirmativo, a que velocidade? Peters (2004: 4) sugere que os resultados são escassos, inconclusivos e parcialmente contraditórios. Na verdade, refere o autor que as investigações levadas a cabo na Universidade de Bremen apontam para, no melhor dos cenários, a velocidade de concretização de um tal espaço seja muito reduzida. De facto, "[...] um "nós" comum europeu como um fundo permanente ou ponto de referência dos debates públicos na realidade não existe" (Peters, 2004: 4, tradução nossa, aspas no original). Isto não implica, porém, que em certas áreas segmentadas não se possa falar já de um discurso europeizado. Peters aponta o caso da imprensa financeira[253] que se tornou particularmente

[252] A mesma Europa dos cafés a que também alude Steiner, 2007.

[253] As sucessivas crises de 2007 em diante, acrescentamos nós, vieram justamente acentuar essa tendência. Designadamente, a actual crise da dívida soberana dos países da zona Euro (que não se circunscreve aos países da periferia mediterrânica, posto que, vários países do centro da Europa apresentam volumes acumulados de dívida pública idênticos a alguns dos Estados-Membros em dificuldades – vd., por exemplo, [em linha]: http://visao.sapo.pt/ranking-da-divida-publica-e-defice-orcamental-dos-paises-europeus-em-

transnacional, tal como, de igual modo, o debate cultural entre as elites e os *media* intelectuais.

Uma tal opinião surge igualmente elencada entre as conclusões do estudo promovido por Os *et al.* (2007: 771) a respeito das eleições para o Parlamento Europeu de 2004. Constatam os autores a existência de um amplo conjunto de sítios na Internet consagrados à divulgação, cobertura e debate sobre esse acto eleitoral, o que pode sugerir, na sua perspectiva, a emergência, mesmo que embrionária, de uma esfera pública europeia.

Não obstante estas melhorias, Peters não antevê progressos relevantes nas próximas duas décadas. Na sua perspectiva o debate público manter-se-á circunscrito a algumas elites ou a espaços transnacionais segmentados[254]. A transnacionalização[255] está mais avançada nos domínios económico e nas políticas regulatórias (do tipo topo-base), o que cria nos cidadãos o sentimento de défice democrático e défice de legitimidade a que atrás nos reportámos. Dado, porém, que a esfera pública encontra as suas raízes nas áreas social e cultural[256], mas que em muito transcendem a mera actividade dos meios de comunicação de massa e os domínios acima referidos não é previsível que a sensação de défice democrático, ou os problemas de défice de comunicação venham a ser ultrapassados num futuro próximo[257].

2009=f556505); [em linha]. http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/2-23072012-AP/EN/2-23072012-AP-EN.PDF; [em linha]: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Structure_of_government_debt) desempenhou um papel fulcral numa integração quase perfeita. Após o primeiro resgate financeiro da Grécia, não mais a imprensa financeira deixou de reflectir as múltiplas inter-dependências económicas entre os Estados-Membros da UE. Registe-se, aliás que se há facto que a crise da dívida soberana dos países da zona Euro tornou evidente é, ao nível financeiro, a quase total integração. Só deste modo se explicam as perdas que bancos alemães, franceses, ingleses, espanhóis, portugueses, etc., registaram com a renegociação da dívida soberana grega.

[254] Peters (2004: 5) reforça esta mesma ideia aludindo ao trabalho de Moravcsik (2002) acerca dos quais já atrás nos reportámos, salientando que, das cinco áreas mais relevantes das democracias europeias ocidentais (saúde, educação, justiça, segurança social e impostos) nenhuma se encontra no âmbito de actuação das instituições comunitárias.

[255] Mais adiante o autor (Peters, 2004: 6-7) fala inclusive numa esfera pública transatlântica, envolvendo todo o chamado "mundo ocidental" – mais concretamente a América do Norte e a Europa Ocidental, e não apenas uma esfera pública europeia. "Em suma: se procurarmos por espaços públicos transnacionais, espaço de discurso público no supramencionado sentido, que consiste nos fluxos transfronteiriços de comunicação ou discurso público, não vamos encontrar uma esfera pública europeia mas, pelo contrário, uma transatlântica" (Peters, 2004: 7, tradução nossa).

[256] Peters refere, entre outras, a produção intelectual em sentido lato, os interesses colectivos, os partidos políticos e a intervenção política e as associações cívicas.

[257] É geralmente reconhecido que, em alguns Estados-Membros, o apoio à União Europeia é reduzido. No caso das eleições para o Parlamento Europeu, a única instituição directamente eleita pelos cidadãos são frequentes as críticas acerca do seu reduzido significado para os votantes. Este menor interesse explica-se pelo facto de, via de regra, os temas nacionais se sobreporem aos europeus, não podendo, por conseguinte, afirmar-se este acto eleitoral como verdadeiramente europeu, antes sim, na perspectiva dos autores como uma eleição nacional de segunda linha (Os *et al.*, 2007: 756). Foi neste contexto que alguns académicos começaram a sugerir a ideia

O insucesso registado na ratificação, em 2005, na França e Países Baixos, do Tratado que estabelece uma constituição para a Europa, fez abortar aquele que seria, em nosso entender, o passo mais importante, em direcção a uma plena integração europeia, desde os Tratados da década de 1950.

Como sabemos, na sequência deste revés, no final do Conselho Europeu de Junho de 2005, "os Chefes de Estado e de Governo adoptaram uma declaração sobre a "ratificação do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa". Esta declaração apelava a um "período de reflexão", na sequência do "não" da França e dos Países Baixos à Constituição Europeia" (Comissão Europeia, 2005[a]: 1, aspas no original).

O "não" de franceses e neerlandeses ao Tratado Constitucional Europeu de 2005 representou o falhanço de mais de uma década de política de comunicação das políticas e do projecto europeu (Europe 2020, 2005: 1). O documento alerta para o facto de o referendo francês e neerlandês ao Tratado Constitucional indicarem claramente a necessidade de uma inversão na política de relacionamentos entre as instituições comunitárias e os cidadãos. O processo de construção europeia, promovido essencialmente pelas instituições e pelas elites da administração dos Estados-Membros chegou ao fim. Doravante, será necessário um novo sistema no qual as pessoas e os cidadãos desempenhem um papel central[258] [259].

A próxima década, pode ainda ler-se (Europe 2020, 2005: 1), será marcada pela transição entre o modelo anterior e um novo paradigma, baseado num maior envolvimento das pessoas no processo de construção europeia. Paralelamente, o Parlamento deverá chamar a si a coordenação da política de comunicação da União. Esta já não poderá resumir-se a uma lógica de "[…] 'vender' a ideia Europeia, mas […] de como ter em

---

de que a integração europeia tinha de ser acompanhada de uma europeização da comunicação política sobre a Europa. Deste modo, a emergência de uma esfera pública Europeia poderia, pela identificação melhorada entre os cidadãos e as instituições comunitárias, facilitar a redução do chamado défice democrático da União.

[258] Na conclusão ao estudo que empreenderam aos mecanismos de comunicação do Parlamento Europeu, Anderson e McLeod (2004) apontam algumas das principais fragilidades na estratégia da instituição neste domínio, as quais limitam fortemente a sua eficácia: 1) as limitações do sítio Internet; 2) a falta de meios, de coordenação bem como o enfoque inapropriado das operações dos gabinetes nacionais; 3) rivalidades várias - internas entre as secções da DG-III, entre a DG-III e outros indivíduos e agências no seio do Parlamento, entre o Parlamento, a Comissão e os Estados-Membros; 4) excessiva centralização dos serviços de imprensa e informação e incapacidade e falta de formação em comunicação e relações públicas dos agentes senióres da DG-III; 5) falta de interesse por parte de muitos dos seus membros e inadequadas capacidades de comunicação por parte destes (Anderson e McLeod, 2004: 914-915).

[259] Note-se no entanto que este tipo de discurso apresenta uma recorrência cíclica. Seguiu-se à aprovação do Acto Único Europeu, regressou após a aprovação do Tratado de Maastricht, sucedeu o Tratado de Amsterdão, e marcou presença na agenda mediática, uma vez mais, após o processo que haveria de culminar com a rejeição do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, em 2005/2006. Vd. a este respeito Terra (2008: 296-300)

consideração as expectativas políticas dos em breve 500 milhões de cidadãos da EU" (Europe 2020, 2005: 1). Já não é uma questão de "promover" as instituições, antes sim de como facilitar o debate em curso acerca da relevância das acções destas instituições ou da legitimidade e utilidade das mesmas no quadro da nova fase política em que a União Europeia entrou. Também a própria concepção de organizar a "propaganda" dirigida no sentido de valorizar as decisões das instituições comunitárias terá de ser abandonada, em favor da organização de um debate informal que terá de ter lugar fora das instituições. Por fim, já não se trata, também, de "educar" os cidadãos ignorantes da Europa, antes de escutar e envolver os milhões de pessoas que diariamente estão envolvidos em actividades trans-europeias os quais terão a sua própria concepção de como deverá ser o futuro da Europa e das suas instituições.

"Para abreviar, o D para a estratégia de democratização consiste no desmantelamento do "sistema de comunicação" herdado do final dos anos 80 e início dos de 90, transformados pela Comissão, nos últimos 10 anos num agora contra-eficaz "sistema de propaganda" [...]" (Europe 2020, 2005: 1-2, tradução nossa, aspas no original) o qual foi apropriado por muitos departamentos ministeriais da UE e por um número impressionante de empresas de comunicação, jornalistas e peritos que beneficiaram directamente de uma política de comunicação demasiado generosa[260].

Neste contexto, a política europeia de comunicação deverá ser redireccionada no sentido de cumprir dois objectivos elementares. Por um lado, comunicar a existência das políticas europeias. Por outro, estimular um debate democrático trans-europeu. O cumprimento da primeira missão deverá ser deixado à Direcção-Geral da Comunicação. Quanto ao segundo objectivo, a sua prossecução deverá ser empreendida pelo Parlamento Europeu[261]. De igual modo, e dado que os estudos realizados na sequência dos referendos

[260] Veja-se, a título de exemplo, o estudo de Anderson e McLeod (2004: 902-903) que incidiu apenas sobre o Parlamento Europeu. À data deste trabalho as estratégias a que o Parlamento Europeu recorria no sentido de publicitar a sua acção eram essencialmente: 1) um serviço de informação no sítio Internet; 2) notas de imprensa distribuídos pela Direcção Geral de comunicação (DG-III) e pelas suas respectivas representações nos Estados-Membros; 3) o Programa de Visitas; 4) eventos organizados nos Estados-Membros destinados a aumentar a visibilidade do Parlamento Europeu; 5) auxílio e encorajamento, através de apoio técnico especializado, aos *media* para transmitirem aspectos do trabalho do Parlamento; 6) funções de representação, assessoria de imprensa, e relações públicas levadas a cabo pelos grupos parlamentares. No entanto, quase metade do orçamento de comunicação do Parlamento era absorvido pelo Programa de Visitas, deixando pouca margem para outras iniciativas. Se incluirmos a rúbrica do audio-visual, então, apenas estes dois instrumentos, consumiam cerca de dois terços do orçamento do PE em comunicação. No mesmo sentido, Terra (2008) lembra que o início da década de 1980 coincide justamente com esse período de fundos abundantes para efeitos de promoção e divulgação do projecto europeu. Na década seguinte generalizou-se, segundo a mesma autora (2008: 307), a ideia de escutar o público/cidadãos, desígnio que foi essencialmente cumprido pelos Eurobarómetro e Flashbarómetro, ferramentas que benificaram dessa generosa política de comunicação a que aludem os autores do registo anterior.

[261] De acordo com o testemunho expresso por Anderson e McLeod (2004) esta opção justifica-se pelo facto de o Parlamento Europeu reivindicar para si o papel de representante principal das pessoas na Europa, em virtude de

em França e nos Países Baixos, deixaram perceber que a Comissão é vista como parte do problema (burocracia, corrupção, falta de eficiência, excesso de regulamentação, escândalos, etc.) e não parte da solução, estas atribuições deverão sair do âmbito da Comissão.

Ao nível nacional, os Estados-Membros deverão recuperar o controlo das políticas de comunicação europeias e deverá igualmente confiar-se na sociedade civil e não em peritos de comunicação ou numa obsoleta confiança pró-europeia. Tais directrizes levarão à necessidade de reconsiderar drasticamente um amplo conjunto de condutas levadas a efeito na última década[262].

Impõem-se, por isso, práticas orientadas no sentido de restaurar a confiança dos cidadãos nos seus representantes (políticos eleitos ou funcionários públicos) no respeitante aos assuntos europeus. Esta confiança apenas poderá ser restaurada se o conflito e o contraditório existentes na sociedade forem efectivamente representados nas votações da União e nos debates. É imprescindível que, nos debates se abra espaço a todas as questões, mesmo as incómodas e não apenas para as politicamente correctas (Europe 2020, 2005: 3-4).

Torna-se de igual modo indispensável terminar com a ideia de bruxelização da política nacional. Ao longo dos últimos anos a política seguida visava apresentar as instituições comunitárias como decisivas na política e na vida dos cidadãos. Além de errada, os autores deste modelo seguiram estratégias que ignoraram a experiência e as idiossincrasias particulares de cada região, o que levou ao abandono desta abordagem. Torna-se, por conseguinte, indispensável re-avaliar as políticas passadas no sentido de modificar procedimentos e garantir que as equipas nacionais sejam envolvidas nos processos de comunicação da União. Será preciso combater a ideia de que as instituições comunitárias só se poderão tornar mais fortes na medida em que, contrariamente, os

preencher alguns dos mais importantes défices no contexto do processo democrático da União, mitigando, desta forma os efeitos do défice democrático. Na verdade, o PE responde, segundo os autores, simultaneamente à 1) incapacidade dos parlamentos nacionais de representarem efectivamente os interesses dos seus eleitores relativamente aos assuntos da UE; 2) tendência dos compromissos do Conselho de Ministros resultarem mais de exercícios de *realpolitik* do que da representação das preocupações dos cidadãos, e; 3) à natureza não eleita da Comissão (Anderson e McLeod, 2004: 897-898).

[262] Entre algumas das actividades a necessitarem de urgente revisão, destacam-se, por exemplo, os debates do tipo "contraditório" que apenas serão úteis se existir de facto contraditório e não apenas uma mera sessão informativa. Estudos conduzidos em França e nos Países Baixos demonstraram justamente essa faceta: sessões entre "aqueles que sabem" e que discursam na tribuna e "os outros que desconhecem" que ficam por entre a plateia, além de consumirem importantes recursos, não conduziram a quaisquer resultados positivos. Hoje, ao contrário de ontem, os cidadãos têm opiniões sobre a União Europeia, mais do que têm questões, que querem ver discutidas com os seus representantes. Os cidadãos não estão de todo dispostos a ouvir tecnocratas arrogantes e políticos ignorantes falar-lhes da Europa, da paz e do futuro dos seus filhos. Vd. Europe 2020 (2005: 3).

Estados-Membros venham a enfraquecer. Por outro lado é igualmente imprescindível que os documentos possam chegar aos cidadãos na sua língua materna, posto que, de outro modo, o diálogo pretendido ficará reduzido a um monólogo institucional das instituições comunitárias. É, portanto, necessário combater o monolinguísmo que se instalou em Bruxelas, o qual representa, conforme expresso neste documento (Europe 2020, 2005: 5) um sério risco de aumento do autismo da União.

3.3 A resposta da Comissão

Tomando por base as conclusões do estudo anterior bem como de outras análises análogas contemporâneas, a Comissão, uma vez findo o período/processo de reflexão que se propôs encetar, apresentou uma resposta, em duas fases, a partir de três documentos de trabalho que iremos observar com maior atenção em seguida.

No primeiro, que serve de apresentação da nova[263] estratégia global da Comissão, refere-se, logo no início ser vital um compromisso renovado em matéria de comunicação com os cidadãos europeus. No entanto, um tal desafio ultrapassa a área de intervenção da Comissão. Outros actores, nomeadamente entre as instituições comunitárias e os Estados-Membros deverão ser convocados para este projecto. Neste sentido, a Comissão preparou uma intervenção explicitada em dois projectos: um Plano de Acção[264], no intuito de responder ao sentimento de défice democrático, e um Livro Branco[265], pensado para mitigar as debilidades de comunicação da União, os quais analisaremos adiante.

Olhemos, no imediato, o documento[266] a partir do qual é definida, em linhas gerais, a estratégia de resposta ao insucesso do processo de ratificação da Constituição Europeia. O principal objectivo deste plano de acção passa por assegurar uma comunicação mais eficiente acerca da Europa tendo por base uma mais moderna e profissional abordagem da Comissão e de todos os seus departamentos, que trabalharão e planearão em conjunto as iniciativas destinadas a melhorar a comunicação e imagem das instituições da União

[263] Deve, todavia, referir-se, socorrendo-nos do percurso histórico trilhado por Terra (2008) que, em bom rigor, este conjunto de intenções expressos pelas instituições comunitárias, nada tem de novo. Trata-se, na verdade, do mero apresentar de um mesmo conjunto de soluções anunciadas em anteriores crises sem que estas tivessem sido alguma vez implementadas. Assim, sempre que nos reportarmos a esta ideia de "novas políticas", estaremos a seguir o guião da propaganda oficial. Entendemos, contudo, necessária a ressalva anterior.

[264] *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Contributo da Comissão para o período de reflexão e para a fase posterior: Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate*. Vd. [em linha]: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0494:FIN:PT:PDF.

[265] *Livro Branco Sobre uma Política de Comunicação Europeia*. Vd. [em linha]: http://europa.eu/documents/comm/white_papers/pdf/com2006_35_pt.pdf.

[266] *Communication to the Commission – Action Plan to Improve Communicating Europe by the Commission*. Vd. [em linha]: http://ec.europa.eu/dgs/communication/pdf/communication_com_en.pdf.

Europeia (Comissão Europeia, 2005[b]: 3). Esta nova abordagem parte da premissa de que "[c]omunicação é mais do que informação: ela estabelece uma relação e inicia um diálogo com os cidadãos europeus, escuta cuidadosamente e liga-se às pessoas. Não é um exercício neutral destituído de valor, é uma parte essencial do processo político" (Comissão Europeia, 2005[b]: 3, tradução nossa).

Entre 2001 e 2004 a Comissão Europeia adoptou três comunicações relacionadas com informação e comunicação, as quais envolveram também o Parlamento Europeu, o Conselho e os Estados Membros. Embora estes instrumentos tenham representado um avanço importante face a ferramentas anteriores, conservavam, ainda assim, um conjunto de importantes fraquezas: uma actividade fragmentada das acções de comunicação; mensagens que reflectiam prioridades políticas mas que não estavam ligadas às preocupações dos cidadãos e; uma implementação inadequada mais focalizada no financiamento de campanhas ao invés de centradas num diálogo e comunicação pró-activos (Comissão Europeia, 2005[b]: 4).

Impõe-se, deste modo, uma nova abordagem centrada em três ideias fundamentais: 1) *escutar* – a comunicação é um diálogo, não uma via de sentido único. As instituições da EU não se devem ocupar apenas em informar os cidadãos, antes aceitar que estes pretendem fazer ouvir a sua voz e participar directa e activamente no projecto de construção europeia; 2) *comunicar* – as actividades e políticas da UE, bem como o seu impacto na vida quotidiana das pessoas deve ser comunicada de uma forma perceptível e deve existir um seguimento dessas iniciativas, e; 3) *ligar* aos cidadãos a partir de efectiva presença/deslocação ao local (*going local*) – é imprescindível que a comunicação compreenda as audiências regionais e nacionais no sentido de melhor fazer passar a sua mensagem (Comissão Europeia, 2005[b]: 4)[267].

Estes três pilares fundamentais serão concretizados, numa primeira fase, por meio de um conjunto de acções que a Comissão define como prioritárias: a) definição das prioridades comunicativas; b) coordenação activa das actividades no interior da Comissão através de uma rede composta pelas unidades de comunicação das diferentes Direcções Gerais; c) melhorar a capacidade da Comissão comunicar com os Estados-Membros como parte no sentido de chegar aos cidadãos; d) melhor uso das ferramentas de comunicação, através da disponibilização de conteúdos nas várias línguas da UE; e) descrição dos benefícios tangíveis das políticas da Comissão através de resumos das suas propostas, e;

[267] Terra (2008: 296 e ss.) ajuda-nos a perceber que estas intenções contam com pelo menos mais década e meia.

f) desenvolver uma comunicação mais profissional através do recrutamento e formação de especialistas na área (Comissão Europeia, 2005[b]: 5).

Outras iniciativas igualmente incluídas no documento dizem respeito ao aumento do diálogo e transparência com vista a uma maior participação; maior preocupação no sentido de se alcançar uma linguagem simples e clara (livre do jargão e da gíria europeus); investimento nos canais de retorno da comunicação através da rede das Representações, centros de contacto e informação; adopção de uma postura de escutar e comunicar com as pessoas localmente através das Representações nacionais da Comissão nos diferentes Estados-Membros (identificando as audiências-alvo, procurando compreender as idiossincrasias de cada país, usar os *media* nacionais e regionais para fazer ouvir a voz da Comissão, organizar eventos de comunicação nacionais e promovendo audiências e visitas dos jornalistas às instituições europeias); apoio ao desenvolvimento e implementação de redes e projectos comunicativos de matriz pan-europeia, entre outras (Comissão Europeia, 2005[b]: 5-13).

3.3.1 O *Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate*

O período de reflexão, ao qual já nos reportámos, após o veto dos cidadãos franceses e neerlandeses ao Tratado Constitucional teve por objectivo, segundo a Comissão, a promoção, em cada um dos Estados-Membros, de um amplo debate, envolvendo os cidadãos, a sociedade civil (incluindo jovens e minorias), os parceiros sociais, os parlamentos nacionais, e também os partidos políticos. Por outro lado, estes debates só poderiam almejar o sucesso se a eles se associasse a comunicação social, especialmente a televisão. Saliente-se, de igual modo, o papel crucial que a Comissão reconhece à Internet na promoção do debate sobre as questões europeias[268].

[268] A este respeito pode ler-se que: "[a] experiência demonstra que a Internet se tem vindo a impor como um importante fórum de debate político. Para desempenhar um papel activo de moderador no debate sobre o futuro da Europa, a Comissão deverá explorar todos os meios de comunicação interactivos susceptíveis de facilitar este debate. A Comissão utilizará as tecnologias de ponta da Internet para debater e defender activamente as suas políticas no ciberespaço, que se tornou um fórum de debate importante para a formação da opinião" (Comissão Europeia, 2005[a]: 12).

Por outro lado, e dado o forte empenho da Comissão na ratificação do Tratado Constitucional, considerado um instrumento crucial no sentido de reforçar a acção e a coesão da União, bem como a improvável ratificação do referido num futuro próximo, impõe-se que "[q]ualquer projecto sobre o futuro da Europa deve assentar numa visão clara das necessidades e das expectativas dos cidadãos" (Comissão Europeia, 2005[a]: 2).

Assim, entre os objectivos do Plano D conta-se a promoção de um debate mais amplo entre as instituições da União Europeia e os cidadãos; a melhoria da comunicação sobre a Europa; e, a longo prazo, "[…] dar novo alento à democracia europeia e contribuir para a emergência de uma esfera pública europeia, em que os cidadãos disponham das informações e dos instrumentos de que necessitam para participarem activamente no processo de tomada de decisão e se apropriarem do projecto europeu" (Comissão Europeia, 2005[a]: 2-3 e 5). Estas iniciativas revelam-se especialmente necessárias, dado que se assiste a uma progressiva e permanente perda de confiança nos sistemas políticos[269], sendo por conseguinte, imprescindível uma acção no sentido de incrementar a motivação, participação e confiança dos cidadãos. É, assim, imprescindível, no sentido do debelar da actual crise, a criação de

> "[...] um novo consenso sobre o projecto europeu, alicerçado nas expectativas dos cidadãos. [...] Em última instância, o Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate é um exercício de auscultação que permitirá à União Europeia dar resposta às preocupações expressas pelos cidadãos. O objectivo da Comissão consiste em estimular o debate e obter o reconhecimento do valor acrescentado que a União Europeia pode proporcionar. Para haver renovação democrática, os cidadãos europeus devem ter o direito de fazer ouvir a sua voz" (Comissão Europeia, 2005[a]: 4).

Torna-se, neste contexto, indispensável uma maior atenção relativamente aos cidadãos, reforçando os instrumentos de comunicação assentes num processo bi-direccional (Comissão Europeia, 2005[a]: 6), visto que as instituições europeias são, frequentemente, consideradas distantes e burocráticas, e "[...] servem muitas vezes de bode expiatório para as decisões impopulares" tomadas pelos governos nacionais

[269] "O último inquérito do Eurobarómetro demonstra que o grau de adesão do público à União Europeia tem diminuído de forma constante nos últimos meses. Todos os indicadores desceram: confiança, imagem, apreciação do estatuto de membro da União Europeia. Verifica-se um declínio similar no que diz respeito à aprovação e à confiança da opinião pública nos sistemas políticos nacionais. Enquanto a pertença à União Europeia é ainda apoiada por 54% dos cidadãos europeus, a imagem da UE não tem cessado de se degradar, tendo apenas 47% dos inquiridos exprimido uma opinião positiva a este respeito. No que diz respeito à confiança na União Europeia, apenas 44% dos cidadãos europeus a manifestavam na Primavera de 2005 contra 50% no Outono de 2004" (Comissão Europeia, 2005[a]: 3). Um outro indicador importante revelado pelo supramencionado estudo mostra que 53% dos cidadãos europeus não acreditam poder fazer ouvir a sua voz na União Europeia. Todavia, quando inquiridos acerca do papel que desejariam que a União desempenhasse nos principais domínios de intervenção nos próximos cinco anos, quase metade dos entrevistados (49%) desejam uma acção mais abrangente, resumindo-se a apenas 14% aqueles que recusam uma tal possibilidade. Por outro lado, "[a] menor taxa de participação nas eleições europeias, nacionais e locais reforçou o sentimento de falta de legitimidade do sistema político. Nomeadamente, o nível de participação nas últimas eleições para o Parlamento Europeu em certos Estados Membros revelou-se decepcionantemente baixo" (Comissão Europeia, 2005[a]: 11).

(Comissão Europeia, 2005[a]: 3). Ainda assim, a Comissão entende que não lhe deve caber a si, antes aos estados nacionais, o papel de promoverem tal debate. Numa fase posterior, espera-se que os resultados dos diferentes debates internos (que a Comissão reconhece terem-se já iniciado em alguns países embora, noutros, seja ainda insuficiente) possam ter um impacto directo na agenda política europeia (Comissão Europeia, 2005[a]: 4 e 7-8). Para tal, os Estados-Membros deverão apresentar uma síntese à Comissão e à Presidência do Conselho, a qual deverá ser objecto de publicação. As acções acima expostas seriam acompanhadas de visitas aos diferentes países dos membros da Comissão e deveriam envolver os parlamentos, governos, representações nacionais da Comissão e a rede de Centros *Europ Direct* (Comissão Europeia, 2005[a]: 6-10).

Entre os temas a explorar destacam-se: 1) o desenvolvimento económico e social que o projecto europeu promove (em áreas como o crescimento e o emprego); 2) uma maior informação sobre a União Europeia e as suas missões (designadamente na segurança alimentar, nos programas Sócrates e Erasmus, moeda única, defesa dos consumidores e mercado interno); 3) as fronteiras da Europa e o seu papel no mundo (com especial incidência nas relações intra e inter-continentais, no comércio, ambiente, segurança, mobilidade, e desenvolvimento) (Comissão Europeia, 2005[a]: 6-7).

3.3.2 Livro Branco Sobre uma Política de Comunicação Europeia

> "Nas duas últimas décadas, a União Europeia transformou-se, tendo assumido um amplo leque de tarefas que afectam das mais diversas formas a vida dos cidadãos. Mas a comunicação da Europa com os seus cidadãos não conseguiu acompanhar este ritmo" (Comissão Europeia, 2006: 2).

A citação anterior resume com especial acuidade o processo de integração europeu a partir da preparação, negociação, ratificação e posterior adopção do Tratado de Maastricht. Vimos, na verdade, assistindo a um sentimento generalizado que coloca a União longe dos seus cidadãos.

Excelentes indicadores dessa realidade têm sido os estudos de opinião conduzidos pelo Eurobarómetro (Comissão Europeia, 2006: 2). As conclusões destes barómetros

revelam que, por um lado, os cidadãos sabem pouco acerca da Europa[270] e, por outro, sentem que pesam muito pouco no processo de decisão política. Impõe-se, assim, no sentido de o projecto europeu poder chegar a bom termo, melhorar a democracia. Marina Costa Lobo recorda que, no caso das atitudes dos portugueses, "há muita falta de informação sobre a EU enquanto instituição e menor satisfação como a democracia funciona na UE. Assim, as atitudes que indicam maior consenso em Portugal quanto à integração são instrumentais e poderão mudar se a situação económica se deteriorar ou os fundos estruturais deixarem de fluir" (Lobo, 2005: 158). Ora, é precisamente isso que poderá estar a acontecer no contexto actual.

Mas, do ponto de vista normativo, precisamente porque o conceito de esfera pública europeia está enraizado no debate e na comunicação, ele está também directamente ligado à controvérsia sobre o défice democrático da legitimidade da União Europeia (ver, por exemplo, Risse, 2003; Schlesinger, 1999; Mouchon, 2005, Silveirinha, 2006).

Ora, uma democracia sã exige instrumentos de comunicação eficazes e que funcionem em ambos os sentidos. O presente documento insere-se na estratégia lançada em 2005 pela Comissão no sentido de melhorar a Comunicação sobre a Europa, aumentar a participação e diminuir o sentimento de défice democrático junto dos cidadãos, que conduziram ao insucesso na ratificação do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa.

O défice de comunicação não traduz um fenómeno recente (Comissão Europeia, 2006: 4). Terra (2008: 254) lembra que pelo menos desde o início da década de 1980 que estas questões eram conhecidas. Não obstante as profundas reformas nesta área introduzidas pelas instituições comunitárias nos últimos anos, que permitiram uma melhoria da situação global, existe a percepção de que muito há ainda a fazer acerca de uma realidade que parece estar presente desde, pelo menos, a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, em 1992. Vários factores concorrem para esta situação: a ideia (errada) de que estas são questões que competem unicamente a "Bruxelas" mas, também, o facto de as acções de comunicação sobre a Europa assumirem uma estrutura quase exclusivamente unidireccional, não contemplando a opinião ou o desejo de maior envolvimento e

[270] Ao contrário do que seria de esperar, o problema do desconhecimento acerca das instituições comunitárias e do Parlamento Europeu em particular, não se circunscreve ao Reino Unido. Vários estudos de opinião levados a cabo após as eleições europeias de 1999, analisados por Anderson e McLeod (2004) num trabalho acerca do défice de comunicação do Parlamento Europeu, cujas conclusões aqui convocamos, mostraram elevados níveis de ignorância acerca da composição, personalidades e influência do Parlamento Europeu. Duas características comuns, em todos os Estados-Membros, no tocante à informação política são a personalização dos agentes e o reporte contínuo de informação. No tocante ao Parlamento Europeu, qualquer delas não se verifica.

participação dos cidadãos, destacam-se de entre as demais[271]. Uma tal tipologia organizativa cria a sensação de que as instituições comunitárias estão demasiado distantes, ou mesmo inacessíveis, aos cidadãos.

> "A Comissão Europeia propõe agora uma abordagem fundamentalmente nova – uma passagem decisiva de uma comunicação unívoca para um diálogo reforçado, de uma comunicação centrada na instituição para uma comunicação centrada nos cidadãos, de uma abordagem baseada em Bruxelas para uma abordagem mais descentralizada. A comunicação deve tornar-se uma política comunitária autónoma, ao serviço dos cidadãos. Deve basear-se num verdadeiro diálogo entre as pessoas e os responsáveis políticos e num animado debate político entre os próprios cidadãos. Os cidadãos de todos os quadrantes têm direito a uma informação isenta e completa sobre a União Europeia e à garantia de que as suas opiniões e preocupações são ouvidas e tomadas em consideração pelas instituições da UE. O Parlamento Europeu, os Estados-Membros e os representantes dos cidadãos da Europa têm um papel fundamental a desempenhar, uma vez que o apoio dos cidadãos ao projecto europeu é uma questão de interesse comum" (Comissão Europeia, 2006: 4).

Por outro lado, os cidadãos europeus exercem os seus direitos políticos principalmente ao nível nacional e local. E, nem mesmo o facto de hoje existirem eleições para o Parlamento Europeu, alterou substancialmente esta situação. Deste modo, os canais privilegiados de informação são, também, os nacionais, regionais e locais. Consequentemente, "[...] a “esfera pública” em que se desenrola a vida política da Europa é principalmente uma esfera nacional. Quando estão em causa questões europeias, a maior parte dos cidadãos analisa-as numa perspectiva nacional. [...] Contudo, muitas das decisões políticas que afectam o quotidiano dos cidadãos da UE são tomadas a nível europeu. As pessoas sentem-se alheadas destas decisões, do próprio processo de tomada de decisão e das instituições europeias. Existe um sentimento de afastamento em relação a “Bruxelas” que, em parte, reflecte o desencanto com a política em geral. Uma das razões para esta situação é o desenvolvimento insuficiente de uma “esfera pública europeia”, onde se possam debater as questões europeias. [...] Uma verdadeira cultura política pan-europeia, com grupos políticos e fundações à escala europeia, está ainda a emergir" (Comissão Europeia, 2006: 4-5, aspas no original).

Deste modo torna-se fundamental introduzir a dimensão europeia nas actuais esferas públicas nacionais, regionais e locais (Comissão Europeia, 2006: 5). Acresce que, de acordo com a perspectiva vertida neste documento, um tal exercício de cruzamento entre as dimensões europeia e nacional do debate político, não implicará, necessariamente, uma concorrência entre ambas, conferindo-lhe, na verdade, maior credibilidade e coesão. Para tanto, torna-se também necessário operacionalizar o direito à informação e à liberdade de expressão constantes do Tratado da União Europeia e da Carta Europeia dos Direitos

[271] Um bom exemplo nesta matéria poderá ser o estudo de Anderson e McLeod (2004: 905 e ss.) tendo por base o sítio Internet do Parlamento Europeu.

Fundamentais. Estes direitos deverão ser articulados com outros princípios, expressamente referidos no Livro Branco, como o de inclusão (todos os cidadãos deverão ter acesso a informações sobre questões de interesse público na sua própria língua), diversidade (a política de comunicação da UE deverá ter em conta as origens sociais e culturais e as opiniões políticas heterogéneas dos seus cidadãos) e, participação (os cidadãos devem ter o direito de expressar as suas opiniões e ter a oportunidade de dialogar com os responsáveis pela tomada de decisões) (Comissão Europeia, 2006: 5-6).

Porém, como de resto temos vindo a verificar a ênfase nestes documentos é colocada no problema da interacção entre as instituições comunitárias e os cidadãos, a qual surge directamente relacionada com a dimensão da participação. Impõe-se, por isso, melhorar a inclusão digital dos cidadãos, combatendo o fosso e a iliteracia digitais e, ao mesmo tempo, promover o contacto directo entre os cidadãos no sentido do debate cívico e entre estes e as instituições europeias. De igual modo importante é o trabalho conjunto com os meios de comunicação social e o recurso às tecnologias de informação e comunicação, com vista a mitigar os efeitos de uma cobertura das questões europeias que é, ainda, limitada, fragmentada e, no caso tanto da televisão como da rádio, em claro recuo no tocante aos tempos de cobertura (Comissão Europeia, 2006: 8-9).

"Uma ‘esfera pública’ europeia que funcione não pode ser concebida em Bruxelas. Apenas poderá emergir se contar com o apoio de todos os intervenientes e se forem realizadas acções a todos os níveis (isto é, infra-nacional/local, nacional e supra-nacional). O nível nacional permanece o ponto de entrada principal em todos os debates políticos, cabendo aos governos dos Estados-Membros e aos outros intervenientes nacionais a responsabilidade de utilizar os canais nacionais para garantir a riqueza do debate europeu" (Comissão Europeia, 2006: 12, aspas no original). Ora, tal objectivo impõe que, por um lado as instituições comunitárias trabalhem em paralelo com vista à melhoria da comunicação, mas que sejam também envolvidas nestes esforços as autoridades locais e regionais, os partidos políticos e as organizações da sociedade civil (Comissão Europeia, 2006: 12-13).

Na análise que promoveu a estas propostas da Comissão, Maximillien Conrad (2005) destaca pela positiva a inversão de paradigma que estes documentos anunciam. Na verdade, o falhanço do projecto de criação de uma comunicação bi-direccional entre as instituições europeias e os seus cidadãos está no cerne do défice de legitimidade (vulgarmente designado de défice democrático) de que carece a União. Resulta, deste modo, não apenas a necessidade de ligação a partir de uma abordagem capaz de chegar à

dimensão local (*going local*), mas também a questão de quais as "[...] arenas concretas que podem contribuir para ancorar o projecto europeu no todo da esfera pública. Noutras palavras, qual o papel que eles podem desempenhar no estabelecimento e "lançamento de um espaço comunicativo que funcione como uma esfera pública" (Conrad, 2005: 1, tradução nossa, aspas no original).

No nosso caso em concreto, estamos perante uma forma bem específica de relacionamento entre quem fala e o público destinatário. O Plano D prevê, na perspectiva de Conrad (2005: 3), um modo inteiramente novo de relacionamento entre estes agentes, com vista a erguer uma esfera pública europeia, baseada na ideia de um debate mais estimulante e numa interacção mais directa com os cidadãos, a partir dos quais possam, posteriormente, resolver-se os défices democrático e de legitimidade, geralmente associados às instituições europeias. "A nova estratégia de comunicação representa não apenas a tentativa da Comissão melhorar o seu meio de comunicar as suas visões e ambições gerais ao público, mas também a sua (mesmo explícita) tentativa para contribuir para o remediar do assunto mais amplo do défice de esfera pública da UE" (Conrad, 2005: 3, tradução nossa). Em todo o caso, acrescenta, a ênfase é colocada na necessidade de a Comissão se tornar mais visível e presente nos debates nacionais e locais, o que poderá contribuir para a intensificação dos esforços da União no sentido do lançamento das bases tendentes ao desenvolvimento de uma esfera pública de alcance europeu.

O papel da Comissão Europeia na construção de uma esfera pública transnacional surge, segundo a tese do autor, intrinsecamente ligada às noções de democracia deliberativa. Na verdade, aos conceitos de diálogo, debate e democracia que surgem associadas ao Plano D, Conrad (2005: 5) acrescenta 'deliberação', argumentando que a deliberação dos cidadãos é pensada justamente para melhorar a qualidade das decisões, além de que legitima os seus resultados.

Embora aplauda os esforços da Comissão no sentido de se aproximar dos cidadãos, os mesmos suscitam, da parte de Conrad (2005), algumas reticências, uma vez que, apesar deste empenho na promoção de um diálogo, ou de uma comunicação de duas vias, o autor (2005: 9-10), continua pouco convencido acerca da real vontade das instituições europeias[272]. As pistas encontra-as no próprio documento de apresentação do Plano D e no posterior cotejamento com o Livro Branco e o Plano de Acção. Se por um

[272] Por outro lado, o estudo de Ana Lúcia Terra (2008) a que temos vindo a fazer referência constitui um bom exemplo das reais intenções das instituições comunitárias. Isto é, todos os problemas conhecidos desde a década de 1980 subsistem sem que, qualquer das soluções então avançadas tenha sido efectivamente implementada.

lado, as intenções expressas nos documentos e discursos oficiais falam de escutar, de dialogar, de debater, de comunicar, por outro não parece muito coerente que a ênfase colocada na melhoria da comunicação passe pelo incremento das ferramentas/competências de persuasão ao serviço não apenas da Comissão, mas de todas instituições comunitárias. O plano de acção refere explicitamente a necessidade de se atingir um nível mais profissional no domínio da comunicação, o que poderá ser alcançado pela organização de concursos de recrutamento e formação de especialistas de comunicação (Conrad, 2005: 10). Assim, o que Conrad sugere, apoiando-se nos estudos habermesianos acerca do espaço público, tese que subscrevemos inteiramente, é uma tendência da Comissão para "[...] *persuadir* as audiências num sentido de manipulação ao invés de as *convencer* no sentido de uma racionalidade comunicativa" (Conrad, 2005: 10, tradução nossa, itálicos no original).

> "Na melhor [das hipóteses] (em termos de valor deliberativo), 'tornar-se mais profissional na comunicação' pode significar pessoal melhor treinado precisamente para o propósito de interagir com os cidadãos no sentido do 'diálogo de duas vias', i.e, ouvindo e respondendo às suas preocupações numa maneira de mente aberta. Na pior, pode simplesmente significar melhorar o nível de perícia retórica entre esse pessoal da Comissão adstrito ao propósito de 'comunicar uma Europa em águas turbulentas' [...] (Conrad, 2005: 10, tradução nossa, aspas e parêntesis no original).

Na verdade o tipo de esfera pública que deveríamos estar a desenvolver seria uma na qual a sociedade civil e o sistema político se encontram, se cruzam. Deste modo, será uma esfera pública caracterizada mais pela contestação (o termo é o empregue pelo autor – no que nos diz respeito optaríamos por um registo que apelasse menos à confrontação e mais ao debate/discussão, visto que, o espectro político já encontra em si um espaço próprio para o exercício da contestação) do que pela mera aclamação. Como referem vários autores, a contestação ao nível do espaço público transnacional não é um sinal de falta de dinamismo na esfera pública europeia, antes, justamente, a evidência de uma bem vital. "De facto, a deliberação depende essencialmente da confrontação de diferentes visões e opiniões. A deliberação é um procedimento para a produção de resultados democraticamente mais legitimados [...]" na medida em que convoca todos a participarem com ideias no sentido do bem comum (Conrad, 2005: 10-11, tradução nossa).

3.4 O Papel da Internet

Uma das áreas que merece especial referência nesta renovada política de comunicação da União Europeia é a Internet. A Internet constitui, como é frequentemente referido, um espaço que está acessível a um amplo conjunto de actores políticos – cidadãos, governos, partidos políticos, grupos de pressão, organizações sociais, entre outros – no sentido da partilha de informação, discussão dos mais variados temas e envolvimento na acção política (Os *et al.*, 2007: 760).

Nos anos mais recentes a proliferação da Internet produziu uma ampla constelação de sítios e conteúdos na área da comunicação política e, designadamente, sobre temas europeus. Esta tendência explica-se pela menor atenção dedicada pelos *media* tradicionais aos assuntos da União e, também porque, as últimas tendências no campo dos meios de comunicação de massa visam a análise ao invés do mero reportar de acontecimentos. "A Internet parece ser o meio perfeito para os actores políticos contornarem este 'reportar interpretativo', e informar directamente e sistematicamente os cidadãos acerca das suas posições na política europeia e legislação para o período vindouro" (Os *et al.*, 2007: 760-761, tradução nossa, aspas no original).

O especial enfoque na comunicação em linha por parte das diferentes instituições da União Europeia adquire especial relevância num quadro em que se verificam dificuldades acrescidas no sentido do cumprimento dos objectivos desta nova abordagem à política de comunicação. Num trabalho de 2004, portanto anterior a estes desenvolvimentos mais recentes, Anderson e McLeod (2004: 903-905) salientam que muitos dos órgãos de informação estavam a retirar os seus correspondentes de Bruxelas, deixando como único canal alternativo de veiculação da informação relativa à União, a Internet.

Porém, sublinham, este é um recurso profundamente ineficiente, tanto ao nível da disponibilização de notas de imprensa, como de igual modo no funcionamento das secções regionais (i.e., nos Estados-Membros). Na investigação que empreenderam às ferramentas em linha (no caso em concreto especialmente consagrado às do Parlamento Europeu) Anderson e McLeod (2004) conduziram um conjunto de entrevistas com jornalistas

especializados em questões europeias, no sentido de avaliar alguns elementos práticos do funcionamento da comunicação do PE na Internet. Como aspectos positivos foram referidos o desenho (embora alguns entrevistados discordassem veementemente das soluções escolhidas), a simplicidade de uso, a disponibilização de informação (para especialistas – já que, para o cidadão comum, reconhecem que seria uma experiência difícil), o detalhe desta e também os alertas. No entanto, como aspectos negativos resultam o excesso de jargão comunitário empregue nos textos (limitando o público aos especialistas) e a menor facilidade em encontrar assuntos mais antigos ("convidando" os jornalistas a telefonarem para algum contacto). Numa avaliação geral, embora o desenho/organização tivesse recebido avaliação positiva, o pouco amigável uso excessivo do jargão comunitário afastaria, decerto, muitos daqueles que não se encontrassem familiarizados com a terminologia institucional comunitária.

Acrescentamos nós, dando também testemunho da nossa própria experiência de quatro anos de utilização regular dos sítios da União Europeia. Salvo raras excepções, é mais fácil encontrar documentos concretos através dos motores de busca generalistas (Google, Yahoo!, Bing) do que através das ferramentas de pesquisa disponibilizadas no portal Europa.eu (e nos portais secundários). Refira-se, em abono da verdade que, a informação está disponível e, é possível encontrar toda a documentação existente a partir de uma única página, o que se revela especialmente útil, quando o propósito é reunir todos os materiais referentes a um tópico em concreto. Veja-se o caso da sociedade da informação. Toda a informação relevante pode ser acedida a partir de um portal temático especialmente disponibilizado para o efeito[273]. Porém, quando a pesquisa pretende obter um documento em concreto, por exemplo, "SEC(2005) 985" (*Action Plan to Improve Communicating Europe by the Commission*), ou o "COM(2005) 494" (*Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate*), ou ainda o "COM(2006) 35" (*Livro Branco sobre uma Política de Comunicação para a Europa*), a melhor solução (e mais rápida) será mesmo usar o Google ou afins.

Num tal contexto, em que, por um lado, os principais órgãos informativos capazes de dar voz à União Europeia estão a retirar os seus correspondentes de Bruxelas, limitando deste modo a difusão da mensagem europeia e, por outro, as ferramentas sucedâneas, como é o caso, principalmente, da Internet, não representam uma alternativa viável (por força das razões acima apresentadas), assistiremos com grande probabilidade ao crescimento do défice de comunicação e, concomitantemente, da percepção

[273] Vd. [em linha]: http://europa.eu/legislation_summaries/information_society/index_pt.htm.

correspondente a uma menor democraticidade das instituições, levando também ao aumento de um certo sentimento de défice democrático.

Não surpreende, portanto, que na revisão da sua política de comunicação e de relacionamento com os seus cidadãos a Comissão Europeia tenha dedicado especial atenção aos instrumentos de comunicação em linha.

> "O sítio Internet da EU, 'Europa', é o maior sítio público no mundo e uma rica fonte de informação e tem um papel chave a desempenhar nos esforços de Comunicação da Comissão. Há, contudo, uma necessidade de mudar a ênfase mais para a comunicação, facilitar a navegação, [promover um] esforço para garantir que as páginas Europa sejam totalmente multilinguais no nível adequado, e operar com tecnologia topo de gama, incluindo um motor de busca poderoso" (Comissão Europeia, 2005[b]: 12, tradução nossa, negritos no original).

Nesse sentido a Direcção Geral de Comunicação nomeará um editor para o sítio Europa e concentrará os seus esforços editoriais num portal noticioso o qual focará as prioridades informativas e os assuntos mais importantes definidos pela DG-Com. Estas informações serão alimentadas pelas Representações nacionais, na língua materna e serão arranjadas tendo por base as necessidades e realidades locais. Por outro lado, as páginas destinadas às audiências especializadas serão geridas pela Direcção-Geral respectiva, sob a direcção do editor do portal Europa. Os portais temáticos deverão ser também transferidos para os serviços das Direcções-Gerais da Comissão, com vista a facilitar a organização da informação para os potenciais interessados (Comissão Europeia, 2005[b]: 12).

Porém, esta aposta das instituições comunitárias nas ferramentas da sociedade da informação, enquanto instrumento privilegiado de divulgação da sua mensagem e de um contacto mais directo com os cidadãos, apenas poderá oferecer um retorno positivo se, na mesma medida, forem promovidas as medidas necessárias tendentes à mitigação ou superação das profundas desigualdades registadas neste domínio[274].

Na linha de Os *et al.* (2007: 760) a primeira geração de ciber-optimistas (também referidos como tecno-deterministas) salientou as oportunidades que a Internet oferece no sentido de aumentar os processos de deliberação e decisão directa, no sentido de um melhoramento da democracia (são os casos de Rheingold, Gates, Negroponte, Dertouzos, Mitchell, etc.). Estas teses vieram a ser posteriormente contraditadas pelos ciber-pessimistas (Webster, May, Garnham, entre outros), os quais afirmavam que as múltiplas divisões digitais, ao invés de aproximar os cidadãos e de aumentar a participação criavam,

[274] Ver também Terra, 2008: 328-334.

na verdade, novas desigualdades. Por seu turno, as propostas de Norris e autores da mesma linha (Shenk, Castells, Cardoso, Hargittai, e outros) reconhecem o potencial transformador da Internet no âmbito do processo democrático, ainda que, haja a necessidade de, primeiramente, indivíduos e sociedades superem os desafios colocados pelas TIC.

Uma das áreas fundamentais no combate ao défice de comunicação e, inerentemente, ao défice democrático o qual, conforme vimos atrás, resulta mais do primeiro do que, propriamente, de uma arquitectura institucional da União concebida para excluir os cidadãos do processo democrático, é o aproveitamento dos recursos que a sociedade da informação disponibiliza nesta área e para este objectivo.

Importa, por isso, empreender uma abordagem mais detalhada ao fenómeno que convencionou designar-se de sociedade da informação (tarefa que nos ocupará na segunda parte do presente trabalho) e de como, um dos seus principais fenómenos, i.e., as desigualdades digitais (geralmente referidas na fórmula anglo-saxónica *digital divide* ou *digital inequality(ies)*) podem, na verdade, influenciar a construção da EU e a comunicação institucional com os cidadãos. Na terceira parte, olharemos mais pormenorizadamente para a(s) resposta(s), que a União tem desenvolvido no sentido da mitigação dos impactos/ameaças/desafios que as desigualdades digitais transportam para o processo de integração europeia.

PARTE II

PERSPECTIVAS

ACERCA DA

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Capítulo

4 Sociedade da Informação: Uma Perspectiva Histórica

As reflexões sobre sociedade da informação ocupam, na actualidade, parte considerável do espaço discursivo. Do registo político ao económico, passando pelo social, sem esquecer o académico e cultural, esta problemática veio a conhecer, especialmente a partir de meados da década de 1990, grande interesse. Um tal fenómeno explica-se pelo fascínio que, *grosso modo*, a tecnologia e, designadamente a inovação e o progresso tecnológicos, parecem exercer sobre o imaginário colectivo humano, pré-disposição que é substancialmente potenciada pelas promessas de inúmeros futurólogos. Entre estes, não raras vezes apelidados vendedores de fantasias, contam-se, Alvin Toffler, Bill Gates, Nicholas Negroponte, William Mitchell, etc. que, em tom profético, vêm anunciando de forma reiterada, avanços e transformações espantosas nas sociedades. Estes discursos conheceram, especialmente após o desenvolvimento e posterior massificação da Internet, um renovado interesse. Com efeito, desde que, no início dos anos de 1990, Tim Berners-Lee e Robert Cailliau ofereceram ao mundo uma ferramenta informática que tornava possível, em termos teóricos, à generalidade da população, o acesso à informação a partir de redes telemáticas (então também em rápida expansão), não mais o tema sociedade da

informação e, de modo muito particular, uma das suas dimensões mais relevantes, a Internet, deixaram o foco dos holofotes mediáticos.

Ao longo da segunda parte da presente dissertação, procuraremos reflectir acerca deste fenómeno, recolhendo, de entre os inúmeros testemunhos disponíveis, as principais notas daqueles que consideramos mais representativos, a partir de cada uma das diferentes abordagens presentes na arena mediática. Não nos comprometeremos com uma definição própria, posto que, conforme de resto veremos, não é sequer certo, embora seja possível discernir um sem número de indícios nesse sentido, que possamos classificar as actuais como sociedades da informação. O tema tem-se prestado, com efeito, a indefinição, a confusão e a indeterminação conceituais. Em ambos os lados do pleito entre tecno-optimistas e tecno-pessimistas poderemos encontrar argumentos válidos. Porém, as posições excessivamente extremadas perdem, não raras, a objectividade necessária a um debate frutuoso.

Mais recentemente, contudo, uma terceira linha de investigação propôs-se mediar o conflito partindo dos méritos que, indiscutivelmente, uma e outra doutrina apresentam. A perspectiva tecno-realista, ainda que, cremos, de extrema utilidade pela introdução de soluções e contributos inovadores e mais equilibrados, revela-se, também, em alguns aspectos, uma abordagem incompleta. O contributo mais interessante neste intenso debate, julgamos, talvez seja mesmo a ideia de rede, que encontramos nos testemunhos de Castells e Cardoso. Este é, resumidamente, o itinerário que propomos no segundo capítulo desta segunda parte (Capítulo 5).

Pensamos, no entanto, poder revelar-se de grande utilidade, no sentido de uma ulterior reflexão mais fundamentada e contextualizada acerca do fenómeno da sociedade de informação, empreender, previamente, uma abordagem de cariz histórico aos momentos mais determinantes desta temática. É deste recenseamento, procurando enumerar e encadear os contributos tecnológicos mais decisivos a que, desde há aproximadamente século e meio, vimos assistindo, e que estão na sua génese, que nos ocuparemos nas páginas seguintes.

4.1 Telecomunicações, Informática e Internet

O registo de Nathaniel Hawthorne, incluído no romance *The House of Seven Gables*[275] (1851) e reproduzido por Michio Kaku (2006: 75), parece anunciar profeticamente a chegada, à distância de mais de um século, das redes de telecomunicações do final do século XX. É verdade que as palavras do romancista são igualmente válidas para a tecnologia do momento: o telégrafo. Refira-se, porém, que a analogia estabelecida entre o globo terrestre e uma cabeça/cérebro dotados de inteligência ultrapassa necessariamente o âmbito da mera tecnologia de transmissão de informação à distância, parecendo remeter para um tempo em que o planeta se verá envolto por uma cobertura tecnológica *inteligente* e contínua que pulsará ao ritmo da frequência eléctrica. Não estaremos, antecipa Kaku (2006: 76), muito longe de uma tal época. "Na terceira fase da informática, os computadores invisíveis conversarão uns com os outros, acabando por criar uma membrana electrónica vibratória, que envolverá a superfície da terra. Já podemos vislumbrar fugidiamente esta poderosa visão no seio da actual Internet, que, como uma estrada de terra à espera de ser pavimentada e transformada numa super-auto-estrada da informação, está a ligar rapidamente os computadores de todo o mundo". Em *O Meio é a Mensagem*, Marshall McLuhan e Quentin Fiore (2001: 63, tradução nossa) avisavam: "Os circuitos eléctricos envolvem profundamente os homens uns com os outros. A informação cai torrencialmente sobre nós, instantaneamente e continuamente. Assim que a informação é adquirida, é muito rapidamente substituída por informação ainda mais recente". Mais adiante, (Idem, *Ibidem*, p. 72, tradução nossa, negrito nosso), pode ler-se: "A cidade circuitada do futuro não será o enorme pedaço de propriedade concentrada criado pelo caminho-de-ferro[276]. Assumirá um

[275] "É um facto… que, por meio da electricidade, o mundo da matéria se tornou um grande nervo, que vibra por milhares de quilómetros num espaço de tempo de cortar a respiração. Ou antes, o globo é uma enorme cabeça, um cérebro, instinto dotado de inteligência" *In* Kaku, 2006: 75 e Hawthorne, 1851: 207, em linha: http://gutenberg.org.

[276] Esta referência ao caminho-de-ferro explica-se pelo facto de este meio de transporte se ter assumido como o "[…] símbolo do Estado-nação industrial" (Mattelart, 1999: 19, epígrafe do ponto 3.). Assim, McLuhan parece sugerir que a sociedade do futuro, baseada essencialmente em circuitos e cablagens eléctricas, representará a superação do paradigma industrial, como de resto advogam os partidários da sociedade da informação.

significado totalmente novo sob condições de mudança muito rápidas. Será uma **megapolis informacional**"[277].

A Internet é subsidiária de progressos importantes alcançados e da posterior hibridação destes ao nível de dois dos seus elementos fundamentais: as telecomunicações, por um lado; a informática por outro. A telemática (área resultante, *grosso modo*, do casamento de conveniência verificado entre as telecomunicações e a informática[278]) encontra justamente na Internet a sua manifestação mais relevante.

A história de ambos os domínios é amplamente conhecida. Há inúmeras obras exclusivamente dedicadas ao estudo e registo cronológico dos principais momentos quer na área das telecomunicações, quer no espaço da informática, quer ainda no concernente à Internet. Destarte, qualquer iniciativa nossa nesse sentido redundaria necessariamente em fracasso, posto que, dificilmente conseguiríamos aqui reproduzir todos os muitos momentos merecedores de referência. Contentamo-nos, assim, no breve assinalar de alguns dos instantes mais decisivos na História das telecomunicações, da informática e da Internet.

4.1.1 As telecomunicações

Armand Mattelart (1999: 14-15) faz recuar ao final do século XVIII, mais concretamente ao aparecimento de uma organização político-económica assente em

[277] Mas poderemos continuar *ad infinitum*: Kerckhove (1997: 90-91) refere que "[a] Internet é uma rede de outras redes que permite a transmissão muito precisa e coloca o controlo nas mãos do utilizador. […] A Net é só por si um computador monumental, com espantosos bancos orgânicos de memória e processadores paralelos que hoje se situam entre os vinte milhões e amanhã serão mil milhões de co-processadores. Porque é que se há-de chamar a isso uma auto-estrada? A Internet é, na realidade, um cérebro, um cérebro colectivo, vivo, que dá estalidos quando o estamos a utilizar. É um cérebro que nunca pára de trabalhar, de pensar, de produzir informação, de analisar e combinar". Negroponte (1995: 108-109, tradução nossa) postula que "[a] distância é cada vez menos importante no mundo digital. De facto um utilizador não tem consciência dela. […] Quando se usa um sistema de distribuição como a Internet, para o entretenimento em geral, o planeta converte-se numa só máquina mediática".

[278] O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2005: 7682, negritos no original) apresenta três definições possíveis: "**1** Conjunto de serviços informáticos fornecidos através de uma rede de telecomunicações **2** ciência que trata da transmissão, a longa distância, de informação computorizada **3** […] 'técnicas e serviços em que se associam meios de informática e de telecomunicação' […]". Por seu lado o Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa (2000: 836) define telemática como o "[…] conjunto de técnicas e serviços que associam as redes de telecomunicação e a informática".

doutrinas liberais, o início e causa primeira do desenvolvimento das redes de comunicações originais. Com efeito, escreve o sociólogo francês (Mattelart, 1999:15, itálico no original):

> "A partir de 1776, na sua obra sobre as causas da riqueza das nações, o economista escocês [n.T.: refere-se a Adam Smith] fez do individualismo e da livre concorrência num mercado regido pela divisão internacional do trabalho, a pedra basilar do seu regime universal. A comunicação é funcional em termos de divisão do trabalho. Indispensável para melhor gerir a separação de tarefas no interior da fábrica, ela presta-se igualmente à organização do *atelier* mundial".

Mattelart (1999: 15, aspas no original) segue ainda socorrendo-se desta feita de outro dos nomes maiores do liberalismo. "«Produzir é mover»: esta máxima, cara a John Stuart Mill (1806-1873), fixa o horizonte comunicacional da economia política liberal da segunda metade do século XIX. A regra do livre-câmbio deve gerir tanto a informação como os meios de transporte. O princípio do livre fluxo da informação foi um corolário da livre circulação das mercadorias e da mão-de-obra". O problema da circulação de informação de forma livre e eficiente, visando o desenvolvimento da "República Mercantil Universal" (Adam Smith, *apud* Mattelart, 1999: 14) motivou a consequente constituição de dispositivos capazes de servir convenientemente um tal propósito.

É neste contexto que surge o telégrafo, primeiramente na sua versão óptica, também conhecido por linha de semáforo. O dispositivo consistia na transmissão de mensagens à distância sem a necessidade de deslocação de mensageiros. Desenvolvido em 1792, por Claude Chappe, em França tratava-se de um sistema que combinava várias bandeiras hasteadas no topo das torres integrantes da linha, separadas por uma distância de entre doze a vinte e cinco quilómetros, para transmissão de mensagens entre as mesmas. Na torre seguinte, o operador, munido de um telescópio, lia a mensagem e passava-a à torre seguinte. Esta técnica permitia, em média, a transmissão de duas palavras por minuto, sendo que, uma mensagem padrão de vinte e cinco palavras demoraria, desde Paris a Lille (a primeira linha de semáforo a ficar operacional), num trajecto de cento e noventa quilómetros, aproximadamente cinquenta minutos. A técnica rapidamente se desenvolveu também noutras paragens – Alemanha, Rússia, Inglaterra.

Porém, a verdadeira revolução aconteceu com o telégrafo eléctrico desenvolvido por Francisco de Salva no final do século XVIII. Com este dispositivo foi possível, não obstante o custo mais elevado da infra-estrutura (segundo o estudo apresentado por Kollányi, *In* Pintér (ed.), 2008: 84) multiplicar por sete vezes e meia o número de palavras enviadas por minuto, bem como diminuir para um terço os custos de exploração anual. Comparativamente, o custo de envio de uma mensagem de cem palavras seria de um dólar

e catorze cêntimos na linha de semáforo (telégrafo óptico), contra menos de quatro cêntimos no caso de uma linha de telégrafo eléctrico.

A utilidade inicial do telégrafo, como nota Babbage, (*apud* Mattelart, 2002: 43, tradução nossa), serviria, como usualmente, os objectivos da indústria da guerra. "Babbage anuncia a sua fé no poder das «máquinas de informação». […] Cinco anos antes da invenção do telégrafo eléctrico (1837) prevê: «Estás máquinas foram instaladas com o fim de transmitir informação em tempo de guerra. Porém o desejo crescente do homem rapidamente será, provavelmente, o de colocá-las ao serviço de finalidades mais pacíficas»".

Aqui, como em outros domínios, a Alemanha desempenhou um papel crucial, quer pelos acordos bilaterais celebrados com congéneres vizinhos (o caso do tratado assinado entre a Prússia e a Áustria por ocasião da ligação telegráfica entre as respectivas capitais: Berlim-Viena), quer pelo lançamento posterior da União Telegráfica Austro-alemã (Mattelart, 1999: 16). Rapidamente se percebeu o âmbito transfronteiriço do telégrafo. Surge assim, aproveitando um ambiente internacional favorável ao estabelecimento de acordos políticos e laços de cooperação supra-estaduais, a União Telegráfica Internacional (UTI). Constituída originalmente em 1865, a sua missão visava a criação procedimentos de actuação, normas e escalas de tarifas comuns entre os Estados signatários bem como efectuar a gestão dos fluxos telegráficos. Até 1870, refere Mattellart (1999: 18), o volume anual de comunicações por meio de telégrafo cifrava-se em cerca de trinta milhões. Na viragem do século, o número decuplicara. "O telégrafo – escreve o autor francês (Idem, *Ibidem*, p. 18, negrito nosso) – modificou profundamente o estatuto económico da informação, os métodos de colecta, de tratamento e de codificação. […] Na véspera da Primeira Guerra Mundial, […] as cotações da Bolsa de Cereais de Berlim eram afixadas **todas as manhãs nas cidades da Sibéria**"[279].

O estabelecimento de acordos bi e multilaterais entre diferentes estados, bem como da própria UTI, permitiram o rápido eclodir de uma vasta rede, continental e transcontinental, de telégrafo. Em 1851, (Mattelart 1999: 22-23 e 2002: 43), por meio da instalação do primeiro cabo submarino entre Calais e Douvres, efectivou-se a ligação entre as bolsas londrina e parisiense. O movimento de electrificação da superfície terrestre, ligando todos os pontos do disperso Império Britânico, impressionou pela rapidez com que

[279] A este respeito, veja-se também o contributo de Mitchell (1999: 40). Aí se refere que, em 1843 Samuel Morse enviou uma primeira mensagem de longa distância, em código morse, utilizando a linha de telégrafo entre Washington e Baltimore. Por volta de 1890 teorizava-se já acerca das espantosas potencialidades das comunicações sem fios, o que Marconi viria a conseguir já no século XX. A primeira mensagem transmitida por Marconi consistia num pulsar (um único *bit* de informação, como refere o autor).

se concretizou. Entre 1866 (data da instalação, após três tentativas falhadas, do cabo submarino transatlântico) e 1902 (o ano em que se fechou a malha da rede de comunicações telegráficas vitoriana com a entrada em funcionamento do cabo transpacífico), Ásia, Austrália, Antilhas, Améria do Sul, África foram sendo sucessivamente ligadas à metrópole. Este facto potenciou e consolidou o domínio do império britânico sobre as demais nações, posto que, no início do século XX, segundo Mattelart (1999: 22-23 e 2002: 43), o sistema de cabo do império da rainha Vitória representava aproximadamente dois terços do total da rede mundial. A hegemonia do Reino Unido era tal nesta matéria que os rivais (França, Alemanha, Espanha), se viam forçados, na suas próprias transmissões, a recorrer à infra-estrutura do inimigo, com os inerentes problemas de segurança que acarretava a opção de transmissão de informação tão sensível, quanto estratégica, pela infra-estrutura do concorrente.

O início do século XX trouxe consigo outra importante descoberta que prometia desencadear uma nova revolução no contexto da circulação de informação. Logo em 1901[280], Marconi oferece ao mundo a tecnologia das radiocomunicações, cujas patentes, rapidamente, os ingleses trataram de conseguir assegurar. Porém, antes de Marconi, muitos outros técnicos e investigadores desempenharam um papel activo no desenvolvimento da Telefonia Sem Fios (TSF). "Preste-se homenagem ao escocês James Clarck Maxwell que em 1864 estabeleceu uma teoria do conjunto das ondas electromagnéticas ao lado das ondas luminosas. Em 1887, o alemão Heinrich Hertz consegue descobrir e produzir as ondas que terão o seu nome. Em 1890, o francês Édouard Branly constrói o primeiro radiocondutor, um tubo cheio de limalha de ferro montada em circuito, com um galvanómetro e uma pilha" (Jeanneney, 2003: 121). Em 1894, ano em que Marconi principia as suas experiências de comunicação sem fios à distância, usando ondas hertzianas e transmitindo em código Morse (primeiro à distância de quatrocentos metros, depois de dois quilómetros), é desenvolvida também a primeira antena para este efeito. Só em 1901, como acima fizemos referência, Marconi consegue, realizar, a partir da Cornualha, a primeira transmissão transatlântica. Para tanto, socorreu-se de uma antena improvisada num papagaio de papel que subiu centro e vinte e dois metros acima do nível do mar, utensilagem que lhe permitiu atingir a Terra Nova (Jeanneney, 2003: 121)[281]. No contexto político internacional, uma reunião ocorrida em

[280] Deve entender-se que a data aqui indicada, de 1901, se reporta à transmissão transatlântica, posto que, em 1899, o mesmo Marconi já conseguira enviar uma primeira mensagem através do canal da Mancha. O texto reprodu-lo Jeanneney (2003: 122): "O Senhor Marconi envia ao Senhor Branly, utilizando a telegrafia sem fios e atravessando a Mancha, os seus respeitosos cumprimentos, sendo este belo resultado devido, em parte, aos notáveis trabalhos do Senhor Branly".

[281] A este respeito, não deixa de se mostrar oportuna uma referência ao *ex-libris* de Paris. Construída inicialmente por ocasião da Exposição Internacional de Paris de 1889, a Torre Eiffel, estava, uma vez terminado

1906, lançou a União Radiotelegráfica Internacional, organização que acabou por, nas palavras de Mattelart (1999: 24), promover o aumento da desigualdade entre os países no acesso às tecnologias de transmissão de informação à distância, com claro favorecimento das potências imperiais marítimas, as principais utilizadoras destes recursos, fomentando, na prática, a instituição de um quase monopólio nesta matéria.

Nesta altura já o telefone, patenteado em 1876 por Thomas Edison, se havia tornado uma realidade. Reunindo ambas as tecnologias, telefone e radiotransmissão, Lee De Forest, inventou o tríodo "[…] um amplificador que permite restituir, à chegada, a voz humana e que a adapta ao telefone" (Jeanneney 2003: 122). Rapidamente, o telefone adquire estatuto de objecto de modernidade e ostentação, sendo comuns representações da *Belle Époque* que mostram ricos burgueses com o auscultador encostado ao ouvido (Jeanneney 2003: 122). Porém, no plano internacional, o telefone, não logrou, até à entrada em funcionamento do primeiro cabo submarino transatlântico, em 1956, atingir grande popularidade à escala mundial (Mattelart, 1999: 25).

Em 1908, Lee De Forest efectuou, via ondas hertzianas, com alcance de vinte quilómetros, a transmissão, a partir do Metropolitan Opera de Nova Iorque, de uma actuação do tenor italiano Enrico Caruso. Volvidos quatro anos, Raymond Braillard, engenheiro da recém-constituída Societé Française de Radiotélégraphie, propõe a uma estação belga a divulgação de mensagens dirigidas a destinatários desconhecidos (Jeanneney 2003: 123). Porém, os militares rapidamente se aperceberam da importância estratégia desta tecnologia, pelo que, especialmente no contexto do progressivo incremento das tensões, ocorrido no plano das relações internacionais, na antecâmara da Primeira Grande Guerra, o livre desenvolvimento e utilização da nova tecnologia de comunicação à distância, sofreu severas restrições. Registem-se, ainda assim, os numerosos progressos que o núcleo essencial da técnica de rádiotransmissão conheceu, durante o conflito, estimulados, em boa medida, pelas circunstâncias envolventes. Só após o epílogo do primeiro conflito militar mundial foi, todavia, possível devolver a rádio à sociedade civil. Como explica Jeanneney (2003: 123) "[…] o verdadeiro arranque é posterior à guerra. Para o permitir é necessário que os estados aceitem renunciar, pelo menos parcialmente, a um instrumento que durante o conflito era essencialmente militar. Constitui-se então todo um público de sem-fiosistas, apaixonados por esta nova forma de comunicação, improvisando

o evento, condenada à sucata. Porém, atrasos vários no seu desmantelamento, deixavam-na, ainda de pé, por volta da primeira década do século XX quando, a primeira transmissão com voz humana, entre a Torre e Villejuif, é realizada em 1908. As condições únicas da Torre projectada por Eiffel, para efeitos de antena de transmissão de mensagens inalâmbricas, acabariam, embora esse papel nunca tivesse sido previsto no plano de construção original, por ditar a sua salvação (Jeanneney, 2003: 122).

os seus «postos de galena» e formando o primeiro meio adequado à divulgação dos progressos da rádio".

Embora não ignorados, no rumo que definimos[282], não cabem, neste particular, os desenvolvimentos posteriores da rádio, especialmente no tocante à exploração comercial da nova tecnologia e, principalmente, da, *lato sensu*, produção de conteúdos, i.e. da ascensão da rádio como meio de comunicação de massas, como meio de entretenimento, como meio de veiculação de informação e de mensagens (quaisquer que fossem as finalidades ou propósitos destas). Uma vez que, o princípio teórico/tecnológico adstrito ao desenvolvimento da televisão segue, na verdade, a mesma matriz ensaiada na rádio, optaremos, igualmente por descurar uma qualquer referência à "caixa que mudou o mundo".

O fundamental das tecnologias de telecomunicações resume-se nos elementos que, de forma necessariamente breve e parcelar, fomos observando ao longo das páginas anteriores: telégrafo, telefone e rádio. Eles constituem (convocando a analogia de Sfez (s/D.: 120) a essência nuclear da "rede das veias e dos nervos que transportam o sangue e os humores". Há, todavia um componente adicional nesta equação: o satélite.

A corrida espacial estava então no auge. Americanos e soviéticos disputavam renhidamente a hegemonia espacial. Em Outubro de 1957, os russos tomavam a dianteira desta disputa com o bem sucedido lançamento do Sputnik-I e, volvido menos de um mês, do Sputnik-II[283]. "O lançamento do Sputnik modificou tudo. Enquanto realização técnica o Sputnik captou a atenção do mundo e o povo Americano desprevenido. O seu tamanho impressionava mais do que o objectivo de 1,6kg perseguido pelo Vangard. Adicionalmente, o público temia que a aptidão dos Soviéticos para o lançamento de satélites se traduzisse igualmente na capacidade para lançar mísseis balísticos capazes de transportar armas nucleares a partir da Europa para os Estados Unidos. Porém, os Soviéticos atacaram de novo; a 03 de Novembro, foi lançado o Sputnik II, transportando uma carga muito mais pesada, incluindo uma cadela chamada Laica" (disponível em linha: http://history.nasa.gov/sputnik/). Imediatamente após o sucesso do arqui-rival, os americanos procuraram uma alternativa ao projecto Vanguard tendo avançado para o Explorer, lançado com sucesso em Janeiro de 1958. Por outro lado, o golpe de antecipação da URSS conduziu igualmente à criação da National Aeronautics and Space Administration

[282] No presente capítulo ocupamo-nos das tecnologias, i.e., do *hardware*, nas suas diferentes componentes/camadas, que constituem o reduto essencial da sociedade da informação: telecomunicações, computadores, Internet.

[283] Mais informação, vd. em linha: http://history.nasa.gov/sputnik/; http://en.wikipedia.org/wiki/Sputnik_1#Primary_sources.

(NASA), em 01 de Outubro de 1958, bem como de várias outras agências governamentais americanas.

Começava aqui o processo que levaria para a órbita geoestacionária centenas de satélites ao serviço dos mais variados fins: militares, informativos, de entretenimento, comerciais, etc.. Na actualidade a atmosfera exterior do globo terrestre encontra-se densamente povoada deste tipo de equipamentos, situação que tem vindo a criar dificuldades acrescidas na sua gestão. Colisões entre satélites, não constituindo fenómeno frequente, não são, todavia, inéditas. Os especialistas temem que, no futuro, este tipo de problemas, com consequências imprevisíveis, possam multiplicar-se. À gigantesca e complexa teia que envolve a superfície do planeta (as artérias e os nervos referidos por vários dos autores já mencionados), soma-se agora algo semelhante a uma segunda derme que rodeia o globo à distância, como se de um casulo se tratasse. Escudo que, tem tanto de comunhão, quanto de exclusão, tanto de amplificação, quanto de compressão, tanto de libertação, quanto de prisão… As redes de telecomunicações permitiram ao Homem uma quase omnisciência colectiva. Todavia, o acesso de uma minoria à grande inteligência colectiva implica, no reverso da medalha, a exclusão de uma esmagadora maioria silenciosa. Trouxeram o aumento exponencial do contacto entre os homens. Porém, reduziram o planeta a um espaço que é já menor do que a aldeia global de McLuhan. Libertaram o homem da clausura do entorno físico imediato. Contudo, deixaram-no refém do controlo e vigilância de um pan-pan-óptico anónimo, que a todos vê, que a todos controla, em todo o tempo, em toda a parte, *sempre*. No pan-óptico de Bentham, permanecia a dúvida quanto à observação. No mundo global, a dúvida desapareceu…

4.1.2 A informática e os computadores

Breton (1997: 139)[284] sustenta que John[285] von Neumann (1903-1957) e Alan Turing[286] (1912-1954) são, cada um à sua maneira, os responsáveis pela criação *ex novo*,

[284] Mas também Mattelart, 2002: 56 e ss. e ainda o mesmo Breton, 1994: 103 e ss..

[285] Originalmente, Johan. Von Neumann nasceu em Budapeste na Hungria, vindo posteriormente, no quadro das perseguições nazis aos judeus, a radicar-se nos Estados Unidos (a partir de 1930), onde mudou o seu nome próprio para John. Mais informação acerca de John von Neumann, vd. em linha: http://ei.cs.vt.edu/~history/VonNeumann.html#3; http://en.wikipedia.org/wiki/John_von_Neumann. Von Neumann ficou ligado ao segundo computador electrónico americano, o EDVAC, embora não tenha sido, ao contrário do

durante a década de 1940, de uma máquina diferente de todas as até então conhecidas. Refere-se o autor ao computador. Ambos visavam, no quadro mais vasto do projecto secular da duplicação, por meios artificiais, da vida humana[287], a criação de uma prótese inorgânica do cérebro do homem. Porém, a contribuição dos dois matemáticos relacionou-se bem menos com qualquer tipo de engenharia biológica, biotecnológica, mecânica ou robótica do que poderíamos supor. Neste, como em muitos outros grandes avanços tecnológicos, o ponto de partida encontramo-lo no campo da investigação militar sector que, como é do conhecimento comum, e especialmente no que aos Estados Unidos da América do Norte concerne, dispõe, em regra, de um acesso irrestrito e virtualmente ilimitado a recursos financeiros para efeitos de investigação.

Em 1943, foi assinado o contrato para a construção do ENIAC (**E**lectronic **N**umerical **I**ntegrator **A**nd **C**omputer)[288]. Esta máquina visava essencialmente acelerar a realização dos cálculos matemáticos necessários para o disparo das peças de artilharia[289].

---

que surge inúmeras vezes referido, o seu autor. Colaborou com a equipa, que já vinha do projecto anterior, o ENIAC, e foi o autor do relatório descritivo de apresentação do projecto.

[286] Mais informação acerca do autor, vd., http://www.turing.org.uk/turing/scrapbook/index.html; http://en.wikipedia.org/wiki/Alan_Turing. Alan Turing é igualmente conhecido pelo chamado Teste de Turing. Trata-se, na verdade, de um método de avaliação da capacidade de uma máquina para simular a inteligência humana. Turing pegou no jogo da imitação dos géneros e adaptou-o ao seu objectivo. Observemos, a este respeito o registo de Katherine Hayles. "Está sozinho na sala, à excepção de dois terminais de computador tremeluzindo na luz obscura. Você usa os terminais para comunicar com duas entidades numa outra sala, as quais não consegue ver. Confiando unicamente nas respostas delas às suas questões, terá de identificar qual é o homem, qual a mulher. Ou, noutra versão do famoso «jogo da imitação» proposta por Alan Turing no seu clássico ensaio de 1950 «Computer Machinery and Intelligence», vocês usa as respostas para decidir qual é o humano, qual a máquina?" (Hayles 1999: xi, tradução nossa). Turing é ainda famoso por ter conseguido decifrar o código das máquinas Enigma, o que fez, ao contrário do que é usual referir-se, sem o auxílio do computador *Colossus* (que surge normalmente ligado à Guerra Fria muito devido à longa metragem *Colossus: The Forbin Project*, quando na verdade, o papel do Colossus foi desempenhado no decurso da Segunda Guerra Mundial). A máquina *Colossus* foi construída com o único propósito de fornecer um meio rápido e eficaz de decifrar as mensagens codificadas pela *Enigma* alemã. A este respeito, vd., por exemplo, Lavington 1980: 8-12, Sfez, s/D.: 37 e ss., ou ainda Mattelart, 2002:56.

[287] Vd. a este respeito, Breton, 1997; Breton, 2003; Moravec, 1992; Turkle, 1989; Figueiredo, 2006.

[288] Mais informação em linha: http://en.wikipedia.org/wiki/ENIAC; http://en.wikipedia.org/wiki/John_von_Neumann. Vd. igualmente Ceruzzi, 1983: 104 e ss..

[289] Uma explicação razoavelmente detalhada encontramo-la em Ceruzzi, 1983: 106-108. Deixamos ainda assim algumas breves notas. Durante a Segunda Guerra Mundial algumas peças de artilharia pesada conseguiam alcances notáveis da ordem dos trinta quilómetros. Tal proeza era, porém, completamente inútil se, por outro lado, não fosse suficientemente precisa. No caso do alvo se situar a curta distância, o operador da peça conseguia discernir o alvo e efectuar as correcções necessárias. A distâncias maiores teria de confiar nas informações que lhe fossem transmitidas por um observador avançado. Em qualquer dos casos, necessitaria sempre de uma tabela de disparo, basicamente, um documento que informava acerca dos ângulos de elevação do mecanismo de disparo para atingir determinada distância. Adicionalmente estas tabelas poderiam ainda incluir informações como, por exemplo, a velocidade de impacto (que dependia da distância e era relevante no caso de o alvo ser um veículo blindado), ou o ângulo de impacto (igualmente importante se o objectivo do tiro era remover algum obstáculo). Porém, somente o determinar destas informações poderia implicar extensos e complexos sistemas de equações diferenciais. Por outro lado, estas nem eram as variáveis mais determinantes envoltas no cálculo do disparo. O factor mais importante era mesmo a resistência do ar ao projéctil. E essa, varia em função de elementos como o sejam a temperatura, humidade, altitude, forma/desenho do projéctil e, principalmente, a velocidade a que o projéctil viaja, posto que, quanto maior a velocidade, maior será a resistência. Por conseguinte, também o cálculo destas variáveis conduz a equações diferenciais,

Representou ganhos de eficiência, isto é, maior rapidez, na ordem dos vários milhares de vezes[290], por comparação com os sistemas electromecânicos que substituiu. Entrou em funcionamento em Julho de 1945 e foi definitivamente desactivado em 1955. Antes mesmo de o projecto ENIAC ter sido concluído já se encontrava em desenvolvimento uma segunda máquina análoga, embora apresentando um desempenho superior: o EDVAC (**E**lectronic **D**iscrete **V**ariable **A**utomatic **C**omputer)[291]. Entre muitas outras novidades técnicas, o EDVAC era já uma máquina binária (por comparação com o seu predecessor, que era decimal) e possuía memória na qual podiam ser armazenados programas. A construção do EDVAC foi proposta logo em 1944, pelos mentores do projecto anterior, aos quais se havia então juntado John von Neumann, e o seu desenho ficou concluído pouco tempo depois. O contrato para a construção foi assinado em 1946. Quando entrou em funcionamento o EDVAC apresentava uma memória de 5,5 Kilobytes[292] e uma capacidade para realizar

necessariamente fora do alcance de um operador comum. Acresce ainda que, tabelas de disparo que incluíssem todas estas variáveis, seriam extraordinariamente complexas, necessariamente incompatíveis com uma situação de combate e, com grande probabilidade, o tempo que o operador despenderia a recolher toda a informação necessária a um tiro certeiro, seria também o suficiente para que, entretanto, o alvo mudasse de posição, furtando-se, deste modo, ao fogo inimigo. Note-se ainda que, para cada peça de artilharia e para cada tipo de munição, teria de existir uma tabela de disparo, situação que, quase obrigaria as unidades a fazerem-se acompanhar de uma biblioteca ambulante… Deste modo, facilmente se percebe a necessidade de computadores, capazes de realizar cálculos em tempo real, com uma rapidez de processamento na ordem das centenas ou milhares de vezes superiores às humanas e, principalmente, com uma maior fiabilidade de resultados, dada a complexidade dos cálculos envolvidos. Mais tarde, este mesmo problema viria a merecer a atenção de Wiener, servindo como objecto de estudo da própria Cibernética, designadamente, no aperfeiçoamento do conceito de *feedback* (vd. por exemplo, Wiener, 1971 e Matellart, 2002: 56. De referir ainda que, todos estes projectos se encontravam, segundo Mattelart (2002: 56), dependentes do Comité Nacional de Investigação de Defesa dos Estados Unidos, cujo responsável era Vannevar Bush que, no início dos anos trinta tinha sido responsável pelo desenvolvimento de um analisador/calculador diferencial.

[290] Ceruzzi, (1983: 105, tradução nossa), aponta números um pouco mais modestos mas, ainda assim, assinaláveis. "O que é tão importante acerca da computação a velocidades electrónicas? O ENIAC computava cerca de 500 vezes mais rápido do que qualquer dos computadores electromecânicos, uma diferença de escala que fazia dele um tipo de máquina inteiramente novo. Com uma máquina de relés era sempre possível medir o poder de processamento em termos do número de humanos que podia substituir – que era a unidade de medida usada nos resultados publicados das máquinas dos Laboratórios Bell e do Mark 1 [nota nossa: computador britânico da época]. Mas o ENIAC foi construído precisamente para desempenhar uma tarefa que, por natureza, estava para lá das capacidades dos humanos ou dos computadores electromecânicos".

[291] Mais informação em linha: http://en.wikipedia.org/wiki/EDVAC; http://www.virtualtravelog.net/wp/wp-content/media/2003-08-TheFirstDraft.pdf; http://en.wikipedia.org/wiki/John_von_Neumann;

[292] A capacidade de memória não era, à época, expressa, na mesma unidade (byte) em que o é actualmente. O byte é a unidade de medida padrão da informação. Em termos muito genéricos e socorrendo-nos de uma analogia grosseira, corresponde a um caractere (letra, algarismo, símbolo, espaço, etc.). Apresenta um único submúltiplo o bit, (que corresponde ao estado de ligado ou desligado de um interruptor – 'zero' ou 'um' – daí o binarismo da linguagem digital). Uma cadeia de oito bits perfaz um byte. O byte apresenta igualmente múltiplos: Kilobyte (1Kb=1.024 bytes), Megabyte (1Mb=1.024Kb), Gigabyte (1Gb=1.024Mb), Terabyte (1Tb=1.024Gb), Pentabyte (1Pt=1.024Tb), Hexabyte (1Hxb=1.024Pt), Heptabyte (1Hptb=1.024Hxb)… A lista termina, para já, no Decabyte (um valor teórico), ou seja, 1.024Eneabytes. Decomposto de outro modo 1Decabyte = 1024Eb x 1024Ob x 1024 Hptb x 1024Hxb x 1024Pt x 1024Tb x 1024Gb x 1024Mb x 1024Kb x 1024 bytes, ou se preferirmos, 1Decabyte = 1024^{10}.

operações de adição em apenas 864 microssegundos e multiplicações em 2900 microssegundos[293].

Note-se, todavia, que tanto o ENIAC, como o EDVAC não foram, contrariamente ao que é usual sugerir-se, os primeiros computadores construídos. Sequer o foram no tocante à construção totalmente electrónica (no primeiro caso) ou quanto à introdução da linguagem binária (no segundo)[294]. Nem tão pouco, como temos vindo a salientar, o computador se deve unicamente a estes dois matemáticos. Com efeito, na mesma década, há, também, a destacar os trabalhos de Nobert Wiener que, partindo igualmente do problema dos cálculos em torno do uso das peças de artilharia, viria a propor uma nova ciência: a cibernética[295]. Entre vários outros conceitos inovadores, a Cibernética introduz o feedback (positivo e negativo[296]), ou retorno/retroalimentação, um elemento indispensável na aferição do êxito alcançado pela transmissão da informação.

Como em quase todas as histórias, também a informática tem, antes do seu registo cronográfico propriamente dito, uma pré-história. E essa começa, como sublinha Ceruzzi (1983: 3, tradução nossa), muito antes do século XX.

> A História da computação, se não a história do computador digital, pode começar na aurora da civilização, quando as pessoas primeiro procuraram medir e manter registo das existências de mantimentos, cuja gestão as libertou da ansiedade da sobrevivência diária. […] Ou podemos começar a história dos computadores com Blaise Pascal, que em 1642 construiu uma máquina de adição mecânica que realizava a adição automaticamente.

[293] O milissegundo corresponde a $1seg.x10^{-3}$ (isto é, 0,001 seg.); microssegundo corresponde a $1seg.x10^{-6}$ (isto é, 0,000001 seg.); nanossegundo corresponde a $1seg.x10^{-9}$ (isto é, 0,000000001 seg.). Seguem-se o pico-; fento-; ato-… A este respeito, vd., por exemplo, Sagan: 1998: 13-20, mas, especialmente, a tabela incluída na p. 19.

[294] A este respeito vd. Lavington, 1980; Ceruzzi, 1983; em linha: http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_computing_hardware; http://en.wikipedia.org/wiki/Colossus_computer; http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_computing;

[295] Vd. Wiener 1971; Figueiredo, 2003: 1: "Norbert Wiener principia a sua obra delimitando, desde logo, o campo de análise da mesma, isto é, as muitas ramificações da teoria das mensagens, em sentido amplo e, numa perspectiva mais restrita, o estudo das mensagens como meio de dirigir máquinas e sociedades, numa primeira alusão a um denominador comum imprescindível no controlo e direccionamento destes dois conjuntos sistémicos: a Cibernética. Exposta a origem e sentido etimológico do conceito cibernética (origem do grego *κυβερνετεσ* cujo significado se aproxima de governador), Wiener avança para uma definição do termo que coloca no mesmo plano, comunicação e controlo". Note-se que, não obstante a obra referencial da Cibernética date originalmente de 1948, Wiener, já em 1942 havia exposto as suas teses no decurso de um seminário no qual teve como activo participante John von Neumann. Vd. Breton, 1994: 29 e ss., 45 e ss., e 1997:142.

[296] Vd. Winkin, (1998: 42, itálicos no original): "[…] mecanismo do *feedback* positivo, aquele que reforça o sistema em sua escalada na direcção da destruição total. […] A idéia de *feedback* negativo permitia uma conceituação ao mesmo tempo mais simples e mais geral: por autocorrecções sucessivas, o sistema é capaz de voltar à estabilidade". O conceito de feedback foi originalmente apresentado no decurso das conferências da Macy Foundation, as quais contaram, ao longo da sua existência (1946-1953) com as participações de alguns dos mais destacados cientistas mundiais da época, de entre os quais destacamos, Gregory Bateson, Margaret Mead, John von Neumann, Norbert Wiener, Paul Lazarsfeld, Claude Shannon, William Ross Ashby, etc.. Os contributos destas conferências viriam, posteriormente, a estar na origem da Cibernética.

Lavington, (1980: 2) por seu turno, lembra também o contributo de Charles Babbage (1791-1871), a quem atribui o mérito de ter sido o primeiro a interessar-se pelas possibilidades proporcionadas pelos computadores baseados em programas armazenados/residentes em memória. Babbage terá desenhado um motor analítico mecânico, controlado por cartões perfurados (recorrendo aos princípios desenvolvidos por Joseph Marie Jacquard no seu tear), que, todavia, nunca conseguiu implementar devido a dificuldades técnicas[297]. Babbage é, não obstante o insucesso do seu projecto, responsável pela introdução de conceitos e soluções técnicas que, somente no início da era da electrónica, quase um século após a sua proposta original, viriam a ser recuperados e efectivamente concretizados. Ainda no século XIX, um outro importante contributo é o proporcionado por Hermann Hollerith (1860-1929). "Em 1890 – escreve Mattelart (2002: 45, tradução nossa) – a propósito do Censo Geral, a Administração Federal dos Estados Unidos estreia a máquina de cartões perfurados, inventada dez anos antes pelo estatístico [...], para o processamento automático dos dados recolhidos. A partir de 1896, esta máquina é fabricada e comercializada pela Hollerith Tabulating Machines Corp., base da firma IBM (International Business Machines)"[298].

Ceruzzi (1983: 1) esclarece que o computador digital moderno terá sido inventado algures entre 1935 e 1945. Lavington (1980: 2) defende mesmo que, excluindo Babbage da equação, a questão «Quem inventou o computador?» permanecerá, na verdade, irrespondida. Em meados da década de quarenta, argumenta, existiam vários grupos, entre os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Alemanha para quem, os conceitos de computador digital e de programa em memória eram amplamente familiares. Ainda assim, e seguindo Ceruzzi (1983: 6), o primeiro projecto a ter sido concluído não ocorreu, para surpresa de muitos, nos Estados Unidos, ou em Inglaterra, mas sim, na Alemanha. Konrad Zuse, um estudante de engenharia na Universidade Técnica de Berlim, começou por procurar formas alternativas de facilitar o seu extenuante trabalho com cálculos. E, embora, não fosse muito versado na compreensão das máquinas de calcular do seu tempo, a verdade é que, no final da Guerra, o engenheiro alemão, tinha não apenas desenhado e construído vários destes sistemas de cálculo automatizado, como também, lançado as bases para a teoria da computação que apenas viriam ser encontradas nos Estados Unidos e na Inglaterra mais de uma década depois. Os dispositivos electromecânicos da lavra de Zuse foram os primeiros a poderem ser programados[299] para efectuarem sequências de cálculos[300].

[297] A este respeito, vd. também Mattelart, 2002: 42-43.

[298] Vd. também Mattelart, 1996: 72.

[299] As noções de programa e, principalmente, de programação assumem-se como questões centrais em toda a ciência dos computadores, posto que, é por meio destas que concretizará a profecia do computador como

Não parece, por conseguinte, tomando como válidos os argumentos aduzidos por Breton, Lavington e Ceruzzi, subsistirem aprofundadas dúvidas de que, terá sido, neste período de dez anos (1935-1945), que tais máquinas foram originalmente construídas. Por outro lado, cruzando-se os testemunhos destes autores, emerge um conjunto de pioneiros que, terão necessariamente de ser referidos neste âmbito: Zuse, Turing, von Neumann, Wiener. Mas também, numa análise que inclua igualmente uma vertente pré-histórica, Pascal, Jacquard e Babbage.

Destarte, embora antes de 1935 já existissem aparelhos capazes de realizar cálculos e/ou de manipular informação, o facto é que, no dizer Ceruzzi (1983: 1), não se tratavam de verdadeiros computadores. O significado de computador recebia, aliás, até então um entendimento diferente[301], tendo vindo a adquirir novas acepções já depois de 1945. Lavington (1980: 1) explica ainda que o computador digital, com programas guardados na memória, ficou conhecido como o computador universal, visto que materializa duas características que se encontravam ausentes noutros tipos de máquinas de calcular. As funcionalidades a que se refere o autor consistem, por um lado, na capacidade de armazenamento interno, isto é, a memória, que é utilizada para reter instruções (o programa) e gerir ou trabalhar sobre informação (dados). Por outro, trata-se de uma máquina capaz de produzir determinados resultados (capazes de serem previstos) com base na combinação entre a informação introduzida e os objectivos do programa utilizado.

máquina universal. Observemos, a este respeito, as reflexões de Mattelart, 2002: 58: "Os informáticos começam a desenvolver o seu próprio discurso sobre os sistemas, a comunicação e o controlo. O computador adquire o seu verdadeiro sentido de «máquina universal», capaz, teoricamente, de resolver qualquer problema formulado de maneira suficientemente precisa, isto é, que pudesse ser sistematizado, matematizado, modelizado, reduzido a um algoritmo".

[300] Mais informação, vd. Ceruzzi, 1983: 10 e ss.. Vd. igualmente Mattelart, 2002: 58.

[301] Computador deriva do latim *computare*. A proximidade com conceitos análogos não é mera coincidência. *Computare* viria a evoluir (no português e até à revisão linguista de 1911) para *comptare*, *compta*, isto é, contar e conta. As sucessivas revisões linguísticas do Português, com especial enfoque na última, têm-no afastado da sua pureza original, tornando-o largamente incoerente e incongruente, ao passo que, noutra dimensão, tornam cada vez mais difícil qualquer exercício de análise etimológica, ou o descodificar do sentido de uma palavra pelo simples recurso à sua raiz. Polémicas doutrinais à parte quanto aos méritos/deméritos da ortografia portuguesa, presente ou futura, regressemos ao nosso objecto. E, neste particular, em rigor, um computador é uma máquina de calcular. Mas é também mais e daí se explica que tanto o castelhano quanto o francês, por exemplo, não seguissem esta linha e tenham optado por uma designação, provavelmente mais adequada à natureza essencial das operações informáticas: o ordenador. No mesmo sentido, Lavington (1980: 1) refere que a palavra computador tinha, até 1940 um único significado: um funcionário equipado com uma calculadora de mão que computava (comptava)/realizava os cálculos necessários para determinar salários, existências, previsões astronómicas, etc., tudo traduzido num processo altamente entediante. Ou ainda, socorrendo-nos de Ceruzzi (1983: 4, tradução nossa) "[…] o computador é algo mais do que somente uma sofisticada máquina de adição, ainda que, não obstante, no coração de cada computador esteja algo como a máquina de somar automática de Pascal. O computador é um sistema de máquinas interconectadas que operam em conjunto de forma coerente. Apenas uma dessas peças faz, realmente, aritmética. Um computador não calcula unicamente: também se lembra do que acabou de calcular, e automaticamente sabe o que tem de fazer com os resultados desses cálculos". Mais informação, vd. Ceruzzi, 1983: 4-5.

Até à eclosão da Segunda Guerra, Lavington (1980: 4) refere que eram conhecidos três tipos de máquinas de calcular. As mais vulgares eram as calculadoras de mão, do tipo electro-mecânico, as quais conseguiam realizar as quatro operações básicas de adição, subtracção, multiplicação e divisão. O tamanho destes aparelhos, muitos deles baseados em invenções alemãs, suecas e americanas, aproximava-se do de uma máquina de escrever. O segundo tipo recorria a cartões perfurados e tinha por base igualmente um sistema electromecânico. Inicialmente destinavam-se a operações de classificação e de catalogação relacionados com comércio e estatísticas diversas, embora, mais tarde, tenham começado a ser usados, também, com finalidade de cálculo científico. Tinham por base os trabalhos que Herman Hollerith e James Powers haviam desenvolvido nos Estados Unidos por volta da viragem para o século XX. O terceiro e último tipo relatado por Lavington consiste, na verdade, no mais espectacular. O Analisador Diferencial[302] consistia numa enorme e poderosa máquina especializada na resolução de equações capaz de resolver com grande rapidez os problemas matemáticos mais complexos, tendo, por conseguinte, desempenhado tarefas muito importantes em várias áreas da investigação científica na época.

Em plena Segunda Guerra Mundial os projectos *Colossus* introduziram uma nova tecnologia. Até então, os sistemas eram essencialmente constituídos por relés capazes de mudar de estado em alguns milissegundos. Com a substituição destes componentes pelas mais modernas válvulas, a velocidade de processamento aumentou substancialmente. As válvulas que só em meados da década de sessenta foram substituídas pela geração seguinte, constituída essencialmente por transístores, permitiram superar a barreira dos microssegundos. Por fim, em finais da década de setenta os transístores passaram a ser desenhados em placas de silício, dando origem aos hoje muito comuns circuitos integrados (usualmente conhecidos por *microchips*), cujo preço e tamanho desde então não mais cessou de decrescer[303]. Como observa, com toda a propriedade, Ceruzzi (1983: 1, tradução nossa) da Segunda Guerra Mundial "[…] em diante os computadores continuaram a desenvolver-se e a melhorar, tornando-se dramaticamente baratos e pequenos, mas, na

[302] No original, Differential Analyser.

[303] A este respeito, veja-se também Gates (1995: 27, tradução nossa): "Por volta dos inícios dos anos de 1960, os transístores tinham suplantado os tubos de vácuo na electrónica de consumo". Esta situação ocorreu apenas uma década após ter sido descoberto, nos laboratórios Bell que um pequeno pedaço de silício poderia desempenhar a mesma tarefa que um tubo de vácuo. Além de que podiam funcionar igualmente como interruptores eléctricos, os transístores requeriam muito menos energia, libertavam menos calor e ocupavam menos espaço. Para mais, múltiplos transístores poderiam ser integrados/combinados uns com os outros dando origem aos circuitos integrados. Essa é a base dos computadores de hoje. Circuitos integrados contendo milhares de milhões de transístores, reduzidos a escassos centímetros quadrados. (Gates, 1995: 27). E, ainda Castells (2007: 61) salienta que "[…] os avanços em microelectrónica transformaram o mundo da informática. Em 1983, o microchip Motorola 68000 permitiu o desenvolvimento de microcomputadores com uma potência sem precedentes".

verdade, o seu desenho não se alterou. Por isso a história sobre o que aconteceu naquele período de dez anos revelará boa parte de toda a história do computador tal como é conhecido hoje".

De facto, assim é. O desenho do moderno computador electrónico, não difere essencialmente do esquema eleito por John von Neumann aquando da elaboração da proposta/relatório do EDVAC[304]. Evidentemente que, ao longo destas quase sete décadas o computador transfigurou-se radicalmente[305]. Hoje, um qualquer electrodoméstico possui, de longe, mais poder de processamento do que o mais avançado dos computadores da década de quarenta. Um vulgar telemóvel, apresenta, na actualidade, um desempenho milhares de milhões de vezes superior à mais extraordinária das máquinas dos meados do século passado. O computador do século XXI, acoplado a outras tecnologias, é tão extraordinário que criou de raiz todo um admirável (ciber)mundo novo. Comparados com as capacidades dos presentemente disponíveis à quase totalidade da humanidade, a uma fracção do custo dos de então, os computadores originais, parecem analogamente assemelhar-se aos rudimentares utensílios dos homens primitivos. Porém, foi aí que tudo, verdadeiramente, teve o seu início.

[304] "O texto de John von Neumann, conhecido por conter os planos do computador moderno, poderá surpreender porque não constitui *stricto sensu* um trabalho de engenheiro. Não contém qualquer desenho ou qualquer representação gráfica da máquina. Trata-se de um puro texto, escrito em inglês, num estilo decerto particular, mas que nada tem a ver com um documento técnico no sentido clássico do termo" Breton (1997: 142, itálico no original). Veja-se ainda Ceruzzi (1983: 6, tradução nossa): "Depois de 1945 a evolução da tecnologia de computação seguiu uma única linha até ao presente. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os muitos projectos que se encontravam em desenvolvimento um pouco por todo o mundo tornaram-se conhecidos e foram publicados a diversos níveis. Os relatórios das conferências e outras descrições escritas dos primeiros computadores tornaram-se modelos para os computadores seguintes. As ideias e escritos de um homem, John von Neumann, foram especialmente influentes, de tal modo que ainda hoje os computadores são definidos como tendo uma arquitectura do «tipo von Neumann»".

[305] Entre algumas das mais notáveis, refiram-se os periféricos, as interfaces, os programas de produtividade e as redes. Os computadores dispõem hoje de uma vasta parafernália de periféricos de entrada (input – teclado; rato; microfone; câmara; entre outros), de saída (output – monitor, alguns deles tácteis, que permitem igualmente a entrada de informação; impressora; colunas altifalantes; placa de vídeo; etc.), de entrada/saída (input/output – unidades de memória secundária; aparelhos de multifunções; placas de rede com e sem fios; placas de som; moduladores de sinais, i.e., modem's; etc.). Por outro lado, as complicadas linhas de programação das décadas anteriores foram comprimidas em algumas linhas de comandos/instruções básicas durante a década de oitenta (os comandos de MS-DOS, principalmente, - xcopy, copy, move, attrib, del, deltree, format, dir, md, cd, rd, vol, ren, etc…) que por sua vez evoluíram para ambientes gráficos organizados segundo a lógica do clique no ecrã e já não na redacção de instruções. Neste aspecto, a versão 3.0 do Windows (e mais tarde a 4.0, que conhecemos geralmente como Windows 95) e o Apple II (com o sistema operativo MAC-OS) introduziram alterações substanciais. Relativamente às ferramentas de produtividade, hoje os programas (software) distinguem-se entre de sistema (Windows, MAC-OS, Linux, Unix, etc.) e todos os outros (pacotes de produtividade de escritório – o Office, o OpenOffice ou o StarOffice, por exemplo –, ferramentas de gestão mais ou menos personalizadas, e a antiga categoria intermédia de *software* de desenvolvimento, uma classificação híbrida, na qual se arrumavam todas as soluções que permitiam construir outros programas, com destaque para as linguagens de programação (Pascal, Turbo Pascal, Cobol, Basic, Visual Basic, C, C+, C++, HTML, etc.). No mundo do século XXI, os computadores conversam em permanência e deixaram de estar sós no mundo. Tal avanço foi, em grande medida, possibilitado pelas redes, às quais nos dedicaremos, no ponto seguinte e, de modo muito particular, à Internet, pelo que, remetemos para aí.

4.1.3 A Internet

A origem da Internet remonta a Setembro de 1969. O conceito de uma rede de redes, porém, conforme, faz notar Mattelart, (2002: 51, tradução nossa), apoiando-se em Paul Otlet, é anterior em, pelo menos, várias décadas à rede de informação cibernética da actualidade.

> Contrariamente ao que o fascínio pela sociedade das redes poderá fazer crer um século mais tarde, a representação reticular do planeta é […] muito anterior ao que se convencionou chamar de «revolução da informação». O conceito de rede já jogava com a noção biológica de interdependência, tomada da linguagem do universo da célula. Não é de se estranhar, portanto, que uns quarenta anos depois de ter fundado o Instituto Bibliográfico de Bruxelas, Otlet, antecipe a ideia de rede das redes. No livro […] Tratado de documentação, o livro sobre o livro, expõe a arquitectura de uma «rede universal de informação e documentação». Uma rede que enlaça centros produtores, distribuidores, utilizadores, qualquer que seja a especialização e o lugar. A grande biblioteca está equipada com telas. Graças ao telescópio eléctrico, o livro-telefone permite «ler em casa páginas solicitadas com antecedência de livros expostos na sala de leitura das grandes bibliotecas»"[306].

Interessa-nos, porém, investigar, ainda que resumidamente, o desenvolvimento da ARPANet[307], uma rede de computadores surgida no seio da ARPA[308] (mais concretamente no IPTO[309]), que visava optimizar a utilização e partilha dos recursos de processamento de informação, num tempo em que estes eram simultaneamente escassos e dispendiosos. "A construção da ARPANet – escreve Castells (2007: 26) – justificou-se como um meio de repartir o tempo de trabalho *on-line* dos computadores entre os vários centros de

[306] Numa outra passagem igualmente citada por Mattelart, (Otlet, *apud* Mattelart, 2002: 50, tradução nossa) o autor refere que "Otlet cunhou o termo «mundialismo» para melhor realçar a simbiose com uma ideia de rede universal, técnica e, ao mesmo tempo, social. Um pensamento ajustado ao ritmo de ligação do globo, quer pelas redes de cabo submarino, o correio internacional, e outras redes técnicas, como as múltiplas redes comunitárias que surgem durante a segunda metade do século XIX, apoiadas no reconhecimento das liberdades de imprensa, expressão e associação, e [que] deram um impulso inesperado aos intercâmbios entre as sociedades civis".

[307] Para mais informação consultar os sítios Internet: http://en.wikipedia.org/wiki/ARPANET e http://www.livinginternet.com/i/ii_arpanet.htm.

[308] *Advanced Research Projects Agency*. Em Março de 1972 a agência foi renomeada, passando desde então a ser conhecida por DARPA (*Defence Advanced Research Projects Agency*). A ARPA foi um organismo criado pelo governo dos Estados Unidos como resposta ao lançamento do satélite soviético *Sputnik-1*, em 1957. Dedicava-se a projectos de investigação avançada em matéria de defesa. Vd. o sítio da organização: www.darpa.mil.

[309] *Information Processing Techniques Office* ou, na designação portuguesa, Divisão de Técnicas de Processamento de Informação, cuja fundação remontava a 1962 sob uma unidade pré-existente (Castells, 2007: 26).

informática interactiva e grupos de investigação da agência". O caderno de encargos incluía ainda, segundo o mesmo autor, a concepção de uma arquitectura flexível, descentralizada e capaz de sobreviver a um ataque nuclear. Os primeiros quatro nós da rede, localizados na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), no Stanford Research Institute (SRI), na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara (UCSB) e na Universidade do Utah, ficaram operacionais logo em 1969. Volvidos dois anos, este número havia crescido para quinze, a maioria ligados a actividades de investigação universitária.

Não demorou muito que o conceito inicial de rede de computadores, ou de partilha de recursos de processamento, mudasse para uma bem mais abrangente arquitectura de rede de redes. O passo seguinte, após uma primeira demonstração bem sucedida num Congresso Internacional em Washington em 1972, visou justamente a ligação da ARPANet a outras redes. As primeiras foram a PRNET e a SATNet, as quais nasceram igualmente no âmbito da ARPA (Castells, 2007: 27). Um tal objectivo impunha desde logo a existência de protocolos de transferência de informação padronizados. Dessa tarefa se ocuparam, entre outros, Vinton Cerf[310], Robert Kahn[311], Gerard Lelan e Robert Metcalfe[312]. Assim, surge primeiro, em 1973 o *Transmission Control Protocol* (TCP) e, mais tarde, 1978, o *Inter-network Protocol* (IP) daí resultando o TCP/IP, o padrão sobre o qual foi construída toda a Internet. O TCP/IP visava a substituição de um outro protocolo então dominante na ARPANet (o NPC), mas a sua adopção só viria a concretizar-se mais tarde. Após 1975, a gestão da ARPANet foi transferida para a *Defense Communication Agency* e esta última viria a desenvolver uma nova rede, unificando as pré-existentes nos diferentes ramos das forças armadas: a *Defense Data Network* (Castells 2007: 27-28).

O ocaso da ARPANet começou em 1983. "[O] Departamento da Defesa, preocupado com possíveis violações do seu sistema de segurança, decidiu criar a rede MIL-Net, destinada exclusivamente a funções militares" (Castells, 2007: 28). A ARPA-INTERNet

[310] Vint Cerf, como é mais conhecido, é um matemático americano nascido em 1943 em New Haven. Ocupou até há poucos anos o cargo de director do ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* – o organismo que gere a nível internacional a atribuição de domínios da Internet – vd. o sítio da organização: www.icann.org), e é desde 2005 um dos vice-presidentes da Google. À data Cerf estava ligado à Universidade de Stanford.

[311] Robert Kahn nasceu nos Estados Unidos em 1938. É juntamente com Vint Cerf um dos fundadores do protocolo TCP (mais tarde TCP/IP) a arquitectura sobre a qual assenta toda a estrutura da Internet. Em 1972 o informático estava ligado ao IPTO da ARPA. Foi galardoado em 2004, junto com Cerf, com o prémio Turing (relativo a Alan Turing).

[312] Robert Metcalfe é um engenheiro electrotécnico e informático americano. Nasceu em Brooklin em 1946. Em 1973, já com o doutoramento concluído, encontrava-se a trabalhar no Xerox PARC (Palo Alto Research Center), em Palo Alto, no momento em que é criado o protocolo *Ethernet* (o qual permite a comunicação e troca de informação entre computadores a curta distância). Foi o responsável pela ligação do MIT à ARPANet, depois de idêntico projecto que apresento à Universidade de Harvard ter sido recusado. Abandonou o Xerox PARC em 1979 para fundar a 3Com uma empresa de fornecimento de soluções para redes do tipo *Ethernet*.

herdeira da ARPANet haveria de ser convertida numa rede dedicada à investigação e a sua gestão entregue (em 1990) à *National Science Foundation* (NSF). A NSF, que desde 1984 detinha uma rede própria, passou a partir de 1988 a usar como espinha dorsal da NSFNet a arquitectura da ARPANet. Uma vez esvaziada de propósito, obsoleta do ponto de vista tecnológico, e perdido também o seu carácter militar a ARPANet foi desmantelada. Rapidamente a NSF, aproveitando a abertura ao domínio público da tecnologia de criação de redes, o processo de desregulação do sector das telecomunicações e o facto de a maioria dos computadores nos Estados Unidos possuir já, no início da década de 1990, os recursos de *hardware* necessários para aceder a uma rede, promoveu a privatização da Internet, a qual se intensificaria com o encerramento da NSFNet em 1995[313].

O ambiente desregulado e privado da Internet fomentaram o aparecimento de investidores particulares que começaram a exploração comercial do acesso à Internet (os *Internet Service Providers* – ISP's), construindo as suas próprias redes e pontos de acesso (*gateways*). A rede das redes não mais cessará de crescer, beneficiando de sucessivos desenvolvimentos tanto nas comunicações, como nos computadores, que permitiram a disponibilização em linha de ferramentas e recursos cada vez mais apelativos que, por sua vez criaram mercado para novos utilizadores, gerando economias de escala. Ora, a consequente redução de custos daqui decorrente atraiu novos utilizadores e consumidores, processo que, por sua vez, gerou os recursos necessários para contínuos desenvolvimentos, numa progressão exponencial que não mais cessou.

Este Ciclo Virtuoso da Economia Digital (Comissão Europeia, 2010), não teria sido, contudo, possível, se uma outra revolução não se tivesse produzido. É aqui que entra Timothy Berners-Lee[314]. "O que tornou possível à Internet a sua abrangência mundial foi –

[313] A par com a ARPANet, merece igualmente referência o aparecimento, em França, durante a década de 1980, de um serviço que funcionava identicamente sobre as redes telefónicas. O *Minitel*, lançado em 1982 pela *Poste, Téléphone et Télécommunications* (PTT), a empresa gaulesa de serviços postais e telefónicos, apresentava-se então como uma aplicação de videotexto em linha. Entre outras operações, os utilizadores podiam efectuar compras em linha, reservas nos comboios, consultar as cotações bolsistas, efectuar pesquisas na lista telefónica e possuir uma caixa de correio electrónico. Era também possível conversar em linha, uma aplicação surgida na antecâmara das salas de conversação (*chats*) que a Internet viria, mais tarde, a popularizar. O *Minitel* apresentou-se, pois, como uma Internet com roupagem civil. Ainda hoje o serviço conta com cerca de dez milhões de acessos mensais e foi o motivo que levou, durante bastante tempo, ao parco interesse que os franceses demonstraram na Internet. Hoje, dada a progressiva perda de importância, bem como a sua crescente desactualização face à tecnologia mais aberta e global permitida pela Internet, a *France Télécom* anunciou o encerramento, para o final do mês de Junho de 2012, deste serviço pioneiro. Além da França, outros países desenvolveram sistemas semelhantes, como Reino Unido, Alemanha, Irlanda, Canadá, Itália, etc.. Mais informação: http://en.wikipedia.org/wiki/Minitel; http://www.dlib.org/dlib/december95/12kessler.html; http://www.minitel.fr/ (o sítio oficial).

[314] O físico britânico, nascido em Londres em 1955 é mais usualmente conhecido pelo diminutivo Tim (Berners-Lee). A ele é creditada a "invenção" da World Wide Web. Ocupa actualmente, entre outros os cargos de director do *World Wide Web Consortium* (W3C), organismo responsável pela supervisão do desenvolvimento da Web e de investigador principal no *Massachussets Institute of Technology* (MIT).

na óptica de Castells (2007: 31, itálico no original) – *a world wide web*". Berners-Lee estava na sua segunda passagem pelo *Centre Européen pour la Recherche Nucléaire* (CERN). Em 1980, o físico inglês, desenvolvera, aquando da sua primeira estada neste laboratório europeu de alta tecnologia sedeado na Suíça, um programa de pesquisa de informação, baseado numa solução não linear, isto é, em que o utilizador buscaria a informação, não página a página, numa lógica sequencial como usualmente, mas por meio de um esquema de ligações, em forma de teia, entre as diversas palavras-chave. O hipertexto representava uma solução de gestão da informação completamente inovadora. Ao pesquisar uma destas palavras-chave, a pesquisa devolveria um conjunto de resultados, dentro dos quais poderiam existir, se assim programadas, novas ligações a novas palavras, as quais remeteriam para outras e, assim sucessivamente *ad infinitum*... O objectivo principal visava a minimização das perdas de informação decorrentes da acumulação de dados de um projecto colossal como, no caso, o LHC, e, simultaneamente, optimizar e racionalizar a gestão e pesquisa da informação relativa ao mesmo. *Enquire* fora o nome com que o cientista baptizara o seu primeiro projecto.

Depois de um interregno de alguns anos, Tim Berners-Lee voltou ao CERN e, em 1989, apresentou, sob a forma de proposta[315], uma versão melhorada deste seu pesquisador (*browser*). O ponto de partida para este projecto resume-o Berners-Lee:

> "Muitas das discussões acerca do futuro no CERN e da era do LHC terminam com a questão: «*Sim, mas como iremos manter os registos de um tão grande projecto?*». Esta proposta fornece uma resposta para tais questões. Primeiramente, discute o problema do acesso à informação no CERN. Depois, introduz a ideia de sistemas de informação ligados e compara-os com maneiras menos flexíveis de pesquisa de informação. Depois, sumariza a minha curta experiência com sistemas de texto não-linear conhecidos como hipertexto, descreve quais as necessidades do CERN de um tal sistema e qual a indústria que o pode fornecer. Por fim, sugere etapas que deveremos tomar para nos envolvermos agora com o hipertexto, de modo a que, individual e colectivamente, possamos compreender o que estamos a criar (Berners-Lee, 1989, disponível em linha: http://www.w3.org/History/1989/proposal.html, tradução nossa)[316].

Com a colaboração de Robert Cailliau, um engenheiro de sistemas, juntos construíram um navegador/editor de páginas Web, dando forma ao *World Wide Web*, o nome que escolheram para este sistema de hipertexto (Castells, 2007: 32; http://info.cern.ch/). Aos já existentes *Transfer Control Protocol/Internet Protocol* (TCP/IP) (surgidos no contexto da ARPANet) foi adicionado o *WWW*. O objectivo de criar uma

[315] Mais informação: http://www.w3.org/History/1989/proposal.html; http://info.cern.ch/Proposal.html. Veja-se igualmente, Norris, 2001: 1.

[316] Na conclusão, o autor acrescenta ainda que "[d]evemos trabalhar com vista a um sistema de informação universal ligado, no qual generalidade e portabilidade são mais importantes do que técnicas gráficas fantasistas e serviços extra complexos. O objectivo será permitir um local no qual possa ser encontrada qualquer informação ou referência que alguém achou relevante, e um meio de encontrá-la mais tarde" (Berners-Lee, 1989, [em linha]: http://www.w3.org/History/1989/proposal.html, tradução nossa).

aplicação de hipertexto, e um sistema informático descentralizado, ao alcance de qualquer computador pessoal, através de uma rede, ganhava forma. Para o êxito do projecto era igualmente indispensável o desenho de um serviço de endereçamento. Surge deste modo o *Domain Name System* (DNS).

Resolvidos estes desafios, em Agosto de 1991, o endereço http://info.cern.ch/hypertext/WWW/TheProject.html (cuja versão original já não se encontra disponível[317]) tornava-se oficialmente o primeiro sítio da Internet, disponibilizando o *software* para o *browser www*[318]. Vários grupos de *hackers* começaram então a desenvolver os seus próprios programas de pesquisa de informação. É neste contexto que surge o *Mosaic*, o primeiro *browser* com uma orientação vincadamente comercial (Castells 2007: 32), desenvolvido por Mark Andressen e Eric Bina no Centro Nacional de Aplicações para Supercomputadores da Universidade de Illinois, e que foi disponibilizado de forma gratuita na Internet. Em 1994, foi fundada (por Jim Clark, Mark Andressen e Eric Bina) a Mosaic Communications, que viria a dar origem à *Netscape Communications*, empresa que comercializou o primeiro *browser* puramente comercial: o *Netscape Navigator*. Só em 1995, com a fusão do *MS-DOS* e do *Windows* no *Windows 95* a *Microsoft* «acordou» (nos termos de Castells, 2007: 33), para a Internet, passando a incluir no seu novo sistema operativo (Windows 95) uma aplicação especificamente concebida para a navegação na *World Wide Web*: o *Internet Explorer*.

Desde então inúmeras aplicações foram desenvolvidas na e para a Internet: motores de busca, navegadores, sistemas de segurança, etc.. A Internet criou oportunidades de negócio gigantescas, tornou-se um mercado colossal e, no presente, algumas das maiores empresas mundiais encontram-se, por via directa ou indirecta, ligadas à economia digital[319]. As sociedades terão conhecido, por via da Internet, a mais radical e

[317] Existe, todavia, uma cópia posterior deste primeiro endereço [em linha]: http://www.w3.org/History/19921103-hypertext/hypertext/WWW/TheProject.html. Vd. ainda as seguintes ligações que mostram imagens dos trabalhos originais de Berners-Lee: a versão original [em linha]: http://info.cern.ch/NextBrowser.html; e a versão posterior de 1993 [em linha]: http://info.cern.ch/NextBrowser1.html.

[318] Para mais informação consultar [em linha]: http://info.cern.ch/.

[319] Veja-se o exemplo da Apple. A empresa tecnológica fundada por Steve Jobs (recentemente falecido) e Steve Wozniak superou, no dia 09-08-2011 (tendo a partir de meados de Janeiro de 2012 passado a ocupar essa mesma de posição de forma mais estável), a Exxon enquanto empresa com maior capitalização bolsista do mundo. Recordemos que tal capitalização reflecte não o capital social ou o património material da empresa, antes sim o capital técnico e de conhecimento da mesma, isto é, reflecte os activos imateriais e não os materiais de uma organização. Vd. [em linha]: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=500769). Já antes, também a Microsoft e a America On-Line (AOL) tinham alcançado idêntica proeza. Ainda a este respeito, lembremos alguns dos negócios mediáticos (e bilionários) envolvendo empresas tecnológicas, como a compra, por exemplo, dos negócios Youtube, Doubleclick ou Motorola Mobility pela Google, a fusão, mais antiga, da AOL com a Time Warner, a fusão entre a Hewlett-Packard e a Compaq, ou ainda a da Fujitsu com a Siemens, etc.. Isto mesmo é referido por Lash (2002: 143). A capitalização de mercado, sustenta, estava ao tempo dos caminhos-de-ferro

profunda transformação desde que o homem é homem, num processo cujos efeitos se encontram ainda largamente por compreender, posto que, a reflexão sobre a Rede não logrou superar ainda sequer as balizas de uma análise baseada nas oscilações de superfície descritas por Fernand Braudel. A profecia de Paul Virilio (1993), na qual o pensador francês anunciava a velocidade da luz como a velocidade da imobilidade total, parece enfim cumprir-se.

ligada aos activos, mas na dimensão da propriedade real. Agora também está ligada aos activos, mas na perspectiva do capital intelectual, da propriedade intelectual. Esta é uma situação que pode ajudar a justificar as teses daqueles que anunciam uma mudança de paradigma. Da antiga para a nova economia, os activos reais da Exxon são superados pelos activos imateriais da Apple, empresa toda ela da sociedade da informação.

Capítulo

5 Sociedade da Informação: para lá da imprecisão conceitual

A primeira observação a tomar em consideração acerca da sociedade da informação será justamente esta dimensão semi-anárquica que acompanha as diferentes tentativas de definição da disciplina. Consoante a perspectiva académica, ou área científica, que sobre a questão se debruça, assim se modificam também a ênfase e o discurso sobre a problemática. Cardoso (1999: 1) aponta aliás as diferenças verificadas entre os discursos político e académico. Este último procura valorizar e explorar as dimensões dos efeitos positivos/potencialidades, não esquecendo igualmente as limitações/ameaças inerentes a uma sociedade de matriz tecnológica. O discurso político, pelo contrário, seguindo uma certa lógica de colonialização pelo ambiente, não raras vezes, entusiasta, *quasi* profético e (segundo os críticos) utópico, reinante no mundo tecno-económico, tende a considerar apenas os aspectos positivos, negligenciando todos os demais. Posição esta que não difere muito da apresentada por Martin (2004: 4)[320] notando a existência de um discurso oficial muito centralizado na dimensão técnica da sociedade da informação[321].

[320] O autor refere que a descrição do impacto social da sociedade da informação é quase totalmente coincidente com o relato dos aspectos técnico-económicos. Por um lado, porque esta dimensão domina o discurso oficial e o

Dos vários contributos assinalados parece, destarte, resultar uma cisão doutrinal. É, pois, possível encontrarmos dois tipos de discurso: o tecno-científico (que é coincidente com o político e também com o económico) e, em claro contraste com este, o académico. O primeiro apresenta-se com notas de monolitismo e de optimismo irrefreado, apenas valorando as aparências positivas da tecnologia, esquecendo os aspectos menos positivos, ignorando, nalguns casos, os perigos potenciais, especialmente os relacionados com o controlo e manipulação da informação e, consequentemente, das sociedades. O segundo pode revelar-se, por vezes, equívoco, porque, profundamente heterogéneo e, não raras vezes, fragmentário e parcelar. Um terceiro que procura aproximar e sintetizar os anteriores.

Acresce ao atrás exposto, uma dificuldade adicional. Além desta dissidência discursiva (entre o registo académico e os outros – político, económico, empresarial, técnico, etc..) é igualmente comum verificar-se um profundo desacordo quanto ao que é, quanto ao que significa ou, quanto às dimensões/áreas que devem ser valoradas/consideradas no estudo da sociedade da informação. Ora, tal leva a que, na opinião de inúmeros autores (Martin, 2004; Karvalics, *In* Pintér (ed.) 2008; Cardoso, 1999 e 2006; Castells, 2007) não se consiga apontar os aspectos em que a sociedade da informação difere das outras sociedades que a antecederam. Esta problemática será objecto de uma maior atenção mais adiante neste trabalho.

Na categoria de sociedade da informação ordenam-se, em repetidas ocasiões, conceitos e realidades que, ao invés de esclarecerem, apenas contribuem para o adensar da confusão. Assim, é usual arrumarem-se em duas categorias principais os diferentes registos discursivos acerca da sociedade da informação, classificação que, conforme veremos em seguida, pode revelar-se algo redutora da diversidade intrínseca adstrita a esta realidade. Desde logo, as sucessivas tentativas ensaiadas no sentido de estabelecer com algum rigor um conceito de sociedade da informação têm (as críticas subsequentes a cada

---

núcleo central das acções tomadas. Noutra perspectiva, porque continua a existir "[…] uma falta de consenso acerca do que a sociedade da informação é ou significa […]". A conjugação destes dois elementos provoca uma aparente incapacidade de explicar em que aspectos a sociedade da informação difere de outras sociedades.

[321] Neste registo encontramos igualmente autores que, de uma forma mais ou menos explícita, convergem nesta direcção. São os casos, por exemplo, de Fuchs (2008), Preston (*In* Servaes, 2003), Robins e Webster (2005), Webster (2002), Winston (2007), Castells (2007), Cardoso (1999 e 2006), Shenk (1997), Pintér (2008)… Na perspectiva deste último, que acompanhamos, uma outra crítica que deve fazer-se à sociedade da informação, e designadamente aos autores do determinismo tecnológico, é também a abordagem que empreendem a partir do topo para a base. O autor entende que só é possível uma sociedade da informação com o envolvimento de toda a sociedade, o que não parece ser claro num esquema deste tipo. Além do mais, fala ainda num optimismo utópico e acrítico. As desigualdades electrónicas apenas reproduzem as desigualdades já verificadas no mundo actual/físico e não parece que as tecnologias que suportam a sociedade da informação possam ser consideradas como agentes mitigadores dessas fracturas prévias. As visões acríticas falham e não têm em consideração, no testemunho que seguimos, o elemento antropológico de forma suficiente. "A futurologia que esboça o futuro da sociedade com a ajuda do determinismo tecnológico não pode responder às complexas questões levantadas pelos temas sociais" (Pintér, 2008: 15, tradução nossa).

nova formulação indiciam isso mesmo) fracassado. Deste modo, torna-se por demais pertinente a observação de Webster (2002: 21): “revendo estas várias definições de sociedade da informação, torna-se claro que elas são, ou subdesenvolvidas, ou imprecisas, ou ambas. Quer se trate de uma concepção tecnológica, económica, ocupacional, espacial ou cultural, somos deixados com noções altamente problemáticas sobre o que constitui e como se distingue uma sociedade da informação”. Porém, nem este testemunho surge isento de reparos, posto que, Cardoso (2006: 48), numa sua leitura, nota que o próprio Webster não avança também com qualquer caminho alternativo, falhando igualmente na apresentação de uma aproximação global ou multidimensional às relações estabelecidas no quadro deste novo ambiente tecnológico.

A sociedade da informação parece, por conseguinte, aproximar-se da categoria de um paradoxo: muitos falam dela mas, em bom rigor, não se sabe sobre o que discutem ou sequer se o tema corresponde a uma entidade de facto.

5.1 Discursos sobre a Sociedade da Informação

Num tal contexto de incerteza, parece-nos apropriado procurar, antes de tudo, identificar de forma mais aproximada os diferentes registos que versam sobre a problemática da sociedade da informação. Neste âmbito, a classificação ensaiada por Pintér (2008), afigurasse-nos, ainda que sujeita a reparos, como a hipótese mais viável de entre as inúmeras propostas disponíveis. Será a partir desta sistematização que avançaremos a nossa própria leitura sobre o assunto, cruzando e confrontando a nossa própria perspectiva com inúmeros outros registos hoje disponíveis.

Segundo a tese de Pintér (2008: 12 e ss.) existirão, actualmente três tipos de discursos sobre a sociedade da informação.

Num primeiro, o de que a Internet é "coisa do diabo" (a terminologia é a empregue pelo próprio Pintér, 2008: 12). Aqui, surge elencada uma série de problemas/perigos da Internet, os quais são reforçados simultaneamente pela propensão dos *media* para noticiarem as falhas dos sistemas tecnológicos[322], bem como, a própria resistência à novidade e, o temor pelo desconhecido, que são característicos do Homem. Discurso número dois: tudo será maravilhoso no futuro. Esta categoria é essencialmente preenchida pelos tecno optimistas e futurólogos e é muitas das vezes alvo das críticas do mundo académico por representarem visões demasiadamente optimistas, muito próximo de um utópico determinismo tecnológico. Terceiro tipo de discurso: Atenas ou Orwell. Este último registo reacende uma profunda discussão entre tecnófilos (atenienses) e os tecnófobos (orwellianos). Como escreve o autor em ambos os casos os defensores de uma e outra linha não têm consciência de terem tomado posição na discussão, quer no sentido positivo acrítico, quer, pelo contrário, na abordagem negativa. Trata-se de uma discussão que acaba, segundo Pintér (2008: 15) por se transformar num discurso científico vulgar.

[322] A notícia, sugere Pintér, não será um avião pousar em segurança mas, justamente o contrário, pelo que, o primeiro caso não será merecedor de qualquer atenção mediática, enquanto a eventual ocorrência da situação inversa já merecerá amplo destaque nos meios de comunicação social.

Julgamos globalmente correcta a estrutura analítica de base triádica avançada por Pintér. Aceitamos como (parcialmente) válido o raciocínio segundo o qual a ampla teia de reflexões que, na actualidade, é possível encontrar sobre a sociedade da informação, poderá, pois, distribuir-se por três categorias: um primeiro discurso excessivamente optimista; um segundo profundamente crítico do anterior; um terceiro, que confronta e sumariza os dois iniciais. Convergimos, por conseguinte, com o investigador húngaro na identificação dos dois primeiros. Divergimos, contudo, no tocante ao terceiro registo. Pensamos que o mesmo não resulta de uma mera discussão entre as abordagens que Pintér designa de "Atenas" e "Orwell". Na verdade, onde Pintér sugere a ocorrência de uma confrontação entre dois registos antagónicos que conduz, necessariamente, de acordo com a sua tese, a um resultado cientificamente estéril, opomos uma leitura diversa - uma "terceira via" -, sintetizando as perspectivas tecno-optimista e tecno-pessimista. Uma tal tese, que é possível extrair dos contributos de, por exemplo, Manuel Castells, Gustavo Cardoso ou Christian Fuchs, pensamos, promoverá a súmula dos argumentos válidos que, num e noutro discurso, claramente, existem, facilitando, semelhantemente, a integração de raciocínios tão díspares e incompatíveis quanto os aduzidos por Daniel Bell, Alvin Toffler, Bill Gates, Nicholas Negroponte, William Mitchell, por um lado, e Frank Webster, Nicholas Garnham, Christopher May, por outro. Ora, ao contrário do que argumenta Pintér, este, pensamos, não é um resultado estéril.

Socorrendo-nos da dialéctica hegeliana, pensamos que Daniel Bell e outros tecno-utópicos (ou tecno-optimistas) ao avançarem o conceito de sociedade da informação (ou seguindo a terminologia de Bell, pós-industrial) apresentaram uma tese de ruptura, a qual mereceu (e continua a merecer) a reacção crítica (uma antí(-)tese) de um largo espectro de autores, oriundos essencialmente do mundo académico, pouco, ou mesmo nada, seduzidos por estas propostas habitualmente (des)qualificadas de determinismo tecnológico. As leituras de, respectivamente, tese e antí-tese, foram geradoras de uma síntese que, Pintér parece sugerir, poder ser coincidente com o apontamento proposto pelo movimento tecno-realista, ideia que, conforme discutiremos adiante, não merece o nosso acolhimento pleno.

Não seguimos, por último, a ordenação de Pintér na apresentação das diferentes linhas discursivas. Onde o autor húngaro principia, em nosso entender, algo inexplicavelmente, por apresentar a Internet enquanto "coisa do diabo" (sic), dedicando posteriormente alguns parágrafos às teses tecno-optimistas e só depois avançando para registos mais neutros, optamos por um enquadramento cronológico, apresentando as diferentes propostas numa lógica sequencial, isto é, começando pelos testemunhos habitualmente conotados com o determinismo tecnológico e só depois avançando para

outros tipos de discurso de reacção. É deste recenseamento que nos ocuparemos nas páginas seguintes.

5.1.1 O discurso Tecno-optimista

Os diferentes registos que versam, num tom positivo ou, excessivamente optimista, sobre a problemática da sociedade da informação, geralmente qualificados, pelos seus detractores, de determinismo tecnológico, encontram a sua origem nos escritos de Daniel Bell (1973)[323] [324], nos quais o autor profetiza a substituição do paradigma social de base industrial por um outro pós-industrial, fortemente ancorado no incremento nas dimensões da informação e do conhecimento. Cremos, revestir-se de toda a importância uma leitura atenta de Bell, para mais porque, comentários posteriores, o de Frank Webster é desse mesmo fenómeno um exemplo, parecem ter-se quedado por uma análise superficial e, não raras vezes, mesmo distorcida do trabalho do autor.

Logo no início (Bell, 1973: 3, tradução nossa), trata de anunciar o propósito da sua obra: "[e]ste ensaio trata sobre o futuro das sociedades industriais avançadas". Ao longo das páginas seguintes o autor dedica-se à distinção entre profecia (prediction) e previsão (forecast), respectivas implicações das diferenças entre ambos os conceitos e sua aplicação aos movimentos de transformação das sociedades. Esta longa dissertação explica-se porque, em seu entender, "[a] ideia da sociedade pós-industrial […] é uma **previsão** social acerca da mudança no enquadramento social da sociedade ocidental" (Bell, 1973: 9, tradução nossa, negrito nosso) e não uma mera profecia ou predição.

O professor de Harvard explica que a sociedade moderna do pós-Segunda Guerra Mundial testemunhou profundas transformações que a atingem em todos os domínios ou,

[323] Deve, porém, reforçar-se que, conforme indicado no capítulo dedicado à história da sociedade da informação não apenas é possível encontrar referências anteriores como, de igual modo, o conceito em si não é da lavra de Bell, embora Webster 2002: 30, indique o contrário.

[324] Independentemente das críticas posteriores, e do facto de ser uma leitura complexa e exigente (na perspectiva de Webster), a verdade é que a valia do trabalho de Bell é reconhecida, inclusive por alguns dos mais directos opositores das suas teses. “Krishan Kumar (1978), o mais incisivo crítico de Bell, reconhece isto quando descreve a teoria do pós-industrialismo como ‘intelectualmente arrojada e de longe mais robusta do que qualquer outra … na literatura da futurologia’” (Kumar 1978, *apud* Webster, 2002: 31, tradução nossa).

como prefere colocar as coisas, nas suas três partes fundamentais: a estrutura social, a política e a cultura. A primeira compreende a economia, tecnologia, e o sistema ocupacional. Por seu turno, a política regula a distribuição do poder e resolve as queixas e reivindicações dos indivíduos e dos diferentes grupos. A cultura é, nos termos definidos por Bell, esfera do simbolismo expressivo e dos significados. A utilidade de uma tal divisão prende-se com o facto de cada um destes domínios ser, na sua perspectiva, regido por um princípio axiomático diferente. Com efeito, na moderna sociedade ocidental o eixo principal da estrutura social é o *economicismo* – uma forma de alocar recursos de acordo com os princípios do menor custo, substituição, optimização, maximização, e o gosto. No caso da política, o seu eixo é a *participação*, algumas vezes mobilizada ou controlada (e até mesmo condicionada), outras exigida a partir debaixo. No tocante à cultura, o seu eixo principal decorre directamente do desejo de realização e de desenvolvimento do *Self*. "No passado estas três áreas estavam ligadas por um sistema de valores comum (e na sociedade burguesa através de uma estrutura de caracteres comum). Mas no nosso tempo tem-se assistido a uma disjunção crescente das três e, [...] isto ampliar-se-á. O conceito de sociedade pós-industrial lida primeiramente com as mudanças *na estrutura social*, o modo no qual a economia está a ser transformada e o sistema ocupacional retrabalhado, e com as novas relações entre teoria e empirismo, particularmente ciência e tecnologia" (Bell, 1973: 12-13, tradução nossa, itálico no original).

Bell considera que o conceito de sociedade industrial não é mais do que uma generalização ampla. Porém, acrescenta que o seu significado poderá ser muito mais facilmente compreendido se for decomposto em cinco dimensões ou componentes chave "[…] 1. Sector económico: a mudança de uma economia de produção de bens para uma [economia] de serviços; 2. Distribuição ocupacional: a preeminência das classes profissionais e técnicas; 3. Eixo principal: a centralidade do conhecimento teórico como a fonte da inovação e da formulação política da sociedade; 4. Orientação futura: o controlo da tecnologia e avaliação tecnológica; 5. Tomada de decisões: a criação de novas «tecnologias intelectuais»" (Bell, 1973: 14, tradução nossa, aspas no original).

Estas categorias são, posteriormente, alvo de um exame mais atento pela parte do autor, exercício que acompanhamos. No tocante à criação de uma economia de serviços, Bell (1973: 15) esclarece que a característica principal de uma sociedade pós-industrial se resume ao facto simples de a maioria da força de trabalho já não se encontrar afecta aos sectores primário e secundário (*grosso modo*, agricultura e indústria), antes sim ao terciário, isto é aos serviços, categoria que compreende genericamente as actividades de comércio, finança, transportes, saúde, lazer, investigação, educação e governo. Na sociedade

industrial, expõe ainda, diferentes serviços tendem a desenvolver-se levando ao necessário aparecimento de serviços auxiliares. Estes são, por isso, arrumados em sub-categorias tais como: pessoais (lojas de retalho, lavandarias, oficinas, lojas de estética, ...); negócios (banca e finança, imobiliário, seguros, ...); transportes, comunicação e utilidades; e saúde, educação, investigação, e governo. É no crescimento desta última sub-categoria que, segundo Bell (1973: 15), encontramos evidências de uma nova *intelligentsia* (nas universidades, organizações dedicadas à investigação, no governo, ...), decisiva para a emergência de uma sociedade pós-industrial.

O segundo modo de se identificar uma sociedade pós-industrial relaciona-se directamente com a mudança verificada na distribuição ocupacional. Com efeito, importa não apenas onde as pessoas trabalham mas, essencialmente, que espécie de trabalho realizam. Esta será, provavelmente, a forma mais importante de aferir a estratificação e composição classista numa sociedade. Enquanto a sociedade industrial criou a figura do trabalhador semi-qualificado, que desempenha tarefas simples e rotineiras, e este se assumiu como a principal categoria de trabalhador, na sociedade pós-industrial esse cenário tenderá a alterar-se. "A expansão da economia de serviços, – escreve Bell, 1973: 17, tradução nossa – com a sua ênfase no trabalho de gabinete, educação, e governo, trouxe naturalmente uma mudança para as ocupações de colarinho branco. Nos Estados Unidos, por volta de 1956, o número de trabalhadores de colarinho branco, superou, pela primeira vez na história da civilização industrial, os trabalhadores de colarinho azul na estrutura ocupacional".

No que concerne à questão da primazia do conhecimento teórico, Bell, (1973: 19 e ss.) começa por explicar que a sociedade industrial é a coordenação entre Homem e máquinas para a produção de bens. Porém, em sentido contrário a sociedade pós-industrial é organizada em torno do conhecimento no sentido do controlo social e na direcção da inovação e da mudança[325]. Ora, tal esquema organizacional, origina, *a posteriori*, um conjunto de novas relações sociais e uma nova estrutura que terão de ser politicamente

[325] Mais recentemente escreve Castells (2007: 131): "Podemos afirmar a existência de uma nova economia com base na observação do incremento da produtividade do trabalho e da crescente competitividade das empresas como resultado da inovação. Esta afecta a tecnologia, o processo e o produto. As novas tecnologias da informação e comunicação, e particularmente a Internet e a ligação informática em rede, na generalidade são fundamentais para as economias baseadas essencialmente no processamento e na comunicação da informação. A ligação em rede transforma o processo numa forma flexível de gestão e organização, e depende em grande medida da tecnologia da comunicação. Como em anteriores revoluções tecnológicas, esta transformação sociotécnica abre caminho a toda uma nova gama de produtos - com diversos e variáveis graus de adequação a estes produtos, a procura do mercado e as necessidades sociais". Numa outra passagem (Castells, 2007: 127), o autor espanhol defende que a nova economia, com os negócios electrónicos em evidência, não é uma economia em linha, antes sim uma economia movimentada, em larga medida, pelas ferramentas telemáticas, as quais se encontram organizadas em torno das redes informáticas. Estas aparentam ser, assim, as fontes do crescimento da produtividade do trabalho e, portanto, da criação de riqueza, na era da informação.

geridas. Poderá argumentar-se que o conhecimento sempre existiu nas sociedades anteriores. Bell não nega tal facto. Porém, o que na sociedade pós-industrial é diferente acerca do conhecimento é a sua própria natureza e centralidade. O conhecimento, na sua dimensão mais teórica, supera o empirismo e assume-se como uma codificação do saber em sistemas abstractos de símbolos que, tal como num sistema axiomático poderá ser utilizado para iluminar diferentes e variadas áreas da experiência (Bell, 1973: 20). Escreve o autor que "[a] junção da ciência, tecnologia, e economia nos últimos anos é simbolizada pela expressão «investigação e desenvolvimento» (I&D). Daqui provieram as indústrias baseadas na ciência (computadores, electrónica, óptica, polímeros) que dominam crescentemente o sector produtivo da sociedade e que proporcionam a liderança nos ciclos de produção às sociedades industriais avançadas. Mas estas indústrias baseadas na ciência, ao contrário das surgidas no século XIX, estão dependentes primeiramente do trabalho teórico face à produção" (Bell, 1973: 25, tradução nossa). Um bom exemplo desta inversão axiomática é o apresentado pelo próprio Bell "[p]odemos dizer […] que a U.S. Steel é a empresa paradigmática do primeiro terço do século XX, a General Motors do segundo terço do século, e a IBM a do terço final. As atitudes contrastantes das corporações perante a investigação e desenvolvimento são uma medida dessas mudanças" (Bell, 1973: 26, tradução nossa).

Partindo da interrogação de como poderá o desenvolvimento ser mantido sem a criação de novas tecnologias, Bell avança a quarta dimensão do seu esquema: o planeamento da tecnologia. Este ponto é particularmente sensível, posto que, encontrando-se disponíveis ferramentas de previsão tecnológica, as sociedades pós-industriais poderão "[…] alcançar uma nova dimensão de mudança societal, o planeamento e controlo do desenvolvimento tecnológico" (Bell, 1973: 26, tradução nossa). Ora, "[o] desenvolvimento de novas «técnicas de mapeamento» e de previsão tornam possível uma nova fase na história económica – a mudança tecnológica planeada e conscientemente antecipada, e, por conseguinte, a redução da indeterminação acerca do futuro económico" (Bell, 1973: 26, tradução nossa)[326].

O desenvolvimento de uma nova tecnologia social, aquilo que Bell designa como a maior invenção do século XIX "[…] a invenção do método de invenção" (Bell, 1973: 27, tradução nossa), introduz outra transformação crucial. "No sentido de entendermos a nossa

[326] Noutra passagem, o autor reforça este mesmo enunciado. "O homem procura agora antecipar a mudança, medindo o curso da sua direcção e o seu impacto, controlá-la e até mesmo moldá-la para fins pré-determinados. «A transformação da sociedade» não é mais uma frase abstracta mas um processo no qual os governos estão activamente empenhados numa base altamente consciente" (Bell, 1973: 345, tradução nossa, aspas no original).

época, – escreve ainda o professor da Universidade de Harvard – não poderemos negligenciar os detalhes da mudança, tais como caminhos-de-ferro, telégrafos, rádios, máquinas giratórias, tintas sintéticas. Temos de nos concentrar no próprio método, que é a verdadeira novidade, que rompeu as fundações da antiga civilização. No mesmo espírito, podemos dizer que a promessa metodológica da segunda metade do século XX é a gestão da complexidade organizada [...] e o desenvolvimento de uma nova inteligência intelectual que, por volta do final do século, poderá ser tão notável nos assuntos humanos como a tecnologia das máquinas tem sido no último século e meio" (Bell, 1973: 27-28, tradução nossa).

Ao longo das últimas páginas vimos, na esteira de Daniel Bell, procurando assinalar os principais traços da sociedade pós-industrial. Importa igualmente perceber, no sentido de aferir da justeza da proposta do autor, "[e]m que é que uma sociedade pós-industrial difere das sociedades antecedentes?" A esta questão, Bell (1973: 115-119, tradução nossa), responde convocando os trabalhos de Tominaga sustentando que, num sentido, a sociedade pós-industrial não é mais do que a mera **continuação** dos mesmos padrões cujo desabrochar encontramos na sua antecessora. Muitos dos desenvolvimentos "hoje" patentes nas sociedades pós-industriais eram há muito previsíveis[327]. Detenhamo-nos, por isso, um pouco nesta classificação chave para a compreensão da proposta do autor e procuremos compreender as suas notas essenciais. Primeiramente, e no sentido de uma maior facilidade em termos analíticos, podemos classificar as sociedades (seguindo a tese de Bell, 1973: 116-117, atente-se especialmente no quadro da página 117) em pré-industriais (as regiões da Ásia, África e América Latina, que correspondem, *grosso modo* às actuais economias emergentes), industriais (Europa Ocidental, ex-União Soviética e Japão) e pós-industriais (os Estados Unidos da América).

[327] Entre estes, o autor destaca, a título de exemplo, o papel crucial dos engenheiros e dos cientistas na transformação das sociedades, algo que, tanto Saint Simon, como também Marx, embora não dispondo de dados concretos (porque os mesmos não se encontravam de todo disponíveis), intuíram e previram. Por exemplo ao tempo destes autores, não era possível discernir ainda o papel decisivo entre a ciência e o desenvolvimento económico e tecnológico, posto que, as principais indústrias do século XIX e início do século XX (aço, telégrafo, telefone, electricidade, automóvel, aviação, etc.) são produto de pensadores talentosos e não de um movimento organizado gerado a partir da investigação científica como hoje sucede. Por oposição, a indústria química, a primeira verdadeira nova indústria já requer um conjunto amplo de conhecimentos teóricos apriorísticos no sentido da criação de novos produtos. Este é um dos domínios em que é discernível uma alteração profunda na tecnologia. Se as invenções do século XIX e primeira metade do século XX eram grandemente moldadas pelo génio inventivo e pelo esforço e criatividade individuais, já no tocante às criações de uma sociedade do tipo pós-industrial, o progresso surge não como incidental ou acto isolado, antes sim como o resultado de um esforço colectivo (na maior parte dos casos empresarial ou governamental), de um investimento prévio tendente a esse mesmo objectivo visando um dado retorno. Numa outra passagem, (Bell 1973: 197-198) o mesmo raciocínio é reforçado. Aí o autor sustenta que as invenções e inovações anteriores à sociedade industrial não estavam ligadas à investigação científica. Isso aconteceu com os inventores pioneiros. Todavia, as indústrias dos anos de 1970 (plásticos, polímeros, óptica, electrónica, química, aero-espacial, de comunicações, estão todas elas dependentes da investigação científica.

A sociedade pré-industrial, sustenta Bell, é em grande medida condicionada por elementos "naturais": força muscular, disponibilidades de água e riqueza do solo. O ritmo da vida é moldado por tais contingências. Paralelamente, porque o tipo de sociedade consiste num jogo contra a natureza, a produtividade é baixa e a economia encontra-se profundamente dependente das cotações das matérias-primas. Devido à baixa produtividade destas sociedades, os níveis populacionais são elevados, e muita da mão-de-obra encontra-se afecta a tarefas agrícolas e/ou trabalhos domésticos. Existe efectivamente uma economia de serviços, mas circunscritas aos domésticos. E, como os principais objectivos de vida passam pelo auto-sustento, a oferta de mão-de-obra para este tipo de serviços é abundante e barata.

Por seu turno, a sociedade industrial resulta de um jogo contra aquilo que Bell designa (1973: 126) de "natureza produzida". O mundo, neste estágio, tornou-se técnico e racionalizado. Predominam as máquinas e os ritmos de vida são por elas impostos. O tempo é cronológico, metódico e mesmo minuciosamente gerido. Por outro lado, a energia substituiu a força muscular como base da produtividade. A produção em massa e o lema de fazer mais com menos tornam-se os sinais idiossincráticos da sociedade industrial. As máquinas e a energia transformam a paisagem laboral: o esquema de trabalho ancorado no modelo passado do artesão, alguém hábil numa determinada "arte", é desqualificado e reduzido a unidades/componentes mais simples. Nasce o operário semi-qualificado que interage com as máquinas e é responsável apenas por uma etapa do processo produtivo de um bem. É, como nota Bell (1973: 127), um mundo de horários e programação no qual os componentes dos bens são reunidos no tempo adequado, nas quantidades certas no sentido do acelerar do fluxo de bens[328]. As palavras de ordem são aqui, na linha da doutrina da quantificação de Bentham, mas não só (observem-se, nos séculos XVIII e XIX, as inúmeras manifestações tendentes à organização, racionalização e matematização da realidade: o método científico, a fórmula do *homo oeconomicus*, a deriva positivista nas ciências sociais, etc.) a maximização e optimização expressas, por exemplo, no problema de como extrair, a partir de uma única unidade, de carvão, petróleo, gás ou água, a máxima quantidade de energia possível.

[328] Toffler (1980: 138) apresenta uma concepção, no essencial, idêntica, ainda que, com algumas notas de discordância. Defende o futurólogo (em sintonia com Bell) que as indústrias clássicas da Segunda Vaga foram o carvão, caminhos-de-ferro, têxtil, aço, automóvel, borracha, máquinas, ferramentas manufacturadas. A divergência surge quando defende que estas indústrias se baseavam em simples princípios electromecânicos e, designadamente, quanto ao tratarem-se de indústrias muito gastadoras do ponto de vista energético e geradoras de resíduos imensos, caracterizadas igualmente por longas linhas de produção, baixas qualificações dos trabalhadores (outro aspecto de dissonância), pelo trabalho repetitivo, pelos mecanismos de controlo centralizados e pela produção de bens padronizados.

Uma sociedade pós-industrial distingue-se, por último, das demais, desde logo, por se basear nos serviços. Por conseguinte, estamos aqui, já não perante um jogar do homem com/contra a natureza ou com uma natureza por si produzida. O que verdadeiramente importa não são a força muscular, ou a energia, mas a informação. "A pessoa central é o profissional, porque ele está equipado, pela sua educação e formação, para fornecer os tipos de competências que são crescentemente exigidos na sociedade pós-industrial. Se uma sociedade industrial é definida pela quantidade de bens como marca de um padrão de vida, a sociedade pós-industrial é definida pela qualidade de vida medida pelos serviços e comodidades – saúde, educação, recreio, e as artes – que são agora julgados desejáveis e possíveis para todos" (Bell, 1973: 127, tradução nossa)[329]. Deve ainda salientar-se que, por um lado, a menção a serviços compreende coisas muito diferentes, i.e., um vasto leque destas ocupações e, por outro, que a transformação em pós-industriais das sociedades industriais encerra em si vários estágios, também eles dissemelhantes. Primeiramente, o desenvolvimento da indústria exigirá, entre outros aspectos, a expansão do sector do transporte público, no transporte de pessoas e bens; segundo a produção em massa, levará ao crescimento do sector da distribuição, mais associado aos trabalhadores de colarinho branco; terceiro, à medida que o rendimento das pessoas aumenta, tenderá a decrescer a parte do rendimento adstrito à alimentação, subindo o investimento em bens duráveis tais como, casas e automóveis; em estreita ligação com este factor, toda uma nova indústria ligada aos serviços de bem-estar e lazer emergirá (restaurantes, hotéis, desporto, etc.); a juntar a este, o crescimento de dois dos mais fundamentais sectores ligados à qualidade de vida: saúde e educação, particularmente o ensino superior, sendo que, neste quadro emergirá a nova *intelligentsia*, intimamente conectada ao crescimento do número de professores; finalmente esta melhoria qualitativa das condições de vida levarão ao crescimento exponencial da administração (pública), especialmente ao nível local e regional, no sentido de dar resposta às crescentes revindicações das populações em matéria de qualidade de vida (Bell, 1973: 127-129). "Estamos agora – escreve Bell (1973: 343, tradução nossa) – nos primeiros estágios de uma sociedade pós-industrial. Tornámo-

[329] Também neste particular julgamos ser possível encontrar em Toffler alguns pontos de contacto com Bell. Na verdade, o primeiro começa por afirmar serem muitos os aspectos em que as novas indústrias da sociedade de Terceira Vaga diferem das que as antecederam. Por um lado não se baseiam primariamente em princípios electromecânicos elementares, nem na ciência clássica da Segunda Vaga. Em vez disso crescem a partir de desenvolvimentos verificados num amplo conjunto de disciplinas que até meados do século XX eram desconhecidas ou muito rudimentares: teoria da informação, electrónica quântica, biologia molecular, oceanologia, ecologia, ciências aero-espaciais, etc.. "Tornaram-nos possível superar os limites grosseiros do tempo e espaço, com as quais a indústria da Segunda Vaga se debatiam, para manipular [...] «regiões espaciais muito pequenas (digamos, o raio do núcleo de um átomo, i.e., $10^{-}13$ centímetros) e intervalos temporais da ordem de 10^{-23} segundos»" (Toffler, 1980: 138-139, tradução nossa).

nos a primeira nação[330] na história do mundo na qual mais de metade da população empregada não está envolvida na produção de alimentos, vestuário, habitação, automóveis e outros bens tangíveis […]".

Os elementos atrás indicados, que não esgotam argumentação e as propostas de Bell, resumem ainda assim, cremos, e apresentam um enquadramento suficientemente preciso das diferentes realidades encontradas pelo professor de Harvard que sustentam as suas teses[331]. Podemos, evidentemente, atribuir-lhes maior ou menor ênfase. Podemos a partir destes mesmos dados construir narrativas ou fazer futurologia com maior ou menor grau de risco. Podemos, ou não, como uns e outros fizeram, partir destas premissas para arguir acerca de uma mudança social, de uma alteração no paradigma social. Podemos até discordar frontalmente das conclusões ensaiadas por Bell a partir dos dados por si coligidos. Não podemos, todavia, ignorar as hipóteses por si avançadas. Não podemos, como Webster[332] [333], volvidas mais de duas décadas sobre o trabalho de Bell, apontar erros que não eram detectáveis à época e que são naturais num trabalho que desde logo se assume como uma **previsão**. Não podemos, sobretudo, como Webster, cair na desonestidade de afirmar que Bell proclama a substituição de um paradigma industrial, por um pós-industrial, insinuando que o autor de Harvard sugere transformações radicais, uma *quasi* nova ordem social, quando Bell, em momento algum, envereda por tal discurso. Bell refere, outrossim, a existência de sinais, pistas, traços, contrastes que se vêm acentuando de forma crescente e que indiciam a superação/evolução (nunca a radical substituição) possível e previsível, num futuro de médio prazo, que não ocorrerá em todo o lado e/ou ao mesmo tempo, das estruturas características da sociedade industrial, por outras diferentes, de âmbito pós-industrial. Tal como a sociedade pré-industrial foi superada pelo modelo industrial, também será previsível que este último paradigma venha a conhecer um esquema mais avançado. Do mesmo modo que as notas caracterizadoras das sociedades pré-industriais não desapareceram em resultado do avanço para uma estrutura

[330] N.T.: Bell refere-se aqui aos Estados Unidos da América.

[331] Vd., por exemplo, a p. 117.

[332] Webster que não se coíbe de qualificar como maus livros a maioria dos registos conotados com o determinismo tecnológico. No seu entender, "[f]uturólogos como Alvin Tofler, Nicholas Negroponte e John Naisbitt, cujas brochuras especulativas capturam as maiores audiências, apenas produziram maus livros: intelectualmente superficiais, derivativos, analiticamente ineptos e ingénuos em quase todos os pontos. Daniel Bell, pelo contrário, produz um 'bom mau' trabalho. Podem existir coisas erradas nele, mas devemos reconhecer as suas qualidades: é academicamente rico, construído com arrojo, imaginativo, um empreendimento realmente impressionante" (Webster, 2002: 32, tradução nossa). Como adiante veremos, o homólogo britânico de Bell, dirige críticas a alguns destes autores, nomeadamente Toffler, Negroponte, Gates, Naisbitt, em nosso entender, plenamente justificadas. Relativamente a Bell, porém, não partilhamos do seu entendimento, para mais, porque o seu registo oscila entre o reconhecimento dos méritos de *The Coming of the Post-Industrial Society* e a qualificação de Bell como "oportunista" (sic, Webster, 2002: 31).

[333] A análise às teses de Webster será concretizada mais à frente neste nosso trabalho.

predominantemente industrial, também não será expectável que a maior ênfase agora colocada no sector dos serviços venha a ditar a extinção das anteriores. Trata-se, no quadro das sociedades modernas, da expressão do seu mais fundamental eixo: a evolução.

O trabalho de Bell serviu, como de resto já apontámos, de ponto partida a múltiplas outras reflexões posteriores acerca desta mesma matéria. Inúmeros autores, usualmente conotados com as teses do determinismo tecnológico ter-se-ão inspirado no professor de Harvard. Porém, também os críticos destas mesmas teorias, pela atenção que lhe dispensam, fazem de Daniel Bell uma referência incontornável. *The Coming of the Post Industrial Society* não esgota, todavia, a ampla e complexa teia de transformações incidente sobre as mais profundas estruturas das sociedades industriais.

Entre os diferentes registos (excessivamente, na maior parte dos casos, diríamos nós) optimistas sobre a problemática da sociedade da informação (ou pelo menos acerca da superação das sociedades do tipo industrial) é possível identificar, na maioria deles, um conjunto relativamente estável de tópicos comuns. O núcleo essencial destas reflexões assenta num grupo restrito de elementos que, na hipótese que propomos, é possível de condensar em cinco ideias-chave. O (1.º) aumento da informação em circulação é potenciado por uma (2.º) tecnologia omnipresente, expressa em computadores, telecomunicações, redes telemáticas. Paralelamente assistimos a uma (3.º) economia crescentemente organizada em torno de *bits*, por força da digitalização e desmaterialização de algumas das áreas da actividade quotidiana mas, também, ao acentuar dos fenómenos de (4.º) dessincronização, desterritorialização e desmassificação, discerníveis na globalização e comunicação global instantâneas, os quais ocorrem em simultâneo com a forte mitigação das fronteiras políticas e das distâncias físicas. Paralelamente, na linha de Bell e outros, assistimos ao desenvolvimento de uma (5.º) economia baseada no conhecimento e nas qualificações dos indivíduos assente no sector dos serviços e nas profissões de colarinho branco, ocupações nas quais o valor da educação/qualificações no mercado de trabalho assume especial relevância.

Encontramos estas ideias desenvolvidas em registos como *The Third Wave* (Toffler, 1980), *The Road Ahead* (Gates 1995), *Being Digital* (Negroponte, 1995), *City of Bits* (Mitchell, 1999). Vejamos, mais aproximadamente, partindo das leituras indicadas, os pontos capitais de cada uma destas dimensões.

5.1.1.1 Aumento da informação em circulação

No prólogo à tradução espanhola de *Being Digital*, Miquel Barceló refere vários exemplos do efeito multiplicador que as tecnologias podem desencadear no mundo quotidiano. Este efeito multiplicador, embora tal não seja referido explicitamente, decorre de um aumento da informação, não apenas acumulada/guardada, como também da própria circulação da mesma. No caso das modernas tecnologias de informação e de telecomunicações, esta capacidade transformadora nas sociedades, e o seu efeito multiplicador, podem cifrar-se, segundo a sua tese, na ordem do milhar de milhão de vezes[334].

[334] Por oposição a todos os estágios/patamares anteriores. Barceló (*In* Negroponte, 1995: 3, tradução nossa) começa, explicando melhor a sua ideia, por apresentar o exemplo dos transportes. Sendo que um indivíduo caminha à velocidade aproximada de seis quilómetros hora, um automóvel que o faça a noventa, representará um factor de multiplicação de quinze (6x15=90). Com a evolução da tecnologia e a entrada ao serviço dos aviões, supondo que estes podem viajar a novecentos quilómetros horários, o nosso factor de multiplicação cresce para cento e cinquenta vezes. No caso da Revolução Industrial, prossegue o autor, estaríamos a falar de uma ordem de grandeza próxima do milhar de vezes. Porém, mais extraordinário do que esta realidade, é o resultado de juntarmos, combinando-as, duas ou mais tecnologias que promoveram importantes ganhos de eficiência. "A informática, tecnologia automatizada do processamento de dados, permite fazer em milionésimas de segundo os cálculos e operações que, sem informática, exigem tempos, como mínimo, na ordem do segundo. O seu factor de multiplicação é, diríamos, da ordem do milhão. As telecomunicações electrónicas acrescentam igualmente um factor de multiplicação da ordem do milhão, já que transmitem em milionésimas de segundo (de facto a velocidades da ordem da velocidade da luz) o que, sem esta tecnologia de transmissão, deve medir-se como mínimo numa escala da ordem dos segundos. Por isso, as tecnologias da informação (informática mais telecomunicações) podem chegar a dispor de um factor multiplicador da ordem do bilião. E isso sem contar com o efeito sinergético da inevitável conjunção da tecnologia informática com o processamento de dados e a tecnologia paralela das telecomunicações electrónicas informatizadas". No mesmo sentido, também Kaku (2006) e Raymond Kurzweil (em entrevista concedida em Janeiro de 2012 à revista Sábado e reproduzida na edição n. 401 de 05 a 12 de Janeiro de 2012, pp. 32-34).

Idêntico raciocínio, poderá ser encontrado em Kincsei, (*In* Pintér (ed.), 2008: 58). "As TIC são caracterizadas por uma relativamente tradicional estabilidade: a marcha acelerada do desenvolvimento. Dois milhões de anos passaram entre a invenção dos mais primitivos instrumentos de pedra e a parte central dos cortadores de carnes. Levou apenas algumas centenas de milhar de anos até ao aparecimento dos utensílios de faísca. No que respeita às tecnologias de comunicação a escrita foi inventada – pelo menos – dezenas de milhar de anos antes do aparecimento da língua falada. A impressão (na Europa) veio 5.000 anos depois da escrita, e após mais 400 anos, o telégrafo foi inventado, o qual foi o primeiro instrumento de telecomunicação global e em tempo real. O primeiro serviço comercial de Internet foi lançado 150 anos depois da primeira mensagem de Morse. Na era da informação, os sucessivos sistemas tecnológicos são substituídos por outros com uma aceleração cada vez maior" (Kincsei, *In* Pintér (ed.), 2008: 57-58, tradução nossa). Paralelamente o próprio desempenho de cada uma destas tecnologias não tem cessado de aumentar. Assistimos a uma cada vez maior convergência entre os domínios físico (dispositivos de comunicação e redes) e não físico (bases de dados, canais de comunicação, sistemas de distribuição de conteúdos) das tecnologias de informação. O resultado final tenderá, nas palavras de Kincsei (*In* Pintér (ed.), 2008: 58) para um sistema tecnológico integrado e unificado a um nível superior que, no momento presente, já podemos observar na convergência entre os sistemas de TIC, de televisão e da electrónica de consumo, ainda que, num nível de menor integração. Todas as dimensões da

Por seu turno, Kollányi (*In* Pintér (ed.), 2008: 83, tradução nossa) advoga que "[a] revolução industrial gerou a aceleração do transporte, que originou uma primeira viragem nos desenvolvimentos para superar as distâncias físicas e alcançar uma mais rápida movimentação de pessoas e bens. A revolução da informação que emergiu na segunda metade do século XX trouxe uma súbita subida no fluxo de informação, que afecta directamente as noções de espaços das pessoas. [...] Consequentemente, a proporção de informação que um indivíduo possui acerca de áreas que se situam para lá do seu ambiente físico crescem significativamente [...]".

De igual modo, também na sua crítica à sociedade da informação, intitulada *Data Smog*, David Shenk (1997: 26-27, tradução nossa, parêntesis no original), sustenta que, "[a] informação era tão rara e preciosa como o ouro. (Estima-se que uma edição de semana do New York Times contenha mais informação do que aquela com que uma pessoa média na Inglaterra do século XVII se cruzaria durante toda a sua vida)"[335].

Com efeito, tanto em Bell (1973), como nas restantes leituras que seguimos, Toffler (1980), Gates (1995), Negroponte (1995) Mitchell (1999), este é um fenómeno omnipresente, ainda que não autónomo: nuns casos, é-nos apresentado enquanto agente catalisador do desenvolvimento tecnológico; noutros, pelo contrário, surge como consequência/produto desse mesmo incremento. E, encontramo-lo ainda referido em Castells (2007), Cardoso (2006), Bell (2001 e 2007), Hassan (2004), Wyatt, Henwood, Miller e Senke (s/D.), Lash (2002), Mattelart (2002), Fuchs (2008), Pintér (2008), Dertouzos (1996), Reich (1992), Drucker (1993), Leadbeater (2000). Inclusivamente Frank Webster (2002 e 2005) e Christopher May (2003) não negam esse aumento da informação nas sociedades actuais. Em súmula, conforme já aludimos, a divergência não se situa quanto à existência ou não de mais informação em circulação. Essa é uma realidade aceite de forma relativamente consensual. A questão está no, como veremos adiante, nível de influência

---

vida quotidiana foram invadidas pelas TIC. "As actividades convencionais da «vida real» complementadas, suportadas ou mediadas pelas TIC expandiram-se até à dimensão da virtualidade. Assim, podemos falar de comércio electrónico, administração electrónica, comunicação electrónica, banca electrónica, etc." (Kincsei, *In* Pintér (ed.), 2008: 58, tradução nossa).

Também Toffler (1980: 129, tradução nossa) reforça os enunciados anteriores, sustentando que, "[a] maioria das pessoas - entre elas muitos futurólogos - concebem o amanhã como uma mera extensão do hoje, esquecendo que as tendências, independentemente do quão poderosas parecerem, não continuam meramente numa linearidade habitual. Elas atingem pontos de viragem nos quais explodem para novos fenómenos. Elas invertem a direcção. Elas param e recomeçam. Porque algo está a acontecer agora, ou porque está a acontecer desde há trezentos anos, não é garantia de que continue. [...] Nada permanecerá inalterado. O futuro é fluído, não estático. É construído pela nossa mudança e pela alteração das decisões diárias, e cada evento influencia todos os outros".

[335] Vd. Igualmente, Kaku (2006).

que tal fenómeno desencadeia nas sociedades[336]. Os tecno-optimistas, bem como os tecno-realistas tendem, ainda que, em graus e planos diferentes, a aceitar essa influência da técnica e designadamente da informação, enquanto os tecno-pessimistas parecem, recusar tais enunciados "deterministas" invocando a premissa, cremos, parcialmente válida, de que, mais informação, não significa, necessariamente, melhor informação, tese igualmente subscrita pelos tecno-realistas.

Regressando à nossa discussão, acrescentamos ainda que, e seguindo a esquematização das obras propostas, o modo como é abordado o problema do aumento da informação em trânsito é então largamente tratado de forma apensa às outras temáticas. A parafernália tecnológica da sociedade da informação que tenderá a tornar-se omnipresente nas nossas vidas, lares, corpo; a digitalização de muitos produtos que, na proposta de Negroponte, fará com que as mercadorias de *bits* concorram, muito mais eficientemente, com as de átomos; a dessincronização do mundo por força da preponderância de tecnologias de comunicação em tempo real e outras assíncronas; a superação das fronteiras físicas que evidenciarão uma certa ideia de desterritorialização a qual colocará sob pressão o conceito e as estruturas do Estado-nação; a valorização do binómio conhecimento/competências no âmbito do trabalho e, ligado a este último aspecto, o papel decisivo da educação dos indivíduos que, nas propostas, pouco reflectidas, julgamos, de Bill Gates, revolucionarão a escola e alterarão, radicalmente, o modelo de ensino-aprendizagem. Em todos estes domínios surge, indissociável, a ideia de um aumento decisivo ao nível da informação disponível e, paralelamente, das tecnologias que lhe conferem acesso. Porém, conforme veremos no Capítulo 7 dedicado às divisões/fracturas digitais (*digital divide*) o problema do acesso está longe de ser um agente gerador de maior igualdade de oportunidades.

[336] "Nenhum dos últimos [Webster apresentara antes duas listas: uma primeira onde enumerava os autores do determinismo tecnológico, uma segunda da qual constavam os autores que partilham de um entendimento mais conservador] nega que a informação é de importância chave para o mundo moderno, mas ao contrário dos anteriores eles argumentam que a sua forma e função é subordinada a princípios e práticas há muito estabelecidos. À medida que eles surgem ao longo deste livro, os leitores terão a oportunidade de decidir quais as abordagens que lhes parecem mais persuasivas" (Webster, 2002: 7, tradução nossa). Este projecto de intenções de Webster sugeriria uma obra bem mais neutra do aquela que a realidade apresenta. Na verdade, veremos adiante, que este autor tem uma forma muito peculiar de qualificar os autores e teses que divergem das suas. Ademais, já atrás aludimos, Webster nem sempre analisa da maneira mais correcta os enunciados que posteriormente critica. A leitura que faz de *The Coming of the Post-Industrial Society* de Daniel Bell é disso um exemplo paradigmático.

5.1.1.2 Tecno-omnipresença

Outra das problemáticas recorrentes na generalidade dos autores é a respeitante às redes de computadores e telecomunicações. Em todos os registos alinhados com a perspectiva do determinismo tecnológico, a tónica é sempre a do desenvolvimento destas tecnologias até ao ponto de uma efectiva omnipresença, de uma disponibilidade total e permanente. Trata-se de uma infra-estrutura capital no quadro das sociedades pós-industriais, quiçá mesmo, o sistema nervoso central das sociedades contemporâneas. Toffler (1980: 140) vaticinava mesmo que: "[b]revemente […] todas as casas terão um computador. Será tão vulgar quanto uma retrete"[337].

Bill Gates (1995: 4, tradução nossa) alinha no mesmo tipo de discurso anunciando "um computador em cada secretária, em cada casa" como a missão corporativa do gigante que, junto com Paul Allen e Steve Balmer, fundou. "Agora – prossegue – esses computadores estão a ser ligados uns aos outros […] o que ajudará os indivíduos a beneficiarem deste poder de comunicação ligado. É impossível prever exactamente qual será o uso da rede. Comunicaremos com ela através de uma variedade de dispositivos [...]"[338].

No tocante às infra-estruturas que servem, em sentido amplo, de suporte à comunicação, Toffler proclama a necessidade da sua actualização em resultado da Terceira Vaga. Com efeito, escreve,

[337] Numa outra passagem, o testemunho de Toffler é ainda mais eloquente, ao anunciar que "[h]oje conforme construímos uma nova tecno-esfera para uma civilização de Terceira Vaga estamos a transmitir ao ambiente "morto" ao nosso redor não vida, mas inteligência. A chave para este avanço é, claro, o computador. Uma combinação de memória electrónica com programas que dizem à máquina como processar os dados armazenados, os computadores ainda eram uma curiosidade no início dos anos de 1950. Entre 1955 e 1965, contudo, a década em que a Terceira Vaga principiou nos Estados Unidos, eles começaram lentamente a infiltra-se no mundo dos negócios" (Toffler, 1980: 168). No mesmo sentido, (Gates 1995: 27, tradução nossa), referindo-se ao microprocessador: "Num artigo de 1977 da [revista] Scientific American, Bob Noyce, um dos fundadores da Intel, comparou o microprocessador de 300 dólares ao ENIAC, o mastodonte infestado de traças da aurora da idade dos computadores. O pequenino microprocessador era não apenas mais poderoso, mas como Noyce notou, «é vinte vezes mais rápido, tem uma maior memória, é milhares de vezes mais fiável, consome a energia de uma lâmpada em vez da de uma locomotiva, ocupa 1/30.000 do volume, e custa tanto como 1/10.000. Está acessível através de encomenda postal ou na sua loja local»".

[338] A mesma ideia surge ainda reforçada numa outra passagem: "Agora que a computação é surpreendentemente barata e os computadores habitam todas as partes das nossas vidas, encontramo-nos na alvorada de outra revolução. Esta envolverá uma comunicação com custos sem precedentes; todos os computadores se juntarão para comunicar connosco e para nós. Interligados globalmente, eles formarão uma rede, que está a ser chamada de auto-estrada da informação. Um percursor directo é a Internet [...]" (Gates, 1995: 3-4, tradução nossa).

> "[a]o tempo da revolução industrial, as estradas eram um pré-requisito para o desenvolvimento social, político e económico. Hoje, um sistema electrónico de comunicações é necessário. Antes pensava-se que as comunicações eram resultado do desenvolvimento económico. Agora [...] essa «é uma tese fora de moda ... as telecomunicações são mais uma pré-condição do que uma consequência». Hoje o nível de custos das comunicações sugere a substituição das comunicações por muitas funções de transporte. Pode ser muito mais barato, gerar maior poupança de energia e ser mais apropriado no longo prazo implantar uma rede avançada de comunicações do que uma custosa estrutura ramificada de estradas e ruas. Claramente, o transporte rodoviário é necessário. Mas para o nível em que a produção é descentralizada, ao invés de centralizada, os custos de transportes podem ser minimizados sem isolar as localidades umas das outras, das áreas urbanas, ou do mundo ao redor" (Toffler 1980: 342-343, tradução nossa, aspas no original).

Em paralelo com a implantação de modernas redes de telecomunicações como alternativa, para muitas operações, às redes de comunicação físicas, o autor de *A Terceira Vaga* sugere igualmente que a fibra óptica, à data da sua obra então uma tecnologia largamente dispendiosa e ainda experimental, se viria a revelar essencial no futuro, dadas as implicações energéticas largamente positivas decorrentes do emprego de novos materiais face ao cabo tradicional na construção destas redes. Na comparação, por exemplo, entre cobre e fibra óptica, a energia despendida para fabricar cerca de cento e quarenta e cinco quilómetros (noventa milhas) do primeiro, é a mesma usada para cerca de cento e trinta mil quilómetros (oitenta mil milhas) de fibra óptica (Toffler, 1980: 141).

A rápida disseminação das redes de telecomunicações e de computadores é um dos temas mais importantes ao longo de toda a obra de Gates, ou não fosse a Microsoft uma das organizações que mais terá a ganhar com a preponderância destas infra-estruturas. Escreve o informático (Gates, 1995: 9) que as auto-estradas da informação possuem a capacidade potencial de transformar a nossa cultura de uma forma tão radical quanto a prensa de Gutenberg o fez na Idade Média[339]. Duas das mais importantes dimensões serão a de uma quase omnipresença decorrente generalização das tecnologias de informação e comunicação e a da disponibilidade da informação. Por um lado, "[q]uando as poderosas máquinas de informação do amanhã estiverem ligadas na auto-estrada, pessoas, máquinas, entretenimento, e serviços de informação estarão todos disponíveis[340].

[339] Esta mesma ideia é adiante reforçada: "Muito do progresso humano chegou porque alguém inventou uma melhor e mais poderosa ferramenta. As ferramentas físicas aceleraram o trabalho e resgataram as pessoas do trabalho pesado. O arado e a roda, a grua e o *bulldozer*, amplificaram as capacidades físicas daquelas que as usavam. As ferramentas informacionais são mediadores simbólicos que amplificam o intelecto, em vez dos músculos, dos seus utilizadores" (Gates, 1995: 5, tradução nossa).

[340] Uma convicção que é partilhada por Mitchell (1999: 109-110, tradução nossa). Refere este autor que "[o]s primeiros computadores foram como que pequenos vales montanhosos isolados governados por reis da programação; o mundo digital arcaico era uma cordilheira distante na qual estreitos, apenas pouco fiáveis trilhos forneciam ténues conexões entre os numerosos minúsculos reinos. Uma ocasional disquete ou cassete migravam de um para outro, trazendo os feitos das colónias e talvez alguns insuspeitos vírus. Mas as redes mudaram as coisas fundamentalmente – como os veleiros e os caminhos-de-ferro mudaram o mundo pré-industrial – ligando os fragmentos individuais de ciber-relva em número crescente num enorme sistema em expansão".

Será possível manter-se em contacto com qualquer um, em qualquer lugar, que queira manter-se em contacto consigo [...] Conseguirá atender o intercomunicador do seu apartamento a partir do seu escritório, os responder a qualquer email em casa. A informação que é hoje difícil de reter será fácil de encontrar" (Gates, 1995: 9, tradução nossa). Por outro, os mais de cem milhões de unidades em que Bill Gates estimava em 1995 o total do parque informático do planeta, desempenharão um papel crucial na manipulação, armazenamento e transmissão da informação em formato digital, abrindo caminho a que, no futuro, seguindo ainda as palavras do autor, nos seja possível, a partir de um computador, aceder a quase toda a informação no mundo.

Ora, tal fenómeno de acesso quase irrestrito à informação resultará de um processo de redução de custos no sector das telecomunicações em tudo análogo ao já verificado ao nível dos custos relacionados com o incremento das velocidades de processamento e poder de computação (recordemos, por exemplo, a Lei de Moore). Quando estes preços baixarem o suficiente, e uma vez ligadas a outras tecnologias farão com que o termo auto-estradas da informação deixe de estar circunscrito às conversas apenas de políticos e gestores. Será, afirma o autor, tão real e acessível como a electricidade. Nos próximos anos, aliás, vaticina Bill Gates, a largura de banda nas áreas urbanas poderá multiplicar por cem[341]. Os negócios e as empresas serão os primeiros a beneficiar destes progressos que, rapidamente se estenderão a outros utilizadores, em concreto, os domésticos.

Paralelamente ao desenvolvimento das estruturas das redes que permitirão uma maior largura de banda, a ligação dos vários computadores das empresas, permitirão o armazenamento de dados a respeito dos clientes, o desenvolvimento de centros de apoio telefónico, etc. De cada vez, por exemplo, que um cliente telefonar será possível perceber com detalhe qual o nível de relacionamento do mesmo com a empresa, o estado da conta, as reclamações, um histórico de quem, na organização trabalhou com o cliente, entre inúmeras outras informações úteis (dirão uns) invasivas e intromissivas (retorquirão outros).

Bill Gates proclama igualmente que vivemos tempos excitantes na Idade da Informação e que, esta está apenas no seu início. Define-se igualmente como um optimista acerca da importância que a tecnologia terá em áreas tão díspares quanto os tempos de lazer, no enriquecimento cultural, na maior distribuição de informação aos indivíduos, no

[341] Previsão que veio efectivamente a concretizar-se. Com efeito, aos 14,400kbp/s que constituíam a norma da oferta comercial em 1995 teremos de contrapor os 200Mbp/s que são comuns em 2012. Com efeito, estes números traduzem um factor de multiplicação que ronda as 15.000 vezes. Por outro lado, a ordem de grandeza referida pelo autor terá sido atingida por volta do ano 1999/2000, altura em que as ligações digitais pelo método RDIS eram já frequentes e possibilitavam acessos de 64kbp/s x2, i.e., 128kbp/s.

aliviar das pressões urbanísticas nas grandes cidades, através de novos esquemas de trabalho e acesso remoto a escritórios e locais de trabalho virtuais, no aliviar das pressões sobre os recursos naturais, posto que, muitos produtos serão consumidos sobre a forma de bits (i.e. desmaterialização), entre outras. Paralelamente, escreve o autor, teremos acesso a produtos mais personalizados ao invés de padronizados e que a sociedade da informação proporcionará aos indivíduos novas oportunidades de produtividade, aprendizagem e entretenimento. Estes benefícios tenderão igualmente a estender-se aos países que investirem estruturalmente nestas tecnologias. Gates preconiza que novos mercados emergirão e com eles uma vasta miríade de oportunidades de trabalho. "Quando medida em décadas a economia segue sempre uma linha ascendente. Nos últimos cem anos cada geração encontrou formas mais eficientes de fazer o trabalho e os efeitos cumulativos foram enormes. Uma pessoa média goza hoje uma muito melhor vida do que gozou a nobreza há alguns séculos atrás" (Gates, 1995: 250-251, tradução nossa).

5.1.1.3 Economia de *bits*

Toffler promove uma ligação entre as dimensões de digitalização/desmaterialização e o problema da memória humana (exercício que, julgamos, não se afasta demasiadamente das propostas de McLuhan), reflectindo acerca da natureza da relação das diferentes sociedades com as questões da memória e do suporte da mesma. Por duas vezes na sua história, argumenta, a humanidade revolucionou a sua memória social. Hoje, encontramo-nos na aurora de uma nova transformação.

No início, os grupos de humanos eram forçados a arquivar no mesmo local onde armazenavam as memórias privadas, as suas recordações partilhadas, isto é, na sua mente, na mente dos indivíduos. Os anciãos funcionavam como que os guardiães deste património cultural que mantinham sob a forma de histórias, mitos, conhecimento, lendas, e perpetuavam-no passando-o às gerações mais novas através de discursos, canções, cânticos e exemplos. Como acender uma fogueira, a melhor maneira de fazer cair um pássaro numa armadilha, como construir uma jangada, entre outros conhecimentos integrantes da memória colectiva e técnica do grupo encontravam-se então guardados nos neurónios dos indivíduos. Todo o capital intelectual encontrava-se, assim, arquivado nos

crânios de uns quantos anciãos, algo profundamente limitado. A civilização da Segunda Vaga superou a barreira da memória. Disseminou a literacia em massa, guardou arquivos de transacções comerciais, construiu milhares de bibliotecas e museus. "Em resumo, moveu a memória social para fora do crânio, encontrou novas maneiras de a guardar, e depois expandiu-a para lá dos seus limites anteriores. Através do incremento da acumulação de conhecimento acelerou o processo de inovação e de mudança social, fornecendo à civilização da Segunda Vaga a cultura em mais rápida mudança e desenvolvimento que o mundo até então havia testemunhado. [...] A menos que incineremos o planeta, e com ele a nossa memória social, deveremos em breve ter a coisa mais parecida com uma civilização de memória total. A civilização da Terceira Vaga terá ao seu dispor mais informação e informação mais finamente organizada acerca de si mesma do que poderia ter sido imaginado há apenas um quarto de século" (Toffler, 1980: 176-177, tradução nossa). Toffler prossegue o seu raciocínio postulando que a memória social da Terceira Vaga é mais do que apenas quantitativa. Enquanto a informação era apenas guardada no cérebro humano estava em permanente refrescamento, agitação, erosão, combinação e recombinação em novas formas. Era activa, dinâmica e, podia dizer-se que estava "viva". Porém, quando a Sociedade Industrial moveu boa parte da memória para fora do crânio, esta tornou-se objectificada, presente em artefactos como livros, listas de pagamentos, jornais, fotografias, filmes... Uma fotografia, um símbolo numa página, um texto num jornal, uma vez impressos, ficavam estáticos. No entanto, quando regressavam ao cérebro humano ganhavam vida, posto que, recombinados e manipulados de novas maneiras. "Enquanto a civilização da Segunda Vaga expandiu a memória social, também a paralisou" (Toffler, 1980: 177, tradução nossa). A sociedade da Terceira Vaga permitirá justamente uma situação sem precedentes: abrirá caminho a que a memória social cresça tanto extensivamente quanto activamente. "Em todas as sociedades precedentes a info-esfera forneceu os meios para a comunicação entre humanos. A Terceira Vaga multiplicará esses meios. Mas também providenciará poderosos instrumentos para, pela primeira vez na história, comunicação máquina-máquina e, ainda mais surpreendentemente, para conversação entre os humanos e o ambiente inteligente ao seu redor. Quando nos recostamos e olhamos para o quadro geral torna-se claro que a revolução da info-esfera é pelo menos tão dramática como a da tecno-esfera – nos sistemas de energia e na base tecnológica da sociedade" (Toffler, 1980: 177-178, tradução nossa). Toffler, cremos, parece sugerir que, numa civilização de Terceira Vaga assistiremos a uma combinação das duas realidades anteriores: a memória viva da Primeira Vaga e a memória estática da Segunda cruzar-se-ão, combinar-se-ão e darão origem a uma outra espécie de memória que, na leitura que fazemos da sua tese, será total, global, acessível a todos, simultaneamente armazenada e em permanente refrescamento/actualização.

A abordagem de Gates, embora partilhe, no essencial, do entendimento de Toffler, parte, todavia, de premissas substancialmente diferentes. Onde o testemunho de Toffler segue uma via mais histórico-sociológica, as considerações de Gates surgem muito mais ancoradas nas dimensões técnica e tecnológica do fenómeno. Este último pensa que, partes importantes das sociedades se converterão em digitais. "A diferença mais fundamental que veremos na informação no futuro será que quase toda ela será digital. Bibliotecas impressas já estão a ser totalmente digitalizadas e armazenadas como informação electrónica em discos e CD-ROMs. Jornais e revistas são agora completamente compostas segundo processos electrónicos e impressas em papel por conveniências de distribuição. A informação electrónica é guardada permanentemente – ou pelo menos enquanto alguém a quiser – em bases de dados de computadores. [...] Uma vez que a informação digital é guardada, qualquer pessoa com acesso a um computador pessoal pode instantaneamente aceder-lhe [e quiçá, acrescentamos nós, na linha de Toffler, actualizá-la, partilhá-la, recombina-la com outras informações, com outros *bits*]. O que caracteriza este período na história são os meios completamente novos a partir dos quais a informação pode ser modificada e manipulada, e as velocidades crescentes a que nós podemos manuseá-la" (Gates, 1995: 21, tradução nossa).

Também em Mitchell (1999: 48), encontramos vários parágrafos que procuram reflectir sobre o tema. Um dos primeiros aponta o exemplo da Universidade de Columbia que, abandonou o projecto para construção de uma nova biblioteca de Direito, e, ao invés, optou pela compra de uma "Connection Machine", (um supercomputador topo de gama), e pela digitalização e armazenamento anual de dez mil livros em deterioração. Através deste processo, os utilizadores já não necessitam de consultar fisicamente os volumes, já não necessitam de os abrir, de ler a sua tabela de conteúdos, ou mesmo de os folhearem para encontrarem a informação que buscam. A partir de terminais de computador, bastará introduzir algumas palavras-chave, algumas questões, sendo que a busca devolverá as obras, documentos e/ou, passagens relevantes. Daqui conclui o autor que "[h]oje as instituições são geralmente suportadas não apenas pelos edifícios e pelo seu mobiliário, mas também pelos sistemas de telecomunicações e *software* de computador. E o lado digital, electrónico, virtual está progressivamente a tomar o físico. Em muitos contextos, o armazenamento de bits está a substituir o armazenamento de artefactos físicos tais como livros, de molde a que a necessidade de espaço construído seja reduzida" (Mitchell, 1999: 48-49, tradução nossa). A mesma ideia é reforçada numa passagem posterior da sua obra. Aí Mitchell lembra ainda uma outra vantagem do processo de digitalização. Escreve o autor que, “[q]uando separamos a informação dos seus substratos habituais de plástico e de

papel, então, o armazenamento e transporte de produtos físicos torna-se desnecessário" (Mitchell, 1999: 50, tradução nossa).

Esta última nota decorre directamente de uma outra tese enfatizada pelo investigador e que se relaciona com o facto de, na sua opinião (1999: 52-53), a prensa de Gutenberg ter criado locais nos quais a informação impressa era concentrada e controlada. Diferentemente, a informação electrónica e digital apresenta-se numa logica espacial radicalmente diferente. Livre dos constrangimentos que são característicos dos suportes materiais, a informação uma vez digitalmente desmaterializada é transferível de modo instantâneo de e para qualquer lugar aonde a rede chegue ou onde se encontre uma fonte processadora de *bits*, sendo potencialmente reprocessável ou, se preferirmos, quase livremente manipulável em qualquer ponto de recepção. Daqui emergem, segundo Mitchell, duas consequências: por um lado a mudança de paradigma em que as responsabilidades de edição formatação se transferem da figura centralizada e centralizadora do produtor para a esfera individual e desconcentrada do utilizador e, mais importante, o facto de, para o acesso à informação e também para a sua distribuição ter deixado de ser necessária a imprensa tipográfica, posto que, qualquer um, com acesso a um computador e uma ligação à rede, pode agora assumir o duplo papel de produtor e consumidor de informação.

O problema da digitalização da memória, da cultura, ou se preferirmos um conceito mais lato, do conhecimento/informação humanos encontra-se igualmente presente no trabalho de Nicholas Negroponte, fundador e ex-director do *Media Lab* do MIT. Na sua obra de 1995, *Being Digital*, o autor dedica extensa atenção à questão. Logo no início, (Negroponte, 1995: 7) começa por explicar a diferença entre átomos e *bits*. Os primeiros são transportados de forma muito lenta, durante muitos dias, com grande esforço e custos consideráveis, passam nas fronteiras e pagam taxas por isso. Já os segundos deslocam-se sem peso e sem esforço, à velocidade da luz, derrubam fronteiras e não pagam taxas alfandegárias. Nas palavras do próprio (1995: 7, tradução nossa) “[q]uando passamos na alfândega, declaramos ao nossos átomos, não os nossos bits. Inclusive a música gravada digitalmente é distribuída em CD’s de plástico com custos muito elevados de inventariação, embalagem e transporte. Isto está a mudar muito depressa […] a ponto transformar-se numa instantânea e económica transmissão de informação electrónica que se move à velocidade da luz”[342].

[342] Na p. 11, Negroponte conta um episódio ocorrido com a PolyGram que reforça este mesmo enunciado. Com efeito, no quadro de uma operação de promoção de novos produtos de entretenimento (CD’s musicais, filmes, e jogos), a empresa contratualizou com a operadora de transportes expresso dos Estados Unidos (FEDEX) a distribuição destes pacotes. Porém, as encomendas acabaram retidas nas alfândegas. Contrariamente, no caso da informação imaterial, em bits, a mesma circula livremente sem quaisquer restrições dessa natureza. O exemplo que o autor apresenta são as mensagens de correio electrónico. Veja-se também Negroponte (*apud* Rab, *In* Pintér (ed.), 2008: 193, tradução nossa) "No mundo da cultura digital […] apenas os *bits* (e não os

Além da maior facilidade, ou mesmo ausência de fricção/atrito, no transporte face aos produtos materiais, a informação apresenta ainda outra dimensão crucial: o seu valor. Na verdade, Negroponte (1995: 11) alude a esta questão lembrando o episódio de uma sua visita a uma empresa fabricante de circuitos integrados. Questionado se transportava consigo um computador portátil e instado a avaliar pecuniariamente o referido aparelho, o autor respondeu "entre um e dois milhões de dólares". Perante a incredulidade da interlocutora explicou em seguida que, pese embora o valor dos átomos do seu Powerbook rondasse os dois mil dólares, já o custo da informação nele contida, isto é, os bits, era incalculável. Em clara contradição com as teses de May (2003: 135-136), Negroponte entende que diferentemente dos bens materiais, baseados em átomos, a informação e o conhecimento não perdem valor por circularem livremente no mercado. Pelo contrário: valorizam-se, posto que, a sua circulação, discussão, reflexão, manipulação é susceptível de lhes acrescentar algo, de valorizar esse mesmo conjunto de *bits*, quer por meio de novos usos, quer pela sua actualização/refrescamento, quer ainda pela combinação com outras cadeias de informação capazes criar valor.

A digitalização apresenta igualmente, na óptica do autor (Negroponte, 1995: 13 e ss.), importantes vantagens. Entre as mais evidentes, escreve, contam-se a compressão de dados e a correcção de erros, sendo que, qualquer destas dimensões apresenta dificuldades assinaláveis na transmissão por meio de um canal físico. Paralelamente registam-se grandes vantagens ao nível da qualidade técnica dos conteúdos distribuídos, bem como da duplicação dos mesmos. As cópias ficam enormemente facilitadas e o processo é assaz simples e rápido. Negroponte (1995: 40) alerta, todavia, para um ponto negativo relevantíssimo da digitalização. Considera que, num tal modelo de produção e distribuição da informação e dos conteúdos, urge repensar a lei da propriedade intelectual que é, afirma, um produto de Gutenberg e está, no quadro actual, completamente obsoleta face às novas exigências/pressões colocadas por este ambiente sem fricção[343].

átomos) viajam. Os ambientes do mundo real e do mundo virtual estão ligados em muitos pontos; contudo, a plataforma digital mediadora é ela própria imaterial. Este aspecto fundamental define muitas das características da cultura digital".

[343] A este respeito contam-se, nos últimos tempos, diversas iniciativas legislativas, tanto nos Estados Unidos como na União Europeia. Recordamos, por exemplo, os polémicos projectos de Lei do Congresso norte-americano SOPA (*Stop Online Piracy Act*, mais informação Vd. [em linha]: http://judiciary.house.gov/hearings/pdf/112%20HR%203261.pdf e http://en.wikipedia.org/wiki/Stop_Online_Piracy_Act) e PIPA (*Protect Intelectual Property Act*, mais informação, Vd. [em linha]: http://leahy.senate.gov/imo/media/doc/BillText-PROTECTIPAct.pdf e http://en.wikipedia.org/wiki/PROTECT_IP_Act), que motivaram, em 18 de Janeiro de 2012, protestos inéditos de alguns dos mais importantes portais mundiais, como Wikipedia, Google, Vimeo, Flickr, Reddit, Wordpress, Mozilla, Twitpic, etc., num total superior a 115.000 sítios. Mais informação, Vd. [em linha]: http://en.wikipedia.org/wiki/Protests_against_SOPA_and_PIPA.

5.1.1.4 Dessincronização, desterritorialização e desmassificação

A relação do homem com o espaço e o tempo sempre constituiu objecto de profundo fascínio da técnica, escreve Kollányi, (*In* Pintér (ed.), 2008: 83). Antigamente, para se percorrerem cem quilómetros eram necessários um ou dois dias. Com o comboio e o motor a vapor, os símbolos da era/sociedade industrial[344], essa distância passou a ser percorrida em apenas uma hora ou duas. O automóvel apenas possibilitou um carácter mais privado, mais autónomo aos indivíduos, o que mudou a paisagem do século XX. Os efeitos da motorização podem sentir-se na separação entre casa e trabalho, na possibilidade de reunião das famílias nas ocasiões festivas de forma muito fácil, i.e. sem constrangimentos, no facto de as pessoas podem usar vários transportes, mas preferem o individual e acabam presas no tráfego; na redução das distâncias pela construção de estradas, que são meios eficientes de transportes, etc.. Em idêntica direcção vão os estudos apresentados por Fuchs (2008: 112). Explica o autor que, partindo-se de uma lógica em que as sociedades humanas estão organizadas em termos de tempo e espaço hoje, com as redes tecnológicas, o conhecimento ultrapassa todos os dias as fronteiras e causa um fenómeno de supra-territorialidade. Também May (2003: 174) prescreve que, o progresso tecnológico, levará à diluição das notas características da soberania numa sociedade etérea de *bits* e *bytes*.

Assistimos, no fundo a um fenómeno da globalização[345] que, conjugado com a emergência e rápida ascensão das tecnologias de informação e comunicação, vem provocando um crescente fenómeno de restruturação do tempo, a que Toffler se refere como descronificação. Por via disso assiste-se a uma dificuldade crescente para a interacção pessoal. A desmassificação do tempo está a provocar fenómenos crescentes de dessincronização. Estes fenómenos conferem ao tempo uma dimensão pessoal, isto é, os

[344] "A revolução industrial gerou a aceleração do transporte, que originou uma primeira viragem nos desenvolvimentos para superar as distâncias físicas e alcançar uma mais rápida movimentação de pessoas e bens. A revolução da informação que emergiu na segunda metade do século XX trouxe uma súbita subida no fluxo de informação, que afecta directamente as noções de espaço das pessoas. [...] Consequentemente, a proporção de informação que um indivíduo possui acerca de áreas que se situam para lá do seu ambiente físico crescem significativamente [...]" (Kollányi, *In* Pintér (ed.), 2008: 83, tradução nossa).

[345] Vd., por exemplo, Hassan, 2004: 23 e ss..

tempos de descanso, de trabalho, de férias, seguem um padrão de crescente fragmentação[346].

Toffler concretiza uma referência às redes mundiais bancárias que classifica pioneiras neste fenómeno de dessincronização. O sistema económico da Segunda Vaga, explica, foi dominado por mercados nacionais, moedas nacionais e governos nacionais. Actualmente a base de negociação é o minuto, o vinte e quatro horas por dia, em que as empresas permanecem ligadas à rede no sentido de obter as melhores taxas de juros, os melhores preços, os melhores negócios, numa ideia, a maximização do lucro (Toffler, 1980: 228-231).

Em *City of Bits*, William Mitchell explora várias das dimensões da sociedade da informação a que nos vimos referindo ao longo das últimas páginas. Junto com a reflexão acerca da mitigação, ou mesmo anulação das distâncias físicas, nenhum outro problema merece tanta atenção do autor como a tendência crescente para a dessincronização nas sociedades pós-industriais.

Mitchell (1999: 9, tradução nossa) começa por salientar as diferenças entre o correio electrónico, meio de comunicação assíncrona por excelência, e outros meios, nomeadamente, fax, telefone ou endereço postal[347]. É que, diferentemente das chamadas telefónicas ou transmissões de fax que ligam máquinas específicas a localizações

[346] O autor norte-americano sustenta que se assiste igualmente, em claro concurso com a descronificação ou dessincronização das sociedades, a uma diminuição dos efeitos de hora de ponta, realidade que despoleta efeitos importantes, não apenas ao nível do consumo de energia, (combustível), como também impactos não negligenciáveis na poluição. Desconhece-se se o autor apoia estas suas conclusões em quaisquer estudos ou se, pelo contrário, como sucede frequentemente, nos encontramos perante um mero exercício especulativo. Certo é que, Toffler, não indica quaisquer fontes que sustentem estas suas teses e, pelo contrário, a análise do quotidiano parece sugerir que, inversamente, eventuais decréscimos no volume de tráfego se parecem combinar com períodos de alta do preço dos combustíveis ou de crise económica, e não tanto com tais transformações. Cremos, aliás, que esta hipótese ensaiada pelo futurólogo poderá enquadrar-se na mesma categoria (no tocante aos efeitos ambientais decorrentes da necessidade de uma menor mobilidade dos trabalhadores) das sempre adiadas promessas dos benefícios do teletrabalho. Acompanhamos, neste particular Castells (2007: 270) que critica a noção de teletrabalho dos futurólogos: "O trabalho à distância, a partir de casa, ou entre locais especialmente incoerentes, está a aumentar consideravelmente – mas não na forma prevista pelos futurólogos. Em vez do teletrabalho, o que estamos a observar é o surgimento de uma mobilidade metropolitana multimodal". Vd. igualmente, Gates, 1995: 156.

[347] A respeito das tecnologias de comunicação assíncrona, Negroponte (1999: 115, tradução nossa, aspas e parêntesis no original) conta que "[a] ideia do fax e do correio electrónico remontam há uns cem anos atrás. Num manuscrito de 1863, «Paris no século XX», encontrado e publicado pela primeira vez em 1994, Júlio Verne escrevia: «A fototelegrafia permitirá enviar escritos, timbres ou imagens e firmar contractos a uma distância de [20.000 km]. Todas as casas estarão ligadas. O telégrafo automático da Western Union era um correio electrónico por cabo, de um lugar a um lugar. Portanto, o uso generalizado do correio electrónico tal como o conhecemos hoje, de todos os lugares a todos os lugares, precedeu o uso generalizado do fax. Quando começou o correio electrónico na segunda metade da década dos anos sessenta, havia muito pouca gente com conhecimentos suficientes de informática. Por conseguinte, não é surpreendente que o fax tenha superado dramaticamente o correio electrónico nos anos oitenta. As razões foram a facilidade de uso, que compreende a simples entrega de imagens e gráficos, e a entrada de originais, incluindo a sua forma. Ademais, em certas circunstâncias e desde há pouco tempo os faxes timbrados têm valor legal".

identificáveis a troca de mensagens de correio electrónico estabelece uma ligação entre pessoas e localizações indeterminadas. "Se lhe enviar uma mensagem de e-mail, virá etiquetada com o meu nome/endereço, mas não saberá se a transmiti do escritório se a escrevi em casa enquanto beberrico um copo de vinho, ou se a compus no meu portátil num voo trans-pacífico [...]. E não necessito saber onde é que se encontra [...]; Apenas direcciono a minha mensagem para o seu nome/endereço de rede, e posso estar seguro que ela eventualmente chegará a qualquer máquina que escolha para lhe aceder"[348].

Em sentido contrário, prossegue o ex-director do *Media Lab*, uma conversação humana face a face é um evento espacialmente coerente, corpóreo e estritamente sincrónico. Os participantes estão todos presentes no mesmo lugar, todos escutam as palavras que são preferidas, e as respostas em geral surgem imediatamente. O mesmo sucede com o telefone e a fala radiofónica, que permitem aos conversantes estarem dispersos espacialmente mas em nada intervêm nesta condição de sincronia. Até à introdução do atendedor de chamadas, qualquer pessoa teria de permanecer junto ao telefone, no tempo certo, para atender uma chamada. Ora, isto não é outra coisa senão sincronia comunicacional. "[O]s gregos antigos usaram mensageiros para comunicação assíncrona. A carta e o serviço postal, o aparelho de Fax, o humilde atendedor de chamadas, e o dispendioso sistema de correio de voz empresarial são todos dispositivos mais actualizados para a comunicação assíncrona e assim [...] são as redes de correio electrónico e os sistemas de boletim da administração. No modo assíncrono, as palavras *não* são ouvidas à medida que são faladas, mas repetidas num dado ponto posterior. As respostas não vêm imediatamente. A unidade da conversação face a face é fracturada tanto espacial como temporalmente" (Mitchell, 1999: 15, tradução nossa, itálico no original)[349].

Ora, num contexto em que Mitchell descreve a rede como o espaço urbano do século XXI, (a sua *Cidade dos Bits*[350]) os novos desfavorecidos são aqueles cuja largura de

[348] Não muito diferentes das ideias de Mitchell são as apresentadas por Negroponte (1999: 102-103). Com efeito, reflectindo quiçá a doutrina da escola MIT, também este autor recorre ao exemplo da comunicação interpessoal, presencial ou telefónica, para ilustrar o exemplo de uma troca sincrónica. No campo oposto, as ocorrências mais relevantes de comunicação assíncrona dizem respeito à carta (nas suas palavras, mais formal e reflectida) e ao correio electrónico. Esta última ferramenta apresenta como atractivo o facto de não nos interromper como uma chamada telefónica, podendo ser processado/respondido durante o tempo livre, permitindo, deste modo, que, mensagens que, à partida, não passariam pelos filtros de secretárias e telefonistas das empresas, cheguem aos destinatários. É além do mais um meio económico e perfeitamente legível por um computador. Curioso é o caso do correio de voz. Em tempo real (dando uma ilusão de sincronia) para o emissor, de modo diferido (e por conseguinte assíncrono) no lado do receptor).

[349] Embora sem se alongar no tema, Mitchell não deixa de referir que, a comunicação primacialmente assíncrona introduzida pelos computadores e redes de comunicações, convive com a comunicação sincrónica, dentro da mesma estrutura, i.e., computadores e redes de computadores. Na verdade, parece até sugerir que a novidade é um único dispositivo ser capaz de reunir ambas as faculdades: sincronia e assincronia.

[350] Valerá, cremos, acompanhar um apontamento, em jeito de definição da *Cidade dos Bits*, da lavra do próprio Mitchell: "Esta será uma cidade desenraizada de qualquer lugar definitivo na superfície da terra, moldada pela

banda a que têm acesso, isto é, a quantidade de *bits* que podem enviar/receber se revela insuficiente, para poderem usufruir plenamente da Internet. As consequências deste fenómeno são, na sua perspectiva de (Mitchell, 1999: 17), brutalmente óbvias. Se na sociedade industrial o valor da propriedade era determinado pela localização, na actualidade o valor de uma rede é aferido em função da sua largura de banda. "A escravatura da largura de banda está a substituir a tirania da distância, e uma nova economia de uso da terra e transporte está a emergir – uma economia na qual conectividade de elevada largura de banda é crescentemente uma variável crucial" (Mitchell, 1999: 17, tradução nossa). No fundo, aquilo que Mitchell pretende sugerir é que, na *Cidade dos Bits*, os novos desfavorecidos serão aqueles que se situarem, não necessariamente de forma física, antes no respeitante ao acesso, na periferia das redes de alto débito. Velocidade de acesso/largura de banda (ou a falta deles) parecem pois, na perspectiva do autor, confundir-se com info-exclusão (no caso concreto ao nível do acesso, posto que, existem várias outras dimensões deste problema genericamente conhecido pela locução de *digital divide* ou de fosso/fracturas/divisões digitais), fenómeno que trataremos adiante.

5.1.1.4.1 O problema particular do espaço

É impossível encetar ao mesmo tempo uma revolução na energia, tecnologia, vida familiar, papéis sexuais, e uma revolução mundial nas comunicações, sem, mais tarde ou mais cedo, escreve Toffler, enfrentarmos uma revolução política. "Uma civilização de Terceira Vaga não pode operar numa estrutura política de Segunda Vaga...". As instituições da Segunda Vaga foram desenhadas para um mundo muito mais lento, em que uma mensagem poderia demorar uma semana para viajar de um lugar para outro. Hoje, o tempo é outro. "Colocado de outro modo, os nossos líderes – forçados a trabalhar por meio de instituições de Segunda Vaga desenhadas para uma sociedade mais lenta – não podem criar soluções inteligentes tão rapidamente como o acontecimento requer. As decisões ou

conectividade e constrangimentos de largura de banda ao invés de acessibilidade e valor da terra, largamente assíncrona na sua operação, e habitada por sujeitos separados e fragmentados que existem como colecções de pseudónimos e agentes. Os seus lugares serão virtualmente construídos por *software* em vez de pedras e madeira, e eles serão ligados por elos lógicos ao invés de portas, caminhos, e ruas" (Mitchell, 1999: 24, tradução nossa). Diferente é a posição de Castells (2007: 262) que se refere ao fim das cidades como um dos mitos da futurologia a respeito da Era da informação. No século XXI, argumentam muitos, as pessoas viverão maioritariamente em cidades. Outros, porém afirmam que a Internet e a rede permitirão aliviar a pressão sobre as cidades, diminuir os congestionamentos, servir como remédio para a propriedade excessivamente cara, contribuir para a melhoraria da qualidade de vida, etc.. Castells, assume-se partidário da primeira linha, não parecendo muito convencido quanto à eventual verificação do segundo cenário.

surgem demasiado tarde, ou a indecisão toma o poder"[351]. Boa parte desta situação explica-se também pelo facto de numa sociedade de Terceira Vaga o conjunto de grupos sociais e políticos serem profundamente mais numerosos do que os poucos que existiam anteriormente, aumentando decisivamente a complexidade decisória e, por conseguinte, desencadeando as situações atrás descritas (Toffler, 1980: 392 e 408-411). No futuro, prevê, uma das consequências da Terceira Vaga será o retorno a uma ideia de poder da minoria por alteração dos padrões de democracia, da participação e, ao mesmo tempo, do tipo de negociação entre os diferentes grupos de pressão existentes na sociedade (Toffler, 1980: 418-423)[352].

Toffler sustenta, por conseguinte, que o estado-nação se encontra em crise, encurralado por pressões de cima e de baixo. Anteriormente unidade política chave da Segunda Vaga, na Terceira Vaga verifica-se um aumento das pressões fragmentárias das nacionalidades num duplo sentido: descendente, com o espedeçamento dos estados nacionais em regiões e, por outro, de direcção ascendente no qual as nações de diluem em organizações de cariz supranacional[353]. Esta diminuição do poder do estado-nação ocorre, na perspectiva do futurólogo, em contraposição ao aumento do protagonismo das

[351] Partilhamos aqui de boa parte das considerações do autor norte-americano. Todavia, no início da década de oitenta, há mais de trinta anos, portanto, não eram previsíveis fenómenos com os quais hoje convivemos. Toffler parece-nos correcto quando afirma que as sociedades de Terceira Vaga, dirigidas numa lógica/estrutura de Segunda Vaga tenderão a entrar em paralisia ou indecisão. Olhando a crise europeia do final da primeira década do século XXI e início da segunda é justamente a isso que assistimos. Esta crise da dívida soberana, alegadamente dos países periféricos, os chamados PIIGS (na sigla inglesa, respectivamente Portugal, Irlanda, Itália, Grécia, Espanha – noutras variantes a Irlanda não é incluída neste grupo) veio tornar visíveis muitas das fragilidades da União Europeia: o défice democrático, a preponderância do eixo franco-alemão e o seguidismo dos demais, a falta de solidariedade entre os diferentes Estados-Membros, a inexistência de mecanismos de compensação, equilíbrio e de estabilidade, a inexistência de regras orçamentais, financeiras e económicas, senão comuns, pelo menos coordenadas, etc… Porém, o fenómeno mais obscuro parece-nos aquele que tem em vista a substituição do sistema democrático por outro predominantemente tecnocrático. Notemos que, ao longo de 2011 todos os países periféricos com problemas orçamentais (ou pelo menos os que foram mais pressionados pelo binómio agências de notação financeira / mercados financeiros) mudaram de governo (a Irlanda já o tinha feito em 2010, poucas semanas após o pedido de ajuda financeira). Embora essa fosse uma situação previsível, a verdade é que, tanto no caso grego, como no italiano, o povo, um dos elementos essenciais do estado-nação (os outros dois são o território e a soberania, Vd. Canotilho, 2003 e CRP/arts. 3.º, 4.º e 5.º) não foi chamado a pronunciar-se, isto é, os governos nestes países carecem de legitimidade democrática. Não apenas o povo foi contornado no processo, como a própria soberania nacional ficou seriamente comprometida. Em nosso entender, ambos os casos não demonstram outra situação que não um evidente recrudescimento das políticas anti-democráticas que dão corpo à ideia de défice democrático do projecto europeu e afastam os cidadãos desse mesmo objectivo. Por outro lado, ampliando também um pouco o nosso campo de vista, e situando-nos no próprio processo de construção europeia, constatamos que, desde há quase duas décadas (o último grande marco terá sido a conclusão do mercado comum, e nem tanto a moeda única, especialmente se olharmos aos acontecimentos recentes), o projecto europeu estagnou, paralisado, justamente, cremos, pela incapacidade de os decisores europeus conseguirem gerir o aumento exponencial de grupos de pressão que exigem um papel activo. Toffler, no fundo, cremos, alertava já para a eventualidade desta última ocorrência, ainda que, ao tempo, não necessariamente dirigida à União Europeia.

[352] No mesmo sentido, ainda que partindo de uma perspectiva económica, Vd. Reich, 1992: 171 e ss..

[353] Reportando-se a este último caso, o autor ensaia inclusive uma breve referência à necessidade de os estados da Europa se integrarem mais, do ponto de vista militar, porque são incapazes de sozinhos proverem à sua defesa (1980: 317).

multinacionais que, em breves palavras, tenderão a assumir para si a perda de poder/protagonismo dos estados. Estas empresas operam à velocidade electrónica e "respiram dinheiro e crédito que nenhuma nação pode regular". "O estado-nação está morto". Mas isto não quer dizer que os estados-nação sejam substituídos por estas corporações. O que sucede é que, no futuro, o poder se encontrará muito mais descentralizado, desconcentrado, e revestirá a forma de múltiplas e complexas cadeias de pequenos centros. (Toffler, 1980: 321 e ss.)

A sociedade da Terceira Vaga reclama por novas estruturas políticas, num processo que não se prevê fácil, ou sequer rápido mas que, ainda assim, urge, segundo a tese de Toffler, concluir. Reforçando a sua posição, o autor refere também que:

> "[o] facto verdadeiramente surpreendente hoje é que os nossos governos continuam a funcionar. Nenhum administrador tentaria gerir uma grande empresa com um conjunto de regras inicialmente esboçadas pela pena de ganso de algum antepassado do século XVIII cuja única experiência manageira consistira na gestão de uma quinta. Nenhum piloto são tentaria pilotar um jacto supersónico com os antigos instrumentos e controlos de navegação ao dispor de Blériot ou Lindebergh. Porém, isto é aproximadamente o que estamos a tentar fazer politicamente. A rápida obsolescência do nosso sistema político da Segunda Vaga [...] cria uma ameaça extrema para toda a sociedade, não apenas para os excluídos como para os incluídos, não apenas para os pobres como para os ricos, e para as partes não industrializadas do mundo também" (Toffler, 1980: 414, tradução nossa).

Se no testemunho de Toffler a tónica é colocada no âmbito da discussão política e, de um modo muito particular, na possível desarticulação de um dos principais legados do período moderno, i.e. o Estado-Nação, já os autores mais conotados com um registo predominantemente técnico deslocam a ênfase para o domínio da superação das distâncias e, designadamente, das fronteiras físicas. Neste concreto, tanto Negroponte, como Gates, ou Mitchell apresentam o correio electrónico enquanto paradigmático. Em qualquer parte do mundo com acesso às redes, é possível verificar a caixa de correio electrónico e dar seguimento às mensagens. E isto, em todo o tempo, em todo o lugar. "Todas estas inovações electrónicas – correio electrónico, ecrãs partilhados, videoconferência, e videochamadas – são meios de superar as separações físicas. Quando se tornarem um lugar-comum, terão mudado não apenas o modo como trabalhamos em conjunto mas também as distinções agora feitas entre o local de trabalho e todos os demais lugares" (Gates, 1995: 152, tradução nossa)[354].

[354] Ainda noutra passagem, o autor refere que "antes do telefone, as pessoas pensavam nos seus vizinhos como a sua única comunidade. Quase tudo era feito com outros que viviam por perto. O telefone e o automóvel permitiram que nos esticássemos. Podemos visitar cara-a-cara menos frequentemente do que o fazíamos há um século porque podemos pegar no telefone, mas isto não quer dizer que tenhamos ficado isolados. Ficou mais fácil para nós falarmos uns com os outros e mantermo-nos em contacto. [...] Os telefones celulares, *pagers*, e faxes, já fizeram com que homens de negócios tivessem de tomar decisões explícitas que antigamente ficavam implícitas. Há uma década atrás não tínhamos de decidir se queríamos receber documentos em casa ou atender chamadas na estrada. Era muito fácil refugiarmo-nos na nossa casa, ou seguramente no nosso carro. Com a

William Mitchell (1999), por seu lado, coloca o essencial do problema em duas áreas. Por um lado, na mesma linha dos registos anteriores, enfatizando a superação, pela tecnologia, (mormente, por via das redes de telecomunicações), das distâncias físicas; por outro, advertindo para a provável necessidade de reconfiguração/reconstrução do espaço urbano que na sua perspectiva terá de ocorrer.

Assim (Mitchell, 1999: 166), sustenta que reinventámos o habitat humano. Antigamente quando, por exemplo, a troca de correspondência com as regiões mais interiores do continente australiano poderia demorar vários meses, a maioria das pessoas apenas contactava com os seus vizinhos. Porém os sistemas de transportes e as tecnologias de comunicação profundamente melhoradas no quadro da sociedade industrial permitiram-nos um muito mais fácil contacto com família e amigos dispersos por vários lugares. Possibilitou-nos igualmente a participação em comunidades e grupos de interesse não necessariamente sedeados na nossa cidade[355]. Em escassos dois séculos, prossegue o autor, desde a chegada da frota britânica a Botany Bay, até à formação da Internet (sensivelmente 1788 e 1988) as relações de sociais foram profundamente reestruturadas. "Hoje, à medida que a telepresença aumenta e por vezes substitui a presença física, e mais e mais interacções sociais e empresariais mudam para o ciberespaço, vamos descobrindo que a acessibilidade depende ainda menos da proximidade, e a comunidade tornou-se crescentemente descolada da geografia. As nossas ligações à rede estão a tornar-se tão importantes como as nossas localizações físicas" (Mitchell, 1999: 166, tradução nossa).

No tocante ao espaço urbano, o autor justifica-a pelo facto de "[n]um mundo de computação e telecomunicação ubíqua, de corpos aumentados electronicamente, de arquitectura pós-auto-estradas da informação, de grandes negócios de bits, a própria ideia de cidade é desafiada e terá eventualmente de ser reconcebida. As redes de computadores – prossegue – tornaram-se tão fundamentais para a vida urbana como os sistemas de ruas. [...] Muita da acção económica, social, política e cultural muda-se para o ciberespaço. Como resultado, os aspectos familiares do desenho urbano preparam-se para uma reformulação radical" (Mitchell, 1999: 107, tradução nossa)[356]. Ainda na abordagem à mesma temática,

tecnologia moderna temos de decidir onde e quando queremos estar acessíveis. No futuro, conseguiremos trabalhar em qualquer lugar, contactar alguém em qualquer lugar, ser contactados de qualquer lugar, podermos facilmente determinar quem e o que pode intrometer-se. Através da explícita indicação das interrupções admitidas será possível restabelecer a nossa casa - ou qualquer outro lugar que escolhamos - como o nosso santuário" (Gates, 1995: 213, tradução nossa).

[355] As comunidades virtuais a que alude Rheingold (1993) são apenas um exemplo.

[356] Numa outra passagem, a mesma ideia surge reforçada: "Durante os séculos XIX e XX, as cidades foram transformadas por sucessivas vagas de transportes e de tecnologias de comunicação. A cada estágio, novas combinações de edifícios, sistemas de transportes, e redes de comunicações serviram as necessidades dos habitantes. Agora, à medida que a auto-estrada da informação assume um mais amplo leque de funções, os

Mitchell (1999: 117) estabelece também uma analogia entre o espaço urbano ligado por uma multitude de canais (entradas e acessos às diferentes divisões e a cada edifício[357], ruas que ligam os edifícios, redes de estradas e de caminhos de ferro que ligam as cidades umas às outras) e os navegadores da Internet que nos permitem ligar de uma página a outra (independentemente dos diferentes conteúdos) através das hiperligações e atalhos.

Para Negroponte (1995: 100 e ss.) a questão não se coloca já na discussão entre se as nossas sociedades serão ainda industriais ou informacionais, antes sim, se informacionais ou pós-informacionais. É ponto assente para si que o paradigma industrial já foi transposto. Ao longo dos parágrafos organizados sob a epígrafe “lugar sem espaço”, o autor começa por dizer que, do mesmo modo que o hipertexto superou os limites da página impressa, na era da pós-informação ultrapassará as limitações colocadas pela geografia física. “A vida digital trará – no seu entender – uma dependência cada vez menor no respeitante ao estar num lugar específico num momento específico, e inclusive a «mudança» de lugar começará a ser possível” (Negroponte, 1999: 101, tradução nossa, aspas no original). Na verdade, escreve, a distância é cada vez menos importante no mundo digital. Com efeito, um utilizador da Internet não tem, muitas vezes, noção da mesma, uma vez que, dados os fusos horários, as respostas às mensagens surgem frequentemente mais rapidamente de lugares distantes (respondem-nos enquanto dormimos), do que de localizações cercanas.

O autor entende ainda que, no futuro, será possível realizar cirurgias à distância e que muitas actividades, como as que são desempenhadas pelos assim chamados trabalhadores do conhecimento, não sendo muito dependentes do espaço e do tempo surgirão, por conseguinte, a breve trecho, desligadas da conexão geográfica ou territorial.

papéis das estruturas habitadas e dos sistemas de transportes estão a mudar uma vez mais, novos padrões urbanos estão a formar-se e temos a oportunidade de repensar ideias recebidas acerca do que são os edifícios e as cidades, como podem ser feitos, e aquilo para que servem realmente" (Mitchell, 1999: 157, tradução nossa).

[357] A própria concepção/desenho dos edifícios modificou-se, segundo a opinião do autor, profundamente. "Os edifícios pré-industriais não eram muito mais do que esqueletos de suporte e superfícies fechadas. Com a Revolução Industrial, eles adquiriram fisiologias mecânicas crescentemente complexas; em breve estavam correntemente equipados com água canalizada e sistemas de esgotos, sistemas de aquecimento e de ar condicionado, sistemas eléctricos, sistemas de seguranças, e outros. Agora estão a adquirir sistemas nervosos electrónicos – conexões de rede, cablagem nos madeiramentos, e ferramentas de informação" (Mitchell, 1999: 171, tradução nossa).

5.1.1.5 Economia baseada no conhecimento e nas qualificações dos indivíduos

A noção de conhecimento ocupa na tese de Bell um papel central, o que justifica esta nova referência. Com efeito contam-se várias passagens ao longo de *The Coming of the Post Industrial Society* dedicadas a este conceito.

> "Na sociedade pós-industrial, o que é crucial não é uma mudança da propriedade ou critério político para o conhecimento como a base do novo poder, mas uma mudança no próprio *carácter* do conhecimento. O que agora se tornou decisivo para a sociedade é a nova centralidade do conhecimento *teórico*, a primazia da teoria sobre o empirismo, e a codificação do conhecimento em sistemas de símbolos abstractos que podem ser traduzidos para muitas diferentes e variadas circunstâncias. Cada sociedade convive agora com a inovação e o crescimento, e o seu conhecimento teórico que se tornou a matriz da inovação. Com o crescimento da sofisticação dos procedimentos de simulação através do uso de computadores [...] temos a possibilidade, pela primeira vez, de [promover] «experiências controladas» em larga escala nas ciências sociais. Estas, por seu lado, permitir-nos-ão congeminar futuros alternativos em diferentes domínios, assim incrementando grandemente o âmbito das matérias que afectam as nossas vidas, que podemos escolher e controlar" (Bell, 1973: 343-344, tradução nossa, aspas e itálicos no original)[358].

Robert Reich (1992: 173-180), por seu lado, defende que é notória a emergência de três categorias de trabalho a que correspondem diferentes posições competitivas. Esta situação verifica-se, tanto nos Estados Unidos, quanto em vários outros países desenvolvidos. Reich identifica-as por: serviços de produção rotineiros (1); serviços interpessoais (2); serviços de analistas de símbolos (3). O primeiro corresponde genericamente às tarefas repetitivas que o exército de trabalhadores do capitalismo americano desempenhava nas empresas de elevada dimensão. Estamos, *grosso modo*, em presença do modelo de trabalho fordista: tarefas feitas uma vez, e outra, *ad infinitum*; um

[358] Já antes, num outro conjunto de parágrafos dedicados ao conceito Bell apresentara várias propostas de definição de conhecimento. Aí, o autor considerara que as mesmas, ainda que profundamente díspares, não estão certas, nem erradas. Fornecem, pelo contrário, preciosas balizas, que lhe permitem avançar uma proposta própria na qual concebe conhecimento em sentido estrito. "O conhecimento é o que é objectivamente conhecido, uma *propriedade intelectual*, anexada a um nome ou grupo de nomes e certificada por direitos de autor ou outra forma de reconhecimento social (por exemplo, publicação)" (Bell, 1973: 176, tradução nossa, itálico no original). Não partilhamos inteiramente desta posição de Bell, justamente porque a consideramos excessivamente determinista. Muito resumidamente não podemos, ainda que reconheçamos ser essa, crescentemente, a tendência do ambiente político e social, aceitar uma tal proposta por meio da qual se sugere a sujeição de um património da humanidade a dimensões mercantis ou privatísticas de direito ou de propriedade. Bastará aliás uma breve reflexão sobre, por exemplo, as noções jurídicas de privado ou de propriedade. Em qualquer dos casos, encontramo-nos perante direitos excludentes, que privam da sua fruição todos os demais que não os legítimos titulares. E, se, em certos domínios, tal possa ser salutar, não será, cremos, aqui, o caso. Uma tal discussão mereceria, quiçá, um outro tratamento que, porém, não se insere no espírito/objectivos deste nosso trabalho.

passo numa sequência de muitos passos com vista à produção de artigos transaccionáveis no comércio mundial. Trata-se de trabalho essencialmente desempenhado por trabalhadores de colarinho azul. Acresce que este grupo estava, em 1990 em declínio e era essencialmente desempenhado por (entre a população americana, por homens brancos, negros, hispânicos e por mulheres).

No segundo tipo (serviços interpessoais) encontramos, estruturalmente, um mesmo conjunto de tarefas repetitivas, rotineiras. Semelhantemente à categoria anterior, também neste caso o trabalho é retribuído em função de unidades quantitativas (tempo ou volume de trabalho) previamente contratualizadas entre trabalhador e a entidade empregadora. Num tal contrato, o primeiro contraente obriga-se perante o segundo a prestar determinadas tarefas mediante uma retribuição pecuniária, em regra negociada de forma massiva. A grande diferença neste caso reside no facto de estes serviços serem prestados numa base interpessoal, pessoa-a-pessoa, e não serem objecto de venda global, ainda que, estes serviços possam ser prestados para empresas multinacionais. Estes grupos podem ser constituídos por vendedores, trabalhadores de hotel, empregadas domésticas, condutores de táxi, agentes imobiliários, seguranças/vigilantes, amas e educadores de infância, etc.. Destes trabalhadores espera-se que sejam capazes de respeitar horários e rotinas e, principalmente, tenham boa aparência e sejam capazes de sorrir e transpirar confiança. Reich escreve que, em 1990, representavam já cerca de trinta por cento dos empregos nos Estados Unidos e que este era um grupo em rápida ascensão.

O terceiro grupo é constituído por uma classe que o autor designa de analistas de símbolos, incluindo identificadores de problemas, solucionadores de problemas e todas as actividades estratégicas intermediárias[359]. À semelhança dos trabalhadores de rotina (mas ao contrário dos trabalhadores dos serviços interpessoais) os produtos destes analistas simbólicos pode ser transaccionado no mercado global e, paralelamente, têm mesmo de, no mercado interno, concorrer com fornecedores externos. Na verdade, o que é objecto de trocas é a informação: palavras, representações orais e visuais, etc. (Reich, 1992: 177). Estes analistas de símbolos, identificam, intermedeiam e resolvem problemas por meio da manipulação de símbolos. Em termos muito genéricos (continuando na linha de Reich,

[359] Aqui se incluem: investigadores, desenhadores, engenheiros civis, engenheiros informáticos, investigadores das ciências biotecnológicas, técnicos de som, executivos de relações públicas, bancários de investimento, advogados, promotores imobiliários, e algumas áreas criativas. Mas também poderemos incluir neste grupo: "[…] consultores de marketing, consultores financeiros, consultores fiscais, consultores de energia, consultores agrícolas, consultores de defesa, consultores de arquitectura, especialistas de gestão da informação, especialistas de desenvolvimento organizativo, planeadores estratégicos, caçadores de talentos das empresas, e analistas de sistemas. Ainda: executivos de publicidade e estrategos de marketing, directores de arte, arquitectos, cinematógrafos, editores de filmes, cenógrafos, editores, escritores e redactores, jornalistas, músicos, produtores de televisão e filmes, e mesmo professores universitários" (Reich, 1992: 177-178, tradução nossa).

1992: 178, tradução nossa) simplificam a realidade convertendo-a em abstracções que podem ser re-arranjadas, testadas, combinadas com outros elementos e, eventualmente, rematerializadas na realidade. “Estas ferramentas podem ser algoritmos matemáticos, argumentos legais, artifícios financeiros, princípios científicos, discernimento psicológico, acerca de como persuadir ou divertir, sistemas de indução ou dedução, ou outro conjunto de técnicas para fazer *puzzles* conceptuais”.

Tal como aqueles que desempenham tarefas rotineiras, também os analistas de símbolos raramente contactam directamente com aqueles que, em última instância, beneficiam do seu trabalho. Porém, existem muitas diferenças entre este terceiro grupo e os anteriores dois. Normalmente estes trabalhadores têm sócios ou parceiros, ao invés de supervisores ou patrões. O seu rendimento pode variar e não depende maioritariamente do número de horas trabalhadas ou da quantidade de trabalho realizado, antes sim, de factores como a qualidade, criatividade, originalidade, sageza, … Por outro lado, as suas carreiras não se caracterizam, ao contrário das demais, por uma progressão hierárquica, e podem mesmo, muito jovens desempenhar funções de elevada responsabilidade. Em contrapartida, estas carreiras podem ser muito instáveis e, por força de uma quebra nos índices qualitativos, perderem poder e/ou rendimento. Em regra trabalham sós e/ou em pequenas equipas, que podem, pontualmente, em projectos específicos, ligar-se a outras equipas externas. Estes trabalhadores participam frequentemente em reuniões informais, nas quais adquirem informação, e trabalham essencialmente com computadores e meios de telecomunicações. Embora o núcleo do seu trabalho seja o produto final, na verdade essa é, segundo Reich, a parte fácil. O complicado é identificar o problema, conceptualizá-lo e, a partir daí, desenhar a solução. Por último, este grupo é constituído essencialmente por homens brancos (embora o número de mulheres esteja em rápido crescendo), com formação superior, e representava, em 1990, de acordo com Reich (1992: 179), vinte por cento do total dos trabalhadores americanos, uma subida assinalável, se compararmos com os apenas cerca de oito em cada cem observados na década de 1950.

Também no registo do fundador da Microsoft, que vimos seguindo, é possível encontrar várias referências ao problema. Gates explica que até à Revolução Industrial a maioria das pessoas viveram e trabalharam em quintas. A principal preocupação da humanidade visava o incremento da produção de alimentos e não seria, à época, previsível que, volvidos escassos séculos, apenas uma fracção ínfima da população seria necessária para a produção de alimentos. Hoje, porém, a “[…] grande maioria das 501 categorias de empregos reconhecidas em 1990 pelo Gabinete de Censos dos Estados Unidos não existiam sequer cinquenta anos antes. Apesar de não conseguirmos prever novas

categorias de empregos, a maioria relacionar-se-á com a satisfação de necessidades na educação, serviços sociais, e oportunidades de lazer" (Gates, 1995: 253, tradução nossa).

Num mundo em acelerada transformação todos os autores insistem na ideia da educação, das qualificações e das competências como factor chave no sucesso pessoal. Esta é uma ideia que encontramos de forma mais pronunciada, como já atrás vimos, em Daniel Bell, que repete até à exaustão a necessidade de recursos humanos qualificados como resposta aos inúmeros desafios que as sociedades pós-industriais colocarão aos cidadãos. Seja pela contínua criação de novas áreas de actividade, especialmente no sector dos serviços, seja pela necessidade de os trabalhadores se encontrarem preparados para mudarem frequentemente de emprego/actividade profissional (e terem, por isso, de estar munidos de um conjunto de competências adequado a tais transformações), quer mesmo, pela velocidade a que, de uma forma geral, a inovação ocorre e o conhecimento muda. Também Toffler, Mitchell e Negroponte, de forma mais subtil se referem a este problema, salientando o papel decisivo da investigação e da educação com vista ao desenvolvimento.

É porém Gates quem dedica maior atenção a esta questão. O autor sustenta que a rede permitirá acesso irrestrito à informação o que, antevê, levará a que muitos temam que tal possa desumanizar a educação. O fundador da Microsoft pensa de forma oposta afirmando que, pelo contrário, a tecnologia, promoverá a humanização (Gates, 1995: 184). "Cada membro da sociedade, incluindo cada criança, terá mais facilmente informação à mão do que qualquer um tem hoje. Acredito que apenas a disponibilidade da informação desencadeará a curiosidade e imaginação de muitos. A educação tornar-se-á um assunto muito individual" (Gates, 1995: 185, tradução nossa)[360]. Estamos em crer que Bill Gates revela aqui uma profunda ignorância quanto à especificidade e idiossincrasias próprias do processo de educação. Se conhecesse a realidade de uma escola actual, ou sequer a incógnita que é cada aula, independentemente, de toda e qualquer planificação que se faça, ou ainda se tivesse uma noção, por mínima que fosse, da essência do processo educativo, nomeadamente o facto de ter hoje de competir com inúmeras outras actividades de cariz lúdico e, por conseguinte, muito mais apetecíveis para as crianças/jovens (jogos, computadores, Internet, televisão, etc.), o autor não produziria afirmações deste tipo. Estamos aliás em crer que boa parte do descrédito em que a corrente do determinismo

[360] Bill Gates insiste ainda, noutra passagem, nesta mesma ideia. "A tecnologia não isolará, contudo, os estudantes. Uma das mais importantes experiências educativas é a colaboração. Nalgumas das salas de aulas mais criativas, computadores e redes de comunicação estão já a começar a alterar as relações convencionais entre os próprios estudantes, e entre estudantes e professores, através da facilitação da aprendizagem colaborativa" (Gates, 1995: 200, tradução nossa). A rede permitirá também que os professores possam, por um lado partilhar os recursos e materiais pedagógicos entre si e, por outro lado, auxiliarão também os professores nas suas tarefas de orientação, auxílio e avaliação dos seus alunos.

tecnológico caiu e até o baixo conceito de que goza perante o mundo académico é justamente resultado de propostas manifestamente deslocadas da realidade e características de um enredo de ficção científica como é, julgamos, o caso desta. A deriva reducionista do papel da escola e do processo educativo prossegue, contudo. "Embora a sala de aulas seja ainda uma sala de aulas, a tecnologia transformará uma série de detalhes. A aprendizagem na sala de aulas incluirá apresentações electrónicas, e o trabalho de casa envolverá a exploração de documentos electrónicos tais como livros electrónicos, talvez mesmo mais. Os estudantes serão encorajados a seguirem áreas do seu particular interesse e ser-lhes-á fácil fazê-lo. Cada pupilo será capaz de ver a sua questão respondida simultaneamente pelas dúvidas dos outros estudantes. Uma turma passará parte do dia num computador pessoal explorando informação, individualmente ou em grupos" (Gates, 1995: 187, tradução nossa). Trata-se, cremos, de uma visão ingénua, excessivamente determinista, profundamente desumanizadora do processo de ensino/aprendizagem, que reduz e desqualifica papel do professor/educador, criando uma espécie de educação anárquica e em modo de auto-serviço, com efeitos imprevisíveis.

Não obstante a ênfase colocada, por Gates, em vários momentos ao longo da sua obra acerca da importância da educação como instrumento para vencer na actual e futura sociedade (como o exemplo da p. 254), não partilhamos, neste particular, do seu entusiasmo. Desde logo, entre outras razões que poderiam ser referidas, porque aos estudantes faltam muitas vezes ferramentas de pesquisa de informação, de selecção, compreensão e de leitura crítica da mesma. Quando não, mesmo de literacia. De que serve um acesso irrestrito à informação se na maioria dos casos se assiste posteriormente a uma ausência de competências para o seu tratamento e manipulação. A este fenómeno, acresce um outro que trataremos mais adiante[361]: o do acesso, não apenas à informação, como de igual modo às próprias tecnologias de informação e comunicação, i.e., o do *digital divide*, que o informático norte-americano reconhece existir, salientando a necessidade de integrar mais as mulheres no uso das modernas TIC, área em que considera existir um importante défice. É preciso, diz Gates (1995: 258), encorajar as mulheres a mexerem em computadores e, de um modo geral, a levá-las para as carreiras técnicas[362].

Em claro contraste com as posições excessivamente optimistas anteriormente referidas, e num registo bem mais lúcido, Gates frisa que não está ao alcance da tecnologia o solucionamento dos problemas actualmente existentes nas escolas, nomeadamente,

[361] Mais concretamente no Capítulo 7.

[362] Note-se, porém, que Castells (2007: 287 e ss.), não partilha desta perspectiva afirmando, ao invés, que o *digital divide* de género é um fenómeno europeu, que não tem correspondência nos Estados Unidos.

violência, indisciplina, insucesso, problemas sociais, subfinanciamento, drogas, abandono, vizinhanças perigosas, etc..

Castells, por seu lado entende que

> "[o] fundamental é trocar o conceito de aprender pelo de aprender a aprender, já que a maior parte da informação se encontra on-line, e do que realmente se necessita é de habilidade para decidir o que queremos procurar, como obtê-lo, como processá-lo e como utilizá-lo para a tarefa que despoletou a procura dessa informação. Por outras palavras, a nova aprendizagem está orientada para o desenvolvimento da capacidade educativa que permite transformar a informação em conhecimento e o conhecimento em acção [...] O sistema escolar no seu conjunto, tanto nos EUA como no resto do mundo, é de todo inadequado para aplicar esta nova metodologia de aprendizagem" (Castells, 2007: 300, itálico no original).

Paralelamente, o autor (Castells, 2007: 117) defende que o nível qualitativo das competências de um indivíduo não se pode aferir simplesmente pelo número de anos de educação, antes sim no tipo de educação recebida. Na economia electrónica, argumenta, os trabalhadores devem ser capazes de reciclar-se em termos de habilitações, conhecimentos e maneira de pensar, de acordo com uma série de tarefas variáveis num ambiente de negócios, altamente competitivo e em permanente evolução. Entre outras consequências, a economia electrónica requer desenvolvimento a aprendizagem à distância, como um companheiro imprescindível ao longo da vida profissional dos trabalhadores. As características mais importantes deste processo de aprendizagem são, por um lado, aprender a aprender, já que a maior parte das informações específicas ficarão obsoletas dentro de poucos anos, dado que nos movemos numa economia que muda à velocidade da Internet. Por outro lado, os indivíduos devem estar igualmente preparados para transformar a informação adquirida durante o processo de formação/treino em conhecimento específico.

5.1.2 O discurso Tecno-pessimista

Nos discursos técnico, económico, e político é comum encontrarem-se reflexões insuficientemente críticas quanto ao papel das tecnologias na sociedade. Tais discursos abstêm-se de uma análise aprofundada e multidisciplinar. Seguem, muitas das vezes, o modelo instrumental e, da perspectiva das ciências sociais e humanas, profundamente redutor do fenómeno da informação, avançado por Claude Shannon e Warren Weaver.

Deste modo, ignoram todas as demais dimensões, para lá da mera contabilização estatística da informação em trânsito. Por outro lado, na maior parte dos casos, estes autores falam de realidades que são ainda (ao tempo em que foram/são propostas) meramente hipotéticas, redigidas num registo ligeiro que mais se assemelha (nas palavras de Pintér 2008: 14, perspectiva da qual partilhamos – bastará uma análise a algumas das propostas de Negroponte (1995), Gates (1995), ou mesmo Mitchell (1999)) a um qualquer suplemento dominical jornalístico do que de bom e rigoroso academismo, cujo tom profético e próximo do da ficção científica desperta a excitação e interesse dos leitores.

Não surpreenderá, portanto, que surjam, maioritariamente, a partir do meio académico, registos em profundo desacordo com aquele outro apontamento. Entre os mais destacados críticos contam-se Frank Webster[363], Kevin Robins, Nicholas Garnham[364], Christopher May ou Nico Carpentier[365].

À mudança de paradigma social proclamada pelos autores do tecno-optimismo contrapõem os académicos, que aqui agrupámos sob a designação genérica de tecno-pessimistas, o facto de não existirem dados que sustentem esses enunciados ou que sequer sugiram uma modificação de tal índole. Esta é, por exemplo, a tese de May (2003). Entende o autor não se verificar qualquer ruptura, antes sim uma continuidade. As mudanças anunciadas são, na sua perspectiva, uma hipérbole. Acompanhemos, pois, o essencial do seu testemunho:

> "Muitas pessoas, nos círculos da política, na imprensa, nas universidades clamam termos entrado numa nova idade, comandada por um 'novo paradigma', na qual as

[363] As críticas de Webster, ainda que legítimas acabam, não raras vezes, por extravasar claramente a neutralidade desejável do discurso académico, resvalando para os mesmos excessos retóricos que o autor critica nos tecno-optimistas. Exemplos encontramo-los nas observações, a roçar a injúria, às teses de Bell ou de Baudrillard, ("Em tais circunstâncias o **oportunismo** de Bell é compreensível […]" Webster, 2002: 31; "[…] as posições **estúpidas e irresponsáveis** de Baudrillard […]" (sic) Webster, 2002: 256, negritos nossos); ou às considerações que em co-autoria com Robins desenvolve a respeito dos Toffler ("Na articulação das suas predições épicas, visões e *slogans*, os Toffler vêm-se revelando bons futurólogos profissionais. Eles estão a fazer aquilo para que os futurólogos são pagos (**no caso deles, muito**): fazer boas promessas" Robins e Webster, 1999: 228, tradução nossa, negrito nosso), também elas muito próximas de um registo difamatório.

[364] Garnham tece várias críticas à tendência de desqualificação da cultura e dos produtos culturais em bens transaccionáveis que parece ser a norma nas sociedades capitalistas da segunda metade do século XX (Garnham, 2011: 49 e ss.). Tal deve-se, segundo a sua perspectiva, ao facto destes produtos estarem a ser submetidos à mesma lógica da oferta e procura que regulam os mercados tradicionais. Garnham contesta tal ideia, defendo que, tal como a informação, os produtos culturais não deveriam estar sujeitos a estes padrões, dado que o seu valor é, predominantemente, imaterial. No entanto, as modernas tecnologias de informação e comunicação estão a produzir mudanças significativas na produção e distribuição destes bens.

[365] Este último (*In* Servaes 2003: 105-106) efectua uma crítica à prevalência de um certo determinismo informacional o qual promove a sobreposição da informação sobre o conhecimento, bem como, à falta de reflexão filosófica que permita o conhecimento. No fundo, alerta, limitamo-nos a receber informação sem que nos seja dado o necessário espaço e tempo para sobre ela reflectirmos de molde a gerarmos conhecimento. Por outro lado, Carpentier, discorda do excessivo optimismo dos agentes comunitários face às TIC e à visão que apresenta sociedade da informação como Santo Graal para tudo resolver.

> relações económicas e sociais já não são organizadas primariamente na base dos bens materiais. Estes escritores e comentadores sugerem frequentemente que os fluxos acelerados da informação e a utilização crescente do conhecimento transformaram fundamentalmente a sociedade. Eles apontam o declínio da produção industrial comparada com a prosperidade do sector dos serviços de concentração de informação como exemplar de tal transformação. Isto é por vezes referido como a chegada de uma sociedade da informação (global), ou discutido como um 'mundo sem peso' ou, seguindo Manuel Castells, a chegada de uma nova sociedade em rede. É-nos dito […] que a Internet está a mudar tudo: as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) produziram uma revolução, uma reconfiguração do mundo. […] Certamente, as TIC e a sua capacidade de enredamento (mais prontamente manifestas na Internet) estão a ter efeitos sociais, políticos e económicos consideráveis. Mas, estas mudanças são frequentemente exageradas, deixando continuidades com o passado intencionalmente obscurecidas ao mesmo tempo que a nova era é apresentada como sem precedentes" (May, 2003: 1-2, tradução nossa, aspas e parêntesis no original)[366].

Também Webster (2002: 1-2, tradução nossa, aspas no original) aponta no mesmo sentido. O ponto de partida do seu livro *Theories of the Information Society* é justamente a emergência de um aparentemente novo modo de conceber as sociedades contemporâneas. Na verdade, todos quantos se dedicam ao estudo sobre o problema vêm referindo o aumento da informação como um factor distintivo entre o mundo actual e o seu antecessor. "É-nos dito que estamos a entrar numa era da informação, que um novo 'modo de informação' predomina, que a nossa é agora uma 'e-sociedade', que chegamos aos termos de uma 'economia sem peso' guiada pela informação, que nos movemos para uma 'economia global da informação". Muitos destes autores foram ainda mais longe identificando um conjunto de países (Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Japão) como sociedades da informação. Por outro lado o conceito enraizou-se fundo nos discursos de políticos, economistas, gestores e empresários, especialmente na União Europeia, depois de a ideia ter originalmente sido concebida no Japão no início da década de 1970[367].

[366] Robins e Webster (2005: 1-2) partilham deste pouco entusiasmo, indo, cremos, bem mais longe do que May. Ao longo das duas últimas décadas, advogam, tem sido veiculada uma tese de que caminhamos na direcção de um período de rápidas, intensas e sem precedentes mudanças. A única certeza, é-nos dito, é que o futuro será muito diferente e que ninguém escapará imune a tais transformações. No centro de todo este turbilhão mutacional, a noção de revolução tecnológica, hoje perfeitamente rotineira nas sociedades, tendência que se acentuou com, na década de 1990, a emergência do ciberespaço, das comunidades virtuais, etc.. Após recensearem os principais discursos tecno-optimistas, os autores anunciam o propósito da sua obra: a posterior dissecação e contra-argumentação de cada um deles. Justificam inclusive que "[a] nossa insistência numa perspectiva histórica é também motivada pela vontade de identificar continuidades na agenda do desenvolvimento da nova tecnologia" Robins e Webster (2005: 4, tradução nossa). Numa passagem posterior Robins e Webster (2005: 5) explicam que "[…] sempre nos sentimos compelidos a rejeitar a argumentação superficial e grosseira deste tipo de tecno-transformismo. Não aceitamos simplesmente as premissas deste discurso ansioso do marketing, com a sua visão mágica das novas tenologias como a solução para todas as nossas doenças sociais […]. Assim, *Times of the Tecnoculture* deverá ser lido como um antídoto relativamente a *The Road Ahead*. Simplesmente não acreditamos que tudo venha a acontecer pelo melhor desde que o progresso seja deixado prosseguir livremente. Já antes ouvimos essa". O desprezo de ambos quanto ao discurso tecno-optimista é aqui, pensamos, bem evidente.

[367] No mesmo sentido Robins e Webster (2005: 1) revelam que a partir da década de 1980 a tónica foi colocada na questão da sociedade da informação, na superação do paradigma industrial pelo pós-industrial e no tocante às qualificações e competências que os trabalhadores teriam de ter por forma a prosperarem num ambiente laboral profundamente mais exigente, competitivo, dinâmico e em permanente reconfiguração.

Webster (2002: 10-11) interroga ainda: teremos de conceder que estas definições acerca da sociedade da informação parecerão, à partida, apropriadas. Afinal se, a partir de um conjunto de invenções-chave (nomeadamente, a energia de vapor, o motor de combustão interna, a electricidade, os veículos espaciais) assumimos a nossa sociedade como industrial, porque não então, partindo dos espantosos avanços nas tecnologias de informação e comunicação, reconhecermos uma nova modificação do paradigma social? Até porque, como John Naisbitt (1984, *apud* Webster 2002: 11), reconhece, os computadores estão para a idade da informação como a mecanização esteve para a revolução industrial. Poderia parecer óbvio, prossegue Webster, indicar estas tecnologias como um factor distintivo da emergência de um novo modelo de sociedade. Porém, "[…] quando sondamos mais adiante não podemos ficar senão chocados pela indeterminação da tecnologia em muitas destas reflexões". Uma simples investigação acerca de, nesta sociedade, qual é a quantidade de TIC's, ou a partir de quanto é que é possível considerarmo-nos uma sociedade da informação; Quantos dispositivos de TIC são necessários para poder qualificar-se uma sociedade como do tipo da informação? "Perguntamos simplesmente por uma medida utilizável, [e] rapidamente tomamos consciência que, uma grande maioria daqueles que enfatizam a tecnologia, não é capaz de nos fornecer algo de mundano, realmente material ou testável. As TIC, começa a parecer, estão em todo o lado – e em lado nenhum também" (Webster, 200: 11, tradução nossa).

Não podemos deixar de discordar de Webster. Ter-se-á, porventura, por um lado, no caso das sociedades industriais, realizado também um recenseamento acerca da quantidade de engenhos de pressão a vapor existentes, ou de quantos motores de combustão interna, ou da percentagem de lares com ligação às redes de distribuição de energia eléctrica ou de água? Ter-se-ão definido patamares mínimos quanto ao número destes dispositivos seria necessário atingir-se para se poder falar de sociedade industrial? Ter-se-ão definido tais critérios objectivos, em idênticos moldes aos que o autor reivindica agora para a aferição do nível informacional de uma sociedade, susceptíveis de testar o grau de industrialização? Pelo contrário: chegou-se à definição de sociedade industrial por meio da oposição desta organização colectiva à precedente. Pela constatação, entre outras, de uma mudança no nível ocupacional dos trabalhadores (com o deslocamento da agricultura para a indústria), pela análise dos movimentos migratórios (êxodo rural e aglomeração das populações em espaços urbanos), pela massificação de importantes áreas da vida quotidiana (ritmos e horários de trabalho, divisão e especialização do trabalho, semi-qualificação dos trabalhadores), pela revolução nos transportes e na mobilidade dos cidadãos (aparecimento do comboio, do automóvel, do avião), pela consolidação das estruturas do estado-nação (por exemplo, a unificação americana, alemã

ou italiana, e a consequente emergência das notas de centralismo e de hierarquização das organizações e das sociedades), entre outros. Na actualidade, assistimos a uma nova mutação destes indicadores, aos quais já atrás demos destaque, que sugerem a hipótese de novéis metamorfoses. Contam-se evidentes transferências dos trabalhadores do sector secundário para o terciário; o centro das cidades perde habitantes que procuram fixar-se nos subúrbios; não menos importantes alterações ao nível da dessincronização e desmassificação; o fenómeno da globalização e superação das fronteiras físicas, o enfraquecimento do centralismo e das hierarquias, a pressão crescente sobre as estruturas dos estados-nação.

Importa, por outro lado, e apresentando outra dimensão da nossa discordância face a Webster, lembrar que, por exemplo, Daniel Bell empreendeu justamente esse mesmo recenseamento. Em *The Coming of the Post-industrial Society*, o professor de Harvard coligiu inúmera informação neste particular (a que já atrás fizemos sumária referência – méritos que são reconhecidos pelos seus principais detractores, e entre eles, Kumar e o próprio Webster), interpretando-a e apresentando como hipótese de trabalho a ideia de que as sociedades estariam em vias de superar o paradigma industrial, podendo mesmo os Estados Unidos já o ter conseguido. Bell justifica a sua tese, apresentando dados relativos à ocupação dos trabalhadores e designadamente quanto ao incremento do número de trabalhadores qualificados (*white collar*) por oposição aos não qualificados ou semi-qualificados (*blue collar*), à subida do nível de formação dos indivíduos e crescente preponderância do conhecimento como factor de progresso, à composição do tecido empresarial, com especial ênfase no crescimento do sector dos serviços, por oposição aso decréscimos verificados na indústria e agricultura[368], ao aumento dos níveis de investigação e desenvolvimento na criação de novos produtos. Autores posteriores, como Bill Gates, Nicholas Negroponte, ou William Mitchell, colocam a ênfase não tanto na dimensão dos sectores económicos (uma opção lógica tendo por base a formação de base económica de Daniel Bell), antes sim, nas Tecnologias de Informação e Comunicação, isto é, nos computadores, nas redes de telecomunicações e no cruzamento entre estas duas áreas. Ainda que o registo apresentado por tais autores seja, conforme já se referiu, em vários casos excessivamente optimista, roçando mesmo o discurso utópico, a verdade é que, ao

[368] Pugnamos inclusive aqui da premissa que, independentemente da profundidade das transformações ocorridas na sociedade, bastaria essa perda de preponderância do sector industrial, como Bell e muitos outros que se lhe seguiram, demonstram sem margem para dúvidas, para que deixássemos de poder falar em sociedade industrial. Nem sequer está aqui em causa se é da informação, dos serviços, ou qualquer outra epígrafe que se lhe pretenda atribuir. A partir do momento em que, uma sociedade é industrial, porque reside na indústria o foco nuclear da sua actividade, pela mesma ordem de ideias, deixará de ser industrial a sociedade na qual o sector secundário tenha sido ultrapassado por qualquer outra actividade. Na falta de melhor designação, recorra-se à de Bell: pós-industrial.

contrário do que sugere Webster, não deixam de apresentar "algo de mundano, realmente material ou testável" (sic). Na maioria dos autores indicados, mesmo que não apresentando estudos no tocante aos níveis de utilização (situação compreensível dado que em 1995, ou em 1999, tanto computadores como a própria Internet eram ainda instrumentos ao alcance de escassas minorias elitistas – a massificação estava então no apenas no seu início e veio a ocorrer justamente na década que medeia entre 1995-2005, mas com especial incidência nos primeiros anos do século XXI), são referidas pistas para estudos: o correio electrónico, o comércio electrónico, a produção, distribuição e consumo de conteúdos digitais, o uso da Internet, etc..

Aceitamos, parcialmente, a crítica de Webster, quando este sugere, com alguma razão, que os autores que estudam a sociedade da informação apresentam, não raras vezes, um discurso parcial e fragmentário, isto é, os seus discursos centram-se apenas numa dimensão do problema. De facto, assim sucede. Lembremos, porém, que estes registos unidimensionais se explicam facilmente com a complexa teia de relações, de causas, de efeitos, que o fenómeno a que se convencionou chamar de sociedade da informação comporta. No sub-capítulo (Capítulo 5.1.1) anterior identificámos várias delas, quiçá, não a totalidade. Não se esperaria, legitimamente que autores como Bill Gates, Nicholas Negroponte ou William Mitchell dissertassem a propósito das implicações económicas, políticas ou sociais da sociedade da informação, quando não são essas, de todo, as respectivas áreas[369]. Do mesmo modo, não se esperará que um sociólogo reflicta profundamente acerca dos aspectos mais técnicos deste fenómeno, ou que um economista possa discernir e discutir as implicações que a disseminação e massificação das tecnologias de informação e comunicação poderão desencadear nos sistemas político e democrático. É uma observação, por demais evidente, esta de Webster. Não é, contudo, em nosso entender, argumento válido, recorrer-se a esta mesma realidade para negar as transformações profundas que, tanto no eixo vertical (ao nível das hierarquias e relações, *lato sensu*, de poder), como horizontal (intersubjectivas) estão a verificar-se nas sociedades modernas. Aceitamos, sim, que o fenómeno da sociedade da informação necessita de muitos estudos adicionais: estudos que ajudem a perceber a dimensão da questão, que ajudem a balizar e a definir o próprio objecto de estudo, contribuindo para uma redução da enorme entropia discursiva que parece reinar. Nesse ponto, que não conseguimos encontrar em Webster, cremos, poderia este autor ter fornecido pistas para mais e melhor investigação.

[369] Porém fazem-no com frequência, facto que é posterior gerador de equívocos e erros importantes, como adiante veremos.

Na mesma linha de Webster, May (2003: 1-2, tradução nossa, itálico no original), partilha igualmente deste entendimento, considerando que este tipo de discurso, acerca da preponderância da informação na modelação das sociedades, é uma clara hipérbole e propõe-se, através da sua obra "[…] reintegrar a sociedade da informação e o seu aparato tecnológico numa continuidade histórica compreensível da tecnologia e da sociedade. […] [N]ão cremos que os desenvolvimentos contemporâneos sejam inteiramente novos. *Existiram* mudanças nas formas das relações sociais e das práticas tecnológicas que ajudam a moldar as nossas vidas, mas estas não são tão profundas que tornem obsoletas abordagens anteriores à compreensão do papel da informação, tecnologia e tecnologias de informação na sociedade".

O seu raciocínio prossegue, proclamando, baseado em Marvin (Marvin, *apud* May 2003: 2) que a sociedade da informação é a nova propaganda do nosso tempo[370]. Isto explica-se pelo facto de muitos dos discursos existentes sobre o tema, conotados com o determinismo tecnológico, procurarem construir artificialmente uma confiança "natural" na tecnologia. Porém, estas novas tecnologias não representam, na sua perspectiva (da qual partilhamos), mecanismos neutrais ou desenvolvimentos absolutamente inovadores inteiramente desligados de um contexto histórico prévio que lhes serviu de suporte/incubadora. Muito pelo contrário, representam manifestações tecnológicas de um sistema social historicamente bem definido, a partir do qual emergiram. Acrescentamos nós: os padrões, bem como as inovações técnicas e as mudanças sociais que sustentam as teses dos autores tecno-optimistas mais não são do que o epílogo[371] de um longo processo evolutivo. Mesmo perante as mais profundas transformações sociais e tecnológicas que afectam radicalmente a nossa paisagem colectiva, este processo não poderá jamais ser desligado das suas múltiplas continuidades históricas, sob pena de perda da sua coerência interna e sistémica.

Este é também, porém, um dos domínios em que nos afastamos das teses do grupo que reúne os pensadores tecno-pessimistas. Embora partilhemos do seu

[370] Numa passagem adiante, May reforça esta mesma ideia, afirmando inclusivamente que a sociedade da informação é uma profecia auto-realizável. "A propaganda que rodeia a noção de sociedade da informação, ou a nova 'idade da informação' é usada para reforçar o mito da inevitabilidade. Os símbolos da sociedade da informação geram um futuro mítico que é então transformado no destino do avanço tecnológico. A sociedade da informação torna-se uma profecia auto-realizável, exigindo acções para lidar com uma mudança social iminente, acções que *produzem* elas próprias a mudança social" (May, 2003: 9, tradução nossa, aspas e itálico no original).

[371] O epílogo a que aqui aludimos deverá ser entendido numa perspectiva de epílogo relativo. Socorrendo-nos da concepção hegeliana do fim da história, diríamos que, no estado actual da técnica, o epílogo é o nosso tempo, ao qual se seguirá outro no futuro, e sucessivos outros. Ou seja: as tecnologias que são hoje epílogo de um processo, deixarão de o ser amanhã, posto que, não serão então mais do que uma mera etapa num processo mais vasto que será o epílogo de então.

entendimento de *processo* e, por conseguinte, acolhamos igualmente a ideia de *continuidade*, não a encaramos, todavia, a partir de um entendimento restritivo (adiante, quando nos reportarmos à necessidade de avaliar a ideia da sociedade da informação a partir de uma perspectiva de temporalidades dinâmicas, retomaremos esta discussão). Uma tese assente numa ideia *continuum* processual não tem necessária e forçosamente que afastar do seu âmago a noção ocorrências pontuais, mais profundas que, não comprometendo a coerência interna e sistémica, podem, contudo, representar saltos importantes[372].

Retomando a discussão anterior, May (2003: 2, tradução nossa) escreve depois que os "[d]eterministas tecnológicos pensam (para patamares variados) que os avanços tecnológicos acontecem automaticamente; eles vêm uma lógica nos desenvolvimentos tecnológicos que estão para lá da nossa influência". Este é outro ponto que deverá merecer a nossa atenção. Não partilhamos exactamente deste entendimento de May. Se é verdade que o registo dos tecno-optimistas nos leva a um raciocínio do tipo daquele que é apresentado por este autor, isto é, de que o progresso tecnológico é automático, ou pelo menos natural, enunciado em que também não nos revemos, não deixa, contudo, de ser verídico o postulado segundo o qual, inovações anteriores são susceptíveis de facilitar avanços futuros[373]. Aceitamos porém, na linha de Pintér, que o melhor criticismo erguido contra os argumentos dos apoiantes devotos da sociedade da informação é aquele que justamente faz sobressair a visão inadequada que esses autores têm da mesma. Os seus discípulos – escreve o académico húngaro – revelaram-se incapazes de prever, as eventuais desvantagens destas mudanças, que existem e são tudo menos negligenciáveis (com a questão das desigualdades e da iliteracia à proa) e também, em alguns casos apresentaram previsões excessivamente optimistas ou mesmo deslocadas da realidade, desconsiderando inúmeros aspectos relevantes. Por outro lado, tendem a esquecer que

[372] Imaginemos uma escada: é constituída por degraus, geralmente idênticos, e pode apresentar patamares intermédios entre cada nível/piso. Porém, pode ser subida num ritmo constante, ou muito depressa, aproveitando-se eventuais patamares para descansar/ganhar balanço. A Idade Média pode aqui ser encarada como um patamar ou até como um nível, isto é, um "momento" de pausa, tomando por base a lenta sucessão de eventos ritmados avançada por Braudel, de preparação para uma evolução posterior. Por seu lado, a partir da modernidade, o ritmo de ascensão parece crescer progressiva e continuamente. A questão é que a ideia de ritmo e de alterações de percurso (num itinerário, por exemplo) sendo mudanças importantes, em nada têm de comprometer o desiderato final, isto é, não têm de ser realidades incompatíveis, conforme, cremos, erradamente, tecno-optimistas e tecno-pessimistas parecem querer sugerir.

[373] Senão, vejamos: não seria expectável que, por exemplo ao nível do transporte ferroviário, o comboio eléctrico surgisse, sem que tivessem primeiro surgido a caldeira/locomotiva a vapor e, claro, sem que se tivesse produzido a descoberta da energia eléctrica. No fundo, não sendo um processo automático, conforme, na realidade, os escritos dos autores do determinismo tecnológico parecem querer impor, também não se poderá negligenciar uma dimensão que pensamos verificar-se, segundo a qual o progresso é automático, posto que, a cada novo invento/evolução, logo a sociedade clama por novo instrumento (aqui entendido em sentido amplo – pode ser técnica, forma de fazer, ou equipamento/tecnologia). No fundo, progresso, por pressão social redunda em mais progresso, num movimento parcialmente automático.

neste processo alguns vão vencer, mas outros irão perder e, "[o] facto de os perdedores raramente serem mencionados explica-se pelos temas dos discursos relacionados com a sociedade da informação que são primariamente definidos por aqueles bem-sucedidos. Assim, a terminologia dos vencedores prevalece" (Pintér, 2008: 14, tradução nossa) o que está na génese de um discurso, na nossa óptica, excessiva e claramente coincidente com as teses/interesses de um tecno-*establishment*.

Dada a possível manipulação a que alude Pintér, impõe-se, julgamos, uma reflexão mais cuidada acerca dos pontos capitais que merecem a firme oposição dos autores que englobamos na categoria de tecno-pessimistas. Assim, seguimos, neste particular, a sistematização proposta por Webster, de entre todos, talvez, o mais destacado opositor relativamente à tipificação da organização social actual como uma sociedade da informação. Em tom crítico, Webster (2002: 8-9, tradução nossa) adianta afligi-lo o facto de uma vasta maioria de autores que escrevem sobre a sociedade da informação o faz a partir de definições insuficientemente desenvolvidas do seu objecto de estudo. "Eles escrevem copiosamente acerca de aspectos particulares da sociedade da informação, mas são curiosamente vagos acerca dos seus critérios operacionais[374]. Ansiosos por encontrar sentido nas mudanças na informação, apressam-se a interpretá-las em termos de diferentes formas da produção económica, processos inovadores de produção ou outra coisa qualquer". Ao fazê-lo, prossegue ainda o mesmo académico, acabam por frequentemente falhar acerca de como a informação está a tornar-se então mais primordial nas sociedades hodiernas, centrando-se apenas em proclamações vagas acerca da emergência de um novo tipo de organização social.

Urge, assim, seguindo ainda Webster, procurar perceber em que medida a informação provoca esta ideia colectiva de que será nuclear no mundo moderno. De acordo com a sua tese, são cinco as dimensões de uma sociedade da informação: tecnológica, económica, ocupacional, espacial, cultural. A estas acrescentámos uma sexta: o debate entre quantidade e qualidade alimentado pelo professor britânico que, conforme ficou claro no ponto que dedicámos à análise dos trabalhos da linha do tecno-optimismo, se assume como transversal a todos os autores que se debruçam sobre a sociedade da informação. Ainda que, possam divergir na ênfase conferida a cada um dos aspectos aí focados, na

[374] Esta posição de Webster, não é também ela, segundo Cardoso (2006: 48), isenta de reparos. Embora concorde com a crítica que este dirige às análises monodimensionais tradicionais à sociedade da informação, o académico luso não deixa de salientar que também o próprio Webster, não apresenta qualquer caminho alternativo, falhando na explicação global ou multimensional das relações que são estabelecidas neste domínio. Uma leitura da obra de Webster não deixa de confirmar a aparente justeza das dúvidas levantadas por Cardoso. Especialmente quando, como de resto já fizemos referência, as críticas de Webster extravasam pontualmente o âmbito da mera divergência doutrinal, perdendo-se em registos bem menos neutros.

realidade, todos partem dessa premissa que tem por base um aumento da informação em trânsito.

5.1.2.1 O debate quantidade vs. qualidade da informação

Esta é também, embora com algumas *nuances*, a convicção de Webster. "[O] que estas definições partilham é a convicção que as mudanças quantitativas na informação estão a trazer-nos para uma qualitativamente nova espécie de sistema social. Neste sentido cada definição pensa basicamente da mesma forma: há mais informação hoje, por conseguinte temos uma sociedade da informação. Como veremos, existem sérias dificuldades com este raciocínio *ex post facto*" (Webster, 2002: 9, tradução nossa, itálico no original).

O termo sociedade da informação, embora nos revele alguns dos traços mais decisivos do mundo contemporâneo é, ainda assim, insuficientemente preciso para ser aceite como um termo definitivo[375]. Por esta razão, Webster (2002: 21, tradução nossa), anuncia desde logo que, ao longo de toda a obra, embora recorrendo ao termo sociedade da informação e reconhecendo que a informação desempenha um papel fundamental nas sociedades actuais, mantém sérias reservas quanto aos cenários colocados pelos tecno-optimistas e mantém-se profundamente "[…] céptico da visão de que a informação se tornou a principal característica distintiva do nosso tempo". O académico britânico fundamenta a sua tese no binómio quantidade vs. qualidade (da informação), posto que a melhoria da segunda, tese que acompanhamos, não decorre necessariamente de um incremento ao nível da primeira.

> "A maioria das definições da sociedade da informação disponibiliza uma medida quantitativa (números de trabalhadores de colarinho branco, percentagem do PNB devotada à informação, etc.) e assumem que, num dado ponto indefinido, nós entramos numa sociedade da informação quando isto começa a predominar. Porém, não existem bases claras para assumir como um novo tipo de sociedade uma na qual tudo o que testemunhamos são maiores quantidades de informação em circulação e armazenadas. Se há *apenas mais informação*, então é difícil compreender como pode alguém sugerir

[375] Ideia que, conforme adiante veremos, subscrevemos.

> que temos perante nós algo radicalmente novo"[376] (Webster, 2002: 21, tradução nossa, itálico nosso).

Esta preponderância da quantidade atribui-a Mattelart (2002: 23-25), num capítulo cuja epígrafe é justamente o culto do número, ao fascínio que o cálculo e a estatística exercem sobre muitos agentes sociais, enquanto forme de, simultaneamente, responder à tendência natural dos sistemas para a desorganização (o fenómeno do aumento da entropia a que aludem, entre outros Shannon e Weaver) do sistema, mas ainda como ferramenta que auxilia na previsão do futuro. Existe, acrescenta o autor, um enfeitiçamento pelo número, pela quantificação, pela medição. Assim, recentrando-nos no testemunho de Webster, para que possamos empreender uma apreciação genuína a propósito do que é a sociedade da informação, acerca das suas diferenças, ou similaridades face a outros sistemas sociais, nomeadamente os precedentes, defende o mesmo autor, devemos necessariamente tomar em consideração o significado e os aspectos qualitativos da informação. Questões como – que género de informação aumentou? quem a gerou? com que propósito? com que consequências? – precisam de resposta[377]. Deste modo, segundo Webster, os académicos que se cinjam e centrem o seu trabalho em torno destas dimensões terão de chegar a formulações marcadamente diferentes daqueles que operam a partir de variáveis quantitativas e que ignoram a perspectiva semântica. As conclusões a que os primeiros chegam, devido às premissas diferentes das quais partem, levam a que desenvolvam uma perspectiva de cepticismo relativamente à eventual transição para uma nova era. Embora não neguem a evidência de que existe mais informação hoje, a verdade têm dificuldade em aceitar que este "mais informação" seja visto de forma

[376] Numa das passagens centrais de *Theories of the Information Society*, que acompanhamos de modo mais aproximado, Webster (2002: 33, tradução nossa), acaba, em nosso entender, por enveredar pelo mesmo itinerário que contesta em Bell e, justamente, procura refutar, nada trazendo de novo à discussão e falhando no seu objectivo. "Bell argumenta que estamos a entrar num novo sistema, uma sociedade pós-industrial, que, embora possua várias notas distintivas, é caracterizada por meio de uma elevada e significativa presença de informação. […] Daniel Bell sugere que informação e conhecimento são cruciais para a sociedade pós-industrial, tanto quantitativamente como qualitativamente. Por um lado, as características do pós-industrialismo conduzem a maiores quantidades de informação em uso. Por outro, Bell afirma que na sociedade pós-industrial ocorre uma mudança qualitativa especialmente evidente na ascensão à proeminência daquilo a que chama de 'conhecimento teórico'. Por outras palavras, no mundo das sociedades pós-industriais, não há apenas mais informação, há também um tipo diferente de informação/conhecimento em jogo. […] Ele está indiscutivelmente correcto na sua percepção do crescimento no papel desempenhado pela informação nos assuntos sociais, económicos e políticos. No entanto, Daniel Bell está profundamente enganado ao interpretar isto como sinalizando um novo tipo de sociedade – uma era 'pós-industrial'. A sociedade pós-industrial é insustentável assim que a examinamos à luz dos padrões da realidade social – i.e., quando o 'conceito analítico' é comparado com a substância do mundo real, conclui-se ser inaplicável. Ademais, a sociedade pós-industrial é sustentável como um 'tipo ideal' construído apenas a partir de um ponto de partida teórico particular e uma abordagem metodológica à análise social que se revela ser incompleta quando olhamos as relações sociais reais. Em resumo, todo o projecto é profundamente defeituoso empírica, teórica e metodologicamente […]". Não deixa de ser curioso que as faltas que Webster aponta a Bell, leia-se, a falta de fundamentação, e o privilegiar de um discurso insuficientemente ancorado em investigação empírica, se encontrem igualmente no académico inglês. Analisada a sua argumentação, conclui-se que, também a sua tese, carece de fundamentação teórica e empírica…

[377] Resposta que, nas leituras que efectuamos de Webster, não foi possível encontrar.

descontextualizada, desligada da realidade, o que, nas suas perspectivas, em muito contribui para a verificação dos resultados tão impressionantes a que chegam os tecno-optimistas. Assim se explica, também, a sua relutância no aceitar de que a presente geração vive numa sociedade da informação. À alegação de que há mais informação, contrapõem: que informação? (Webster, 2002: 25).

Embora partilhemos do essencial deste entendimento do britânico, não podemos, ainda assim, acolher, integralmente e sem reparos, estas suas teses. Tem de reconhecer-se que, na linha do já atrás exposto, a maioria das investigações sobre o fenómeno da sociedade da informação se fundam, numa análise predominantemente (senão mesmo exclusivamente) quantitativa, ignorando o problema da qualidade[378]. Acresce que as dimensões estudadas se situam muito ao redor do número de trabalhadores de colarinho branco, da quantidade de informação em circulação e armazenada, da percentagem do PNB que decorre de actividades relacionadas com a informação. As objecções de Webster parecem-nos, neste particular, inteiramente justificadas. Lembramos, todavia, que se trata de uma área de estudos que está no seu início e que, como em qualquer nova disciplina, impõe-se uma delimitação precisa do seu objecto de estudo e campo de actuação, trabalho que, pensamos, está ainda longe de poder dar-se por concluído, se é que, dadas as notas particulares da tecnologia, especialmente a sua larga indeterminação e imprevisibilidade (não obstante inúmeras reivindicações em sentido contrário), alguma vez o estará. Em sentido contrário, não podemos acolher o argumento aduzido pelo autor de que há *apenas mais informação*[379]. Webster parece ignorar de forma deliberada as profundas implicações

[378] Este é igualmente o entendimento de May (2003: 4-5) que estabelece uma analogia entre o fascínio actual pelos computadores e pela Internet e pela maior facilidade em publicar, lembrando com propriedade, o fenómeno ocorrido nos primeiros tempos da impressão em que não se conseguia, dado o salto na produção informativa, aferir da correcção e veracidade do que era publicado, o que acabava por ter efeitos negativos. Uma navegação pela Internet, ou por muitos canais televisivos de cariz especificamente informativo confirmará justamente esta asserção.

[379] Discordância que não implica não reconhecer mérito a uma outra crítica de Webster. "'Para os teorizadores da informação, não interessa se estamos a transmitir um facto, um julgamento, ou um banal cliché, um ensinamento profundo, uma verdade sublime, ou uma obscenidade sórdida'. Este aspecto qualitativo é deixado de parte à medida que a informação é homogeneizada e tornada submissa ao acto de contar: 'A informação torna-se uma pura medida quantitativa das trocas comunicacionais" (Roszak, 1986 *apud* Webster, 2002: 22, tradução nossa). É por demais evidente que o conteúdo da mensagem, ou se preferirmos, o contexto é, na maior parte dos casos, profundamente mais valioso e até mesmo informacionalmente mais rico, do que o próprio texto. A este respeito, vejam-se, por exemplo, os trabalhos dos autores da Escola de Palo Alto (Gregory Bateson, Paul Watzlawick, Erving Goffman, Ray Birdwhistell, Edward Hall, etc.) que, em termos muito abreviados, dividiam o processo comunicacional em digital (escrita/oral) e analógico (gestos, entoações/inflexões de voz, posturas corporais), conferindo maior relevo à segunda dimensão que consideravam, do ponto de vista informacional, incomensuravelmente mais rica. Ainda noutra passagem, (Webster, 2002: 22-23, tradução nossa), o autor sugere que a partir de estatísticas impressionantes a respeito da actividade informacional, que negligenciam as distinções qualitativas que diariamente fazemos, os teóricos da sociedade da informação asseveram que estes padrões mudarão a nossa vida em termos qualitativos. "Para Roszak esta é a mitologia da conversa da informação: o termo disfarça diferenças, mas ao colocar toda a informação num grande pote, ao invés de admitir que o que temos é uma sopa insípida, a sugestão perversa é a de que temos um elixir". Acompanhemos um pouco mais o seu raciocínio. "Numa base quotidiana quando recebemos ou trocamos informação as preocupações centrais são o seu significado e valor: é significativa,

emergentes da maior quantidade de informação arquivada e em trânsito, bem como as questões do acesso (mesmo considerando os inúmeros condicionalismos ainda existentes – o *digital divide*, por exemplo), da rapidez da transferência, da teórica omnipresença, do encurtamento das distâncias (e não só as físicas), do derrubamento das fronteiras políticas, da digitalização/desmaterialização. Todas estas são dimensões directamente relacionadas com a sociedade da informação. Num ponto, Webster nos parece inteiramente correcto: os autores do determinismo tecnológico privilegiam ou, talvez seja mais correcto dizê-lo, recorrem quase em exclusivo à avaliação sob uma perspectiva quantitativa do fenómeno da informação, o que configura uma fragilidade evidente das suas investigações. Reduzir, todavia, a sociedade da informação aos discursos parcelares e manifestamente incompletos empreendidos por estes investigadores é, em nossa opinião, cair no mesmo fundamentalismo que Webster procura combater. Mesmo aceitando a nota da centralidade da informação no âmbito desta nova organização social, raciocínio que parece largamente consensual entre tecno-optimistas e tecno-pessimistas, não poderemos ignorar todas as demais ocorrências. Nesse ponto, acompanhamos Webster. Divergimos, contudo, no momento em que Webster confunde o fenómeno da sociedade da informação, algo de incomensuravelmente mais vasto, com os discursos redutores e unidimensionais associados ao determinismo tecnológico. Ou seja: não há apenas mais informação, ainda que, como bem nota o académico britânico, os discursos tecno-optimistas caiam frequentemente no erro de *apenas* registarem esse evento.

precisa, absurda, interessante, adequada ou útil? Mas em termos da teoria da informação que sustenta tantas medidas da explosão da informação, estas dimensões são irrelevantes. Aqui a informação é definida independentemente do seu conteúdo, visto como um elemento físico, tal como a energia ou a matéria. Tal como um dos mais devotos partidários da sociedade da informação o coloca: *a informação existe*. Não precisa de ser *percebida* para existir. Não necessita de ser *compreendida* para existir. Não carece de inteligência para ser interpretada. Não tem de ter *significado* para existir. Existe. (Stonier, 1990: 21, *apud* Webster, 2002: 24-25, tradução nossa, itálicos no original)". Ora, prossegue o académico britânico, nestes termos, se tivermos duas mensagens, em que uma se encontra profundamente carregada de significado e a outra mais não é do que uma cadeia de *bits* sem sentido, podem, de acordo com a perspectiva anterior, ser consideradas equivalentes. A informação conclui Webster, apoiando-se novamente em Roszak, foi desqualificada a tal ponto que passou a significar *apenas* código transmitido por um canal técnico, entre um posto emissor e um posto receptor, sendo o conteúdo semântico completamente afastado da equação. Isto permite-nos quantificar a informação, mas à custa do abandono da aferição de outras variáveis, designadamente, significado e qualidade. "Se esta definição de informação for aquela que prevalece nas abordagens tecnológica e espacial da sociedade da informação (na qual as quantidades armazenadas, processadas e transmitidas são indicativas do tipo de índices (indexes) produzidos), encontramos uma elisão de significado similar das definições dos economistas" (Webster, 2002: 24-25, tradução nossa). Não há, na nossa perspectiva, em como refutar estas considerações. Apenas o facto de muitos dos registos associados ao determinismo tecnológico terem como origem autores das áreas das, *grosso modo*, ciências exactas, ajuda a perceber a profunda ignorância que muitos deles demonstram na análise que promovem aos efeitos das tecnologias na informação e na comunicação. Nenhuma destas dimensões é neutral e, pretender o contrário é, julgamos, um quase paradoxo. Como pode, por um lado, afirmar-se que a informação está a mudar a face das sociedades e, depois, arguir-se que trocar uma cadeia de caracteres sem qualquer sentido equivale a transmitir um punhado de significados? Não poderemos, em caso algum, partilhar desta concepção asséptica e numeral do mundo e das sociedades, posto que, no mínimo, implica, desde logo, a negação da sua própria natureza.

Não conseguimos também, a partir das leituras dos autores tecno-optimistas que empreendemos, retirar a ideia de algo radicalmente de novo e em completa oposição face ao esquema anterior a que alude o investigador britânico. A partir de alguns dos relatos excessivamente optimistas (especialmente Gates (1995) e Negroponte (1995)) é possível observarem-se sugestões de efeitos/consequências radicais em vários aspectos das sociedades, mas não mais do que isso. Não conseguimos, finalmente, partilhar da discordância de Webster face aos enunciados que antecipam a concentração do poder em escassas minorias de peritos informacionais. O autor refere só ser possível encontrarem-se tais hipóteses nos registos da ficção científica (aludindo a H.G. Wells, embora o pudesse ter feito também em relação a Aldous Huxley, George Orwell, ou Ray Bradbury). Em 2002, reconhecemo-lo, Webster não poderia prevê-lo. Porém, em 2011, a realidade veio desmenti-lo. Em vários países europeus, mas especialmente na Grécia e em Itália, um punhado de peritos informacionais, eventualmente cúmplices de uma agenda político-económica (ainda?) oculta, a coberto da determinação do risco financeiro e atribuição de notações à dívida soberana desses mesmos Estados, lograram promover, com sucesso, a substituição de governos democraticamente eleitos, por outros que contornaram o escrutínio popular.

5.1.2.2 A questão tecnológica

Karim analisa esta questão partindo da leitura à obra de Jacques Ellul, criticando a excessiva centralidade conferida pelas sociedades actuais à técnica e desconfiando do carácter quase sagrado que o homem lhe atribui. Com a técnica há, defende, como que uma nova fé, uma fé na técnica. A técnica é elevada a quase divindade, a coisa sagrada. “A técnica não elimina as tendências religiosas mas subordina-as aos seus próprios propósitos. Substituindo a espiritualidade, a própria técnica torna-se um objecto de fé” (Karim *In* May 2003: 73, tradução nossa). Isso é expresso, segundo o autor, no carácter misterioso, “mágico, mesmo miraculoso” (sic) que é atribuído à Internet que, de certa maneira, passou a ocupar o lugar que antes foi da religião. O consumo acrítico que é feito dos produtos electrónicos e o discurso carregado de superlativos que à técnica é dirigido ajudam a reforçar este entendimento. “A pré-propaganda alimenta continuamente as audiências com narrativas míticas, criando a disponibilidade psicológica. Educação,

publicidade, filmes, revistas, o discurso das instituições públicas e os modos da tecnologia operam colectivamente como propaganda sociológica para criar conformação. Mesmo os intelectuais não estão imunes" (Idem, *Ibidem*).

No concernente a este ponto específico, a crítica de Webster aos autores do determinismo tecnológico decorre directamente do modo acrítico como estes recebem as inovações tecnológicas e na ligação imediata que promovem entre as mesmas e o advento de uma nova ordem social: a sociedade da informação. As tecnologias que desde o final da década de 1970 têm sucessivamente inundado a vida quotidiana (televisão por satélite ou por cabo, computadores pessoais, comunicação entre computadores, tecnologias de produtividade, serviços de processamento de texto, serviços de informação em linha, armazenamento de informação em suportes ópticos digitais, etc.), são frequentemente tomadas, segundo argumenta Webster (2002: 9), como um sinal da chegada da sociedade da informação. Em termos simplistas, prossegue ainda, poderá dizer-se que um tal volume de inovações terá, nas propostas aduzidas pelos tecno-optimistas, necessariamente, de conduzir a uma reconstituição do mundo social, dado o profundo impacto produzido pela introdução destes artigos. Uma das tecnologias fetiche da linha do tecno-optimismo é o desenvolvimento do circuito integrado (ou *microchip*), que Toffler celebra (Webster alude aqui aos enunciados expostos pelo futurólogo em *The Third Wave*), como potencial reconfigurador do modo de vida dos indivíduos e das sociedades.

Do mesmo modo que Marx criticou um certo *fetichismo* da sociedade capitalista com os bens, também Robins e Webster (2005: 50-51) contestam a excessiva importância conferida à tecnologia, especialmente o estatuto de entidade autónoma e de separação face à sociedade, que urge combater. A reificação e abstraccionismo próprios das sociedades capitalistas, em grande medida possibilitados e fomentados pela época predominantemente tecno-fetichista na qual vivemos desqualificam a sociedade e o sujeito. A própria noção de trabalho é, por força deste enquadramento, reduzida a um mero bem e, por conseguinte, transaccionável.

No final de 1978, contam Robins e Webster, que o primeiro-ministro britânico advertiu para a necessidade de a nação acordar para a revolução da micro-electrónica. Várias outras fontes, nomeadamente a comunicação social, insistiram nestes aspectos assegurando que a tecnologia iria mudar as nossas vidas a vários níveis: no trabalho, na escola, na política, no entretenimento, … Alguns futurólogos (os autores referem, por exemplo, Wilson Dizard), sugeriam a banalização dos computadores, teleconferências globais e fábricas robotizadas controladas por sistemas de telepresença. De entre os registos que os autores mais criticam destaca-se a revista *Futurist*, "seguramente a mais

excitante de todos os profetas" (Robins e Webster, 2005: 64), que todos os meses trazia relatos de objectos que, oriundos da ficção científica na década anterior, tinham-se entretanto tornado possíveis, anunciando uma nova era para o mundo ocidental. Porém, estes relatos apresentavam duas ideias que deveriam ser consideradas: por um lado, as vantagens decorrentes da tecnologia mas, em idêntica medida, a necessidade de educar e formar os cidadãos no sentido de poderem lidar com as mesmas. "A velha história, do burro e da cenoura" (Robins e Webster, 2005: 65, tradução nossa, N.T.: no original "the old theme of carrot and stick").

Ao longo dos anos de 1980 verificou-se um importante desenvolvimento ao nível das tecnologias de informação e também das redes de telecomunicações, que passaram a assumir-se como parte integrante das nossas vidas. No final deste interstício temporal havia quem vaticinasse a emergência de uma segunda revolução industrial em consequência da introdução das TIC. Em meados da década seguinte estas duas dimensões fusionaram-se, dando seguimento à proposta de Al Gore de criação de uma infra-estrutura informacional global (GII, na sigla inglesa) susceptível de "[…] conduzir a uma 'super auto-estrada da informação' capaz de gerar 'progresso económico robusto e sustentável, democracias fortes, melhores soluções para os desafios ambientais globais e locais, cuidados de saúde melhorados e, por fim, um sentimento de vigilância partilhada do nosso pequeno planeta" (Robins e Webster 2005: 66, tradução nossa, aspas no original).

Nos nossos dias, as principais preocupações dos tecno-entusiastas (na terminologia dos autores), são questões como a emergência da sociedade da informação e de como poderá ser a vida do ciberespaço, bem como o potencial da Internet no âmbito das trocas informacionais, promovendo comunidades electrónicas e virtuais e acabando com a educação do modo como a concebemos. Em suma, criticam os autores, embora algum do vocabulário tenha sido actualizado, a verdade é que, no discurso dos tecno-optimistas, mantém-se a nota da crença na tecnologia. Os futurólogos de hoje colocam a ênfase na interactividade, multimédia e na conectividade global como o mais sagrado elemento na história da tecnologia.

Ora, os autores contestam não apenas esta concepção benigna e amplamente positiva da tecnologia, como de igual modo a forma condescendente como são apresentados os aspectos menos positivos decorrentes desta transformação (Robins e Webster, 2005: 67). Podemos encontrar também críticas à visão excessivamente centrada no aparato técnico, (Robins e Webster, 2005: 68) e à própria ideia veiculada de que a tecnologia é, em si mesma, neutra (Robins e Webster, 2005: 69). Uma última referência à

questão da inevitabilidade do progresso, e da necessidade de adesão às tecnologias, quanto mais cedo, melhor (Robins e Webster, 2005: 70).

Acresce, neste ponto, o problema (a que já atrás nos reportámos) da dificuldade de medir com rigor o ponto a partir do qual poderemos assumir que uma sociedade entrou na sociedade da informação, posto que, na tese de Webster os autores da linha do tecno-optimismo não fornecem balizas precisas o suficiente e susceptíveis de permitir uma tal aferição. Paralelamente, sustenta Webster (2002: 11), ser algo surpreendente que os "futurólogos populares" (sic) se limitem a anunciar, sem problematizar, os avanços tecnológicos, como se tal fosse por si só indício da existência de uma sociedade nova, ou de uma sociedade da informação[380]. Refira-se, adicionalmente, ser nossa convicção, a de que, a delimitação a que o professor britânico alude, não poderá resultar de uma mera definição de critérios por parte de autores da corrente optimista, pessimista, realista, ou qualquer outra. Na verdade, pensamos que estas fronteiras surgirão, de forma progressiva, à medida que o próprio conceito de sociedade da informação for sendo definido, processo em que, os trabalhos de Webster e outros críticos desempenharão um papel tão crucial como os dos demais autores, entusiastas/utópicos incluídos.

May (2003: 3), por seu turno, critica desde logo o facto de os deterministas apenas relevarem, ou considerarem como elemento único para a sua conclusão, a questão do progresso tecnológico, isto é, privilegiarem a dimensão técnica e instrumental, ignorando as condições políticas e sociais, observação que julgamos ser plenamente correcta. Examinando os registos de Toffler, Gates, Negroponte, Mitchell, facilmente se chegará a esta mesma conclusão. Não subscrevemos, todavia, este posicionamento relativamente aos trabalhos de Bell, Reich ou Drucker.

Cruzando a introdução do telégrafo com a da Internet, May (2003: 5) sugere que a Internet não constitui qualquer novidade. O autor justifica esta sua tese escrevendo que, também o telégrafo foi visto inicialmente visto como uma ferramenta com potencial para revolucionar as comunicações entre as pessoas e a sociedade e ainda, tal como a internet, enquanto forma de controlo. May esquece, por exemplo, a necessidade de um intermediário

[380] "Sendo assim, como pode ser aceitável pegar no que é visto como um fenómeno associal (tecnologia) e asseverar que o mesmo define então o mundo social? É fácil (podemos também pegar num qualquer factor elementar e escrever a sociedade com o seu nome – a Sociedade Oxigénio, a Sociedade Água, a Sociedade Batata) e é falso (a tecnologia é na verdade uma parte intrínseca da sociedade) e, por conseguinte, o papel separado e supremo das TIC na mudança social, é dúbio" (Webster, 2002: 12, tradução nossa). Poderíamos aceitar também esta tese de Webster, não fosse o facto de o próprio Webster entrar em contradição. Ao admitir uma sociedade industrial, e nada nos seus escritos sugere que assim não suceda, Webster parece anuir quanto à possibilidade de a aparelhagem característica da paisagem industrial possa definir o mundo social. Ora, tomando como correcta esta leitura, como pode, tendo por base idênticas premissas, Webster concluir de modo diferente face à, possibilidade, da emergência de uma sociedade da informação?

humano (na verdade dois – os operadores) no telégrafo, sendo que na Internet os intermediários são a máquina, o código e a linha: ou seja, a internet é, aparentemente, mais "directa". Não existindo operador(es), em termos teóricos, pelo menos, é retirada uma fonte de eventual perturbação no funcionamento do sistema (o erro humano)[381]. May não considera também a questão dos utilizadores, especialmente do seu número (o problema do acesso em várias das suas vertentes – o domínio da tecnologia em si, os pontos de acesso, os custos para o utilizador). Não refere ainda a rapidez e as potencialidades da Internet sobre o telégrafo: o tempo real a grandes distâncias, a possibilidade de transmissão de informação sob vários suportes: áudio, imagem, texto, vídeo, ou a interacção.

Há, porém, um ponto em que partilhamos inteiramente da tese de May: ainda que se aceite a presente como uma sociedade da informação, em caso algum poderá arguir-se que a Internet e, de modo muito particular, o cruzamento entre as tecnologias de informação e as telecomunicações constituam algo de verdadeiramente novo. Na verdade, "[…] a alegada revolução das comunicações é, na realidade, uma sucessão de três estágios tecnológicos imbricantes que tiveram lugar ao longo dos últimos cento e cinquenta anos. O primeiro destes foi a Idade dos Fios (1844-1900), a segunda foi a Idade Inalâmbrica (1900-1970) e a terceira é aquela em que estamos a entrar actualmente – a Idade da Rede Integrada, na qual as tecnologias com e sem fios são disponibilizadas conjuntamente em poderosas combinações que formarão a estrutura do futuro serviço de informação global" (Dizard, 1982: 47, *apud* May, 2003: 5, tradução nossa). Até porque, conforme refere Standage (*apud* May, 2003: 5) somos hoje frequentemente confrontados com a ideia de uma revolução nas comunicações. Porém, o telégrafo eléctrico terá provocado rupturas bem mais profundas para os indivíduos de então do que os avanços nas tecnologias actuais. E, concluiu o autor que se alguma geração tem o direito, mais do que qualquer outra, de reclamar uma revolução da magnitude daquela que hoje discutimos a respeito da sociedade da informação, é a dos nossos antepassados do século XIX.

Não podemos deixar de concordar com esta argumentação. A falar-se em revolução, ou numa nova ordem, ou numa reconfiguração das sociedades, ou em rupturas fracturantes, ou ainda em alterações de paradigma, todas elas terminologias muito caras aos autores do determinismo tecnológico, o momento primeiro, o ponto de viragem não poderá ser outro que não a introdução do telégrafo. Tal tecnologia terá sido, ao tempo,

[381] Ou, se preferirmos, o modelo instrumental, embora excessivamente rígido revela-se ainda assim, mais objectivo, mais fidedigno. Por outro lado, a presença num tal sistema de elementos humanos, os operadores, pode contribuir para o aumento da carga subjectiva de uma mensagem e, por conseguinte, para a desvirtuação, mesmo que inadvertida, dos *bits* transferidos. Se é verdade que a tecnologia não é neutra, muito menos o será, seguramente, o intermediário humano.

muito mais decisiva (como já atrás vimos), do que a criação da Internet ou a fusão de computadores e telecomunicações nas redes telemáticas. Foi, porventura, uma proeza muito maior e mais estranha para um século XIX que ainda mal compreendia a electricidade. Para os nascidos após a Segunda Guerra Mundial, estas inovações surgem quase como que "naturais". Quase como se, na linha dos tecno-optimistas, umas surgissem como consequência directa das anteriores. Diríamos que, já estávamos preparados para elas. Seriam, face ao património de conhecimentos acumulado[382], expectáveis e o seu desenvolvimento "apenas" uma questão de tempo.

Contudo, para o homem do século XIX, habituado a um contexto no qual, a troca de mensagens à distância, dependia largamente de um mensageiro humano, que transportava objectos informacionais entre pontos físicos distintos, "carregando-os" na sua memória, ou num qualquer suporte físico, a ideia de a mensagem poder viajar autonomamente, seria, por certo, estranha e causadora de perturbação. O telégrafo introduziu, nada menos que isto: a mensagem perdeu, por um lado, o seu suporte material e, por outro, o seu mensageiro. Passou a ser a mensagem (no caso concreto, os seus *bits*), não o mensageiro, que viajava. O mensageiro deixou de se deslocar no espaço, abandonando a informação à sua sorte. No novo quadro, os interlocutores não se deslocam. Pelo contrário: "puxam-se", mutuamente para um mesmo espaço comunicacional, no qual se esfumam todas as distâncias físicas de permeio.

5.1.2.2.1 O ponto específico da privacidade

Uma outra área que merece fortes reservas dos autores do tecno-pessimismo respeita às profundas implicações que o problema do aumento da informação em circulação, informação, muita dela, pessoal, veio trazer. Com efeito, embora pensamos insuficientemente estudado, esta será, porventura uma das dimensões mais sensíveis da sociedade da informação. Mesmo entre os autores da linha tecno-optimista podemos encontrar algumas reservas quanto a este problema. Mitchell assume especial preocupação no que se refere às questões de privacidade e, de um modo muito particular, com a potencial emergência de um panóptico global assente nas TIC. Na aurora da era electrónica, refere o autor (1999: 157), George Orwell, no seu notável 1984 antecipava a possibilidade de, por meio dos dispositivos electrónicos, se instalar um dispositivo global de

[382] Fuchs, (2008: 115) promove uma ligação entre conhecimento e acumulação de capital, num movimento em tudo semelhante à acumulação primitiva de capital que viria, na tese de muitos economistas a servir de pré-condição à emergência e desenvolvimento do fenómeno da industrialização.

vigilância. Porém, o que na verdade sucedeu é, continuando na trilha do autor, profundamente mais subtil e insidioso. "Em vez de um Grande Irmão, temos uma vasta multidão de Pequenos Irmãos. Cada dispositivo de entrada no computador torna-se um potencial gravador das nossas acções. Cada transacção digital deixa potenciais impressões digitais algures no ciberespaço. Bases de dados gigantescas de informação pessoal começaram a acumular. E o problema da recolha foi resolvido; software eficiente pode ser escrito para coligir fragmentos de informação de múltiplas localizações no ciberespaço e juntá-los para formar imagens espantosamente completas de como estamos a conduzir as nossas vidas. Entrámos na era da vigilância de dados" (Mitchell, 1999: 157, tradução nossa).

Não podem deixar de causar forte apreensão teses como as de Bill Gates (especialmente) mas também as de muitos outros autores ligados ao determinismo tecnológico. Onde o fundador da Microsoft (1995: 136-137) antevê inúmeras vantagens decorrentes do desenvolvimento das redes que permitirão a ligação dos vários computadores das empresas que, por seu lado, possibilitarão o armazenamento de dados a respeito dos clientes, o aparecimento de centros de apoio telefónico e das bases de dados, entre outras funcionalidades[383], não podemos deixar de temer o agudizar de alguns dos problemas que em meados da década de 1960, Vance Packard (1964) na sua *Naked Society* descortinava já no seio da sociedade americana[384]. Idêntico, ainda que partindo de premissas diferentes, é o posicionamento de William Burroughs. Em *A Revolução Electrónica*, o autor adverte para os perigos da manipulação da informação por parte dos

[383] Por exemplo, de cada vez que um cliente telefonar será possível perceber com detalhe qual o nível de relacionamento do mesmo com a empresa, o estado da conta, as reclamações, um histórico de quem, na organização, trabalhou com o cliente, entre inúmeras outras informações úteis. A captação de novos clientes, a fidelização dos existentes, a emissão de *newsletters*, campanhas de marketing dirigido, entre a vasta panóplia de expedientes referidos por vários autores constituem excelentes exemplos.

[384] No início da década de 1960 a Retail Credit Company, contava já com 1.500 escritórios só nos E.U.A., tinha uma capacidade para realizar 90.000 investigações diárias, e possuía nos seus arquivos 42.000.000 de fichas de cidadãos. Esta empresa efectuava investigações acerca de pessoas para seguradoras (apólices), empregadores (informações para emprego) e bancos (concessão de crédito). A maioria dos factos era investigada em poucos dias (Packard, 1964: 22-23). Ao nível da contratação desenvolveu-se uma metodologia segundo a qual todos os candidatos a um emprego são virtualmente investigados, investigações essas, não raras vezes, claramente invasoras da vida privada e da intimidade dos investigados. As investigações procuravam essencialmente descobrir: a) os antecedentes de trabalho do candidato; b) se vivia bem com o que ganhava; c) pormenores acerca da sua vida doméstica; d) se dos antecedentes criminais da pessoa constam alguma condenação jurídica; e) se há nos antecedentes do indivíduo algo que possa causar preocupação; f) se a pessoa é polémica ou controversa. Paralelamente só no estado do Texas, 5.000 firmas exigiam que os seus trabalhadores se submetessem regularmente ao detector de mentiras, sendo que todos eram forçados a responder a questões altamente pessoais, íntimas e completamente impertinentes. O detector de mentiras era usado essencialmente para descobrir cinco factos acerca do candidato/trabalhador: a) a existência de alguma tendência latente para a desonestidade; b) as verdadeiras intenções no que diz respeito à permanência no emprego; c) a existência de hábitos perigosos não revelados pelo processo de investigação; d) a eventual prestação de qualquer informação falsa no formulário de inscrição; e) a eventual homossexualidade ou a existência de tendências nesse sentido. Vd. Packard 1964: 70 e ss..

meios de comunicação do *establishment* mas, principalmente, para as questões de intrusão e de vigilância dos cidadãos por parte dos Estados.

No mesmo sentido encontramos David Shenk (1997: 145-150). O autor refere que, se outrora as pessoas cediam despreocupadamente informação trivial, como por exemplo os filmes alugados numa semana, a lavandaria a que recorre, se compra aspirina de marca ou de um fabricante de genéricos, e que viam tal como algo inofensivo, hoje terá que existir outro cuidado. As bases de dados e, em especial, aquelas que cruzam informação de várias fontes distintas, permitem um escrutínio quase total e permanente das nossas acções quotidianas, das mais elementares às mais decisivas. Como adverte Negroponte, as nossas mais pequenas acções deixam pistas digitais. Com apenas algumas pequenas operações, qualquer das empresas com as quais lidamos, especialmente as emissoras de cartões de crédito ou as de serviços de telecomunicações, podem facilmente recuperar toda a nossa informação e ficarem a saber imenso, ou quase tudo, a nosso respeito. Imaginemos, então, toda essa informação, por enquanto, fraccionada e fragmentada, reunida, cruzada e combinada entre todas as bases de dados actualmente disponíveis. David Shenk acrescenta ainda que "[e]ste poder de escrutínio sem precedentes foi conseguido sem violar a lei ou dedicar atenção ao assunto. De facto a vigilância de dados[385] está fortemente ancorada na quietude e provavelmente não sobreviverá a um escrutínio público prolongado" (Shenk, 1997: 146-147, tradução nossa). Assim, conclui Shenk (1997: 145, tradução nossa): "Orwell estava parcialmente certo. A tecnologia fez a vigilância directa tão fácil e barata que virtualmente ninguém está a salvo da bisbilhotice electrónica".

Em idêntico sentido também em Armand Mattelart é possível encontrar sérias reservas a este respeito. Este académico francês (2002: 142-143) desconfia das verdadeiras intenções por detrás do projecto Echelon[386], bem como dos novos satélites lançados em 2001 explorados pelos sempre pouco transparentes serviços de segurança, no caso, os americanos, NRO[387] e pela NSA[388]. Mattelart teme a emergência de um pan-óptico global ancorado nestas tecnologias e na facilidade com que, no contexto da sociedade da

[385] N.T.: *dataveillence* no original.

[386] Uma busca na Internet devolve milhares de resultados a este respeito, podendo os mesmos relacionar-se mais ou menos proximamente com os movimentos de contracultura e com as teorias da conspiração. Mais informação [em linha], por exemplo em: http://en.wikipedia.org/wiki/Echelon_(signals_intelligence), ou http://www.realidadeoculta.com/echelon.html.

[387] National Security Agency, ou Agência para a Segurança Nacional. Mais informação no sítio da organização governamental norte-americana, [em linha]: http://www.nsa.gov/.

[388] National Reconnaissance Office, ou Departamento de Reconhecimento Nacional. Mais informação no sítio da organização governamental norte-americana, [em linha]: http://www.nro.gov/.

informação, se adquire informação sobre tudo e todos, evento que, claramente, comprime o espaço da privacidade.

May (2003: 33) adverte que, tal como na década de 1930 (aludindo seguramente aos fenómenos de propaganda dos regimes totalitários e às acções de contra propaganda daí também decorrentes[389]), também agora a tecnologia é usada no sentido de satisfazer não apenas as necessidade e exigências comerciais das populações mas também como instrumento de vigilância e de guerra. Na altura a revolução era a reprodução mecânica da obra de arte e da realidade. Hoje o problema insere-se na digitalização crescente das sociedades, da cultura, da economia; ligação entre as TIC e o capitalismo, tudo isto concorrendo para uma menor privacidade dos cidadãos.

Robins e Webster encetam, ao longo da obra, uma abordagem ao problema da privacidade, a qual se desdobra em várias passagens. A primeira, uma breve referência apenas, surge logo no início quando alertam (2005: 7) para o "panóptico global" (partindo da noção de Stephen Gill) que poderá emergir a partir das tecnologias de informação e comunicação. É porém, mais adiante que os autores centram de modo mais aproximado o foco neste ponto particular, considerando que o desenvolvimento tecnológico e o progresso redundam, na sua opinião em maior controlo e vigilância. "A sociedade em rede – escrevem (2005: 116) – é uma sociedade mais transparente, e uma sociedade mais transparente é, potencialmente, uma sociedade mais disciplinada"[390].

[389] A referência de Shenk (1997: 53, tradução nossa) é, neste particular, mais óbvia: "A Rádio trouxe Franklin Roosevelt para a casa de milhões de americanos e fortaleceu um certo sentido de determinação nacional num tempo de grande crise. Mas os anos de 1930 também viram Hitler e um conjunto de outros demagogos ascenderem ao poder nas asas da mesma tecnologia".

[390] Resulta clara aqui a analogia com a obra de Michel Foucault, *Vigiar e Punir*, na qual o filósofo francês argui uma tese, segundo a qual, o modelo do panóptico desenvolvido no século XVIII pelo arquitecto e também filósofo britânico Jeremy Bentham, redunda num dispositivo de controlo social. Embora igualmente aplicável à fábrica, escola e hospital, o modelo por excelência do panóptico é a prisão. Por meio de uma engenhosa disposição arquitectónica, os prisioneiros, encarcerados numa zona "iluminada" são vigiados por um número reduzido de guardas que se mantêm num ponto central escuro e invisível, insusceptível de controlo, para os primeiros. Ora, os guardas "vêm" sem que possam ser vistos e controlam sem ser controlados. Por outro lado, o sistema revela-se profundamente eficaz enquanto dispositivo disciplinar/normalizador, posto que, o prisioneiro, desconhecendo, em cada momento, se está a ser alvo de vigilância é compelido a adoptar em permanência comportamentos conformes com as regras estabelecidas evitando, por conseguinte, possível sancionamento disciplinar. Esta tipologia de comportamento, acaba por, pela repetição, inculcar-se nos sujeitos. Trata-se, em suma de um dispositivo institucional de controlo/exercício de poder, plenamente automatizado (em bom rigor, auto-infligido pelo próprio cárcere), e permanente, porque se efectiva não pela acção do carcereiro, antes pelo comportamento do próprio prisioneiro. Registemos o essencial do testemunho dos autores (Robins e Webster, 2005: 116, tradução nossa, itálicos no original, aspas no original). "A essência do Panóptico, sugere Bentham, consiste na 'centralidade da situação do inspector, combinada com a bem conhecida e muito eficaz sugestão de ver sem ser visto'. O que é importante, argumenta ele, é 'que durante a maior parte possível do tempo, cada homem deva *estar* realmente sob inspecção'; mas é também desejável 'que as pessoas a serem inspeccionadas devam sentir-se permanentemente como se sob inspecção' pois 'quanto maior for a hipótese de uma dada pessoa estar num dado momento sob inspecção, mais forte será a persuasão – mais *intenso*, se podemos afirmá-lo, o *sentimento*, ele terá de que o está a ser'. O inspector é aparentemente omnipresente e omnisciente, enquanto os reclusos, impossibilitados da visão uns dos outros, são reduzidos ao estatuto de 'indivíduos solitários e sequestrados'. O recluso é marginalizado, vigiado, e, principalmente, auto-vigiado […]".

Os autores (2005: 116) sugerem, estabelecendo ligação com o dispositivo desenvolvido por Bentham, a possibilidade de a sociedade da informação ser justamente uma sociedade panóptica, posto que, estruturalmente, as relações de poder são idênticas, i.e., o individuo é escrutinado, observado, sujeito a um registo contínuo e que se transforma em objecto de conhecimento, sem que dessa situação tenha consciência. As tecnologias cibernéticas acabam por ser (na tese de Robins e Webster 2005: 177-178) um melhoramento do panóptico original, como se de um panóptico electrónico se tratasse.

Sustentam os autores (2005: 119, tradução nossa, aspas no original) que "[a] rede electrónica é uma estrutura transparente na qual as actividades que se desenvolvem na periferia – trabalho remoto, banca electrónica, o consumo e entretenimento da informação, telecompras, comunicação – são visíveis para o 'olho' electrónico dos sistemas informáticos centrais que gerem a(s) rede(s). O processo 'técnico' de administração de numerosas transacções electrónicas é simultânea e integralmente, um processo de observação, registo, recordação e vigilância. O trabalhador electrónico, consumidor ou comunicador é constantemente inspeccionado e as suas necessidades/ preferências/ actividades são entregues como informação junto das agências e instituições no coração da rede".

Ora, as tecnologias de informação e comunicação, anteriormente dispersas e inacessíveis, permitem hoje que a informação/conhecimento possa ser registada, processada, armazenada e, principalmente, *possuída*. Assistimos (ainda segundo a tese de Robins e Webster, 2005: 124) a um fenómeno de migração da informação das residências particulares para o domínio público do ciberespaço. Embora muita desta informação, até recentemente, não tenha sido recolhida (por um lado porque a tecnologia não se encontrava ainda disponível e, por outro, porque a mesma se encontrava guardada nas nossas casas), a verdade é que existia. Estava apenas escondida, à espera de poder ser apropriada. As bases de dados e serviços de informação equivalentes proporcionar-nos-ão a informação necessária para funcionarmos numa sociedade industrial complexa. Mas, para tal, teremos de a adquirir, sob pena de dela sermos privados se formos demasiado pobres. Levantam-se, porém, três questões nucleares: primeiro, como quantificar o valor pecuniário dessa informação e garantir um acesso não excludente dos membros mais desfavorecidos das sociedades; segundo, como definir qual a informação susceptível de recolha, armazenamento, tratamento e legítima comercialização e; terceiro, como prevenir eventuais abusos.

Robins e Webster avançam posteriormente com uma crítica aos tecno-optimistas. Este último grupo sustenta que não estará longe (se não tiver já chegado) o tempo em que um cérebro mundial se tornará realidade. No entendimento de Robins e Webster, tal tese,

um dispositivo/sistema capaz de registar e armazenar tudo o que já foi escrito, dito, enfim, a emergência de uma memória colectiva global, sobre tudo e sobre todos, é uma utopia. Possivelmente, nem de uma perspectiva técnica os autores, estarão, em nosso entender, correctos. Ao tempo da primeira edição desta obra, o Google, o Facebook, ou o Youtube, não existiam. Lembremos, por exemplo, que o propósito inicial do Youtube era justamente o de tornar acessível a todos, todo o património audiovisual da humanidade. Contudo, o que deve aqui merecer especial preocupação, além da realização técnica alcançada por estes serviços, é a quantidade e natureza da informação que conseguem reunir (e que, tal como o recluso do panóptico, cada um de nós cede livremente), mas ainda o facto de algumas destas empresas entregarem essa mesma informação, muitas vezes sensível, a entidades terceiras (governos incluídos) que escapam ao controlo e escrutínio dos visados, sabendo-se que, de uma forma geral, *na rede, o que dissermos, pode, e, seguramente, sê-lo-á, usado contra nós*[391].

Os computadores e a Internet tornaram possível um mundo de memória total. *Hoje*, o que quer que façamos no ciberespaço, especialmente se contrariar as normas sociais prescritas, poderá regressar *amanhã* para nos atormentar. Um pouco por todo o globo repetem-se casos de trabalhadores despedidos por causa de comportamentos e acções tidos no mundo virtual. A investigação dos perfis dos candidatos a emprego, nas redes sociais, as contas em blogues, a participação e respectivas intervenções em determinados fóruns, tornaram-se prática corrente por parte das empresas. Tal expediente é até, muitas vezes, facilitado pela ausência de preocupações com a privacidade por parte dos próprios candidatos que não se coíbem de expor publicamente informação sensível a seu respeito. Ora, frequentemente, esta atitude, diríamos, excessivamente displicente, conduz à liminar exclusão destes candidatos dos processos de selecção aos quais tenham concorrido.

Se, no passado, a memória era um fenómeno profundamente individual, limitado, e tendia a depender das capacidades de cada um, com o advento das modernas tecnologias electrónicas de armazenamento, processamento, e transmissão da informação, uma dimensão pública parece, progressivamente, sobrepor-se à pessoal. Se, à medida que recuamos no passado, parece ser cada vez maior a dificuldade em encontrarmos na

[391] Pintér, (2008: 16, tradução nossa) apresenta no entanto uma tese ligeiramente diferente merecedora, em nosso entender, de referência. Escreve o autor que "[a]lguns críticos da sociedade da informação argumentam que uma coisa que indubitavelmente mudará serão as relações de poder entre o Estado e os cidadãos. Ao passo que o Estado alcançará meios de vigilância progressivamente mais eficientes, os cidadãos conseguirão obter um fácil acesso à informação que poderão empregar contra qualquer mecanismo transparente e controlável pelo Estado. Verifica-se uma expansão gradual da liberdade individual que corre em paralelo com a crescente transparência do Estado. Isto implica que ambos os lados ao levarem a cabo interesses opostos podem utilizar os novos processos. Não é apenas o Estado que adquire recursos adicionais, mas os cidadãos também". Veja-se também, Lash, 2002: 187 a propósito de velocidade e vigilância. E também os incontornáveis autores da contra-cultura: Burroughs, Chomsky e Packard.

memória do mundo os voláteis fragmentos de informação capazes de fornecer explicação para um qualquer acontecimento, em sentido contrário, no que ao futuro diz respeito, caminhamos no sentido de uma memória total, intemporal e permanente. A dificuldade em deletarmos, por exemplo, da Internet, informação que se tornou, para nós, problemática, é prova disso mesmo. Uma vez que a Internet memoriza um qualquer facto, dificilmente o esquecerá[392].

A questão da privacidade (ou falta dela) e o carácter permanente da memória da Internet assumem-se, por conseguinte, como uma dimensão cada vez mais importante da sociedade da informação, para a qual, cremos, os cidadãos não estão, ainda, suficientemente alerta e relativamente à qual os estudos existentes são, também, largamente escassos e incompletos.

5.1.2.3 A perspectiva económica

Esta abordagem parte do princípio que o crescimento económico decorre em boa medida de actividades informacionais. Se conseguirmos discernir um incremento na proporção do Produto Nacional Bruto obtido à custa dos negócios baseados na informação, então, sustenta Webster (2002: 13), estamos perante um ponto em que podemos declarar o alcançar de uma economia da informação[393]. Assim que uma boa parte da actividade económica se desenvolva a partir de meios electrónicos, ao invés de, por exemplo, de actividades agrícolas ou industriais, então, na óptica dos tecno-optimistas que Webster (na linha de Jonscher, 1999) aqui contesta, poderemos falar de uma sociedade da informação. Reconhecemos, neste particular, alguma pertinência nos argumentos aduzidos pelo académico britânico. Com efeito, não é pelo facto de, por exemplo, a área comercial de uma

[392] Entre os inúmeros exemplos que poderiam ser referidos neste particular, lembramos os de assédio e violência física entre estudantes. De cada vez que um destes episódios é registado e partilhado na Internet, os infractores são posteriormente, depois de forte censura e repulsa da sociedade, identificados e punidos pelo sistema judicial. E esta ocorrência é igualmente verdadeira tanto no tocante à realidade nacional, como relativamente aos episódios verificados em outros países.

[393] A perspectiva economicista é igualmente recusada por May (2003: 113) na leitura que empreende aos trabalhos de Lewis Mumford. Mumford rejeita a noção de *homo oeconomicus* bem como a idade das máquinas. Ademais Mumford na linha do seu "mestre" Vleben critica as elites que classifica de tumor social, as quais confundem riqueza material com níveis de bem-estar e de lazer. Mumford vai mesmo, segundo o comentário de May, mais longe que Vleben e, ao invés de se preocupar exclusivamente com produtividade, preocupa-se também no como retirar benefícios sociais, para as pessoas concretas, dos progressos tecnológicos.

empresa/organização, ter na actualidade "migrado" para uma plataforma predominantemente electrónica, que podemos falar de uma economia de informação, ou que essa empresa é uma empresa da sociedade da informação[394]. Estas tecnologias de informação e comunicação, surgem aqui como importantes factores adjuvantes na actividade das organizações, são susceptíveis de introduzir ganhos de eficiência, produtividade e de rendibilidade, mas não interferem com o núcleo do negócio/actividade. Todavia, os tecno-optimistas tendem a confundir estas duas realidades. Tendem, por exemplo a esquecer que, a área comercial de uma empresa, isto é, as vendas, já funcionavam, muito antes da introdução destas tecnologias. E que, toda a área administrativa (igualmente ligada ao sector dos serviços), mesmo tendo obtido enormes ganhos de eficiência por meio da introdução das TIC, já antes era uma realidade na orgânica das empresas. A grande mudança ocorrerá, porque, mercê de um mercado globalizado, é hoje possível a uma qualquer organização, (recuperemos o exemplo da Hubel) vender em qualquer ponto do mundo, ou a uma outra, processar centralmente o recibo de vencimento de todos os trabalhadores, independentemente de os mesmos poderem encontrar-se distribuídos por dezenas de localizações físicas diferentes.

Ainda neste particular, Webster (2002: 12-13, tradução nossa) reportando-se aos trabalhos de Machlup (1962) e Marc Porat (1977 e 1978), contesta algumas das conclusões destes últimos, especialmente aquela que concebe os Estados Unidos como uma economia de base informacional, partindo de um conjunto de estudos de base estatística em que é notório, na sua perspectiva, "[…] um grande exercício de interpretação oculta e julgamentos

[394] A este respeito, uma recente campanha publicitária da operadora de comunicações móveis Vodafone (emitida entre o final de 2011 e o início de 2012) apresentava a Hubel, empresa de produção agrícola (que opera no mercado da exportação de frutas), como um caso de sucesso, dada a profunda influência das TIC na gestão e organização operacional da companhia. Porém, e pese embora o enorme aparato tecnológico que era publicitado, a Hubel, não deixava de ser uma empresa de produção agrícola. A parafernália tecnológica apresentada permitiu alcançar inegáveis benefícios na sua gestão, possibilitou a obtenção de importantes ganhos de eficiência na actividade nuclear da mesma mas, nada em nada modificou a sua essência: trata-se, ainda, de uma organização agrícola. Esta dimensão não se alterou (Vd. [em linha]: http://www.youtube.com/watch?v=rCnVA3i4M9M). Pese embora as evidentes vantagens que em muitas áreas da actividade humana foram obtidas a partir da introdução das TIC, há que referir que, por um lado, não se contam apenas benefícios. Existem efeitos negativos não negligenciáveis e, noutra dimensão, o alcance de proveitos adicionais não é algo exclusivo das TIC. Da introdução de novas técnicas, não necessariamente conotadas com a sociedade da informação, podem emergir idênticos efeitos. Veja-se, por exemplo, a construção de uma ponte, que una duas comunidades anteriormente separadas por várias dezenas de quilómetros. Se essa obra de arte poupar uma viagem de cinquenta quilómetros por percurso e se for cruzada diariamente por dez mil automóveis, então a poupança obtida será de meio milhão de quilómetros diários, quinze milhões mensais, cento e oitenta milhões anuais, mil e oitocentos milhões ao cabo de uma década… Se transpusermos esta realidade territorial para uma dimensão temporal, temos que, a uma velocidade média de sessenta quilómetros horários, essa mesma infra-estrutura, poupará mais de oito mil horas diárias, duzentas e cinquenta mil mensais, três milhões anuais, trinta milhões ao cabo da mesma década… Numa perspectiva económica, (tomando como valor de referência cinco euros/hora), ao cabo dos mesmos dez anos falaríamos de trezentos milhões de euros poupados (excluindo os gastos de combustível, desgaste das viaturas, entre outros factores que poderiam ser apontados). A grande revolução trazida pela combinação entre computadores e redes de telecomunicações foi, na linha de Barceló, o factor multiplicador muito mais elevado que as mesmas introduziram na espiral do progresso humano e não o factor de multiplicação em si.

de valor acerca do como construir as categorias e o que incluir e excluir do sector da informação". Não reconhece, igualmente, o professor britânico a distinção entre dois sectores de informação (um primário, produção de bens e serviços informacionais e outro secundário no qual são arrumadas as estruturas burocráticas das organizações públicas e privadas).

Uma outra nota merecedora de referência (e em parte também de discordância) é a abordagem ao fenómeno do darwinismo social e à sua concepção evolutiva que Webster contesta. A partir do raciocínio cronológico proposto por Bell (que descreve a trajectória agrícola, industrial, pós-industrial), Webster não partilha da visão ascendente das sociedades comungada por muitos dos autores da linha evolucionista, contestando, por conseguinte, a projecção do autor norte-americano para o início do século XXI, na qual sugere que a dimensão pós-industrial constituirá o elemento dominante na organização social. Esquecem, Bell e os demais, nas palavras de Webster, que as ideias evolucionistas, apregoadas por aqueles que vivem confortavelmente nos países mais ricos, podem ser difíceis de defender entre aqueles confinados a uma existência bem menos afortunada. Webster critica aqui duas dimensões: por um lado,

> "[…] a falácia do historicismo (a ideia de que é possível identificar leis ocultas ou padrões da história e, portanto, prever o futuro). A segunda é a armadilha do pensamento teleológico (a noção que as sociedades mudam no sentido de um objectivo último). Em termos actuais, o pensamento evolucionista – e os críticos diriam que Bell é um evolucionista – sugerem que a história apresenta padrões identificáveis de desenvolvimento no tocante à Europa Ocidental, Japão e, especialmente, os Estados Unidos. Decorre disto que, de algum modo, as pessoas não têm de fazer nada, ou sequer preocuparem-se demasiado acerca dos problemas que encontram nas suas próprias sociedades – injustiças, desigualdades, a inconstância ou obstinação dos seres humanos – porque a lógica da história garante que eles se movem inexoravelmente a partir de e para uma melhor e mais desejável ordem (Webster 2002: 34, tradução nossa, parêntesis no original).

Não acompanhamos este raciocínio do académico britânico. Podemos conceder, porque não cremos merecer grande discussão, a tese de que Bell será um evolucionista. As teorias do próprio, pensamos, não deixam espaço a especiais dúvidas. Por um lado, as previsões que Webster contesta, não se têm revelado especialmente desajustadas face ao que a realidade vem, posteriormente, a mostrar. Ademais, uma certa dose de previsibilidade num sistema, *lato sensu*, julgamos, poderá revelar-se excepcionalmente útil na acção/prevenção e atempada correcção de certos fenómenos, cujos efeitos só daí a alguns anos se materializarão. É igualmente verdade que, em certos casos, tais previsões poderão não se concretizar, independentemente de se ter, ou não, agido. A verdade é que,

reconhecemos grande utilidade a esta ferramenta de futurologia[395] no planeamento, *lato sensu*, a longo médio e longo prazo. A divergência maior que, neste ponto, mantemos com Webster, prende-se com o facto de não termos encontrado na obra de Bell quaisquer indicações no sentido apontado pelo britânico. Na leitura que empreendemos de Bell, não vislumbrámos notas sugerindo que os cidadãos nada precisam de fazer, ou sequer preocuparem-se com os problemas das suas sociedades, mesmo considerando que, o registo do professor norte-americano, toma como *quasi* irrevogável um *continuum* evolutivo. Deve, porém, lembrar-se que o escrito de Bell data de 1973 e, excluindo as questões decorrentes do primeiro choque petrolífero, o mundo ocidental vivia os auspícios de um crescimento robusto. A previsão, então, das condições económicas actuais, ter-se-ia, seguramente, revelado extraordinariamente útil no solucionamento, justamente, das circunstâncias presentes.

5.1.2.3.1 O problema específico da globalização

No respeitante à questão da globalização, Webster (2002: 68-73, tradução nossa) distingue entre várias dimensões deste fenómeno: globalização do mercado, da produção, da finança, das comunicações. Principia, porém, por avançar uma hipótese de definição do conceito. Ao contrário do que é habitualmente referido, a globalização não se reporta unicamente a um aumento da internacionalização dos negócios o qual, por sua vez, desencadeia uma maior interacção entre os estados soberanos. “A globalização é muito mais do que isto: sinaliza o crescimento da interdependência e interpenetração das relações humanas, em paralelo com a crescente integração da vida sócio económica do mundo. Existe uma tendência para conceber a globalização primeiramente como uma questão económica, manifesta no enlaçamento dos mercados, moedas e organizações corporativas. É isto, mas é simultaneamente uma condição social, cultural e política evidente, por exemplo, no explosivo crescimento da migração, da actividade turística, formas musicais híbridas e uma preocupação acrescida pelas estratégias políticas globais para enfrentar ameaças e mudanças da vida”. A explanação de Webster prossegue, adiantando depois que, no início da década de 1990, eram já mais de cinquenta mil as corporações

[395] Socorrendo-nos apenas da realidade portuguesa, esta dimensão de previsão teria sido especialmente útil se os decisores políticos tivessem agido em *in tempore* na correcção dos desequilíbrios, para os quais, há muito, muitos alertavam. No sentido oposto, as sucessivas reformas introduzidas no sistema de segurança social têm permitido protelar a ruptura deste mecanismo de protecção, (que será inevitável no futuro a manterem-se as principais variáveis – demografia, esperança média de vida e desempenho económico), mas, sem as quais, teria já ocorrido.

transnacionais americanas, o que não deixa de ser um registo importante se atendermos a que esse processo apenas verdadeiramente se iniciou após a Segunda Guerra Mundial[396].

Ao nível da globalização dos mercados a globalização gerou o aparecimento de mercados de maior dimensão, em que apenas alguns conseguem marcar presença, dadas as exigências enormes de recursos para suportar, justamente, essa aposta global. Não deixa de ser curiosa, porém, a ideia de que, paradoxalmente, embora o número de agentes no mercado global seja menor, o nível de competitividade entre os mesmos seja muito maior.

5.1.2.4 O aspecto ocupacional

Esta será, segundo Webster, a abordagem favorita dos sociólogos, com especial destaque para o conceito de sociedade pós-industrial cunhado por Daniel Bell. Na perspectiva deste académico britânico, sociedade pós-industrial e sociedade da informação são perfeitamente sinónimos, ocorrência que se verifica no escrito do próprio Bell. Neste ponto em particular, afirma-se (Bell principalmente, mas quase todos os tecno-optimistas, Toffler, Negroponte, Gates, Mitchell, Drucker, Dertouzos, Reich, entre outros) que a sociedade da informação foi atingida a partir do momento em que o trabalho informacional se assumiu como uma ocupação preponderante. Webster recupera um dos enunciados-chave de Bell, no qual o professor de Harvard alega que mais de setenta por cento da mão-de-obra se encontrava já na década de 1970, na Europa Ocidental, Japão e Estados Unidos, em actividades relacionadas com a economia dos serviços, o que, de acordo com o seu ponto de vista, tornava plausível encontrarmo-nos perante uma sociedade da informação. Webster convoca também as obras de Robert Reich (1991), Peter Drucker (1993), Manuel Castells (1996-1998), Dertouzos (1997), de Leadbeater (1999), nas quais os autores proclamam que, no contexto da nova economia incorpórea, factores como ser

[396] Algumas destas empresas (Dicken, 1992: 49) apresentam níveis de facturação impressionantes: No ano de 2000, a Shell obteve 190 mil milhões de dólares, a General Motors, 185 mil milhões, a General Electric 130 mil milhões, a IBM, 88 mil milhões… São, ainda segundo a mesma fonte, responsáveis por 25% da produção mundial e por uma vasta maioria das trocas mundiais e dominam os mercados nos quais estão presentes. Paralelamente, apenas as seiscentas maiores de entre estas TNC's (transnational corporations), o chamado (por Dicken, 1992: 49), "billion dolar club" fornecem mais de 20% do total das necessidades de bens agrícolas e industriais.

inventivo, pensar de forma arguta e astuta, bem como ter a capacidade de construir e explorar redes, serão determinantes, posto que, a produção de riqueza advirá, numa tal sociedade, não do esforço físico, antes sim de ideias, conhecimento, competências, talento e criatividade[397]. Embora as terminologias empregues possam variar de registo para registo entre "analistas de símbolos", "peritos do conhecimento" ou "trabalho informacional", a ideia comum a todos eles é a centralidade da manipulação da informação[398].

A questão é, porém, para Webster (2002: 15, tradução nossa) muito simples: "[…] temos de ser cépticos acerca de números conclusivos que são a expressão da percepção dos investigadores de onde as ocupações poderão ser mais correctamente categorizadas. Uma consequência desta categorização é frequentemente a falha na identificação de ocupações onde a informação é mais estrategicamente central. Enquanto a metodologia pode fornecer-nos um quadro de quantidades importantes de trabalho informacional a ter lugar, não oferece meios alguns de diferenciar as dimensões mais importantes do trabalho informacional. A insistência de uma medida quantitativa do trabalho informacional esconde a possibilidade de o crescimento de certos tipos de ocupações da informação poder ter consequências particulares para a vida social"[399].

[397] Poderíamos, como Webster deixa subentendido, discordar de uma tal tese. Porém, a rápida ascensão de ideias simples e posterior transformação das mesmas em bem sucedidos, rentáveis e influentes negócios/empresas à escala global sugere exactamente o oposto. Exemplos, não faltam: Google, Facebook, Paypal, Youtube, Twitter, etc., não esquecendo igualmente a refundação promovida por Steve Jobs na Apple que alterou profundamente a matriz da empresa: de uma organização que competia com a IBM, DELL ou HP/Compaq (na venda de computadores) e com a Microsoft (no desenvolvimento de sistemas operativos e soluções de produtividade) a Apple converteu-se em poucos anos, essencialmente, numa ideia, num conceito, num ícone, em que o maior activo é a marca e não necessariamente o produto físico/material.

[398] Webster (2002: 52, tradução nossa), explica que, onde outrora tivemos que lutar contra as condições naturais e confiar na formas tradicionais de fazer as coisas (pré-industrialismo), e depois nos encontrámos ante as exigências das máquinas (industrialismo), "[…] com a emergência de uma sociedade de serviços / pós-industrial, a matéria de trabalho para a maioria é a informação. Afinal, um 'jogo entre as pessoas' é necessariamente um no qual a informação é o recurso básico. O que fazem os banqueiros senão lidarem com transacções de dinheiro? O que fazem os terapeutas senão conduzir um diálogo com os seus pacientes? O que fazem os publicitários senão criar e transmitir imagens e símbolos? O que fazem os professores senão comunicar conhecimento? Os serviços são necessariamente trabalho sobre informação. Necessariamente então, o predomínio do emprego nos serviços conduz a maiores quantidades de informação".

[399] Noutro registo, (Robins e Webster, 2005: 77, tradução nossa) os autores advogam que "[…] nenhuma das ênfases actuais no papel crucial da informação e do trabalho informacional têm algo, pelo menos em princípio, em comum com o argumento de que a «Idade da Informação» é trazida pelos desenvolvimentos tecnológicos". De acordo com Perkin, desde há 100 anos que estão recenseados trabalhadores que desempenham funções essencialmente baseadas em capital humano e educacional, pelo que isso não será uma novidade da sociedade da informação. Pelo contrário: vem de trás. E prosseguem Robins e Webster (2005: 79, tradução nossa): "[…] poderemos projectar sérias dúvidas sobre aqueles que enfatizam a novidade da informação na presente era, por meio da revisão do trabalho de um dos mais destacados teorizadores sociais, Anthnoy Giddens. Na descrição de Giddens sobre a construção do presente, ele reconhece que a informação se tornou mais integrante da vida quotidiana, mas está relutante em sugerir que a informação – ou aqueles com acesso particularmente disponível, ou a capacidade para a usarem – contenha em si as qualidades transformadoras clamadas por tantos pensadores da "sociedade da informação». [...] [F]inalmente, podemos recordar-nos do registo do definidor pioneiro da 'sociedade da informação', Daniel Bell. Suficientemente interessante, no presente os enfatizadores do 'trabalho informacional' chegam precisamente à mesma conclusão que Bell, apesar de, por uma rota alternativa. Bell insistia que foi a transição para uma economia de serviços, na qual a maioria dos empregos era inter-pessoal e crescentemente profissionalizada, que marcou o advento do 'pós-

Por outro lado, tem de ser dito, escreve Webster, que a mera contabilização do número de trabalhadores que lidam com informação nada nos diz acerca das hierarquias – e respectivas variáveis, como poder e auto-estima – dessas pessoas. É um facto este argumento do académico inglês. Porém, não deixa de ser (mais) um indicador. Webster conclui, por último, recuperando os trabalhos de Perkin (*The Rise of the Professional Society*, 1989) e de Gouldner (1978), que a dimensão quantitativa na questão das ocupações não deveria ocupar o papel central e que, pese embora se tenha assistido a um crescimento destes trabalhadores, estes continuam a ser uma minoria. Não podemos deixar de, parcialmente, acolher esta argumentação. Com efeito, embora mantendo que a dimensão quantitativa não deve ser negligenciada, a mesma, por si só, não deve, ocupar o cerne da discussão. Como já atrás aludimos, um vendedor pode hoje ser considerado como um trabalhador informacional, posto que, realiza parte substancial do seu trabalho por meio do recurso à aparelhagem tecnológica. Mas antes das TIC e da sociedade da informação a sua ocupação já existia. Ora, o mesmo sucede para escritores, jornalistas, juristas, professores, investigadores, arquitectos, desenhadores (*lato sensu*), profissionais da banca e seguros[400] … Todas estas actividades já existiam antes. Os aparelhos/dispositivos introduzidos pela sociedade da informação transformaram inegavelmente o exercício destas profissões. Elas não foram, todavia, criadas *ex novo* por esta ordem social. E a crítica, justíssima, em nosso entender, que os tecno-pessimistas dirigem aos optimistas é precisamente o facto de as abordagens quantitativas não terem em conta estas dimensões. As tecnologias de informação e comunicação são aqui um mero auxiliar, um elemento extrínseco, do qual não depende o cerne da ocupação. Deste modo, não deveriam ser estes indivíduos contabilizados enquanto profissionais do conhecimento (ou *white-collars*), uma vez que, efectivamente, não o são, mesmo considerando que parte substancial das suas ocupações seja hoje realizada com recurso a estes meios.

O mesmo já não sucede com as actividades nascidas no seio da sociedade da informação e directamente relacionadas com computadores, telecomunicações, tecnologias

industrialismo' (também conhecido por 'sociedade da informação'). Os comentadores de hoje tendem a acentuar as consequências da globalização, enquanto Bell se focou no crescimento da despesa nos serviços, mas as conclusões de ambas as partes são muito o mesmo – os empregos do futuro serão desproporcionadamente para os altamente educados, profissionais do conhecimento, e isto sinaliza uma transformação social mais importante. A torrente de críticas, tanto empíricas como conceptuais, desvalorizou toda a proposição de Bell 'bens e serviços' levando-a a ser sistematicamente descredibilizada".

[400] Todavia Reich, 1992: 177-178, contabiliza os profissionais destas áreas enquanto analistas de símbolos. Paralelamente, em 1990, o mesmo autor (1992: 179) estimava em apenas vinte por cento o total de analistas de símbolos nos Estados Unidos. Ora, em 1970, já Bell garantia serem cerca de setenta em cada cem os trabalhadores ligados ao sector, *lato sensu*, dos serviços. Impõe-se, por isso, a questão: qual dos dois estará certo, posto que, não parece existir grande diferença conceitual entre a noção de trabalhador dos serviços e analistas de símbolos capaz de justificar uma tal discrepância quantitativa. Pelo atrás exposto, inclinamo-nos para os números de Reich. São, pelo menos, cremos, mais plausíveis. Os valores apurados por Bell, só se podem justificar num quadro em que o critério por si utilizado tenha sido muito largo.

de informação e comunicação. Informáticos (em sentido amplo, incluindo mesmo professores e formadores, mas ainda programadores, webdesigners, gestores de bases de dados, agentes de suporte técnico, etc.), engenheiros de sistemas e de telecomunicações, engenheiros electrotécnicos, de electrónica e mecatrónica, operadores de centros de atendimento telefónico / apoio ao cliente, entre inúmeras outras actividades hoje existentes relacionadas, *grosso modo*, com as TIC (no tom profético, embora algo exagerado, de Bill Gates: a maioria dos empregos do século XXI estará relacionada com a informática e noventa por cento deles ainda não foram inventados), são ocupações, genuinamente, da sociedade da informação[401]. Ora, esta confusão constitui um erro frequente nos enunciados dos tecno-optimistas, que urge corrigir. E, desta perspectiva, seguramente, os cerca de setenta por cento de trabalhadores que, já em meados dos anos de 1970, Bell (1973) assegurava terem ocupações na área das actividades da economia pós-industrial, ou na linha de Toffler (1980), características de uma sociedade de Terceira Vaga, serão substancialmente menos do que os anunciados.

O critério para distinguir se um trabalhador deve ou não ser enquadrado no âmbito das ocupações típicas da sociedade da informação, não pode ser, como facilmente se percebe, se, no desempenho das suas funções, tem acesso, ou usa qualquer desses instrumentos. De um tal ponto de vista inclusive os casos extremos de um agricultor ou trabalhador do sector da construção, um trabalhador fabril (mesmo indiferenciado e não-especializado), ou uma empregada doméstica, seriam facilmente englobados na categoria de trabalhadores do conhecimento tese que, evidentemente, não poderemos acolher.

5.1.2.5 A dimensão espacial

Embora fortemente ancorada nas dimensões tecnológica, económica e sociológica, o núcleo essencial do raciocínio dos partidários da sociedade da informação centra-se precisamente no elemento espacial. Webster não partilha destas concepções que, partindo das redes de informação e da sua capacidade de ligar instantaneamente e em tempo locais

[401] A dificuldade estará aqui em aferir com rigor as situações de fronteira. Será, um professor de informática um trabalhador da sociedade da informação? E um vendedor de aparelhos de electrónica de consumo? Julgamos, em ambos os casos não ser fácil, e muito menos pacífica, a contabilização destes dois exemplos quer num sentido, quer noutro. E, por isso mesmo, optamos, por neste particular, não tomar qualquer partido.

distantes e remotos são susceptíveis de interferir profundamente com as concepções tradicionais de espaço e de tempo. O académico estabelece uma analogia entre a infra-estrutura de telecomunicações e a rede eléctrica, sendo que diferentes instrumentos e diferentes plataformas tecnológicas permitem na actualidade, uma ligação a todos os indivíduos, independentemente de se encontrarem agarrados a uma localização fixa, ou em movimento. Contactamos com estes recursos em permanência e nas actividades mais corriqueiras. Como sugere Castells, aqui convocado pelo homólogo britânico, na sociedade em rede, os constrangimentos espácio-temporais são radicalmente aliviados, tornando possível a realização de inúmeras tarefas num regime não presencial. Muitos vêm nestas possibilidades uma alteração revolucionária.

Ninguém pode negar, prossegue Webster (2002: 18, tradução nossa), que as redes de comunicações constituem uma importante dimensão das sociedades contemporâneas. Os satélites permitem comunicação simultânea entre todo o globo, as bases de dados podem ser acedidas a partir de qualquer ponto, independentemente daquele em que estão fisicamente localizadas, e tecnologias como as de *fac-simile* tornaram-se corriqueiras no ambiente de negócios hodierno.

> "Porém, podemos ainda perguntar: porque deve a presença das redes levar os analistas a categorizar as sociedades como sociedades da informação? E ao perguntamos isto encontramos outra vez o problema da imprecisão das definições. Por exemplo, quando é que uma rede é uma rede? Duas pessoas a falar uma com a outra ao telefone ou sistemas de computadores a transmitirem vastos conjuntos de informação a partir de um *switch*? […] A questão do que na verdade constitui uma rede é séria e levanta problemas não apenas acerca de como distinguir entre diferentes níveis de trabalho em rede, mas também o como estipulamos um ponto a partir do qual entrámos numa "sociedade em rede/ da informação. Levanta também o problema acerca de estarmos a usar uma definição tecnológica da sociedade da informação […] ou se um foco mais apropriado seria no fluxo de informação que para alguns escritores é o que distingue a era actual. […] Finalmente, podermos discutir que as redes de informação existem há já muito tempo. Desde pelo menos os primeiros tempos do serviço postal, através do telegrama e das instalações de telefone, muita da vida económica, social e política é impensável sem a implantação destas redes de informação. Dada esta longa dependência […] porque é que só agora os investigadores começaram a falar em sociedades informacionais?".

No outro registo que vimos seguindo de Webster (Robins e Webster, 2005: 234 e ss., tradução nossa, itálicos no original) centram as suas atenções na obra de Mitchell (1999) a que já atrás nos referimos, tornando-se por demais evidente a pouca consideração dispensada às teses deste. Acompanhemos o essencial da apreciação dos autores:

> "Os argumentos de Mitchell estão repletos de hipérboles, e poderíamos inclinar-nos para rejeitar a sua imaginada 'cidade dos bits' enquanto não mais do que uma fantasia futurista de ficção científica. Mas, o que verdadeiramente está em debate não é o futuro. Os exageros de Mitchell são, na verdade, altamente reveladores acerca da forma de pensar ordinária prevalente de pensar o espaço no presente. De facto, poderíamos dizer que não há nada em *City of Bits* que nos surpreenda, porque *City of Bits* é simplesmente

> uma condensação de fantasias familiares e senso comum acerca do relacionamento entre tecnologia e espaço".

Uma das problemáticas centrais nos discursos os tecno-optimistas é a questão da eliminação das distâncias físicas a expensas do progresso tecnológico. Existe, como referem Robins e Webster, em muitos autores, a expectativa de que os novos *media* virtuais possam mitigar, senão mesmo fazer desaparecer, os constrangimentos decorrentes da geografia. Michel Serres refere, por exemplo, um panóptico ideal que se traduziria em todos os espaços num espaço e cada espaço em todos os espaços. "Na superação desta 'tirania da distância', reivindica-se, as novas tecnologias virtuais permitem-nos comunicar com os outros onde quer que estejam, e assim formar novos modos de comunidades electrónicas baseadas em interesses e afinidades (ao invés de uma localização geográfica 'acidental'). […] Onde a distância geográfica é apresentada como o obstáculo fundamental para a comunicação e comunidade humanas, a realização da proximidade tecnológica parece ser uma solução" (Robins e Webster, 2005: 235, tradução nossa, aspas no original)[402].

Este é, no fundo, o posicionamento expresso por Mitchell em *City of Bits*, na perspectiva de Robins e Webster, uma espécie de discurso utópico e pós-geográfico, fortemente ancorado nas tecnologias electrónicas de mediação, aqui em crise. Como escrevem os autores, (2005: 235), Mitchell proclama a criação de algo parecido com um mundo virtual, incorpóreo, que supera, pela sua leveza electrónica a tirania da distância, colocando cobro às limitações que nos são impostas pela separação geográfica e permitindo-nos recuperar o controlo da interacção. Neste contexto, são referidos inúmeros dispositivos que facilitarão tais relacionamentos (luvas e fatos electrónicos, próteses robóticas, segundas peles inteligentes, etc.), que, por meio de um complexo sistema de forças e pressões tornarão possível o sentir de toques distantes como um aperto de mão ou um beijo transcontinental. Deixaremos, segundo Mitchell, de ser meros espectadores para vestirmos a pele de verdadeiros participantes, posto que, não apenas veremos, como teremos oportunidade de sentir uma experiência crescentemente multissensorial.

Estamos então em presença de um fenómeno que os autores classificam de 'presença à distância'. "Dentro da imaginação cibernética, a abolição tecnológica das distâncias torna-se o pré-requisito para a criação de uma nova e melhor ordem tecno-cultural. […] 'A presença à distância' é o ideal cibernético que agora se tornou o mito central

[402] Idêntico parece-nos o posicionamento de May (2003: 122 e ss.) que na sua leitura de Mumford, observa que a megapolis corresponderá ao estágio final da organização urbana, num processo que começou na aldeia e se expandiu, posteriormente à cidade e à área metropolitana. "Mumford, – escreve (May, 2003: 122, tradução nossa) – viu a história urbana como uma força centrífuga que fez crescer a cidade. A Megapolis é o estágio final do desenvolvimento urbano antes do colapso numa necrópole, a cidade esburacada dos mortos. […] Na sociedade da informação a megapolis transcendeu as limitações geográficas para se tornar na cidade global".

nos discursos dominantes sobre os futuros virtuais. Envolve a simulação de imediatismo no sentido de fazer esta a medida do mundo. Livre de todas as distâncias, o mundo virtual é concebido como o lugar de intimidade generalizada e globalizada" (Robins e Webster, 2005: 237, tradução nossa, aspas no original).

Se é verdade que as teses de Mitchell são, presentemente, ainda, mais próprias de um enredo de ficção científica, do que pertença de uma realidade concreta, registo em que acompanhamos Robins e Webster, não podemos, todavia, de deixar de assinalar a direcção ascendente, ou de encurtamento das distâncias, que desde há séculos se vem observando. Da impossibilidade técnica de comunicação à distância, a escrita primeiro e uma rede de correios, posteriormente, vieram mitigar essa dificuldade. Mais tarde, com a introdução do telégrafo, passou a ser possível a viagem da mensagem, separada do mensageiro. Não obstante os progressos significativos que a introdução do telégrafo eléctrico representou, tratava-se, ainda assim, de um esquema de transmissão de informação de base assíncrona, e caracterizado pela presença de intermediários humanos. O passo seguinte, que numa fase inicial manteve o operador, permitiu vencer a barreira da des-sincronia. E, paralelamente, tornou possível aos interlocutores, "ouvirem-se". O telefone possibilitou essa dupla conquista: o tempo real e uma aproximação entre os sujeitos por meio do som. Seguiu-se-lhe a imagem e, depois, recursos técnicos capazes de proporcionarem uma comunicação duplamente (quase) ubíqua e omnipresente. Agora, a tecnologia anuncia o tacto (por meio de luvas dotadas de sensores e motores) e o olfacto (a partir da sintetização química de odores).

Olhando para trás, e para o percurso já percorrido, diríamos que as probabilidades favorecem mais as teses de uma experiência de imersão total, do que as dúvidas, ainda que legítimas, dos tecno-pessimistas. Evidentemente que, dificilmente alguma vez uma experiência mediada igualará, por mais perfeita que seja a simulação e os dispositivos/recursos técnicos envolvidos, a gama de sensações do contacto interpessoal. Neste particular, Robins e Webster, parecem-nos certos. Não se nos afigura, provável, que a tecnologia venha a conseguir mais do que meramente simular uma "presença à distância". Contudo, deliberadamente ignorar e desconsiderar os progressos notáveis que a tecnologia logrou alcançar no capítulo do encurtamento de distâncias, (não apenas no tocante às físicas, pese embora outras distâncias, não menos importantes, que indiscutivelmente introduziu e promoveu), não nos parece compatível com um trabalho da dimensão do de Robins e Webster.

5.1.2.6 O problema cultural

Vivemos num ambiente profundamente saturado de comunicação, o que, segundo Webster (2002: 19) implica que a vida se resuma basicamente à recepção e troca de símbolos e mensagens a nosso respeito e de outros. Para muitos autores, é esta explosão da dimensão simbólica que justifica a tese de que entrámos numa sociedade da informação. Porém este fenómeno de sobre-significação pode conduzir a um estranho paradoxo: o colapsar do significado ou, na fórmula de Baudrillard (*apud* Webster 2002: 20, tradução nossa) "há mais e mais informação, e menos e menos significado". Os sinais provêem de muitas direcções e são tão diversos, facilmente mutáveis e contraditórios que o seu poder de significação acaba por ser reduzido. Por outro lado, prossegue Webster, as audiências tornaram-se mais criativas, auto-conscientes, e igualmente críticas. Assim, estes signos são recebidos com cepticismo e desconfiança, o que dá origem a que sejam frequentemente invertidos, reinterpretados, e rechaçados face ao objectivo inicial. Recorrendo à metáfora da híper-realidade de Baudrillard, Webster, discute que a perda de contacto directo com a realidade por parte dos sujeitos, dá origem a que os signos que representam alguém ou alguma coisa, isto é, que reproduzem uma realidade à parte dos espectadores, perca, enquanto tal (i.e. enquanto realidade), credibilidade. Em última instância, esta situação conduz a um divórcio com a realidade, cujo espaço é tomado por simulações, que originam vivências artificiais. "Nesta sociedade da informação temos então 'um conjunto de significados, [que] é comunicado [mas que] não tem significado" (Poster, 1990, *apud* Webster, 2002: 20, tradução nossa, parêntesis no original).

Face a este cenário, em que não é possível encontrar critérios/evidências que permitam concluir/sugerir um crescimento ao nível dos significados, Webster interroga-se de como podem os investigadores do pós-modernismo retractar o presente como caracterizado por um novo modo de informação. Webster, não rejeita aqui liminarmente a valia dos contributos destes autores ao nível da reflexão sobre a cultura contemporânea, considerando até interessantes algumas das teses apresentadas. Critica, antes sim, a metodologia empregue na tentativa de definição de sociedade da informação que, na sua óptica, se baseia muito em palpites, intuições, sensações, classificando-a de "lamentável" (sic).

Em *Times of the Tecnoculture*, Robins e Webster (2005: 125, tradução nossa) centram a sua análise noutra dimensão desta problemática. Registam, por um lado, a

explosão na oferta produtos culturais na área dos novos *media* (jogos de vídeo, cassetes de vídeo, discos, canais de cabo e satélite, computadores pessoais, etc.) e, por outro, a mercantilização de vastas áreas da informação que se tornaram entretanto altamente lucrativas, devido à facilidade e rapidez com que são seleccionadas, processadas, re-trabalhadas e distribuídas, no contexto das tecnologias de informação e comunicação. "Deste modo, o conhecimento científico e tecnológico, informação demográfica, educação, assistência médica, relatórios públicos e serviços de estatística, bibliotecas e muito mais, todos se transformaram em mercadorias informacionais".

Acompanhando este movimento de coisificação associado à produção e consumo dos produtos culturais, verificam-se, segundo a perspectiva dos autores, idênticas pressões nos sistemas de ensino, cujos currículos se deslocaram do eixo do conhecimento, propriamente dito, para um outro, o das competências que privilegia não o saber, antes o saber fazer (Robins e Webster 2005: 168 e ss.). Os valores da aprendizagem contínua sobrepuseram-se aos demais, impondo idênticos esquemas tanto aos investigadores experimentados como às crianças recém-nascidas, a partir dos quais os indivíduos são pressionados no sentido da formularem problemas, resolverem-nos e testarem as soluções. Tais padrões verificam-se, não apenas no ensino secundário como, também, no superior. Neste último caso, a pretexto da maior empregabilidade dos seus cursos, referem os autores, assiste-se a um movimento das universidades que estão a proceder a alterações aos currículos[403], no sentido de diminuírem o fosso, tantas vezes criticado, entre a preparação excessivamente teórica das faculdades e o ambiente profundamente exigente ao nível das competências, isto é, do saber fazer, do mercado de trabalho. Simultaneamente os computadores e a literacia informática adquirem um papel nuclear na nova organização social. "O computador é o totem da 'revolução' pós-industrial na educação, e a literacia informacional o passaporte para as suas recompensas. Os governos

[403] No plano europeu o Processo de Bolonha constitui um exemplo dessa mesma tendência de diminuir a carga teórica dos cursos superiores ao mesmo tempo que os estudantes são apetrechados no decurso da sua formação com ferramentas/competências de formulação de problemas, investigação/busca de soluções adequadas e teste dessas mesmas soluções. Uma tal estrutura revela-se muito próxima das propostas avançadas por Robert Reich (1992), das quais os autores igualmente discordam (Robins e Webster 2005: 198). Robins e Webster (2005: 198, tradução nossa, aspas no original) não partilham do entusiasmo de Reich a respeito dos analistas de símbolos. "Estes são os peritos que estão 'continuamente ocupados na gestão de ideias' e que 'resolvem, identificam, e intermedeiam problemas através da manipulação de símbolos'. Partilham a característica de serem altamente educados, por conseguinte detentores de, e confortáveis com, as competências-chave de abstracção, raciocínio sistemático, experimentação e colaboração. Estão em casa no mundo de passo rápido do capitalismo global, um mundo que deixou para trás a uniformidade e firmeza da era Fordista (quando a fabricação em massa e a repetição representavam as experiências de trabalho mais familiares), um mundo no qual números muito largos de 'trabalhadores do conhecimento' serão encontrados no interior da nação que possa manter um sistema universitário capaz de produzir as elevadas qualidades dos seus 'analistas de símbolos'. Adequadamente instruídos nas universidades de topo, os analistas simbólicos detêm em conjunto e operacionalizam o sistema do mercado global, e qualquer nação que consiga reunir elevados números deles no interior das suas fronteiras tem assegurada a prosperidade e contentamento".

competem uns com os outros vangloriando-se de quantos computadores conseguiram colocar na sala de aula […]" (Robins e Webster, 1995: 185, tradução nossa).

5.1.3 O discurso Tecno-realista

Ao longo das últimas páginas apresentámos as dimensões fundamentais de uma controvérsia que, mais do que extremada[404], parece longe ainda de alcançar um consenso. De um lado da barricada perfila-se um conjunto de autores que classificámos de tecno-optimistas, embora seja comum encontrarem-se designações alternativas, tais como as de determinismo tecnológico, tecno-utópicos, etc.… Do outro, autores que contestam as teses e as conclusões dos primeiros, que designámos de tecno-pessimistas, embora também seja corrente a designação de neo-luddistas[405]. No centro do debate a questão, ainda, cremos, por responder: poderemos, baseando-nos na crescente circulação da informação nas sociedades modernas, falar na superação do paradigma industrial e consequente emergência de uma sociedade da informação?

Entre estes dois discursos antagónicos, surge um terceiro auto-intitulado de tecno-realismo que, partindo dos méritos que numa e noutra corrente se observam, procura estabelecer um compromisso de síntese entre ambos. A epígrafe que escolhemos para o presente capítulo reflecte justamente esse posicionamento intermédio[406]. Saliente-se desde já, todavia, que a noção de tecno-realismo que propomos é mais abrangente do que aquela que podemos encontrar em David Shenk, ela própria, também, geradora de divergências no espaço dos debates sobre sociedade da informação. A esta última, referir-nos-emos, como

[404] Esta é também a perspectiva de Pintér (2008: 16). Entende este autor que, em qualquer dos casos, estas visões extremas (independentemente de nos referirmos ao registo mais positivo ou ao mais negro), enfermam dos mesmos vícios de radicalidade, num processo de utopia/distopia, e projectam-se de tal forma num futuro distante que parecem deslocadas de qualquer relação com o quotidiano hodierno.

[405] O luddismo, associado a Ned Ludd, (ainda que se desconheça ao certo o nome deste personagem histórico – existem referências a Ned Lud, Ned Ludd, Ned Ludlam, ou ainda, Edward Ludlam) consiste num movimento social de recusa e contrário à técnica. Nasceu no século XIX, em Inglaterra, das lutas dos operários contra a instalação nas empresas têxteis que, argumentavam, eram responsáveis pelo aumento do desemprego. Frequentemente, estes protestos terminavam com a destruição da maquinaria. Desde então, é usual conotarem-se todos quantos expressam reservas ou cepticismo face ao progresso técnico enquanto partidários desse movimento original. Mais informação, vd. [em linha]: http://en.wikipedia.org/wiki/Luddite; http://en.wikipedia.org/wiki/Ned_Ludd.

[406] Ou, como sugere Servaes, (2003: 231) neste, como noutros, debates, parece que a verdade se situa algures no meio.

tecno-realismo em sentido estrito. Assim, para além do trabalho de David Shenk (1997) empreenderemos, igualmente, em capítulo posterior, uma leitura às propostas de Manuel Castells (2007), Gustavo Cardoso (1999 e 2006), Robert Pintér (org., 2008) e Scott Lash (2002), registos que, consideramos, ensaiam uma abordagem prudente e suficientemente equidistante acerca do impacto das tecnologias nas sociedades hodiernas sem caírem nos exageros retóricos das linhas optimista e pessimista.

Importa perceber, antes do mais, a que realidade concreta nos referimos quando convocamos o discurso tecno-realista. Contamos, neste ponto, com o auxílio do próprio movimento fundado em Março de 1998 por um conjunto de doze especialistas[407] em Tecnologias de Informação e Comunicação. Este encontro teve como objectivo promover a aproximação das duas correntes opostas, daí tendo resultado um elenco de oito princípios que se assumiram como o núcleo do movimento tecno-realista[408]. As teses deste grupo, embora reconheçam a importância e força transformadora da tecnologia nas sociedades, advertem, igualmente, para a possível ocorrência de riscos inesperados. Daqui resulta um entendimento segundo o qual, embora o progresso e a inovação tecnológica, não devam ser recusados, não devem, contudo, ser aceites acriticamente e sem uma dose de prudente cepticismo. Embora, aparentemente, equilibradas e reveladoras de bom senso, as respostas a tais teses, maioritariamente em tom crítico, não se fizeram esperar[409]. Em causa, segundo os detractores, o discurso excessivamente ingénuo e simplista.

[407] A Descrição e Declaração de Princípios original, apresentada em 12 de Março de 1998 resultou da colaboração entre doze escritores da tecnologia – David Bennahum, Brooke Shelby Biggs, Paulina Borsook, Marisa Bowe, Simson Garfinkel, Steven Johnson, Douglas Rushkoff, Andrew Shapiro, David Shenk, Steve Silberman, Mark Stahlman e Stefanie Syman – baseada num conceito e num documento de trabalho de Shapiro, Shenk e Johnson" ([em linha]: http://www.technorealism.org/faq.html#2.1, tradução nossa).

[408] Lemos (1998: 1, grafia adaptada) esclarece que "[c]om o objectivo de esgotar a querela e instaurar o consenso, um grupo de intelectuais americanos criou, em Março de 1998, uma corrente de pensamento e posicionamento em relação à tecnologia baptizada de "tecno-realismo", uma espécie de "movimento" intelectual pelo bom senso e pela frieza nas observações e análises sobre a cultura tecnológica contemporânea. Nem *luddites* (pessimistas-apocalípticos) nem utópicos (optimistas-integrados), os tecno-realistas, como o nome expressa, pretendem-se realistas (?), sendo a voz da razão, da objectividade e, mais do que isso, da neutralidade. Eles buscam encontrar a posição do meio, plantar-se no centro do debate sobre os impactos sociais das novas tecnologias de comunicação, instaurando (impondo?) o consenso. Mais do que nunca, a questão da técnica emerge dessa mistura esquizofrénica de amor e ódio".

[409] Vd, por exemplo, Lemos (1998, [em linha]: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04_07.pdf) que remete para movimentos como Tecno-sentimentalismo (uma paródia ao Manifesto Tecno-realista) e Tecno-surrealismo (este último em linha: http://deoxy.org/meme/TechnoSurrealism).

5.1.3.1 Tecno-realismo em sentido estrito

Como nota Kranzberg "[a] tecnologia não é nem boa nem má, nem neutral"[410] (*apud* Kincsei, *In* Pintér (ed.), 2008: 48, tradução nossa). Este é também o primeiro princípio do tecno-realismo. Comecemos por observar com maior detalhe o Manifesto saído do encontro de 12 de Março de 1998[411].

1.) As tecnologias não são neutrais. "Um grande equívoco do nosso tempo é a ideia de que as tecnologias são completamente livres de influência – porque são artefactos inanimados, elas não promovem certos tipos de comportamentos em vez de outros. Na verdade, as tecnologias chegam providas de tendências sociais, políticas e económicas, tanto desejadas, como imprevistas"[412] (disponível [em linha]: http://www.technorealism.org/, tradução nossa).

***2.) A Internet é revolucionária, mas não utópica*.** "A rede é uma extraordinária ferramenta de comunicações que fornece uma série de novas oportunidades para as pessoas, comunidades, negócios, e administração. Porém à medida que o ciberespaço se torna mais populoso, assemelhar-se-á crescentemente em grande medida à sociedade, em toda a sua complexidade"[413] (disponível [em linha]: http://www.technorealism.org/, tradução nossa).

[410] No mesmo sentido, escreve Castells (2007: 55), hipotizando uma relação de reciprocidade assente numa dependência mútua, que "[o]s sistemas tecnológicos produzem-se socialmente e a produção social é determinada pela cultura". Também os estudos de Thomas Parke Hughes, historiador de ciência e tecnologia, refere Kincsei (*In* Pintér (ed.), 2008: 54), sugerem que a tecnologia é mutuamente construtora da sociedade e influenciada por ela. Este autor sustenta que os sistemas tecnológicos consistem em redes que podem ser ou não físicas (por exemplo, organizações, componentes científicos, artefactos legislativos ou recursos naturais. Estes componentes são socialmente construídos uma vez que são produzidos por indivíduos.

[411] Vd. em linha: http://www.technorealism.org/, traduções nossas.

[412] "[…] [T]odas as tecnologias introduzidas no nosso ecossistema humano chegaram com uma jangada de consequências esperadas e inesperadas. Tal como os automóveis foram não apenas uma grande força de libertação e de conveniência mas também um dos mais perigosos poluidores e mais fiáveis fontes de lesões e morte, estamos agora a enfrentar muitos perigos ecológicos inesperados e não bem vindos, saídos da auto-estrada da informação. Ainda que os computadores ajudem a carburar uma época de imensas possibilidades comerciais, culturais e políticas, eles também contribuem para elevar como foguetes os níveis de *stress* e de depressão, para uma fragmentação da cultura, uma sociedade densamente estimulada com cada vez menos escapes, uso perigoso da tecnologia de bases de dados; [...]" (Shenk, 1997: 54-55, tradução nossa). Relativamente, em concreto, ao mundo virtual, o autor escreve que "[o] ciberespaço não é politicamente neutral. Favorece os ideais políticos dos libertários, dos Republicanos [defensores do] mercado livre: uma sociedade altamente descentralizada, desregulada com pouco discurso comum e uma infra-estrutura pública minimalista" (Shenk, 1997: 174, tradução nossa).

[413] Vejam-se, a este respeito os reparos endereçados por Shenk a todos os profetas que apresentam aparelhos mágicos e revolucionários. Referindo o caso concreto de Bill Gates que promete que a auto-estrada da informação ampliará o capitalismo, que todos os consumidores beneficiarão desta tecnologia e que por meio das

3.) O governo tem um papel importante a desempenhar na fronteira electrónica. Ao contrário do que é habitualmente sustentado, o ciberespaço, não é formalmente um território desprovido de jurisdição ou separado da realidade física[414]. Embora deva existir da parte das autoridades oficiais um respeito pelas regras e hábitos que emergiram no ciberespaço e não devam limitar e constranger demasiadamente a Internet com regulamentação ineficiente ou censura, também não poderá assumir-se que o Estado carece de soberania acerca daquilo que, pessoas físicas ou jurídicas, venham a fazer no espaço virtual. Enquanto representante do povo e garante dos valores

auto-estradas da informação novas possibilidades se abrirão para as comunidades artística e cultural, Shenk critica a propensão para a fé utópica e mal guiada que os americanos depositam na tecnologia. Um dos exemplos mais gritantes é a luta pelos direitos civis dos afro-americanos que deveria ter sido beneficiada pelo desenvolvimento tecnológico. Contudo, as promessas da tecnologia têm redundado em sucessivos fracassos, em expectativas adiadas de tal modo que conclui: "A nossa cultura democrática americana elevou dramaticamente a tecnologia, mas a tecnologia não elevou a democracia" (Shenk, 1997: 60-61, tradução nossa).

[414] Refiram-se, a este propósito, as inúmeras iniciativas legislativas que, um pouco por todo o mundo os governos têm tentado no sentido de as autoridades públicas retomarem o controlo do mundo electrónico, as quais têm encontrado forte oposição dos cidadãos. Já atrás nos referimos, ainda que brevemente aos recentes SOPA e PIPA. A ameaça mais recente foi o ACTA (*Anti-Counterfeiting Trade Agreement* – mais informação [em linha]: http://en.wikipedia.org/wiki/Anti-Counterfeiting_Trade_Agreement artigo que reúne alguns aspectos/notas acerca da iniciativa; http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/trade-topics/intellectual-property/anti-counterfeiting/ – o sítio da Comissão Europeia dedicado ao tema; http://www.international.gc.ca/trade-agreements-accords-commerciaux/assets/pdfs/acta-crc_apr15-2011_eng.pdf – a versão em inglês do tratado que Portugal ratificou em Fevereiro de 2012; http://register.consilium.europa.eu/servlet/driver?page=Result&lang=EN&typ=Advanced&cmsid=639&ff_COTE_DOCUMENT=12196/11&ff_COTE_DOSSIER_INST=&ff_TITRE=&ff_FT_TEXT=&ff_SOUS_COTE_MATIERE=&dd_DATE_DOCUMENT=&document_date_single_comparator=&document_date_single_date=&document_date_from_date=&document_date_to_date=&dd_DATE_REUNION=&meeting_date_single_comparator=&meeting_date_single_date=&meeting_date_from_date=&meeting_date_to_date=&fc=ALLLANG&srm=25&md=100&ssf=DATE_DOCUMENT+DESC – o portal a partir do qual é possível aceder ao texto nas línguas oficiais da União Europeia, incluindo Português). O ACTA foi votado em sessão do Parlamento Europeu, no dia 04 de Julho de 2012 e, numa decisão inédita de impedir o acolhimento na legislação comunitária de um Tratado Internacional, a sua adopção foi recusada (vd.: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=566171). De notar que a maioria destas iniciativas legislativas em nada visam a protecção da privacidade ou o aumento da segurança em linha. Elas visam, e por isso a firme oposição que vêm recebendo sucessivamente da sociedade civil, proteger, não os direitos de autor como é amiúde invocado, antes sim os lucros e receitas dos grupos de média/entretenimento mais importantes. Trata-se, ainda e sempre, da protecção dos interesses instalados. Até porque, como referem inúmeros autores, no tocante às ameaças, reais, ainda que frequentemente ignoradas pelas autoridades, o potencial destrutivo da Internet deve merecer especial preocupação. Como lembra Schmidt, (*apud* Shenk, 1997: 55, tradução nossa), "[c]om as redes de computadores, [os vândalos] têm um efeito amplificador como nunca antes tiveram […]. Se eu fosse um criminoso com uma arma, eu poderia atacar apenas uma pessoa. Mas, com uma rede de computadores, eu posso atacar um milhão de pessoas num dado momento. É como uma bomba atómica". E, a verdade é que as autoridades de tão empenhadas que estão no combate à pirataria e às cópias ilegais sob o escudo de uma pretensa defesa dos direitos intelectuais dos criadores (leia-se direitos económicos/lucros das distribuidoras de conteúdos/entretenimento – como no início de 2012 a detenção, na Nova Zelândia, a pedido do FBI, entenda-se, também, por pressões políticas das autoridades norte-americanas, de Kim Schmidt, ou Kim Dotcom, o fundador do MegaUpload), parecem esquecer esta ameaça. Ademais, acrescente-se que, não obstante ser uma prática censurável, o descarregamento ilegal de conteúdos na Internet é, também, o único modo de muitas populações excluídas da sociedade da informação acederem aos conteúdos e ao cérebro total que os tecno-optimistas tanto anunciam. Recordemos que, a principal dimensão do tão famoso *digital divide*, que urge mitigar, e que os autores do determinismo tecnológico, tanto se esforçam em anunciar que será em breve ultrapassado, não se resume à questão da literacia ou até do acesso ao equipamento e à rede. É, muitas das vezes, talvez a maioria, um problema económico de acesso/aquisição dos conteúdos disponibilizados, para o qual a repressão, pura e simples, cremos, não constitui solução viável, ou sequer, do ponto de vista ético-moral, aceitável.

democráticos o Estado deverá ter uma palavra a dizer em várias das dimensões do ciberespaço, incluído privacidade e segurança.

4.) Informação não é conhecimento. À nossa volta, a informação move-se cada vez mais depressa e torna-se cada vez mais barata. Ora, entendem os autores do manifesto tecno-realista, os benefícios, são evidentes. Porém, a proliferação de informação revela-se, de igual modo, um problema sério, que requer um plano de acção credível. "Não devemos confundir a excitação da aquisição ou distribuição de informação mais rápida com a mais intimidatória tarefa de a transformar em conhecimento e sabedoria. Não obstante o quão avançados os computadores se tornaram não deveremos nunca usá-los como substituto das nossas capacidades cognitivas básicas de consciência, percepção, raciocínio e julgamento" (disponível [em linha]: http://www.technorealism.org/, tradução nossa).

5.) ***Envolver as escolas em cabos não as salvará***. Os problemas das escolas americanas, escrevem os autores, em nada se relacionam com tecnologia. Consequentemente, não será a tecnologia, apesar da retórica dos mais destacados líderes, a fornecer uma solução para o problema. O ofício do ensino não poderá jamais ser replicado por computadores, pela rede, ou pelo ensino à distância. Reconhecidamente, estas tecnologias poderão desempenhar um papel crucial no incremento dos padrões de qualidade dos sistemas de ensino. Contudo, poderá revelar-se um erro custoso crer apenas na tecnologia como uma solução miraculosa para todas as dificuldades[415].

6.) ***A informação quer-se protegida***. "É verdade que o ciberespaço e outros desenvolvimentos recentes estão a desafiar as nossas leis de direito de cópia e o enquadramento da protecção da propriedade intelectual" (disponível [em linha]: http://www.technorealism.org/, tradução nossa). Porém, a solução não passará pelo mero decalque dos regulamentos existentes. Impõe-se, pelo contrário, a actualização e reformulação das leis antigas, no sentido de que a informação possa receber no novo contexto, basicamente, a mesma protecção/estatuto de que gozava no âmbito dos velhos média. O objectivo será o mesmo: conferir aos autores um leque de garantias suficientes sobre a sua obra, conjugado com o direito de o público poder dispor da informação. A informação não se quer livre, antes, necessita de ser protegida.

[415] Shenk entende que a escola não deve ser, ao contrário do que é propagandeado pelos autores ligados às correntes do determinismo tecnológico uma janela aberta sobre o mundo. Pelo contrário. Na escola, argumenta, "[...] os professores e os manuais bloqueiam a vasta maioria da informação do mundo apenas permitindo na sala de aula pequenos *bits* de informação num dado momento. Quando bem organizados e coerentemente apresentados estas parcelas de dados são metamorfoseados em blocos de construção de conhecimento nos cérebros dos alunos" (Shenk, 1997: 75, tradução nossa). O computador, pelo contrário, foi desenvolvido para um propósito bem diferente. Ajuda a processar quantidades enormes de informação a velocidades inimagináveis. Ao invés do professor e do manual escolar, o computador é uma bomba, não um filtro.

7.) ***Os cidadãos detêm o espectro radioeléctrico; os cidadãos devem beneficiar do seu uso***. A recente alienação do espectro digital pelas autoridades públicas em favor das empresas emissoras torna evidente, na opinião dos autores, o uso "corrupto e ineficiente" (sic) dos recursos públicos no campo da tecnologia[416]. Os cidadãos devem beneficiar do uso, por parte entidades privadas, deste valioso recurso público e, uma parte do espectro radioeléctrico deveria ser reservado e consagrado para propósitos educacionais, culturais e públicos. "Deveríamos exigir mais – argumentam os autores – pelo uso privado da propriedade pública" (disponível [em linha]: http://www.technorealism.org/, tradução nossa).

8.) Compreender a tecnologia deveria ser uma componente essencial da cidadania global. Num mundo guiado pelo fluxo de informação, as interfaces – e o código subjacente – que fazem a informação visível estão a tornar-se forças sociais enormemente poderosas. Compreender as suas forças e limitações, e até participar na criação de melhores ferramentas, deveria ser uma parte importante de se ser um cidadão incluído. Estas ferramentas afectam as nossas vidas tanto como as nossas leis, e deveríamos

[416] Desconhecemos o modo como o processo foi conduzido no âmbito dos Estados Unidos. Porém, no tocante à realidade nacional, as observações críticas dos subscritores do Manifesto Tecno-realista não poderiam ser mais acertadas, não obstante terem sido produzidas há catorze anos. A migração dos sistemas analógicos para a estrutura digital foi efectuada, não em prol do povo, ou sequer das estações televisivas, antes em claro benefício de uma empresa privada (no caso a Portugal Telecom), que tem vindo, ao longo dos anos, a acumular sucessivas queixas por abuso de posição dominante. Paralelamente, a migração foi feita, sem que fosse garantida a cobertura integral do território nacional. Isto é, quem antes podia aceder à informação televisiva (porque afinal é do que falamos – o acesso à informação) de forma gratuita, no respeitante aos quatro canais commumente designados de generalistas, perdeu agora essa faculdade. A alternativa é pagar, e os montantes pedidos, convenhamos, constituem um importante factor de exclusão. Paralelamente, em todos os países europeus, a migração para o sinal digital, possibilitou o acesso a vários novos produtos, igualmente gratuitos. Em Portugal, a oferta manteve-se a mesma, prevendo-se a eventual futura disponibilização de um canal em Alta Definição e um possível quinto canal generalista. Acresce que a norma técnica escolhida, (o MPEG-4) difere da norma internacional (MPEG-2). O resultado é que, muitos dos consumidores que já haviam adquirido aparelhos de tecnologia LCD-TFT, ou Plasma, viram-se na contingência de terem adicionalmente de adquirir um descodificador para este tipo de sinal. Por último, importa ainda assinalar que, os custos – estimados em cento e trinta milhões de euros – decorrentes da libertação deste espectro radioeléctrico, e que será afecto, por parte das empresas de telecomunicações, à disponibilização e consequente exploração comercial de novos serviços (e que, por conseguinte, gerará importantes encaixes financeiros) foram, em larga medida, suportados pelos cidadãos. Deixamos algumas ligações disponíveis em linha para reflexão: http://www.correiodabeiraserra.com/index.php/cidade/4493-trabalhadores-da-rtp-denunciam-negociata-da-tdt-e-desafiam-oliveirenses-a-subscrever-queixa-apresentada-em-tribunal; http://sol.sapo.pt/inicio/Economia/Interior.aspx?content_id=40351; http://www.tdt-portugal.blogspot.com/2011/05/tdt-alenquer-televisao-digital-apagao.html; http://tdt-portugal.blogspot.com/2011/04/tdt-portugal-kit-satelite-complementar.html; http://tdt-portugal.blogspot.com/2012/02/tdt-coloquio-parlamento-assembleia.html; http://www.agenciafinanceira.iol.pt/media-e-tecnologia/tdt-rtp-mp-ministerio-publico-televisao/1319399-2974.html. Uma última nota: no momento em que escrevemos estas linhas, o processo do chamado "apagão analógico" não está ainda concluído e, pese embora a completa omissão deste tema nos (intermináveis) espaços informativos da televisão generalista, a verdade é que a controvérsia, no ciberespaço, em torno desta questão é enorme. Acrescente-se, ainda a este respeito a recente polémica causada pela Tese de Doutoramento do investigador Sérgio Denicoli a respeito justamente do processo de migração de Portugal para o sistema de TDT.

sujeitá-las a um escrutínio democrático similar" [417] (disponível [em linha]: http://www.technorealism.org/, tradução nossa).

Poderíamos dizer, em súmula, que os princípios atrás enunciados constituem um elenco equilibrado e razoável de propostas capazes de gerar um amplo consenso entre várias das dimensões da sociedade da informação em debate entre as correntes tecno-optimista e tecno-pessimista: privado/público; individual/colectivo; inovação/tradição; informação/conhecimento; liberdade/responsabilidade; etc.. O foco central deste Manifesto incide sobre a controversa problemática de como a tecnologia pode, e está-o de facto, a modelar as nossas vidas. Ao contrário de alguns registos tecno-pessimistas, que recusam simplesmente discutir o problema, as propostas dos autores tecno-realistas procuram, partindo da inevitabilidade do progresso e evolução tecnológica, reflectir e discutir prudente e acriticamente, de modo a influenciar o próprio rumo do progresso tecnológico e, com ele, das sociedades. Julgamos que a sugestão/crítica de May (2003: 9) a propósito de a tecnologia não ter necessariamente de constituir uma inevitabilidade, deverá, pensamos, ser enquadrada no âmbito de um anseio romântico. Mesmo ante o risco de o nosso registo ser alvo da censura reaccionária dos partidários do movimento tecno-pessimista e, por isso, proscrito para o conjunto dos delírios/utopias tecno-deterministas, pensamos, *grosso modo*, que o progresso tecnológico terá, desde há muito (porventura antes mesmo da Revolução Industrial – num movimento eventualmente coincidente com a entrada na Idade Moderna), ingressado numa fase que classificaríamos de "marcha imparável"[418]. No presente contexto, não encontramos dados que sugiram que o processo evolutivo da tecnologia possa vir a ser interrompido ou mesmo revertido. Cada nova evolução é, no seio desta estrutura que parece progressivamente consolidar-se, apenas um estágio intermédio, entre um patamar do desenvolvimento anterior, e uma época futura, à qual sucederá uma outra e outra…

Já atrás vimos que o aumento da circulação e armazenamento da informação será talvez o argumento capital da discussão em torno da sociedade da informação. Os tecno-optimistas vêm nesse incremento algo não apenas positivo, como igualmente de diferenciador em relação ao modelo social antecedente. Inversamente, os teóricos que se opõem a este entendimento, embora reconhecendo a existência de mais informação no ambiente hodierno, contestam que, por um lado, tal corresponda a melhor informação e, por

[417] Como sugere Pintér (2008: 18, tradução nossa) "[…] podemos concluir que o acesso universal às tecnologias de informação não significa que, necessariamente, alcancemos uma melhor ou qualitativamente diferente sociedade. A participação activa dos cidadãos e a evolução racional do progresso tecnológico são indispensáveis para o estabelecimento da sociedade da informação".

[418] A fórmula que indicamos não deverá ser entendida literalmente, antes sim, no sentido do alcançar, pela tecnologia, de um ponto/patamar a partir do qual não será previsível um retorno ao estádio anterior.

outro, evidencie uma qualquer ruptura. No mesmo sentido, Lash lembra que deveremos atender, primeiramente, às qualidades da própria informação. A informação deve, neste contexto, ser entendida de uma forma literal e colocada em confrontação com as categorias socioculturais precedentes. "As qualidades primárias da informação – nota ainda o autor – são fluxo, incorporeidade, compressão espacial, compressão temporal, relações em tempo real. Não é exclusiva, mas principalmente, neste sentido que vivemos numa sociedade da informação. […] Penso a sociedade da informação de maneira diferente do que é habitualmente entendido pelos sociólogos. A sociedade da informação tem sido frequentemente compreendida em termos de produção intensiva de conhecimento e uma fileira pós-industrial de bens e serviços que são produzidos. Isto precisa de ser alargado" (Lash, 2002: 2, tradução nossa),. E é, pensamos, neste particular, justamente esse o contributo de Shenk, que transporta a abordagem ao problema para uma dimensão completamente inovadora. A questão não está em aferir se existe mais ou menos informação, posto que esse é ponto assente, antes, em como reduzir o excesso de dados/bits nas sociedades, designadamente, pela purga dos registos sem qualidade. Como lembra Eli Noam (*apud* Shenk, 1997: 29, tradução nossa, itálicos no original) "«[a] questão principal no futuro da tecnologia […] não parece ser a produção de informação, e certamente não a transmissão. Quase toda a gente pode *adicionar* informação. A questão difícil é como *reduzi-la*»"[419]. Isto porque, na perspectiva de Shenk (1997: 22), se não conseguirmos lidar com toda a informação que iremos criar, então isso levantará um problema, visto que, não parece razoável esperar que o acervo cultural, técnico e científico da humanidade venha a sofrer uma purga capaz de o diminuir. Ou, na fórmula de Shenk, (1997: 22, tradução nossa) "[n]inguém deixará de criar informação"[420]. Ora, prossegue este autor, "[c]om tantas destas pessoas [distraídas] andando por aí […] podemos vir a ser a primeira *sociedade* com o Distúrbio do Défice de Atenção […] a síndrome oficial do cérebro da idade da informação" (Shenk, 1997: 36, tradução nossa, itálico no original)[421].

[419] Noutra passagem, o autor insiste nesta ideia, explicando também que o problema da eliminação de informação é um anátema nas sociedades ocidentais modernas e um tabu social. "Tal como a industrialização e a abundância de alimentos, a disponibilidade de informação é inegavelmente uma coisa boa. Mas também há "efeitos prejudiciais" complexos e perturbadores que justificam constante atenção. À medida que atingimos uma massa crítica de entendimento nestas matérias, o palco será disponibilizado para os verdadeiros antídotos do problema, variando entre os esforços individuais e uma acção governamental concertada" (Shenk, 1997: 181-183, tradução nossa).

[420] Tal fenómeno decorre em boa parte do facto de a informação também se ter tornado bem mais barata – de produzir, de manipular, de disseminar. "Consequentemente, qualquer pessoa pode, virtualmente, muito facilmente tornar-se um glutão de informação. Encaramos agora o prospecto da obesidade informacional" (Shenk, 1997: 29, tradução nossa).

[421] Em virtude deste, chamemos-lhe assim, curto-circuito informacional, os espaços em branco e momentos de silêncio na vida estão a desaparecer rapidamente. Principalmente porque nós o desejámos, os dispositivos que servem de suporte às tecnologias de registo, produção, partilha e transmissão de informação, estão em todo o lado. Televisões, telefones, rádios, computadores, e uma vasta panóplia de outras bugigangas destinadas à comunicação e navegação são agora tão ubíquos como estradas e sapatos de desporto – onde quer que

Tempos houve em que a informação era um bem escasso e, portanto, profundamente dispendiosa, criando sérias restrições no acesso[422]. Na actualidade, contudo, é tão abundante e pouco dispendiosa que a maioria dela acaba como se de lixo sem valor se tratasse. Aí reside, segundo Shenk (1997: 26-27, tradução nossa, aspas no original), o primeiro grande paradoxo do excesso de informação. Estamos, argumenta, a tornar-nos tão ricos em informação que tomamos por garantido muito do que temos. "Quando a informação não era tão facilmente adquirida [...] «o simples acto de encontrar alguma coisa tinha valor». Mas, «onde não há peregrinação, a informação é depreciada, desvalorizada e desumanizada... Temos tudo nas pontas dos dedos mas não valorizamos nada»".

Este aparente paradoxo, explica-se, ainda segundo a mesma tese, pelo facto de termos desenvolvido a capacidade de produzir informação muito mais rapidamente do que aquela que conseguimos processar. Tal ocorrência nunca antes se verificara. Ao longo da última centena de milhar de anos, os três estágios fundamentais dos processos de comunicação – produção, distribuição e processamento – seguiram de forma mais ou menos sincronizada. Qualquer oscilação ao nível de um destes indicadores, despoletava uma correcção em idêntica direcção dos demais. Em meados do século XX, todavia, os computadores, as telecomunicações e os meios de comunicação de massa (especialmente os audiovisuais) criaram uma ruptura abrupta, ainda não rectificada, que comprometeu esta sincronia milenar. (Shenk, 1997: 28). Ora, este

> "[…] conceito de demasiada informação parece ainda estranho e vagamente inumano. Isto é porque, em termos histórico-evolutivos, esta erva na nossa paisagem informacional apenas rebentou - tem apenas cerca de cinquenta anos. Até então, mais informação foi quase sempre uma coisa boa. Durante quase 100.000 anos que conduziram a este século, a tecnologia de informação foi uma virtude não ambígua como um meio de suportar e desenvolver a cultura. A informação e as comunicações fizeram-nos mais estavelmente saudáveis, ricos e tolerantes. Por causa da informação, entendemos melhor o como superar os desafios básicos da vida. A comida é mais abundante. As nossas estruturas físicas são mais robustas, mais fiáveis. As nossas sociedades são mais estáveis, à medida que aprendemos a fazer mais sistemas

possamos ir, todas as formas de média agora nos seguem: para os comboios, aviões, automóveis, para as casas de banho dos hotéis, ao longo dos caminhos de corrida e nos trilhos de montanha, nas bicicletas e barcos.... (Shenk, 1997: 31).

[422] Os quais, deve assinalar-se, mantêm-se na actualidade. É inegável a existência de um movimento em torno da democratização da informação cujo início, na nossa perspectiva, se poderá situar no processo de laicização da cultura a que fizemos referência na primeira parte da presente dissertação. Desde então, o acesso ao conhecimento, encerrado nos mosteiros, e interdito à esmagadora maioria da população, iniciou um processo de libertação destes mesmos constrangimentos, inaugurando uma era em que, salvo raros e muito pontuais momentos (o período da Inquisição, por exemplo), não deixou de se expandir continuamente. Porém, não devemos, como consideram alguma tecno-optimistas, num registo que quase se confunde com uma tecno-utopia, proclamar que a tecnologia terminará de vez com o problema do acesso. Dificuldades económicas, de literacia, de liberdade política, e até mesmo técnicas, não desapareceram e não é crível que possam vir a reduzir-se nos tempos mais próximos. O acesso mantém-se ainda, para uma vasta maioria da população mundial, como um dos principais entraves à plena concretização de uma sociedade da informação.

> políticos funcionarem. Os nossos cidadãos são mais livres, graças a uma ampla disseminação da informação que autorizou o indivíduo. As perigosas superstições e falsas noções foram erodidas: comunicar rapidamente com as pessoas ajuda-nos a superar os nossos medos em relação a elas e diminui a probabilidade de conflito" (Shenk, 1997: 27, tradução nossa).

Adiante, integrado na nossa própria proposta de reflexão acerca da sociedade da informação, retomaremos a análise às teses tecno-realistas, ou pelo menos, dos discursos moderados, nomeadamente de Castells e Cardoso.

Capítulo

6 Aproximação ao Conceito de Sociedade da Informação

Como atrás anunciámos, a concepção de tecno-realismo que propomos é substancialmente mais ampla do que aquela que resulta do Manifesto com a mesma designação. Com efeito, optámos por incluir neste terceiro tipo de discurso os testemunhos mais moderados/prudentes e que, por tanto, consideramos escaparem à lógica extremada dos posicionamentos que abordámos nas epígrafes anteriores. Conforme veremos, as propostas de, principalmente, Cardoso, Castells e Pintér inserem-se num registo mais consensual do que aqueles outros de que atrás demos conta e, daí, a nossa opção pela designação de tecno-realismo. No fundo, a ideia que pretendemos transmitir com a epígrafe que escolhemos para o tratamento desta questão, é, essencialmente, a presença de um discurso do tipo "terceira via" entre tecno-optimistas e tecno-pessimistas mas, ainda assim, independente face às propostas tecno-realistas em sentido estrito. É do seu recenseamento que tratamos em seguida. Antes, contudo, olharemos mais de forma mais atenta e separadamente as componentes da sociedade da informação, especialmente no tocante à

dimensão da informação, posto que, será esta a coordenada geradora de maior controvérsia entre os diferentes autores que versam sobre esta problemática.

6.1 Sociedade e Informação

Pintér (2008: 18, tradução nossa) refere que "[…] ao ouvirmos o termo [sociedade da informação] parece claro o suficiente para compreender o significado carreado pelas suas duas partes componentes. «Informação» indica um certo atributo de sociedade, na qual, a informação como tal desempenha um papel crucial que transforma esta sociedade em particular, cuja diferença para outras reside na sua qualidade de, e no acesso à informação". Sugerindo que um tal exercício possa afinal não ser tão simples como à primeira vista poderia parecer, o autor propõe que, ao invés de procurar definir-se sociedade da informação partindo da totalidade da locução, se principie por considerar os seus elementos de forma isolada. Nesta sua exposição, ancorada essencialmente na confrontação entre as distintas propostas de definição de informação oferecidas por um conjunto de dicionários, Pintér (2008: 20) salienta que o conceito de informação conheceu profundas mudanças nas últimas quatro décadas, englobando hoje noções bem diferentes das vertidas na formulação original. Para o efeito de que aqui nos ocupamos, informação poderá então congregar ideias como *dados*, *conhecimento* e *comunicação*.

6.1.1 O Problema da Informação

Uma tal moção poderá, contudo, revelar-se ainda assim insuficiente, dada a imensidão de significados que o termo *informação* pode hoje encerrar[423]. Destarte, socorrer-

[423] À questão, o que é informação, Webster (2002: 24) responde convocando Roszak, o qual rejeita a dimensão – excessivamente, diríamos nós – estatística que é conferida às abordagens ao tema. A argumentação deste último passa, em larga medida, pela colocação de questões como: estará a maior disponibilidade de informação a contribuir para que sejamos cidadãos mais informados? A existência de mais informação implica que estejamos mais informados? Que tipo de informação está a ser gerada e qual o seu valor para a maioria da

nos-emos, neste particular, da tese de Gustavo Cardoso. Escreve o sociólogo (2006: 44) que a ideia de informação pode ser entendida de, pelo menos, três perspectivas complementares. Por um lado, como a reunião, processamento e análise de dados que, inerentemente, geram informação. Esta é a perspectiva das Ciências da Informação. Numa segunda óptica, a das Ciências das Comunicação, a informação poderá ser entendida enquanto conteúdo de uma mensagem e a conexão que é estabelecida entre duas ou mais entidades, independentemente de a mesma ser ou não mediada do ponto de vista tecnológico, para a sua transmissão. Por fim, mais recentemente, o conceito de informação adquiriu uma nova noção, directamente decorrente do prisma das Ciências da Vida. Nesta terceira formulação informação é entendida como a unidade mínima da vida, tendo como referente a dimensão genética do ADN[424].

Durante algum tempo, (pode ler-se em Cardoso, 2006: 44-45, ele próprio seguindo Mattelart)[425], fruto do contributo de Claude Shannon, e do seu modelo matemático da comunicação, as perspectivas da teoria da informação concretizavam uma aproximação predominantemente quantitativa ao fenómeno da comunicação. Na linha destas teses, o que verdadeiramente interessava, era a análise estatística da fidelidade da transmissão técnica, por meio de um canal, de uma quantidade de informação dada, entre um emissor e um receptor. À Teoria da Informação caberia o encargo da detecção e resolução de

sociedade? Que tipos de ocupações relacionadas com informação estão em expansão, porquê e para que fins? A reflexão acerca de questões como as acima transcritas, pensa Webster, contribuirá para que possamos pensar sobre informação de uma forma mais crítica e, sobretudo, mais distanciada face à propaganda oficial.

[424] Da Física à Biologia, há muito que as abordagens reducionistas nos ensinaram que o suporte de toda a vida se resume, *grosso modo*, a informação, designadamente, ao modo como se combinaram entre si um conjunto restrito de proteínas-base, a partir das quais *nasceu* tudo (Universo incluído) o que existe. A este respeito, vejam-se, por exemplo, Tibon-Cornillot, 1997: 41-72 e Cairns-Smith, 1986:18-23 e 30-38. Como escreve aliás este último, "[…] todas as coisas vivas conhecidas são essencialmente a mesma coisa", leia-se, *informação* (Idem, *Ibidem*, p. 14). Também sabemos que aquilo a que convencionamos chamar de vida, ou pelo menos, o processo de transição entre a inorganicidade e a organicidade resulta justamente de transformações verificadas ao nível da codificação da informação nos cristais cerâmicos, o primeiro suporte (conhecido) da vida terrestre. "Segundo a teoria de Cairns-Smith, a primeira tomada genética do poder teve início quando algumas espécies cerâmicas, em renhida competição darwiniana, começaram a codificar informação genética no exterior, sob a forma de longas cadeias de carbono. […]" Moravec, 1992: 12-13. Vd. igualmente Cairns-Smith, 1986, especialmente pp. 112-114. No campo da Física e da formação do Universo/Big Bang, registemos Reeves (1986: 44 e ss.). Em suma, o que aqui interessa referir é o facto de o conceito de informação poder ser encontrado em quase todos os domínios do conhecimento, situação que, evidentemente, não ajuda na sua definição.

[425] Veja-se igualmente Kavalics (*In* Pintér 2008: 33, tradução nossa), o qual promove uma análise às categorias de conhecimento e de informação. Considera o autor que, desde sempre, foram errada e insuficientemente definidas, misturando dimensões incompatíveis e tendo por base uma proposta altamente redutora como a do modelo Shannon e Weaver, fenómeno em parte explicável pela incapacidade de, no seio das ciências sociais e humanas, se gerarem ferramentas de empreender uma tal análise. "Existe uma teoria da informação matematico-estatística que é insensível às dimensões da qualidade, e não consegue transmitir hipóteses de trabalho operacionais para as ciências sociais". Acresce que as dimensões estudadas por estas correntes instrumentais se focam numa área-problema restrita que não é, na opinião do autor, passível de ser transportada para o âmbito das ciências sociais.

eventuais anomalias em tal processo. É aliás, neste contexto predominantemente técnico, que a comunicação viria a adoptar noções como *feedback*, redundância, entropia, *rapport*.

Diferentemente, as Ciências da Comunicação debruçar-se-iam sobre uma dimensão mais qualitativa do problema da informação, focando-se no estudo, e explicação dos fenómenos privilegiando o conteúdo dos enunciados sobre a parafernália técnica, afastando-se, portanto, de modelos mais instrumentais ou estatísticos da comunicação. Regressando a Cardoso (2006: 45) "[…] a emergência das tecnologias de informação e comunicação (tais como o *Minitel*, a Internet, intranets e outras redes locais, *Wi-Fi* ou outra), por um lado, e a digitalização de conteúdos em associação com as tendências (embora raramente concretizadas) para a convergência tecnológica entre computadores, telecomunicações e televisão, por outro, aproximaram os interesses das ciências da informação e da comunicação".

Partilhamos, no essencial, deste entendimento de Gustavo Cardoso. Adicionalmente, um breve exame das definições avançadas pelo autor deixam igualmente perceber que, se entendida segundo a perspectiva das ciências da informação, esta noção se aproxima mais das modernas tecnologias telemáticas, enquanto, segundo o prisma das ciências da comunicação, o vocábulo adquire uma dimensão de cariz vincadamente histórico. A ênfase na vertente qualitativa ou no conteúdo da mensagem fazem justamente sobressair essa nota histórica, uma vez que, essa foi uma dimensão desde sempre presente no acto comunicacional, e cuja crise quotidiana decorre precisamente dessa maior (exagerada, mesmo) preponderância tecnológica e instrumental sobre os restantes factores.

6.1.2 Informação: uma perspectiva histórica

Excluímos, assim, deste nosso percurso, o terceiro tipo de informação atrás referido por Cardoso (aquele que tem origem na biologia/ciências da vida). Restam-nos, portanto, as duas primeiras categorias. Por conseguinte, a informação que nos interessa é aquela que resulta da actividade, deliberada ou acidental, do Homem. Até porque, na linha de Heidegger (1995: 30) "[d]esde os tempos antigos prevaleceu a doutrina segundo a qual o homem, diferentemente da planta e do animal, é o ser capaz da palavra". Entendidas de outra forma, as palavras do filósofo alemão vão no sentido de que "[…] só a língua permite

ao homem ser este ser vivente que ele é enquanto é homem. É enquanto ser falante que o homem é homem". Logo, sob o ângulo das ciências da comunicação, e aceitando a sugestão de Heidegger, a informação terá nascido em simultâneo com a habilidade para comunicar, dado que não parece possível conceber-se uma mensagem desprovida de informação, i.e., de conteúdo[426].

Entendemos, porém que, também aqui, algumas restrições terão forçosamente de ser colocadas. Pensamos que, uma concepção de informação compatível com a noção de sociedade da informação terá de, primeiramente, excluir todas as manifestações produtivas que não decorram da actividade directa humana. Mas, também aquelas que, sendo humanas, são involuntárias. E, igualmente, todas as outras que, embora deliberadas e intencionais, não permitam que a mensagem perdure para lá da partida do emissor ou sejam produzidas num suporte que impossibilite a sua *acumulação*, entenda-se, não prevejam a constituição de uma memória capaz de sobreviver à bruma dos tempos, e ao tempo (de vida) do emissor. Poderá, no contexto concreto em que nos movemos, uma interacção oral ser qualificada de informação? Entendemos que a discussão não se coloca nesse nível, posto que, uma interacção comunicacional será sempre, e em qualquer caso, geradora de informação. A questão reside em saber se essa informação sobrevive àquele momento concreto, isto é, se foi registada num suporte físico, ou se, será possível fazê-lo *a posteriori*, tornando-a disponível para usos futuros. No caso afirmativo, estaremos, diríamos, em presença de informação.

Deste modo, a invenção da escrita alfabética na Suméria há aproximadamente cinco mil e quinhentos anos (por volta de 3.500 a.C.[427]) representa, na hipótese que propomos, o eclodir de uma sociedade de base informacional[428]. Evidentemente, numa dimensão substancialmente diferente da actual. No sintético enunciado de Heidegger (1995:

[426] Já o inverso, a presença de informação, de conhecimento, que não é objecto de comunicação, parece ser possível. Bastará, cremos, pensar na informação armazenada que, embora existindo, encontrar-se-á, num estado de suspensão, de comunicação potencial, ou passivo, que se efectivará ou activará, quando usada (acedida ou consultada, transmitida, manipulada).

[427] "Podemos situar aproximadamente em 3500 a. C. (dois mil anos antes da aparição das primeiras aldeias) os germes mesopotâmicos iniciais de escrita. Dois mil anos depois, em 1500 a. C., os primeiros alfabetos consonânticos apareceram na Fenícia e, em 750, surgem os alfabetos de vogais na Grécia. Em 350, a filosofia grega está em pleno desenvolvimento" (Leroi-Gourhan, 1990: 209). Vd. também Maria José Aragão: "A antiga civilização Mesopotâmica tem a glória de ser responsável por uma das maiores conquistas da Humanidade, a escrita, a mais antiga conhecida até agora. A invenção da escrita pelos Sumérios, deu-se durante o 4.º Milénio a. C. ao que se julga no ano de 3 500 a. C. e deveu-se predominantemente a causas económicas" Aragão, 2003: 35. Vejam-se também, a este respeito, as reflexões de Kerckhove (1997: 54-62), especialmente quanto às idiossincrasias dos diferentes alfabetos, consoante sejam de matriz ideográfica (escrita vertical) ou apresentem vogais (horizontal, esquerda-direita), Furtado (1995: 30-34), ou ainda de Barthes e Marty (1987: 32-57).

[428] Note-se que, não ignoramos que já antes existia escrita: desde aquela que se apoiava num sistema mnemónico, não esquecendo as evoluções subsequentes: pictográfica, primeiro e ideográfica, mais tarde.

33): "a língua é informação". É aí que *verdadeiramente tudo começa*. As teses de McLuhan e Fiore (2001: 48, tradução nossa) parecem ir no mesmo sentido: "Até à invenção da escrita, o Homem viveu no espaço acústico: sem limites, sem direcção, sem horizonte, no escuro da mente, no mundo da emoção, pela intuição primordial, pelo terror". A escrita terá, progressivamente fornecido ao Homem os instrumentos que lhe faltavam: limites, direcção, horizonte. Da noite fez dia; da emoção, razão; da intuição, saber; do terror, lei. Sigamos ainda no trilho das reflexões de McLuhan e Fiore (2001: 48, tradução nossa): "A pena de ganso[429] pôs fim à fala. Aboliu o mistério; proporcionou a arquitectura e as cidades; trouxe as estradas e os exércitos, burocracia. Foi a metáfora primeira com a qual o ciclo da civilização começou, o degrau do escuro para a luz do espírito. A mão que encheu a página de pergaminho construiu a cidade". Em idêntico sentido, escreve, também, Furtado (1995: 34). Fixemo-nos, por breves instantes, no seu testemunho:

> "O aparecimento do sistema consonântico significa uma verdadeira revolução ao fazer com que a arte de escrever saia do círculo dos escribas dos palácios e templos, possibilitando, desse modo, a extensão do seu uso. Na verdade, a escrita alfabética corresponde «a uma passagem política do sagrado ao profano, do secreto ao público, da seita à comunidade. A sua relativa facilidade de traçado e de decifração favorece essa democratização do signo e da escrita. O alfabeto oferece-se como uma escrita sem mistérios»".

A transição da oralidade para a escrita desencadeou avanços tremendos nas sociedades. Especialmente porque, conforme de resto já anteriormente salientamos, a escrita possibilitou a acumulação de capital …intelectual. A transmissão de conhecimentos alterou-se radicalmente, de modo tal que, ainda hoje e, apesar de beneficiarmos dessas transformações, não conseguimos compreendê-las na sua plenitude[430].

Entre inúmeras outras conquistas, a escrita ofereceu-nos, também, uma memória[431]. A escrita deu-nos, porém, mais. Por meio da escrita foi possível arrancar às

[429] No original, "goose quill". McLuhan e Fiore socorrem-se aqui da imagem da pena de ganso como analogia da escrita. O sentido da frase deverá, assim, entender-se: "A escrita pôs fim à fala".

[430] Tese que partilhamos com Diringer, 1968: 15. "A escrita […] é ao mesmo das coisas mais universais e mais inapreensíveis. São necessários ainda estudos metódicos na maior parte das universidades; as disciplinas que se lhe referem tratam estes assuntos muito superficialmente, muitas vezes mesmo em matérias de grande importância. E, tal como a luz do sol, e o ar que respiramos, é considerada como uma coisa «comum», «vulgar» e «compreensível», mas afinal não é compreendida".

[431] Da investigação académica à própria literatura são conhecidos incontáveis registos a este respeito. Da literatura deixemos apenas alguns autores que se dedicaram a esta problemática: George Orwell (em *O Triunfo dos Porcos* mas, principalmente em *1984*), Aldous Huxley (em *Admirável Mundo Novo*), Ray Bradbury (*Farenheit 451*), até Platão (com o já referenciado ensaio intitulado *Fedro*), … Com excepção do último todos os outros escritos abordaram o problema a partir do prisma da manipulação e da influência da memória adulterada nas sociedades. Não ignoramos que uma tal análise se situa num campo profundamente distinto do sentido original que justificou a convocação para este trabalho da questão da memória. Porém, esta preocupação de tantos autores (só para citar as obras mais conhecidas) diz bem do papel central que a memória ocupa entre as sociedades humanas. Se outros argumentos fossem necessários, a fim de justificar um tal interesse, basta invocar o exemplo da História: ciência por excelência da memória da Humanidade.

entranhas da esfera individual a informação aí encerrada. Ou, se preferirmos um registo mais positivo, cada sujeito passou a dispor do poder de legar aos demais o seu conhecimento, independentemente do tempo ou da distância que os separasse. De uma assentada, espaço e tempo, enquanto barreiras à comunicação, embora não desaparecendo totalmente, viram os seus efeitos fortemente limitados. "Literal e resumidamente, – advoga Diringer (1968: 15, itálico no original, tradução do itálico nossa) a escrita é a expressão gráfica do discurso, a «fixação» da linguagem falada, numa forma permanente ou semipermanente ou, como disse um estudioso francês, *uma representação visual e durável da linguagem, que a faz transportável e conservável*. Por meio dela, a linguagem é capaz de vencer as condições ordinárias de tempo e lugar"[432].

O desenvolvimento dos alfabetos, a consolidação de uma cultura escrita com o objectivo deliberado de se constituir como memória para as gerações futuras e a instituição do Grego, primeiro e do Latim, mais tarde, como veículos privilegiados de comunicação, são aspectos, entre outros, que, embora não negligenciáveis, aqui ignoraremos[433].

Um segundo momento na história da informação que, a nosso ver, merece uma referência, ainda que necessariamente breve, diz respeito ao advento da prensa de tipos móveis de Gutenberg. Já atrás dedicámos alguns parágrafos a esta problemática, esboçando o contexto que serve de antecâmara à empresa do ourives tipógrafo. Aqui chegados importa-nos deixar algumas notas adicionais. Se, numa primeira etapa vimos como a informação se libertou, por meio da técnica escrita, das grilhetas que a amarravam a um tempo e a um espaço, aqui a tónica coloca-se em torno da reprodução e multiplicação do suporte. A mecanização do processo de cópia introduzido pela indústria de Gutenberg, não acrescentou[434] (directamente) nada de essencial à disseminação da informação (visto que a cópia era já uma ocupação relativamente comum). Possibilitou, isso sim, não apenas a sua multiplicação (em termos quantitativos – maior número de exemplares), um reforço da sua perpetuação (pela facilidade na reprodução e pelo aumento da circulação da *mesma*

[432] Em idêntico sentido, Gates (1995: 66, tradução nossa): "Faz parte da natureza humana encontrar meios para converter a comunicação sincrónica em formas assíncronas. Antes da invenção da escrita, há 5.000 anos, a única forma de comunicação era a palavra falada e as audiências tinham que se encontrar na presença do orador ou perderiam a sua mensagem. Uma vez que a mensagem pôde ser escrita, pôde ser guardada e lida mais tarde por qualquer um, de acordo com a sua conveniência. Estou a escrever estas palavras em casa, no início de 1995, mas desconheço quando ou onde as vai ler". E esse detalhe, acrescentamos, faz toda a diferença.

[433] A este respeito, vejam-se, por exemplo, os registos de Aragão, 2003: 85 e ss., ou de Furtado 1995: 32 e ss..

[434] *In casu*, e convocando o modelo instrumental de Shannon e Weaver, a redundância, corresponde ao grau zero da informação, i.e., a cópia de uma obra representa, no fundo, um exemplar/suporte redundante do original. Por conseguinte, não obstante a importância destas cópias, *ad infinitum*, subsequentes, em rigor, as mesmas, nada acrescentam ao original. Deve, embora, reconhecer-se que, a partir delas, o conhecimento pode chegar a mais e mais indivíduos que terão então a oportunidade de lhe adicionar algo.

informação – um maior número de cópias garantiria, em princípio, a diminuição do risco de desaparecimento de uma dada obra), a democratização da informação (cujo embaratecimento tornou possível o seu acesso a muitos outros indivíduos). Nas palavras de McLuhan e Fiore (2001: 50, tradução nossa), a técnica de impressão criou o primeiro bem uniformizado repetível, a primeira linha de montagem, a produção de massa. "Criou o livro portátil, que os homens podiam ler em privacidade e em isolamento face aos outros. O Homem podia agora inspirar – e conspirar". Todavia, a consequência mais visível, terá sido, num segundo momento, o efeito multiplicador que desencadeou na produção e difusão de informação, fruto, precisamente de um maior grau de acessibilidade e democraticidade no acesso à mesma. No mesmo sentido vão as conclusões de Maria Augusta Babo (1993: 11).

> "Fazer coincidir a noção de livro com a sua expressão moderna é partir do princípio de que uma ruptura foi operada tendo como consequência o aparecimento de um novo objecto, dir-se-ia mesmo, do livro-objecto. Essa ruptura identifica-se com a descoberta da imprensa. É a alteração da técnica de escrita que vem revolucionar toda a dimensão da escrita e a sua projecção no livro. A nova técnica, tipográfica, produz uma ruptura epistemológica sem precedentes e enceta uma nova modalidade de relação do sujeito com a escrita. Introduz a escrita no circuito da comunicação, entendida no seu sentido mais abrangente: circulação, permuta, troca, comercialização, consumo, armazenamento"[435].

Se num primeiro momento a informação superou as barreiras geográficas e temporais e num segundo multiplicou-se, no terceiro ela tornou-se omnipresente no quotidiano humano. Como prescrevem McLuhan e Fiore (2001: 68, tradução nossa), "[a] tecnologia de impressão criou o público. A tecnologia eléctrica criou a massa". Na actualidade, as Tecnologias de Informação e Comunicação e, designadamente a Internet, tornam possível um acesso quase irrestrito (do ponto de vista técnico, pelo menos) à informação, a tal megapolis informacional a que se referem McLuhan e Fiore (2001: 72) e Mitchell (1999). Tal é possível por causa da imaterialidade que a electricidade e a digitalização proporcionaram. Com a escrita o Homem conseguiu (tal como os cristais de cerâmica de que fala Cairns-Smith), arrancar de dentro de si mesmo a informação que fora acumulando, projectando-a no seu exterior e tornando-a disponível aos seus semelhantes, mesmo aqueles com quem jamais contactará, bem como possível a sua acumulação. A miniaturização da informação, em rigor, do seu suporte[436], trouxe consigo a possibilidade

[435] E ainda noutra passagem do seu registo Maria Augusta Babo (1993: 13-14) lembra, enquanto procura distinguir o livro moderno do seu antecessor, que "[o] livro medieval é sustentado por um conjunto de condições sócio-culturais que lhe define contornos perfeitamente distintos do livro moderno. Circunscrito a espaços determinados, como sejam as bibliotecas dos conventos ou das universidades, o livro é sedentário, transporta-se com dificuldade, cria o seu espaço próprio de leitura, mas também de fabricação. É consequência de um conjunto de funções, elas mesmas reveladoras dos procedimentos de escrita".

[436] Não é a informação em si que é reduzida, mas sim, uma vez desentranhada do cérebro humano, o suporte no qual é armazenada. Numa célebre conferência intitulada *There's Plenty of Room at the Bottom*, realizada em Dezembro de 1959, no California Institute of Technology (Caltech), Richard Feynman, preconizou, na antecâmara da nanotecnologia, "porque é que não podemos escrever os 24 volumes da Enciclopédia Britânica

de, fazendo uso de um conjunto de interfaces (simbólicas, o código, e tecnológicas, categoria onde se arruma toda a aparelhagem necessária, o computador, a rede, o *dispositivo de acesso – modem*, placa de rede com ou sem fios, *router*, …), aceder em permanência à mesma. Por enquanto, precisamos, para aceder à grande estante da informação, de uma interface. No futuro essa interface tenderá a desaparecer. Esbater-se-á a fronteira que separa o indivíduo e a informação ou, ela será, pelo menos, transparente e terá sido, qual prótese, re-incorporada[437] [438]. Ou, convocando Jonas, esbater-se-á a fronteira entre artificial e natural, até à consagração do artefacto total.

Mas esse será, segundo anunciam milhares de cientistas por todo o mundo, o futuro. Não cabem, porém, aqui exercícios de especulação apoiados em futurologia ou na

---

na cabeça de um alfinete?" (Feynman, 1959, [em linha]: http://www.zyvex.com/nanotech/feynman.html). Meio século mais tarde, a tecnologia encontrou resposta para a provocação do Prémio Nobel da Física de 1965 (ver por exemplo, Drexler, 1993). A evolução dos suportes da informação tem caminhado de forma contínua na direcção da miniaturização/desmaterialização. Em versão abreviada: a argila terá sido o primeiro, donde se evoluiu para o papiro, posteriormente, daí para pergaminho e, finalmente para o papel. Nenhum destes sistemas substituiu o antecessor de modo imediato. Também por isso se explica que no tempo presente o suporte papel conviva (ainda) com o suporte digital, impulsos eléctricos resultantes da combinação codificada de zeros e uns, i.e., *bits*. O *bit* é, na idade da informação eléctrica, a unidade mínima da informação, sucedendo ao caractere, que sucedeu ao fonema, que sucedeu ao ideograma, que sucedeu ao pictograma… E, ao contrário do caractere que constituía um elemento material, manipulável, visível, o *bit* não o é. É teorizável e até representável (um bit corresponde, em termos muito genéricos, a um interruptor – transístor, que pode assumir dois estados – ligado (1), desligado (0)), mas não palpável, posto que, essencialmente imaterial. Um *bit* (Negroponte, 1995: 12) "[é] o elemento mais pequeno no ADN da informação. É um estado: activo ou inactivo, verdadeiro ou falso, acima ou abaixo, dentro ou fora, preto ou branco. Por razões práticas consideramos que um *bit* é um 1 ou um 0. O significado do 1 ou do 0 é uma questão à parte". Tal como na linguagem, também a informação parece caminhar no sentido da convenção. Com a transição do sistema ideográfico para o fonético, a escrita ocidental, contrariamente à dos povos do Oriente, afastou-se da realidade mundanal. Burroughs (2003), em *A Revolução Electrónica*, entre outros, afirma que esta modificação essencial é a causa primeira que explica a manipulação da realidade pelo *establisment*. Ora, a electrificação ou, se preferirmos, digitalização da informação, desencadeou um processo idêntico, em que os caracteres foram convertidos em *bytes*, que são na verdade cadeias de oito *bits* (um byte é uma sequência de oito *bits*, que podem assumir o estado de ligado/desligado, dependendo o *byte* do estado concreto de cada *bit* e da posição deste na cadeia), totalmente imaterializados e por isso, convenção (na verdade sintetização/redução) de uma convenção primeira. Sendo a escrita alfabética uma convenção sobre a realidade, a escrita numérica (digital), é, enquanto síntese da escrita alfabética, uma convenção que incide sobre aqueloutra, e portanto, convenção da convenção. Num plano ligeiramente diferente (o da imagem) Virilio, em *A Inércia Polar*, foca este mesmo assunto quando se reporta aos instrumentos de óptica numérica.

[437] A este respeito recomendamos a análise dos trabalhos de Eric Drexler, Hans Moravec, Marvin Minsky, Robert Freitas Jr., Terry Grossman, David Chalmers, Ralph Merkle, Chris Phoenix, Amara Angelica, ou a exploração de um dos mais vastos e consultados sítios na Internet acerca das problemáticas do corpo pós-humano e da bio e nano tecnologia: www.kurzweilai.net, da autoria de Raymond Kurzweil, também ele autor e investigador neste domínio.

[438] A este respeito, (Shenk, 1997: 44, tradução nossa, itálico no original) comenta os resultados, no mínimo surpreendentes, de um inquérito realizado nos Estados Unidos. "*Imagine que era forçado a fazer uma escolha entre abdicar de um dos seus dedos e abdicar do seu computador para o resto da sua vida*. Um terço das pessoas entrevistadas escolheram abdicar de um dedo […] Marshall McLuhan disse que as tecnologias tornaram-se extensões dos nossos corpos. Agora sabemos o que acontece quando este fenómeno é levado a uma lógica extrema. Abdicar do computador torna-se equivalente à amputação" ou dito de outro modo, o computador deixou, para muitos, de representar uma prótese externa, tendo-se incorporado e entranhado na carne, assumindo-se como um órgão, por ora, cibernético. Em 1997, à data da edição deste livro de Shenk, o telemóvel, tal como a Internet, dava ainda os primeiros passos. Seria por certo interessante e, quiçá, revelador, empreender-se uma investigação idêntica, tendo por base o telefone móvel, ou a Internet.

divulgação científica. Centremo-nos, destarte, no presente e, de modo particular, nos apontamentos que Pintér (2008) concretiza relativamente ao conceito de sociedade.

6.1.3 Sociedade

Definir sociedade é aparentemente uma tarefa mais simples, não obstante existirem ainda assim, como escreve Pintér, sérias dificuldades na fixação de uma concepção que englobe igualmente as dimensões apensas de unidade geográfica, nação, língua, cultura, Estado, etc.. Assim, à semelhança do itinerário seguido aquando se reportou ao conceito de informação, também aqui, Pintér começa pelo dicionário. "O dicionário Collins de Sociologia define "sociedade" do seguinte modo: 1. A totalidade dos relacionamentos humanos. 2. Qualquer grupo humano que se perpetue mais ou menos ligado a uma região geográfica específica, mantendo as suas próprias *instituições* e *cultura* […]" (Pintér, 2008: 21, tradução nossa, itálicos e aspas no original). A segunda definição é, ainda na perspectiva deste autor, aquela que tem gerado maiores controvérsias. Principalmente, porque, não existe acordo quando a dois destes elementos. Se, por um lado, no sentido moderno, o conceito abrange os domínios político, económico, cultural, e geográfico, mas também a questão da nacionalidade, no tocante aos impérios antigos e às tribos, subsistem alguns desacordos acerca da tipificação destes grupos enquanto sociedades. No primeiro caso, porque está ainda em discussão se se tratavam de sociedades unificadas; enquanto, no segundo, o problema é de dimensão e população.

Mitchell (1998: 431-433, itálicos no original) define sociedade como

> "[…] um dos mais vagos e gerais do vocabulário do sociólogo. Pode significar tudo, desde um primitivo não civilizado a uma nação-estado, ou desde a referência mais geral à espécie humana a grupos organizados relativamente pequenos de pessoas. […] O uso do termo *sociedade* alargou-se de modo a aproximar-se de nação e mesmo de aglomerações mais largas que se prolongam por um período de tempo – uma *civilização*. Tem havido, claro, muitas tentativas de classificar as sociedades. Os sociólogos do séc. XIX tenderam a fazer uma distinção rígida entre sociedades indiferenciáveis relativamente simples e as sociedades industriais complexas; daqui a distinção entre as sociedades *primitivas* e as sociedades *modernas* ou entre sociedades *não civilizadas* e sociedades *civilizadas*. […] Uma classificação mais recente é a que distingue entre sociedades *abertas* e *fechadas*, uma distinção que se tornou corrente com o nascimento das democracias totalitárias […]. O termo *sociedade*, […] – ou associação de pessoas com fins determinados que, para a realização dos seus objectivos fazem algumas disposições organizacionais – é um outro assunto não se

> limitando o seu uso somente a sociólogos. […] Dá-se o nome de sociedade humana ao mundo total dos homens que não podem existir independentemente uns dos outros e que nas suas interacções desenvolvem estruturas culturais. Este uso do termo, muito embora largo, vago e extremamente geral, é indicativo da natureza do homem. Mesmo quando consideramos o primeiro uso do termo, somos compelidos a lembrar que a sociedade humana, e as sociedades humanas, exigem um sistema de recrutamento, de valores e de transmissão de geração em geração desses valores, alguns meios de cumprimento e de disciplina, e juntamente com isto, uma facilidade de incitar os membros a uma vontade de subordinar os seus interesses individuais e seccionais, às vezes mesmo a sua existência, ao interesse mais amplo de manter o que é essencialmente humano, o seu mundo social[439]. Por esta razão, o termo *sociedade* não pode ser considerado separadamente de outros como *cultura, personalidade* e *religião*".

Usualmente, o conceito de sociedade reduzia-se à verificação de dois critérios, sem os quais não se poderia falar de sociedade: a existência de comunicação entre os seus membros (isto é, o potencial para os indivíduos estabelecerem interacções entre si, sendo essas relações medidas em termos de frequência e escala), e por outro lado, a existência de um contínuo histórico e institucional estável no seu (da sociedade) curso histórico. Porém, no quadro actual da globalização e do multilateralismo, outros aspectos há[440] que devem ser igualmente considerados.

Do cruzamento entre as teses do autor húngaro e as de carácter genérico que resultam das consultas que empreendemos[441] resultam, essencialmente, três aspectos: a

[439] Esta última noção remete-nos igualmente para as teses de Jean-Jacques Rosseau e para o seu Contracto Social.

[440] Pintér não indica quais.

[441] Na enciclopédia Luso-Brasileira encontramos referências que apontam no mesmo sentido: "conjunto organizado e estável de pessoas que procuram juntas a realização de determinados objectivos. a) Explicitando: a S. implica uma *pluralidade-unificada* de pessoas. O termo *socius* (companheiro) sugere já por si a ideia de relação a outros(s) e, consequentemente, a pluralidade. O elemento mais radical do ser social é, com efeito, o «viver-juntos» de vários. Mas, porque se trata de *pessoas*, este viver junto não é um simples facto, mas implica um consenso ou querer-conviver. Em toda e qualquer S. encontramos por isso, ainda que em proporções muito diversas, estes dois «momentos»: o *facto* e o *consenso* (menos propriamente chamado de «pacto social»). b) A S. é, pois, uma *unidade*, diferente da simples soma das pessoas membros (tese individualista, liberal), mas que não chega a ser uma unidade substancial, distinta das mesmas pessoas (tese colectivista, monista-organicista, transpersonalista). A S. é uma unidade de *relação*; são as pessoas-em-relação. Ao se afirmar isto, não se reduz no entanto a S. a um feixe de relações, o que equivaleria a eliminar os sujeitos (considerados como simples conjunto de relações). c) A realidade social situa-se num *plano diferente* do das realidades pessoal e substancial. A «passagem» do ser individual ao social implica uma «inovação» que de modo algum se pode comparar à passagem das células ao organismo (modelo organicista). Realidade *sui generis*, a S. pertence à categoria de *totalidade*, particularmente difícil de captar pelo espírito humano. d) Para melhor compreender esta obscura realidade, convém ainda distinguir entre *a* S. e *as* diversas S. Aquela, longe de ser uma abstração destas, é, antes, seu pressuposto e suporte. Podemos defini-la como a «presença global do(s) outro (s), com a sua dimensão temporal, sua «carga de passado», etc." (AA. VV. Vol. 17: 412a-412b, parêntesis, aspas e itálicos no original). Também na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira podemos encontrar inúmeras referências. "Estado dos homens ou dos animais que vivem sob a acção de leis comuns […]; [ou] Reunião de pessoas ou animais submetidas a leis comuns: cada família forma uma sociedade natural. [ou] Agrupamento de seres humanos reunidos pela natureza e pelas leis […] Reunião ou associação de pessoas que, em maior ou menor número, se associaram livremente para com os seus esforços porem em prática um fim comum […]" (AA. VV., Vol. XXIX, s/D: 456a). Também na enciclopédia Verbo pode ler-se que "[a]o nível humano, o termo sociedade designa o conjunto dos indivíduos que vivem sob as mesmas leis. […] [Acresce que] o homem sofre sempre a pressão da colectividade e que não há homem sem sociedade". (Guedes (dir.) 2004: 7901). Segundo o Dicionário Houassis da Língua Portuguesa, sociedade pode ser "um agrupamento de seres que convivem num estado gregário e em colaboração mútua […]; [ou] conjunto de pessoas que vivem em certa faixa de tempo e de espaço, seguindo normas comuns, e que são unidas pelo sentimento de grupo […]; [ou] grupo de indivíduos que

dimensão grupal e gregária[442]; a partilha (ou se preferirmos, sujeição) de um conjunto de normas que regulam o funcionamento do grupo; a existência de um dispositivo de interacção que contribui (lembremos o modelo cibernético wieneriano) para a *homeostase* sistémica. Estas três notas são comuns à quase totalidade dos conceitos de sociedade, independentemente, de os mesmos terem origem na sociologia, comunicação, direito, história, antropologia, …

Vejamos em seguida como resultam em conjunto os conceitos que ao longo das últimas páginas considerámos de forma separada. Como escreve Pintér (2008: 22), estamos agora conscientes acerca de ambas as ideias de sociedade e informação. "A questão que se coloca é: o que podem significar enquanto conceito unificado?"

6.1.4 Sociedade Informacional

Ora, dependendo do nosso entendimento acerca de cada um destes termos poderemos então, segundo a perspectiva de Pintér (2008: 22) visualizar uma sociedade na qual informação e os fenómenos conexos (conhecimento, comunicação, dados, processamento de informação, pensamento, e processamento de dados) adquirem uma preponderância sem precedentes na História. O facto de ocuparem um papel central nas sociedades influencia também o modo como se estabelecem as interacções humanas, determinando as relações com o espaço físico, instituições, cultura e com a própria noção de nação. Por meio destas tecnologias presume-se existir uma maior frequência de interacções, indispensáveis à manutenção, enquanto tal, de toda e qualquer sociedade. Estes contactos, são, no novo ambiente tecnológico, mais fáceis e mais baratos, permitindo

vivem, por vontade própria, sob normas comuns […]; [ou] ambiente humano em que o indivíduo se encontra integrado […]; [ou] relacionamento entre pessoas que vivem em grupo […]; [ou] grupo de pessoas que se submetem a um regulamento a fim de exercerem uma actividade comum ou defender interesses comuns […]" (Houaiss e Villar, 2003: 7421).

[442] Compreendendo: 1. A existência de um conjunto razoavelmente alargado de indivíduos. Sem esta dimensão numérica, estaríamos a falar de comunidade e não de sociedade. *Grosso modo*, a comunidade depende da comunhão de algo (valores, costumes, interesses, etc…), resultando em grupos pequenos e coesos, ao passo que, a sociedade, se constrói a partir dos *socius*, estrutura na qual, os elementos "aderem" ou pertencem a algo, não tendo necessariamente de partilhar/comungar desse algo. Daí se falar habitualmente que uma sociedade congrega em si, a comunidade x, ou a comunidade y, donde, a sociedade poderá resultar, isso sim, do diálogo entre essas várias comunidades presentes. 2. A partilha de um território geográfico (o interior das fronteiras de um Estado). 3. A coesão/convivência nesse espaço.

importantes incrementos na interacção social. O autor alerta no entanto para uma questão não despicienda: a justaposição dos dois conceitos altera-se de língua para língua, situação que, necessariamente introduz *nuances* que não devem ser desprezadas. A este ponto voltaremos adiante.

6.1.4.1 Sociedade da Informação: breves notas históricas

Por outro lado importa igualmente esclarecer um equívoco comum o qual, julgamos, tem vindo, progressivamente, a implantar-se nos discursos mais recentes sobre sociedade da informação. Referimo-nos, em concreto, à tendência crescente para confundir entre Internet e sociedade da informação. Ainda que, indiscutível e umbilicalmente ligadas, estas duas realidades, não são a mesma coisa.

> "A Internet é uma rede mundial, enquanto a sociedade da informação é um modo de existência social potencial. […] A sociedade da informação não apenas difere da Internet, como também a excede. A Internet é apenas uma das mais significativas concretizações numa tal sociedade. A sociedade da informação, na teoria de Castells [...] é um novo modo da existência humana no qual a produção organizada, armazenamento, reaquisição e utilização da informação desempenham um papel central. Novos elementos estruturais e redes aparecem através de uma certa «sociedade em rede» que está a ser criada acompanhada pelas instituições apropriadas que são transformações daquelas já existentes. Como resultado disto, a uma macro escala, política, economia, e cultura são reformuladas, como o são as instituições do nível intermédio e à micro escala famílias e indivíduos experienciam alterações similares" (Castells 1996: 13-18 *apud* Pintér, 2008: 13)

Justifica-se, por conseguinte, dedicar, mesmo que por breves instantes, alguma atenção à dimensão histórica do conceito sociedade da informação. De acordo com Karvalics (*In* Pintér, 2008) a ideia terá nascido no Japão em 1961[443] numa conversa entre Kisho Kurokawa, o famoso arquitecto, e um historiador de renome, Tudao Umesao. No entanto, várias obras empregaram pioneiramente o termo e existe hoje alguma dificuldade em perceber de entre as três que competem pelo título no imaginário colectivo, qual foi efectivamente a primeira a usar a fórmula[444]. Um dado parece, contudo, incontestado: o

[443] As referências à década de 1960 como o momento de eclosão da sociedade da informação podem ser encontradas na generalidade dos autores que versam sobre o assunto: Martin (2004), Webster (2002), Gates (1995), Mitchell (1999) Dertouzos (1996), Cardoso (2006), Castells (2007), etc…. Refere este último, que esse fenómeno viria a desencadear alterações profundas nas sociedades a partir da década seguinte.

[444] Todavia, conforme advogam Robins e Webster (2005: 100, tradução nossa) já no século XIX era possível encontrarem-se discursos acerca do papel central da informação, embora não se encontrassem ainda referências explícitas à locução "sociedade da informação". "[…] Theodore Roszak nota que os utilitaristas ingleses cedo no século XIX reconheceram "a força persuasiva de factos e números no mundo moderno: Todos os elementos essenciais do culto da informação estão lá - a fachada da neutralidade ética, o ar de rigor científico, a paixão pelo controlo tecnocrático. Apenas uma coisa falta: o computador".

conceito sociedade da informação nasceu no Japão[445] [446]. Em língua inglesa, não foi esta a primeira designação usada[447]. Na verdade, a expressão sociedade pós-industrial data, segundo Karvalics (*In* Pintér (ed.), 2008: 30) de 1914, tendo sido empregue inicialmente pelos britânicos Coomaraswamy e Penty e, mais tarde, em 1958, feita reviver por Daniel Bell, cujos escritos (à data proféticos) têm recolhido as preferências dos discursos contrários à sociedade da informação. Antes, porém, em 1940, o economista australiano Colin Clark, introduziu a ideia de sector terciário (uma área de actividade baseada na economia de serviços), referindo-se ao crescimento de importância deste sector, em oposição à produção material.

Uma outra designação comum é a sintetizada na fórmula revolução do colarinho branco (aludindo desta forma ao trabalho baseado essencialmente no conhecimento e não na destreza manual). Uma característica comum destes proto-conceitos é que, no essencial, pegavam num mundo em rápida mudança e procuravam fazer corresponder a uma realidade isolada estudada um conceito que permitisse, por meio de um processo de extrapolação, explicar toda a vasta teia de complexas relações sociais dessa sociedade em mudança acelerada. "Como resultado disto – escreve o autor – várias dúzias de termos, cada um com uma abordagem diferente, proliferaram entre 1950 e 1980 e então – em nossa opinião por volta de 1980 – eles fundiram-se num polivalente termo de guarda-chuva juntando os conceitos de informação e sociedade: este conceito incluiu e encapsulou todos os conceitos anteriores parciais e preservou ainda o poder expressivo, aproximação e atitude que eles representavam"[448].

[445] "Contudo, não existe qualquer dúvida que o nascimento e rápida consolidação do conceito está inexoravelmente ligado ao país da ilha: tão cedo como 1971 foi publicado no Japão um "dicionário" sistemático sobre sociedade da informação (*Johoka Shakai*. Jiten, Dictionary of Information Societies)" (Karvalics *In* Pintér (ed.), 2008: 30, tradução nossa, aspas e itálico no original).

[446] Mattelart, 2002: 106, faz também referência ao projecto japonês de sociedade da informação de 1971, no qual é apresentada a concepção da cidade cablada, dotada de serviços de saúde e administração em linha; bancos de dados de toda a população; centros de informação de investigação, entre outras funcionalidades.

[447] "A primeira referência em língua inglesa data de 1970 e pode ser também ligada a Yoneji Masuda, que usou a expressão numa sua comunicação numa conferência (que foi publicada no mesmo ano). Claro que tudo isto não implica que a literatura (em Inglês) da sociedade da informação não tenha conhecido antecedentes mais cedo. Apenas que estas expressões diferentes foram usadas pelas novas entidades sócio-económicas emergentes, nomeadamente, a **sociedade pós-industrial** e a **revolução do colarinho branco**" (Karvalics *In* Pintér (ed.), 2008: 30, tradução nossa, negritos no original).

[448] Este fenómeno explica-se, segundo Karvalics (*In* Pintér (ed.), 2008: 29) em parte pela vulgarização do conceito de sociedade da informação. Saiu do discurso académico. Porém, o seu significado diluiu-se, tornando-se vago e contraditório. A definição mais ou menos unitária dos campos profissional e literário de sociedade da informação, deu origem a formulações multidisciplinares que criaram enorme confusão doutrinal e, por isso, a dificuldade ainda hoje persistente na sua precisa delimitação conceitual.

6.1.4.2 Sociedade da informação: a necessidade de uma perspectiva temporal capaz de compreender diferentes durações

Ora, já atrás constatámos que, por um lado, as análises que existem relativamente ao fenómeno são, na linha de vários autores (Webster, May, Pintér, Karvalics, Cardoso, entre outros) fragmentárias, incompletas, imprecisas, e resultam como prescreve Karvalics da arrumação debaixo de um único conceito de uma vasta miríade de realidades não raras vezes conflituantes e antagónicas entre si. Karvalics é aliás, a este nível, muito preciso:

> "Mal entendidos e distorções relacionadas com a sociedade da informação enfraquecem o poder do termo por constantemente colocarem a sua aurora ou surgimento algures no futuro distante e, assim, criamos e mantemos um sentimento de «transição». Alternativamente, alguns fazem o exacto oposto e tentam provar que uma sociedade da informação já existia tão cedo como no final do século XIX (mais recentemente alguns sugerem mesmo o final do século XVIII), enquanto outros vão tão longe como questionar a viabilidade do termo dizendo que «informação» e conhecimento» sempre desempenharam um papel importante na história. Contudo, a sociedade da informação deverá ser entendida como uma noção histórica forte, numa ordem cronológica: refere-se a uma condição (qualidade) social a qual uma dada sociedade pode reivindicar que atingiu, através da tomada em consideração de vários critérios, enquanto opostos ao estágio de desenvolvimento anterior ao que alcançou" (Karvalics, *In* Pintér (ed.), 2008: 39, tradução nossa, aspas e parêntesis no original).

Pensamos assim, na linha deste autor (*In* Pintér (ed.), 2008: 32), que uma abordagem de carácter holístico possa, pela sua superior abrangência, conduzir a uma leitura mais estruturada acerca do fenómeno da sociedade da informação. Contudo, e como bem assinalam os críticos do determinismo tecnológico impõem-se alguns cuidados no sentido de evitar a ênfase colocada nos discursos técnico, económico e político negligenciando todas as mais dimensões Não devemos, segundo o entendimento de Karvalics (*In* Pintér (ed.), 2008: 32), procurar as verdadeiras medidas da informação e da sociedade da informação, nas telecomunicações ou na informática, antes sim, na educação, na ciência e inovação, na nova economia, no desenvolvimento de novos conteúdos e na área da cultura.

Serve o atrás exposto, para reforçar os argumentos favoráveis à exigência de uma abordagem multi-sistémica à problemática da sociedade da informação. Qualquer outra resultará necessariamente numa investigação redutora da própria diversidade científica intrínseca inerente à disciplina. Adiante retomaremos esta questão. Não menos importante será, no entanto, empreender uma análise fundada numa perspectiva de duração variável pois, apenas deste modo será possível obter um quadro mais fidedigno da situação actual. Este é, aliás, o prisma dos tecno-pessimistas que, refugiando-se numa compreensão

profundamente ancorada na História, argumentam com a prevalência de um sem número de continuidades, que contrastam flagrantemente com as inúmeras rupturas assinaladas pelos tecno-optimistas. Robins e Webster[449] sugerem-no, Pintér[450] e Karvalics (*In* Pintér (ed.), 2008: 32) igualmente, mas ainda e, principalmente Cardoso (2006: 48-49[451], tradução nossa), apoiando-se em Braudel (2000).

> A sociedade da informação […], existe como uma construção cultural, o que não é o mesmo que afirmar que ela existe. […] Porque, como Anthony Giddens (1998) argumenta, e Manuel Castells também sumariza, a comunicação de conhecimento foi crítica em todas as sociedades, incluindo as sociedades da Europa medieval […] Contrariamente a Webster (1995), não creio que possamos reivindicar a existência de um conjunto teórico que possa ser unificado em torno da ideia de sociedade da informação. Contudo, a análise levada a cabo por Webster (1995) inclui uma contribuição central, que é mostrar a unidimensionalidade da maioria das abordagens, que se focam apenas em algumas das dimensões da mudança social, falhando na explicação da totalidade ou da multidimensionalidade das relações que são estabelecidas. […] [O]s conceitos de *desenvolvimento informacional* e *sociedade informacional* […] e a *sociedade em rede* definidos por Manuel Castells são talvez aqueles que melhor respondem à necessidade, por um lado, de analisar a mudança social a partir de múltiplos ângulos e em múltiplas dimensões e, por outro, para se perceber que, embora existam mudanças que são suficientemente radicais para serem dignas da nossa atenção, essas alterações coexistem em todos os momentos com outras continuidades, o que pode ser corroborado olhando para a dimensão histórica da humanidade".

Neste contexto, cremos, poder revelar-se de extrema utilidade empreender uma análise ao fenómeno da sociedade da informação a partir de uma estrutura de análise como a avançada por Fernand Braudel. Como observa com propriedade o historiador gaulês (Braudel *apud* Mattelart 2002: 67) "[…] o tempo curto é a mais caprichosa e a mais enganadora das durações". Destarte é, também aqui, necessário ir mais longe do que a

[449] O ponto-chave aqui referem os autores (2005: 88-89, tradução nossa, aspas no original), é o de saber se estamos em presença de uma mudança ou continuidade, sendo para tal imprescindível uma investigação que se desenvolva a partir de diferentes temporalidades históricas. Robins e Webster entendem serem necessárias abordagens tanto localizadas no curto, como no longo prazo. No caso destas últimas a necessidade torna-se maior dado o facto de a maioria dos académicos se ter concentrado nas análises de curto prazo, esquecendo, por conseguinte, as temporalidades mais alargadas. Ademais, explicam Robins e Webster, que a apropriação de informação e os recursos de informação não constituem nem exclusivo nem uma novidade no contexto da sociedade da informação, posto que, sempre se revelaram características das sociedades capitalistas. "Similarmente, os estados-nação funcionaram efectivamente durante gerações sem beneficiarem das tecnologias dos computadores. Tanto aqui, como em contextos mais alargados, as estruturas organizacionais – culminando nas instituições burocráticas – podem estabelecer mecanismos efectivos de controlo e gestão dos recursos de informação. […] O nosso ponto é que a 'Revolução da Informação' é inadequadamente concebida, como o é convencionalmente, como uma questão da tecnologia e da inovação tecnológica".

[450] Todos os dias ouvimos falar em sociedade da informação. Mas, questiona Pintér (2008: 11) saberemos realmente do que se trata? O autor sugere que será necessária uma análise multinível: uma primeira que versa sobre a vida diária, os dilemas da sociedade da informação e também sobre os discursos introdutórios. Num segundo nível impõe-se uma análise mais distante da agitação do quotidiano, que procurará incidir sobre uma análise ao próprio conceito, decompondo, por exemplo, as suas unidades: sociedade e informação. Num terceiro plano de análise, é o conjunto dos próprios trabalhos de investigação sobre o tema que serão alvo de escrutínio. Ora, em nosso entender, uma análise deste tipo, implica que entre o primeiro e o segundo níveis terá de existir um distanciamento que não será meramente conceptual, terá de ser, também, temporal.

[451] Mas também na p. 31, quando defende que não será possível analisar e compreender os *media* na sociedade em rede se limitarmos a análise ao espaço físico de um único país.

mera análise dos movimentos de superfície, rápidos e fugazes, do tempo presente. “Assim chegámos – escreve o historiador francês (*apud* Bourdé e Martin (1990: 129) – a uma decomposição da história em tempos desdobrados. Ou, se se preferir, à distinção de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual”. Na análise que fazem à tese de doutoramento de Fernand Braudel, Bourdé e Martin (1990: 129-130), explicam com maior detalhe, recorrendo às palavras do académico, estas diferentes noções temporais. Assim, o primeiro nível/escalão corresponde a “[…] uma história quase imóvel, a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia; uma história lenta de passar e de se transformar, feita muitas vezes de regressos insistentes, de ciclos sempre recomeçados. Assim, – continuam – a observação geográfica conduz a «verificar as oscilações mais lentas que a história conhece»”. O segundo escalão, diferentemente, consistirá numa “[…] história lentamente ritmada… uma história estrutural…; dir-se-ia de bom grado, uma história social, a dos grupos e agrupamentos”. Por último, Braudel define o terceiro escalão, i.e., o tempo individual como “[…] uma história tradicional, se se quiser, uma história não à dimensão do homem mas do indivíduo…; uma agitação de superfície, as vagas que os mercados levantam com o seu poderoso movimento. Uma história com oscilações breves, rápidas, nervosas”.

Esta é também a proposta de Karvalics (*In* Pintér (ed.), 2008: 39 e ss.) que, por seu lado, refere a existência de três narrativas a respeito da sociedade da informação: uma primeira que designa de grande narrativa (ao macro nível) na qual a teoria da civilização é apresentada como contexto. Esta foi, segundo o autor, a abordagem ensaiada pelos pioneiros nestes registos, nomeadamente, McLuhan, Toffler e Umesao. Neste domínio a sociedade da informação é-nos apresentada como o produto final de um longo processo histórico-intelectual e não como um seu ponto presente. Foram justamente estas mudanças históricas, observadas ao longo de centenas de anos que, quando o tempo chegou, motivaram a cunhagem da ideia de mudança de paradigma e a sua introdução no discurso público. À medida que a ideia foi progressivamente sendo aceite, isto é, a de que vivemos um tempo de mudança, os horizontes e eixos temporais estreitaram-se. É, neste contexto que somos confrontados com a designada pequena narrativa (um nível intermédio) na qual o autor remete essencialmente para o trabalho de Manuel Castells. Entramos aqui no domínio de uma teoria do desenvolvimento que serve de contexto às reflexões/estudos dos autores arrumados nesta categoria. Deve notar-se, segundo ainda Karvalics (*In* Pintér (ed.), 2008: 41) que este é o espaço por excelência, exercício que Castells promove, de uma análise multi-camadas cruzando teoria económica, cultural e política resultando num trabalho minucioso que, como escreve Karvalics (*In* Pintér (ed.), 2008: 39, tradução nossa), "[d]epois de Castells, não importa o quão excelentes possam ser, as abordagens a um

«ponto de vista singular» parecerão exaustas e incompletas". Por outro lado, há inúmeros fenómenos ao nível da pequena narrativa, relacionados com problemas grupais (o fosso digital, a literacia informacional, o relacionamento entre os cidadãos e a Administração, os problemas legais e filosóficos relacionados com a produção e consumo de bens intelectuais, etc.) igualmente interessantes e que, em regra são analisados numa perspectiva mais analítica do que teórica. Finalmente, a «mini-narrativa» apresenta-se ao micro-nível. Neste ponto, que o autor refere ser essencialmente de praxis e reflexão, encontramos mini-narrativas produzidas para oficinas que resultam de trabalhos que incidem sobre fatias ainda mais finas da realidade e com enquadramentos de índole maioritariamente prática. Karvalics refere-se em concreto a actividades directas de busca de informação anteriormente não existente. "Naturalmente que, – prossegue o autor –, as narrativas e níveis de abstracção não estão claramente separadas umas das outras. É especialmente excitante desvendar como as experiências ao micro-nível ajudam na formulação de teorias mais abrangentes, e o modo como o ponto de partida de uma «grande narrativa» fundamentalmente determina a abordagem seguida quando analisando um fenómeno do dia-a-dia. A inter-relação entre as narrativas está sempre presente e oferece muitos aspectos desafiantes" (Karvalics, *In* Pintér (ed.), 2008: 42-43, tradução nossa).

Uma abordagem deste tipo impõe-se, no sentido de contribuir para o mitigar da desordem que parece reinar nos debates a respeito da sociedade da informação. Se por um lado, as transformações que estão a afectar as estruturas mais profundas das sociedades sugerem uma alteração de paradigma, não deixam, também, de ser oportunos os reparos de Webster, Shenk, May, e não só, a respeito da excessiva fé das sociedades contemporâneas na tecnologia, que acaba por impedir um juízo suficientemente imparcial, como de resto, seria desejável. Ora, torna-se, por conseguinte, indispensável empreender uma abordagem a este fenómeno a partir de uma lógica de durações diferenciadas ou, se preferirmos, em várias camadas temporais.

Reportando-nos aos comentários que anteriormente concretizámos a partir dos contributos de tecno-optimistas, pessimistas e realistas, parecem não existir grandes dúvidas quanto à existência de um turbilhão de transformações que afectam transversalmente todas as sociedades contemporâneas, afectando-as desde a periferia, até ao mais essencial dos seus redutos. No centro desse impulso “reformador” encontramos as tecnologias telemáticas, cujo papel determinante neste processo é também aceite de forma relativamente consensual. Excluindo a posição dos autores do tecno-pessimismo, não parecem subsistir grandes dúvidas quanto às mudanças em curso. Mesmo estes últimos, embora não neguem a ocorrência dessas mudanças levantam, outrossim, dúvidas, em

alguns casos, julgamos, inteiramente fundamentadas, quanto à dimensão das mesmas e à importância (exagerada, alegam) que lhes é atribuída, assim como, também, à tecnologia. No entanto o raciocínio que acabamos de expor, só é, advogamos, válido, numa perspectiva de curto prazo.

Pensamos não oferecerem grande contestação os testemunhos que atribuem ao ambiente tecnológico hodierno a verificação de fenómenos, para já insipientes e desorganizados, mas que indiciam a possibilidade de, nos próximos anos, poderem vir a emergir movimentos cívicos de dimensão supra-nacional / supra-territorial. A isto mesmo se referiu, em conferência proferida em Novembro de 2011, Gustavo Cardoso[452], relacionando acontecimentos vários verificados ao longo desse mesmo ano com a crescente incorporação das tecnologias de informação e comunicação nos sistemas sociais. Entre os exemplos mencionados figuram as revoltas no mundo árabe[453] (Tunísia, Egipto, Líbia, Síria que, às data em que escrevemos estas linhas resultaram na queda dos regimes nos três primeiros países indicados e na iminente queda do último), no Reino Unido os graves tumultos ocorridos no primeiro semestre do ano, os movimentos 99%[454] e Occupy Wall Street[455] nos Estados Unidos, o movimento 15-M (em Espanha), a manifestação dos Indignados[456] ou a Plataforma15.O[457] ambas em Portugal.

Pensamos que alguns dos efeitos mais importantes decorrentes da sociedade da informação estão, no fundo, em larga medida, ainda por revelar. Mais ainda, naturalmente, por compreender. Os exemplos atrás mencionados dificilmente ocorreriam num outro modelo de sociedade, ou, sobretudo, num outro ambiente tecnológico. Já anteriormente existiram revoluções, evidentemente. Porém, a novidade aqui, quer no tocante ao caso

[452] Comunicação proferida na sessão de encerramento da Conferência Diversidade Digital promovida pelo Centro de Investigação em Média e Jornalismo em 04 de Novembro de 2011. Mais informação, [em linha]: http://digital_inclusion.up.pt/index_files/Page1128.htm. Porém, Castells, (2007:161), à data desta obra sustentava que "[a]inda não é evidente que esteja a surgir uma sociedade civil global ou que possa surgir nos próximos anos. Mas se isso acontecer, as redes informáticas globais-locais converter-se-ão sem dúvida numa das suas componentes essenciais".

[453] Primavera Árabe: assim ficaram conhecidos os levantamentos populares que varreram a generalidade dos países do Norte de África e Golfo Pérsico ao longo de 2011 e que se mantêm em 2012. A este respeito, consultar a excelente infografia interactiva disponibilizada pelo jornal britânico *The Guardian*. [em linha]: http://www.guardian.co.uk/world/interactive/2011/mar/22/middle-east-protest-interactive-timeline; http://en.wikipedia.org/wiki/Arab_Spring.

[454] Mais informação [em linha] no sítio do movimento: http://wearethe99percent.tumblr.com/; http://en.wikipedia.org/wiki/We_are_the_99%25; http://en.wikipedia.org/wiki/99_Percent_Declaration.

[455] Mais informação [em linha] no sítio do movimento: http://occupywallst.org/; http://en.wikipedia.org/wiki/Occupy_movement.

[456] Mais informação [em linha] no sítio do movimento: http://indignadoslisboa.net/.

[457] Mais informação [em linha] no sítio da plataforma: http://www.15deoutubro.net/.

árabe, quer no concernente aos países ocidentais, salvaguardadas as devidas diferenças (que são muitas) é, por um lado o âmbito de alcance (em termos da distância física) percorrida pela mensagem e, não menos importante, a velocidade de propagação da referida.

Um outro exemplo deve ainda ser apontado, não apenas pela proximidade geográfica, mas também pelo drama vivido, a extensa cobertura mediática que envolveu todo o fenómeno e, igualmente, pelo desfecho do mesmo. Referimo-nos em concreto às ocorrências verificadas entre os dias 11 e 14 de Março de 2004 em Madrid[458]. No dia 11 de Março, três dias antes das eleições legislativas, uma célula, alegadamente conotada com a organização terrorista Al-Qaeda, fez deflagrar vários engenhos explosivos nos comboios suburbanos da capital espanhola, provocando quase duas centenas de vítimas mortais. Inicialmente, as autoridades governamentais, atribuíram o ataque à organização terrorista separatista do País Basco, ETA. Mais tarde, dados contraditórios, viriam a apontar noutra direcção (a Al-Qaeda), informação que, durante mais de vinte e quatro horas, a cúpula do governo espanhol e, inclusive, alguns órgãos de comunicação social nacionais, alinhados com o poder instituído, sonegaram ao povo espanhol. Esta atitude está directamente relacionada com o móbil do atentado. No caso de se tratar da ETA, tal surgiria como retaliação face ao endurecimento da política levada a cabo pelo governo central, liderado por José Maria Aznar, de combate à organização terrorista basca, opção que reunia consenso alargado do povo espanhol. No caso de os autores se encontrarem ligados à Al-Qaeda, diferentemente, as motivações estariam relacionadas com a política externa desenvolvida pelo governo do Partido Popular, mormente o apoio à ofensiva norte-americana no Iraque, ao arrepio do direito internacional e, principalmente, ignorando a opinião pública do país vizinho, largamente desfavorável ao envolvimento do país nessa contenda. Entretanto, logo na tarde do dia 12, as autoridades governamentais receberam informação que ilibava completamente a ETA. Porém, insistiram nessa mesma tese. No dia 13, véspera do acto eleitoral, já na imprensa internacional se fazia eco das conclusões preliminares do inquérito, o qual afastava a hipótese ETA, atribuindo a autoria do ataque a uma célula da Al-Qaeda. Durante a tarde, um movimento espontâneo, surgido na Internet e, disseminado, sobretudo a partir do envio massivo de mensagens SMS por telemóvel, desencadeou manifestações e numa vigília defronte da sede do partido do governo que

[458] Vd. Sanz e Sánchez-Sierra, 2005, [em linha]: http://portal.uam.es/portal/page/portal/UAM_ORGANIZATIVO/Departamentos/CienciaPoliticaRelacionesInternacionales/publicaciones%20en%20red/working_papers/archivos/48_2005.pdf. Outras fontes de informação em linha: http://www.elmundo.es/elmundo/2004/03/13/espana/1079200520.html; http://3diasdemarzo.blogspot.com/2004/10/qu-ocurri-el-13-m.html; http://enciclopedia.us.es/index.php/Atentados_del_11_de_marzo_de_2004; http://3diasdemarzo.blogspot.com/2004/06/asi-se-mont-el-13-m.html#top;

viria, em face da pressão, a reconhecer o que todos já sabiam. Esta situação de manipulação viria a ditar a derrota nas eleições do dia 14, num dos actos eleitorais mais participados de sempre em Espanha, contrariando todas as tendências/projecções demonstradas pelas sondagens até então realizadas.

A situação atrás relatada serve justamente para ilustrar o potencial transformador que as tecnologias de informação e comunicação podem produzir nas sociedades. Este tipo de ocorrências, bem como as que reportámos a respeito de 2011, demonstram claramente, por um lado que, o efeito destas tecnologias não é, nem neutro, nem despiciendo ou negligenciável (contradizendo Webster), e, deixa, por outro, evidente a necessidade de se efectuarem estudos adicionais a respeito do tema.

As situações que atrás relatámos versam apenas sobre a dimensão do tempo curto. Defendemos anteriormente que uma qualquer análise terá de compreender também o meso-nível e o macro-nível (socorrendo-nos da terminologia proposta por Karvalics). E, se numa análise aos acontecimentos recentemente verificados (referimo-nos aos da primeira década do século XXI), são notórias transformações muito profundas a vários níveis (das quais também demos conta aquando da confrontação que empreendemos entre as linhas optimista, pessimista e realista), tais oscilações tendem, à medida que afastamos o nosso ponto focal, a esbater-se num registo lentamente ritmado, tornando-se cada vez mais imperceptíveis no traçado que regista a longa marcha das sociedades humanas, convocando aqui Braudel. Esta ideia, não procura assumir-se como um compromisso do tipo tecno-realismo, entre visões antagónicas. Reconhece, no entanto, as continuidades existentes (e convocamos neste particular os parágrafos em que procurámos traçar uma breve história da informação) e não recusa as evidentes transformações existentes no quotidiano hodierno. Ambas as dimensões – continuidade e mudança – devem estar presentes nos discursos incidentes sobre a problemática da sociedade informação, posto que, só deste modo, por meio da articulação entre ambas, será possível uma visão mais abrangente do fenómeno. De um lado e do outro, isto é, entre optimistas e pessimistas, é comum ignorar-se a perspectiva temporal da tese contrária e daí, em ambos os casos, os testemunhos resultantes revelarem-se, em nosso entender, redutores do fenómeno e incapazes de prover uma explicação satisfatória.

6.1.4.3 Sociedade da informação ou sociedade informacional?

Principiámos, atrás, uma abordagem que compreendia a justaposição dos dois conceitos: sociedade e informação. Retomamo-la ora. Cardoso, (2006: 45, tradução nossa) salienta que "[d]o ponto de vista da construção cultural que é a sociedade da informação, como sumário do debate até agora, podemos aceitar que quando falamos de sociedade da informação referimo-nos a uma sociedade na qual a troca de informação é uma actividade social central e predominante. Porém, porque este é um conceito ideologicamente ocupado, podemos definir a sociedade da informação como um processo de mudança social assente na informação, a qual é, ela própria, expressão do conhecimento humano". A sociedade da informação é, poderá dizer-se, prosseguindo a linha do mesmo investigador, reflexo de um processo tecnológico que nos permite processar, armazenar, seleccionar e comunicar informação em todas as formas possíveis: oral, escrita, visual, sem restrições do ponto de vista espacial, temporal ou de volume.

Por seu lado, Pintér (2008: 222) propõe uma definição de sociedade da informação congregando quatro diferentes áreas: Uma primeira, vocacionada para as questões tecnológicas, na qual as TIC e várias operações para processamento do conhecimento e da informação desempenham um papel crucial neste domínio. Uma segunda área relaciona-se com a globalidade da sociedade. Neste particular arrumam-se questões como a sociedade em rede, a economia em rede, os novos tipos de comunidade, a adaptação contínua a um ambiente em permanente mudança, novas situações de desigualdade, e o fenómeno da globalização. Num terceiro grupo incluem-se as questões políticas incidentes sobre uma nova conceptualização do mundo e, de modo muito particular, a noção de que o termo sociedade da informação se refere a um novo paradigma que está a transformar o período industrial tardio. Por último Pintér reporta-se a uma perspectiva científica, especialmente ao amplo campo da investigação designado de estudos sobre a sociedade da informação.

À questão: existe uma sociedade da informação? Cardoso (2006: 48) pensa que a resposta mais correcta é a afirmativa[459]. E justifica, afirmando que existem várias evidências

[459] Escreve o autor: "[…] as sociedades contemporâneas testemunharam uma mudança no paradigma económico para um modelo baseado na informação. De facto, a informação parece ter substituído a energia como elemento central na vida económica – primeiro que tudo nos países mais desenvolvidos – antes de se expandir para todas as áreas do planeta seguindo as regras da economia de mercado. Mas, algo mais está a mudar" (Cardoso, 2006: 114, tradução nossa). Paralelamente, acrescenta o autor (2006: 133, tradução nossa) noutra passagem, "[a] disponibilidade de informação permite uma nova democracia cultural, já que nas sociedades tradicionais o mundo cultural estava dividido em duas partes: produtores e consumidores, pessoas que escrevem livros e pessoas que os lêem (Eco, 2000). As tecnologias de informação, em geral, e a Internet

desse facto, ainda que, por outro lado, esse seja também o discurso dominante da política[460] (a União Europeia é um bom exemplo disso mesmo) e da economia. Mas, provavelmente, a melhor resposta, segundo ainda Gustavo Cardoso, talvez seja a que nos é oferecida por Van Dijk (1999), a qual resulta de uma análise em várias/múltiplas camadas: desenvolvimento informacional, sociedade da informação e sociedade em rede. Até porque, o sociólogo português (2006: 32) coloca a hipótese de a definição/noção de sociedade da informação ter deixado de ser válida justificando-se, portanto, uma eventual redefinição da mesma[461]. O seu ponto (2006: 43-44) baseia-se no facto de o conceito de sociedade da informação se ter revelado insuficiente para descrever a magnitude das transformações sociais que se têm operado nos últimos anos. Cardoso (2006: 49) segue, neste ponto, Castells, cuja análise, é, argumenta, a mais abrangente, do ponto de vista social e tecnológico, sendo que este académico espanhol propõe o conceito de sociedade informacional, por oposição à sociedade industrial. A sociedade informacional é baseada na informação, tal como a industrial o foi na indústria, surgindo inclusivamente ligada à restruturação do capitalismo, à globalização, e ao desaparecimento do Estado da economia (Cardoso, 2006: 50). "As nossas sociedades são portanto informacionais pelo facto de a produção, o processamento e transmissão da informação se terem tornado as principais fontes de produtividade e poder, mas elas são também sociedades em rede, tal como a organização hierárquica do modelo industrial penetrou a totalidade da sociedade industrial, o modelo descentralizado e flexível da rede atravessa as nossas sociedades contemporâneas" (Cardoso, 2006: 51, tradução nossa).

em particular, alteram isto de uma forma positiva, tornando possível a qualquer um escrever acerca de qualquer coisa. Mas, ao mesmo tempo, – alerta o sociólogo – a democracia cultural significa que há um aumento exponencial da informação e, considerando que há limites, i.e., que demasiada informação é o mesmo que nenhuma informação de todo, a disponibilidade pode apenas ter efeitos muito limitados". Esta mesma ideia é reforçada, a partir de uma perspectiva diferente, um pouco mais à frente. A "[a]bundância de informação não é por si garantia da utilidade social dessa informação. Temos de ter as competências necessárias de modo que possamos agir como um filtro da informação, saber como distinguir e seleccionar, ou o acesso a toda essa informação será infrutuoso" (Cardoso, 2006: 134, tradução nossa). Os argumentos aduzidos por Cardoso, especialmente os constantes das duas últimas passagens, remetem, de modo muito claro, para a problemática avançada por Shenk (1997) a propósito do excesso de informação existente no mundo actual e na necessidade de, senão mesmo reduzi-la, pelo menos filtrá-la melhor, posto que, será impossível consumi-la na totalidade.

[460] Veja-se também Cardoso, 1999: 2. Neste apontamento o autor refere que o discurso político está muito presente e voltado para o controlo e para a mobilização do Estado na estruturação e direcção dos investimentos nas redes. Porém, o mesmo já não acontece nos mercados económicos. Aí, regista-se um quase silêncio ensurdecedor e uma total omissão intervencionista.

[461] Deverá referir-se que o nascimento de novas formas de comunicação, no início do século XX (cinema, rádio, banda desenhada, gramofone, telefone, etc.), não foram vistas, à época da sua invenção, como passíveis de serem agrupados num único conceito. A hipótese sociedade informacional vem justamente dar resposta a um vazio conceitual, fornecendo uma categoria comum de arrumação de todos estes diferentes elementos. E, acrescentamos nós, a Internet, possibilita uma plataforma comum a todas elas, isto é, a partir da qual, é possível armazenar, aceder, manipular, a "informação" anteriormente dispersa por vários aparelhos (Cardoso, 2006: 63).

Uma última nota para salientar a verificação de oscilações subtis, porém relevantes, quanto ao significado da locução sociedade da informação de língua para língua, facto que ajuda também a compreender as dificuldades existentes na fixação de uma definição capaz de gerar consenso. Em húngaro, por exemplo, a justaposição de ambas as palavras leva a uma alteração que dá origem a sociedade informacional. No caso finlandês o resultado é sociedade do conhecimento. Acompanhemos, neste exercício, Pintér (2008: 21-22, tradução nossa, aspas no original).

> "[H]á um aspecto menos importante que não deve ser esquecido, é que a composição dos dois termos, informação e sociedade não funciona de modo similar em todas as línguas. Dependendo da língua o próprio conceito ou difere da ideia já aceite ou coincide com o significado original. Em húngaro, por exemplo, "informação" transforma-se num adjectivo denotando "sociedade informacional". Em inglês, contudo, a palavra composta é formada por dois nomes, o que significa que o termo funciona através da simples justaposição das palavras[462]. Esta diferenciação deve ser reconhecida uma vez que o conceito não nomeia simplesmente "a sociedade da informação" mas denota igualmente um atributo da sociedade. Assim para um entendimento adequado do termo deveremos tomar em consideração que "informação" funciona aqui como um adjectivo, e significa "informacional" e não meramente "informação".

O conceito de sociedade informacional levanta desde logo outras questões. Será que poderemos classificar de informacional toda e qualquer sociedade? Não devemos ignorar que a informação é, afinal, um dos pilares fundamentais de qualquer sociedade, independentemente da sua tipificação enquanto agrícola ou industrial. Este será um dos argumentos daqueles que se opõem à qualificação da contemporânea como sociedade da informação, uma vez que nunca existiu anteriormente um sociedade que não funcionasse sob estruturas de conhecimento e dados feitos circular através da comunicação. Não houve, nem poderá haver sociedade sem estes elementos que se assumem como constituintes nucleares da própria formulação de sociedade. Porém, "[a]inda que indubitavelmente verdadeira, visto que todas as sociedades necessitam de fluxo de informação, nenhuma delas foi ainda chamada de 'informacional' pelos pensadores críticos ou historiadores contemporâneos. Nenhuma das sociedades precedentes foi tão extensivamente influenciada pela comunicação, recepção, processamento, registo, descodificação e fluxo da informação como o são as nossas. A re-avaliação das sociedades anteriores fornece contrastes com as características das sociedades hodiernas que as diferenciam

[462] "Em finlandês, contudo, a situação é ainda mais complicada. O termo "informaatio" existe, apesar de a palavra "tietoyhteiskunta" seja, ao invés, adoptada, que é uma palavra para a tradução de "sociedade do conhecimento em húngaro. O livro de Manuel Castells e Pekka Himanen acerca da sociedade da informação finlandesa, *The Finnish Information Society Model* (*Suomen tietoyhteiskuntamalli*), […] reflecte sobre esta mudança de terminologia; em inglês o conceito usado para expressar foi "sociedade da informação" […]. Em finlandês para definir "informação" é usada a palavra "conhecimento" (tieto); não surpreende que "informática" seja tietotekniikka (técnica de conhecimento), ao passo que "computador" é tietokone ("máquina de conhecimento"). A maioria das línguas adoptam a palavra de origem latina "informação", enquanto o exemplo finlandês é uma excepção. ("sociedade da informação") propriamente dito vem do japonês 'joho shakai, johoka shakai'" (Pintér, 2008: 22, tradução nossa, itálico, aspas e parêntesis no original).

vincadamente do passado" (Pintér, 2008: 22, tradução nossa). O autor (socorrendo-se de Webster, 2002) alude a cinco áreas que são geralmente referidas pelos teóricos, como podendo ser mencionadas neste contexto: tecnologia, estrutura ocupacional, operação da economia, estrutura espacial e, finalmente, cultura. Já atrás a elas nos reportámos com algum detalhe, razão pela qual não repetiremos ora as considerações então produzidas.

6.2 A rede é a mensagem[463]

Vimos atrás como as sociedades europeias conheceram ao longo do século XIX substanciais transformações que atingiram todos os seus sectores, desde os nucleares (organização do Estado, política, economia, justiça, segurança, etc.) aos mais periféricos (classificação genérica na qual se arrumam todos os demais). Observámos inclusive, na primeira parte da presente dissertação, como se multiplicaram, na generalidade dos estados do Velho Continente, ao longo deste período[464] as redes de comunicações. E assistimos também, mesmo que brevemente, ao modo como estas estruturas essenciais para a coesão interna dos estados vieram, posteriormente, a "derrubar" as mesmas fronteiras que haviam ajudado a estabilizar e consolidar, "invadindo" territórios vizinhos, num fenómeno de propagação e ligação transnacional que haveria de envolver tentacularmente todo o continente. Precisando, referimo-nos em concreto às vias de comunicação marítimas e terrestres no século XVIII, às ferrovias no século XIX, às redes energéticas e de comunicações no século XX.

Verificámos, ainda, como estes laços e solidariedades várias previamente existentes entre os povos europeus foram, no período do pós II.ª Guerra Mundial, essenciais no reatamento, ao longo das décadas de 50 e 60, a Ocidente, das relações intracontinentais. Quanto aos territórios situados para lá da cortina de ferro, ainda na actualidade, se defrontam quotidianamente com os efeitos perversos do isolamento imposto pela doutrina soviética. A queda do Muro de Berlim desencadeou, no entanto, um processo de religação entre as duas Europas, no qual, as redes de comunicações de transportes (terrestres – rodo ou ferroviárias –, marítimas, ou até aéreas) desempenham, uma vez mais, um papel essencial.

[463] As primeiras linhas e a própria epígrafe da Introdução que Manuel Castells (2007: 15) faz à sua obra *A Galáxia Internet* são suficientemente esclarecedoras quanto ao seu pensamento. "A Internet é o tecido das nossas vidas. Se as tecnologias de informação são o equivalente histórico do que foi a electricidade na era industrial, na nossa era poderíamos comparar a Internet com a rede eléctrica e o motor eléctrico, dada a sua capacidade para distribuir o poder da informação por todos os âmbitos da actividade humana".

[464] Ainda que, como então salientámos, a génese de tal processo tenha que ser cronologicamente deslocada para, pelo menos, um século e meio antes – com a criação em França das *Ponts et Chaussées*, no quadro do Colbertismo.

Esta situação, argumenta Kincsei (*In* Pintér (ed.), 2008: 54-55, tradução nossa), decorre directamente daquilo que o autor designa de Sistemas Tecnológicos Avançados (STA)[465]. Estes STA distinguem-se, por um lado, pelo facto de, no seu desenvolvimento, seguirem padrões definidos, mas, também, pelo carácter das suas transformações intrínsecas[466].

> "Outra característica importante dos sistemas tecnológicos alargados é a sua natureza estratigráfica. Os novos sistemas tecnológicos são inicialmente construídos onde as redes dos sistemas precedentes são mais densas. Por exemplo, a infra-estrutura de telecomunicações é construída principalmente onde os sistemas precedentes, tais como estradas ou infra-estruturas eléctricas estão presentes. A Internet começou a desabrochar nas infra-estruturas de cobre dos telefones terrestres, expandindo-se, depois, para o coaxial, fibra óptica, sem fios e, finalmente, redes de telecomunicações móveis. Hoje, a infra-estrutura de energia eléctrica tornou-se a fronteira «natural» da Internet. Ainda assim, a Internet é um bom exemplo de como os novos sistemas afectam os antigos: em alguns países em desenvolvimento, o fornecimento de energia eléctrica está a ser alargado a novos territórios no sentido do fornecimento de serviços de telecomunicações" (Kincsei, *In* Pintér (ed.), 2008: 56, tradução nossa).

A expressão sociedade em rede apareceu no final do século XX[467] tendo-se tornado conhecida por meio do trabalho de Manuel Castells. De acordo com este autor, escrevem Molnár, Kollányi e Székely, (*In* Pintér (ed.), 2008: 63), a sociedade em rede apresenta-se com uma nova estrutura social que é sustentada pelas tecnologias de informação e comunicação baseadas na micro-electrónica. "Numa sociedade em rede, é com a ajuda das redes de computadores que a informação é criada, processada e

[465] Sistemas Tecnológicos Alargados (STA – *Large Technological Systems*, no original). Por STA pode, por exemplo, compreender-se um sistema em rede de distribuição de energia eléctrica, uma rede de transportes, uma infra-estrutura de vias de comunicação, uma infra-estrutura de telecomunicações, etc.).

[466] "As invenções num STA podem ser conservadoras ou radicais. As invenções radicais tipicamente inauguram novos sistemas, enquanto as conservadoras ajudam no aprimorar do sistema existente [...]". Em regra o desenvolvimento dos STA é muito mais rápido quando nos encontramos perante a introdução de novos sistemas do que quando somos confrontados com meras actualizações dos sistemas existentes seguindo o modelo conservador Kincsei, (*In* Pintér (ed.), 2008: 54-55, tradução nossa).

[467] "A formação da sociedade em rede começou inicialmente nos anos de 1960. A lógica da rede tem um efeito em todos os sub-sistemas da sociedade, porém primeiramente, apenas são detectáveis as mudanças tecnológicas e económicas. De acordo com Castells os feitos sociais, políticos e culturais apenas poderão ser sentidos cerca de 15-20 anos mais tarde" (Molnár, Kollányi, Székely, *In* Pintér (ed.), 2008: 64, tradução nossa). No mesmo sentido, Cardoso (2006: 51) refere que a sociedade em rede remonta à década de 70 e atinge o seu momento de disseminação exponencial a partir da década de 90 com a Internet. À pergunta de Castells, porquê agora, Cardoso responde enumerando a disseminação do PC, o desenvolvimento e massificação da *World Wide Web*, o crescimento verificado ao nível da literacia informática, a chegada da Internet a diferentes ambientes que não unicamente o académico e o militar, tais como o doméstico, o económico e o da educação (Lee, 1999, *apud* Cardoso, 2006: 51-52). Semelhantemente a Mitchell (1999: 109-110), também Cardoso (2006: 45), nota que que os computadores não tiveram qualquer interesse para a comunicação enquanto foram ilhas separadas (Mitchell recorre às figuras de montes e vales). Quando, porém, começaram a comunicar entre si, (isto é, por meio do desenvolvimento das redes), a situação modificou-se. Refira-se, também que, segundo (Mattelart 2002: 26-27), o conceito de rede, no sentido em que aqui é convocado, aparece pela primeira vez num ensaio de 1802 que versa justamente sobre a temática do reconhecimento militar. Aí se comparava, por exemplo a rede hidrológica com as ramificações das árvores. Vd. ainda Hassan, 2004: 23 e ss..

transmitida, construída no conhecimento acumulado nos eixos da rede"[468] (Molnár, Kollányi, Székely, *In* Pintér (ed.), 2008: 63, tradução nossa). Acrescentam ainda os autores que, ao tempo da sociedade industrial, as redes já existiam, principalmente na esfera privada. Em sentido inverso, no sector produtivo, designadamente entre as grandes empresas, no sector público e noutras organizações verificava-se uma estrutura predominantemente hierarquizada, construída em cima de níveis de poder verticais que se arrumavam uns em cima dos outros. Numa sociedade em rede, verifica-se uma tendência para desestruturação, i.e., para o desaparecimento de muitos dos níveis intermédios presentes nas organizações mais hierarquizadas.

Ora, na perspectiva de Cardoso (2006: 145, tradução nossa) "[…] na Sociedade em Rede um novo modelo comunicacional está a tomar forma. Um modelo comunicacional caracterizado pela fusão da comunicação interpessoal e da comunicação de massa, ligando audiências, transmitentes e editores sob uma matriz hipertextual ligando vários dispositivos mediadores (dos jornais ao jogos de vídeo). Este modelo comunicacional é hipertextual no sentido de que vários dispositivos, analógicos ou digitais, ligam-se uns aos outros. É hipertextual também porque, devido às nossas próprias apropriações e representações, atribuímos a diferentes meios diferentes combinações de ligação. Este é um modelo que promove a articulação entre um conceito mais clássico de texto, fluxo e comunicação interpessoal, ao qual podemos chamar «Comunicação Enredada»"[469].

As redes tornaram-se, na perspectiva de (Molnár, Kollányi, Székely, *In* Pintér (ed.), 2008: 62) no mais básico elemento da civilização humana uma vez que a vida quotidiana seria hoje inimaginável sem as modernas estradas, serviços públicos e redes de comunicações. Centenas de milhões de pessoas, advogam, usam actualmente a rede da Internet numa base diária. É por essa mesma razão que muitos pensam que a rede das

[468] Castells (2007: 246-247), define rede como estrutura em nós, estrutura essa que é também a espinha dorsal da Internet.

[469] Este modelo comunicacional gerado nas sociedades informacionais, não substitui, na perspectiva do autor, os modelos anteriores, antes sim, articula-os, gerando também novas formas de concessão da autorização individual e, consequentemente, autonomia comunicativa. Na verdade, argumenta ainda Cardoso (2006: 141-142), assistimos ao nascer, de um novo modelo comunicacional para acrescentar aos três já existentes: primeiro a comunicação interpessoal, segundo, a comunicação de um para muitos (discurso oficial e público); terceiro modelo (a comunicação de massas) em que uma só mensagem é dirigida a um conjunto de pessoas cuja dimensão não é totalmente conhecida. O novo modelo de comunicação é baseado numa síntese: uma síntese entre participação e isolamento, compressão espacial e temporal, e síntese binária. Porém há um elemento ainda mais fundamental: a rede. Paralelamente, este novo tipo de comunicação que é em larga medida fomentado pelos novos media permite "[…] o surgimento de novos e vastos espaços de comunicação para viajar, visitar e participar; a possibilidade de geração de novos espaços, tais como sítios, grupos de informação, salas de conversação, redes, grupos de acção, etc.; a estrutura hipertextual de acordo com uma intensiva inter-espacialidade; a capacidade de liberdade de movimentos entre diferentes espaços comunicativos; personalização da informação a partir de numerosas fontes; o desenvolvimento de canais de interactividade com os sistemas políticos formais e os seus contactos com partidos e seus representantes; e a organização em linha de grupos e movimentos" (Cardoso, 2006: 345, tradução nossa).

redes tem um efeito fundamental no sistema social das relações, nas estruturas formais e informais, no capital social e no desenvolvimento da confiança, ainda que, como sabemos, esta seja uma tese altamente controversa. Estes autores (Molnár, Kollányi, Székely, *In* Pintér (ed.), 2008: 71, tradução nossa) convocam, por isso, os resultados das investigações publicados ao redor da viragem do milénio os quais demonstravam que a Internet estava a isolar os utilizadores ainda mais, afastando-os violentamente das suas redes sociais. Como consequência do rápido desenvolvimento da *World Wide Web* os utilizadores estavam a visitar menos os seus familiares, amigos e comunidades por causa do tempo crescente dispensado à Internet. "[E]mbora o e-mail fosse adequado à manutenção e desenvolvimento das relações entre as pessoas, se não puder oferecer uma atmosfera de conversação intimista ou encontros para um café ou uma cerveja, então a Internet poderá ser a tecnologia de isolamento decisiva, que destruirá completamente as comunidades já enfraquecidas pelos carros e televisão. De acordo com esta pesquisa [...] quanto maior for o tempo que passarmos na Internet, menor será o tempo que passaremos com pessoas de verdade".

No entender de Castells (2007:145), do qual partilhamos,

> "[o] aparecimento da Internet como novo meio de comunicação gerou uma forte controvérsia acerca do surgimento de novos padrões de interacção social. Por um lado, a formação de comunidades virtuais, baseadas principalmente na comunicação *on-line*, foi interpretado como o culminar de um processo histórico de dissociação entre localidade e sociabilidade na formação da comunidade: novos e selectivos modelos de relações sociais substituem formas de interacção humana limitados territorialmente. Por outro lado, os críticos da Internet e as reportagens dos meios de comunicação, baseando-se por vezes em estudos realizados por investigadores académicos, defendem a ideia de que a expansão da Internet está a conduzir a um isolamento social e a uma ruptura da comunicação social e da vida familiar, porque os indivíduos se refugiam no anonimato e praticam uma sociabilidade aleatória, abandonando a interacção pessoal cara a cara em espaços reais".

O autor espanhol parece não tomar partido na disputa, limitando-se a assinalar as notas mais essenciais deste fenómeno. Numa passagem posterior (2007:161), considera que as pessoas organizam-se cada vez mais, mas não só tanto em redes sociais físicas, reais, como em redes sociais, virtuais, ligadas por computador. Não é que a Internet crie, segundo afirma, um modelo de individualismo em rede, mas, nota, o desenvolvimento da Internet, providencia uma ferramenta assaz poderosa de difusão das doutrinas do individualismo em rede como forma dominante de sociabilidade" (Castells).

Ora é, por conseguinte, num tal contexto, em que as ferramentas telemáticas penetraram no mais profundo âmago das comunidades hodiernas que Castells faz equivaler a ideia de desenvolvimento das sociedades, sem acesso à Internet, ao processo de industrialização sem electricidade durante a era industrial. "É devido a isso que a afirmação

tantas vezes ouvida relativamente à necessidade de começar pelos «problemas reais do Terceiro Mundo», ou seja, a saúde, a educação, a água, a electricidade e outras necessidades, antes de pensar no desenvolvimento da Internet, revela um profundo desconhecimento das questões que realmente importam hoje em dia"[470] (Castells, 2007: 311, aspas no original). Na verdade, defende o académico espanhol que, sem uma economia e um bom sistema de gestão baseados na Internet, é, nos tempos correntes, praticamente impossível a um país gerar os recursos necessários para cobrir as suas necessidades de desenvolvimento, numa base sustentável. E aqui, o sociólogo reporta-se às dimensões económica, social e ecológica.

Mais adiante, Castells (2007: 319), justifica a ideia anterior, argumentando que,

> "[n]uma economia global e numa sociedade em rede onde a maior parte das coisas que importam dependem destas redes baseadas na Internet, estar desligado equivale a estar sentenciado à marginalidade, ou obrigado a encontrar um princípio de centralidade alternativo. [...] [E]sta exclusão pode produzir-se por diversos mecanismos: a falta de uma infra-estrutura tecnológica; os obstáculos económicos e institucionais para o acesso à redes; a insuficiente capacidade educativa e cultural para utilizar a Internet de uma maneira autónoma; a desvantagem na produção do conteúdo comunicado através das redes... Os efeitos acumulados destes mecanismos de exclusão dividem a população de todo o planeta, mas não ao longo da linha divisória Norte/sul mas sim entre aqueles que estão ligados nas redes globais de geração de valor (em torno de nós desigualmente repartidos pelo mundo) e aqueles que estão desligados dessas redes".

Ao longo desta obra, Manuel Castells apresenta inúmeros casos extraídos a partir do mundo empresarial e dos negócios/mercados financeiros, os quais ajudam não apenas na exposição da sua argumentação, como, não de somenos importância, na justificação empírica dos mesmos. Em paralelo, Castells (2007: 100 e ss.) identifica um conjunto de cinco características fundamentais que deverão estar presentes na empresa-internet: escalabilidade, interactividade, flexibilidade, gestão da marca, personalização. Entre os casos de estudo referidos, contam-se o da CISCO Systems (2007: 90 e ss.) na área das tecnologias de informação, o qual serve de termo de comparação, porque radicalmente oposto, a uma estrutura altamente centralizada, pesada, lenta e pouco adaptável às mudanças características do fenómeno que este autor designa de velocidade da Internet, como é a da IBM. Na área do vestuário, Castells (2007: 99) apresenta exemplo da cadeia ZARA. "Nos anos 80 o primeiro modelo reticular na indústria da confecção, Benetton, tinha um ciclo de desenho/produção/distribuição de seis meses. Isso foi superado pela Gap, já que esta empresa norte-americana, reduziu o ciclo para dois meses. Agora a Zara faz isso em duas semanas: isto é a velocidade Internet". Idêntico movimento de globalização,

[470] Esta posição, comum a Negroponte e outros tecno-optimistas, não é apoiada pelos pessimistas, sendo um tema recorrente entre aqueles que se dedicam às questões das fracturas digitais (*digital divide*). Entre eles, destacamos Winston (2007), que dirige duras críticas ao programa *One Laptop Per Child* (OLPC – mais informação [em linha]: http://one.laptop.org/), usando mesmo o termo "esquema".

concentração e incremento de velocidade é o que se verifica nos mercados financeiros, área sobre a qual o autor também se debruça, escrevendo que:

> "No geral, a tendência aponta para que a transacção electrónica adquira um papel fundamental como núcleo do mercado financeiro global e para que todas as bolsas mundiais se consolidem em alguns nós, capazes de atrair investidores graças à sua enorme massa crítica e flexibilidade comercial. Tudo isso significa que avançamos no sentido de uma maior interdependência dos mercados financeiros globais, um maior volume de negócios e uma maior rapidez nas transacções" (Castells, 2007: 109).

Dos negócios à cultura, da educação à interacção e relações sociais, da investigação à política, a informação parece ter invadido o nosso quotidiano até ao mais essencial dos seus redutos. Este fenómeno foi potenciado pelo desenvolvimento, *lato sensu*, das redes, as quais parecem ter-se fundido simbioticamente com a sociedade a ponto de se assumirem cada vez mais como a sua "rede" (a rede como rede da sociedade) dificultando qualquer tentativa de distinguir entre uma e outra.

Note-se, todavia, que, não obstante os progressos relevantes observáveis nas sociedades expressos, entre várias outras dimensões, no aumento exponencial da informação em circulação (tanto quantitativa, como qualitativamente) algumas das promessas anunciados pelos tecno-optimistas não passam ainda de devaneios de utópicos sonhadores. Diga-se, por outro lado, sem esquecermos, por exemplo, a questão sempre sensível da privacidade e liberdades individuais e da circulação de informação pessoal sem controlo nas redes telemáticas, que também não partilhamos do cinzentismo e da visão, cremos, aqui e ali, míope e excessivamente apocalíptica dos autores da linha tecno-pessimista.

Como quase sempre, socorrendo-nos do lugar-comum, a verdade parece encontrar-se algures no meio. E aqui o meio serão as hipóteses avançadas por Shenk, Castells, Cardoso e Pintér. Se o primeiro nos alerta para o problema da sobre-informação e eventualmente perniciosos efeitos, as posições de Castells e Cardoso, advogando que, as evidências sugerem que, nos encontramos já numa sociedade, senão da informação, pelo menos já não de base industrial, porque amplamente informacional, assente num conjunto de redes (telemáticas e não só), parecem-nos, as mais equilibradas, recusando os extremismos das duas outras correntes. Não partilhamos de todas as hipóteses colocadas pelos autores de um registo de terceira via. Pensamos serem, no entanto, as mais consensuais e equidistantes.

Na terceira parte da presente dissertação, partindo dos estudos até este momento empreendidos, centraremos a nossa atenção na reflexão sobre três dimensões que cruzam, simultaneamente, problemas emergentes da sociedade da informação a partir de uma perspectiva da União Europeia, a saber: *o digital divide*, o défice democrático, e o défice comunicacional. Estas questões representam, na actualidade, ameaças muito concretas ao aprofundamento do projecto de integração europeia, razões de sobra para justificarem a nossa atenção.

PARTE III

AS DIVISÕES DIGITAIS

NA

CONSTRUÇÃO EUROPEIA

Capítulo

7 O Complexo Problema das Desigualdades Digitais

Nas duas primeiras partes da presente investigação observámos, por um lado, a partir de uma perspectiva política, o processo de construção europeu, bem como as ameaças e múltiplas divisões entre os líderes dos Estados-Membros que são cada vez mais do conhecimento do grande público. Na segunda parte, promovemos uma reflexão sobre a temática da sociedade da informação, abordando nomeadamente as diferentes correntes de investigação e procedendo também um recenseamento histórico e conceitual a respeito da problemática. Nesta terceira parte, o itinerário que propomos cruzará as duas dimensões anteriores. Num primeiro momento, encetaremos um enquadramento, tão detalhado quanto possível, a respeito de um dos mais importantes problemas da sociedade da informação (o fosso digital – *digital divide*), que se constitui, também, como uma das principais ameaças ao processo de integração europeia. Na verdade, para além dos dados que nos continuam a ser oferecidos pelas estatísticas oficiais recentes das instituições comunitárias que referem que cerca de um terço dos europeus nunca utilizou a Internet[471] (números que se

[471] Comissão Europeia, 2010[a].

aproximam dos 50% nos estados do Sul[472]), entre os utilizadores, subsistem, como veremos, diferenças nos usos, muito importantes, as quais condicionam, de sobremaneira, os projectos políticos neste domínio.

Nick Coudry (2003) oferece-nos um útil resumo do problema do que ele designa por "digital divide", um termo, aliás, largamente adoptado por muitos outros autores. Segundo este autor, a última vez que a questão dos *media* entrou na arena do debate político internacional foi por ocasião das reflexões da década de 70. Na ocasião, as nações em desenvolvimento pediam uma Nova Ordem Mundial na Informação e Comunicação (no original, *New World Information and Communication Order* – NWICO), na qual os Estados Unidos, mas também outros países ricos do Ocidente fossem menos dominantes nas indústrias cinematográfica, televisiva e noticiosa. Este debate de cariz político teve lugar em simultâneo com um outro no mundo académico, que já contava com, pelo menos, duas décadas, acerca da definição do imperialismo mediático americano, e que se prolongou durante ainda durante bastante tempo. Ao invés, a discussão política logo cessou, devido à saída da UNESCO da Grã-Bretanha, então liderada por Margaret Thatcher, e da América cujo Presidente era, à data, Ronald Reagan. Diz Couldry:

> "Talvez o debate sobre o fosso digital venha a ser o mesmo: um breve período de atenção política seguida de décadas de discussão académica que cairá em ouvidos cada vez mais surdos. Isso é algo a ponderar logo que tenhamos clarificado o modo como este debate surgiu. Apesar de o termo 'fosso digital' ter um âmbito político claro, a pré-condição essencial, sem a qual o termo nunca teria emergido, foi a visão, espalhada dos anos de 1980 em diante, de uma 'sociedade da informação', na qual as possibilidades de produção económica e mudança social seriam transformadas pelos novos, incrementados fluxos de informação que os computadores tornaram possíveis. A emergência da Internet no início dos anos de 1990 do obscurantismo técnico para uma (potencialmente) rede global intensificou os debates acerca do futuro da 'sociedade da informação'" (Couldry, 2003: 2-3, tradução nossa, aspas no original).

Nos Estados Unidos, prossegue, a Administração Clinton tomou a dianteira nesta matéria, ao propor uma rede global de auto-estradas da informação. Tratava-se, no fundo, mais de uma visão económica, de concepção de um mercado global onde todos podem ser simultaneamente compradores e vendedores, do que um projecto político ou social.

Rapidamente se tornou, todavia, evidente, que uma tal visão era necessariamente redutora, especialmente quando confrontada com a persistência de flagrantes desigualdades em matéria de acesso às ferramentas e recursos informacionais. Muito antes do desenvolvimento da Internet, já os especialistas vinham alertando para o impacto no

[472] Obercom, 2010; IDATE, 2011; Comissão Europeia, 2010ª. Vejam-se ainda alguns documentos disponíveis [em linha]: http://www.umic.pt/index.php?option=com_content&task=category&sectionid=23&id=135&Itemid=242.

desenvolvimento económico mundial destas desigualdades, uma vez que, o telefone, há muito tido como um dado adquirido no mundo ocidental, constituía ainda, para muitos países em vias de desenvolvimento, um importante constrangimento. Num relatório de 1995 elaborado por especialistas da ONU, pode ler-se que um mínimo superior a metade da população do globo vive a mais de duas horas de distância do telefone mais próximo e, essa situação não se terá, segundo Couldry, alterado substancialmente até ao momento do registo que vimos acompanhando. Acresce que, já em 1995, o acesso a estruturas de telecomunicações modernas (telefone, mas especialmente, *modem*) era identificado como uma das fontes da desigualdade entre países ricos e pobres e, concomitantemente, como uma das principais causas para a pobreza e exclusão do mercado global (Couldry, 2003: 3).

Refira-se, por outro lado que há ainda a considerar diferentemente duas formas de divisão ou, se preferirmos, de inclusão. Inclusão tecnológica e inclusão digital traduzem realidades distintas que convém, desde já, explicitar. Assim, a primeira forma corresponde, basicamente, a um problema de acesso às tecnologias de comunicação de massa nascidas na primeira metade do século XX as quais se vieram a generalizar-se na segunda metade. Diferentemente, a inclusão digital refere-se ao acesso às redes e artefactos telemáticos mais recentes, como o sejam, os computadores pessoais, a Internet, as redes de telemóvel, em suma, às tecnologias de informação e comunicação digitais, que foram desenvolvidas, *grosso modo*, a partir da parte final do terceiro quartel do século passado, tendo vindo a generalizar-se com a entrada no novo milénio.

As desigualdades de acesso às tecnologias da comunicação a que atrás aludimos não se verificavam unicamente entre países ricos e pobres. Mesmo nos Estados Unidos, a Administração Clinton sentiu necessidade de empreender um conjunto de estudos no sentido de se aferir com maior rigor o fenómeno do fosso digital. Porém, a ênfase foi colocada não no sentido de perceber quais as consequências sociais ou políticas daí resultantes, antes sim, em que medida este problema afectava o desenvolvimento económico, o que motivou algumas reacções contrárias. Um grupo de trabalho, escreve Couldry (2003: 4), foi constituído com a sugestiva designação de *Digital Opportunity Force*, procurando realçar as oportunidades existentes no âmbito da sociedade da informação, ao invés de promover a evidência da divisão (por meio do emprego da expressão, já então amplamente generalizada, fosso digital, ou *digital divide* na formulação mais comum). No capítulo seguinte teremos oportunidade de verificar mais detalhadamente as iniciativas análogas que tiveram lugar no espaço da União Europeia.

A questão do fosso digital mantém-se, todavia, na agenda política. Por um lado, porque têm sido inúmeras as organizações internacionais a dedicarem-se ao problema,

lembrando a importância das redes mundiais de telecomunicações enquanto agentes mitigadores das desigualdades. Por outro, porque foram vários os países que, seguindo o exemplo dos Estados Unidos, promoveram acções de investigação sobre este fenómeno ao nível interno. Couldry, destaca neste particular o caso do Reino Unido, onde foram conduzidos estudos que diferem substancialmente dos levados a cabo nos Estados Unidos, desde logo, pelo facto de os primeiros tomarem em linha de conta os aspectos sociais em conjugação com os económicos e admitirem a possibilidade de ambas as variáveis se reforçarem mutuamente, pormenor que, não observamos nos trabalhos americanos.

7.1 O Fosso Digital

Poderemos, portanto, perguntar o que é em concreto o fosso digital (*digital divide*). Quem está divido ao certo e como? Estas são, escreve ainda Couldry (2003: 1)[473], boas questões especialmente quando o número de definições para o termo parece coincidir com o número de académicos que se dedicam ao problema, sugerindo, no fundo que, cada autor tem a sua própria concepção do problema.

Não há, entre a comunidade científica, uma definição fixa ou unívoca do conceito de fosso digital[474].

> "Começamos pela constatação mais ou menos óbvia de uma decepção: após muito esforço científico já desenvolvido, a discussão nesta área continua ainda hoje a fazer lembrar o ambiente de algumas décadas atrás, as grandes querelas em torno da chamada "sociedade de informação". Apologistas e detractores das "novas tecnologias" (seja o que for que isto signifique) continuam a digladiar-se ferverosamente, partilhando contudo para além das suas divergências, à primeira vista insanáveis, algo de comum realmente substancial: a incapacidade – de ambas (sic) os contendores – de compreensão, em toda a sua complexidade e ambivalências, destes mais recentes fenómenos tecnológicos, nas diferentes formas concretas que estes assumem na nossa vida social" (Esteves 2011: 31).

Ora esta situação tem merecido uma "preocupação razoável" (fazendo eco das palavras de Vicente, 2011: 113), dos investigadores que buscam a validação epistemológica da formulação. Tal justifica-se porque esta mesma noção, que muitos referem ser, à semelhança da de sociedade da informação, um conceito de guarda-chuva (*umbrella*), tem vindo a alargar-se progressivamente. A tal ponto de, presentemente, contemplar toda uma vasta polissemia de significações tendentes ao assinalar de desigualdades associadas às redes digitais, quer as mesmas sejam de índole técnica, tecnológica, económica, política, geográfica, demográfica, formativa, ou quaisquer outras.

[473] Numa passagem posterior o mesmo autor insiste na questão: quem está dividido? (Couldry, *In* Gauntlett, 2003: 6-7).

[474] A este respeito, Vicente defende que: "[…] reconhece-se que a noção é originalmente equívoca, plural, constantemente flexível e, nesse particular sentido, transmediática; ela não designa, pois, um único problema, antes abraça na sua génese uma mutante constelação de distintas preocupações, nem sempre relacionadas entre si, promovidas por efeito directo da velocidade das mutações tecnológicas. Por outros termos, a acelerada actualização do objecto de estudo tende a ditar uma considerável elasticidade da noção de divisão digital" (Vicente, 2011: 114).

Vicente (2011: 112) escreve aliás que, nas últimas três décadas, a noção de divisão digital tem vindo a adquirir uma importância central nos estudos acerca da temática da sociedade da informação. Todavia, esse processo não tem sido acompanhado de uma clarificação conceitual. Na verdade, a vasta gama de polissémicas significações pouco se coaduna com o rigor científico da investigação académica[475]. Como muito bem nota o autor, "[o] sentido original emprestado ao termo concentrou o debate, fundamentalmente, em torno da desigualdade no acesso às infra-estruturas e aos artefactos tecnológicos. Ao longo da última década, a investigação científica tem procurado reposicionar esta dicotomia, privilegiando uma perspectiva gradativa sobre o uso"[476] (Vicente, 2011: 112). Os próprios documentos produzidos pela União Europeia traduzem essa mesma realidade evolutiva. Quando no próximo capítulo centrarmos a nossa atenção sobre estes registos teremos oportunidade de constatar que, embora muito focada em torno da questão do acesso, a problemática das divisões digitais evoluiu em linha com a investigação científica.

Uma outra proposta válida é a avançada por Sinikka Sassi (2005: 687, 694, *apud*, Vicente, 2011: 114) que apresenta quatro eixos principais em torno dos quais se arrumam todas as diferentes significações da noção de fosso digital. Uma primeira, a abordagem tecnocrática, muito ligada às teses do determinismo tecnológico, a partir da qual se estabelece uma certa relação causal entre a tecnologia e o progresso das sociedades; em segundo lugar, a linha que, tradicionalmente, se opõe à anterior, i.e., a tese tecno-pessimista e continuista, que recusa o potencial transformador da tecnologia na sociedade, questionando, por conseguinte, a autonomia que o grupo anterior reconhece à tecnologia; uma terceira que coloca em diálogo o carácter excludente destas tecnologias combinando-o com factores geográficos, visão que procura perceber e explicar a prevalência destes ambientes nos espaços urbanos; por último uma concepção decorrente de um refinamento da anterior que cruza noções de modernização e de capitalismo, e como este último "[...] pode explicar a expansão da informação e da comunicação nas modernas sociedades complexas" (Vicente, 2011: 114).

[475] Observemos, neste particular, o recenseamento conceitual levado a cabo pelo autor (Vicente 2011: 113, itálicos no original): "Sintetizando tal genealogia, […] a ampla gama de atribuições tem vindo a significar: a) uma distinção entre os defensores e os críticos das TIC, b) uma distinção voluntária entre os que entendem que as TIC são uma força de progresso e os que nelas prevêem uma potência de destruição, c) a distribuição desigual de TIC nas escolas americanas, d) a distribuição desigual de computadores pessoais nos lares norte-americanos, e) uma desigualdade nas competências e dificuldades técnicas no uso mais geral da tecnologia, f) a diversidade racial na indústria tecnológica, g) a desigualdade entre os que têm acesso às novas tecnologias e aos que não têm, h) a desigualdade internacional e intranacional no acesso ao computador, i) com ligação à Internet, j) através da tecnologia de *dial-up* k) e/ou banda-larga".

[476] Numa outra passagem, o autor reforça esta ideia postulando que "[a]o longo das últimas três décadas, a noção de divisão digital adquiriu um relevo ubíquo na consideração das denominadas sociedades da informação. A investigação sobre as interacções sociais com as tecnologias de informação e comunicação (TIC) não gerou, contudo, um sentido inequívoco para o termo, antes dispersando-o por uma polissémica gama de significações" (Vicente, 2011: 112, itálicos no original).

Panayiota Tsatsou salienta que, ao longo das duas últimas décadas, temos assistido a um debate em torno do conceito de fosso digital e dos seus constituintes, dimensões e variantes. Em paralelo, esclarece que muitos diferentes aspectos e formas de divisão co-existem hoje "[...] levando a que o conceito seja definido e abordado de várias maneiras pela investigação contemporânea: 'isto é, de facto, toda uma série de fossos entrecruzados – as discrepâncias que separam segmentos da sociedade assim como de nações inteiras entre aqueles que são capazes de aproveitar as oportunidades das novas TIC e aqueles que não são'" (OCDE, 2000: 3, *apud*, Tsatsou, 2011: 2, tradução nossa).

No mesmo sentido, Räsänen (2006: 4) refere que a Internet constitui o primeiro de entre os *media* digitais a ser usado interactivamente para muitos propósitos, visto que, combina uma multiplicidade de meios de comunicação, bem como, funções tanto da comunicação pessoal, como de massas. Torna-se, deste modo, razoável assumir que o uso da Internet afecta a vida dos indivíduos num nível mais profundo do que qualquer outra tecnologia comunicacional, incluindo a difusão universal da televisão. Acresce que "[o] fornecimento quase infinito de informação e entretenimento torna o uso da Internet praticamente indispensável nas sociedades avançadas" (Rasänen, 2006: 4, tradução nossa), perspectiva que de resto deixámos bem evidente na Segunda Parte do presente trabalho. Porém, se é verdade que as pessoas podem combinar diferentes meios de comunicação de acordo com as suas necessidades de informação ou de entretenimento, ao mesmo tempo, estas TIC apresentam um potencial notável para a criação de divisões sociais[477]. Os benefícios da difusão destas tecnologias repercutir-se-ão, essencialmente, naqueles que consigam aceder-lhes. Deste modo, um vasto número de autores prevê a emergência de um fosso digital. Note-se ainda que muitas das diferenças observadas ao nível do uso de computadores e de acesso à Internet têm origem em outras fontes de desigualdade. Deste modo, a nova tecnologia apenas tenderá a acentuar diferenças previamente existentes nas estruturas sociais e económicas (Räsänen, 2006: 3)[478].

[477] Esta mesma ideia é reforçada e desenvolvida pela autora numa outra passagem adiante. "Muitos autores estão agora preocupados com os novos fossos digitais que as TIC estão a introduzir. Estas divisões estruturais podem ser visíveis tanto ao nível institucional como individual. Uma opção é que os seguidores de algumas das novas ferramentas e utensílios tecnológicos possam ser ameaçados por um maior risco de exclusão social do que os iniciadores [n.T.: usamos os conceitos de seguidor/es e de iniciador/es para nos referirmos, respectivamente, a *late adopters* e *early adopters*]. Aqueles que já se encontram numa posição social desfavorável, por outro lado, não adoptarão de todo os novos dispositivos. Outra alternativa é que não exista fosso digital baseado em estruturas sociais existentes; o uso das TIC poderá mesmo enfraquecer as estruturas existentes" (Räsänen, 2006: 7, tradução nossa).

[478] A autora não vê a sua tese acompanhada por Dahlgren (2011: 15) cuja perspectiva mais optimista (quiçá excessivamente) tempera a descrença patente no raciocínio anterior. "Provavelmente, as exclusões digitais [*digital divides*] não desaparecerão completamente nas sociedades democráticas modernas, mas foram reduzidas muito para além do que afirmavam as previsões de meados dos anos 1990. Estas oportunidades de participação não têm precedentes em termos históricos – mesmo que permaneçam sub-utilizadas".

Não difere muito desta, ainda que apresentando algumas *nuances*, a perspectiva de Gil Baptista Ferreira (2011: 53). Sustenta este investigador que "[…] um dos primeiros problemas associados à utilização dos novos meios foi a identificação do designado *digital gap*, ou *digital divide*. Na sua formulação mais geral, esta noção tem subjacente a constatação de que o acesso à Internet não é universal, nem se encontra distribuído de igual modo entre a população dos países ocidentais. A generalidade dos estudos demonstra que o acesso à Internet está concentrado nos jovens e nos grupos mais privilegiados em termos económicos, o que resulta num aumento da desigualdade dos níveis de participação" (Ferreira, 2011: 53, itálicos no original)[479]. Como bem nota o autor, no prosseguimento do seu raciocínio, enquanto a questão do acesso às tecnologias digitais permanecer como fonte de desigualdade, os argumentos que fundam a existência de diferentes índices de participação na questão do acesso, avançadas pelas teses do fosso digital, manterão a sua validade. Tenderão, todavia, a enfraquecer à medida que novas formas e plataformas alarguem a cada vez mais indivíduos o mundo digital.

Parece-nos globalmente correcta a tese do autor. Porém, mesmo considerando a rápida adesão, numa base diária, de novos utilizadores às Tecnologias de Informação e Comunicação, a existência, segundo dados de 2010 da Comissão Europeia, de mais de um terço de europeus que não utilizam estas ferramentas, não poderá, deixar de constituir, contudo, uma importante preocupação, relativamente à massificação ou efectiva universalização das tecnologias digitais. Ora, se a questão do acesso, em termos potenciais, não for nunca ultrapassada, não se poderá, consequentemente, alguma vez falar da total elisão do fenómeno de divisão digital e, concomitantemente, da erosão do défice democrático e de participação. E, não considerámos aqui, sequer, os não-utilizadores

[479] Também José Azevedo e Maria João Seixas (2011) partilham desta perspectiva. "A ideia de existência de um fosso digital baseia-se na constatação de que, nas sociedades contemporâneas, não existe um acesso universal às TIC e à informação, assim como em evidências que sugerem a existência de disparidades sociais, culturais e económicas entre aqueles que têm acesso às redes digitais globais, usando-as eficientemente e beneficiando das suas potencialidades, e aqueles que não têm esse acesso, não as usam, nem delas beneficiam. [...] Enquanto área de investigação o fosso digital é multidimensional e cobre uma enorme variedade de questões, dificultando a construção de um modelo de análise do fenómeno, a sua medição e a sua compreensão. [...] Vários estudos têm vindo a revelar a existência de uma pluralidade de "fossos digitais", condizentes com a diversidade de situações no acesso às TIC e nos seus usos, e com a existência também de benefícios sociais, económicos e culturais diferentes, em função desses acessos e desses usos. O fosso digital apresenta-se, assim, como um fenómeno dinâmico para cuja compreensão, medição e tentativas de comparação se exigem ajustamentos sistemáticos e cuidados constantes em termos teórico-metotológicos. Só raramente os inquéritos que visam proporcionar uma análise da difusão das TIC em diferentes países (realizados quer por organizações governamentais produtoras das estatísticas oficiais quer por outras organizações) possibilitam análises comparativas, apesar da sua aparente similaridade. As diferenças entre estes estudos resultam de opções teórico-metodológicas que se consubstanciam em desenhos de investigação com especificidades próprias: objectivos; dimensões de análise; indicadores; índices; métodos de amostragem e de recolha de dados diferentes. No sentido de harmonizar conceitos e desenhos de investigação, algumas organizações têm vindo a produzir guias de normalização, assumindo aqui um papel de relevo as Nações Unidas, a Eurostat e a OCDE" (Azevedo e Seixas, 2011: 62-63).

voluntários ou os desistentes[480]. Todavia, como de resto muito acertadamente nota ainda Ferreira (2011: 53), o fenómeno da divisão digital é claramente uma questão menor na problemática maior da participação democrática. Com efeito, este autor, recorrendo ao trabalho de Tambini (1998: 96-97), sustenta que "[...] o uso da Internet para fins políticos [...; é] claramente minoritário, se comparado com outros usos que dela são feitos", e também que as limitações do próprio ambiente electrónico não funcionam de molde a mitigar a reprodução em linha dos mesmos constrangimentos e desigualdades existentes no mundo real.

O conceito de fosso digital surgiu (segundo Tsatsou, 2011) no início da década de 1990 como um conceito abrangente (um pouco à semelhança do verificado com o da sociedade da informação – como de resto observámos atrás), que procurava definir o conjunto de situações de desigualdade em matéria de acesso e uso das tecnologias digitais, tanto no âmbito internacional, como interno de cada nação. Autores há que o definem como a disseminação desigual dos novos *media* (referindo-se particularmente aos computadores e Internet)[481], enquanto outros não fazem qualquer distinção no tocante à tecnologia em concreto. Estudos semelhantes, ainda que de base empírica, revelaram desigualdades diversas, nomeadamente o papel das variáveis sócio-demográficas nos contextos sócio-cultural, económico e político (Tsatsou, 2011: 3-4).

O desenvolvimento tecnológico introduziu uma série de modificações nos padrões de vida individuais e colectivos, o que fez também mudar a ênfase da investigação do domínio da mera quantificação do uso/acesso à tecnologia para a análise de outro tipo de variáveis, nomeadamente, a atitude perante, e os fins do uso das tecnologias digitais. Por conseguinte, "[...] os trabalhos de campo recentes mudam a conceptualização do fenómeno através das várias qualidades de inclusão e exclusão, realçando a evolução e natureza complicada dos fossos digitais. Embora esta progressão esteja a ser creditada ao trabalho de académicos e profissionais, pode ser explicada na base de como a tecnologia e a

[480] Normalmente, quando se olham as estatísticas acerca do crescimento da Internet, não se tem em conta os desistentes. Ou seja, a ideia que as estatísticas traduzem é uma estabilização do número de utilizadores da Internet. Porém, o que na verdade poderá estar a ocorrer é uma maior captação de novos utilizadores do que aquilo que as investigações sugerem acompanhada por uma desistência igualmente importante de anteriores utilizadores (Hargittai, 2004: 139 e 142).

[481] É o caso, por exemplo, de Susana Salgado (2011: 104). A respeito do conceito de fosso digital a autora afirma que, em termos simplistas, poderemos entendê-lo como uma noção surgida para designar/definir as desigualdades ao nível da distribuição desigual da informação e das tecnologias de informação e comunicação. A OCDE, por exemplo, define-o como o "*gap* entre indivíduos, lares, empresas e áreas geográficas em diferentes níveis sócio-económicos no que se refere quer a oportunidades de acesso à informação e às novas tecnologias de informação e comunicação, quer ao uso da Internet para uma variedade de actividades" (OCDE, 2001: 5, *apud* Salgado, 2011: 104).

adopção das tecnologias digitais pelas sociedades estão a evoluir ao longo do tempo" (Tsatsou, 2003: 4, tradução nossa).

Segundo a perspectiva de Esteves (2011: 7), o conceito de fosso[482] digital tem como principal *leitmotiv* o estudo acerca das desigualdades sociais registadas no acesso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Porém, há que ir mais longe do que o mero assinalar de diferenças sociais em sentido genérico. Trata-se, por isso, da investigação das "[...] diferenças, disparidades, desigualdades, assimetrias que se encontram associadas às tecnologias nas vertentes da economia, da política, da cultura, do território e outras (também a nível social, claro mas que agora tendem a ser apreendidas segundo sentidos bem específicos – critérios etários, de género, étnicos, etc.)" (Esteves, 2011: 7). Porém o conceito alargou-se ainda num outro sentido. Não importa já somente o mero acesso a partir de uma perspectiva técnica mas, também, as questões relacionadas com "qualidade" desse mesmo acesso, isto é, a intensidade da utilização, a posse das competências necessárias à operação destes dispositivos ou, igualmente, os proveitos/benefícios extraídos dessa utilização.

Procurando sumariar a vasta panóplia de teses divergentes, quando não mesmo antagónicas, a respeito do fosso digital[483] que fomos apresentando ao longo das últimas páginas podemos concluir que: 1) esta não é uma noção recente (embora o conceito propriamente dito apenas se tenha tornado conhecido com a Internet, as suas raízes remontam à década de 1970, conforme veremos em seguida); 2) encontramo-nos em presença de uma noção profundamente polissémica, equívoca, contraditória; 3) desde a fixação da locução *digital divide* (fosso digital) o conceito conheceu várias formulações/entendimentos, podendo mesmo falar-se em duas gerações distintas: uma primeira que gira em torno das questões do acesso à rede e aos recursos digitais e uma segunda cujo enfoque se situa ao redor dos usos que os indivíduos fazem da tecnologia e benefícios que dela retiram. Por essa mesma razão a noção que parece poder vir a estabelecer-se como mais consensual, talvez seja mesmo a de desigualdades digitais. Desde logo, porque se afasta daquela perspectiva inicial de separação/fosso, entre aqueles que têm e os que não têm acesso às tecnologias digitais, propondo ao invés, uma ideia de separação menos radical e mais gradativa. Ora, para irmos mais longe na nossa

[482] O autor recorre preferencialmente à locução “fractura digital”.

[483] Que pode congregar também, consoante o(s) autor(es), as noções de divisão digital, fractura digital, exclusão digital, ou ainda desigualdades digitais.

compreensão deste problema precisamos de proceder a um pequeno enquadramento histórico, o qual empreendemos em seguida.

7.1.1 Enquadramento histórico

O conceito de fosso digital é, segundo Warschauer, à semelhança do de sociedade da informação, um dos fenómenos sociais mais estudados no nosso tempo. É, também, um dos mais confusos e imprecisos.

> "A origem do termo 'fosso digital' permanece – de acordo com Gunkel (2003: 501, tradução nossa, aspas no original) incerta e ambígua. Publicações e estudos recentes referenciam rotineiramente 'Falling from the Net: Defining the Digital Divide', o terceiro de uma série de relatórios publicados pelo Departamento do Comércio das Telecomunicações Nacionais e Gestão da Informação dos Estados Unidos (NTIA, 1999). Contudo, a NTIA não originou esta expressão. [...] Estou certo que roubei o termo, mas não estou certo a quem o roubei – explica Larry Irving (*In Digitaldivide*, 2001: 2, *apud* Gunkel, 2003: 501, tradução nossa, itálicos, parêntesis e aspas no original). Jonathan Weber do Industry Standard argumenta convictamente que algures por volta de 1995 ele e Amy Harmon (quando ambos estavam no *LA Times*) inventaram o termo para descrever a divisão social entre aqueles que estavam muito envolvidos na tecnologia e aqueles que não estavam. Creio que ouvi o termo pela primeira vez no período entre o final de 95 e o início de 96 numa conferência num estado ocidental, Montana, Dakota do Norte ou Dakota do Sul. Não usámos formalmente o termo na NTIA senão meses depois, e o termo não adquiriu a ubiquidade de que goza hoje antes do lançamento do terceiro relatório 'Falling Through the Net' em Julho de 1999. […] O mais correcto será dizer que ninguém na NTIA inventou o termo fosso digital [*digital divide*]. Os relatórios da NTIA foram, contudo, o catalisador para a popularidade, ubiquidade e redefinição (do uso original do LA Times) do termo" (Warschauer, 2001: 1, tradução nossa).

Assim, de acordo com Irving, o conceito de fosso digital terá sido apropriado a partir de uma fonte desconhecida e redefinido pela NTIA no processo de preparação do terceiro relatório *Falling Through the Net*. O melhor palpite apresentado por Irving é mesmo o dos dois jornalistas do *Los Angeles Times*, não obstante a posterior actualização e redefinição. A pesquisa de Carver revela, todavia, que esta mesma expressão era já usada no seio da Administração Clinton-Gore para definir a discrepância nas oportunidades educativas, mas também pelo Congressista Ed Markey e ainda pelo repórter do *New York Times*, Gary Andrew Poole.

A definição do conceito neste e noutros lugares posteriores não foi homogénea ou unívoca[484]. Por exemplo, Moore (1995) recorre a esta mesma terminologia para distinguir entre os partidários e os detractores nos debates sobre tecnologias de informação. Não obstante a história de Amy Harmon fazer uma breve referência ao aprofundar do fosso entre ricos e pobres, a verdade é que a conceptualização proposta faz mais apelo à participação voluntária no debate em torno da questão da tecnologia como força de progresso ou de destruição, do que no tocante às discrepâncias entre o ter ou não ter acesso às TIC. No fundo, prossegue Gunkel (2003: 502) tanto para Amy Harmon, como para Moore, a questão do fosso digital coloca-se mais neste debate entre (para recuperarmos a terminologia empregue atrás) tecno-optimistas e tecno-pessimistas, entre aqueles que prescrevem que a tecnologia pode ser (em muitos casos, afirmam, é!) a resposta para os problemas do mundo e aqueles que, em oposição, desconfiam de tais teses.

Susana Salgado (2011: 104) explica que a origem do conceito de fosso digital (*digital divide*) poderá, na verdade, ser colocada num momento bem anterior. De acordo com a sua tese, esta linha de investigação surgiu como que enxertada numa outra abordagem, em concreto, a hipótese do distanciamento (*knowledge gap*), a qual se ocupava do estudo das disparidades no acesso das populações à informação e aos *media*[485]. Esta corrente de investigação, temporalmente muito ligada à década de 1970, sugeria que a sociedade da informação, associada ao aparecimento/desenvolvimento de novos meios de comunicação de massa, ao invés de mitigar as desigualdades existentes, pelo contrário, acentuava-as.

Também Vicente (2011: 113[486]) na investigação que empreendeu sobre a origem e raízes históricas do conceito de fosso digital faz-nos recuar a um período anterior a 1990.

[484] No caso do relatório NTIA de 1995 a ênfase é colocada, segundo Hargittai (2008: 937), no acesso a um computador e a um modulador de sinais (*modem*). Nos anos seguintes os estudos passaram a incidir já não sobre quem tem acesso a computador/modem, mas quem tem acesso à Internet (1998, 1999, 2000). No entanto, o quinto Relatório NTIA (o de 2002, elaborado a partir de dados coligidos em 2001), recebeu um enfoque diferente face aos anteriores, modificação perceptível desde logo nos títulos (o anteriormente "*Falling Through the Net*...", deu lugar a "*A Nation Online: How Americans Are Expanding Their Use of the Internet*"). Ora, como nota Hargittai (*In* Grusky, 2008: 937, tradução nossa), este estudo "[...] salientou o facto de mais e mais americanos estarem a ligar-se. Enquanto diferenças significativas permaneceram entre vários segmentos da população a respeito das taxas de conectividade, o relatório focou-se no número crescente de pessoas que acediam à Internet a partir de ligações de alto débito. Esta mudança no foco poderia sugerir que o uso da Internet tinha atingido níveis universais, mas esse não era o caso". Essas foram, aliás, as conclusões globais do estudo. Segundo a autora, embora a Internet se estivesse a disseminar no seio de uma porção crescente da população americana, certos segmentos reuniam uma maior probabilidade de estarem ligados do que outros. "Em particular, homens, pessoas jovens, brancos, não hispânicos, residentes urbanos, os mais instruídos, e aqueles com maiores rendimentos estavam mais ligados do que os seus congéneres" (Idem, *Ibidem*, p. 937).

[485] A esta questão voltaremos adiante.

[486] O autor que aqui seguimos recorre, ao invés, ao conceito de divisão digital. O nosso próprio critério, na linha de Eszter Hargittai, é empregarmos a noção de fosso/fractura digital para o primeiro período/grupo de estudos acerca do fenómeno. Tal opção justifica-se pelo facto de o conceito transportar consigo uma clara perspectiva

Com efeito, as primeiras referências encontramo-las na agenda política do centro-esquerda, tanto em França, como nos Estados Unidos, e remontam a esse período (década de 1980). Contudo, como refere MacBride, *et al.* (1980, *apud*, Vicente, 2011: 113), já na década de 1970[487] haviam surgido algumas menções, ainda que não explícitas, a este mesmo fenómeno, em resultado das discussões motivadas pelo Relatório da UNESCO *Many Voices, One World: Towards a new more just and more efficient world information and communication order*[488].

Recentrando-nos no problema específico do fosso digital, os investigadores começaram a preocupar-se com o fenómeno por volta de 1995, quando apenas cerca de 3% dos americanos havia usado a Internet. No início, todos pensavam que a Internet poderia potenciar a igualdade no acesso à informação, por via da redução dos custos associados (dando cumprimento no fundo às teses do grupo tecno-optimista). Porém, à medida que a tecno-euforia foi esmorecendo[489], os observadores começaram a notar que alguns internautas usavam mais a Internet que outros, e também que aqueles que tinham maior poder económico, instrução e outros recursos teriam maior probabilidade de usar mais a Internet. Destas observações concluiu-se, basicamente, que o estatuto sócio-económico dos indivíduos condiciona de sobremaneira a experiência da Internet. Não tardou, por isso, que surgisse uma primeira distinção, assente em termos binários, que separava aqueles que tinham acesso à Rede, daqueles que não dispunham desse acesso. Vários académicos têm, nos tempos mais recentes, sugerido uma ligação entre o fenómeno das divisões digitais e a hipótese do distanciamento (*knowledge gap hypothesis*). Focaremos adiante esta mesma proposta.

---

de oposição binária, de separação radical (por exemplo, quem tem e quem não tem). Por oposição, os estudos de segunda geração parecem propor uma escala gradativa de diferenças, assente já não em oposições evidentes, antes sim, em divisões/diferenças menos distantes. Esta questão será discutida mais adiante.

[487] Veja-se ainda Couldry (2003: 2) cujo trabalho foca as reflexões da década de 70. Referimo-nos em concreto ao pedido, por parte das nações em desenvolvimento, de uma Nova Ordem Mundial na Informação e Comunicação (no original, *New World Information and Communication Order* – NWICO), conforme já atrás fizemos referência.

[488] Este documento versava, no essencial, sobre desigualdades globais inaceitáveis existentes entre o hemisfério Norte e o Sul, assimetrias estas susceptíveis de reparação, por meio da instituição de um sistema global de comunicação que se revelasse, simultaneamente, aberto, livre e equilibrado (Vicente, 2011: 113).

[489] "Comparada com outras tecnologias a Internet difundiu-se rapidamente, a sua trajectória é similar àquelas da televisão e da rádio, cada qual alcançou mais de 50 por cento dos lares dentro de poucos anos após a sua introdução comercial […]. Ao contrário destes *media*, contudo, a taxa de adopção da Internet abrandou bem antes de uma penetração total. A gravidade do fosso digital depende de se a adopção mais lenta depois de 2000 reflectiu um efeito de curto prazo da recessão económica ou um tecto durável. Baseados nas experiências do serviço telefónico e da televisão por cabo, os quais, tal como o serviço de Internet, implicam pagamentos mensais, ao invés de uma só aquisição, a última [hipótese] parece mais provável" (DiMaggio *et. al*, 2004: 5, tradução nossa).

Mais tarde, o próprio conceito de acesso evoluiu para uma noção de uso, na qual se combinavam dois outros aspectos: oportunidade e escolha. Mas, mesmo esta visão era, na perspectiva de DiMaggio *et al* (2004), insuficiente. Por um lado porque nem todos quantos tinham acesso faziam uso dele. Por outro lado, o grupo daqueles que dispõem de acesso à Internet em casa (os mais velhos) não corresponde necessariamente àquele que a utiliza durante maiores períodos de tempo e de forma intensiva (os mais jovens). Deste modo, o conceito de fosso digital entendido como a mera divisão entre quem tem e quem não tem acesso, era ele próprio obsoleto e incompleto, porque assente na mesma premissa que serviu de base ao estudo da disponibilidade e cobertura do telefone, quando entre estes dois meios existe um fosso abissal[490] (DiMaggio *et al.*, 2004: 9). Porém, foi também por meio destes trabalhos de investigação que se tornou possível determinar as primeiras formas de fosso digital, uma vez que os mesmos avaliaram diferentes variáveis: 1) região e local de residência; 2) situação laboral; 3) rendimento; 4) nível de instrução; 5) raça/etnia; 6) idade; 7) género; 8) estrutura familiar. Tais divisões repetiam-se igualmente, segundo os autores, noutros países: Suíça, Países Baixos, Reino Unido, Alemanha, Austrália.

Mais ou menos ao mesmo tempo (ou seja, em meados da década de 1990), o termo foi igualmente empregue a respeito da distribuição desigual de tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas americanas. Aparece, por exemplo, seguindo ainda Gunkel (2003: 502), no discurso de Al Gore proferido em 29 de Maio de 1996, a respeito das desigualdades no acesso à informação no âmbito da educação das crianças. Ora, no início de 1996 a Administração Clinton-Gore recorreu por inúmeras vezes à locução fosso digital para justificar um sem número de iniciativas políticas, sendo que a cobertura mediática destes acontecimentos acabou por popularizar o conceito. Contudo, tal como no sucedido a respeito da formulação das super-auto-estradas da informação, também aqui é muito duvidoso que a origem e criação do conceito de fosso digital se tenha verificado nos corredores da Casa Branca sendo, ao invés, provável ter ocorrido uma apropriação a partir de outras fontes, a que já atrás nos reportámos.

No início de 1997 o conceito de fosso digital foi empregue num vasto conjunto de contextos para designar, não a diferença de opinião acerca das tecnologias digitais, ou as desigualdades nas oportunidades educativas, mas sim as incompatibilidades técnicas. É, neste contexto que surge o trabalho de Shawn Steward (1997), a propósito dos problemas de interoperabilidade entre as redes telefónicas analógicas e as novas redes digitais dos telefones móveis. Outros estudos são também referidos por Gunkel (2003: 503) dando

[490] Segundo os autores (DiMaggio *et al.*, 2004: 9), a influência do paradigma do telefone está muito presente no estudo inicial NTIA acerca do fosso digital, incluindo referências ao objectivo do serviço universal.

conta das dificuldades de compatibilização das tecnologias de televisão analógica e digital. Em 1998, o *San Fransciso Chronicle* levou a cabo, entre Maio e Agosto, um conjunto de reportagens a respeito da diversidade racial (entre caucasianos, negros e latinos) no seio das indústrias de alta tecnologia de *Silicon Valley*, dando conta de uma discriminação e de um acesso desigual das diferentes raças aos empregos mais qualificados neste espaço geográfico.

Não foi, por conseguinte, antes do terceiro relatório da NTIA (em 1999) que o conceito surgiu com uma significação mais próxima do seu uso corrente. "Neste relatório, fosso digital é definido como 'a discrepância entre aqueles com e sem acesso a novas tecnologias'. [...] Neste sentido, o 'fosso digital' refere-se a uma forma de desigualdade sócio económica demarcada pelo nível de *acesso* que cada um tem às TI. Deste modo, 'fosso digital' funciona como qualquer outro nome para um problema que foi anteriormente identificado por um conjunto de várias outras expressões – o ter ou não ter informação, a questão do acesso, e serviço universal. Mas, mesmo neste uso particular do termo existem equívocos consideráveis" (Gunkel, 2003: 503-504, tradução nossa, itálico e aspas no original). Acresce que o conceito de fosso digital encontra-se ainda largamente em construção, o que faz com que o seu sentido mude, ou seja, pelo menos, alvo de ajustes permanentes, dando origem a uma ampla variedade de significações. Tal significa que "[e]sta pluralidade tem pelo menos duas consequências. Primeiro, não existe apenas um fosso digital; existe uma constelação de diferentes e inter-seccionantes diferenças sociais, económicas e tecnológicas, todas adequadamente chamadas de 'fosso digital'. Embora estas várias desigualdades e discrepâncias possam ser relacionadas umas com as outras, seria apressado e impreciso concluir que elas são idênticas" (Idem, *Ibidem*, tradução nossa, aspas no original). Em segundo lugar, não obstante o valor científico de uma terminologia precisa a verdade é que, segundo o autor, a multiplicidade lexical não terá de significar, necessariamente, uma desvantagem. Esta posição de Gunkel explica-se, por um lado, pelo facto de nem sempre um conceito equívoco e impuro ser visto como um problema; por outro, porque, dado que as tecnologias de informação apresentam padrões de evolução que não têm, do ponto de vista histórico, precedentes é, também, natural que a própria conceptualização e teorização sofram actualizações constantes e aceleradas.

O terceiro relatório da NTIA centrou-se essencialmente em perceber quantos lares americanos tinham acesso a telefone, computador e Internet e quantos não tinham. Ora este reposicionamento do objecto de estudo conduziu também ao necessário ajustamento e actualização do conceito de fosso digital. Como nota Gunkel (2003: 505, tradução nossa), "[o] que é necessário nesta situação não é a aplicação de uma definição rígida e unívoca,

mas uma caracterização flexível que possa responder a, e funcionar em, este ambiente variável. Porque os problemas do fosso digital têm sido, e provavelmente continuarão a ser, alvos móveis, a definição do termo deverá ser similarmente móvel".

Assim, embora o cerne da questão, i.e., a origem da discussão em torno das desigualdades em matéria de acesso à informação seja relativamente consensual (é geralmente colocado no relatório da UNESCO atrás referido), já o mesmo não sucede no tocante à origem da noção, propriamente dita, de fosso digital. Vários autores convergem na ideia de que este conceito, com o sentido actual, foi pela primeira vez empregue num relatório do Departamento do Comércio Norte Americano (NTIA de 1999 – *Falling through the Net: Defining the Digital Divide*). Parece, no entanto, igualmente consensual a ideia de que, embora com significações diferentes, o termo terá tido origem num momento anterior. O próprio responsável pelo relatório NTIA de 1999 confirma essa tese, ao referir ter-se apropriado dele.

7.1.2 As divisões digitais a partir de uma múltipla perspectiva macro, meso, micro*: global divide, social divide, democratic divide*

Uma das linhas mais interessantes e inovadoras nos primórdios dos estudos acerca do fenómeno do fosso digital talvez seja a concepção do tipo macro, meso, micro (Dahlgren, 2011: 11, Esteves, 2011: 36) avançada por Pippa Norris na reflexão que empreendeu a este propósito. Logo na apresentação do estudo que elabora a este respeito, Pippa Norris, (2001: 1), anuncia uma abordagem das desigualdades digitais que a primeira década da Internet tornou evidentes, como um dos propósitos centrais do seu trabalho. Até porque, como a própria refere (Norris, 2001: 1-2), a noção de fosso digital tornou-se muito rapidamente tão popular que se impõe um trabalho acerca da mesma. “Neste estudo o conceito de fosso digital é entendido como um fenómeno multidimensional compreendendo três aspectos distintos. A *divisão global* refere-se à divergência no acesso à Internet entre as sociedades industrializadas e em desenvolvimento. A *divisão social* diz respeito ao hiato entre a abundância e a escassez informacional dentro de cada nação. E, finalmente, dentro da comunidade em linha, o *fosso democrático* regista a diferença entre aqueles que usam e os que não usam a panóplia de recursos digitais para se envolverem, mobilizar, e participar

na vida pública" (Norris, 2001: 2, tradução nossa, itálicos no original)[491]. Note-se, todavia que Norris (2001) conclui que o fosso digital não traduz a emergência de uma nova desigualdade, antes sim a reprodução, no ambiente digital, de divisões e disparidades precedentes.

Nick Couldry socorre-se igualmente da classificação de Pippa Norris, para sustentar as suas próprias conclusões em torno do fosso digital. De acordo com esta perspectiva o fenómeno da divisão digital compreende uma dupla dimensão: o fosso global e o fosso social. "O primeiro preocupa-se com as 'diferenças absolutas entre os diferentes países', infra-estruturas de telecomunicações, capacidade de transmissão de informação, números de computadores alojamentos de sítios e afins; o segundo está preocupado, dentro de uma nação, com a discrepância entre quem tem acesso a esses recursos da sociedade em rede e aqueles que não têm. Ambos os fossos são importantes" (Couldry, 2003: 6-7, tradução nossa, aspas no original).

Na verdade, prosseguindo no mesmo registo, estes aspectos da desigualdade digital surgem intimamente ligados e, ao mesmo tempo, apresentam-se como distintos. Estão ligados porque, à medida que crescem as ligações em linha, é provável que cresça também o fosso entre os países ricos e pobres[492] e que, dentro das diferentes nações, especialmente no tocante às mais pobres, esta discrepância tenda também a aumentar. Em claro contraste, todavia, registam-se diferenças substanciais noutros indicadores. Por exemplo, a questão do fosso global parte de uma macro-análise, concretizada a partir de números totais, isto é, comparando, entre países, o número total de linhas telefónicas e de moduladores de sinal (*modems*), o número total de utilizadores da Internet, etc.. Em clara divergência, o fosso social coloca "[...] questões acerca de como os indivíduos na mesma sociedade diferem em como acedem e usam a Internet" (Couldry, 2003: 7, tradução nossa).

Coincidente com a perspectiva de Norris e Couldry é a de Pekka Räsänen (2006). Segundo a autora, a Internet tem sido apresentada como a tecnologia de difusão decisiva das nações mais ricas. Além dos benefícios económicos desencadeados pela Internet, outros, tanto ao nível público, como privado, colectivo, como individual têm sido registados. Não obstante o facto de se tratar de uma tecnologia muito recente existem dados que

[491] Registem-se, também, a este respeito, os testemunhos de Räsänen, 2006; Hargittai, 2007: 828; Esteves, 2011, bem como a explicitação da sua tese pela própria Pippa Norris, 2001: 2 e ss.. Aqui a autora anuncia a emergência de uma "'nova' economia" (sic) baseada na redes telemáticas, muito embora reconheça que esta tenderá a ser mais volátil e instável, situação que explica, desde logo, o insucesso de centenas de empresas inovadoras ligadas às tecnologias digitais.

[492] Como refere Hargittai (2004: 139), sem surpresas, as nações mais ricas e desenvolvidas são aquelas que apresentam maiores índices de utilização da Internet.

sugerem uma ligação entre a Internet e o desenvolvimento económico, tese que encontramos também em Norris (2001: 4-6). Os investimentos nas tecnologias da Internet têm produzido retornos significativos, por exemplo ao nível do sector governamental. Todavia, como igualmente notara Norris (2001: 1 e ss.), também Räsänen (2006: 5) é de opinião que os padrões de uso da Internet variam não apenas entre países, mas mesmo dentro dos países. Na Europa, por exemplo, os países nórdicos apresentam níveis mais intensos de penetração da Internet, por oposição a valores mais incipientes nos países da Europa do Sul[493]. Por outro lado, no contexto europeu, verificam-se igualmente diferenças no uso destas ferramentas com base nos rendimentos, as quais se mantêm estáveis entre os diferentes países. Pode por isso dizer-se que a Internet apresenta benefícios sociais importantes. Simultaneamente, contudo, apenas algumas pessoas, aquelas que lhe acedem, têm beneficiado dessa difusão, enquanto grupos importantes permanecem um pouco à margem desta tecnologia (Räsänen, 2006: 5; Norris, 2001: 3). Adiante (no Capítulo 8) analisaremos de forma mais aproximada as iniciativas que a União Europeia, por intermédio do seu órgão executivo, a Comissão, está a desenvolver nesta matéria.

O estudo da autora analisou as diferenças entre os regimes de segurança social nórdico e continental. Em ambos os casos, os jovens constituem o grupo que mais usa as TIC. Esta diferença é, contudo, menor nos países do regime continental, sendo que, ao invés, é também aqui que o nível de educação mais releva para as diferenças reportadas no estudo. Os sujeitos que abandonaram a escola antes dos 15 anos têm 4,6 vezes menos probabilidades de usarem as TIC, quando comparados com aqueles que continuavam a estudar depois dos vinte anos. Acresce que, no caso daqueles que ainda estudam, esse diferencial sobe para 6,8 vezes. Daqui se conclui que, no sistema continental, mais do que a idade, o factor crucial no uso das TIC é o nível de instrução (Räsänen, 2006: 18)[494]. Na sua perspectiva,

[493] Veja-se, ao nível nacional, o estudo conduzido por Helena Sousa (2005) à acção dos XIII, XIV, XV e XVI Governos Constitucionais (respectivamente encabeçados por António Guterres, XIII e XIV, Durão Barroso, XIV e Santana Lopes, XVI) a propósito das políticas de promoção da sociedade da informação. Embora num tom crítico, a autora salienta terem-se verificado importantes progressos neste domínio, sendo que foi neste período que se verificaram em Portugal algumas das mais relevantes acções de organização do sector da comunicação social (são referidos, por exemplo, o nascimento da PT Multimédia e da Portugal Global e posterior reforma de todo o sector público de comunicação, entre outras) e da adopção das acções constantes nos documentos da União Europeia, *e*Europe 2002 e *e*Europe 2005 a propósito da sociedade da informação.

[494] Seguindo um pouco mais as suas conclusões, Räsänen escreve que o seu estudo demonstra que factores como a idade, rendimento, género e educação explicam o uso da Internet de forma similar entre os Estados-Membros da UE. As fracturas mais importantes no uso da Internet estão relacionadas com características sócio-demográficas, as quais demonstram também outros tipos de divisões no contexto da Europa contemporânea, que terão, ainda nas palavras de Räsänen (2006: 21, tradução nossa) impactos significativos no futuro. Em especial, as diferenças entre nível de rendimentos e nível educacional poderão excluir as pessoas das potencialidades das novas tecnologias. "Será mais difícil para os europeus menos instruídos e pobres participarem nos assuntos da sociedade alargada".

> "[a]s sociedades europeias encontram-se em níveis diferentes de desenvolvimento da sociedade da informação, se o uso das TIC for visto como um indicador relevante deste desenvolvimento. Enquanto o uso das TIC é afectado por vários macro-factores, tais como o Produto Nacional Bruto e os padrões culturais, a política social tem um impacto importante uma vez que tende a afectar muitas outras instituições sociais. Isto sugere que a política da UE necessita de se focar tanto nos assuntos sócio-demográficos como institucionais no sentido de combater o fosso digital. É igualmente evidente que é necessário trabalho sócio-científico dirigido à difusão da Internet e de outras novas TIC" (Räsänen, 2006, 21-22, tradução nossa).

Embora o uso destas TIC (computadores, telefones móveis, Internet), se tenha difundido muito rapidamente nas sociedades avançadas, existem fossos muito evidentes mesmo dentro da área da União Europeia[495]. Isto pode explicar-se devido àquilo que a autora designa de características institucionais destas sociedades, isto é, ao nível político, económico e/ou social entre os países que podem também gerar uma atitude cultural diferente perante estas tecnologias, de maior ou menor entusiasmo/adopção (Räsänen, 2006: 6).

O uso de uma tecnologia pode criar, ainda de acordo com a mesma académica inúmeros grupos. Já Bell, e não só, o haviam referido a propósito da questão da sociedade da informação. Räsänen (2006) distingue, neste concreto, entre (socorrendo-nos da linguagem do Marketing) iniciadores e seguidores. Os primeiros são aqueles que em geral tiram maiores benefícios da adopção de novas tecnologias, enquanto os demais, apenas aderem quando já a maioria adoptou também e quando a opinião geral é positiva. O primeiro grupo de utilizadores relativamente à Internet, ou seja, os iniciadores, é essencialmente composto por jovens qualificados e bem-sucedidos. Hargittai (2008), por seu lado, sugere que, tal como em muitos outros bens e serviços inovadores os mesmos só se generalizam, assim chegando às camadas mais desfavorecidas das populações, quando o grupo dos pioneiros, em regra aqueles que têm o poder económico e a vontade para despenderem verbas extra em tecnologias de vanguarda, já migraram para um produto mais recente. Parece-nos correcta uma tal perspectiva uma vez que encontra a sua sustentação empírica nos padrões dos mercados. É público e igualmente notório que qualquer nova tecnologia quando disponibilizada no mercado surge com um preço que incorpora o custo da investigação, do desenvolvimento e do lançamento. Assim sucedeu com a imprensa no século XVII (só se generalizando com o fenómeno da *penny press*), com o telégrafo no século XIX, com o telefone, a rádio e a televisão na primeira metade do

[495] "As novas TIC são elas próprias incluídas entre os determinantes importantes da revolução da informação. Assume-se que a difusão dos telefones móveis e da Internet reflecte o nível da infra-estrutura tecnológica nacional, qualificações humanas e a criação de tecnologia. Nesta base particular alguns dos países nórdicos foram caracterizados como liderando as sociedades da informação mundiais" (Räsänen, 2006: 7, tradução nossa).

século XX, com os computadores, a Internet e os telefones móveis no último quartel do século XX.

Paralelamente, os estudos (não apenas os recentes, como os mais embrionários) vêm referindo outras características que distinguem os utilizadores dos não utilizadores, nomeadamente, questões de género e de idade que acrescem aos elementos educacionais e económico. Resulta assim existir nestes grupos como que uma pré-disposição reforçada: um mais elevado nível educacional conjuga-se com o uso frequente de outras tecnologias, tais como computadores, Internet e telefones móveis. Nas palavras de Räsänen (2006: 5, tradução nossa), "[a] adopção e uso da Internet é afectada por um sem número de factores. Em geral, a questão porque as pessoas usam um certo produto está ligado ao preço do produto, à sua complexidade, e ao seu uso e benefício relativo. Alguns produtos são mais baratos que outros, são mais fáceis de usar, e proporcionam outras vantagens que os adequam a propósitos particulares".

Embora os estudos venham revelando que, embora importante, a questão do preço não é a dimensão mais relevante do fenómeno da divisão digital, a verdade é que este problema particular foi excessivamente desvalorizado no quadro da Administração Bush, tendo sido menosprezado ao mais alto nível no seio da Comissão Federal das Comunicações (FCC).

Em 2001 o presidente da FCC referiu-se ao fosso digital, como a "divisão do Mercedes", sugerindo que, tal como a marca de automóveis de luxo germânica, também a Internet seria um luxo, que deveria encontrar-se apenas acessível àqueles com capacidade para pagar (Hargittai, *In* Grusky, 2008: 943). Ora uma tal posição, para mais num quadro em que uma cada vez maior parte do mundo se encontra digitalizada, não pode, diríamos nós, ser qualificada de outro modo senão como ignorante e preconceituosa. Mesmo perigosa. Estando a base da sociedade cada vez mais assente sobre os computadores e as redes telemáticas, não se poderá advogar que, estes bens constituem um luxo. Bem pelo contrário. Tal como, também em tempos o foram o automóvel e o telefone, um luxo, para se tornarem um bem "essencial". Para qualquer indivíduo, ser não-utilizador representa a perda de um conjunto de oportunidades, isto é, a impossibilidade de aceder a um cada vez maior leque de bens e serviços disponíveis (alguns exclusivamente) apenas em linha. Em nosso entender a info-exclusão (voluntária ou não) poderá, num futuro não muito longínquo, equivaler-se à exclusão social e uma certa forma de info-marginalismo ao actual marginalismo (esclareça-se, marginalismo social, dado que o marginalismo económico traduz uma outra realidade). Não muito distante desta é a perspectiva de Castells que Panayota Tsatsou (2011) igualmente subscreve. Entende esta última existir uma relação

umbilical entre os discursos sobre a Internet e o fosso digital, a qual é facilmente perceptível a partir das palavras de Castells (2001: 269, *apud* Tsatsou, 2011: 7): "estar desligado ou superficialmente ligado da Internet é o equivalente à marginalização no sistema enredado global".

Na verdade a legislação, no âmbito dos países da União Europeia, bem como as sucessivas iniciativas comunitárias em matéria de sociedade da informação, parecem inclusive caminhar no sentido da consagração do acesso à informação, e designadamente às redes de comunicações electrónicas, como um proto-direito fundamental em formação[496].

7.1.3 Fosso Digital: a questão do acesso

Já atrás reflectimos acerca do carácter multidimensional, pluridisciplinar e largamente inacabado da noção de fosso digital. Com efeito, historicamente, logo nos primórdios da disseminação da Internet o fenómeno não deixou de merecer a preocupação dos académicos. Porém, levou ainda algum tempo até que os trabalhos de investigação reflectissem mais variáveis do que a mera separação entre os indivíduos que dispunham de acesso e aqueles que se encontravam excluídos das redes digitais. Cedo se percebeu, todavia, que o simples recenseamento dos lares, partindo de uma estrutura binária, com e sem acesso às redes de informação, resultava profundamente redutor, posto que, excluía todo um imenso conjunto de dados relevantes. Não tardaram, por conseguinte, as críticas.

Por exemplo, Gunkel (2003: 505, tradução nossa) refere que "[n]ão importa como é definido, o fosso digital organiza as coisas em dois tipos dialecticamente opostos. A NTIA segrega os lares americanos em aqueles que têm acesso às TI e aqueles que não têm. A Fundação Benton desenha uma distinção similar, dividindo entre aqueles que podem usar a tecnologia e aqueles que não podem". Os exemplos deste debate/ classificação dualista

[496] Veja-se a este respeito, por exemplo, a inclusão/referência expressa aos serviços de comunicações electrónicas no elenco dos serviços públicos essenciais. "1 – A presente lei consagra regras a que deve obedecer a *prestação de serviços públicos essenciais* em ordem à protecção do utente. 2 – São os seguintes os serviços públicos abrangidos: […] d) *Serviço de comunicações electrónicas*; […]". Vd. n.º 1 e alínea *d)* do n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 44/2011 de 22/06 que altera a Lei n.º 23/96 de 26/07, itálicos nossos. Mas ainda os programas, *e*Europe 2002 e 2005, o i2010, a Agenda Digital. Vd. Igualmente, Figueiredo, 2012. Veja-se também a declaração de 29 de Junho de 2012 intitulada *The promotion, protection and enjoyment of human rights on the Internet*. Em linha: http://www.regeringen.se/content/1/c6/19/64/51/6999c512.pdf.

registados pelo autor prosseguem. Consequentemente, não obstante a aparente variação no seu referente, o fosso digital está, na verdade, organizado segundo uma lógica digital ou, se preferirmos, binária, qualificando e dividindo as coisas em dois tipos: aqueles que têm, aqueles que não têm; aqueles que acedem, aqueles que não acedem, e assim por diante.

Nas palavras de Mark Dery, "[o]s sistemas ocidentais de significação estão sustentados em oposições binárias que incluem, entre outros: o eu/o outro, mente/corpo, cultura/natureza, macho/fêmea, civilizado/primitivo, realidade/aparência, todo/parte, agente/recurso, construtor/construído, activo/passivo, certo/errado, verdade/ilusão, totalidade/parcialidade" (Dery, 1996: 244, *apud* Gunkel, 2003: 508, tradução nossa). E numa outra passagem o autor (Gunkel, 2003: 506) salienta que uma tal estrutura dicotómica, apesar de útil para descrever os limites de várias desigualdades sociais e tecnológicas não ilustra correctamente a realidade actual destes assuntos. Ou, como Harvey Graff (1987: 24 *apud*, Gunkel 2003: 506, tradução nossa) explica, "[...] nenhuma destas oposições polares descreve utilmente as circunstâncias actuais; todas elas, na verdade, precludem a compreensão contextual". Assim, embora reconhecendo que uma tal catalogação possa desempenhar um papel importante na organização de todas as formas de conhecimento – científico, matemático, crítico e até na linguagem corrente, a verdade é que esta estrutura acaba por se revelar redutora (Gunkel, 2003: 508).

Na verdade, prossegue ainda Gunkel, este extremismo excessivo acaba por redundar nos mesmos excessos da retórica tecno-utópica e tecno-distópica. Impõe-se, por conseguinte, uma solução mais moderada e equilibrada, do tipo de terceira via, na linha da proposta ensaiada em *The Control Revolution* de Andrew Shapiro. "A tecnologia não é – escreve este último – como as anchovas, que algumas pessoas podem adorar e outras detestar, nem como o direito a abortar, que alguns são a favor e outros contra. Pelo contrário, é uma característica indelével do nosso ambiente cultural – que devemos esforçar-nos por compreender em toda a sua complexidade de escala de cinzentos" (Shapiro, 1999: xvi, *apud* Gunkel, 2003: 506, tradução nossa).

Ora, num tal sistema, em que tudo é construído nesta lógica binária, e usando conceitos binários não é, então, possível conceber nada fora deste mesmo esquema. "Por outras palavras, pode não ser possível pensar, falar ou raciocinar de outra forma" (Gunkel, 2003: 508, tradução nossa). Deste modo, torna-se imprescindível conceber um outro sistema de categorias especialmente se considerarmos que, por exemplo, "[n]as estatísticas de não assinantes do telefone, serviços de cabo, propriedade de PC ou ligação à Internet, tem sido prestada escassa atenção aos não utilizadores voluntários. Existem tanto indícios

anedóticos como uma crescente verificação estatística que números consideráveis de indivíduos são não participantes voluntários..." (Gunkel, 2003: 513, tradução nossa).

Acresce ainda que, em vários estudos conduzidos nos Estados Unidos, por exemplo, entre a comunidade hispânica, concluiu-se que, de entre aqueles que não possuem um computador, quarenta por cento, referem não precisar. Paralelamente, ainda outros seis por centro responderam que são demasiado velhos, ou não estão de todo interessados. Outros relatórios, que incidiram sobre o mesmo objecto, apuraram que em apenas vinte por cento dos casos de info-exclusão são referidos factores económicos. Bem acima, mais de um terço do total de respondentes referem não estar interessados. Ora todos estes resultados, constantes do registo de Gunkel (2003), denunciam a excessiva tibieza de uma tal estruturação das investigações, facto que, na perspectiva do autor impõe a sua profunda reformulação.

No mesmo sentido, Nick Couldry entende que qualquer análise que passe pela mera contabilização de, em cada sociedade, quem tem e quem não tem computador, quem acede à Internet a partir de casa e quem se liga a partir de outro local, se revela largamente insuficiente. Embora uma tal metodologia possa, ainda assim, ser capaz de explicitar tendências importantes, nomeadamente ao nível dos fossos de género, rendimento, raça e localização, a verdade é que lhe escapam inúmeros componentes fundamentais.

Esclarece o autor tratarem-se de análises predominantemente quantitativas (crítica que havia sido igualmente dirigida aos primeiros estudos incidentes sobre a sociedade da informação), que pouco nos esclarecem acerca de outros aspectos importantes. "Uma fraqueza, que todos estes estudos partilham, é o quão pouco nos dizem acerca da qualidade do uso pelas pessoas da Internet e como esta pode variar. Isto emerge mais claramente quando os seus autores fazem grandes reivindicações acerca do significado das suas conclusões" (Couldry, 2003: 9, tradução nossa). Se bem que, nos possam dizer muito acerca, por exemplo, do índice de teledensidade (o número de acessos telefónicos por quilómetro quadrado), o mesmo já não sucede quando perante variáveis mais complexas e multidimensionais. Para telefonarmos a alguém, apenas necessitaremos de um telefone e de saber o número de destino. No tocante ao uso dos computadores e da Internet, o mesmo já não é verdadeiro. Couldry (2003: 10) distingue entre utilizadores intensivos e de baixa intensidade, os quais têm, necessariamente, comportamentos distintos em linha. O mesmo sucede quando nos reportamos a acessos de banda larga, posto que, a probabilidade de um utilizador que beneficie de tecnologias de alto débito de produzir e disponibilizar em linha documentos será, naturalmente, superior àquelas que acedem a partir de ligações

mais lentas, que na opinião do autor se limitarão a consultar alguns servidores, visualizar os destaques e algumas ligações secundárias e horários de transportes.

Ora, evidentemente, conclui Couldry, não poderá atribuir-se a estes diferentes perfis de utilizadores, ainda que localizados num país rico, o mesmo peso quando analisamos o fosso digital.

Partindo dos registos atrás reproduzidos facilmente se compreenderá que o acesso e uso das tecnologias de informação não poderá ser levianamente codificado em termos de uma lógica binária. Embora suceda frequentemente que o fosso digital seja muitas das vezes caracterizado como o diferencial entre acesso e exclusão da informação, a verdade é que não estamos em presença de uns indivíduos que possuem toda a informação e outros que não possuem nenhuma. De facto existe uma variedade muito significativa de formas da informação que cada um pode possuir e muitas maneiras diferentes de lhe aceder e inclusive de a usar. Neste ponto, Gunkel (2003: 506) sugere a comparação entre um professor de uma universidade americana com acesso a uma linha dedicada para navegação na Internet, um estudante sul-coreano que se socorra de um ciber-café e um activista indonésio de uma zona rural. Evidentemente que existem, na forma de acesso à informação, profundas diferenças. Porém, no caso de o activista receber através dos seus colegas na organização, a informação já impressa, o problema do acesso à informação não se coloca. Em qualquer dos casos, existe acesso. O que muda é o modo como esse acesso é realizado.

Por conseguinte, uma análise ao fosso digital que parta de uma simples lógica binária, não faz aqui qualquer sentido. O principal argumento apresentado por Gunkel (2003: 9) é a excessiva simplificação introduzida pela redução de um fenómeno multi-dimensional a uma lógica binária, o que negligencia inúmeros aspectos que existem neste objecto de estudo. Warschauer (2001: 1, *apud* Gunkel, 2003: 507, tradução nossa, aspas no original) "[...] sugere que o fosso digital seja redefinido como uma 'estratificação social', que indique o ‘fosso’ não seja de todo uma divisão, mas antes um *continuum* baseado em diferentes degraus de acesso à tecnologia de informação". Esta mesma ideia foi seguida nos estudos da NTIA, principalmente no terceiro, quarto e quinto, que procuraram encetar uma análise assente em vários graus de uso da Internet os quais tinham por base variáveis como o local de acesso à rede ou o equipamento utilizado para tal. Tal como escreve Gunkel (2003: 507), abordagens de um tal tipo parecem fornecer um modo de investigação que escapa à lógica redutora do binarismo.

Ora, no fundo, o que salta à vista é que uma análise partindo apenas da mera inquirição de se alguém tem computador, ligação à Internet, a velocidade/largura de banda da mesma, e o número de horas despendidos em actividades em linha, é manifestamente insuficiente e conduz a resultados redutores da realidade. Torna-se, por conseguinte, imprescindível considerar outras variáveis, nomeadamente, as de carácter sócio-económico.

É neste contexto que o estudo do fosso digital, muito embora circunscrito ainda à dimensão do acesso, haveria de evoluir para uma noção de acesso mais compartimentalizada. Num primeiro momento os trabalhos registaram apenas a separação entre quem acedia e não acedia às tecnologias digitais. Num momento posterior, os investigadores procuraram ir mais longe. Concretamente, passaram a medir o acesso em função de variáveis como o género, a raça, o nível de educação, o nível de rendimentos, o espaço geográfico dos indivíduos (rural ou urbano) (Robinson *et al.*, 2003: 1; DiMaggio *et al.*, 2004; Freese *et al.*, 2006; Zillien e Hargittai, 2009).

No mesmo sentido, Pekka Räsänen (2006) refere que a presença ou ausência de um uso regular das tecnologias de informação e comunicação pode ser uma forma viável de avaliar se o uso da Internet está 'fracturado' ou não.

> "O nível de rendimento, idade, género, educação, 'regime de segurança social', e país foram usadas como variáveis exploratórias do contexto nas análises. A escolha de rendimento, idade e género é justificada na base da sua relevância na investigação social moderna. O rendimento pode ser considerado como tendo impacto considerável no uso das novas tecnologias de informação e comunicação, uma vez que somos cobrados pelo seu uso. Neste sentido, a taxa de adopção dos novos produtos é significativamente afectada pelos factores económicos. Idade e género são factores necessários que têm de ser tomados em linha de conta na análise. O uso de instrumentos tecnológicos tem sido tradicionalmente visto como uma actividade 'masculina' em vez de 'feminina'. Embora possa ser verdade que o impacto dos papéis tradicionais de género esteja em declínio no mundo Ocidental, existem provavelmente diferentes usos da Internet entre homens e mulheres. Também se poderá assumir que as novas tecnologias são mais amplamente usadas pelos adolescentes e jovens adultos. O papel da educação é igualmente importante, uma vez que poderá razoavelmente afirmar-se que o uso efectivo de pelo menos algumas formas de TIC requer educação. A escolha de país e regime de segurança social, por outro lado, fornece informação importante no diferente uso, entre nações, da Internet. Estas diferenças desencadeiam consequentemente uma avaliação dos diferentes perfis institucionais dos diferentes países europeus" (Räsänen, 2006: 9-10, tradução nossa, aspas no original).

Estes estudos conduzidos por Pekka Räsänen (2006: 14) parecem apontar no sentido de (segundo os dados coligidos pela autora), a idade e o rendimento apresentarem os efeitos mais substanciais no tocante ao fosso digital. Paralelamente, o nível de educação também conduz a desencontros importantes. Os mais novos, independentemente do género, estão mais receptivos e adoptam mais facilmente as tecnologias. Por outro lado, no

tocante à variável do rendimento, as probabilidades de uso descem, estavelmente, à medida que descem também, os rendimentos. No respeitante à educação os dados recolhidos mostram uma correlação positiva entre um nível de educação mais avançado e o uso das TIC e da Internet. Isso é tanto mais notório, quanto aqueles que estudaram para lá da idade de vinte anos têm mais probabilidade de usar a Internet do que aqueles que abandonaram a escola com quinze ou menos anos de idade. Isto explica-se pelo facto de estas pessoas, que estudaram mais, serem, provavelmente, trabalhadores de colarinho branco e que usam por conseguinte as ferramentas de TIC, como o correio electrónico ou a Internet. Por último, o regime de segurança social parece ter mais efeitos em termos do acentuar o fosso do que o género dos indivíduos.

Deste ponto, os estudiosos avançaram para pesquisas que apresentavam níveis de detalhe ainda maiores. Já não importava saber somente se o indivíduo tinha ou não acesso, ou quais as suas características pessoais (raça, sexo, instrução, estatuto sócio-económico, etc.). Neste terceiro estágio, tornou-se igualmente importante aferir da qualidade do próprio acesso: se o equipamento (computador e modem) eram recentes, ou se dispunham dos requisitos mínimos para uma navegação adequada, bem como, as características (expressas em velocidade de transferência de dados – i.e. *upstream* / *downstream*) da ligação.

7.1.3.1 A divisão digital fundada no género

Hargittai e Shafer (2007: 3-5) notam que o problema do fosso digital incidindo sobre as questões de género nunca foi muito bem estudado. Os registos que analisaremos no próximo capítulo (as iniciativas europeias em matéria de promoção da sociedade da informação), embora contendo algumas referências à temática, não vão mais longe, justamente, que o mero assinalar da referida. Por outro lado, é comum o discurso feminista assentar em questões como a discriminação das mulheres em relação aos homens, nas questões culturais de género e, também, em como estas dimensões são susceptíveis de afectar as carreiras e a própria participação/envolvimento das mulheres com as tecnologias digitais.

Maria João Silveirinha (2011) numa sua reflexão a este respeito começa por se referir à obra de Sadie Plant, *Zeros + Ones*, na qual a autora estabelece uma analogia entre os zeros e uns do digital e os símbolos, respectivamente, de feminino e masculino. Silveirinha, refere que a investigadora britânica sustenta que a tecnologia industrial foi essencialmente patriarcal, porque baseada nos músculos, enquanto que as digitais serão predominantemente femininas, porque exigirão o cérebro. Por conseguinte as características das tecnologias digitais aproximam-se mais de um padrão cultural conotado com as mulheres do que com os homens. Esta é uma visão muito optimista, escreve Silveirinha e, pensamos nós, também redutora, visto que, no fundo, se sugere que as mulheres usam o cérebro enquanto os homens (apenas) os músculos, proposta que não acolhemos.

Já comungamos da tese de Silveirinha quando a mesma atribui às "[…] estruturas do poder patriarcal, [aos] fundamentos epistemológicos de privilégio e subordinação, de subjectividade e identidade de género" a exclusão histórica das mulheres das áreas da ciência e da tecnologia (Silveirinha, 2011: 80)[497]. E, mantendo-nos no trilho de Silveirinha, merece igualmente a nossa concordância a tese na qual a académica sugere que, apesar da retórica actual sobre oportunidades para as mulheres na nova economia do conhecimento, a realidade mostra, no entanto, que os homens continuam a dominar o trabalho técnico. Na verdade, o emprego das mulheres nas tecnologias de informação, na electrónica e nas comunicações "[…] é geralmente muito inferior à sua participação nos números do emprego em geral, estando mesmo a diminuir na maior parte dos países industrializados" (Silveirinha, 2011: 78).

Alguns estudos recentes indiciam que o fosso digital de género está a desaparecer rapidamente no ocidente (Hargittai, 2010; Obercom, 2012; Obercom 2010; Azevedo e Seixas, 2011: 59[498]; Hargittai e Shafer, 2006: 2). Neste particular observa-se que as mulheres parecem estar a recuperar terreno, beneficiando especialmente das novas

[497] Tese em que é acompanhada por Azevedo e Seixas (2011) que propõem um modelo na abordagem às desigualdades fundadas no género assente numa tripla perspectiva: 1) os riscos de as mulheres ficarem à margem da revolução científico-tecnológica, que contribuirá para a manutenção das desigualdades; 2) necessidade de mudança de valores, nomeadamente no tocante ao modelo patriarcal vigente; 3) as oportunidades que as TIC proporcionam às mulheres para serem agentes activos de mudança (Azevedo e Seixas, 2011: 60). Numa passagem posterior, as autoras criticam a ideia generalizada segundo a qual os homens têm mais aptidões para as questões da tecnologia enquanto as mulheres estão mais orientadas para as relações e para as questões da expressividade. Isso acaba por levar a que as jovens interessadas em cursos de ciências da computação e análogos acabem por se desmotivar, receando que, pelo facto de trabalharem tão próximas de máquinas percam as suas relações sociais e emocionais contribuindo para a perda de um certo sentimento de autenticidade de género.

[498] Carla Ganito (2011: 81) refere que "[…] igualdade de acesso não é igualdade de uso ou igualdade de inclusão. Os números das taxas de adopção de homens e mulheres são similares mas as diferenças existem nos usos e nos contextos".

plataformas de ingresso (telemóveis, *smartphones*, PDA's[499]) No entanto, Hargittai e Shafer (2006: 2) notam que esta questão não deve ser desprezada, visto que, enquanto o problema do acesso não for completamente superado, todos aqueles que se encontram a jusante, também o não poderão ser[500]. Porém estes trabalhos reportam-se essencialmente à questão do acesso, posto que, no tocante aos domínio dos usos, ainda que tenha diminuído, a divisão fundada no sexo dos utilizadores mantém-se uma realidade que urge superar[501]. As mulheres tendem a usar a Internet mais para tarefas de sociabilidade[502], ao passo que os usos dos homens são mais diversificados e apresentam índices de complexidade mais elevados (negociação de títulos na bolsa, compras electrónicas, banca em linha, por exemplo). Esta conclusão pode igualmente ser encontrada no estudo de Azevedo e Seixas (2011). Referem as autoras que a utilização dos homens é mais vocacionada para conteúdos de entretenimento. Paralelamente a utilização masculina é mais profunda/intensa e diversificada. Contrariamente, as mulheres utilizam mais a Internet para contactos sociais e para trabalho, sendo que a sua utilização se apresenta menos diversificada e menos intensa, com menos actividades desenvolvidas[503].

[499] O telemóvel goza de elevada aceitação pelas mulheres, ao contrário, da consola ou do computador, podendo ser desta forma um meio de entrada para o correio electrónico e outras tecnologias digitais.

[500] Mais concretamente, os autores salientam que, uma vez que, todos os dias cresce o número de actividades que fazemos na Internet, o nível competencial de cada um no modo como interage/utiliza esta ferramenta representa um factor adicional de estratificação. A capacidade de fazer negócios na Internet, conduzir transacções financeiras, aceder aos serviços da Administração, adquirir conhecimentos sobre saúde, procurar meios de participação política, influencia decisivamente o capital informacional de cada sujeito e este, as suas oportunidades de vida, económicas, profissionais, de ascensão social, etc.. Ora sabendo-se que está hoje disponível esta vasta miríade de informações em linha e que algumas pessoas lhes acedem mais facilmente do que outras, naturalmente que aqueles que conseguem aceder a essa informação, estarão melhor posicionados, nas palavras dos autores (Hargittai e Shafer, 2006: 3) para beneficiarem deste meio.

[501] Veja-se, por exemplo, Hargittai e Walejko, 2008: 1-2. As autoras apontam para uma divisão entre produtores e consumidores de conteúdos digitais, sugerindo que as mulheres se encontrarão, predominantemente, no segundo grupo.

[502] "As actividades de comunicação na Internet evidenciam um perfil ligeiramente mais feminino de utilização, ainda que com disparidades pouco acentuadas entre géneros. A actividade de perfil mais vincadamente feminino é a utilização de redes sociais (com adesão por 60,7% das mulheres internautas e 52,3% dos homens internautas)" (Obercom, 2010: 6). Vd. igualmente Hargittai e Shafer (2006: 6): segundo a perspectiva dos autores as mulheres dedicam mais tempo nas suas actividades em linha à socialização e ao cultivo dos laços sociais do que os homens; ainda assim, os homens passam mais tempo em linha, e usam o meio mais intensamente o que sucede, segundo alguns, porque têm mais tempo livre/de lazer. Também o facto de as mulheres usarem menos origina que, quando usam para uma actividade em concreto fiquem ansiosas e tenham mais dificuldade em alcançar os resultados desejados, o que faz com que deixem tais tarefas para os homens, até para não se deixarem sobrecarregar tanto. Estas questões são igualmente ligadas aos estereótipos da superioridade masculina em áreas como as ciências, matemáticas e tecnologias.

[503] O estudo realizado em Portugal nota que no tocante às actividades realizadas em linha e a divisão segundo o género conclui pela existência de usos diferenciados segundo o género, i.e., há actividades predominantemente masculinas, há actividades mais femininas, e há actividades em que não se verificam diferenças significativas (Azevedo e Seixas, 2011: 69). A partir das pp. 70 e ss. as investigadoras analisam esta questão com maior detalhe.

Há autores que sugerem, por um lado, que que estes usos diferenciados possam estar ligados à menor disponibilidade das mulheres para acederem à Internet a partir de casa devido à maior exigência da sua rotina doméstica[504], o que tendencialmente poderá contribuir para, no tocante aos usos, aumentar as divisões digitais de género. Por outro lado, as actividades mais relacionadas com o lazer/sociabilidade surgem, via de regra, associadas a níveis competenciais ou de literacia digital mais reduzidos, enquanto que a capacidade para a multitarefa se liga a índices de proficiência superiores, o que, seguindo ainda Azevedo e Seixas (2011), poderá, ao nível dos usos, potenciar um maior distanciamento entre géneros.

Não era, todavia à questão genérica do acesso, ou dos usos, que Maria João Silveirinha se referia atrás. A autora circunscreveu o seu campo ao espaço de análise ao mercado de trabalho em concreto, dirigindo duras críticas aos responsáveis políticos a quem, defende, se deveriam exigir mais esforços nesta matéria[505]. A sua perspectiva encontra eco em Bibby (2000: 29), o qual aponta como uma das possíveis soluções para o problema da escassez de profissionais da área das TIC (não apenas na UE, como em todo o ocidente desenvolvido) um maior envolvimento das mulheres nestes sectores. O documento da União Europeia, *Estratégias para Empregos*, expõe, segundo o autor, o evidente desequilíbrio que se verifica ao nível do género no domínio das TI[506] e propõe-se encetar um forte encorajamento das mulheres no sentido de entrarem/acederem às novas profissões da sociedade da informação. Porém, como acrescenta Bibby (2000: 29), este documento é, apesar de tudo, muito breve em sugestões/ideias/propostas concretas. Este problema encontra também eco no *Plano de Acção* e*Europe 2002*, o qual sugere o desenvolvimento de um esquema pan-europeu para a formação e re-conversão dos

[504] Azevedo e Seixas (2011: 67) apresentam no seu estudo várias características a respeito do fosso digital fundado no género em Portugal. Aqui é referido que o *digital divide* de género está a diminuir na sociedade portuguesa, mas que ainda assim o não uso das mulheres é superior ao dos homens. Paralelamente, há também quem defenda (vd. nota de rodapé da p. 67 do trabalho das investigadoras) que as mulheres demonstram menores aptidões tecnológicas para, no seio do lar, não serem sobrecarregadas com essas tarefas. Acrescem como causas referenciadas, o receio que as mulheres têm no manuseio das tecnologias e a sobrecarga dos papéis profissional e familiar que deixa menos tempo livre para estas actividades. A questão dos modelos culturais baseados no esquema patriarcal também explica esta divisão de género no acesso à tecnologia.

[505] "Se os governos forem sérios sobre a inclusão de género na sociedade da informação, então a plena consciência de género deve permear todas as estratégias de inclusão digital, sejam elas baseadas na educação, no trabalho ou na comunidade. (…) Porque a exclusão digital é multidimensional, as estratégias de inclusão implicam um pacote 'heterogéneo' de medidas. A inclusão digital não é simplesmente um espelho da exclusão, e consequentemente a inclusão não pode ser conseguida restringindo apenas os mecanismos de exclusão" (Faulkner e Lie, 2007: 174, *apud* Silveirinha, 2011: 79).

[506] Desequilíbrio que se verifica não apenas no tocante ao número de raparigas nos cursos conotados com as áreas técnicas (Bibby, 2000), mas também, segundo Ponte e Azevedo (2011: 9) embora as mulheres estejam actualmente, no caso de Portugal, mais presentes no mercado de trabalho face ao passado, a verdade é que, muitas das suas ocupações não exigem recurso às TIC.

trabalhadores em matéria de TIC, direccionado de forma particular para o suprimento das principais lacunas existentes no mercado, onde se incluem acções específicas para as mulheres, mas também uma expansão dos programas de formação aos desempregados, mulheres e empregados mais antigos.

No entanto, para além dos assuntos decorrentes dos modelos culturais vigentes, designadamente no tocante à preponderância das estruturas patriarcais, as mulheres têm de vencer uma outra dificuldade que encontramos entre as conclusões várias investigações (referimos aqui Hargittai e Shafer, 2007). Com efeito, os homens têm uma postura mais positiva perante as tecnologias. As mulheres pensam frequentemente saber menos do que efectivamente sabem. Daqui resulta que questionam/duvidam mais das suas capacidades de interagir com a Internet e a probabilidade de retirarem dividendos da sua utilização das TIC diminui. Consequentemente as mulheres serão menos propensas a obter vantagens da Internet e da tecnologia em geral, com vista à melhoria das suas condições de vida, tais como frequentar cursos em linha, aceder aos serviços da Administração, ou informarem-se acerca de temas/assuntos políticos. Porém, como cremos poder inferir-se a partir de vários estudos, as capacidades de homens e mulheres para navegarem na, e usarem a Internet não diferem substancialmente. Parece, isso sim, existir, no tocante às capacidades auto-intuídas, uma não negligenciável diferença de género.

7.1.3.2 O fosso geracional

A retórica popular, muito assente na perspectiva do determinismo tecnológico, vem afirmando que os jovens/pessoas que nasceram e cresceram com as tecnologias digitais são, de um modo geral, proficientes neste domínio. Um bom exemplo são os documentos acerca desta problemática produzidos pelas instituições europeias. Todavia, estas conclusões apenas muito raramente são apoiadas em dados empíricos. Acresce a este facto que o uso da Internet não se encontra distribuído de forma aleatória. Pelo contrário há inúmeros estudos que sugerem que os factores raça (branco, asiático ou americano), género (homem), e contexto familiar (pais com níveis de instrução mais elevados), influenciam decisivamente não apenas a questão do acesso, como os próprios usos que os indivíduos fazem destas tecnologias. O estatuto sócio-económico pode igualmente, ainda

segundo Hargittai (2010: 1), servir como elemento de previsão do modo como as pessoas estão a incorporar a Rede no seu quotidiano. Utilizadores de meios mais favorecidos tendem a usar estes recursos de um modo mais informado e num mais amplo leque de actividades.

> "Tanto nos meios populares […] como nos restantes lugares, prevalecem presunções acerca da inerente compreensão das pessoas jovens relativamente às tecnologias de informação e comunicação (TIC's) simplesmente por causa da ideia de que foram expostos à tecnologia ao longo das suas vidas. Esta perspectiva levou a que todo um grupo de pessoas fosse rotulado de "nativos digitais" (por oposição aos "imigrantes digitais") (Prensky, 2001) ou a "geração da Rede" (Tapscott, 1998) com a consequência de que as diferenças nos usos das TIC não são uma preocupação entre os jovens, dado a sua ampla exposição [a elas] e um suposto resultante à-vontade e conhecimento pericial dos meios digitais" (Hargittai, 2010, 2, tradução nossa, aspas e parêntesis no original).

Importa desde logo tentar perceber a quem se referem os diferentes autores quando falam de nativos digitais ou de (in)migrantes digitais. Ponte e Azevedo (2011) mencionam a existência de sete gerações coexistentes, que são geralmente identificadas pelos autores de estudos de mercado e pelo Pew Institute, a saber: "[…] os *Millenials*, nascidos na viragem do século XXI; a Geração Y (18-30 anos), contemporânea dos meios digitais; a Geração X e os *Young Boomers*, que se adaptam facilmente aos novos meios (os *digital settlers*); os *Old Boomers*, a geração do Vietname; a *Silent Generation*, do crescimento económico dos anos 1950; e a *Great Generation* que viveu a experiência traumática da Segunda Guerra Mundial" (Ponte e Azevedo, 2011: 11, itálicos e parêntesis no original). De acordo com esta classificação seriam nativos digitais os indivíduos das gerações Y e *Millenial*, enquanto todos os outros pertenceriam à categoria de imigrantes digitais[507].

Inúmeros investigadores vêm, todavia, alertando para o facto de estas hipóteses poderem não ter correspondência com a realidade. Na verdade, e mesmo após as pessoas terem cruzado a linha da conectividade (i.e., tornando-se utilizadores), tal não implica necessariamente que, ao nível dos usos, as suas experiências sejam iguais. Ora, assume pois, especial relevo, a necessidade de se investigar melhor, mesmo entre os jovens, na verdade, especialmente entre este grupo, a questão dos usos, e as múltiplas desigualdades associadas.

[507] Saliente-se, no entanto, que entre os indivíduos pertencentes à segunda categoria poderia ser estabelecida, pelo menos, e no nosso entender, uma sub-divisão adicional. Se é verdade que todas estas pessoas não poderão ser referidas como nativos digitais, a verdade é que tanto no caso da Geração X como na dos *Young Boomers*, a sua propensão para usar estas tecnologias e para a elas se adaptarem será maior do que os grupos precedentes. Tal resulta não apenas do facto de terem participado activamente no seu desenvolvimento, mas também devido ao próprio contexto sócio-económico e político no qual cresceram, o qual contribuiu para que estas gerações apresentem níveis de escolaridade mais elevados face às anteriores. Vários estudos encontraram fortes indícios sugerindo uma correlação positiva entre educação e intensidade de uso dos, *grosso modo*, artefactos tecnológicos.

Registe-se, aliás, que os estudos mais recentes têm tido como objecto de análise justamente os utilizadores mais jovens (via de regra abaixo dos 30 anos), uma vez que, entre este público o problema do acesso se encontra fortemente mitigado (na generalidade dos países desenvolvidos, as taxas de utilização da Internet rondam os 90%, inclusive em Portugal, Obercom, 2012: 5). Na verdade, o grupo dos jovens adultos lidera a utilização. Na faixa etária dos 18-29 anos, em 2004, a taxa de penetração era de 77%. Em 2006, tinha subido para 88%[508]. Entre os usos mais comuns para além do lazer surgiam a pesquisa de informação e a comunicação com a sua rede social. (Hargittai e Hinnant, 2008: 604). Registe-se no entanto que, nesta geração, coexistem em constante confrontação o mito da Geração de Columbine profundamente pessimista em relação às vantagens das TIC, e o mito da Geração Digital o qual tende a exagerar nas vantagens (Hargittai e Hinnant, 2008: 604), numa continuação da eterna querela entre tecno-optimistas e tecno-pessimistas, de que atrás demos conta.

Porém, o problema da divisão e das desigualdades digitais, como já vimos, não se esgota no ter ou não acesso à Internet, i.e., no domínio técnico do acesso. Saliente-se, aliás, que a questão da conectividade continua a ser um assunto de extrema importância, posto que, 25% dos americanos (segundo Zhang, Callegaro e Tomas, 2008, *In* Hargittai 2010) e cerca de um terço dos europeus (Comissão Europeia, 2008)[509], permanecem sem acesso. Acresce que, em estudos mais recentes (Hargittai, 2008)[510] foi encontrada uma correlação positiva entre baixos salários e não uso da Internet. Evidentemente, que poderá atribuir-se este facto a outras dimensões da desigualdade social (poder económico e instrução/educação[511], género e raça, por exemplo). Não deixa, ainda assim, de ser uma hipótese a ter em conta, aquela proposta pela autora (Hagittai, 2010: 3).

[508] As previsões (especialmente as oficiais – vejam-se por exemplo os sucessivos documentos produzidos pela Comissão Europeia a este respeito) sugerem que a banda larga, mas principalmente a banda larga móvel, poderão vir a desempenhar um papel crucial no sentido de garantir um nível de cobertura/acesso universal.

[509] Registem-se, neste particular, as profundas divisões existentes no espaço comunitário, confirmando, no fundo a tese do global divide de Norris (2001). Enquanto nos países do Centro e, especialmente, do Norte as taxas de utilização da Internet ultrapassam facilmente os 90% entre as gerações mais jovens, e mantêm registos sempre elevados mesmo entre os grupos mais idosos, na Europa do Sul a realidade é substancialmente diferente. Em Portugal, Espanha, Itália e Grécia o acesso não supera os 50%. Em Portugal, dados recentes tornados públicos pelas instituições europeias sugerem mesmo que apenas 25% da população (Ponte, 2011) é utilizadora regular da Internet, e 25% nunca sequer cruzou a barreira da inclusão. Veja-se também: http://www.umic.pt/index.php?option=com_content&task=category&sectionid=23&id=135&Itemid=242.

[510] Cristina Ponte, numa comunicação apresentada em 04 Novembro de 2011, por ocasião do lançamento do número 19 da Revista Media & Jornalismo, salientou justamente esse ponto. Muitos dos cidadãos excluídos das redes digitais apresentam, como argumento para o não uso, motivações de índole económica.

[511] Fernanda Martins, em comunicação apresentada no dia 04 de Novembro de 2011 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, notou que, mais do que uma divisão assente nos domínios geracionais ou de género, na verdade, o que temos é uma desigualdade de formação académica/ de escolaridade, o que não implica negar a existência de outros. Porém, o que a investigadora salienta é a aparente predominância da variável da escolaridade sobre todas as demais. Segundo a opinião de Luísa Aires,

Por outro lado, estudos de Howard, Rainie e Jones (2001) sugerem diferentes usos dos internautas, baseado no seu nível escolar/académico. Aqueles com maior nível de habilitações tendem a procurar informação sobre saúde, efectuar transacções financeiras, e procurar notícias. Contrariamente, aqueles que não frequentaram o ensino superior têm hábitos diferentes, nomeadamente, navegar apenas para passar o tempo ou jogar (em linha ou em casinos em linha). Daqui pode, por conseguinte, retirar-se que a educação está positivamente correlacionada com as actividades em linha potenciadoras do incremento do capital intelectual de cada um[512]. Ou seja, o uso da Internet compensa desigualmente os seus utilizadores mediante as suas actividades em linha. Uns poderão beneficiar (muito, até) do uso, outros, nem por isso. Idênticas conclusões foram, segundo a Hargittai (2010), encontradas noutros países.

A perícia de um utilizador no uso da Internet está fortemente relacionada com diversos tipos de usos. Os jovens de estratos sócio-económicos mais elevados tendem a entender melhor a Internet e a envolverem-se mais em actividades em linha, em relação aos que compreendem menos a Internet. Estes dois factores podem ter um efeito de reforço mútuo. Tais diferenças são visíveis mesmo nos grupos mais jovens, isto é, aqueles em cuja taxa de penetração/uso se aproxima dos 100%. E, neste particular o contexto poderá assumir-se como determinante. "Aqueles que já são mais privilegiados tendem a apresentar mais autonomia e recursos no uso da Internet, mais experiências em linha, maiores níveis de conhecimento e a reportar um envolvimento em mais diversos tipos de usos do que os menos privilegiados, precisamente o grupo que alcançaria uma maior probabilidade de beneficiar destas actividades se estivessem mais envolvidos nelas (Hagittai, 2010: 18, tradução nossa). Acresce que o conjunto de indivíduos estudado é, já de si, um grupo privilegiado, dado que todos frequentam a universidade.

---

apresentada na mesma conferência, a escolarização não tem de ser, necessariamente, a única forma de promover um combate à iliteracia e exclusão digital. A autora propõe, em oposição à educação formal, modelos informais alternativos, tendentes à aquisição de competências digitais pelos sectores menos privilegiados da população. Os grupos de amigos, a própria Internet no modo de tentativa/erro, podem aqui assumir-se como alternativas válidas de aquisição de conhecimentos. Mantemos, no entanto, e na linha do já anteriormente referido, sérias reservas quanto a este tipo de modelos alternativos ou informais de transmissão de conhecimentos/educação.

[512] "Ao nível da utilização veja-se que a utilização da Internet, por ser uma prática estritamente relacionada com os níveis de literacia de cada utilizador, responde, como vimos em anos anteriores, fortemente à relação com a idade e escolaridade dos inquiridos: a utilização de Internet decresce à medida que a idade aumenta e a escolaridade diminui (90,6% dos inquiridos entre os 15 e os 24 anos utilizam a Internet, contra 5,0% dos que têm 65 ou mais anos; 97,5% dos inquiridos com Instrução primária Incompleta não utilizam a Internet, enquanto que 96,9% dos Universitários / Pós-graduados / Doutorados utilizam este meio de comunicação)" (Obercom, 2012: 5). Por outro lado, conforme notámos atrás, é natural que as gerações mais jovens, mesmo aquelas que não surgem enquadradas na classificação de nativos digitais, consigam enredar-se mais facilmente com estas tecnologias, do que as gerações mais antigas cujo nível escolar era, de um modo geral, mais baixo. Vd. ainda Räsänen, 2006: 21-22 e Salgado 2011: 104.

Noutro estudo (Hargittai e Hinnant, 2008), as autoras observam as implicações decorrentes dos usos diferenciados que os utilizadores fazem em linha da Internet nas suas oportunidades de vida, isto é, a capacidade de cada um de melhorar o seu capital humano, financeiro, político, social e cultural, por meio da Internet e das tecnologias digitais. A pesquisa foi conduzida entre aquele que é o grupo mais ligado: os jovens adultos. Porque é neste grupo que estas tecnologias encontram maior adesão, isso permite-nos perceber que a mitigação da questão do acesso mostra de forma clara que, não obstante a taxa de exclusão ser neste grupo quase residual, o problema das desigualdades está longe de se encontrar resolvido (Hargittai e Hinnant, 2008: 603).

Entre as desigualdades identificadas no grupo dos jovens há duas que se revelam particularmente determinantes: a capacidade de os sujeitos empreenderem acções de pesquisa e selecção da informação encontrada e, igualmente importante, a participação, isto é, a produção de conteúdos.

No tocante ao primeiro aspecto, desde há algum tempo que os académicos vêm manifestando preocupação acerca do espírito crítico que a globalidade dos utilizadores possui acerca da informação (especialmente aquela que se encontra em linha). A ideia geral é que a maioria das pessoas possui enormes dificuldades com esta competência em particular. Por outro lado, nota-se que crianças e jovens estão muito expostos à informação destes *media*, e não possuem as aptidões necessárias para filtrarem e analisarem criticamente a informação que recebem. Idênticas dificuldades são sentidas pelos adolescentes e jovens adultos nos seus trabalhos de investigação (biografias, histórias, romances, etc.), notando-se que não dedicam suficiente atenção à fonte e ao contexto de produção/difusão dos conteúdos utilizados. (Hargittai *et al.* 2010: 3)[513]. Paralelamente os utilizadores da Internet têm também muita dificuldade em distinguir de conteúdos que são pagos e não pagos nos motores de busca. Além disso os utilizadores têm grande confiança nas suas técnicas/recursos de pesquisa o que, muitas das vezes não corresponde à realidade. Acresce também que, não obstante as pessoas terem hoje disponível muita e muita informação em linha, continuam a confiar, sobretudo, nas suas redes (familiares e amigos) quando procuram informação não recreacional. (Hargittai *et al.*, 2010: 5)

[513] Na mesma conferência de 04 de Novembro de 2011, Fernanda Martins referiu que os mais velhos apresentam, tendencialmente, por oposição aos jovens internautas, níveis mais elevados de literacia informacional, isto é, na capacidade para seleccionarem criticamente a informação reunida nas pesquisas em linha. Idênticas foram as perspectivas apresentadas pelos intervenientes no último painel do mencionado encontro científico, tendo os mesmos referido que o facto de os jovens apresentarem uma grande destreza nas tecnologias, não significa, necessariamente, que esta seja acompanhada de competências de literacia análogas (tanto no concernente às digitais, como às de informação).

Por outro lado, vários estudos têm demonstrado que a generalidade dos jovens, muito embora possua acesso à Internet, não dispõe das capacidades mínimas essenciais para a criação/produção de conteúdos. Maria José Brites[514] destacou que os jovens não criam blogues, não porque não tenham acesso à Internet, antes sim porque, segundo as justificações apresentadas pelos próprios, tal tarefa apresenta-se como muito difícil. Esta autora adicionalmente notou existirem dois grupos distintos: os utilizadores e os que criam/produzem conteúdos. Em conferência apresentada no mesmo evento, Joseph Straubhaar, reforçou esta mesma ideia, distinguindo, inclusive, entre uns e outros pelo tipo de ligação que possuíam. Assim, os utilizadores acedem, via de regra, por meio de ligações móveis, ao passo que os criadores se ligam preferencialmente a partir de conexões fixas de banda larga.

A nossa própria experiência que, na qualidade de formador e professor do ensino básico e secundário, tivemos oportunidade de recolher, aponta nesse sentido. Será este o momento, portanto, de traçarmos o nosso próprio panorama daquilo que pensamos serem alguns dos problemas neste domínio. Sendo um quadro admitidamente impressionista, pensamos, no entanto, que a nossa própria experiência recolhida ao longo de uma década na qualidade de formador em Novas Tecnologias, bem como de três anos lectivos enquanto professor do Ensino Básico, na área das TIC nos permitem sistematizar informação diversa como a recolhida nos inquéritos de formação e a recolhida de modo pessoal e directo durante as aulas ministradas. Assim, poderemos dizer genericamente que: 1) regra geral, o conceito que os discentes têm, quer da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (independentemente de ser leccionada no 3.º Ciclo – 9.º ano, ou em situações pontuais de turmas de percursos alternativos, no 2.º ciclo), quer dos cursos de formação na área, coincide com navegação na Internet, actividades de troca de mensagens instantâneas e, eventualmente, jogos em linha; 2) com grande frequência, a menção a aulas/sessões que não incluam ter o computador em funcionamento e/ou a Internet ligada são maioritariamente mal recebidas; 3) Também muito frequentemente, a apresentação/ tentativa de explicitação de princípios básicos da informática, ou indicação de algumas funcionalidades dos programas informáticos constantes dos planos educativos das disciplinas/cursos (normalmente, Microsoft Windows, Microsoft Word, Microsoft Powerpoint, Microsoft Excel), é mal compreendida e provoca resistências de muitos estudantes (expressa em interpelações como por exemplo: “para que é que isso serve?”; “não preciso disso para nada”; ou ainda, “isso é uma ‘seca’”, entre inúmeras outras análogas); 4) a percepção que a generalidade dos jovens tem relativamente ao seu nível de conhecimentos

[514] Em comunicação realizada no dia 04 de Novembro de 2011 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

supera em muito as parcas competências que exibem quando lhes é proposta a realização de tarefas práticas (curiosamente, verifica-se o contrário relativamente aos públicos mais velhos, em que o nível de competências percebido é inferior àquele que depois se vem a apurar); 5) As competências observadas nas tarefas de pesquisa de informação apresentam-se muito diminutas, a capacidade para avaliar criticamente a informação recolhida, de a cruzar com fontes e meios alternativos é igualmente reduzida e, motivo para preocupações acrescidas, os índices de confiança nas informações recolhidas na Internet são, em muitos casos, demasiado elevados (isto é, os jovens assumem como verdadeiras as informações recolhidas, o que difere das conclusões encontradas por Hargittai)[515]. Note-se, porém, que os meios onde leccionámos/ministrámos sessões de formação estão circunscritos ao Ribatejo e, por conseguinte, apresentar-se-ão, com grande probabilidade, diferentes daqueles que seriam obtidos por estudos conduzidos nos centros urbanos do litoral. Acrescente-se, igualmente, que o meio sócio-económico dos sujeitos em causa era, em regra, baixo, assim como o era o nível habilitacional dos progenitores e o próprio meio sócio-cultural envolvente.

Neste sentido a questão da "inclusão digital" emerge como um tópico não apenas de natureza científica, mas igualmente política (e ideológica), que remete para a forma como as desigualdades de partida (distintos capitais sociais, económicos, culturais, etc.) podem determinar usos mais ou menos competentes ou profícuos dos media digitais. Esta é uma questão que se aplica igualmente aos jovens apesar de "[...] estes corresponderem à categoria sócio-etária mais conectada à Internet. [...] os usos da Internet são marcados por diferentes formas de "inclusão digital" que traduzem uma "escala de oportunidades" que se vai trepando ao longo do tempo" (Campos e Simões, 2011: 121, aspas, parêntesis e itálicos no original).

A generalidade dos investigadores nota que os jovens que estão no sistema de ensino (escola/universidades) e que constituem o grupo que deveria obter os maiores benefícios das tecnologias, do conhecimento, por via da dinâmica e da facilidade de acesso à informação hodiernamente possível são, paradoxalmente, aqueles que menores capacidades/competências de literacia informacional exibem[516]. Não obstante manipularem

[515] Um outro ponto neste particular a merecer particular reflexão prende-se com as questões do plágio que é entendido, entre tais públicos, como uma prática quase 'natural', sendo, de igual modo, abundantemente praticado.

[516] Mesmo em Portugal, em que as assimetrias são mais notórias entre os públicos jovens, (onde o uso atinge os quase 100%), e as gerações mais antigas, entre as quais o nível de utilização baixa para níveis que chegam a ser uma mera fracção do observado, nos mesmos escalões etários, noutros países da Europa, esta situação é igualmente registada. Vários estudos conduzidos pelo Observatório das Comunicações (OBERCOM) têm confirmado esta tendência.

facilmente as ferramentas electrónicas/digitais, a verdade é que exibem parcos níveis de literacia informacional (não apenas digital), mostram muitas dificuldades nas tarefas de encontrarem em linha a informação que lhes interessa, e carecem de aptidões para seleccionarem e olhar criticamente para os conteúdos que recolhem (não distinguindo, por exemplo, entre materiais científicos e comerciais).

Em suma, diríamos que, contrariamente ao esperado, os nativos digitais não compreendem criticamente o que é a Internet. Pensamos inclusive que a maioria dos jovens de hoje serão, se nada for feito para reverter esta situação, os info-excluídos de amanhã, tal como, os seus "avós" foram os analfabetos de ontem. Ora, esta situação, claramente, deveria merecer a atenção das políticas nacionais e europeias.

7.1.4 Divisão Digital: o problema dos usos

O problema do acesso, atrás focado, não esgota, como de resto se percebeu, a complexa e imbrincada teia de dimensões suscitadas pelo fenómeno do fosso digital. Esta é pelo menos a perspectiva de DiMaggio *et al.* (2001)[517]. Saliente-se, no entanto que os autores não apreciam a própria designação de fosso digital (*digital divide*), dizendo: "[…] é importante compreendermos que o termo 'fosso digital' é erróneo porque sugere uma divisão unidimensional. Ao invés, desigualdades existem em múltiplas dimensões – acesso tecnológico, autonomia, apoio social, competências, tipos de usos – e assim um melhor termo para apreender as consequências potenciais do acesso diferenciado e do uso da Internet para a estratificação social é a 'divisão digital'" (DiMaggio *et al.*, 2001: 310, tradução nossa, aspas no original).

Embora as preocupações com o acesso diferenciado possam diminuir em países onde as taxas de penetração atinjam percentagens elevadas, outras divisões podem existir entre as pessoas e continuar a discriminar. "Mais investigação, explorando as diferenças no que as pessoas fazem em linha, e as suas capacidades para usar a Internet para vários propósitos, precisa de ser feita. Também se tornará crescentemente importante especificar em qualquer estudo o que o investigador designa de 'uso da Internet'. O uso de tecnologias

[517] Mas também de Zillien e Hargittai, 2009: 274.

digitais para comunicação mediada por computador com outros indivíduos pode ser muito diferente do seu uso para pesquisa de vários tipos de informação. Isto é especialmente relevante quando em comparação com as taxas diferenciadas de difusão de várias tecnologias digitais tais como, por exemplo, Internet e uso do telefone celular. Apesar de muito poder ser feito também através deste último *medium*, a maior parte do seu uso presente encontra-se restrito a comunicação de pessoa-para-pessoa. Isto deve ser tido em consideração quando se compararem as taxas do uso de diferentes meios e os padrões da sua adopção" (DiMaggio e Hargittai, 2004: 141, tradução nossa, aspas no original).

Hargittai (2002: 2-3) nota que, à medida que as pessoas começam a utilizar a Internet para inúmeras tarefas relacionadas com informação e comunicação, torna-se igualmente importante deixarmos a habitual classificação do fosso digital colocada no ponto específico do acesso. Resumindo outras posições anteriores diz a autora que, "Kling (1998) identificou diferenças no acesso técnico (a disponibilidade física da tecnologia), e no acesso social (o conhecimento profissional e as competências técnicas necessárias para beneficiar das tecnologias de informação. Norris (2001), indicou divisões em três níveis: o fosso global que compreende as diferenças entre nações industrializadas e menos desenvolvidas; o fosso social que aponta para desigualdades entre a população dentro de uma nação; e, um fosso democrático que se refere às diferenças entre aqueles que usam e não usam as tecnologias digitais para se envolverem na vida pública" (Hargittai, 2002: 2-3). Por seu lado, DiMaggio *et al.* (2001) propõem uma noção assente em cinco dimensões: 1) meios técnicos (equipamento, programas, e conexão); 2) autonomia de uso (localização do acesso, liberdade de uso); 3) padrões de uso (tipos de uso da Internet); 4) redes sociais de apoio (acesso a pessoas que possam dar apoio no uso) e; 5) perícia (a capacidade de cada um para utilizar o meio de modo eficiente). "Hobbes e outros (2011) apresentam um modelo de capacitação de aprendizagens digitais em torno de sete competências: *envolvimento* (ligação à experiência vívida, estimulando a curiosidade e a motivação); *localização* (pesquisar e encontrar informação); *compreensão* (construção de significados por processos de interpretação activa); *análise* (identificação do autor, da audiência, da intenção e do ponto de vista e examinar a relação entre forma e conteúdo); *avaliação* (formular juízos sobre o valor e o mérito da uma dada imagem); *comunicação* (compor ou criar uma mensagem a partir da discussão de ideias, da sua composição e revisão); e *acção* (disseminar uma mensagem junto de uma audiência real, fora do círculo da escola ou dos amigos)" (Ponte, 2011: 47, itálicos e parêntesis no original). E ainda "Haddon (2004: 19) propõe a consideração de quatro factores para a observação da variável uso: a) regularidade, b) duração, c) abrangência e d) propósito. Desta forma, é sustentado o estudo não apenas dos recursos económicos que estruturam o acesso, mas também de uma

consciência – individual e organizacional – do que pode ser alcançado através do uso de determinada tecnologia e das competências e habilidades necessárias para produzir determinado objectivo" (Vicente, 2011: 120, itálicos no original)

Para Servon (2002, *apud*, Rosa, 2011: 128), a interacção entre vários dos seguintes factores ajuda a perceber porque razão certos grupos permanecem ainda incapazes de participar plenamente na sociedade da informação: 1) as forças de mercado (não obstante a queda acentuada dos preços no sector das TIC, a verdade é que, para alguns grupos, o custo combinado de equipamento, programas/conteúdos e ligação à rede são ainda incomportáveis); 2) o investimento nas infra-estruturas (como é maioritariamente efectuado pelos agentes privados, estes operadores tenderão a concentrar os esforços nas áreas em que o aglomerado populacional garanta rendibilidades mais atractivas); 3) discriminação (aqueles que já antes eram marginalizados e excluídos do acesso, tenderão a ver reproduzidas, na migração para o digital, essas mesmas desigualdades); 4) os insuficientes esforços políticos (que se revelam incapazes de compreender a verdadeira essência do problema e, por conseguinte, não conseguirão encontrar uma resposta à altura do desafio) e; 5) cultura e conteúdo (as ferramentas de TIC deverão reflectir as necessidades e interesses das populações, sob pena de se revelarem ineficazes na atracção de grupos diferenciados de utilizadores. Paralelamente, outros factores mais de índole pessoal (como o nível de entendimento, interesse, ou a própria aceitação das TIC) deverão ser igualmente relevados, posto que, representam barreiras à adopção das TIC por parte dos mais socialmente excluídos. Assim, como bem nota Warschauer (2003: 8), a divisão digital não poderá ser entendida em função de uma perspectiva binária. De igual modo, e para que possamos construir oportunidades digitais mais inclusivas, é necessário operar esforços em todos estes sectores. Se, por um lado, é necessário que o custo associado às tecnologias digitais continue a diminuir, que se opere uma maior simplificação e orientação para o utilizador ao nível destas, a manutenção do esforço público, e a própria mobilização das comunidades na sua promoção serão factores igualmente determinantes.

Embora originalmente caracterizada pelos decisores políticos numa lógica dualista de fosso entre privilegiados e não privilegiados no tocante ao acesso a computadores e à Internet (vejam-se, por exemplo, Compaine, 2001; Servon, 2002, Gunkel, 2003, Couldry, 2003, Rasänen, 2006, Tsatsou, 2011, Esteves, 2011, Silveirinha, 2011, Salgado, 2011, Vicente, 2011, Ponte, 2011, Dahlgren, 2011, entre outros), o fenómeno da exclusão digital é, na realidade, bastante mais, como temos vindo a observar, do que apenas uma mera divisão binária. Na verdade, esta noção, na sua formulação mais recente, consagra todo um conjunto complexo de factores e variáveis de análise. Como Warschauer (2003) observa,

um acesso significativo às TIC compreende mais do que apenas a disponibilidade da aparelhagem técnica, i.e., computadores e ligação à Internet. Factores adicionais, como o conteúdo, a alfabetização, o nível académico e funcional dos indivíduos, e as estruturas institucionais, inicialmente desconsideradas pelo discurso tecno-político (e até, não raras vezes, pelo académico) devem também ser tidos em consideração. Neste sentido, nota Warschauer (2003: 6, *apud* Rosa, 2011: 127, tradução nossa) a divisão "digital é marcada, não apenas, pelo acesso físico a computadores e conectividade, mas também pelo acesso adicional aos recursos que permitem às pessoas usar a tecnologia bem". Na verdade, como refere ainda Warschauer (2003: 108, *apud* Rosa 2011: 127-128), a possibilidade de acesso aos recursos físicos, como o sejam os computadores e a ligação às redes, ainda que revelando-se um factor essencial, de pouco servem se, concomitantemente, não se encontrarem disponíveis os conteúdos apropriados, na língua dos utilizadores[518]. Estas dificuldades serão tanto maiores, quanto menor for o grau de instrução e respectivo nível de literacia digital dos sujeitos, podendo levar a que o uso seja, na realidade, inconsequente e infrutuoso.

O modelo anterior da divisão binária (a oposição entre os que têm e não têm acesso; entre os que usam e não usam as TIC) está hoje obsoleto, em resultado da adopção de novas variáveis de estudo, como o são a desigualdade no acesso, distribuição e uso das tecnologias, que segue uma escala gradativa, ao invés do mero registo dual. Neste particular, Vicente socorre-se das propostas de Wilson (2004: 301-304, *apud* Vicente, 2011: 119, parêntesis e itálicos no original) que propõe "[...] a consideração de um acesso multidimensional, [...] onde distingue um acesso verticalizado de múltiplos níveis: físico (à infra-estrutura), financeiro (fornecedores e clientes), cognitivo (ensino, políticas de ciência e tecnologia), ao *design* (*hardware* e *software*), ao conteúdo (indústrias locais e importações), à produção (inovações e produções locais), institucional (locais públicos com TIC) e político (processos de deliberação). Torna-se, pois, possível, distinguir entre um acesso formal de um acesso efectivo e eficaz [...]".

Vicente (2011: 118) advoga que a prevalência de uma análise que se funda em metodologias estatísticas, e designadamente na taxa de adopção, não contribui para um estudo efectivo das variáveis afectas ao uso das tecnologias de informação e comunicação. Em resultado destas dificuldades, a investigação tendo vindo a experimentar modelos alternativos, visando apurar a eventual existência de outras fontes de divisão digital, ao mesmo tempo que abandonou progressivamente a metodologia excessivamente tecno-

[518] Idêntica preocupação encontramo-la nos documentos de trabalho das instituições europeias incidentes sobre este assunto.

determinsta anterior. "Esta segunda via, a de um modelo de estratificação, propõe que os grupos já bem ligados em rede através de formas tecnológicas tradicionais de informação e comunicação irão manter a sua proeminência na economia digital" (Norris, 2001: 31, *apud* Vicente, 2011: 118). Esta perspectiva, como nota ainda o autor, procura contrariar uma certa predisposição determinista que concebe a tecnologia como um elemento estranho ao processo social, introduzido para, justamente, modelar a sua construção. Ainda assim, porque, transporta em si uma ideia de neutralidade da tecnologia, ignorando as condições da sua produção histórica e desenho, este posicionamento acaba por não conseguir descolar das teses deterministas. Uma vez que estes dois modelos (prossegue Vicente, 2011: 118), se fundam em pressupostos de investigação díspares (no processo de confrontação entre a tecnologia e o ambiente social) os resultados apurados conduzem àquilo que o investigador designa de "divisão científica", impondo, por conseguinte, a questão: "o que há, afinal, de digital na divisão?"

Assim, de um ponto de partida essencialmente dicotómico, estabelecido entre quem tem e não tem acesso a infra-estruturas e artefactos, torna-se importante perceber-se como, mais recentemente, os estudos a propósito da divisão digital se aproximaram das reflexões a respeito de um quadro mais vasto de desigualdades sociais. Ora, esta aproximação contribui também para que o fenómeno tenha passado a ser entendido não no seu binarismo original, antes sim "[…] enquanto complexa gradação de factores intervenientes" (Vicente, 2011: 112).

Em idêntico sentido, Nick Couldry[519] (2003: 11) assinala existirem inúmeras outras questões a considerar, tais como, por exemplo: o valor que a informação disponível em

[519] Mas também, por exemplo, de Campos e Simões, 2011: 121 que entendem que "[a] questão do simples *acesso*, problema central das primeiras abordagens sobre o problema do "fosso digital" entre populações (van Dijk, 2006), tem sido substituída pelo problema mais amplo dos *usos*, discorrendo-se acerca daquilo que cada um faz com as tecnologias que tem ao seu dispor. Com efeito, a complexidade dos usos da Internet não pode ser completamente apreendida por uma discussão centrada simplesmente em torno de quem "tem" ou "não tem" acesso à tecnologia (Hargittai, 2008). Neste sentido, o problema das "desigualdades sociais", que fundamentou grande parte dos argumentos à volta desta questão, não deve ser reduzido apenas a factores económicos, mas deve contemplar igualmente outros recursos (da educação à etnia) e a relação complexa que estes podem manter entre si. É por esta razão que assistimos nos últimos anos a um recentrar da problematização em torno desta questão, que revela uma preocupação crescente com as "desigualdades digitais" (DiMaggio *et al.*, 2004, Hargittai, 2008) e menos com a "divisão digital" decorrente da posse de recursos materiais. Estas desigualdades remetem para distintas competências, motivações e apropriações dos *media* digitais que, em última análise, se podem traduzir em variações de "capital tecnológico". Neste sentido a questão da "inclusão digital" emerge como um tópico não apenas de natureza científica, mas igualmente política (e ideológica), que remete para a forma como as desigualdades de partida (distintos capitais sociais, económicos, culturais, etc.) podem determinar usos mais ou menos competentes ou profícuos dos *media* digitais. Esta é uma questão que se aplica igualmente aos jovens apesar de [...] estes corresponderem à categoria sócio-etária mais conectada à Internet. [...] os usos da internet são marcados por diferentes formas de "inclusão digital" que traduzem uma "escala de oportunidades" que se vai trepando ao longo do tempo" (Campos e Simões, 2011: 121, aspas, parêntesis e itálicos no original). Veja-se também Rojas *et al.* (2011) "Há dez anos, a discussão sobre o *digital divide* seguia sobretudo uma perspectiva estrutural, com muitas análises a apontar o factor económico como chave para o acesso. Contudo, muitos aspectos do *digital divide* estão para além desse factor *per se*, e a capacidade para assegurar o acesso, nomeadamente disposições ou *habitus* de grupo, assenta não só nas disparidades

linha pode assumir para o indivíduo; o nível tecnológico do computador e ligação de cada um e também o nível de info e tecno-literacia de cada utilizador (no primeiro caso, estamos perante o nível educacional e a capacidade que cada um tem para fazer uso da informação, no segundo, a questão situa-se ao nível das competências técnicas para o uso das ferramentas telemáticas evidenciado pelo utilizador); as barreiras culturais e linguísticas, isto é, por um lado, uma possível menor identificação entre os conteúdos disponíveis e o sistema de valores do utilizador, ou, por outro, a existência de recursos numa língua que não a materna de cada indivíduo[520]; por fim, também, e não menos importante, a discrepância entre o que cada pessoa procura na Internet e aquilo que verdadeiramente está disponível, ou que consegue encontrar. Neste ponto, esclarece Couldry (2003: 12), encontramo-nos já em água mais profundas. A questão da difusão de conteúdos não decorre, apenas, da velocidade do *modem*. Com efeito, estamos, outrossim, perante uma questão de cultura/instrução, em que os menos educados se sentem, por esse facto, menos legitimados para a publicação de informação[521].

económicas mas também na educação, nos padrões culturais, nas trajectórias familiares e na estrutura de oportunidades. Hoje aqueles factores permanecem mas as disposições mudaram, sobretudo entre os jovens" (Rojas *et al.* 2011: 16, itálicos no original).

[520] Vd., por exemplo, Zillien e Hargittai, 2009: 276.

[521] No mesmo sentido, vários estudos têm partido do nível de literacia digital de cada um para distinguir a capacidade de uso das TIC entre os diferentes utilizadores. Boa parte da literatura acerca do assunto argumenta que a miríade de oportunidades disponíveis na rede requerem diferentes níveis de conhecimento e aqueles que possuam estas competências específicas conseguirão obter maiores benefícios do tempo que passam em linha. Isto torna-se mais evidente no tocante à criação e partilha de conteúdos. Alguns académicos começam a centrar a sua atenção na questão da participação, nomeadamente em actividades como: resolução colaborativa de problemas, participação em grupos e circulação de conteúdos. Entendem estes autores que tais actividades contribuirão para um progressivo desenvolvimento da sociedade, por meio do incremento das competências das pessoas para se integrarem adequadamente nos postos de trabalho contemporâneos e também pela diversificação da produção criativa e cultura. Este último problema foi catalogado por Jenkins (2002) como o hiato de participação (*participation gap*), e, como referem as autoras "[...] o acesso à tecnologia já não determina totalmente as desigualdades potenciais derivadas de diferentes usos das tecnologias de informação e comunicação. Ao invés, a exposição a experiências que incrementam a cultura participatória e a literacia digital estão disponíveis desigualmente para os indivíduos, independentemente do seu acesso aos meios digitais. Eles sustentam que o hiato de participação pode ser superado por uma 'literacia dos novos media' acentuando a importância do enfoque no potenciar das competências e busca criativa das pessoas para lá do providenciar do acesso tecnológico" (Hargittai e Walejko, 2008: 3, tradução nossa, itálicos nossos, aspas no original). E ainda numa passagem posterior as autoras salientam que, à medida que mais e mais investigadores têm procurado refinar os estudos acerca do problema do fosso digital, centrando os seus esforços na questão da participação e dos usos, tem vindo a ganhar força, por via dos sucessivos estudos que apontam nesse sentido, uma tendência para considerar que o fosso digital de segunda geração assenta essencialmente nos usos que as pessoas fazem da Internet, o que se reflecte, de modo muito particular, na questão da participação, i.e., na produção e partilha/distribuição de conteúdos em linha. Com efeito, é notória neste domínio, nos inúmeros estudos empíricos realizados, uma participação mais efectiva dos utilizadores que têm maiores rendimentos. Como muito bem observam Hargittai e Walejko (2008: 4, tradução nossa) "[e]mbora mais do que alguns seleccionados estejam a participar nos esforços de criação em linha, a actividade não é universal nem distribuída aleatoriamente entre os utilizadores da Internet. Por exemplo, aqueles de melhores famílias envolvem-se mais em tais desígnios", o que remete justamente para a questão de um sentimento de legitimação diferenciando em função do estatuto sócio-económico dos utilizadores. Este problema merece ainda referência noutros estudos de Eszter Hargittai que lembra que desde as 20 mil páginas de 1995, às mais de 40 milhões em 2003, não esquecendo que então (2003) eram criadas 2 milhões de páginas por dia, a Internet tem crescido a um ritmo impressionante. Todavia, nem todos têm acesso/possibilidade de criar conteúdos. Embora as ferramentas para criação de conteúdos estejam mais ou menos disponíveis de forma igual a todas as organizações, nem todas

Poderíamos dizer, na verdade, que existem diferentes divisões: umas que podem ser agrupadas sob o denominador comum do acesso, outras que segmentam os indivíduos, já não em termos de uma separação entre utilizadores e não utilizadores, antes sim, como no caso anterior, com base no seu nível de participação. Note-se, no entanto, que estas duas grandes famílias da divisão digital não devem ser consideradas individualmente, ou como mutuamente excludentes.

Bem pelo contrário. Tal como a abordagem a partir do acesso[522] não explica toda a amplitude de questões emergentes das divisões digitais, também a mera abordagem ao fenómeno a partir da perspectiva da participação e dos usos, seguindo as tendências de investigação mais recentes, redundará, necessariamente, em conclusões incompletas, parcelares e, quiçá, equívocas. Daqui resulta que quaisquer estudos nesta matéria tenham necessariamente de congregar e cruzar estas duas categorias de análise: acesso e participação/usos. Importa, por conseguinte, perceber, 1) *quantos* indivíduos estão ligados mas, também, 2) *quais* os indivíduos que estão ligados, de que 3) *equipamento* dispõem para o acesso, ainda, 4) *o que fazem* em linha (isto é se se limitam a aceder aos recursos partilhados por terceiros, ou se também actuam como produtores/criadores de conteúdos), e, por fim, 5) que *benefícios* (pessoais, sociais, profissionais, educacionais/culturais, económicos), obtêm desse uso/participação.

Esta é aliás a perspectiva de Hargittai e Walejko (2008: 239-240). Os investigadores têm, desde há algum tempo a esta parte, discutido não apenas as diferenças no acesso às TIC, mas também as diferenças que os usos destas tecnologias podem desencadear ao nível da participação social. "Consequentemente a investigação começou a distinguir entre os tipos de actividades em linha nas quais as pessoas se envolvem [...]. Enquanto algumas pessoas podem apenas ligar aos *media* digitais ocasionalmente ou para apenas algumas actividades, outras podem fazer delas uma parte integrante das suas vidas pelo que beneficiam regularmente de várias oportunidades (Hargittai e Walejko, 2008: 2, tradução nossa).

Na mesma linha Tsatsou, (2011: 7) refere que a investigação em torno do fenómeno do fosso digital, a partir de uma perspectiva de inclusão digital, permitiu que os

possuem os recursos técnicos para tal. Acresce que é igualmente necessário ultrapassar os *gate-keepers* presentes na Internet (Hargittai, 2007: 834 e ss.).

[522] Registe-se, contudo, que, quando nos referimos ao acesso, não consideramos esta dimensão em sentido estrito. Na verdade, incluímos aqui, também, as variáveis igualmente constantes dos estudos subsequentes, nomeadamente, género, raça, idade, nível de instrução, nível de rendimentos, posição sócio-profissional e, ainda, aspectos qualitativos do próprio equipamento de acesso, ou seja, actualização do equipamento informático e rapidez do ponto de acesso.

estudos mais recentes, conduzidos relativamente ao problema incluam agora outras variáveis de análise. Assim as pesquisas nestas áreas contemplam hoje dimensões como "competências, conhecimento, literacia, capacidades e âmbito de uso" (Tsatsou, 2011: 7, tradução nossa) as quais se entrecruzam com parâmetros tecnológicos, culturais, sociais e económicos.

De entre o vasto conjunto de estudos acerca deste mesmo fenómeno aquele que nos aparece como o mais consistente parece-nos ser o de Eszter Hargittai. Tese que justificamos, desde logo, mas não só, pelo detalhe e minúcia emprestados pela autora norte-americana na enumeração das múltiplas categorias de análise, fundamentais na tarefa de diferenciar os vários níveis possíveis de serem encontrados no campo dos usos (Hargittai, 2003: 129): 1) meios eficazes e seguros de contactar com outros (um bom exemplo é o correio electrónico que, apesar de parecer uma operação corriqueira não o é na verdade, nas funcionalidades mais avançadas – inclusão de anexos, múltiplos destinatários, destinatários ocultos, e outras operações, como recibos de entrega e/ou leitura, ...); 2) conhecimento acerca de como contribuir para conversação em grupos e conteúdos partilhados (o envolvimento nestas actividades foi muito facilitado pela Internet, quer ao nível do comentário aos conteúdos criados e partilhados por terceiros, quer no respeitante à criação e disponibilização na rede de conteúdos próprios – ferramentas como os blogues, *Wikipedia*, G*oogle Groups*, ... são bons exemplos); 3) Conhecimento acerca das ferramentas e seu uso (para além das ferramentas gerais referidas em 2) há ainda inúmeras outras adjuvantes com utilizações bem mais concretas e específicas); 4) Conhecimento acerca do que está disponível em linha (quando perante um facto da vida quotidiana, qual a probabilidade de um indivíduo recorrer à Internet no sentido de resolver a questão ou encontrar informação que o ajude nesse sentido, ao invés de procurar particularmente a solução para o mesmo problema – pode variar de compras, procurar contactos, ferramentas, opiniões/pareceres, etc..); 5) capacidade para encontrar o conteúdo (aqui a ênfase é colocada na tarefa de pesquisa em si e no seu sucesso); 6) eficiência na navegação na rede (ser capaz de procurar informação na Internet é uma coisa, fazê-lo de forma eficiente é outra – neste caso é contabilizado também o tempo/investimento necessário para cumprir um tal projecto. Se a pesquisa demorar demasiado, mesmo que bem sucedida, poderá afinal não ter sido eficiente); 7) Capacidade para aceder à fonte e credibilidade da mensagem (tendo em conta a actual vasta propensão da Internet para fins comerciais e a sua invasão por indivíduos que colocam informação errónea (mesmo que inadvertidamente) e outros menos bem intencionados, torna-se importante ser capaz de distinguir, entre a clareza, correcção e adequação da informação aos fins pretendidos); 8) Entendimento dos assuntos de privacidade (existem ferramentas de rastreio das acções dos

utilizadores da Internet cada vez mais sofisticadas e que desencadeiam acções cada vez mais intromissivas. Importa saber até que ponto o utilizador está suficientemente consciente e alertado para a necessidade de preservar e proteger a sua informação pessoal/privacidade, sejam dados pessoais, seja a conta de correio electrónico de mensagens indesejadas); 9) Entendimento das questões de segurança (relacionado com alguns dos anteriores o ponto da segurança é fulcral, nomeadamente ao nível da manutenção da informação sensível – senhas, dados bancários, dados mais íntimos – a salvo de intromissões indesejadas e mal intencionadas); 10) Conhecimento acerca de onde e como procurar assistência com dúvidas (independentemente do nível e experiência de cada um, surgem sempre questões que são passíveis de gerar dúvidas. Torna-se por conseguinte necessário aferir até que ponto se consegue encontrar a informação necessária para resolver questões, como por exemplo, dúvidas acerca de operações numa folha de cálculo); 11) Personalização (à medida que cada vez mais serviços oferecem aos seus utilizadores possibilidades de personalizarem a aplicação torna-se também um factor importante na aferição dos padrões e da medida do uso, saber até que ponto cada um é capaz de personalizar/adaptar uma aplicação aos seus parâmetros/propósitos concretos).

As áreas atrás referidas oscilam entre o muito tratadas pelos investigadores e o escassamente estudadas, ainda que, na opinião da autora (Hargittai, 2003: 129) a importância destas informações seja mais do que suficiente para justificar mais e mais estudos na área.

Num outro trabalho, Hargittai (2007)[523] começa por explicitar que, numa sociedade como a actual, baseada no conhecimento, a distribuição desigual do conhecimento influencia, substancialmente, as oportunidades de sucesso pessoal de cada indivíduo. Isto é, a distribuição desigual de informação surge, de modo crescente, ligada à estratificação social. Segundo os entusiastas, a disseminação da Internet entre a população anunciava uma redução das desigualdades através do abaixamento das barreiras no acesso à informação, permitindo, deste modo, que pessoas de todos os níveis possam melhorar o seu capital humano, expandir as suas redes sociais, procurar emprego, melhor acesso a informação sobre uma ampla variedade de temas (incluindo saúde), e, de uma forma geral, aceder a recursos capazes de potenciar as suas oportunidades de vida/carreira. Em claro contraste com estas teses (é o caso de Hargittai, posicionamento no qual, de resto, nos revemos também), surgem as daqueles autores que entendem que estas tecnologias digitais introduzirão novas desigualdades, levando, deste modo, ao acentuar, e não ao

[523] Vd. também, Freese *et al.*, 2006.

mitigar, dos hiatos já existentes, contribuindo para a protecção dos privilegiados e para o estreitamento do leque de oportunidades dos desafortunados.

De um modo geral, os académicos têm-se preocupado essencialmente com as divisões entre aqueles que têm e os que não têm acesso às tecnologias digitais, *grosso modo*, à Internet. O problema do fosso digital tem, essencialmente, sido colocado, como de resto já atrás salientámos, em termos de divisão binária, tese que é contrariada pela autora, que entende ser necessário alargar o leque de dimensões neste tipo de estudos. Assim, propõe que se considerem igualmente variáveis como: a qualidade do equipamento, a autonomia de uso, a presença de redes sociais de apoio, experiência e as competências em linha. Até porque, como nota a académica norte-americana, à medida que mais pessoas entram no mundo em linha, torna-se cada vez menos útil estudar as divisões digitais em termos meramente binários de acesso/não acesso.

Antes de avançar a sua própria concepção Hagittai (2007: 828 e ss.) promove o recenseamento das investigações mais importantes neste domínio, principiando com uma referência às teses de Norris (2001), a que já atrás aludimos.

Seguidamente a académica reporta-se ao contributo de Wilson (2000) o qual aponta quatro componentes do acesso social: 1) o acesso financeiro (que comporta a capacidade de um indivíduo, ou comunidade, de suportar economicamente o acesso); 2) o acesso cognitivo (que mede a capacidade individual de cada sujeito na procura da informação e realização das tarefas pretendidas em linha); 3) o acesso expresso na produção de conteúdos (ou seja, a existência de conteúdos que satisfaçam a procura dos utilizadores) e; 4) o acesso político (que afere o nível de acesso que os indivíduos têm às instituições que regulam as tecnologias que usam).

Mas também a perspectiva mais alternativa e global de Warschauer (2002) deverá ser tomada em consideração, ao sugerir que, além do acesso físico, outras categorias teriam de ser igualmente consideradas, nomeadamente: conteúdo, linguagem, literacia, educação, e estruturas institucionais, propondo, em suma, um estudo de propensão mais holístico.

Assim, na linha dos contributos anteriores[524], Hargittai (2007) propõe uma abordagem que compreenda também a aferição de outros indicadores para lá da mera

[524] Veja-se por exemplo DiMaggio *et al.* (2004), ou Freese *et al.*, 2006, ou ainda DiMaggio *et al.*, 2001 e Hargittai, 2002. Os autores (onde se inclui Eszter Hargittai) apontam cinco categorias susceptíveis de auxiliar os investigadores no estudo das desigualdades digitais: 1) os meios técnicos (*hardware*, *software* e ligação), por meio dos quais as pessoas acedem à Internet; 2) o tipo de autonomia que os utilizadores evidenciam (se acedem à internet em casa, no trabalho, noutro local público; se se trata de um acesso controlado ou sem

conectividade, nomeadamente: 1) os meios técnicos (que medem a qualidade do equipamento); 2) a autonomia de uso (que compreendem o estudo da localização do acesso, e a liberdade de que cada um goza para usar o meio para as suas actividades preferidas); 3) redes sociais de apoio (onde se inclui a possibilidade de recorrer a terceiros para ajuda/encorajamento do uso) e; 4) experiência (o número de anos de utilização e os padrões de uso). "Estes quatro factores juntos contribuem para uma medição da *competência. A competência é definida como a capacidade para usar efectiva e eficientemente as novas tecnologias*" (Hargittai, 2007: 829, tradução nossa, itálicos no original). As quatro primeiras dimensões juntam-se então para originarem um quinto elemento. A explicação com maior detalhe de cada um destes indicadores ocupa as páginas seguintes, exercício que acompanhamos. Assim:

Meios Técnicos: compreendem essencialmente à qualidade do equipamento, nomeadamente computadores topo de gama, ligações rápidas e fiáveis à Internet, a partir de casa, (ou do trabalho). "Melhor *hardware*, melhor *software* e uma ligação mais rápida são a base infra-estrutural para ter acesso a tudo o que a rede tem para oferecer" (Hargittai, 2007: 829, tradução nossa, itálicos nossos). Em contrapartida, computadores mais desactualizados, ligações mais lentas tendem a impor limites aos recursos a que é possível aceder e mesmo à eficácia da navegação. Isto poderá dar origem a maior frustração no uso e, por conseguinte, conduzir a um uso cada vez menor.

Autonomia de Uso: embora do ponto de vista teórico todos tenham acesso à Internet (por exemplo através de uma biblioteca pública) a verdade é que se verificam diferenças entre um acesso público, partilhado, com limitações de horário, tempo de utilização, tráfego e de sítios visitados, face a um privado, não partilhado, sem limitações de qualquer ordem. Estas diferenças no acesso podem influenciar o modo de utilização de cada indivíduo.

Rede Social de Apoio: a literatura existente relativamente a este fenómeno acentua a importância da existência de uma rede social de apoio no esclarecimento de dúvidas, no incentivo ao uso, no desenvolvimento dos próprios conhecimentos e capacidades dos sujeitos. Ora as pessoas que possam contar com o apoio da sua rede de contactos sociais

controlo; se o tempo/equipamento de acesso é partilhado com outros utilizadores); 3) as competências que cada pessoa exibe e transporta para o seu uso em concreto; 4) o suporte social, expresso na rede de amigos, familiares, vizinhos, ou quaisquer outros indivíduos com os quais o utilizador possa interagir no sentido de esclarecer dúvidas e obter ajuda; 5) os diferentes propósitos/objectivos para que cada um recorre à Internet, no fundo, um uso em sentido restrito. "Vemos cada tipo de desigualdade como passível de moldar significativamente a experiência que os utilizadores têm em linha, os usos ao serviço dos quais colocam a Internet e a satisfação que daí retiram, e o seu regresso à Internet na forma de tais resultados como sucessos ou eficácia política" (DiMaggio et al. 2004: 31-32, tradução nossa).

tendem a aprender e adquirir as competências fundamentais mais rapidamente do que as demais.

Experiência: trata-se de um indicador importante porque nos diz se as pessoas estão a investir suficiente tempo numa tecnologia de molde a que a mesma se lhes torne mais familiar. O nível de experiência que um indivíduo tenha de Internet, naturalmente influenciará o desempenho, a quantidade e o tipo de actividades que realiza em linha. As pessoas que necessitem do computador/Internet para as actividades relacionadas com o trabalho ou os estudos terão investido mais tempo no desenvolvimento das suas competências do que aqueles que não carecem delas. As pessoas que passam mais tempo em linha terão, em princípio, mais competências do que aqueles que passam menos tempo. Por outro lado, quando maior for a experiência em linha, mais fáceis se tornam as tarefas de pesquisa de informação. Acresce também o facto de os pioneiros serem mais propensos a serem mais inovadores, estando também mais disponíveis para explorar o novo meio e para se familiarizarem com o mesmo.

Competência: torna-se importante conhecer a evolução do conceito de literacia e do modo como, ao longo do tempo, foi sendo refinado, por uma noção progressivamente mais exigente, que contrapõe com o entendimento mais básico inicial. Do mesmo modo que nos primórdios o conceito de literacia fora programado para compreender apenas a capacidade de assinar o próprio nome, hoje essa noção encontra-se completamente desactualizada. Similarmente, quando hoje avaliamos as implicações das desigualdades digitais, não nos podemos quedar por uma análise meramente binária entre aqueles que são utilizadores e aqueles que o não são. Antes, temos também que considerar se uma pessoa é capaz de usar a tecnologia de modo efectivo e eficiente. Mas como dizer que as competências importam, posto que, as páginas na Rede estão igualmente disponíveis para todos os utilizadores. Para lá do problema do acesso ao equipamento e ligação, não parece fazer muito sentido divisões adicionais. No entanto tal não é assim. As variáveis anteriores influenciam decisivamente esta quinta dimensão, sendo especialmente relevante o nível de profundidade e o histórico[525] de utilização para que as actividades sejam mais fácil e eficientemente concluídas[526]. Quanto maior for o tempo e nível de utilização, maior é a probabilidade de a tarefa designada/objectivo perseguido ser efectivamente atingido.

[525] A autora distingue dois tipos de experiência de utilização da Internet: uma primeira que decorre do histórico, isto é, do número de anos que um utilizador tem de interacção com esta ferramenta, o segundo que se baseia mais no uso intensivo, isto é, na quantidade de tempo, despendida em actividades em linha. Em qualquer dos casos estamos sempre em presença de uma noção baseada na experiência dos indivíduos.

[526] Na p. 832 a autora apresenta vários exemplos.

Diríamos assim, em jeito de sumário, ao mesmo tempo que permanecendo na esteira de Hargittai (2008) que "[o]s usos da Internet das pessoas não acontecem isolados da posição social e das instituições sociais em que elas habitam. Uma abordagem refinada às desigualdades digitais reconhece que o estatuto sócio-económico das pessoas influencia os modos nos quais elas têm acesso e usam as TIC. Em adição a factores tais como idade, género, raça, etnia, grau de deficiência[527], educação, e riqueza, próprios dos estudos pioneiros em matéria de fosso digital, o entorno social, é também relevante no modo como cada um experiencia as TIC" (Hargittai, *In* Grusky, 2008: 939, tradução nossa)[528].

A premissa básica é pois que o contexto social de cada utilizador influencia a sua utilização da Internet: seja ao nível do equipamento técnico (computador, ou outros, e conexão), seja ao nível da autonomia. Autonomia, para Hagittai, pode ser entendida como a liberdade de se usar os meios digitais sempre que se deseje (i.e., 24 sobre 24 horas, um acesso doméstico), o que será diferente de quem acede, por exemplo, a partir de um local

[527] O desenvolvimento e disseminação da Internet possui, na perspectiva de Dobransky e Hargittai (2006), um enorme potencial no incremento das oportunidades das pessoas com deficiência. Existem, contudo, escassas evidências que este grupo específico esteja a participar. Neste sentido, importa, segundo os autores perceber qual o contributo da Internet e das tecnologias digitais junto das pessoas com deficiência: estará a contribuir para o nivelamento social, i.e., reduzindo as desigualdades ou, pelo contrário, está a aumentá-las? Para que uma tal análise possa ser concretizada, importa 1) identificar até que ponto as pessoas com deficiência estão a aderir à Internet; 2) comparar os usos da Internet deste grupo com a restante sociedade; 3) como é que as pessoas portadoras de uma deficiência interagem com outros grupos (sócio-económico, género, idade); 4) como se explicam tais padrões de interacção.

Ao nível das principais vantagens que o uso da Internet pode oferecer aos utilizadores portadores de deficiência, os autores destacam: 1) a riqueza da informação que pode ser encontrada em linha acerca da sua condição; 2) o aumento da independência física e funcional, por meio das tecnologias assistivas; 3) o aumento da interacção com outros utilizadores que é proporcionada pela rede, contribuindo para a diminuição do isolamento e do estigma social, ao mesmo tempo que reforça o sentimento de independência e a auto-estima. Embora ao longo do tempo as condições das pessoas com deficiência tenham melhorado, muito por força dos avanços na tecnologia, a verdade é que subsistem ainda várias barreiras ao nível da Internet e das tecnologias digitais, susceptíveis de influenciar negativamente a vida dos indivíduos portadores de deficiência. Entre elas Dobransky e Hargittai (2006) destacam: 1) o facto de as tecnologias assistivas não responderem a todas as condições concretas, ou seja, a possibilidade de as TIC poderem responder a uma deficiência depende da própria enfermidade, bem como do concreto grau desta; 2) esta ausência de resposta pode situar-se tanto ao nível do *hardware*, como do *software*, ou até mesmo da concepção e disponibilização dos conteúdos em linha; 3) o preço destas tecnologias adaptativas. O preço poderá, aliás, assumir-se como uma das variáveis mais importantes, dado que o rendimento das pessoas portadoras de deficiência é, em regra, mais baixo que o dos demais utilizadores (porque estes indivíduos são, frequentemente, mais velhos, menos instruídos, e encontram-se muitas vezes em situação de desemprego). Iguais preocupações encontramo-las em: Comissão Europeia (2010ª); Comissão Europeia, (2005); Comissão Europeia (2002); Conselho Europeu e Comissão Europeia (2000).

[528] No mesmo sentido escreve Ferreira (2011). "Penetrando a tecnologia numa determinada sociedade, a questão não será "quem pode aceder a uma ligação de rede em casa, no trabalho ou numa biblioteca", mas, em seu lugar, "que são as pessoas capazes de fazer quando se encontram online". […] No âmbito deste conceito, a atenção é dedicada não apenas às diferenças de acesso, mas também aos restantes factores de desigualdade entre pessoas com acesso formal à Internet – o que conduz a que se considere, como factores de desigualdade, para além do acesso ao equipamento, aspectos como a autonomia de uso, as competências, o ambiente social, e os propósitos de emprego da tecnologia. Noutros termos, o que a discussão sobre a barreira digital (*digital divide*) hoje implica, com uma ênfase renovada, é a necessidade de distinguir entre os vários níveis de acesso e as variáveis de utilização dos meios no âmbito de uma comunidade, numa perspectiva de tal modo ampla que permita a apreensão das lógicas de exclusão desencadeadas pelas novas tecnologias, situadas em contextos de interacção específicos – enquanto parte de esferas públicas concretas" (Ferreira, 2011: 55).

público (biblioteca, escola, universidade) ou de trabalho, onde podem existir limites temporais, filtros que restringem a utilização, ou mesmo monitorização das actividades[529]. Assim, para a autora, os aspectos qualitativos do equipamento, bem como o nível de autonomia de uso, constituem bons indicadores do estatuto sócio-económico de cada utilizador. Igualmente importante, é a própria rede de contactos de um indivíduo, isto é, a capacidade de, não conseguindo resolver/responder a determinado problema, tarefa, ou objectivo, ser capaz de obter informação a respeito do mesmo pelos seus meios, ou, em alternativa, possuir, na sua rede, quem possa auxiliá-lo na resolução dessa situação (Hargittai remete-nos aqui para a disputa em torno da educação formal/informal, ou, se preferirmos, na pesquisa de informação por meio de métodos formais/informais).

Esta não é uma questão de somenos importância, posto que, para muitos utilizadores experimentados, algumas tarefas poderão ser básicas ou triviais, mas, exigem, na verdade, conhecimentos técnicos (informáticos, ou de uma área específica) e outros (linguísticos, por exemplo) bastante aprofundados[530]. Uma das dimensões mais importantes actualmente é a capacidade demonstrada por cada um no sentido de avaliar a credibilidade dos conteúdos, ou ter presentes preocupações com a segurança e a privacidade. Em qualquer dos casos citados, colocam-se exigências ao utilizador que não estão ao alcance do comum dos indivíduos.

Hargittai reforça, concretizando por meio de exemplos, os enunciados anteriores, apresentando o exemplo de um mundo laboral pautado pela crescente importância na pesquisa e tratamento da informação, no qual, aqueles que detêm tais capacidades estão mais aptos, pelo que conseguirão melhores e mais bem remunerados empregos[531]. Apesar de, como salienta Hargittai, (*In* Grusky 2008: 940-941, tradução nossa), as páginas na rede se encontrem, na maioria dos casos, no domínio público, e por conseguinte, igualmente

[529] Ao estudarem a relação entre os alunos com acesso a computadores em casa e os seus resultados escolares DiMaggio *et al.* (2004: 43) referem que os investigadores que conduziram estes estudos em 1999 encontraram uma correlação positiva entre a disponibilidade destes equipamentos e a obtenção de resultados mais elevados na leitura e na matemática pelos mesmos. O uso do computador, pode assim dizer-se, potencia certas aptidões e surge, desde modo, como um instrumento fomentador das desigualdades. Note-se, porém que as crianças com acesso a computadores são, em regra, rapazes, brancos, de meios favorecidos.

[530] DiMaggio *et al.* (2004: 44) referem a título de exemplo os clientes que recorreram à Internet para adquirirem um automóvel, os quais obtiveram grandes descontos. Naturalmente que tais vantagens só se aplicam a, por um lado, quem tem acesso mas, principalmente, quem possui também as competências necessárias para esta tipologia de actividades. Teremos, num tal caso, uma divisão digital expressa não ao nível do acesso, antes, no ponto concreto dos usos.

[531] DiMaggio *et al.* (2004: 39) reportam estudos de 1993 os quais indicavam que os trabalhadores que eram utilizadores regulares das tecnologias conseguiram entre dez a quinze por centro adicionais de rendimentos face aos seus pares que não usavam. A tecnologia pode, por conseguinte, na perspectiva dos autores (2004: 41), que se apoiam em Castells, modificar, não apenas, a experiência qualitativa do trabalho, tal como influenciar o nível de rendimentos dos indivíduos.

disponíveis a todos os utilizadores, a verdade é que, as competências de cada um constituem um elemento fundamental. "Embora teoricamente todas as páginas pública da rede estejam igualmente disponíveis para todos os utilizadores, nem todos possuem as necessárias competências para (1) reconhecer em todas as situações os tipos de conteúdos relevantes para uma tarefa que podem ser encontrados em linha; (2) encontrar a informação; (3) fazê-lo eficientemente; e (4) avaliar cuidadosamente os resultados para evitar informações erróneas ou, pior, resultados fraudulentos"[532]. Mesmo que uma pessoa não saiba desempenhar um tarefa, poderá recorrer aos tutoriais gratuitos que estão disponíveis na Internet, ou mesmo obter a ajuda de alguém com o conhecimento requerido. Ora, um tal cenário conduzirá a que mais tarefas sejam realizadas mais rápida e eficientemente, a menores custos e com o emprego de menos recursos. Paralelamente, advoga ainda a autora, os trabalhadores poderão desenvolver as competências dos trabalhadores: sejam as de línguas estrangeiras, de aplicações informáticas, ou mesmo novas metodologias de trabalho.

7.1.5 Tendências actuais da investigação sobre o fenómeno da divisão digital

As problemáticas mais importantes para aqueles que se dedicam ao estudo das desigualdades digitais passam essencialmente por perceber: 1) quando é que as diferenças se reduzirão a ponto de permitirem uma modificação das condições sócio-económicas dos indivíduos; 2) quais os processos por meio dos quais os utilizadores frequentes das TIC adquirem vantagem sobre os demais. Estas questões são importantes visto que existem, segundo Hargittai (*In* Grusky, 2008: 940), várias formas de as TIC influenciarem o acesso a tipos de bens, recursos, e mercadorias valiosas que fazem sobressair os sistemas de estratificação. A verdade é que, certos usos das TIC podem resultar em incrementos de capital humano, capital económico e financeiro, capital social e capital cultural. Outros, pelo

[532] Noutro estudo, a investigadora nota que uma questão extremamente importante é aquela que se relaciona com o nível de credibilidade da informação na Internet. Nos últimos anos, a informação disponível em linha multiplicou-se de forma exponencial. Hoje estão disponíveis todo o tipo de informações, sérias, credíveis, rigorosas, que convivem lado a lado com esquemas criminosos, comerciais e informação imprecisa e errónea, independentemente de os erros serem voluntários ou involuntários. Cabe ao utilizador distinguir entre a informação útil e a restante. Essa aferição, depende muito do tempo e experiência que cada um tem da Internet. De uma sensibilidade que só é possível adquirir-se com o uso continuado e regular, tal como em inúmeras outras actividades da vida quotidiana (Hargittai, 2007: 123), tese da qual comungamos.

contrário, apenas contribuem para que os seus consumidores mantenham a mesma situação de desvantagem.

Tal situação verifica-se porque os usos das TIC podem divergir (na verdade, poucas dúvidas subsistem a esse respeito – em bom rigor, o emprego da forma afirmativa será o mais correcto) substancialmente de pessoa para pessoa, especialmente no tocante aos fins para que são utilizadas. Torna-se por isso, segundo Hargittai (*In* Grusky, 2008: 939, tradução nossa) indispensável aferir os usos daqueles que já cruzaram a linha entre utilizadores e não utilizadores. "As estatísticas básicas do uso da Internet não distinguem entre quem se liga para não mais do que verificar os resultados desportivos ou consultar a programação da TV e aqueles que usam o meio para aprenderem novas competências, encontrar oportunidades de negócio e emprego, participar em discussões políticas, interagir com as instituições governamentais, e informarem-se a respeito de temas de saúde". Ora, sublinha ainda a autora que estes usos diferenciados podem influenciar decisivamente o desfecho da vida de cada um.

De um modo geral, Hargittai (*In* Grusky, 2008: 942) entende que as TIC não anulam os efeitos das outras variáveis na vida de cada um. Os usos que as pessoas fazem das tecnologias de informação e comunicação acontecem no contexto das suas vidas e são influenciados não apenas pelo seu estatuto sócio-económico, como também, pelo ambiente social circundante. A questão é, prossegue a autora, saber até que ponto estas tecnologias poderão ter um efeito independente ou adicional na vida de cada um. E, não obstante, devido à novidade do objecto de análise (i.e. as TIC) e, mais ainda dos estudos acerca do mesmo (a investigação é ainda muito recente e carece de exames de longo prazo) a verdade é que as conclusões preliminares parecem sugerir que, ao invés de mitigarem as diferenças entre as diferentes classes da sociedade, as TIC estarão, pelo contrário, a ampliá-las. Esta não é, contudo, uma perspectiva absolutamente consensual.

Vários registos referem que deveremos olhar para o assunto do fosso digital como uma dimensão do tema mais vasto da inclusão social. Os trabalhos existentes tendem a ligar este conceito a fenómenos de exclusão e privação social, estabelecendo de igual modo, conexões entre o capital de competências tecnológicas evidenciadas pelos indivíduos e o grau de envolvimento na comunidade e o nível de capital social (leia-se, amplitude da rede de contactos sociais) de cada um. Assim, os trabalhos dos investigadores centram-se basicamente na discussão entre a importância e os efeitos deste problema para a economia e para o mercado.

Ferreira (2011: 59), considera, na reflexão que empreendeu à dimensão do envolvimento democrático dos indivíduos, que o objectivo de a tecnologia poder um dia assumir-se como instrumento central de uma sociedade mais participativa "[…] tem sido, na melhor das hipóteses, lento na sua concretização". De facto, prossegue, não chega a simples disponibilização das tecnologias e dos recursos, i.e., não basta o mero solucionar da questão do acesso sob uma perspectiva técnica, a qual tem aliás, em nosso entender, ao longo dos últimos anos, concentrado os esforços de estados e empresas mas, também, em certo sentido, a atenção do discurso político e, essencialmente, do académico. É preciso, como nota Ferreira (2011), motivar os cidadãos, suscitar o seu interesse, criar mecanismos que fomentem a sua disponibilidade para se envolverem activamente na política. As tecnologias devem, no seu desenvolvimento, observar também estas necessidades e padrões sócio-históricos. Ora, como conclui o autor (2011: 59), tal "[...] coloca o problema num plano distinto do conceito de *digital divide*: de um ponto de vista da participação deliberativa, não é apenas a questão de quem possui ou não o acesso que importa aferir, importa sobretudo avaliar o quão efectivo e eficiente é o uso da Internet".

Dirão, consequentemente, uns que o conjunto das diferenças, i.e. o fosso entre incluídos e excluídos, tenderá a aumentar por via do hiato tecnológico entre uns e outros e, em sentido oposto, argumentarão os demais que esta distância poderá diminuir graças ao poder potencialmente mitigador que estas tecnologias nos poderão oferecer. Este é aliás um dos pontos mais discutidos no âmbito dos efeitos das tecnologias na sociedade, visto que a maioria dos autores, com particular ênfase na corrente do determinismo tecnológico, argumenta que estas ferramentas conduzirão a uma sociedade mais harmoniosa e igualitária (Tsatsou, 2011: 4).

7.1.5.1 Desigualdades digitais e determinismo tecnológico

Uma crítica muito comum dirigida aos estudos inaugurais, tendo como objecto o fosso digital, é, justamente, a ligação umbilical às teses do determinismo tecnológico entre as quais, na verdade, encontramos a sua origem e fundamento, registo que é partilhado por inúmeros académicos. Ainda na actualidade, como teremos oportunidade de constatar no estudo que empreendemos, no tocante às acções e iniciativas da Comissão Europeia, esta

é uma ideia com plena validade. A UE está essencialmente preocupada em resolver os constrangimentos existentes no mercado e os problemas técnicos que impedem a interoperabilidade e, por conseguinte, o desenvolvimento de redes verdadeiramente trans-europeias. Nestes documentos as variáveis, sociais, ambientais e culturais são sempre relegadas para um plano secundário.

Esta é a perspectiva de Tsatsou (2011) que refere existir uma prevalência para que o estudo do fosso digital seja feito a partir das variáveis tecno-económicas, desvalorizando as dimensões sócio-económicas e culturais, as quais só são referidas no sentido do fechamento das fracturas digitais, no contexto da adopção de políticas públicas. "Por um lado, o papel complexo da resistência (social) humana para, e em relação à, inclusão digital não foi suficientemente enfatizada, com a investigação a respeito da cultura da sociedade não como factor primário, mas como um dos muitos factores que influenciam a participação regular das pessoas na sociedade da informação" (Tsatsou, 2011: 8, tradução nossa)[533]. Por outro lado, a investigação inicial demonstrou igualmente que as pessoas comuns podem sentir-se algo inquietas com muitas das tecnologias mediáticas, mas também, com o papel das TIC na substituição da interacção social face-a-face.

Adicionalmente, a autora mostra-se especialmente crítica no tocante ao modo como os diferentes agentes têm gerido o processo de mitigação das desigualdades digitais, sugerindo que "[…] a investigação existente […] olha para os fossos digitais a partir de uma perspectiva de reforço de poderes e argumenta que a inclusão digital é um requerimento para o aumento de poderes de cidadania e da democracia. Estas ligações entre os fossos digitais, a democracia e o reforço do poder das pessoas demonstra claramente o papel que os políticos devem desempenhar no fechamento das fracturas digitais" (Tsatsou, 2011: 10, tradução nossa). Mansel (2002, *apud*, Tsatsou, 2011: 10) critica o excessivo poder que os mercados exercem no processo político, defendendo, uma mudança nas políticas da sociedade da informação as quais deverão ser orientadas mais para as pessoas e para a aquisição de competências e de literacia digitais por parte destas. "Assim, ela sugere que os políticos devem ser mantidos afastados dos interesses dominantes dos mercados de tal modo que seja possível uma mudança das configurações mediáticas dominantes que minam o surgimento de novos conteúdos destinados à maioria da população, assim como

[533] No mesmo sentido registamos o testemunho oferecido por Susana Salgado. "Em 2001, a ONU apontou para a necessidade de olhar para a tecnologia "como um instrumento, e não apenas como uma recompensa, do crescimento e do desenvolvimento" (*UNDP Report*, 2001: 27, *apud*, Salgado, 2011: 103). Este posicionamento da ONU, que é aliás, segundo as palavras da autora, partilhado por muitos outros investigadores, inscreve-se numa lógica de entendimento da tecnologia como algo de positivo (i.e. de determinismo tecnológico, concretizamos nós) no desenvolvimento humano e das sociedades, designadamente entre os países subdesenvolvidos, ou em vias de desenvolvimento.

ao objectivo de inclusão de todas as pessoas na sociedade da informação" (Idem, *Ibidem*, p. 10).

Uma outra crítica é, neste particular, a formulada por Gunkel (2003) que denuncia a relação estreita entre o discurso do determinismo tecnológico e as TIC[534], tese da qual discorda em absoluto. Após promover um breve recenseamento histórico, o autor prossegue a sua tese distinguindo entre duas correntes no seio do discurso tecno-optimista.

> "Desde a sua introdução na viragem do último século, o determinismo tecnológico desenvolveu-se em duas subcorrentes geralmente designadas de determinismo duro e determinismo flexível. O determinismo duro faz da tecnologia a condição *suficiente* ou *necessária* para a mudança social, enquanto o determinismo flexível compreende a tecnologia como um factor-chave que *pode facilitar* a mudança. Apesar destes dois modelos serem distintos um do outro a fronteira entre eles é frequentemente confusa e flexível. Como Ruth Finnegan indica, 'é fácil deslizar de um para o outro sem nos apercebermos onde estamos a deixar um' (1975: 105)" (Gunkel, 2003: 510, tradução nossa, itálicos e aspas no original).

Por outro lado, o investigador refere adicionalmente que a discussão acerca do fosso digital está presente, tanto na retórica dos discursos alinhados com a perspectiva mais dura do determinismo tecnológico, como com as mais flexíveis (Gunkel, 2003: 512). Por essa mesma razão o autor recusa as visões que descrevem as tecnologias de informação e comunicação (designadamente os computadores e a Internet), não apenas como um reflexo do progresso tecnológico, mas como tecnologias que definem por si só o tempo presente.

Gunkel contesta aliás o excessivo peso (determinismo, se preferirmos – ainda que não o exclua de todo) na modelação da vida moderna condicionando radicalmente as novas oportunidades sócio-económicas tanto para os indivíduos como para as instituições. Na verdade, reforça ainda, "[…] não importa como o fosso digital foi definido, assume sempre diferenças radicais e persistentes entre distintas formas sócio-económicas e define essa diferença tecnologicamente. O discurso do fosso digital empreende distinções entre as tecnologias digitais e analógicas, a 'nova tecnologia digital' do comércio electrónico e a 'velha economia' da produção industrial, a Era da Informação e a Idade Industrial, e as oportunidades de que beneficiam os indivíduos que estão aptos a participar na 'revolução

[534] "Apesar de várias décadas de saudável cepticismo […] o determinismo tecnológico figura proeminentemente na retórica dos computadores e da Internet. Por exemplo, *O Homem de Turing* de Jay David Bolter, argumenta que o computador redefine 'o papel do homem na relação com a natureza' [...], produzindo 'uma mudança na forma como homens e mulheres na idade electrónica pensam acerca de si próprios e do mundo à sua volta' [...]. No seu êxito de vendas de 1995, *Being Digital*, Nicholas Negroponte distingue *bits* de átomos e discute que os bits da informação digital introduzem mudanças revolucionárias na comunicação, educação, política, entretenimento e comunidades humanas. E o trabalho de Alvin Toffler (1980), que figura proeminentemente na ideologia dos tecno-libertários, divide a história em três 'vagas' distintas, que são primariamente definidas pelas inovações tecnológicas da agricultura, produção industrial e sistemas de informação" (Gunkel, 2003: 510, tradução nossa, itálicos e aspas no original).

digital' e as experiências desafortunadas daqueles que não podem" (Gunkel, 2003: 510, tradução nossa).

Seguindo ainda na linha de Gunkel, de acordo com um estudo conduzido em 2001 pela Carnegie-Mellon University e coordenado por Hubert Dreyfus, a Internet não proporcionou o tipo de melhoramento social que consta da literatura técnica, académica e popular.

> "É-nos dito que, dada a sua nova forma de ligar e aceder à informação, a Internet trará uma nova era de prosperidade económica, conduzindo ao desenvolvimento de motores de busca inteligentes que nos entregarão apenas a informação que desejamos, solucionarão os problemas da educação de massas, colocar-nos-ão em contacto com toda a realidade, permitir-nos-ão ter identidades mais flexíveis do que já temos e por conseguinte adicionarão novas dimensões de significado às nossas vidas. Mas, comparado com o relativo sucesso do comércio electrónico, as outras áreas onde uma nova e mais compensadora forma de vida foi prometida produziu um grande espaço de debate mas poucos resultados satisfatórios" (Dreyfus, 2001: 2, *apud* Gunkel, 2003: 513, tradução nossa).

Não obstante as teses em sentido contrário, a Internet não é necessariamente experienciada como algo de inovador ou que lidere a questão dos direitos civis. Ainda que a Internet possa prover algumas (na perspectiva de Gunkel, 2003: 514), menores/escassas melhorias ao nível da educação, desenvolvimento de carreiras e compras, as investigações baseadas em inquéritos detectam, todavia, substanciais desvios entre as promessas da retórica da Internet e os efectivos padrões de uso das TI[535]. Ademais, reforça ainda o autor, a história parece contrariar este optimismo, visto que as oportunidades sócio-culturais promovidas pela retórica do determinismo tecnológico a respeito da Internet constituem, de todo, novidade. Com efeito, promessas similares foram feitas por tecnologias anteriores análogas. O telégrafo eléctrico, por exemplo, foi apresentado ao público com uma espécie de narrativa messiânica. Gunkel socorre-se de James Carey, o qual considera que esta nova tecnologia (a do telégrafo eléctrico) entrou nas discussões americanas não como um facto mundano, antes sim, divinamente inspirado para os propósitos da mensagem Cristã: "[…] mais longe e mais depressa, eclipsando e transcendendo o espaço, salvando o bárbaro, aproximando a humanidade e tornado mais provável o dia da salvação" (Carey, 1989: 17, *apud* Gunkel, 2003: 514-515). É precisamente nestas experiências passadas que Gunkel sustenta o seu cepticismo relativamente às tecnologias de informação e

[535] Numa outra passagem, Gunkel refere que "[a]pesar de existir um significativo debate sobre a causa exacta da discrepância digital, o exame da investigação demonstra que as oportunidades sociais, culturais e económicas desempenham um papel constitutivo na determinação do nível de acesso às, e a capacidade de uso das, TI. Noutras palavras o acesso à, e uso da, tecnologia parece ser um sintoma e não a causa da oportunidade sócio-económica. Deste modo, o que os estudos empíricos demonstram é que a teoria do determinismo tecnológico, apesar de persuasivamente incluída na retórica do fosso digital, permanece uma explicação inadequada para o problema e arrisca-se a simplificar demasiadamente uma situação que é obviamente mais complexa" (Gunkel, 2003: 512, tradução nossa).

comunicação e o seu desencanto com a retórica discursiva dos tecno-entusiastas. Se o telégrafo e a rádio falharam em áreas cruciais como no cumprimento da democracia participativa, no aumento das oportunidades económicas, na criação de novas perspectivas sociais, não existe, por conseguinte, qualquer razão objectiva, para lá de um mero desejo, para crer na retórica similar do determinismo tecnológico quando a mesma surge aplicada à Internet (Gunkel, 2003: 515).

Partilhamos, no essencial, desta tese de Gunkel. Por um lado, pese embora a dificuldade em extrair ao centro tecnológico o problema quer, *lato sensu*, da sociedade da informação quer, mais especificamente, do fosso digital, a realidade é que, na linha do autor, pensamos ser pobre um entendimento que compreenda o fenómeno das divisões digitais a partir apenas de uma perspectiva económica como é, habitualmente, apanágio das teses relacionadas com o determinismo tecnológico. Doutrina que encontramos aliás, plasmada também no discurso político, designadamente nos sucessivos programas das instituições europeias em matéria de promoção da sociedade da informação. Nos registos das autoridades europeias encontramos sempre presente a preocupação de vencer o problema das divisões digitais. Nunca, porém, a partir de uma perspectiva que almeje a compreensão do fenómeno das desigualdades digitais tendo por base a sua complexidade transversal e multidisciplinar, antes sempre partindo da mais que obsoleta perspectiva de análise ancorada nas questões do acesso. A este ponto regressaremos de modo mais detalhado no capítulo seguinte.

É verdade que o conceito de fosso digital é, por definição e natureza, uma oposição, essencialmente binária (ainda que possamos e, em nossa opinião, devamos, discutir se essa oposição binária não deveria ser diluída numa escala gradativa), baseada no acesso ou não acesso a estas mesmas tecnologias. No entanto, parece-nos inegável que, analisar o problema do fosso digital a partir, apenas, de uma matriz de base tecno-económica, mormente, do acesso ou não acesso às tecnologias de informação e comunicação, resultará, invariavelmente, numa análise unidimensional e redutora da realidade. O fosso digital não se resume ao ter ou não ter acesso à tecnologia. Compreende, como de resto já vimos, uma ampla paleta de problemas laterais indispensáveis para um mais completo entendimento do fenómeno. Considerar unicamente esta dimensão do acesso, não conseguirá responder, desde logo, à questão sobre as desigualdades no uso das TIC, nem tampouco no tocante às profundas diferenças registadas ao nível dos benefícios obtidos a partir do seu uso.

E, convém lembrar que, não apenas a generalidade da literatura conotada com a perspectiva do determinismo tecnológico, como, na verdade, o núcleo essencial desta

corrente de pensamento, porque estruturada segundo os ditames mais gerais do liberalismo económico, colocam na dimensão do mero acesso, o cerne da questão. É compreensível, na nossa perspectiva, um tal posicionamento, mas consideramos que estará assente em pressupostos equívocos, posto que – como aliás surge patente no círculo virtuoso da sociedade da informação[536] (ao qual aludem vários documentos de trabalho das instâncias europeias, mas não só) –, o desenvolvimento e massificação das tecnologias de informação e comunicação ascenderá, à classe de uma profecia auto-realizável Webster (2005).

Recentrando a discussão no nosso tópico, entendemos que, apenas uma vez cumprida esta primeira distinção (em jeito de triagem) entre quem está ligado e quem não está, poderemos então, mais tarde, incluir no conceito, sub-categorias analíticas destinadas a conferir um maior grau de refinamento à investigação. Naturalmente, contraporão alguns, adicionar *ad infinitum* variáveis secundárias conduzirá a um aumento intolerável da indeterminação que a noção de fosso digital já transporta. Estamos em crer, no entanto, que esse alargamento do espectro de análise resulta inequivocamente necessário, posto que, o estudo de variáveis como, raça, género, idade, nível de alfabetização, estatuto sócio-económico, contexto cultural, se revelam fundamentais para uma melhor compreensão do fenómeno das divisões digitais. Saliente-se ainda que, apenas uma vez bem compreendido este problema, poderá ser desenhada uma estratégia minimamente eficaz tendente à sua mitigação, visto que, ao contrário do vertido em muitos discursos da linha do determinismo tecnológico, a expectativa de erradicação absoluta das desigualdades digitais não pode senão constituir (mais) uma deriva utópica entre várias outras susceptíveis de serem encontradas nesta tipologia de registos.

No contexto da doutrina, hoje maioritária, um tal exame não pode, sob pena de se revelar absolutamente inútil, resumir-se à mera contabilização de acesso/não acesso. Terá de, adicionalmente, por um lado, procurar qualificar esse acesso (em termos de disponibilidade, em largura de banda, em desempenho do conjunto equipamento/tecnologia de acesso) e, por outro, cruzar, confrontar, os dados obtidos com o perfil individual de cada sujeito, i.e., combinar a informação recolhida com as condições sócio-económicas, culturais, demográficas e geográficas dos participantes. Impõe-se, por fim, na linha de Pippa Norris (2001) mas, também de Eszter Hargittai, estudar as diferenças nos *usos* entre o grupo daqueles que são *utilizadores* e, principalmente, aferir com rigor os benefícios que cada

[536] Segundo este modelo circular, o desenvolvimento das redes telemáticas levará à disponibilização de novos e mais sofisticados conteúdos que atrairão mais utilizadores. Por sua vez, o crescente congestionamento das estruturas de comunicação combinada com mais utilizadores e uma maior procura de conteúdos levarão, por um lado, ao desenvolvimento de redes ainda mais rápidas e de recursos de maior qualidade que, por sua vez atrairão mais e mais utilizadores, num processo, anuncia-nos a retórica discursiva das autoridades europeias, em espiral permanente.

indivíduo colhe dessa mesma utilização. Este estudo justifica-se na medida em que, como de resto verificámos atrás, usos diferenciados das tecnologias são susceptíveis de interferir decisivamente no conjunto de oportunidades às quais os indivíduos conseguem aceder na sua vida.

Na sua exposição, Gunkel, embora não afastando totalmente a possibilidade de a Internet vir a seguir um percurso histórico distinto face a outras tecnologias que a antecederam (designadamente telégrafo eléctrico e rádio), é muito claro quanto ao cenário que prevê para a rede das redes. Naturalmente, tal como alguns dos suportes de comunicação à distância que a precederam, nada garante que a Internet não venha igualmente a fracassar em matérias como a promoção da inclusão e coesão sociais, na redução do afastamento entre os diferentes grupos presentes na sociedade, na equalização dos conhecimentos da generalidade dos indivíduos, no aumento das oportunidades de vida para todos, entre muitas outras promessas que acompanham a retórica tecno-determinista.

No entanto, e ressalvando o tópico que discutiremos em seguida, a verdade é que existem indicadores, bastante concretos, a partir dos quais é possível inferir-se que com a Internet, talvez, a história possa ser outra. A verdade é que, mais ou menos rapidamente, pelo menos no mundo desenvolvido, a disseminação de algumas tecnologias atingiu um nível de penetração quase total. O telefone móvel assume-se, neste particular, como um bom exemplo. Paralelamente, todos os anos surgem no mercado não apenas novos modelos de telemóveis, como produtos derivados de conceitos inovadores sucedâneos. Os dispositivos tácteis, mais conhecidos por *tablets*, constituem o exemplo mais recente. Nem computadores, nem telefones, estes híbridos representam um meio-termo entre dois mundos complementares, ainda que distintos. A proliferação, por um lado, de dispositivos cada vez mais portáteis e, por outro, de interfaces que, pela sua simplicidade, contornam as fragilidades de utilização dos indivíduos menos identificados com as tecnologias poderá, a prazo, conquistar novos públicos. Acresce igualmente que a generalização dos acessos a partir de infra-estruturas móveis, aproveitando o desenvolvimento destas tecnologias, tornará as redes de informação acessíveis a inúmeros utilizadores para quem, até há pouco tempo, os constrangimentos técnicos, ao nível do ingresso, eram ainda uma realidade[537].

Em suma, diferentemente da perspectiva de Gunkel, entendemos que o problema do acesso à informação em linha (leia-se, *grosso modo*, à Internet) apresenta idiossincrasias próprias, susceptíveis de poderem conduzir a maiores níveis de inclusão

[537] Recordamos neste particular as estatísticas de info-exclusão, tanto na UE como nos Estados Unidos a que já atrás nos reportámos.

quando comparadas com técnicas mais antigas. A possibilidade de entrada na rede a partir de plataformas múltiplas (computadores, telemóveis, televisores, consolas de jogos de vídeo, *tablets* e outros dispositivos)[538] e de diferentes pontos, formas e tipologias de acesso (fixo ou móvel, por satélite, cobre, cabo, fibra óptica, 2G, 3G, 4G, via rádio, linhas de alto débito ou dedicadas, acessos de banda larga ou convencionais, em locais públicos ou privados); o desenvolvimento de interfaces mais amigáveis[539], que fomentam a participação; a própria estrutura bi-direccional e interactiva da rede (oferecendo, em termos teóricos pelo menos, a possibilidade de todos poderem ser, em simultâneo, produtores e consumidores de conteúdos), sugerem que, talvez, a Internet possa triunfar onde as soluções que a antecederam falharam. Não pretendemos com isto dizer que a Internet não coloque desafios e exigências de utilização quem em muito superam as colocadas pelas tecnologias mediáticas antecessoras.

No entanto, e apesar desta divergência de circunstância com Gunkel, julgamos, no tocante ao estudo sobre as divisões digitais, serem igualmente válidas as teses que arguimos aquando da abordagem à problemática da sociedade da informação. Recomenda-se, por conseguinte, alguma prudência e contenção na avaliação do potencial emancipatório das TIC[540], visto que, afinal, das sucessivas investigações empreendidas a este objecto, têm resultado dados contraditórios, susceptíveis de reforçar as hipóteses formuladas por qualquer uma das teses em confronto. Donde se poderá igualmente especular relativamente à necessidade de proceder a ajustes adicionais aos modelos de análise empregues nestes estudos.

[538] Susana Salgado, aponta inclusive o caso de alguns países do continente africano em que, embora se registe uma ainda muito grande diferença para o resto do mundo esta "[…] tem vindo a diminuir devido à rápida adopção dos telefones móveis e da Internet [...]" (Salgado, 2011: 103).

[539] Observe-se, a título meramente exemplificativo, a transformação das aplicações informáticas que, ao longo da última década e meia, evoluíram do ambiente monocromático de comandos de texto presente no MS-DOS, no qual era necessário ser conhecedor de um amplo conjunto de comandos/instruções e respectiva sintaxe, para ferramentas essencialmente pictóricas como o são o Office 2007 e posteriores, ou o novo Windows 8, codificadas em símbolos reconhecíveis pela generalidade dos utilizadores.

[540] Na linha aliás da sugestão de Dahlberg: "Devemos rejeitar tanto a retórica do determinismo tecnológico acerca da Rede 2.0, como o fatalismo pessimista expresso em exclusões sistémicas e colonização empresarial. Ao invés, necessitamos de explorar [...] o discurso contra hegemónico e os activismos que contestam a dominação e abrir espaço para que vozes excluídas possam ser potenciadas. Essa pesquisa já está a ser conduzida em relação aos *media* digitais, [...] mas não especificamente com respeito às divisões digitais" (Dahlberg, 2011: 96, tradução nossa).

7.1.5.2 A hipótese do distanciamento como linha de investigação alternativa na problemática das divisões digitais

Já atrás referimos que, embora a pesquisa acerca do acesso seja ainda importante, nomeadamente no sentido de aferir o êxito das políticas de promoção do acesso universal, torna-se igualmente importante avaliar outras variáveis. Como escrevem DiMaggio *et al.* (2004: 28, tradução nossa, itálicos no original)

> "[a] questão premente agora é menos 'quem pode encontrar uma ligação à rede a partir da qual pode ligar-se?', do que 'o que estão as pessoas a fazer, e o que elas conseguem fazer, quando se ligam'. Mover-nos para lá de uma visão binária de acesso para uma concepção mais detalhada da desigualdade das oportunidades tecnológicas implica quatro passos: identificar as dimensões críticas da desigualdade; documentar as diferenças entre grupos; explicar os antecedentes da desigualdade nestas dimensões; e modelar a relação entre diferentes formas de desigualdade e entre estes resultados críticos. Na prossecução destas questões, os investigadores da Internet podem apoiar-se tanto nos estudos anteriores de cultura, informação e desigualdade social e numa mais directamente relevante tradição de pesquisa na hipótese do distanciamento"[541].

A quantidade e disponibilidade, aliadas à conectividade, de informação no início do século XXI, não têm, na perspectiva de Hargittai (2008), precedentes. Porém, dado que as actividades económicas dependem progressivamente de actividades intensivamente ligadas ao conhecimento, torna-se indispensável saber até que ponto, uma distribuição desigual destes dois vectores (informação e conhecimento) poderá estar a contribuir para uma mais aguda estratificação da sociedade. Desde o início da difusão da Internet, que o debate acerca deste tema preocupou inúmeros actores, visto que, os media digitais eram encarados como factores pontenciadores de oportunidades de ascensão e melhoramento, tanto no plano individual, como das organizações. Tem-se, todavia, assistido a um fenómeno de reprodução, (senão mesmo de ampliação), ancorado nas tecnologias de informação e comunicação, das desigualdades previamente existentes na sociedade. Em suma, o que parece estar a suceder é que, ao contrário do anunciado, as TIC estão a contribuir para o aumento do fosso entre os diferentes estratos da sociedade, criando um mundo em que as oportunidades são aproveitadas pelos info-incluídos e que, ao mesmo tempo, marginaliza e exclui a maioria da população (Hargittai, *In* Grusky (ed.), 2008: 936; Hargittai e Shafer, 2007: 12-13).

[541] Perspectiva em que são acompanhados por Susana Salgado "Norris, numa posição de meio-termo entre as perspectivas optimistas e pessimistas, defende que "mesmo que o digital divide diminua gradualmente com o tempo, é ingénuo acreditar que mundo virtual irá eliminar as desigualdades sociais que são endémicas (Norris, 2001: 17, *apud*, Salgado, 2011: 104).

Além de olharem para o contexto (o seu histórico) dos utilizadores, os investigadores têm também procurado perceber de que modo as experiências em linha dos utilizadores podem contribuir para usos diferenciados. Howard *et al.* (2002), por exemplo, procurou obter dados partindo de há quanto tempo as pessoas estão em linha e da frequência com que usam a Internet. Hassani (2006) centrou-se no número de localizações a partir das quais as pessoas acedem à Internet, concluindo existir uma correlação positiva entre esta variável e o nível de envolvimento e de vantagens que as pessoas obtinham na utilização em linha, especialmente ao nível de tarefas intensivas de criação e partilha de conteúdos.

No tocante, todavia, ao caso concreto da hipótese do distanciamento, qualquer reflexão a este propósito terá, necessariamente, de partir das desigualdades no acesso, posto que, essa é a origem primeira do fenómeno. É precisamente este o itinerário que nos é proposto por Lincoln Dahlberg (2011) e que agora acompanhamos com maior detalhe.

Não obstante várias décadas de diminuição de custos ao nível dos equipamentos e aumento da difusão das tecnologias digitais, subsistem ainda, na perspectiva deste autor, divisões significativas, no tocante ao acesso, mesmo considerando que estas se encontram mais delimitadas. Dahlberg (2011: 87) nota que é uma realidade auto-evidente que grande parte da população mundial não participa na sociedade em linha dado que, em muitos casos não dispõe, sequer, do acesso a electricidade, quanto mais das competências, tempo, ou equipamento para uma participação efectiva. Permanecem, por conseguinte, estratificações sistémicas ao nível do acesso, que são particularmente notórias nas disparidades registadas entre nações ricas e nações pobres, facto que contribui, justamente, para o reforço desta situação. “A investigação mostra que … a difusão, ou a falta da mesma, fornece uma vantagem competitiva para os países mais enredados, em relação, por exemplo, ao acesso aos mercados e ideias de ponta” (Stern, 2010: 29, *apud*, Dahlberg, 2011: 87, tradução nossa). Ou seja, não obstante a investigação ter evoluído da oposição binária inicial entre ter e não ter acesso, considerando presentemente toda uma vasta gama de variáveis que não eram inicialmente consideradas (conforme já atrás demos conta), a verdade é que, a superação da divisão original, i.e., o acesso está longe, ainda hoje, de ter sido ultrapassada.

Por outro lado, regista-se, igualmente, mesmo dentro dos países mais desenvolvidos e avançados nesta matéria, a persistência de um nível de desigualdade que condiciona fortemente a diminuição do fosso (realidade identificada em 2001 por Pippa Norris, mas que se mantém, segundo estudos mais recentes, perfeitamente actual). No topo desta barreira situa-se o binómio rendimentos e educação (Hargittai, 2008), embora seja

possível encontrar outras causas: a língua, a falta de infra-estruturas nas áreas rurais, questões culturais/comunitárias que, por exemplo, restringem o acesso das mulheres. Daqui se conclui, refere Dahlberg (2011: 85) que, nas actuais condições estruturais da prevalência de profundas desigualdades globais, não será expectável que o fosso digital seja totalmente eliminado. Registe-se, todavia, que o acesso a partir de plataformas móveis tem contribuído para o rápido decréscimo das desigualdades, a que vimos assistindo, dentro das nações (veja-se o caso relatado por Susana Salgado no tocante ao contexto de alguns países do continente africano a que já fizemos referência). Tal situação decorre da expectativa que as empresas de telefonia móvel têm da obtenção de lucros elevados a partir da disponibilização de soluções de acesso inalâmbrico, os quais se encontram em rápida e clara expansão.

De acordo com Dahlberg (2011: 87) a Internet, especialmente na sua segunda geração, está a desafiar inúmeras desigualdades sócio-políticas, incluindo entre quem produz, publica e difunde informação. As possibilidades sem precedentes que a Internet proporciona ao nível da disponibilização de informação gratuita em linha, trazem consigo a esperança que, em breve, a rede possa desempenhar um papel crucial na transmissão de uma educação básica a milhões e milhões de indivíduos, face às expectativas que existiam há apenas alguns anos atrás. Isto, claro, acrescentamos nós, pressupondo que o problema do acesso seja ultrapassado, algo que, como bem sabemos, está longe, muito longe mesmo, de suceder, inclusive ao nível dos países/regiões mais ricos. Até porque, conforme também nota Dahlberg, torna-se muito fácil determinar a origem sócio-económica e cultural daqueles que estão a tirar maior partido da rede. "Quanto mais rico, socialmente ligado e educado se for, maior será a probabilidade de se usar um leque de ferramentas da Rede 2.0 para potenciar as suas perspectivas de vida" (Dahlberg, 2011: 88, tradução nossa)[542].

Mais preocupante, segundo Dahlberg (2011: 88), é o facto de as possibilidades de participação no mundo digital se encontrarem muito ligadas às condições de trabalho/ocupação de cada indivíduo. Ora, isto dá origem a que, em muitos lugares a organização da economia e do mercado de trabalho imponham, para que esse acesso possa ocorrer, longas jornadas em fábricas, na limpeza das ruas e dos escritórios, na agricultura, e assim por diante. Assim, o fenómeno a que assistimos é o do

[542] No mesmo sentido Rojas *et al.* (2011), acrescentam que o capital social dos indivíduos é igualmente determinante no fenómeno das divisões digitais. "O capital social distribui-se de modo diferenciado pela sociedade, sendo acumulado e transferido de geração em geração, como o económico. Bourdieu considera que, nas sociedades modernas, a acumulação de capital cultural exige investimento a longo prazo de tempo e educação. [...] O capital social e o capital cultural são aplicados na reprodução da estratificação social, em particular nas escassas possibilidades de mudança que os indivíduos dispõem, combinando-se muitas vezes: um diploma de Harvard confere não só qualificação educacional mas também acesso a uma rede social exclusiva" (Rojas, *et al.* 2011: 18).

reforço/vantagem da posição de uns sobre outros, sugerindo, na verdade, que a Rede 2.0 (e a Internet de forma mais ampla) está afinal a contribuir para uma expansão, em vez de uma redução, não só do fosso digital, mas também e principalmente de desigualdades socioeconómicas mais gerais.

Diríamos aliás, seguindo no trilho de Dahlberg que a divisão na rede 1.0 (essencialmente decorrente de questões técnicas e do acesso) está a diminuir, enquanto que o fosso entre incluídos e excluídos, porque assente na participação activa e na capacidade de retirar proveitos dessa mesma utilização (incluindo a produção e distribuição de conteúdos) parece, para já, seguir uma tendência inversa. Esta mesma ideia é reforçada por Stern (2010: 29, *apud*, Dahlberg, 2011: 89, tradução nossa, aspas no original): "as diferenças no acesso e conhecimento prático combinam-se de muitas e variadas maneiras para criar formas plurais de desigualdade; mas juntas elas representam uma perda de oportunidade para os 'desfavorecidos' ... Por outro lado, aqueles com acesso e capacidade gozam daquilo que podemos chamar de 'capital digital', ou os benefícios que o acesso à proficiência nas tecnologias da Internet lhes possibilita". Em consequência disto, uma minoria restrita está a tirar muito mais partido do acesso às tecnologias digitais do que a maioria esmagadora da população, o que resulta numa muito maior e necessária influência na modelação da rede, por parte dos primeiros relativamente aos segundos.

Contudo, muita desta produção de conteúdos e informação, ao invés de ter origem nos indivíduos, resulta da actividade de gigantescos conglomerados de empresas de *media*. Dahlberg (2011: 89-90, tradução nossa, aspas no original), afirma que "[a]s principais corporações de *media* (digitais) (por exemplo, a *NewsCorp*, a *Yahoo* e a *Google*) apropriaram-se já da grande maioria das "bem sucedidas" iniciativas da Rede 2.0 e estão a restruturar a sua orientação para o lucro. [...] Há agora muito poucos sítios significativos da Rede 2.0 ou outros em linha que não sejam propriedade ou controlados por grandes empresas". Ora esta situação, adverte ainda o autor (Idem, *Ibidem*, p. 91), conduzirá, por um lado, ao previsível surgimento de novas divisões, incluindo, por outro lado, três que merecem a sua especial preocupação: uma divisão de atenção, uma divisão de exploração, e uma divisão de vigilância[543].

Na opinião de Dahlberg a própria visibilidade na Rede 2.0 é distribuída de forma muito desigual. Aquilo a que assistimos é, em paralelo com o aumento e expansão do número de vozes marginais, a tendência para que as vozes dominantes permaneçam dominantes aumentando, inclusive, esse domínio. "Mais especificamente, a atenção está a

[543] No original, respectivamente, "*an attention divide, an exploitation divide, and a surveillance divide*".

ser trazida mais e mais para o conteúdo comercialmente produzido e para a publicidade[544]. O efeito da Rede é que o *statu quo* do poder e as desigualdades são reforçadas. Este padrão está a ser ampliado por outras divisões digitais que se estão a desenvolver fora da propriedade e controlo das corporações" (Dahlberg, 2011: 92, tradução nossa).

A propriedade e controlo das empresas da Rede 2.0, também está a levar, ou a estender, uma divisão de vigilância, uma divisão entre aqueles que estão a ver e aqueles que estão a ser vistos. Este é, segundo ainda o autor, o outro lado da divisão atenção/visibilidade. Aqueles que detêm o controlo da Rede 2.0 podem determinar quando desejam receber atenção (serem vistos) e quando querem fazer a vigilância.

> "A prospecção de dados e vigilâncias pelas corporações, tal como a divisão atenção/visibilidade, é possibilitada pela centralização da comunicação da Rede 2.0 e motivada pelo objectivo da publicidade. Não apenas as empresas da Rede 2.0 solicitam aos utilizadores o fornecimento de informação privada com o registo, como muitos espaços constroem perfis de utilizadores pela monotorização e agregação das pistas digitais das actividades na Rede 2.0, incluindo pesquisas e compras baseadas na Rede […]. Quantidades massivas de informação estão a ser coligidas de milhões de indivíduos, e depois agregadas para (re-)construir identidades de utilizadores, maioritariamente para desenvolver formas cada vez mais invasivas de marketing dirigido: os perfis criados pelos utilizadores tornaram-se a principal mercadoria da Rede 2.0 […] A informação armazenada pode também tornar-se parte da vigilância do estado, como sucedido no caso da Yahoo! ter cedido informação pessoal às autoridades judiciais chinesas que conduziram à detenção e condenação de, pelo menos, quatro "dissidentes da Internet" […]. Numa escala mais micro, o enredamento social da Rede 2.0 tem estado também na base da vigilância dos empregadores sobre os empregados existentes e potenciais" (Dahlberg, 2011: 93-94, tradução nossa, aspas no original).

À semelhança de Dahlberg, também Panayiota Tsatsou (2011) parte do problema específico do acesso às tecnologias de informação e comunicação, mormente, a um computador e a uma ligação à Internet, para abordar o fenómeno das divisões digitais, a partir da hipótese de aumento, e não da diminuição, conforme anunciado pela retórica do determinismo tecnológico, das desigualdades. Também esta autora nota, porém, que a mera mitigação da questão do acesso ao equipamento não resolve, como já se referiu, o problema do fosso e da exclusão das oportunidades proporcionadas pelo mundo digital. Esta é a tese mais recente, surgida a partir do ano de 2000 (defendida por exemplo por

[544] Segundo Hargittai (2007: 834 e ss.) a Internet foi hoje tomada de assalto por interesses comerciais que constituem os principais dinamizadores do seu desenvolvimento e expansão, ao mesmo tempo que, com a generalização da procura de informação através do recurso a motores de busca, as referências de qualquer pesquisa que surgem em primeiro lugar são quase sempre relacionadas com interesses comerciais. Ora, tendo presente que, a maioria dos utilizadores (85% segundo estudos realizados) ao efectuarem uma pesquisa apenas visualizam a primeira página de resultados, torna-se especialmente importante aparecer no topo, situação que, como facilmente se percebe fomenta situações de desigualdade na distribuição de inúmeras mensagens não conotadas com interesses comerciais. Idêntica perspectiva encontramo-la em DiMaggio *et al.* (2004: 46). Salientam os autores que a maior parte dos utilizadores apresentam poucas competências de pesquisa: muitos apenas colocam uma palavra de procura (77%) e 85% apenas visualiza a primeira página de resultados numa pesquisa num motor de busca. Acresce a isto que, como se sabe, a maioria dos primeiros resultados são pagos e monopolizados pelas grandes corporações.

Norris 2001, Couldry, 2003, entre outros) e que adverte para o facto de este assunto ser bem mais complexo do que aquilo que inicialmente se poderia supor. "[...] [O]s trabalhos de investigação acerca de como acessos incrementados podem [afinal] manter ou exacerbar as diferenças existentes cresceram em número. Também, diferentes níveis e aspectos qualitativos de fracturas respeitando a forças materiais, económicas, sociais culturais e técnicas que medeiam o acesso e o uso de tecnologias tais como a Internet tornaram-se objectos de investigação" (Livingstone, 2002, *apud* Tsatsou, 2011: 6, tradução nossa).

A tendência poderá dizer-se é, por isso, de abertura e de progressiva inclusão de mais variáveis de estudo e de perspectivas de terceira via, sugerindo, por conseguinte, uma cada vez mais espessa conceptualização das desigualdades em matéria de informação e comunicação. Selwyn (2004, *apud* Tsatsou, 2011: 6) entende que o acesso não determina, por si só, a existência de fracturas. Uma vez que as pessoas beneficiam frequentemente de uma diferente qualidade ou quantidade de conteúdos digitais e podem aceder a múltiplos recursos alternativos para tirarem pleno partido das tecnologias e serviços disponíveis, as discrepâncias e divisões têm, sugere a autora, origem nos consumos e nos usos concretos de cada indivíduo e não no ingresso.

Igualmente importantes acerca desta matéria são as reflexões de Eszter Hargittai. Num estudo em co-autoria (Robinson *et al.* 2003: 2-3) a investigadora e demais parceiros lembram que, qualquer análise ao fenómeno do fosso digital na sociedade americana (e em todas as outras, acrescentamos nós) terá, necessariamente, de ter em conta divisões e desigualdades várias que o antecederam[545].

No caso específico dos Estados Unidos, um estudo sociológico precedente de grande magnitude revelou que, ao contrário do esperado, a introdução dos meios e tecnologias de comunicação de massa (jornais, rádio, televisão, telégrafo, telefone) ao invés de contribuírem para um equilíbrio progressivo da sociedade, vieram, pelo contrário, a

[545] Vd. Ferreira (2011: 54, itálico e parêntesis no original). "Em síntese: os recursos de que cada um dispõe para transformar em participação política no ciberespaço possuem uma ligação causal, retroactiva, com a aquisição de competências e conhecimentos na família, na escola ou no emprego, por exemplo. […] É nesta medida que os *media* digitais terão vindo a reproduzir os factores conhecidos de desigualdade (como rendimentos, educação e raça), a que adicionaram novos factores de desigualdade (como sexo ou idade) [...]. Como consequência, aqueles que tradicionalmente tendem a ser influentes e poderosos, beneficiam agora de novos canais de influência e de mais oportunidades de participação. Assim, se o paradigma do *digital divide* serviu investigadores e decisores políticos durante os anos iniciais da difusão da Internet, verificam-se hoje as limitações do seu alcance enquanto instrumento de análise". Vd., igualmente Ferreira (2011: 57, parêntesis no original): "Verifica-se, assim, que o problema que se coloca à ciberdemocratização reside na desigualdade de competências técnicas, culturais e educacionais, entre outras, que acaba por se transformar numa desigualdade de oportunidades políticas - a qual, em vez de resolver as desigualdades anteriores, acrescenta-se a elas e torna-as ainda mais graves. Noutros termos, quando se aumentam as oportunidades sociais (no caso, as oportunidades digitais de participação política) e uma parte considerável dos cidadãos não pode aproveitá-las, novas formas de desigualdade ganharão dimensão". Vd, ainda, Salgado 2011: 104; Hagittai e Hinnant, 2008: 607.

aumentar o fosso já existente. O estudo que ficou conhecido pela *Knowledge Gap Hypothesys* veio justamente postular que os meios de informação, ao invés de reduzirem as diferenças no acesso à informação, potenciaram o aumento das mesmas. Os autores referem dois exemplos concretos para sustentar tais conclusões: a experiência de Cincinnati e o programa televisivo destinado às crianças *Rua Sésamo*.

Em ambos os casos o número de indivíduos que já tinham informação manteve-se inalterado, apenas se constatando que, por via destas iniciativas, aumentaram os seus conhecimentos. Em sentido inverso, aqueles que desconheciam as iniciativas, continuaram a ignorá-las, donde se poderá genericamente inferir que, ao invés de diminuir o fosso informacional, estas campanhas, potenciaram-no. Inicialmente pensou-se que o principal foco de exclusão tinha por base o elevado custo de aquisição dos equipamentos de acesso. Porém, os estudos NTIA, que combinaram diferentes variáveis, mostraram que era a instrução, não o rendimento/estatuto sócio-económico o factor de divisão decisivo (respectivamente 56%, *versus*, 32%).

A investigação anterior sobre as desigualdades, no contexto das tecnologias de comunicação, estabelece um precedente. De acordo com a hipótese do distanciamento (*knowledge gap hypothesis*) as pessoas dos estratos sócio-económicos mais elevados estão sempre numa posição de vantagem face às demais na exploração de novas fontes de informação. O seu posicionamento social privilegiado permite-lhes conhecer estes recursos primeiramente, os maiores rendimentos de que dispõem permite aceder-lhes enquanto são novos e caros, e o maior nível de instrução a que este grupo privilegiado consegue prepara os seus membros, de um ponto de vista cognitivo, no sentido de realizarem o processamento de informação de um modo mais eficiente, investimento que acaba por ser recuperado em salários mais elevados e outras vantagens ao longo da vida.

Importa por isso, na perspectiva dos autores (DiMaggio *et al.*, 2004: 39) perceber se o retorno obtido pelo recurso à tecnologia varia em função de variáveis como o estatuto sócio-económico, raça, local de residência, ou género dos indivíduos? Isto é: será que os utilizadores dos grupos mais elevados são mais eficientes em converter o acesso à informação e a informação em vantagens ocupacionais ou influência social, em relação aos utilizadores mais desfavorecidos? A resposta surge plasmada nas palavras de DiMaggio *et al.* (2004: 29, tradução nossa): "[c]omo consequência, os privilegiados sócio-economicamente não apenas aprendem mais do que os outros, como o fosso está destinado a crescer cada vez mais devido à sua vantagem no acesso a novas fontes de informação".

Num outro estudo, igualmente realizado em co-autoria (Zillien e Hargittai, 2009) a propósito ainda da questão da *knowledge gap hypothesis* pode ler-se que "[à] medida que a infusão de meios de informação de massa num sistema social aumenta, os segmentos da população com estatuto sócio-económico mais elevado tende a adquirir esta informação a uma taxa mais rápida do que os segmentos de estatuto inferior, pelo que o hiato de conhecimento entre estes segmentos tende a aumentar ao invés de diminuir" (Tichenor, Donohue e Olien, 1970: 159, *apud* Zillien e Hargittai, 2009: 277, tradução nossa)[546] [547].

Ettema e Kline (1977, 188, *apud* Zillien e Hargittai, 2009: 277, tradução nossa, itálico no original) referem a mesma realidade, mas colocam a tónica na questão da motivação: "À medida que a infusão de informação em massa num sistema social cresce, segmentos da população motivados para adquirem essa informação e/ou para quem a informação é funcional tendem a adquirir a informação a uma taxa mais rápida do que *aqueles que não estão motivados ou para quem* [esses conteúdos] *não são funcionais*, de tal modo que o fosso de conhecimento entre esses segmentos tende a aumentar ao invés de diminuir". Assim, ao contrário de servirem como uma força equalizadora da distribuição do conhecimento na sociedade, prosseguem as autoras, os *media* digitais acabam, na verdade, por potenciar desigualdades prévias. No fundo, o que se verifica, também nos meios do século XXI, à semelhança daquilo a que assistíramos já nos da segunda metade do século XX, é que as novas tecnologias mediáticas, designadamente as TIC, exigem níveis mais elevados de competências/conhecimentos, conexões sociais adequadas a este desenvolvimento, e um uso dos media mais selectivo no sentido de o utilizador ter contacto com os recursos que verdadeiramente interessam, ao contrário de se perder em inúmeras distracções inúteis e informação de cariz e validade duvidosas[548].

Note-se, porém que as autoras não excluem (em nosso entender, muito adequadamente) a hipótese de os usos específicos da Internet poderem estar relacionados com o problema das próprias diferenças do equipamento técnico, ou seja, do ingresso,

[546] Os autores do estudo original (Tichenor *et al.*, 1970) hipotizaram que os hiatos de conhecimento seriam mais reduzidos no caso áreas do conhecimento altamente especializadas em comunidades relativamente pequenas. Tais teses foram posteriormente validadas por meio de alguns estudos empíricos. Ora, também neste caso, poderá, semelhantemente, a Internet contribuir para a criação destas comunidades compactas em linha, possibilitando o aparecimento de grupos relativamente pequenos, nos quais a diferença de estatuto sócio-económico entre os participantes seja parcialmente invisível, permitindo assim aos mais desfavorecidos aceder aos conhecimentos que outros adquirem, numa dada matéria, em sítios especializados, designadamente, aqueles que recorrem a conteúdos interactivos (DiMaggio *et. al.*, 2004: 30).

[547] Veja-se também Hargittai e Hinnant, 2008: 605 e ss..

[548] Uma diferença importante nos usos na Internet registada pelas autoras é que, enquanto as pessoas dos estratos mais elevados da sociedade usam a rede como um complemento e extensão da sua actividade, as pessoas das classes mais baixas usam-na para entretenimento e lazer, diferença que, naturalmente amplia ainda mais as desigualdades já existentes (Zillien e Hargittai 2009: 287).

ainda que, aqui, considerado em termos, predominantemente, qualitativos. Por exemplo, alguém com acesso a uma ligação de banda larga, com qualidade, tenderá a passar mais tempo em linha e tenderá a desenvolver um leque mais amplo de actividades em linha do que alguém com uma ligação e demais equipamento de qualidade inferior[549]. Van Dijk (2005: 117) enfatiza que os recursos materiais continuam a ter um efeito importante na experiência de navegação, mesmo depois de uma ligação à Internet ser conseguida. Como notam ainda (Ryder e Wilson, 1996, e Hargittai, 2002 e 2003, *In* Zillien e Hargittai, 2009: 275), não obstante o conseguir-se uma ligação física existem múltiplos outros factores que influenciam o uso da Internet, nomeadamente a perícia e as competências na pesquisa/realização das tarefas pretendidas.

As ideias anteriores são de igual modo reforçadas por uma outra: as pessoas tendem a tirar mais ou menos proveitos de cada nova tecnologia dependendo de como é constituído o seu ambiente social circundante, i.e., o capital social de cada indivíduo influi no modo como beneficia de novas tecnologias. Sem surpresas, aqueles que têm um capital social, técnico, financeiro, ou cultural tenderão a tirar mais proveitos das tecnologias e aumentar ainda mais o fosso que os separa daqueles menos privilegiados (Zillien e Hargittai 2009: 287-288)[550].

Daqui se conclui, segundo as autoras (Zillien e Hargittai, 2009: 288) que o uso de cada um na Internet está directamente relacionado com a sua posição na escada social, tendo extrema importância/ influência no modo como esse uso se concretiza. Tal ideia reforça-se pela predominância de actividades relacionadas com um sentido mais informacional/funcional (banca em linha, transacção de acções, compras, pesquisa sobre

[549] Esta problemática liga-se a uma outra que é a da experiência em linha. Hargittai e Hinnant (2008: 608) referem que os cidadãos da rede (*netizens*), em comparação com utilizadores menos entusiastas, como os utilitaristas (*utilitarians*), ou experimentadores (*experimenters*) e os recém-chegados (*newcomers*), têm maior probabilidade de se envolverem em mais actividades de capital intelectual/informacional, como negociar acções, tratar de assuntos bancários, ou procurar empregos e acções de formação. O grupo dos recém-chegados, pelo contrário, sente especiais dificuldades nestas actividades. Das actividades dos vários grupos em linha, poderá inferir-se que, os utilizadores mais experientes, i.e., com um histórico mais longo, tenderão a envolver-se em actividades das quais conseguirão obter maiores benefícios. Entre os indicadores que podem sugerir os níveis de frequência, experiência de um utilizador, poder-se-ia pensar que o mais importante seria a possibilidade aceder a partir de casa. Porém, tal não é assim. O indicador mais importante é a perícia/nível de competências e este está ligado à experiência de uso. Vd. ainda Zillien e Hargittai, 2009: 276.

[550] Idêntica é a perspectiva de Rojas *et al.* (2011). "A relação dos indivíduos com a tecnologia depende não só da quantidade de informação que têm ou da disponibilidade de recursos de que dispõem para lhe aceder. As suas disposições para com as tecnologias, ou *tecno-disposições*, interagem numa relação recíproca e complexa com o *tecno-capital*, uma forma específica de capital cultural que engloba o conhecimento adquirido, as disposições e as competências para usar as TIC (computador pessoal e internet, incluindo hoje os telemóveis e novos dispositivos de acesso) considerados úteis e de reforço pessoal. Por exemplo, a acumulação de capital cultural sobre computadores pode levar à formação de *tecno-capital* que, por sua vez afecta a disposição individual para o seu uso. Contudo, se outras influências sociais e culturais comunicarem que o uso do computador não é socialmente relevante nem desejável, a tecno-disposição individual irá afastar o sujeito" (Rojas, *et al.* 2011: 19, itálicos no original).

saúde, participação política[551], etc.) que os utilizadores de estatutos mais elevados apresentam, o que contrasta com os usos mais lúdicos e de lazer que é comum encontrar-se nos indivíduos que se encontram em posições inferiores (aplicações de comunicação, jogos em linha, pesquisa de informações sobre desporto, descarregamento de conteúdos)[552].

Deste modo, as investigações já realizadas sugerem, por um lado, que as desigualdades existentes no mundo digital correspondem (ainda que as ampliem) a diferenças que já anteriormente se verificavam e, por outro, que não tenderão a desaparecer no curto prazo, mesmo considerando que a disseminação das TIC venha a alcançar uma cobertura global (Zillien e Hargittai 2009: 288). A mesma ideia está igualmente plasmada nas teses de Bonfadelli (2002, *In* Zillien e Hargittai 2009: 278) o qual sustenta que as TIC tenderão a promover um aumento ainda mais expressivo do fosso que as tecnologias anteriores já tinham criado, devido justamente ao facto de exigirem, ao contrário das outras, recursos de conhecimentos e competências muito mais elevados[553]. De um modo geral constata-se, pois, que o uso da Internet apoia-se muito nas condições sociais pré-existentes, o que sugere que, tendencialmente, aqueles com um estatuto mais elevado, acabam por beneficiar mais do que os restantes (Zillien e Hargittai 2009: 287)[554].

[551] No estudo promovido por DiMaggio *et al.* (2004: 45) os autores procuram dar resposta ao problema da relação entre a Internet e a participação política, i.e., se a Internet acentua a desigualdade. Existe uma tendência para que as pessoas de estatuto mais elevado estejam na Internet e usem esta ferramenta como meio para influenciar o meio ao seu redor. Mas esse maior nível de participação também decorre, segundo os autores, do facto de mesmo antes de estarem em linha estes indivíduos já se encontrarem mais envolvidos nas questões políticas.

[552] Entre as conclusões de outro estudo, Hargittai e Hinnant (2008: 607) referem-se ao facto daqueles que têm maior nível de habilitações e maior nível de rendimentos são menos propensos a utilizar a Internet para efeitos de mensagens instantâneas, transferir música, mas mais propensos a procurar informação sobre produtos, notícias, organizar viagens em linha e usar a Internet para trabalho do que aqueles que têm menores índices de escolaridade ou provêm de ambientes mais desfavorecidos. Os utilizadores que se ligam em vários pontos de acesso tendem a tirar mais partido da Internet, incluindo: procurar informação sobre saúde, procurar produtos, comprar produtos, usar a banca em linha. Aqueles com menores rendimentos tendem a jogar em linha. No mesmo sentido, Rojas *et al.* (2011: 19), defendem que as disposições dos indivíduos face à tecnologia são afectadas por factores como as exigências profissionais e a propensão do local de trabalho para as TIC, pelas interacções sociais na comunidade, e pela localização geográfica do lugar, nomeadamente a infra-estrutura e os recursos básicos de acesso aos media.

[553] Esta hipótese é aliás reforçada na investigação conduzida pelas autoras (Zillien e Hargittai 2009: 281), a qual incidiu também no estudo sobre dimensões concretas tendentes a traçar o estatuto sócio-económico dos respondentes: grau académico, rendimento, prestígio da ocupação. Importa considerar também o domínio de uma língua estrangeira, a existência de competências matemáticas e conhecimentos de geografia, a posse de cartão de crédito, entre outras variáveis que são susceptíveis de interferir com a experiência de navegação e, particularmente, com o resultado dessa utilização.

[554] Um bom exemplo desta mesma tese encontramo-lo num outro estudo de Hargittai. Aí a investigadora tenta reflectir acerca do perfil dos utilizadores em função do tipo de ligação (banda larga ou impulsos telefónicos) de que dispõem. Embora mais de 2/3 dos internautas procurem informação sobre saúde, a verdade é que nas ligações lentas a percentagem é de 72%; na banda larga, 87%. Esta diferença sugere que quem dispõe de banda larga, além de ter mais poder económico, possui também um nível cultural mais elevado, posto que, outros estudos da autora demonstram que as pesquisas sobre saúde são normalmente efectuadas pelas pessoas com maiores níveis de qualificações. Os veteranos da Internet, segundo um estudo da Fox, também

No estudo que levou a cabo acerca do fenómeno das divisões digitais, Salgado (2011: 105) começa por notar que esta noção tem origem nos estudos empreendidos no quadro da hipótese do distanciamento (*knowledge gap hypothesis*). Do seu posterior aprofundamento, já na década de 1990, viria a surgir o conceito de fosso digital (*digital divide*), para expressar, de modo mais particular, as discrepâncias no acesso às novas tecnologias, quer as mesmas se fundem em diferentes níveis de rendimento, classe ou grupo social, habilitações académicas, idade, género, ou área geográfica. Como nota a investigadora (Idem, *Ibidem*), "[…] com este conceito pretende-se fazer referência quer aos desequilíbrios resultantes dos recursos e do acesso físico à tecnologia, quer a outro tipo de desequilíbrios mais relacionados com a capacidade de usar a tecnologia e participar, activando comportamentos e possibilidades que a cidadania digital oferece. Por outras palavras, refere-se ao acesso desigual às tecnologias e à capacidade desigual de as utilizar"[555]. Prossegue ainda a autora que, não obstante, esta dicotomia, i.e., o problema do acesso e a capacidade de utilização, a generalidade dos esforços primeiros foi orientada para o solucionamento da dimensão do acesso, o que facilmente se explica pela excessiva importância que desde o início sobrepuseram as questões técnicas, sobre as demais, dando expressão à prevalência da orientação tecno-determinista nestas matérias a que já atrás aludimos.

Ora, este fenómeno explica-se, segundo um estudo de Tichenor *et al.* (*Mass media flow and differential growth in knowledge*), pelo facto de o acesso à informação e de aproveitamento dos benefícios/oportunidades proporcionadas pela tecnologia, nem sempre ocorrerem como inicialmente previsto. Um exemplo neste particular é o facto de, sempre que tem lugar a introdução de uma nova tecnologia, numa fase inicial, ao contrário de diminuir, o distanciamento tender a aumentar. Tal situação justifica-se pelo facto de as classes mais privilegiadas (económica e, via de regra, academicamente) mais cedo aderirem a elas, beneficiando por conseguinte mais rapidamente das vantagens que estas lhes proporcionam. Acrescentamos nós: tudo isto acontece num momento em que as

são mais propensos a este tipo de actividades do que os caloiros. Como é bom de ver, relativamente ao exemplo anterior, o uso e, mormente, o uso que, cada um dos utilizadores, faz da Internet é importante. Os usos, não, são por conseguinte iguais e, sobretudo, do uso diferenciado, decorrem necessariamente resultados substancialmente diferentes ao nível das vantagens/oportunidades que são, ou não, aproveitadas pelos utilizadores (Hargittai, 2007: 122-124). Num outro estudo, Freese *et al.* (2006: 246), uma das conclusões mais importantes parece indiciar que aqueles com maior índice intelectual serão provavelmente utilizadores de Internet em banda larga, utilizarão a Internet para outras actividades que não apenas o acesso ao correio electrónico, tenderão a estar há mais tempo na Rede, e utilizarão esta ferramenta de modo mais eficiente. No entanto, o factor decisivo para esse grau de competências acrescido, decorre do nível educacional atingido pelos indivíduos e não tanto dos rendimentos.

[555] Não concordamos inteiramente com esta perspectiva de Salgado. Com efeito, só bem mais tarde, já depois mesmo da viragem do milénio, os estudos sobre o fosso digital passam a focar outros domínios que não a mera questão do acesso técnico, saindo assim do mero debate em torno da dicotomia *haves/haves not*.

oportunidades abundam ao passo que, os indivíduos em competição por essas vantagens, não. Pelo contrário, os estratos sociais menos privilegiados aderem num momento mais tardio que é normalmente coincidente com a redução de preços associada à massificação da tecnologia. Deste modo, só (muito) depois tiram proveito das evoluções tecnológicas quando, por um lado, os pioneiros já entretanto adoptaram a tecnologia seguinte e, por outro, o ambiente de concorrência pelas (poucas) oportunidades ainda existentes é, ao invés, extremamente exigente.

Por outro lado, são as pessoas dos meios económicos mais favorecidos e, regra geral, com níveis académicos mais elevados que demonstram maiores aptidões para lidar com a tecnologia e maior interesse na procura, aquisição e uso da informação. Diversamente, os indivíduos de estratos sócio-económicos mais desfavorecidos e com percursos académicos mais abreviados revelam menores conhecimentos sobre a actualidade, menor habilidade no processamento de informação e não demonstram particular apetência na superação destas dificuldades. Daqui, Salgado (2011: 104) conclui que a questão económica, sendo especialmente relevante neste contexto, não é a única variável a considerar. Pelo menos tão importantes quanto o problema do acesso são o modo como, e os fins para os quais, essa mesma informação é usada e isso depende muito também do nível tecno-cultural dos indivíduos, o qual surge associado aos seus percursos formativos/escolares.

Em jeito de sumário, poderíamos referir que, em primeiro lugar, o termo fosso digital é equívoco na sua génese, irredutivelmente plural, e constantemente flexível. Não designa apenas um problema, mas uma constelação em permanente mutação de diferentes e nem sempre relacionadas preocupações. Infelizmente, estamos em presença de um conceito que tem sido largamente usado na indústria, no discurso político e académico de forma, por vezes equívoca. Segundo, independentemente da realidade socio-económica ou das diferenças tecnológicas que identifique, o conceito apresenta uma estrutura binária, em que uma asserção acaba por ser sempre contrária e excludente da outra. Ora, esta oposição binária não é nem tem de ser a única forma de designar esta realidade, além de que é redutora da complexidade desta realidade, exigindo-se, por conseguinte, um quadro analítico mais amplo, caderno reivindicativo que foi de resto cumprido pelos estudos subsequentes. Terceiro, independentemente de onde é oriundo o discurso/estudo sobre o fosso digital (relatórios governamentais, meios de comunicação, ou investigação académica, é notória uma preponderância de elementos retórico-discursivos oriundos do determinismo tecnológico. Quarto, os trabalhos mais recentes têm procurado estudar outras

variáveis, nomeadamente, desigualdades de género, étnicas/raciais, geracionais, sócio-culturais e económicas. Parece aqui ganhar força uma tese segundo a qual as desigualdades no acesso têm raízes económicas, ao passo que, as referentes aos usos encontram os seus fundamentos no nível de instrução dos indivíduos. Por último, uma das linhas de investigação mais interessantes ao fenómeno é a que procura, a partir dos estudos promovidos por Tichenor *et al.* (1970) relacionar as divisões digitais com as desigualdades que os meios de comunicação de massa na década de 1970 vieram a fomentar. Ou seja, ao contrário do sugerido pela retórica do determinismo tecnológico, as tecnologias de informação e comunicação, ao invés de promoverem o nivelamento de conhecimentos entre os membros da sociedade estão, na verdade, a contribuir para o incrementar de desigualdades prévias.

Capítulo

8 As iniciativas europeias em matéria de promoção da sociedade da informação

No final da primeira parte, quando tratámos das problemáticas do défice democrático e do défice de comunicação na União Europeia, constatámos como várias pistas apontam no sentido deste primeiro fenómeno poder ser, em larga medida, originado pelo segundo. Neste contexto introduzimos abreviadamente, através da referência aos documentos produzidos pela Comissão Europeia, na sequência do insucesso na ratificação do Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa, a estratégia desenhada pelas instituições europeias no sentido da redução dos efeitos decorrentes do défice de comunicação. Entramos, assim, na análise do *policymaking* da Europa no que toca à articulação das questões da comunicação com as da sociedade de informação.

Vimos, então, como a aposta nas ferramentas disponibilizadas pela sociedade da informação e, designadamente, nas tecnologias de informação e comunicação (TIC), ocupa um lugar central nesse domínio. Desde meados da década de 1990 que a União Europeia,

através de sucessivas iniciativas da Comissão Europeia, enquanto órgão executivo, vem trabalhando com vista a promover uma maior integração europeia (em inúmeros campos – político, social, cultural, económico) através do recurso às TIC. A partir do ano 2000, a Comissão Europeia lançou várias iniciativas, assentes em projectos anteriores de largo espectro, especialmente dirigidas à Internet. Destacam-se aqui os programas *e*Europe 2002 (2000), *e*Europe 2005 (2002), i2010 (2005) e Agenda Digital (2010).

No capítulo anterior (Capítulo 7) observámos como, todavia, o objectivo de uma plena concretização da sociedade da informação se apresenta mais como um *desejo* das instituições públicas, do que uma realidade que possa, para já, tomar-se por concluída. Na verdade, o fenómeno das divisões digitais persiste como uma das ameaças mais relevantes a este objectivo. Ora, partindo-se desta aposta da União Europeia nas tecnologias de informação de comunicação enquanto, por um lado, veículo privilegiado no relacionamento com os cidadãos tendo em vista a diminuição do défice democrático e, por outro, na promoção dos mecanismos tendentes ao desenvolvimento de uma esfera pública europeia no sentido do reforço dos laços de identidade entre os diferentes povos da União, importa perceber melhor esta estratégia.

Assim, neste capítulo final propomo-nos empreender uma análise de enquadramento aos registos em torno dos quais assenta a política de promoção da sociedade da informação da União Europeia desde o ano 2000 e, consequentemente, de que modo foram projectadas acções específicas destinadas ao combate ao fosso digital. No entanto, e porque estas iniciativas apresentam um especial enfoque na redução do défice de comunicação, e dado que, os documentos que analisámos no final da primeira parte pretendem apresentar, justamente, a nova estratégia de comunicação/relacionamento das instituições da União Europeia com os seus cidadãos optámos pela sua inclusão no âmbito desta análise. Opção que se justifica também, pelo facto de ambas as categorias de documentos (i.e., os dirigidos especificamente à comunicação e aqueloutros concretamente incidentes nas TIC), apresentarem, à primeira vista, inúmeros pontos de conexão entre si, os quais tencionamos tornar visíveis por meio dessa mesma análise de enquadramento.

Procuraremos, por conseguinte, perceber: 1) que tipo de esforços está a União Europeia a desenvolver no sentido da promoção da sociedade da informação?; 2) constituindo as desigualdades digitais um fenómeno central nesta problemática, de que modo se propõe a União Europeia reduzir os seus impactos?; 3) parecendo as políticas de promoção das TIC da UE excessivamente preocupadas com as dimensões técnica (ao nível do acesso) e de mercado (aspectos relacionados com a actividade económica dos operadores), ao mesmo tempo que parece ignorar as questões sociais (o problema das

desigualdades nos usos, por exemplo), que resultados poderemos esperar da sua implementação?; e, por fim, 4) poderá uma estratégia de comunicação desenvolvida a partir, maioritariamente, dos canais em linha, e suportada por uma estratégia do tipo da indicada na questão anterior, contribuir para a diminuição do défice de comunicação da União Europeia?

8.1 Análise de políticas pela perspetiva dos enquadramentos

No âmbito da actividade política inclui-se o modo como os problemas, *grosso modo* da sociedade, são conceptualizados, como as instituições da Administração formulam e escolhem alternativas de resposta a estes desafios e, também, na maneira como as soluções são implementadas, avaliadas e reformuladas (Stewart *et al.* 2006: 735). Foi no âmbito dos estudos realizados acerca de como os discursos incidentes nesta realidade são organizados e englobados por diferentes actores que alguns académicos começaram a propor a análise de enquadramento como uma teoria da construção semântica[556].

> "Desenvolvida há mais de trinta anos por académicos de diferentes disciplinas, esta teoria proporcionou uma variedade de modos de conceptualizar a selecção e organização de conceitos dentro de um discurso. Contudo, os denominadores comuns entre estas diversas conceptualizações sublinham o carácter cognitivo dos enquadramentos, uma vez que não apenas revelam padrões de rotulagem através da inclusão e exclusão de elementos específicos nos textos ou discursos, mas também 'esquemas interpretativos' mais amplos (prioridades, valores, estereótipos, posições e identidades) ambos suportados e encenados pelos autores desses textos ou discursos" (Goffman, 1974, *apud* Stewart *et al.*, 2006: 735, tradução nossa, aspas no original).

Souza *et al.* (2011: 2) referem que "[a]o longo destas últimas décadas percebemos que a subjetividade da análise de dados qualitativos não é um "inimigo" a ser evitado, mas um factor de diversificação e riqueza de informação que necessita de ser compreendido e contextualizado. O problema é que a compreensão dos contextos em torno dos dados qualitativos é algo igualmente complexo e de difícil delimitação".

Uma definição bastante válida de enquadramento é a que nos é dada por Nelson *et al.* (1997: 222, *apud* Stewart *et al.*, 2006: 736). Referem os autores que podemos conceber este como um processo no qual os investigadores definem um quadro de pesquisa *a priori* (um ângulo, tema ou perspectiva de análise) a partir do qual irão posteriormente destacar alguns aspectos, ao mesmo tempo que ignoram outros, a propósito de determinado assunto. Por seu lado, Entman (1993: 53, tradução nossa) salienta que estes elementos de selecção são cruciais no sentido da "[…] definição de um problema, na interpretação causal,

[556] Ver igualmente Gamson e Modigliani (1989); Goffman (1974); Pan e Kosicki (1993); Reese (2001); Stewart *et al.* (2006); Peters e Wester (2006); Bustelo e Lombardo (2006), entre outros.

na avaliação moral e/ou na recomendação de tratamento". Reese (2001: 14, *apud* Stewart *et al.*, 2006: 737) refere que os enquadramentos constituem princípios de organização da informação para os quais podemos encontrar pistas no discurso dos *media*, dos indivíduos ou nas práticas sociais e culturais.

Por seu lado, Goffman (1974/1986: 10-11, *apud* Silveirinha, 2006: 25, tradução nossa) refere que "[a]s definições de uma situação são construídas de acordo com os princípios das organizações que gerem os eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjectivo neles; enquadramento é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar". Acrescenta Silveirinha (2006: 25) que, dado existirem muito aspectos diferentes que definem a realidade e, tendo em consideração que às acções podem ser atribuídas diferentes significados consoante a situação em que ocorrem, a metáfora do enquadramento possibilita a classificação e organização da experiência. Concretizando, uma mesma acção pode, nas suas palavras, ser diferentemente enquadrada conforme tenha lugar, por exemplo, no âmbito de um jogo de xadrez, uma conferência ou um assalto[557].

Todd Gitlin (1980: 6, *apud* Silveirinha, 2006: 26)[558], por seu lado, lembra que não podemos tomar por garantido que o mundo que nos é descrito corresponde exactamente ao mundo que existe. O mundo está num permanente fervilhar de eventos. E, mesmo em cada um destes eventos existe uma infinidade de detalhes importantes. Os enquadramentos são, por conseguinte, princípios de selecção, destaque e de apresentação de pequenas teorias tácitas acerca do que existe, do que acontece, e do que importa. Para Entman (1993: 52, tradução nossa, itálicos no original)[559], "[e]nquadrar envolve essencialmente *seleccionar* e *destacar*. Enquadrar é seleccionar alguns aspectos de uma realidade percebida e destacá-los num texto comunicacional […]. Os enquadramentos, por conseguinte, *definem problemas* […]; *diagnosticam as causas* […]; *fazem julgamentos morais* […]; e *sugerem remédios* […]". Já para Epstein *et al.* (2011: 93) enquadrar consiste em promover uma abordagem analítica que cruza os campos da comunicação, ciência política, sociologia e psicologia, aproveitando poderes de exploração que se podem revelar tanto numa

[557] No mesmo sentido (Stewart *et al.*, 2006: 737), salientam que um aspecto igualmente importante das análises de enquadramento é que, não apenas examinam os elementos expressamente incluídos num registo textual mas, também, o que é deixado de fora desse discurso, através do exame de outros aspectos como os relacionados com a cognição, poder e comunicação estratégica. "É precisamente esta ênfase na criação, associação, selecção e recriação do significado que distingue a análise de enquadramento da tradicional análise de conteúdo – a última foca-se exclusivamente nos resultados, enquanto a primeira considera também o processo pelo qual esses resultados são gerados" (Stewart et al. 2006: 737, tradução nossa).

[558] No mesmo sentido Rein e Schön (1993) e Geertz (1983).

[559] Mas também Epstein *et al.* (2011: 93); Bustelo e Lombardo (2006: 119-120); e, Gamson (1992).

perspectiva macro-analítica, como institucional, micro e individual. Ao nível mais básico os enquadramentos apresentam-se como molduras interpretativas que permitem aos indivíduos localizar, perceber, identificar e categorizar assuntos e tópicos dentro do seu próprio contexto pessoal (Goffman 1974: 21, *apud* Epstein *et al.*, 2011: 93)[560].

Embora, como acima vimos, o conceito de análise de enquadramento seja atribuído a Goffman (Dombos *et al.*, 2012; Silveirinha, 2006; Epstein *et al.*, 2011; Rein e Schön, 1993), não foi antes de 1994, por meio do trabalho de Rein e Schön (1994), que ocorreu a introdução deste conceito no âmbito da análise política (*policy analisys*). Verloo (2005: 20, *apud* Dombos *et al.*, 2012: 5; Bustelo e Lombardo, 2006: 119) ensaiando uma definição própria qualifica um enquadramento político como um princípio organizador que transforma informação fragmentária ou incidental num problema estruturado e dotado de sentido, no qual uma solução é implícita ou explicitamente incluída. Também Rein e Schön (1993: 146, tradução nossa) referem que

> "[n]o nosso uso do termo, o enquadramento é uma forma de seleccionar, organizar, interpretar e dar sentido a uma realidade complexa para fornecer guias referenciais para conhecer, analisar, convencer, e agir. Um enquadramento é uma perspectiva a partir da qual uma situação amorfa, indefinida e problemática pode adquirir sentido e ser estudada".

Em suma, na linha de Rein e Schön (1993) enquadrar visa essencialmente, a partir de um conjunto mais ou menos vasto de informação dispersa e desprovida de sentido, *seleccionar* (incluindo e/ou excluindo) os elementos pertinentes ao objectivo da análise; *organizar*, de entre a documentação previamente seleccionada, um conjunto de categorias de análise a partir das quais será posteriormente empreendida uma *interpretação* capaz de prover sentido à informação aleatória inicial. A partir deste sentido que resulta da análise de enquadramento é então possível conhecer melhor a realidade, com vista a desencadear acções. Naturalmente que, conforme referem ainda Rein e Schön (1993: 147), enquadrar é problemático, dado que conduz a diferentes visões do mundo e cria múltiplas realidades sociais. "Grupos de interesse e constituintes políticos, académicos a trabalhar em diferentes disciplinas, e indivíduos em diferentes contextos da vida quotidiana têm diferentes enquadramentos que os levam a ver coisas diferentes, fazer diferentes interpretações de como as coisas são e apoiar diferentes rumos de acção acerca do que tem de ser feito, e de como fazê-lo" Rein e Schön (1993: 147, tradução nossa). Deste modo, se as pessoas vêm o mundo a partir de perspectivas diferenciadas e agem em acordo com as suas visões, então a realidade, por que submetida a estes mesmos esquemas de leitura/intervenção, é ela

[560] Vd. igualmente Dombos *et al.* (2012: 5).

própria transformada. “Expectativas, crenças, e interpretações moldam os mundos nos quais vivemos” (Rein e Schön, 1993: 147, tradução nossa).

8.1.1 A questão do enquadramento político

Por outro lado, o enquadramento de um assunto político ocorre sempre dentro de um contexto aninhado num todo mais vasto: “os assuntos políticos tendem a surgir em ligação com os programas governamentais, que existem num determinado ambiente político, o qual é parte de um arranjo político e económico mais vasto, que é localizado, por sua vez, dentro de uma época histórica. Quando alguma característica do contexto aninhado muda, os participantes podem descobrir que a repetição de uma fórmula de sucesso já não funciona. Então, a mudança de contexto percepcionada pode dirigir o clima no qual as estruturas adversárias tentam reenquadrar o assunto político através do renomear do terreno político, reconstruindo interpretações de como as coisas chegaram até ao ponto em que estão, e propondo o que pode ser feito acerca delas” (Rein e Schön, 1993: 155, tradução nossa).

Assim, quando o discurso é público é imprescindível que este seja dotado das “propriedades especiais” (Rein e Schön, 1993: 156) características das instituições que, na nossa sociedade, foram consignadas à interacção pública acerca de controvérsias políticas de carácter público, isto é, os fóruns públicos que servem de veículos institucionais para o exercício e promoção do debate político. “Estes incluem arenas legislativas, os tribunais, comissões públicas, os consultores do governo e dos partidos políticos, as páginas de editorial de revistas e jornais, programas de rádio e televisão, e os seminários e anfiteatros da academia” (Rein e Schön, 1993: 156, tradução nossa).

Os fóruns políticos apresentam um conjunto de regras próprias. A própria expressão oral de um destes protagonistas poderá desencadear, se o discurso for removido do seu contexto original interpessoal, consequências imprevisíveis, dado ser impossível de prever como os outros interpretarão e reagirão às palavras proferidas pelos intervenientes. Uma tal situação pode acontecer dado que o discurso pode ser enquadrado no contexto da política formal, mas interpretado como contribuindo para um dos lados em disputa numa controvérsia entre partidos políticos. Pode ainda ser adaptado/retocado pelos meios de

comunicação social (televisão, rádio ou jornais, sendo que o enquadramento muda consoante o meio e até conforme a linha editorial do meio), pelas publicações académicas, ou outros (Rein e Schön, 1993: 157).

Entre o conjunto de regras a que atrás aludimos encontram os critérios por meio dos quais são feitos os julgamentos a propósito da legitimidade dos participantes, isto é, o seu estatuto, o seu argumento de autoridade enquanto actores no diálogo político. Referem Rein e Schön (1993: 157) que, no contexto do discurso político, as disputas podem ter por objecto, justamente, o estatuto/autoridade de cada um dos intervenientes para participarem no debate. Aqueles que são excluídos podem empenhar-se para entrarem nesse espaço. Um bom exemplo neste particular pode, na perspectiva dos autores (1993: 157), ser o caso dos movimentos sociais e das suas acções de intervenção e protesto no sentido de trazer novas ideias à discussão, bem como legitimar os seus representantes enquanto participantes de pleno direito no debate político.

Note-se, por outro lado, que Rein e Schön (1993: 159) identificam três níveis de discurso político – individual, interpessoal e público – os quais surgem relacionados entre si de formas muito complexas. Cada camada superior de agregação pressupõe a existência de outras nos níveis inferiores. Ao nível interpessoal, por exemplo, os indivíduos mantêm paralelamente à discussão principal (isto é, aquela que acontece com o interlocutor) um segundo diálogo consigo próprios. “E no discurso público existem nós de diálogo interpessoal; representantes individuais das instituições contendoras podem encontrar-se para discussões informais e falar uns com os outros à mesa das negociações, através das suas interacções aí transportam uma maior ressonância institucional.

É tendo todos estes aspectos em consideração que propomos, de seguida, uma análise essencialmente qualitativa dos enquadramentos políticos de textos-chave da Comissão sobre a sociedade de informação, como explicaremos mais abaixo. Antes, porém, importa explicar o contexto e metodologia usada para este trabalho.

8.1.2 O uso de ferramentas informáticas na investigação qualitativa

Nas últimas décadas assistimos a inúmeros desenvolvimentos no campo da análise qualitativa (Peters e Wester, 2006: 635-636). Estas transformações verificaram-se, essencialmente, em três níveis: a elaboração de procedimentos do tipo passo a passo que estruturam o processo e o distinguem de outras estratégias de investigação; a publicação de inúmeros livros e artigos consignados à temática, tornando disponíveis a uma ampla audiência de investigadores os princípios, procedimentos e etapas tanto da análise quantitativa, como qualitativa; por último, a "[…] terceira e mais importante evolução, especialmente nos últimos 10-15 anos, foi o desenvolvimento dos programas de computador que apoiam o investigador na prossecução do processo de análise (como o *The Ethnograph*, *Nudist*, *NVivo*, *Atlas/ti*, *MAXQda* e *Kwalitan*)" (Peters e Wester, 2006: 636, tradução nossa, parêntesis no original)[561].

Não obstante, todavia, estas transformações os autores (2006: 636) referem a existência de um elo problemático entre os procedimentos de análise qualitativa e os programas de computador que sustentam tais empresas. Esta situação decorre principalmente das características divergentes das soluções informáticas disponíveis e é de tal modo evidente que, dificilmente um investigador iniciado nestas técnicas conseguirá escolher, de entre os disponíveis, os procedimentos adequados. Por outro lado, o recurso a tecnologias informáticas para efeitos de investigação qualitativa constitui uma prática comum nos dias de hoje (Peters e Wester, 2006: 657), embora muitos académicos recusem ainda o uso de computadores no tratamento de pesquisa qualitativa (Peters e Wester, 2006: 657).

A perspectiva de Lage e Godoy (2008: 77) aponta para a existência, quanto ao recurso, por parte dos investigadores, a ferramentas informáticas nos processos de análise qualitativa, de pelo menos, três grupos distintos: aqueles que preferem as técnicas artesanais de trabalho, ou seja, sem apoio de computador; aqueles que trabalham com programas de computador não desenhados para esse fim, como é o caso, por exemplo, dos processadores de texto ou das folhas de cálculo; e aqueles que utilizam pacotes de programas desenvolvidos especificamente para esse tipo de análise. Ainda de acordo com Lage e Godoy (2008: 77) é este terceiro grupo que, nos últimos anos, vem crescendo nos

[561] No mesmo sentido, Lage e Godoy (2008: 77) e Souza *et al.* (2011: 2).

grandes centros de investigação, sendo possível, inclusive, encontrar-se investigadores dedicados ao estudo da aplicação de CAQDAS[562]. Adicionalmente os fabricantes destas ferramentas vêm sucessivamente investindo em novas funcionalidades para os pacotes já existentes, gerando um conjunto extenso de novas opções (Lage e Godoy, 2008: 77).

Assim, as constantes inovações neste mercado têm contribuído para a generalização das práticas de análise qualitativa de dados assistida por computador. De tal modo que, da mesma maneira que é impensável, na actualidade, empreenderem-se análises quantitativas multivariáveis (por exemplo análise factorial ou regressão linear) sem o recurso a computadores, também, no tocante à análise interpretativa intensiva, se verifica idêntica situação[563]. Importa, no entanto, perceber até que ponto estamos perante uma transformação que apenas apresenta vantagens. Não obstante a variedade de ferramentas disponíveis ou o facto de todas apresentarem pontos fortes e fracos, não é possível, na perspectiva de (Peters e Wester, 2006: 657) conduzir-se uma investigação do tipo interpretativa sem contar com o apoio de programas informáticos, pese embora a mesma exigir um amplo conjunto de competências e pré-requisitos.

> "A nossa experiência diz-nos que muitos investigadores que começam a usar programas de computador para apoiarem a análise qualitativa sentem-se esmagados pelas enormes possibilidades que o programa oferece. O uso destas possibilidades requere alguma especialização no lidar com o programa como tal, além das competências na condução de uma análise qualitativa. E, ao invés de se preocuparem com questões como "O que é uma boa codificação?", "Que informação deverá ser colocada nos memos?", ou "Qual será a codificação analítica adequada a este fenómeno?", estes analistas iniciados estão preocupados com novas questões técnicas como "Como atribuo um código a um segmento?", "Como abro um memo?" ou como posso criar uma estrutura em árvore?" (Peters e Wester, 2006: 657, tradução nossa, aspas no original).

Também Lage e Godoy (2008: 78) apresentam uma extensa lista de vantagens das ferramentas de análise qualitativa de dados no contexto dos trabalhos de investigação, referindo existir pouca controvérsia entre os académicos quanto à utilidade deste tipo de adjuvantes. Uma das vantagens geralmente referidas é a possibilidade de o investigador ser liberto de métodos tradicionais que são entendidos como menos produtivos/eficientes, especialmente quando nos encontramos perante um volume de dados muito grande. Por outro lado, de acordo com outro grupo de autores, (como Atherton e Eslmore (2007) e Ryan (2004) – referidos por Lage e Godoy, 2008: 78), embora o processo de codificação possa ser efectuado com o recurso a programas de índole genérica (como o Word, Excel ou

[562] CAQDAS – *Computer Aided Qualitative Data Analysis Software*.

[563] Souza *et al.* (2011: 11) salientam não constituir tarefa fácil encontrar padrões de conteúdos e fazer sínteses quando apenas possuímos dados não-numéricos e não-estruturados. "É fácil perceber o aumento da "entropia" do sistema, quando passamos, por exemplo, de 50 páginas de texto em bruto para 100 páginas codificadas num sistema feito com tabelas num editor de texto".

Access), Dembkowski e Lloyd (1995) entendem, diferentemente, que o uso de aplicações especificamente concebidas para a análise qualitativa permite ao investigador estar em constante interacção com os seus dados (facilidade que é permitida por grande parte dos programas), o que garante uma maior integridade/coerência dos resultados[564]. Acresce ainda a possibilidade de armazenar enquanto informação codificável as teorias que suportam a pesquisa, bem como novos resultados encontrados o que "[…] facilita a elaboração de correlações complexas entre dados-resultados-aspectos teóricos, permitindo testar ideias e hipóteses" (Lage e Godoy, 2008: 80).

No entanto, enquanto alguns académicos desenvolveram opiniões bastante favoráveis a propósito da utilidade, eficácia e facilidade de uso desta tipologia de ferramentas auxiliares aos projectos de investigação, outro grupo de autores não partilha deste entusiasmo contrapondo às tendências tecno-fetichistas hodiernas da investigação um amplo conjunto de, na nossa perspectiva, pertinentes dúvidas em relação aos benefícios decorrentes do emprego destes instrumentos. Daqui emergiu uma extensa polémica que, longe de finda, impõe, de acordo com Lage e Godoy (2008), mas ainda de Agar (1991), Souza *et al.* (2011), Peters e Wester (2006) num entendimento no qual nos revemos, a criação de um espaço de análise e discussão/debate especificamente incidente sobre esta problemática.

Um caso muito conhecido teve lugar em 2001 quando, Dolan e Ayland (2001, *In* Lage e Godoy (2008: 84)) empreenderam um estudo destinado justamente a avaliar o possível impacto do uso de programas de análise qualitativa no âmbito dos trabalhos de investigação. Na ocasião, um mesmo projecto foi analisado por três equipas diferentes sendo que,

> "[u]ma delas utilizou apenas processos manuais, a segunda trabalhou com ferramentas comuns de computador e a terceira trabalhou com o apoio de um dos principais CAQDAS do mercado. Os resultados encontrados pelos pesquisadores que trabalharam sem nenhum apoio de tecnologia consideraram aspectos não percebidos por aqueles que trabalharam com apoio de computador (com e sem CAQDAS). O principal motivo foi o fato de os pesquisadores que trabalharam com processos manuais terem obtido uma melhor visão do perfil dos respondentes, por analisarem todo o texto e não parte dele

[564] Noutra passagem Lage e Godoy, 2008: 79) lembram que o tratamento e a manipulação da informação são os pontos fortes das principais ferramentas do tipo CAQDAS, de que resultam importantes vantagens na forma como os dados podem ser acedidos, encontrados e visualizados. Mais adiante, reforçam esta mesma ideia recorrendo ao trabalho de Dolan e Ayland (2001), para quem "[…] esses *softwares* oferecem excepcionais facilidades para o armazenamento, o gerenciamento e a manipulação dos dados, permitindo trabalhar com volumes proibitivos no processo manual. Parece haver um consenso de que os CAQDAS permitem colocar ordem e reduzir a ambiguidade dos dados colectados. […] A capacidade dos *softwares* para acessar o dado analisado em seu contexto original, ao mesmo tempo que permite comparar todos os dados abstraídos e gerar novas categorias de informação de forma transparente, propicia maior rigor na demonstração dos resultados obtidos (e da forma como foram obtidos). A facilidade para registrar todos os passos da análise e resultados intermediários abre a possibilidade de verificação do processo executado, a qualquer momento" (Lage e Godoy, 2008: 79-80).

> (como ocorre no processo de codificação). Nesse caso, além de diferentes recursos, este grupo também abordou a análise com outro tipo de metodologia, mais adequada aos processos manuais" Lage e Godoy (2008: 84).

Do exemplo anterior parece resultar, por conseguinte, que a análise qualitativa de dados assistida por computador (CAQDAS) pode transportar algumas desvantagens para as quais o investigador deverá estar devidamente sensibilizado. Entre as mais comuns, compiladas a partir dos registos de Lage e Godoy (2008: 82 e ss.), (Peters e Wester, 2006: 656 e ss.) e Souza *et al.* (2011: 2 e ss.), destacamos: 1) este tipo de programas encorajam estruturas de codificação complexas e detalhadas, conduzindo, potencialmente, a um excesso de codificação, o qual pode, inerentemente, levar o investigador a ficar, literalmente, atolado nos seus dados e, portanto, distante do contexto original; 2) a facilidade de trabalhar com grandes volumes de dados pode levar alguns utilizadores a permitirem um aumento desnecessário da informação e, deste modo, a um possível comprometimento da análise em profundidade, i.e., criando o risco de alguma superficialidade; 3) na linha do ponto anterior, Dembkowski e Lloyd (1995) advertem que as facilidades dos CAQDAS podem levar ao enviesamento dos processos analíticos, por meio da geração de um volume de elementos codificados muito maior que o necessário, o qual dificulta a tarefa de análise leva ao extravasamento do foco inicial das perguntas de partida; 4) os mesmos autores salientam que, em algumas situações, o investigador pode ser tentado a remover os dados que não podem ser trabalhados pela ferramenta, podendo perder informações preciosas; 5) segundo Johnston (2006), a utilização de um CAQDAS não apresenta benefícios significativos quando o volume de dados a tratar não é muito grande. Dependendo do tipo de pesquisa a efectuar, o recurso a soluções de uso geral (como o Word ou o Excel) podem responder de forma plena aos requisitos de análise; 6) por outro lado, estas ferramentas encontram-se disponíveis na generalidade dos computadores e são facilmente compreendidas pela maioria dos utilizadores; 7) o mesmo não sucede com as aplicações especificamente desenhadas para a análise qualitativa de dados que, além de exigirem investimentos apreciáveis na aquisição de licenças, impõem, também, segundo Dolan e Ayland (2001), uma curva de aprendizagem para a respectiva assimilação que precisa de ser igualmente considerada; e, finalmente; 8) todas estas ferramentas apresentam alguma forma de limitação no tratamento de dados (umas não permitem tratamento de vídeo, outras não importam determinados formatos de ficheiros de texto, outras ainda são demasiado complexas no processo de codificação, outras não permitem a partilha/ realização de trabalho em rede etc.).

A acrescentar às fragilidades acima referidas deve ainda referir-se que, conforme lembram Lage e Godoy (2008: 85), é frequente os CAQDAS serem (erradamente) entendidos como programas de enquadramento que conferem maior robustez ao trabalho,

ao invés de meras ferramentas concebidas unicamente para auxiliar o investigador no processo analítico e de gestão dos dados coligidos. Daqui decorre ser também frequente, uma certa ideia de (aparente) credibilidade reforçada que a utilização de CAQDAS confere a uma investigação.

De resto, como referem Strauss e Corbin (2008: 260, *apud* Lage e Godoy, 2008: 84),

> "[m]ais importante para entender a filosofia da interpretação de texto assistida por computador é o fato de que os computadores são absolutamente incapazes de compreender o significado de palavras ou frases. Sua força vem do fato de serem capazes de ajudar com todos os tipos de tarefas de ordenamento, estruturação, recuperação e visualização. Isso significa que é inútil esperar que um computador faça qualquer trabalho analítico, por mais simples que seja. Mas um programa de computador pode ser extremamente útil para criar uma ordem a partir de uma massa de notas de campo, de entrevistas, de códigos, de conceitos e de memorandos; para visualizar a rede de conceitos e relações na teoria emergente; e para manter um acompanhamento sistemático da teoria que se desenvolve, começando com os primeiros dados e sua codificação inicial, documentando todos os passos intermediários e terminando com o relatório final de pesquisa".

Partilhamos em súmula da generalidade das posições a que acima fizemos referência. Se, por um lado, no quadro actual de investigações cada vez mais complexas, interseccionantes e pluridisciplinares, as ferramentas informáticas de análise qualitativa de dados constituem um elemento adjuvante essencial ao trabalho do investigador na colecção, gestão, armazenamento e posterior reflexão sobre essa informação, não é menos verdadeira a tese segundo a qual devem ser cuidadosamente avaliados alguns perigos que a opção por esta tipologia de ferramentas igualmente transporta para a investigação. E, sobretudo, torna-se essencial combater uma concepção crescente no meio académico, a qual tende a conferir maior credibilidade aos trabalhos desenvolvidos com recurso a estas ferramentas, do que àqueles que recusam o seguidismo acrítico dos ditames impostos por inclinações do momento, quiçá, efémeras.

8.1.3 Metodologia da análise documental

A metodologia escolhida para a realização da análise documental dos enquadramentos que a seguir se desenvolve tem por base um modelo próprio que parte do cruzamento de várias técnicas de análise anteriormente usadas nos trabalhos de DiMaggio *et al.* (2001 e 2004), Hargittai (2010 e 2007), Bustelo *et al.* (2004 e 2006), Stewart *et al.*

(2006), Dombos, *et al.* (2012), Epstein *et al.* (2011) Peters e Wester (2006), Rein e Schön (1993).

A análise parte do exame dos documentos produzidos pela Comissão Europeia, a partir do ano de 2000, tendo por objecto as temáticas da sociedade da informação e política de comunicação. Em concreto, incide sobre: *Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate* (Comissão Europeia, 2005[a]); *Action Plan to Improve Communicating Europe by the Commission* (Comissão Europeia, 2005[b]); *Livro Branco sobre uma Política de Comunicação para a Europa* (Comissão Europeia, 2006); *eEurope 2002: Uma Sociedade da Informação para Todos* (Conselho Europeu e Comissão Europeia, 2000); *eEurope 2005: Uma Sociedade da Informação para Todos* (Comissão Europeia, 2002); *i2010 – Uma Sociedade da Informação Europeia para o Crescimento e para o Emprego* (Comissão Europeia, 2005[c]); *Livro Branco – Modernização da Normalização das TIC na UE – O Caminho a Seguir* (Comissão Europeia, 2009[a]); *Uma estratégia para a I&D e a Inovação no domínio das TIC na Europa: subir a parada* (Comissão Europeia, 2009[b]); *Comunicação Sobre as Futuras Redes e a Internet* (Comissão Europeia, 2008); *Uma Agenda Digital para a Europa* (Comissão Europeia, 2010[a]); *Europe 2020 Flagship Initiative Innovation Union* (Comissão Europeia, 2010[b]).

A opção sobre estes documentos explica-se pelo facto de expressarem de modo mais abrangente, focalizado e estruturado as políticas da União Europeia em matéria de comunicação e sociedade da informação. Embora outros escritos pudessem ser igualmente convocados para este exercício, pensamos, na linha de Stewart *et al.* (2006: 737:738) que os acima indicados registos fornecem as linhas gerais a partir das quais iniciativas mais concretas e dirigidas são elaboradas. Também na linha de Entman (1993) optámos por circunscrever a nossa abordagem aos exemplos acima indicados a uma análise que compreende três dimensões: identificação do problema, causas do problema, possíveis soluções.

No sentido de conferirmos maior rigor ao nosso trabalho e, tendo também presente, na pista de Peters e Wester (2006), as tendências mais recentes no domínio da investigação qualitativa, bem como a existência no mercado de variadas ferramentas especialmente concebidas para tarefas de investigação, optámos por recorrer, neste âmbito, à aplicação de análise de dados Nvivo, versão 9.2.

Para isso, escolhemos seguir uma estratégia idêntica à de Stewart *et al.* (2006)[565]. Esta nossa opção justifica-se pelo facto do trabalho destes autores ter incidido justamente sobre esta problemática. A diferença mais saliente é que, ao passo que a análise de Stewart *et al.* (2006) se centrou na confrontação entre os relatórios americanos e europeus referentes às políticas de promoção da sociedade da informação, a nossa visará apenas os últimos, procurando perceber/medir o impacto destas políticas na diminuição do défice de comunicação das instituições europeias. Assim, empreendemos uma análise de texto, a qual começou por identificar os termos mais frequentes em cada um dos documentos. Pensamos ser importante o emprego desta metodologia de contagem de palavras em virtude de a recorrência de certos termos/expressões-chave poderem de algum modo explicitar determinados padrões semânticos, i.e., tornar visíveis algumas tendências/preferências discursivas presentes nos documentos analisados que nos ajudam a detectar possíveis opções. Por outro lado, na linha de Stewart *et al.*, 2006: 3, esta estratégia revela-se igualmente útil na definição, a jusante, das próprias categorias de codificação.

No tocante a este ponto específico (para a definição de categorias interpretativas – ver 'Tabela 1 – Árvore de nós e categorias/sub-categorias interpretativas', p. 517), optámos, como de resto já acima referimos, por seguir uma estrutura de nós com os enquadramentos habituais de 'causas', 'consequências', 'soluções' (Entman,1993).

No entanto, a partir das várias leituras exploratórias que, em diferentes momentos, empreendemos aos documentos analisados concluímos ser útil a definição de três categorias principais para codificação dos dados recolhidos: 'políticas de comunicação', 'políticas de sociedade da informação', acções que cruzavam as duas primeiras categorias, i.e., acções que combinavam comunicação e sociedade da informação e vice-versa. Entendemos ser igualmente pertinente que, no campo das 'soluções', tanto as categorias de défice de comunicação como de sociedade da informação, fosse introduzido um maior grau de refinamento, posto que, existem soluções com orientações específicas. Assim, no respeitante ao nó/enquadramento 'soluções'[566], a categoria de sociedade da informação foi dividida em (1) ambiente, sustentabilidade e qualidade de vida; 2) economia e mercados; 3)

[565] "Este artigo apresenta um inquérito à política da sociedade da informação (n.T.: no original, *ciber-age*) nos EUA e na UE, particularmente na ligação com a noção de fosso digital. A análise assistida por computador dos textos-chave governamentais fornece uma imagem preliminar dos elementos semânticos básicos e metáforas que os originam, sobre os quais dois dos principais actores internacionais estão a construir as suas respectivas definições de uma tal noção. Ao fazê-lo, também se mostram as possibilidades que a análise de texto em rede assistida por computador criam para um reconhecimento sistemático das similaridades e diferenças que estão na base do enquadramento do fosso digital por estes actores" (Stewart *et al.*, 2006: 3, tradução nossa).

[566] Vd. Tabela 1, p. 517 e Tabela 7, p. 525.

investigação & desenvolvimento e tecnologia; 4) política e legislação; 5) sócio-cultural). Na primeira sub-categoria foram codificadas todas as referências directamente relacionadas com ambiente, alterações climáticas, gestão racional da energia, sustentabilidade, transportes, lazer, saúde e apoio às populações idosas. Em economia e mercados codificámos todas as menções constantes dos documentos analisados a respeito de crescimento e desenvolvimento económico, investimento, emprego/trabalho e desemprego, mercados, desregulamentação e integração dos mercados, mercado comum. Todas as referências a tecnologia, investigação e desenvolvimento, inovação, patentes, e afins foram codificadas na terceira categoria. Na quarta, agrupámos as alusões respeitantes a iniciativas políticas, legislativas, programas, acções, etc., que tenham por origem agentes políticos e/ou legislativos. Por fim, na última categoria, seleccionamos os elementos referentes a sociedade, desenvolvimento social, inclusão social, educação e formação, combate ao fosso digital, cidadania, cultura e artes.

Por seu lado, a categoria défice de comunicação[567] (políticas de comunicação / políticas de combate ao défice de comunicação), no que respeita ao nó/enquadramento 'soluções' foi também ela estruturada em torno de três sub-eixos, a saber: 1) cidadania e participação, 2) comunicação, 3) política e instituições. Na primeira, codificámos todas as referências que encontrámos a propósito de um maior envolvimento/participação dos cidadãos no processo político da União Europeia. Na segunda, encontram-se todas as menções a soluções para melhorar a política de comunicação e instrumentos de comunicação sobre a União Europeia (incluindo relação com os cidadãos, com os media, promoção de debates e sessões de esclarecimento, entre outros). Por último, as referências relacionadas com a comunicação institucional foram codificadas na sub-categoria política e instituições (onde se incluem planos de acção, programas de comunicação e afins).

Contrariamente à opção que seguimos para o nó/enquadramento 'soluções', entendemos não se justificar idêntico desdobramento nos nós 'causas' e 'consequências', dado que, por um lado, todos os documentos apresentam um pendor claramente orientado para soluções, mais do que para o estudo de causas ou consequências. Por outro, de uma forma geral, dir-se-ia que o diagnóstico de causas e consequências em ambas as áreas está feito e são inúmeros os trabalhos/estudos (oficiais – incluindo governos, Comissão e Conselho Europeu, académicos, jornalísticos, da sociedade civil - incluindo partidos políticos e organizações não-governamentais) existentes, pelo que, o que verdadeiramente importa – e foi também esse o propósito que oportunamente anunciámos – são as soluções.

[567] Vd. Tabela 1, p. 517 e Tabela 7, p. 525.

Mesmo que estas, conforme veremos em seguida, se encontrem algo distantes daquilo que seria desejável/exigível.

8.1.4 Resultados e Interpretação

Antes de procedermos a uma leitura qualitativa dos resultados, importa apresentar uma primeira leitura de base quantitativa a partir da qual se justifica a segunda análise. Assim, seguindo as indicações avançadas no tópico anterior, a primeira análise incidiu sobre as cem (100) palavras/expressões mais frequentes com tamanho igual ou superior a três (3) caracteres[568]. A opção pela exclusão de todas as ocorrências de valor inferior a três (3) caracteres justifica-se pelo facto de, com toda a certeza, as observações mais frequentes serem artigos (o/a/os/as/um, etc.) e outros elementos/partículas de ligação (por exemplo 'e'). Não poderíamos, no entanto, excluir desta primeira pesquisa as palavras de tamanho igual a três caracteres, posto que, os acrónimos 'TIC' ou 'ICT' (tecnologias de informação e comunicação ou *information and communication technologies*, consoante as suas variantes portuguesa ou inglesa) apresentam justamente este tamanho e, na fase das leituras exploratórias, havíamos detectado uma grande regularidade ao nível das ocorrências registadas. No primeiro caso, a expressão (TIC) repete-se 332 vezes, sendo a décima primeira mais frequente (de acordo com os termos em que conduzimos a pesquisa, como de resto atrás indicámos). Já no segundo caso, o acrónimo (ICT) não consta das cem palavras mais frequentes. Note-se, no entanto, que a centésima palavra mais frequente, repete-se 97 vezes e que dos onze textos trabalhados, apenas dois se encontram em inglês, o que pode, de algum modo, explicar a ausência desta expressão dos resultados mais frequentes. Ainda assim, uma pesquisa a todas as fontes devolveu um total de 26 ocorrências para o acrónimo 'ICT'.

Registe-se igualmente que, após uma primeira seriação, a qual não consideramos útil incluir neste trabalho, recorremos a uma funcionalidade do Nvivo9 que permite conduzir uma pesquisa que agrupa os termos mais frequentes e alguns sinónimos e/ou variantes (por exemplo masculino/feminino ou singular/plural que, de outro modo, são considerados ocorrências distintas). Esta opção explica-se pelo facto de, nessa primeira consulta,

[568] Vd. Tabela 2, p. 518.

meramente exploratória, aos 500 termos mais frequentes nos terem sido devolvidos muitos resultados contíguos.

A funcionalidade em causa disponibiliza diferentes graus para tal agregação (de 1 a 5), em que 1 devolve a correspondência exacta e 5 inclui sinónimos e palavras próximas. Neste particular, optámos pelo nível 2 que agrupa as palavras do mesmo ramo, i.e., masculinos/femininos e singular/plural. Registe-se, contudo, que os resultados obtidos não correspondem exactamente com as instruções dadas ao programa. A 'Tabela 3 – 100 palavras mais frequentes – (filtrada)' (p. 521), mostra, por exemplo, que o programa assumiu 'community' e 'communication' como termos semelhantes quando, claramente, não o são. Pese embora estes casos (há ainda 'public' – 'publications' e, em sentido inverso palavras que deveriam ter sido agregadas numa única classificação e não o foram – é o caso, por exemplo, de 'Europa', 'Europe', 'europeus' e 'europeu' que constam em entradas diferentes), deve reconhecer-se que estes resultados são, globalmente, muito úteis no sentido da definição de uma certa tendência.

Da análise dos 100 resultados mais frequentes em bruto (conforme 'Tabela 2 –100 palavras mais frequentes (em bruto)' e 'Gráfico 1 – 100 palavras mais frequentes (em bruto)' – ambos em anexo, respectivamente, p. 518 e p. 527), partimos para a elaboração de uma segunda tabela ('Tabela 3 – 100 palavras mais frequentes – filtrada', p. 521) mais refinada. Esta difere da anterior pelo facto de lhe termos subtraído todos os artigos, conjunções, elementos de ligação e partículas afins.

Na 'Tabela 4 – 30 palavras mais frequentes (pesquisa contextual)' (p. 523), apresentamos uma tabela elaborada a partir da anterior, embora desta apenas constem os resultados contextualmente ligados com os assuntos que nos encontramos a estudar: políticas de comunicação e políticas de promoção da sociedade da informação. Registe-se, por isso, a frequência de algumas palavras/ramos de palavras, as quais, uma vez agrupadas em escassas sete categorias ('Tabela 5 – resultados mais frequentes por categorias', p. 524) nos permitem a detecção dos elementos-chave dos documentos trabalhados.

Tabela 5 - resultados mais frequentes por categorias

Família de palavras	Total de ocorrências
europeu (europeias, Europa, europeu, europeus, europe)	**1345**
cidadãos (públicos, cidadãos)	**422**
comunicação (informação, comunicação, conteúdos)	**537**
programa (políticas, acção, plano, programa, acções, iniciativa, action)	**1100**
comissão (comissão, commission)	**649**
estados (estados, nacionais)	**407**
tecnologias (internet, acesso, tecnologias, digital, segurança, utilização)	**935**

Salientemos também que, nestas sete categorias, se agrupam 28 de entre os 30 termos (as excepções são 'community' e 'utilização') mais frequentes relacionados com a nossa investigação. As famílias de palavras mais frequentes são, respectivamente: 1) europeu (europeias, Europa, europeu, europeus, europe), com 1345 ocorrências; 2) programa (políticas, acção, plano, programa, acções, iniciativa, action) repete-se 1100 vezes; 3) tecnologias (Internet, acesso, tecnologias, digital, segurança, utilização) 935 observações; 4) comissão (comissão, commission) devolve 649 resultados; 5) cidadãos (públicos, cidadãos, sociedade), 578 ocorrências; 6) comunicação (informação, comunicação, conteúdos), 537 referências e, finalmente; 7) estados (estados, nacionais) 407.

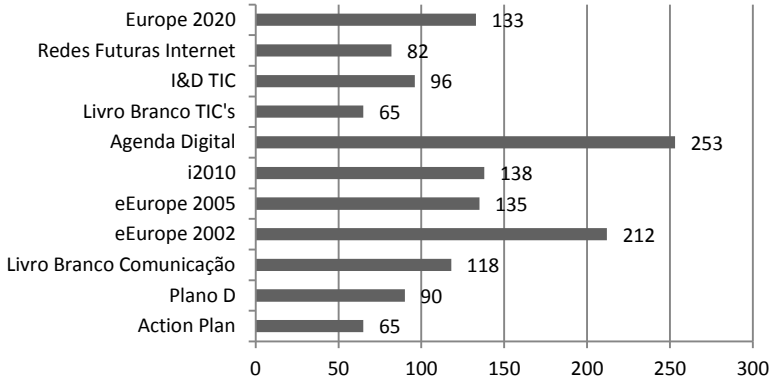
Tabela 7 – Registo de elementos codificados por enquadramentos, categorias, fonte e médias

			Enquadramentos e categorias															TOTAL
			causas			consequências			soluções									
									défice de comunicação			sociedade da informação						
FONTES	ASSUNTO	TITULO	défice de comunicação	sociedade da informação	relação def. com. / soc. info.	défice de comunicação	sociedade da informação	relação def. com. / soc. info.	cidadania e participação	comunicação	política e instituições	ambiente/sustentabilidade/qualidade de vida	Economia	I&D e Tecnologia	Political/Legislação	Sócio-cultural	relação def. com. / soc. info.	
	Comunicação	Action Plan	3						8	20	32						2	**65**
		Plano D	5			7			28	5	38						7	**90**
		Livro Branco Comunicação	16		1	12			20	18	36						15	**118**
	Sociedade da Informação	eEurope 2002		41			18					2	34	30	58	29		**212**
		eEurope 2005		19			25						25	28	29	9		**135**
		i2010		12			24					8	9	23	48	14		**138**
		Agenda Digital		33			53					15	23	45	60	24		**253**
		Livro Branco TICs		7			11						7	6	33	1		**65**
		I&D TIC		17			20					8	7	11	28	5		**96**
		Redes Futuras Internet		6			14					3	12	23	20	4		**82**
		Europe 2020		14			15					18	23	17	25	21		**133**
TOTAL			**24**	**149**	**1**	**19**	**180**	**0**	**56**	**43**	**106**	**54**	**140**	**183**	**301**	**107**	**24**	**1387**

No tocante à análise das categorias interpretativas deve enfatizar-se primeiramente que de um total de 11 documentos analisados, 8 versam sobre a problemática da sociedade

da informação e, apenas 3 se reportam a aspectos relacionados com políticas de comunicação. Por outro lado, (conforme consta da 'Tabela 7 – Registo de elementos codificados por nó/categoria e por fonte e médias', p. 525), efectuámos um total de 1387 codificações. Estas distribuem-se entre 11 textos que compõem as nossas fontes e 15 nós que correspondem ao universo total de categorias e sub-categorias. Foram codificados, em média, 92 ocorrências por nó, ao passo que, por fonte, o valor médio de codificações cifrou-se em 126. No 'Gráfico 5 – Registo de elementos codificados por fonte' (p. 531) poderemos observar a distribuição dos excertos codificados por fonte[569]. O 'Gráfico 6 – Registo de elementos codificados por nó/categoria' (p. 532) apresenta-nos a distribuição dos excertos codificados por nó/categoria[570]. Relativamente a estes gráficos, os mesmos representam a informação vertida na Tabela 7 (p. 525).

Gráfico 5 - Registo de elementos codificados por fonte



No que aos elementos representados no primeiro (Gráfico 5[571], p. 531) diz respeito verifica-se que os documentos *Agenda Digital* (Comissão Europeia, 2010ª) e e*Europe 2002* (Conselho Europeu e Comissão Europeia, 2000), se destacam dos demais pelo número de referências codificadas. Uma tal situação pode explicar-se por se encontrarem também entre os registos mais extensos. No extremo oposto, encontramos o *Livro Branco TIC's*

[569] Em sentido ascendente: Action Plan: 65; Plano D: 90; Livro Branco Comunicação: 118; eEurope 2002: 212; eEurope 2005: 135; i2010: 138; Agenda Digital: 253; Livro Branco TIC's: 65; I&D TIC: 96; Redes Futuras Internet: 82; Europe 2020: 133.

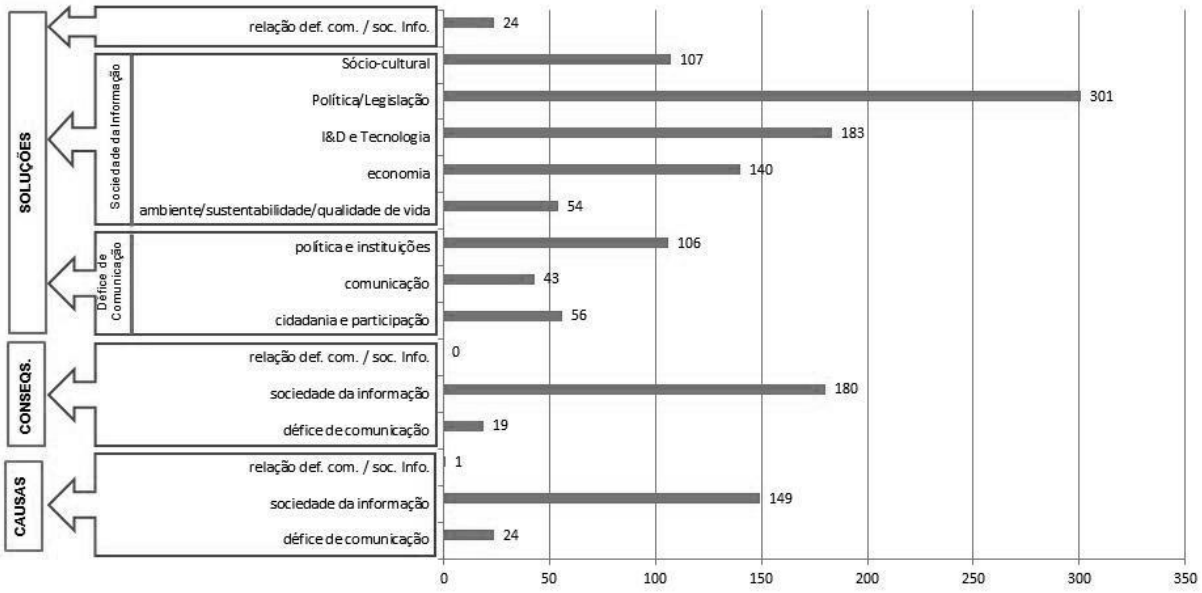
[570] Também em sentido ascendente: causas (défice de comunicação: 24; sociedade da informação: 149; relação def. com. / soc. Info.: 1); consequências (défice de comunicação: 19; sociedade da informação: 180; relação def. com. / soc. Info.; 0; soluções (défice de comunicação> cidadania e participação: 56; défice de comunicação> comunicação: 43; défice de comunicação> política e instituições: 106; sociedade da informação> ambiente/sustentabilidade/qualidade de vida: 54; sociedade da informação> economia: 140; sociedade da informação> I&D e Tecnologia: 183; sociedade da informação> Política/Legislação: 301; sociedade da informação> Sócio-cultural: 107; relação def. com. / soc. Info.: 24.

[571] O 'Gráfico 8 – total de referências codificadas por fonte' reproduz, com uma disposição diferente, os dados constantes do Gráfico 5. Vd. respectivamente as pp. 534 e 531.

(Comissão Europeia, 2009[a]) e o *Action Plan* (Comissão Europeia, 2005[b]), que contam 65 codificações cada. No caso do documento *Action Plan* um tão reduzido número de codificações não deixa de causar alguma surpresa, posto que, se trata do documento pelo qual a União Europeia (designadamente a Comissão) se propõe empreender uma reflexão (na ressaca dos insucessos na ratificação do Tratado Constitucional verificados em França e nos Países Baixos) aos défices democrático e de comunicação da União. Assumindo-se este como um documento estruturante, que anuncia as linhas gerais das políticas futuras da União nestas matérias, causa alguma estranheza (mesmo considerando tratar-se apenas de um texto com 14 páginas) que se encontre justamente entre os menos relevantes. Na verdade, o mencionado Gráfico 5 (p. 531) revela-nos ainda um segundo dado assaz interessante: os três registos directamente relacionados com políticas de comunicação (*Action Plan* (Comissão Europeia, 2005[b]), *Livro Branco da Comunicação* (Comissão Europeia, 2006) e *Plano D* (Comissão Europeia, 2005[a])) contabilizam respectivamente, 65, 118 e 90 codificações. Em qualquer dos casos, bem distantes (especialmente no primeiro e terceiro casos) da média de codificações por registo que é, conforme já atrás reportámos, de 126.

Da análise ao Gráfico 6 (p. 532) constatamos que o nó/categoria no qual codificámos as soluções da União Europeia em matéria de iniciativas políticas/legislativas

Gráfico 6 - Registo de elementos codificados por nó/categoria



em matéria de promoção (soluções) da sociedade da informação se destaca claramente face aos demais. Com efeito, mais do que recolhe o triplo da média das codificações por nó/categoria (301 observações codificadas, quando a média não ultrapassa as 92 - conforme Gráfico 6 e Tabela 7 – respectivamente pp. 532 e 525). Um outro dado

particularmente relevante é a forte orientação da informação trabalhada para 'soluções' ao invés do estudo/apuramento de 'causas' e 'consequências' das dimensões de análise. Juntas estas últimas reúnem apenas 373 codificações, de um total de 1387. Esta tendência torna-se mais visível no Gráfico 6 e na Tabela 7 (vd. p. 532 e p. 525).

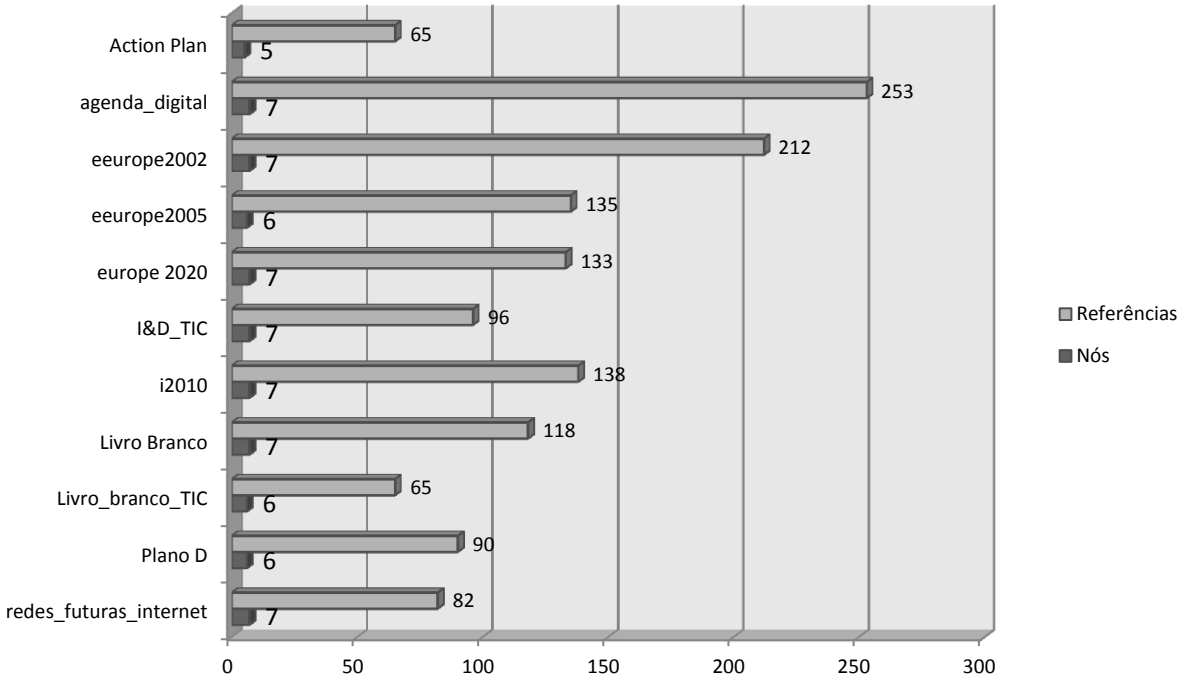
Não causa, no entanto, qualquer estranheza a primazia de codificações relacionadas com a dimensão de análise sociedade da informação, em detrimento daquela que versa sobre as políticas de Comunicação. Esta maior preponderância explica-se pelo facto de, entre a nossa amostra, aproximadamente ¾ do total de registos analisados incidirem sobre esta problemática. Saliente-se também que, a informação codificada em cada uma das fontes, foi arrumada num número mais ou menos estável de nós (veja-se o 'Gráfico 7 – Distribuição das referências codificadas (fontes) por número de nós', p. 533). Ou seja, da análise que empreendemos a estes documentos resulta que as categorias a partir das quais organizámos a colecta de dados é mais ou menos transversal a todos. Note-se, porém, a quase ausência de pontos de contacto entre as fontes e as categorias das ocorrências das duas dimensões analisadas, i.e.: os elementos dos textos de comunicação arrumam-se quase exclusivamente nas categorias ('causas> défice de comunicação', 'consequências> défice de comunicação', 'soluções> défice de comunicação> cidadania e participação', 'soluções> défice de comunicação> comunicação', 'soluções> défice de comunicação> política e instituições') e os dos textos sobre políticas para a sociedade da informação nas restantes ('causas> sociedade da informação', 'consequências> sociedade da informação', 'soluções> sociedade da informação> ambiente/sustentabilidade/qualidade de vida', 'soluções> sociedade da informação> economia', 'soluções> sociedade da informação> I&D e tecnologia', 'soluções> sociedade da informação> política/legislação', 'soluções> sociedade da informação> sócio-cultural'). Ora, tais resultados deixam entender uma fraca interligação entre iniciativas e a ausência de políticas integradas de promoção da sociedade da informação e de combate ao défice de comunicação.

A concluir a explicitação dos resultados obtidos duas últimas indicações, cremos, as mais determinantes: 1) o excessivo peso, no campo das soluções, de três dimensões (política, economia e tecnologia) e, 2) a quase ausência de codificações compreendendo o cruzamento entre políticas de Comunicação e políticas de promoção da sociedade da informação. No que ao primeiro diz respeito existe um notório desequilíbrio das codificações 'soluções> défice de comunicação> política e instituições', 'soluções> sociedade da informação> economia', 'soluções> sociedade da informação> I&D e tecnologia' e 'soluções> sociedade da informação> política/ legislação. Com efeito, de um total de 1014

elementos codificados no nó 'soluções', estas quatro categorias reclamam mais de 70% do total, correspondentes a 730 ocorrências.

Relativamente ao segundo aspecto acima mencionado deve então registar-se que, em cada nó, incluímos uma categoria especificamente destinada a armazenar as ocorrências que de forma explícita versassem sobre política de comunicação e políticas de sociedade da informação. Dito de outro modo: ao optarmos pela inclusão desta categoria em cada um dos nós ('causas', 'consequências', 'soluções') tínhamos como objectivo obter uma resposta à pergunta final que lançámos no início do presente Capítulo 8[572]. Recordemos que, tanto o *Action Plan* como o *Livro Branco da Comunicação* definiam como determinante a aposta nos canais em linha como forma de suprir as debilidades de comunicação da Europa e aproximar as instituições europeias dos cidadãos. Analisando os resultados da codificação que efectuámos, fica claro que, neste capítulo, muito há ainda a fazer. Na verdade do já referido total de 1387 codificações efectuadas, apenas 25[573] (i.e., 1,8% do total) encaixam nesta categoria, o que é, estamos em crer, preocupantemente escasso. O objectivo da Comissão com vista às "[…] informações devem ser amplamente

Gráfico 9 - número de referências codificadas por fonte (referências) e número de nós por fonte (nós)



[572] Isto é: "poderá uma estratégia de comunicação desenvolvida a partir, maioritariamente, dos canais em linha, e suportada por uma estratégia do tipo da indicada na questão anterior, contribuir para a diminuição do défice de comunicação da União Europeia?"

[573] Causas: 1; Consequências: 0; Soluções: 24. Cf. Tabela 7, p. 525 e Gráfico 6, p. 532.

divulgadas através de um vasto leque de canais, incluindo os meios de comunicação social e as novas tecnologias como a Internet" (Comissão Europeia, 2006: 6), parece assim seriamente comprometido.

Feita esta apresentação, estamos em condições de proceder a uma análise mais qualitativa dos resultados. Para isso, importa começar por recordar que, no estudo comparativo que empreenderam acerca dos principais registos americanos e europeus acerca do fenómeno da sociedade da informação (Stewart *et al.* 2006: 3) referem que, no discurso político corrente incidente sobre a temática das tecnologias de informação e comunicação, se verifica a ocorrência de duas noções centrais: informação e tecnologia. Concomitantemente, estas duas dimensões surgem geralmente associadas ao direito fundamental dos indivíduos comunicarem, embora numa perspectiva que combina as condições sociais de acesso à infra-estrutura e capacidades técnicas dos utilizadores individualmente considerados. Acresce também que os debates em torno das desigualdades digitais são, via de regra, apresentados como um problema a ser resolvido, pelo mercado (i.e., aludindo à massificação e consequente redução de preços decorrente dessa generalização), por meio de um ainda maior desenvolvimento tecnológico. Uma vez que a nossa análise incidiu, em parte, sobre o mesmo conjunto de textos do estudo de Stewart *et al.* (2006), as conclusões a que chegámos não são, no tocante a estas dimensões de análise, substancialmente diferentes e parecem, aliás, confirmar, as teses dos autores (a título de exemplo Robert Pintér, Nicholas Garnham, Jan Servaes, Frank Webster, entre outros) que criticam o pendor excessivamente retórico e tecno-determinista das abordagens políticas à questão, *latu senso*, da sociedade da informação.

As conclusões que retiramos da análise que empreendemos aos documentos, a que já atrás aludimos[574], podem arrumar-se, partindo dos resultados obtidos e apresentados no tópico anterior, em cinco ideias principais: 1) a agregação das palavras mais frequentes resume-se em 7 categorias; 2) os documentos analisados incidem mais sobre 'soluções' do que sobre 'causas' ou 'consequências'; 3) regista-se uma prevalência dos temas de políticas de promoção sociedade da informação sobre aqueles que tratam da política de comunicação e, designadamente, de combate ao défice de comunicação, e nesses, prevalecem as perspectivas política, económica e técnica; 4) os documentos especificamente consagrados a esta última problemática (política de comunicação) apresentam um número de codificações inferior à média; 5) são quase inexistentes referências cruzadas entre as duas dimensões analisadas, i.e., entre promoção da

[574] A listagem destes pode ser encontrada na 'Tabela 8 - Lista de documentos analisados (correspondência entre título/referência e referência usada na codificação)'.

sociedade da informação e redução do défice de comunicação. A partir destas cinco conclusões procuraremos também responder às questões iniciais[575], posto que, na maior parte dos casos, as ideias que desenvolvermos em seguida já fornecem uma resposta adequada. Comecemos, então, pelas primeiras.

1. Conforme demos nota no tópico anterior, a pesquisa aos termos/palavras mais frequentes (que fomos sucessivamente refinando – vejam-se as Tabelas 2, 3, 4 e 5 (pp. 518 a 524), os Gráficos 1, 2, 3, e 4 (pp. 527 a 530) e ainda a Imagem 1 (p. 536)) mostrou uma tendência destes documentos, que a posterior análise por meio de categorias interpretativas veio, igualmente, confirmar/reforçar. Com efeito, conforme se demonstra na Tabela 5 (p. 524), de entre as 100 palavras mais frequentes nestes registos, e uma vez depurada esta lista de modo a considerar apenas as ocorrências directamente relacionadas com as dimensões de análise em estudo, veio a apurar-se que estas podem ainda arrumar-se em 7 categorias/conceitos: europa, programa, tecnologias, comissão, cidadãos, comunicação, estados. Estas 7 palavras guarda-chuva são afinal guardiãs da ideia central dos textos trabalhados, em resumo, algo que se traduziria numa frase do género: "a Comissão desenvolverá, em parceria com os Estados-Membros, os programas adequados no sentido de melhorar a comunicação sobre a Europa e estimular o uso das tecnologias pelos cidadãos"[576].

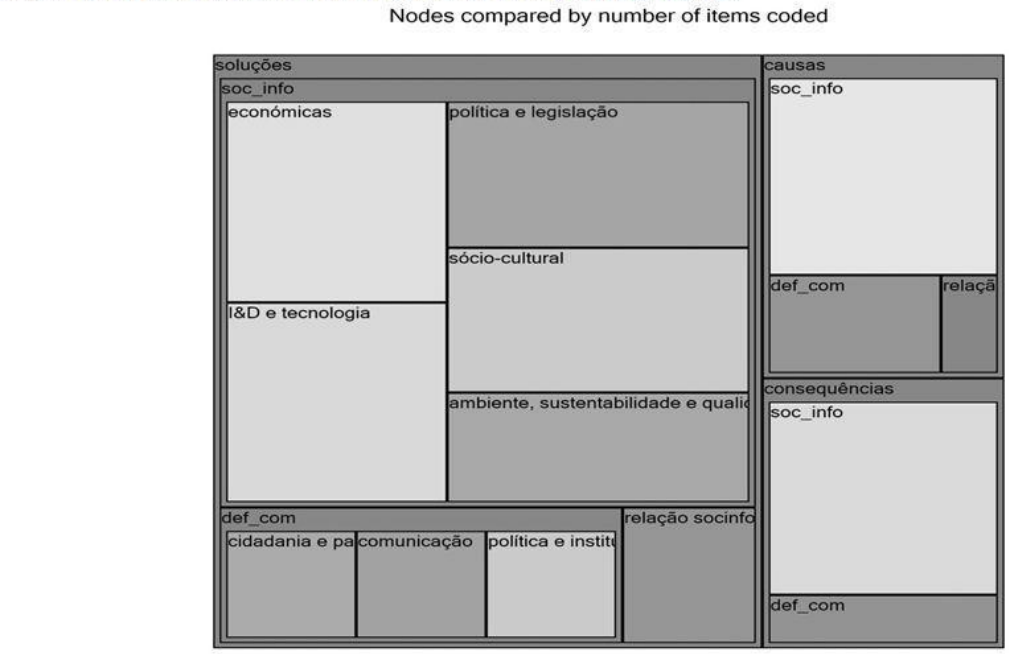
2. Vimos acima que os registos analisados procuram muito mais lançar soluções, do que ater-se no estudo de causas e/ou consequências. Dir-se-ia que, estando o diagnóstico (de causas e consequências) feito, o que importa é apresentar projectos de solução. Cremos, contudo, que a primeira parte, i.e., o diagnóstico está longe de estar concluído. Na verdade, parece, e as declarações de vários intervenientes com responsabilidades na condução da política europeia vêm apontado nessa direcção, que os sucessivos planos/programas de acção têm fracassado, justamente, porque ainda não se investiu o tempo necessário com vista ao estudo rigoroso de causas e consequências que,

[575] Procuraremos, por conseguinte, perceber: 1) que tipo de esforços está a União Europeia a desenvolver no sentido da promoção da sociedade da informação?; 2) constituindo as desigualdades digitais um fenómeno central nesta problemática, de que modo se propõe a União Europeia reduzir os seus impactos?; 3) parecendo as políticas de promoção das TIC da UE excessivamente preocupadas com as dimensões técnica (ao nível do acesso) e de mercado (aspectos relacionados com a actividade económica dos operadores), ao mesmo tempo que parece ignorar as questões sociais (o problema das desigualdades nos usos, por exemplo), que resultados poderemos esperar da sua implementação?; e, por fim, 4) poderá uma estratégia de comunicação desenvolvida a partir, maioritariamente, dos canais em linha, e suportada por uma estratégia do tipo da indicada na questão anterior, contribuir para a diminuição do défice de comunicação da União Europeia?

[576] Ideias próximas desta encontramo-las, em quase todos os documentos trabalhados. Seja no *Plano D*, *Livro Branco da Comunicação*, e*Europe 2002* ou *2005*, *i2010*, com todos estes elementos ou apenas parte, esta é uma ideia omnipresente nos registos trabalhados.

via de regra, se circunscrevem a declarações tidas por definitivas, vagas e escassamente ancoradas na realidade.

Imagem 2 – Representação gráfica de elementos codificados por nós/categorias e sub-categorias



3. Os documentos escolhidos para esta análise incidem principalmente sobre as temáticas da sociedade da informação (do total de 11, 8 versam este assunto, ao passo que apenas 3 estão relacionados com as políticas de comunicação). Saliente-se, no entanto, como de resto já referimos que, além de os documentos escolhidos para o nosso trabalho serem os mais representativos, a verdade é que, no domínio das políticas de comunicação, e embora as muitas declarações de intenção em sentido contrário, verifica-se uma clara subalternização destes temas face aos demais[577]. Estamos em crer, aliás, que os três documentos que analisámos e que representam o núcleo duro da 'nova' política de comunicação da União Europeia, surgidos como resposta ao fracasso do Tratado Constitucional, não passam disso mesmo: uma reacção atrasada, pouco sincera e sem sequência.

Em sentido contrário, registamos o protagonismo recolhido pelas políticas de promoção da sociedade da informação que tem inclusive um portal multilingue especificamente consagrado à temática[578]. Saliente-se, contudo, como de resto já fizemos

[577] Já anteriormente nos reportámos ao estudo de 2008 de Ana Lúcia Terra, no qual a autora, no recenseamento que empreende aos sucessivos programas de comunicação da Europa e dos temas europeus, deixa bem evidente que esta sempre foi uma preocupação menor dos decisores políticos que emergia no rescaldo de grandes crises (via de regra após processos de revisão dos Tratados), para logo voltar a desaparecer da agenda mediática.

[578] Em linha: http://europa.eu/pol/infso/index_pt.htm.

referência quando nos reportámos aos resultados recolhidos, que existe um excessivo privilegiar das vertentes política, técnica e económica relativamente a este assunto. Só nos documentos mais recentes (especialmente na *Agenda Digital* e no *i2010*) esta aparente deriva tecno-determinista foi, de algum modo, inflectida, ou, será mais correcto dizê-lo, amenizada. Tal não sucedia, de todo, nos registos mais antigos (i.e., nos e*Europe 2002* e *2005*). Com efeito, nos documentos mais recentes, embora sem se afastarem da santíssima trindade – opções políticas, aspectos económicos e soluções técnicas – que caracteriza os primeiros ensaios (veja-se a Tabela 7, p. 525), este peso surge algo temperado por outras categorias como o são a referência às questões relacionadas com ambiente, sustentabilidade e qualidade de vida e as dimensões social e cultural. Um tal desequilíbrio para as três áreas a que atrás nos reportámos acaba por confirmar as críticas de inúmeros académicos que vêm desde há anos alertando para o excessivo protagonismo destas, i.e., para uma abordagem demasiadamente ancorada nos pressupostos do determinismo tecnológico, a cuja doutrina e ameaças nos dedicámos longamente na Segunda Parte.

Ora, mesmo tendo presentes as alterações, neste domínio, incluídas nos últimos trabalhos, entendemos que a atenção que é dedicada a estas questões é ainda largamente lateral e o seu tratamento algo superficial, o que conduz, naturalmente a soluções que, é nossa convicção, pouco ou nada resolvem os problemas identificados. Um bom exemplo são, neste particular, as referências ao fosso digital. Na realidade embora o tema não esteja ausente destes ensaios, a verdade é que é tratado de uma forma que é duplamente escassa e errada. Escassa, dado que uma pesquisa às expressões 'digital divide' e 'fosso digital' conduzida em todos os documentos retornou apenas 4 ocorrências, o que diz bem da relevância que foi dada ao tema. Errada, porque, conforme observámos no capítulo anterior (Capítulo 7) no qual analisámos o problema das desigualdades digitais, a principal ameaça à plena concretização da sociedade da informação situa-se, na actualidade, mais na questão da desigualdade de usos (i.e. ao nível dos conhecimentos/competências necessárias para a realização de tarefas) do que no tocante ao acesso (não obstante esta dimensão se manter um problema importante, mesmo no âmbito dos chamados países desenvolvidos, com a Europa e os Estados Unidos a apresentarem taxas de não acesso próximas dos 30%[579]). Os documentos de trabalho da União Europeia (e as escassas referências codificadas a este respeito) permanecem no problema do acesso… Embora existam outras referências, no tocante a uma maior inclusão e à educação e formação dos cidadãos na área das Tecnologias de Informação e Comunicação, a verdade é que,

[579] Hargittai (2010) e Comissão Europeia (2010[a]).

pensamos que este esforço é insuficiente e encontra-se, como referimos, erradamente direccionado.

4. Os documentos especificamente consagrados a esta última problemática (política de comunicação) apresentam um número de codificações inferior à média. Já na apresentação dos resultados havíamos registado este ponto. E também então apontamos alguma estranheza quanto esta tendência. O menor número de textos não está de modo algum relacionado com este facto, dado que, o que está em causa é o número de codificações efectuadas por ensaio. Também parece pouco plausível que esta situação possa encontrar explicação num menor número de páginas destes documentos. Com efeito, o *Plano D* (26 páginas, 90 ocorrências) apresenta cerca de duas vezes e meia menos codificações do que o e*Europe 2002* (28 páginas, 212 ocorrências). Com menor intensidade esta tendência acompanha (como aliás a Tabela 7 (p. 525) demonstra) os restantes textos. Não cremos ser possível, sem cair em exercícios de especulação, avançar uma explicação para este fenómeno. Pensamos no entanto poder existir uma relação entre este dado e um menor investimento das instituições comunitárias nas políticas de comunicação. Como de resto também já fizemos referência, estes trabalhos apresentam como característica comum uma localização temporal bem definida (final de 2005 e início de 2006) na ressaca do insucesso na ratificação do Tratado Constitucional, o que poderá, de algum modo, reforçar as nossas suspeitas de que, pese embora as intenções então proclamadas, a anunciada 'nova' política de comunicação da UE se resuma, afinal, a mais do mesmo. Uma tal evidência é assaz estranha considerando a ênfase colocada pela Comissão Europeia na melhoria da sua comunicação e no diálogo com os cidadãos.

5. Verificámos que as referências cruzadas entre as duas dimensões analisadas, i.e., entre promoção da sociedade da informação e redução do défice de comunicação são quase inexistentes, contabilizando apenas um total de 25 ocorrências, sendo que destas 24 foram codificadas como 'soluções' e, nenhuma tem origem nos documentos relacionados com as políticas de promoção da sociedade da informação. Na realidade, o *Plano D* e o *Livro Branco da Comunicação* reúnem a totalidade das ocorrências codificadas nesta categoria. As intenções da Comissão, visando a promoção de uma 'nova' política de comunicação sobre os temas da Europa (escutando mais e indo ao encontro das preocupações dos cidadãos[580]), um maior envolvimento e participação dos cidadãos no projecto de construção europeia, recorrendo para tal às potencialidades das TIC, parece afinal não se ter concretizado nos documentos incidentes sobre o desenvolvimento da sociedade da informação, posteriores àqueles a que ora nos reportamos.

[580] Vd. Comissão Europeia (2005[a]) e Comissão Europeia (2006).

De um modo mais geral, e reunindo os cinco pontos atrás enumerados, podemos concluir que a sociedade da informação é, como vimos na Segunda Parte, e independentemente das intermináveis controvérsias doutrinárias e dos debates académicos em torno do(s) conceito(s), um sector vital da organização social hodierna. Apesar do desacordo em torno de se saber se é a sociedade que modela a tecnologia, ou o inverso ou, ainda, se ambas em simultâneo, a verdade é que a análise que conduzimos demonstra sem espaço para grandes dúvidas que, a União Europeia não está a aproveitar em favor do projecto europeu todo este imenso potencial técnico. As Tecnologias de Informação e Comunicação que, pelo menos teoricamente, têm o potencial de derrubar fronteiras, incrementar todo o tipo de trocas e fomentar o contacto entre grupos numa escala sem precedentes não estão, pensamos, (convicção que resulta do trabalho de análise que empreendemos), a ser adequadamente exploradas pelas instituições europeias no sentido de mitigar o défice de comunicação e de, concomitantemente, convocar e envolver todos nesse desígnio mais amplo que é a união da Europa. É certo que ao potencial técnico é absolutamente necessário juntar um projecto político que faça das tecnologias da comunicação e da informação um instrumento que sirva a produção de horizontes comunicativos onde os sujeitos se revejam nas políticas desenvolvidas por instâncias que, de outro modo, surgem como distantes e afastadas do seu quotidiano real.

Por outro lado, a situação a que vimos assistindo é, no campo das políticas de comunicação, e depois da prolixa actividade que mediou o segundo semestre de 2005 e o primeiro de 2006, a de um silêncio ensurdecedor; do lado das políticas de fomento da sociedade da informação uma ênfase que apenas recentemente, e de modo muito tímido, se alargou para lá da santíssima trindade composta pela abordagem política, económica e técnica, dando afinal razão àqueles que contestam a orientação destas políticas.

Concluímos, procurando igualmente, em jeito de síntese conclusiva, alinhar algumas ideias que retomam as questões de partida da análise qualitativa que empreendemos. Registamos então que os esforços que a União Europeia está a desenvolver no sentido da promoção da sociedade da informação embora assinaláveis (a produção de documentação sobre a temática tem-se revelado prolixa), centram-se em torno das dimensões política, económica e técnica, sendo deixado pouco espaço para outras áreas, designadamente a sócio-cultural e a de uma política próxima do quotidiano dos cidadãos, criando espaços comunicativos, no seu sentido normativo, que revimos no Capítulo 7. Igualmente escassamente representada nestes documentos, (e mesmo assim só nos mais recentes), estão as componentes ambiental, da sustentabilidade e qualidade de vida.

Por outro lado, constituindo as desigualdades digitais um fenómeno central na problemática da sociedade da informação, outra questão a que nos propusemos dar resposta versava sobre o modo como se propõe a União Europeia reduzir os seus impactos. A terceira ideia que apresentámos atrás é, aliás, bem clara neste ponto. Às escassas referências junta-se uma análise errónea, ambas concorrendo para que, em nossa opinião, pouco de útil esteja a ser feito. Os documentos da União depositam uma enorme fé no funcionamento dos mercados e numa 'natural' massificação das tecnologias que resolverão *de per se* o problema do acesso. Ora, como já oportunamente observámos, embora importante, esta questão há muito que foi ultrapassada por um nível de ameaça maior: a desigualdade de usos, i.e., de competências no uso, principalmente os níveis profundamente desiguais no tocante às vantagens que os indivíduos retiram das tecnologias. Nenhum dos documentos analisados refere sequer este pormenor.

Naturalmente que, num tal quadro, os resultados que poderemos realisticamente esperar de políticas de promoção das TIC da UE excessivamente direccionadas para as dimensões técnica e de mercado, ao mesmo tempo que parecem ignorar toda uma vasta paleta de outros aspectos, pelo menos tão relevantes como as primeiras, terão de ser escassos. Em consequência do acima exposto, uma estratégia de comunicação desenvolvida a partir, maioritariamente, dos canais em linha, e suportada por abordagens de tecno-deterministas não poderá contribuir, pensamos, para a diminuição do défice de comunicação da União Europeia. Uma tal linha de pensamento conduziria necessariamente a um previsível fracasso.

No entanto, como de resto também salientámos oportunamente, existe uma dificuldade acrescida. As intenções manifestadas no *Action Plan*, no *Plano D* e no *Livro Branco da Comunicação*, a propósito do recurso a canais alternativos (mormente as TIC e a Internet) para efeitos de difusão da mensagem europeia, não tiveram seguimento nos documentos posteriores incidentes sobre a temática da sociedade da informação que tivemos oportunidade de analisar. Na verdade, esta conclusão pode ser, como também já referimos, facilmente retirada da análise da Tabela 7 (p. 525) quer, por um lado pelo reduzido número de codificações existentes no nó especificamente destinado a analisar as inter-relações entre as políticas de comunicação e as iniciativas em matéria de sociedade da informação, que pelo facto de as temáticas dos textos analisados não se misturarem, constatação que é também possível de recolher pela leitura da Tabela 7 (p. 525).

Deste modo, não nos parece previsível que a actual política de comunicação da União Europeia possa proporcionar um contributo positivo. Na verdade, uma das mais preocupantes conclusões a que chegamos é que, para lá de não existir uma política de

comunicação eficaz, a verdade é que este não é um assunto para cujo solucionamento os responsáveis pareçam especialmente motivados. E neste particular, o percurso histórico das políticas de informação/comunicação da União Europeia ensaiado por Ana Lúcia Terra deixa-nos inequívocas evidências quanto ao grau de prioridade que é conferido à diminuição do défice de comunicação, ao incremento das trocas culturais e informacionais no espaço europeu, ao desenvolvimento de uma esfera pública europeia, ou ao reforço da identidade europeia – em suma, ao desejável aprofundamento do projecto de união política da Europa.

Sinais que sugerem o contrário parecem, aliás, em claro crescendo. Desde a eclosão da assim designada crise da dívida soberana, em 2010, multiplicaram-se as evidências de dissensão na família europeia. Os sentimentos de cooperação e solidariedade deram lugar a preocupantes manifestações, cada vez mais frequentes, do mesmo nacionalismo e separatismo secular que envergonham a história da Europa. O espírito de diálogo construtivo e de compromisso que presidiu a 50 anos de União Europeia, como vimos atrás, parece ter-se esfumado num infindável rol de acusações mútuas e recriminações várias e fica por compreender qual o lugar que se destina ao cidadão, para além do de um observador crescentemente mais céptico e descrente das políticas que o afectam. Parecem também concretizar-se os receios de Conrad (2005) e outros, que analisámos no Capítulo 3, relativamente aos verdadeiros esforços, por parte da Comissão, na promoção de um diálogo, ou de uma comunicação de duas vias que tão importante é para a construção de um espaço público europeu.

É certo que a Democracia, entendida esta não apenas em termos Europeus, mas como conceito em prática geral, é uma ordem política onde os modos de participação política variam amplamente, existindo novas formas de participação emergentes e outras em declínio. Na verdade, o próprio conceito de participação varia em diferentes campos e discursos, incluindo os da comunicação mediática (ver Carpentier, 2011). No entanto, a sua aparente ubiquidade não deve levar-nos a tomá-lo como garantido ou como não-controverso. Do que não podemos abdicar, como procurámos mostrar ao longo da dissertação, porém, é a base comunicativa e participativa da democracia. No entanto, tal exige, como recorda Silveirinha (2006), que existam recursos materiais e culturais que alimentem uma cidadania activa e não basta disponibilizar recursos tecnológicos para que essa actividade cívica se materialize.

Conclusão

Num recente Comunicado de Imprensa da Comissão Europeia pode ler-se:

> "Os cidadãos, as empresas e os inovadores europeus estão a gerar uma procura de serviços digitais que é suficiente para colocar a Europa na via do crescimento económico sustentável, mas esse potencial é posto em causa pela não implantação generalizada da Internet rápida, pela insuficiente oferta de conteúdos em linha, pelo fraco investimento em investigação e pela falta de qualificações em matéria digital. […]. Nas palavras de Neelie Kroes, vice-presidente da Comissão Europeia: 'Os europeus estão sedentos de tecnologias digitais e de maior variedade de escolha nesta matéria, mas os governos e a indústria não lhes dão resposta. Este apego a mentalidades políticas e modelos de negócio do século XX está a prejudicar a economia europeia. É lamentável. O fraco investimento joga a nosso desfavor. É como um tiro no pé. A Europa será esmagada pelos seus concorrentes mundiais se mantiver esta passividade'"[581].

Entre as evoluções positivas da avaliação da Agenda Digital feita pela Comissão, diz ainda o comunicado, conclui-se ainda que "A Grécia, Portugal e a Irlanda aderiram à 'administração pública em linha' para manterem a qualidade dos serviços públicos.

[581] Comunicado de Imprensa, Bruxelas, 18 de junho de 2012, "Digital Agenda: Annual scoreboard confirms need for structural economic reform across Europe and surplus of ICT jobs". Vd. [em linha]: http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/12/614&format=DOC&aged=1&language=PT&guiLanguage=en.

Juntamente com a República Checa, os maiores aumentos da oferta e utilização de serviços de administração pública em linha registaram-se nas economias financeiramente mais depauperadas, o que sublinha o valor da contribuição destas tecnologias para o êxito das reformas estruturais".

Ainda no mesmo comunicado é feita uma referência ao facto de o Presidente Barroso ter pedido também aos Estados-Membros que designassem um «Campeão Digital» como promotor do **diálogo** entre grupos e gerações e testemunho público do valor da Internet (negrito nosso).

A referência às palavras de Barroso – nomeadamente a sua menção ao diálogo – contrasta, em alguma medida, com o restante texto do comunicado, onde a tónica é sobretudo nos aspectos de negócio e económicos da "Agenda Digital", o que não constitui, aliás, novidade entre as iniciativas da União Europeia nesta matéria como, de resto, oportunamente demos conta no Capítulo 8.

Haverá alguma articulação entre estes dois enfoques, ou a visão política do diálogo é meramente subsidiária da visão económica da Agenda Digital? A nossa análise, ao longo da presente dissertação mostra claramente que a dimensão comunicacional e política da implementação da chamada sociedade de informação é muito reduzida[582]. E, no entanto, defendemos, ela é crucial. Provas desta subalternização dos aspectos sociais, culturais, comunicacionais da integração europeia face aos domínios político, técnico e, principalmente económico, encontramo-los nos Capítulos 3 e 8. Especialmente neste último a análise de enquadramentos que então conduzimos demonstra, sem margem para grandes dúvidas, uma tendência da Comissão e demais instituições europeias para o privilegiar do mercado e dos negócios face às demais dimensões da sociedade. Pensamos inclusive que este excessivo *econo-tecno-determinismo* da política europeia, ou se preferirmos, a aparente subserviência da política ao mundo da economia, finança e negócios, está a contribuir para o minar da confiança, da motivação e da participação dos cidadãos no projecto de integração europeia.

Na verdade, não deixa de ser irónico que no comunicado se façam referências aos êxitos da adesão à 'administração pública em linha' das economias financeiramente mais depauperadas quando nestas mesmas economias – como em toda a Europa – está em

[582] Mais ainda o é se considerarmos igualmente um maior intervalo temporal na análise destas questões como é o caso do estudo de Ana Terra (2008) ao qual nos reportámos em diferentes ocasiões. Diversamente do nosso trabalho que compreende apenas os documentos mais recentes, i.e., aqueles que surgem efectivamente elencados no quadro das políticas para a sociedade da informação, a análise empreendida pela autora parte da década de 1970 possibilitanto, deste modo, uma percepção bem mais abrangente do fenómeno.

causa o próprio êxito político da União e do diálogo entre os seus Estados membros. E como de resto o nosso capítulo final (Capítulo 8) sugere, só num momento muito concreto da história recente da integração europeia os organismos europeus se preocuparam com a opinião e envolvimento dos cidadãos. Referimo-nos, obviamente, ao processo que conduziu ao fracasso do *Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa*. Só nessa altura as consciências dos decisores europeus parece ter despertado para o antigo problema do alheamento dos cidadãos para as decisões e para a *política* que tem lugar em Bruxelas e Estrasburgo.

Mas esta preocupação pautou-se tanto pela intensidade (a prolixa produção de documentos de trabalho acerca destes assuntos é disso testemunho) como pela sua efemeridade (os registos produzidos foram-no em apenas cerca de um ano e, entretanto já decorreram seis anos sem que existam quaisquer notícias de actualização ou reforço das propostas então lançadas). Pior, não só não existem dados relativos à continuação, desenvolvimento ou aprofundamento destas medidas, como, de igual modo, as intenções então declaradas se encontram, como vimos no Capítulo 8, largamente por cumprir. Mais grave, pensamos, é que perante os notórios sinais de dissensão e de fragmentação na família europeia, os responsáveis políticos que os cidadãos da Europa *elegeram* para conduzir os destinos do continente e da União, ainda que cientes desta realidade (como o mostram claramente as palavras, por exemplo, de Neelie Kroes, atrás referidas, e as de Durão Barroso, que veremos em seguida), se limitem declarações e registos vagos que projectam para um futuro incerto a apresentação de *propostas*, quando o que se exige são acções concertadas, pensadas e efectivamente *implementadas*.

Esta visão dos problemas da UE pode ser complementada por referência a um outro texto de José Manuel Durão Barroso, Presidente em exercício da Comissão Europeia, num texto no Jornal "Público", no qual defende, como objectivo e caminho futuro da União Europeia, a constituição, a prazo, de uma federação de Estados-Nação[583]. O referido registo tem por base o *Discurso sobre o estado da União de 2012*[584] proferido, no Parlamento Europeu, em 12-09-2012, "[n]um momento em que a União Europeia continua a estar em crise. Uma crise financeira e económica. Uma crise social, mas igualmente uma crise política, uma crise de confiança" (Barroso, 2012: 2). Entre as razões apontadas para

[583] "Rumo a uma Federação de Estados Nação". *In Público*, Ano XXIII, n.º 8194, 14 de Setembro de 2012, pp. 58-59. Refira-se, todavia, que esta proposta do Presidente da Comissão Europeia mais não é do que a recuperação da mesma tese já no passado defendida por Jacques Delors, como de resto oportunamente fizemos referência.

[584] Disponível [em linha]: http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/12/596&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en.

esta situação menos positiva, o Presidente da Comissão Europeia destaca as práticas irresponsáveis ocorridas no sector financeiro, os elevados níveis de dívida pública, bem como a falta de competitividade em alguns Estados-Membros. "Além disso, o euro enfrenta os seus próprios problemas estruturais" (Idem, *Ibidem*) visto que a sua arquitectura não esteve à altura da situação.

A problemática da arquitectura do Euro, referida por Durão Barroso, constituindo-se uma questão relevante, não será, pensamos, a mais determinante na actual crise, mas é indicativa da sempre primazia da dimensão económica na discussão dos temas europeus sobre todas as outras. Nem tão pouco o são as demais causas referidas no discurso. O problema, sendo estrutural, é bem anterior e mais profundo do que a sua mera expressão no pilar da integração económica. Com efeito, a Europa está, novamente, ante uma encruzilhada, donde, na verdade, na nossa perspectiva, nunca saiu. Hoje, como no início, a União Europeia foi sendo construída sem que a dimensão essencial desse projecto tenha sido resolvida. Federação ou União? Essa é, aliás, a questão central a que os povos da Europa, e designadamente os seus representantes eleitos, terão de dar resposta (problema que aliás abordámos nos Capítulos 1 e 2). Num mundo globalizado, como de resto se faz referência no *Discurso sobre o estado da União de 2012*, surge como indispensável um maior nível de integração. Só enquanto bloco a União Europeia conseguirá atingir a massa crítica necessária para concorrer com economias gigantescas como China ou Índia e imensamente competitivas como Estados Unidos e Japão[585]. Doutro modo, a conhecida metáfora *gigante económico e anão político* dará, a prazo, lugar a uma outra: *anão económico e anão político*.

Ao longo dos últimos anos escutámos repetidamente na sociedade portuguesa, alusões à dupla dimensão de perigo e oportunidade contida no caractere mandarim que codifica o conceito de crise. Na actual crise a Europa permanece, em nosso entender, excessivamente preocupada com a primeira significação, ao invés de se focar na segunda. Não obstante as sucessivas proclamações solenes, os planos de acção e a retórica inflamada amiudemente colocada nos discursos oficiais orientando a acção para uma nova Europa, mais aberta, atenta e próxima dos cidadãos, a verdade é que a efectiva implementação destas medidas dista radicalmente dos anúncios institucionais. As oportunidades que a crise proporcionou no sentido do solucionamento das debilidades de que padece, desde a sua formação, a arquitectura institucional da União Europeia foram, mais uma vez, desperdiçadas. Os políticos europeus não estiveram, de novo, à altura dos

[585] Nas palavras de Barroso (2012: 11): "No mundo de hoje, o tamanho é importante". No mesmo sentido também as palavras que acima reproduzimos de Neelie Kroes.

acontecimentos e as decisões (audaciosas – nas palavras de Barroso, 2012: 2) dos últimos quatro anos não lograram ainda convencer os cidadãos, os mercados ou os restantes parceiros internacionais. Em consequência, nota Barroso, "[o] sentimento de justeza e equidade entre Estados-Membros está a desgastar-se. E sem equidade entre Estados-Membros, como poderá existir equidade entre cidadãos europeus?

A resposta a este conjunto de desafios assenta, segundo a proposta do Presidente da Comissão Europeia, num «Pacto decisivo para a Europa» (Barroso, 2012: 4), o qual se desenvolve a partir de dois eixos fundamentais: união económica e união política. No tocante ao primeiro pilar, Durão Barroso salienta a necessidade de reformas no Mercado Único, nas administrações públicas (nacional e comunitária), no mercado de trabalho, o reforço da investigação, a aposta nas energias renováveis e no ambiente, com vista a dotar a economia europeia de maior competitividade e eficiência, mais e melhor emprego e, acima de tudo, a manutenção do padrão/modelo social europeu. Por outro lado, Barroso destacou também a importância de se concluir a União Económica e Monetária através da concretização de uma união bancária e de uma união orçamental bem como dos mecanismos políticos e institucionais correspondentes.

Mas é sobretudo a segunda dimensão do discurso do Presidente da Comissão (embora tenha sido a primeira a receber, como habitualmente, o enfoque principal) que nos interessa, i.e., o reforço da união política, por meio da instituição de uma Federação de Estados-Nação. Não se trata da criação de um super-Estado. Antes "[u]ma federação democrática de Estados-Nação que possa dar resposta aos nossos problemas comuns, através da partilha de soberania de forma a que cada país e cada cidadão estejam melhor dotados para controlar o seu próprio destino. O que está em causa é a União com os Estados-Membros, não contra os Estados-Membros. Na era da globalização, a agregação de soberanias significa mais poder, não menos (Barroso, 2012: 12). Para tanto, como reconhece o Presidente da Comissão Europeia torna-se indispensável a promoção de uma revisão dos Tratados. E são conhecidas, neste particular, as dificuldades cada vez maiores na aprovação de alterações aos Tratados, como de resto vimos na Primeira Parte (Capítulos 2 e 3), obstáculos para os quais os actores políticos participantes do projecto europeu estão aliás sensibilizados. Não surpreende por isso a colocação, ainda que de forma implícita, deste objectivo numa janela temporal de médio/longo prazo, muito embora os trabalhos e discussões preparatórias tenham de se iniciar o quanto antes. Assim, "[…] deverá ser lançado um amplo debate em toda a Europa. Um debate que deverá realizar-se antes da convocação de uma convenção e de uma Conferência Intergovernamental. Um debate que tenha verdadeira dimensão europeia. Já não estamos no tempo em que a

integração europeia era feita por consentimento implícito dos seus cidadãos. A Europa não pode ser tecnocrática, nem burocrática nem mesmo diplomática. A Europa tem de ser cada vez mais democrática" (Barroso, 2012: 13).

É, portanto, imprescindível para o Presidente da Comissão Europeia (2012: 10) a emergência de um espaço público europeu (necessidade de que demos conta, entre outros pontos, no Capítulo 3), no qual as questões acerca da integração possam ser colocadas e debatidas a partir de um ponto de vista europeu. É necessário, reforça, que se ultrapasse a lógica da resolução dos problemas da União a partir de soluções nacionais. Um tal debate terá de ter lugar envolvendo os cidadãos anónimos, os pensadores, intelectuais e protagonistas da cultura europeia, os parlamentares (tanto europeus como dos parlamentos nacionais), partidos políticos europeus, etc.. Estes últimos poderão até, sustenta Barroso, desempenhar um papel determinante neste processo, trabalhando para que, nas próximas eleições para o Parlamento Europeu de 2014, o candidato a Presidente da Comissão Europeia fosse desde logo conhecido dos cidadãos, o que, na sua perspectiva em muito contribuiria para o aprofundamento do debate político pan-europeu.

No *Discurso sobre o estado da União de 2012* Durão Barroso não esqueceu, como de resto acompanhamos nos últimos parágrafos, o papel determinante que a participação dos cidadãos pode (na verdade, deverá!) desempenhar nas próximas etapas da evolução da integração europeia. Tais ideias desde há muito estão presentes nas declarações públicas dos principais responsáveis políticos da União Europeia. Porém, como de resto também ficou evidente no derradeiro capítulo da presente dissertação (Capítulo 8), mormente por meio da análise de enquadramentos que empreendemos aos documentos que versam sobre política de comunicação e políticas de promoção da sociedade da informação no âmbito da integração da Europa, entre as públicas proclamações e a *praxis* quotidiana parece existir uma enorme distância (ideia que reforçámos em diferentes momentos ao longo de toda a tese e, também na Introdução e Conclusão). Distância que, pensamos, (e a nossa análise demonstrou-o) está, na melhor das hipóteses, a ser combatida de forma pouco eficaz e, na pior, não o está de todo.

O estado actual da integração europeia não poderá suscitar senão sérias reservas e fundadas preocupações. Não é possível inverter este processo de unificação como, de igual modo, também não poderá ser deixado a meio. Há um longo caminho a percorrer e, não obstante as dificuldades que surjam é absolutamente vital que o percurso não fique a meio, num limbo como o actual. Nesse sentido, a recente proposta de Barroso terá de ter um desfecho favorável. Porém, para que tal possa vislumbrar-se como remotamente possível muito terá de ser feito no sentido do reforço da comunicação e do diálogo com os

cidadãos, bem como na melhoria e ajustamento das ferramentas empregues no processo democrático. O fosso entre os cidadãos europeus e a ideia de Europa unida parece não parar de aumentar. Urge, portanto, a tomada das medidas capazes de travar e inverter a ameaça de dissolução que paira sobre o edifício europeu. Nas palavras de Joschka Fischer é indispensável que não se deixe de pedalar a bicicleta europeia, sob pena de a União não deixar nunca de ser o OPNI (Objecto Político Não-Identificado) a que aludiu Jacques Delors.

Naturalmente que as presentes linhas não esgotam qualquer das temáticas acerca das quais incidiu este nosso trabalho. Em ambos os casos tratam-se de assuntos em execução, em progresso. Um risco acrescido para o nosso propósito se considerarmos que os (muitos) desenvolvimentos surgem numa base diária. Tanto ao nível de trabalhos académicos incidentes sobre as mesmas quanto, principalmente, no tocante às novidades materiais.

Tivemos oportunidade de testemunhar uma tal situação quando acima introduzimos o discurso do Presidente da Comissão Europeia aludindo à necessidade de promover um aprofundamento da integração europeia. É verdade que a História da União Europeia que compõe os dois primeiros capítulos (Capítulos 1 e 2) desta dissertação não se alterou dramática nem essencialmente desde que abraçámos esta empresa. Recordamos, no entanto, que escassos dias antes (13 de Junho de 2008) da submissão do projecto de investigação, o qual ora encerramos, ao Concurso de Atribuição de Bolsas Individuais de Doutoramento promovido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia em 2008, 53,8% dos irlandeses recusaram a ratificação do Tratado de Lisboa, ele próprio já uma solução de recurso face às conhecidas dificuldades verificadas nos referendos nacionais de confirmação do *Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa*. Não esqueçamos, principalmente a partir da intensificação da segunda vaga da crise que começou no Verão de 2007 – referimo-nos em concreto ao problema das dívidas soberanas dos países da área do Euro, a ameaça, ainda não totalmente afastada pelos dirigentes europeus, de desagregação do projecto da moeda única e posterior, possível e previsível, processo de desintegração europeia. E, mesmo após o segundo referendo na República da Irlanda, as dúvidas não se dissiparam de todo. Polónia primeiro e República Checa depois mantiveram a Europa em suspenso durante mais alguns meses, prolongando a indefinição a propósito do Tratado de Lisboa o que indica bem do empenho e grau de convicção europeu dos (ir)responsáveis de alguns Estados-Membros. Mais recentemente foi a ameaça de alguns países do Norte (Finlândia, Países Baixos, Áustria e Alemanha) de boicotarem a ajuda (materializada nos diversos planos de assistência financeira) aos parceiros em dificuldades.

Na verdade, dos poucos temas que parecem conservar uma preocupante estabilidade é justamente a (in)capacidade de a Europa comunicar, motivar e envolver os seus cidadãos no aprofundamento da integração Europeia. Com efeito, tanto o terceiro capítulo da Primeira Parte (Capítulo 3), como o segundo da Terceira (Capítulo 8), apontam nessa direcção. Por um lado, como então vimos, na linha de Moravcsik (mas também de outros autores), a União Europeia não parece padecer de qualquer insuficiência de democraticidade na sua arquitectura institucional. Contrariamente, o mesmo não poderá dizer-se no tocante à dinâmica de diálogo das instituições comunitárias com os cidadãos europeus. De facto, e pese embora a prolixa actividade nesse sentido entre o final de 2005 e 2006, a verdade é que as poucas medidas efectivamente implementadas (como o exponencial aumento dos conteúdos multilinguais disponibilizados no sítio Europa.eu ou o projecto da biblioteca digital europeia – *Europeana*[586]) não parecem ter, até à presente data, conduzido aos efeitos desejados.

Na realidade, pouco parece ter-se alterado no relacionamento entre a Europa e os seus cidadãos. No mesmo sentido também a articulação entre os planos nacional e europeu evidenciam uma menor eficácia, o que contribui para o reforço deste fosso entre ambas as dimensões. Não obstante as intenções expressas nos documentos oficiais do período pós-reprovação do Tratado Constitucional, a análise documental que empreendemos aponta no sentido de uma não convergência entre políticas e meios destinados a reforçar a participação e o diálogo entre os organismos da União Europeia e as pessoas (conforme Capítulo 8). Ora, uma tal situação não poderá levar a outro desfecho que não ao incremento do sentimento de défice democrático (fundado no défice de comunicação) nos cidadãos e ao consequente aumento da indiferença, quando não mesmo oposição, ao projecto europeu. Existem aliás, no discurso de muitos destacados dirigentes políticos sinais claros de que a Europa pode estar, se nada for feito para inverter tal rumo, a caminhar para uma *dissolução ordeira*. Não branqueemos, todavia, os factos: a União não tem sido capaz de responder aos desafios que a integração coloca. Contudo, existe neste processo uma enorme responsabilidade dos políticos que têm colocado os interesses nacionais à frente dos comuns, minando, por conseguinte, o processo e, de passagem, a confiança dos cidadãos (vimos estas mesmas questões, de modo mais aproximado, no Capítulo 3).

Em artigo de opinião recentemente publicado no Diário de Notícias[587] a ex-deputada e ex-Ministra da Justiça, Celeste Cardona, dava conta desse mesmo sentimento

[586] Vd. [em linha]: http://www.europeana.eu/portal/.

[587] Vd. "O Declínio da Europa". *In Diário de Notícias*. 09 de Agosto de 2012. p. 54.

citando Zbigniew Brzezinsky: “A Europa é uma união de conveniência e não de convicção”. No mesmo registo a autora reproduziu também o alerta de Mario Monti, Primeiro-Ministro não eleito de Itália, para o perigo de dissolução psicológica da Europa. Guido Westerwelle, actual Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha não tardou a reagir lembrando que “o tom do debate europeu é muito perigoso e temos de atenção para não destruir a Europa com palavras” (Idem, *Ibidem*), sugestão que o Presidente do Parlamento da Baviera não seguiu, vindo logo em seguida reforçar (conforme referido no mesmo registo) e ainda no rescaldo das palavras de Mario Monti que a generalidade dos países do Sul estavam unicamente preocupados nos impostos pagos pelo povo alemão.

Durante décadas os cidadãos europeus foram protegidos de uma tal retórica discursiva, cujo tom inflamado não tem cessado de aumentar nos últimos tempos. Por um lado, as divergências, ainda que existentes, eram não raras vezes ‘filtradas’ pelos *gate-keepers* do sistema e, por outro, o interesse e escrutínio popular a propósito dos temas europeus era então bem menor do que actualmente muito por força, também, da existência de um substancialmente menor número de canais de comunicação (também abordámos este aspecto no Capítulo 3). Por isso, conclui Celeste Cardona, “[o] que começou por ser uma crise das dívidas soberanas já lá vai, a crise do Euro foi-se alastrando dos países do Sul (pobres) e atinge hoje países com economias mais sólidas, como é o caso da Itália e da Espanha. Constatamos hoje, que a coesão e a solidariedade da fundação têm vindo a ser destruídas pela crise que se diz ser financeira, mas que, a meu ver, é política” (Idem, *Ibidem*).

Ante tais sinais de dissensão cabe às instituições comunitárias agir em conformidade, concebendo as necessárias respostas: internamente (junto de actores e instituições europeias) e externamente (tanto no plano europeu, junto dos jornalistas e canais de comunicação representados em Bruxelas, como no nacional, convocando parlamentos, partidos políticos nacionais, organizações da sociedade civil, e, claro, os cidadãos para o debate europeu). Porém, como de resto repetidamente temos vindo a assinalar, as iniciativas desenvolvidas têm retornado resultados pouco promissores, sugerindo que, neste capítulo, algo não vai bem. E este aparente frenético imobilismo e inconsequente agir em nada têm contribuído para o modificar da situação.

As conclusões que formulámos a partir dos resultados obtidos à análise de enquadramentos que desenvolvemos no Capítulo 8 mostra claramente que o escasso retorno em termos da divulgação da mensagem europeia que tem sido observado decorre, essencialmente, do facto das políticas de comunicação não estarem a apontar correctamente na direcção do *target*, i.e., do público europeu (leia-se, os cidadãos). Esta

questão, como então assinalámos decorre, também, do excessivo privilegiar da santíssima trindade economia, política, técnica, que vem conduzindo a acção europeia, negligenciando aquela que verdadeiramente importa e, sem a qual a União Europeia jamais se fará: os cidadãos e a sua vontade, interesse, desejo. Naturalmente que, enquanto todas as dimensões, para lá de negócios, da política e das questões tecnológicas, forem mantidas à margem do processo de aprofundamento da integração ou, mais especificamente, enquanto a participação dos cidadãos no projecto europeu for circunscrita à colocação de uma cruz num boletim de voto a cada cinco anos, ou à consulta pontual nuns quantos Estados-Membros (porque as respectivas Constituições nacionais assim o impõem), estes tenderão, muito legitimamente, a expressar nesses momentos o seu desejo de serem *efectivamente* escutados. E esta questão é algo que os líderes europeus não resolverão, em nosso entender, com meras declarações de intenções projectando-se para um futuro incerto.

Reportámo-nos atrás à dificuldade de trabalhar um tema em constante mutação a respeito do projecto europeu. Noutra dimensão, todavia, também a própria noção de sociedade da informação permanece um conceito em permanente evolução/actualização. Vimo-lo ao longo da Segunda Parte quando focámos a nossa atenção nesse problema e nas diferentes correntes, sub-correntes, antigas e novas linhas de investigação. Com efeito, observámos não apenas a própria imprecisão conceitual que envolve esta ideia, a sua matriz profundamente polissémica mas, sobretudo, o diálogo interminável em torno da influência da tecnologia na sociedade (Capítulo 5). Testemunhámos um intenso debate, pensamos, excessivamente extremado, entre aqueles que prometem o paraíso por meio da tecnologia e aqueloutros que, além de recusarem o potencial transformador e modelador da tecnologia na sociedade, rejeitam de igual modo qualquer perspectiva qualificadora das sociedades actuais como *da informação*. Reproduzimos, posteriormente as teses do tecno-realismo, corrente que procurou estabelecer uma ponte capaz de moderar as posições largamente extremadas entre tecno-optimistas e tecno-pessimistas, perspectiva que, não negando o imenso potencial da tecnologia, designadamente das tecnologias de informação e comunicação na configuração das sociedades hodiernas, estabelece limites a essa mesma influência ou determinismo (Capítulo 5.3).

E, por fim, na linha não apenas do tecno-realismo como de outras posições mais moderadas (Pintér, Castells e Cardoso), procuramos apresentar a nossa própria leitura acerca deste fenómeno, definindo individualmente as duas componentes da locução: *sociedade* e *informação* e, posteriormente, a fórmula daí resultante (Capítulo 6). Porém, uma das linhas deste debate, não obstante a aceitação generalizada e quase consensual

(mesmo por parte dos opositores) da locução sociedade da informação, visa discutir se nos encontramos ante uma sociedade da informação, de base informacional ou, ainda, assente em redes de troca e partilha de informação, sendo certo existirem não negligenciáveis *nuances* entre qualquer destas formulações como de resto, oportunamente, demos conta.

Observámos, no capítulo de abertura da Terceira Parte (Capítulo 7), como uma das dimensões desta questão (as desigualdades digitais) conheceu sucessivos retoques conceptuais: da ampla paleta inaugural que a noção de *digital divide* carreava (a discrepância entre as oportunidades educativas, o fosso entre tecno-incluídos e tecno-excluídos, e o debate entre tecno-optimistas e tecno-pessimistas) até ao terceiro relatório NTIA de 1999 que fixou definitivamente a noção em torno das desigualdades no *acesso* às Tecnologias de Informação e Comunicação. Porém, registámos igualmente como do mero ter/não ter acesso se evoluiu para a tipificação desse acesso em termos qualitativos e, também, a partir de diferentes variáveis de análise, donde foi possível perceber a existência de um conjunto de divisões fundadas no nível de rendimentos, nível de instrução, género, raça, localização geográfica, contexto social, etc.. Por fim, observámos como todas estas dimensões concorrem afinal para a verificação de amplas divisões digitais expressas nos *usos*, e, designadamente, nas vantagens que os indivíduos retiram do uso destas tecnologias.

O fosso digital, ou se preferirmos, numa formulação mais recente, a questão das divisões digitais, não constitui um problema de somenos importância. Primeiro porque existe um intenso debate em torno da consagração do direito de acesso à informação como um direito universal (Castells, 2007). Segundo, porque, mesmo nos países do assim chamado mundo desenvolvido (especialmente Europa e Estados Unidos), as estatísticas oficiais apontam para no sentido de entre um quarto e um terço da população nunca ter acedido à Internet (e de considerando a totalidade do Globo, a percentagem da população regularmente em linha não chegar sequer a um terço). Claro que, esta desigualdade fundada no acesso tenderá a desaparecer com o tempo (a própria substituição geracional a isso conduzirá) e as novas plataformas de acesso (telemóvel, *tablets*, televisão, consolas de jogos, etc.) desempenharão um papel identicamente importante. Contudo, tanto nos países emergentes, como nos subdesenvolvidos, com particular destaque nestes últimos, onde enormes franjas da população se encontram a mais de duas horas de um telefone, levará ainda algum tempo até que a maioria da populações consigam cruzar a fronteira da utilização. Especialmente se considerarmos que a nota definidora do terceiro mundo é

justamente esta *superabundância de necessidades*, cuja resolução, conforme reclama Brian Winston é bem mais urgente que o ultrapassar do acesso às redes de informação.

Terceiro, porque naquilo que directamente incide sobre o nosso trabalho, a Comissão propôs-se transformar a União Europeia na economia do conhecimento mais dinâmica do mundo até 2020, lançando para o efeito ambiciosos programas de incentivo ao uso das tecnologias digitais e, *grosso modo*, de promoção da sociedade da informação (vimo-lo no Capítulo 8). Quarto, e de fulcral importância para o nosso projecto, porque as instituições europeias elegeram as TIC e os canais em linha como uma das principais ferramentas no sentido do mitigar do défice de comunicação que, nos últimos anos vem minando de forma decisiva a confiança dos cidadãos e criando sérios obstáculos/dificuldades ao aprofundamento da integração europeia (Capítulo 3).

No entanto, como a nossa análise documental sugere (Capítulo 8), e esse facto é reconhecida não apenas oficialmente pelas instituições comunitárias (o *i2010* e a *Agenda Digital* são dois excelentes exemplos), como individualmente por inúmeros protagonistas da União Europeia, a situação ao invés de melhorar está, na verdade, a tornar-se mais difícil. O fosso que separa os organismos da União Europeia e os cidadãos da Europa é cada vez maior, deixando antever um futuro cada vez mais complexo e imprevisível neste domínio.

Assinalámos (não nos coibindo de deixar também algumas notas pessoais) as principais dificuldades com que nos deparámos ao longo deste projecto. No entanto, referimos atrás, também, que, de modo algum, o trabalho que agora se conclui, representa uma qualquer conclusão a qualquer das temáticas em discussão.

O futuro do projecto político da União Europeia coloca, porventura, um conjunto de desafios mais exigente. Desde logo, porque, no presente, o próprio objectivo de integração europeia perseguido pelas instituições comunitárias está em risco, quase remetendo qualquer exercício de lançar pistas para futuros trabalhos para o campo da futurologia, da incerteza, da especulação… Ainda assim, admitindo que o bom senso dos povos, e especialmente dos líderes desses povos e dos agentes europeus prevalecerá, importará estudar, as acções futuras da União Europeia em matéria de combate ao défice de comunicação bem como a profunda reformulação das mesmas. Deve reconhecer-se que as actuais não produziram qualquer efeito útil, porque, pensamos, foram erroneamente dirigidas, e torna-se urgente e imprescindível repensar esta estratégia.

Especialmente se considerarmos o desafio, a propósito do estabelecimento a breve trecho de uma Federação de Estados-Nação na Europa, que o *Discurso sobre o Estado da União*, proferido pelo Presidente da Comissão Europeia, em Setembro último, traçou. Ainda neste domínio deverá continuar a merecer a atenção dos investigadores a utilização dos canais TIC (a par com os dos meios tradicionais) na divulgação da mensagem europeia. Por outro lado, é igualmente importante, na intersecção entre as duas temáticas que abordámos, o tratamento de uma questão que optámos por não incluir neste nosso trabalho: o papel das tecnologias da sociedade da informação na modelação das democracias modernas e no aumento da participação democrática (especialmente no quadro da construção europeia) ou, dito de outro modo, a reformulação dos sistemas democráticos por via de uma maior convivência entre soluções de democracia directa e de democracia representativa e o impacto deste modelo dual na configuração futura da integração europeia. Referimo-nos, neste particular, ao papel das (futuras) democracias electrónicas no desenho de sociedades mais abertas, igualitárias e *participadas*…

No tocante à temática, em concreto, da sociedade da informação são inúmeras as questões/dimensões que este nosso trabalho deixa em aberto. Desde logo, a investigação em torno das divisões digitais, posto que, nos referimos a uma problemática cujo 'filão' está longe de se encontrar esgotado. A dimensão actual, mais centrada nos usos, constituindo uma evolução importante no conceito, pensamos, não apresenta ainda uma resposta definitiva. Por um lado porque, embora não ignore o problema do acesso, atribui escassa importância a um fenómeno que exclui cerca de um terço dos indivíduos da sociedade da informação (exclusão que atinge os dois terços se a dimensão de análise congregar a totalidade do planeta). Também, porque, em nosso entender considera os usos e ainda não diferencia suficientemente entre usos e proveitos e não distingue o mais vasto leque de usos permitido pelos equipamentos clássicos quando comparados aos permitidos por plataformas mais recentes. Se é verdade que as aplicações de correio electrónico, redes sociais, jogos/entretenimento, ou o acesso a informação/notícias estão disponíveis em quase todas as plataformas, o mesmo não acontece com operações mais *exigentes* (especialmente produção e partilha de conteúdos, operações e transacções financeiras, compras, etc.). Subsistem ainda divisões às quais a noção de desigualdade digital não oferece, em nosso entender, suficiente resposta. Os estudos que Eszter Hargittai tem desenvolvido nos Estados Unidos, mormente o enquadramento da noção de divisão digital na hipótese do distanciamento (conforme atrás vimos) é outra linha de investigação que consideramos suficientemente interessante para merecer a atenção dos meios académicos.

Outra das questões que não abordámos neste trabalho e que reclama por mais estudos é o exame, a partir de uma perspectiva nacional, deste fenómeno. É certo que existem, como procurámos ir dando conta) alguns textos e dados importantes sobre esta. No entanto, a rápida penetração destas tecnologias na sociedade portuguesa (especialmente os acessos de banda larga cabo/cobre e fibra óptica), a evolução para novas plataformas de acesso, as muito particulares idiossincrasias demográficas nacionais (mormente o fosso de formação escolar/académica existente entre gerações ou a visão dos papéis homem/mulher ainda demasiadamente presos a uma concepção patriarcal de sociedade), e a profunda crise económica e financeira actual, reclamam também mais e novas abordagens.

Por outro lado, as hipóteses de estudo incidentes sobre a sociedade da informação não terminam nas áreas que acima indicámos. Na verdade, para além do problema das desigualdades digitais observadas o processo de construção de uma sociedade da informação tem colocado inúmeros e imbrincados desafios económicos, sociais, políticos, jurídicos. A emergência da sociedade da informação está a obrigar a uma profunda refundação das mais variadas estruturas das sociedades contemporâneas.

No âmbito das ciências jurídicas, institutos jurídicos consolidados, eficazes e socialmente aceites, (por exemplo, os direitos de propriedade intelectual), foram simplesmente destroçados pela universalização do acesso à Internet. Em sentido contrário, as reacções dos diferentes legisladores (expressas em iniciativas como o PIPA, SOPA e, mais recentemente, ACTA) têm conhecido forte oposição da sociedade civil e mesmo das maiores empresas que operam a/na Internet, como de resto oportunamente demos nota. Se é verdade que a livre circulação de informação na Internet é geradora de prejuízos colossais nas indústrias dos conteúdos e junto dos, *lato sensu*, criadores, não o é menos, também, que quaisquer tentativas de controlo, como as atrás referenciadas, levarão à subversão dos valores e cultura libertária sobre os quais assentam a Rede e poderão mesmo colocar em causa um, ainda em construção, direito fundamental de acesso à informação (Castells, 2007).

Não se circunscreve, contudo, à problemática da partilha de conteúdos em linha, os desafios que a Internet coloca às sociedades e, designadamente, ao Direito.

Todos os dias surgem novas situações, para muitas das quais a lei não contempla uma estatuição expressa. Multiplicam-se as ocorrências de devassa da vida privada (um

dos fenómenos mais recentes é o *sexting*[588]), assédio moral digital (*ciberbullying*), difamação, injúria e outros factos penais relevantes interferentes com a esfera individual, mas também com a globalidade da sociedade. Tais fenómenos são potenciados pela combinação entre o omnipresente ambiente tecnológico contemporâneo (expresso em incontáveis aparelhos digitais) e múltiplas corporações fornecedoras de serviços em linha.

Por outro lado, vários agentes (entre instituições públicas e corporações comerciais) competem com vista a alcançarem maior controlo sobre as actividades dos indivíduos em linha. Entre os autores mais populares da contracultura circulam teses alertando para as tentativas de controlo da Internet e o estabelecimento de um sistema de vigilância global, qual *Big Brother* orwelliano. Milhões de bases de dados retêm, num sistema de memória total (e intemporal!), todo o tipo de informações relativas a toda a gente. Mais recentemente os receios relacionados com informação colocada em linha pelos utilizadores da Internet (mas que depois se torna comprometedora e indesejável) tem sido relacionada com o fenómeno das redes sociais. O facto, porém, destes conteúdos circularem e serem livremente partilhados entre organizações e utilizadores sem qualquer tipo de controlo, sem que os indivíduos tenham disso plena consciência e sem que se conheçam rigorosamente os objectivos de tais expedientes, deveria motivar a preocupação dos cidadãos. Importa igualmente reflectir até que ponto tais práticas de recolha, armazenamento e partilha de informações pessoais e privadas não colidem com os institutos jurídicos de protecção da esfera privada.

O cruzamento de análises entre as ciências da comunicação e as ciências jurídicas, tendo como pano de fundo o ambiente específico da sociedade da informação resulta, como facilmente se pode constatar por meio das questões acima enunciadas, vasto e rico. Deste modo, o diálogo entre a cultura desregulada e de liberdade sobre a qual foi construída a Internet e a necessidade de colocar algumas restrições à liberdade total, no sentido de serem salvaguardadas dimensões fundamentais da sociedade, como o sejam a reserva da esfera privada (contra os abusos de devassa), os direitos autorais (permanentemente ultrapassados pela partilha/distribuição ilegítima de conteúdos digitais), ou ainda os direitos à reputação e ao bom nome (constantemente vilipendiados em blogues

[588] *Sexting* é um anglicismo que resulta da contracção das palavras inglesas *sex* e *texting* (acção de envio de uma mensagem de texto por telemóvel). A fórmula diz respeito à divulgação de conteúdos de teor erótico, sexual ou mesmo pornográfico através de telemóvel. O fenómeno teve origem no envio de mensagens SMS de natureza sexual. Porém, a evolução tecnológica que tornou possível o envio de fotografias e vídeo via telemóvel levou a que os conteúdos enviados evoluíssem das meras mensagens de texto para fotografias e mesmo vídeos de carácter íntimo. É uma prática cada vez mais comum entre jovens e adolescentes, pouco sensibilizados para as consequências devastadoras deste tipo de práticas. Embora inicialmente ligado aos telefones móveis o termo *sexting* compreende actualmente várias outras dimensões como *webcams*, máquinas fotográficas digitais, ou câmaras de vídeo digitais, servindo a Internet de principal foco de divulgação deste tipo de conteúdos.

e outras formas de publicação em linha), constituem uma outra pista que deverá merecer a atenção da investigação académica.

Concluímos reforçando, em jeito de sumário, uma ideia já várias vezes repetida: o fosso entre instituições e cidadãos europeus e que, ao longo dos últimos anos, vem emperrando o aprofundamento da integração tem origem nas deficientes políticas de comunicação da União e dos enfoques dessas mesmas políticas. As iniciativas tomadas na ressaca da não ratificação em França e nos Países Baixos do *Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa*, em 2005, apesar das (boas) intenções então proclamadas, não lograram produzir efeitos suficientes para inflectir o sentimento de crescente desconfiança/euro-cepticismo e, até mesmo, de anti-europeísmo que grassa entre alguns dos povos europeus. Esta ideia não isenta de responsabilidades as inúmeras intervenções/posições dúbias e pouco enquadradas com o projecto europeu proferidas por vários destacados líderes nacionais. Todavia, o essencial da questão é a incapacidade de a União chegar aos seus cidadãos. Ora, se as tecnologias de informação são claramente um meio muito eficaz de criar uma "sociedade em rede" e de estabelecer uma facilidade sem precedentes de comunicação, tais extraordinárias capacidades tecnológicas de nada servirão se não forem postas ao serviço de um diálogo político. Como refere o comunicado com que abrimos esta conclusão, não obstante o investimento da Europa em infra-estruturas de TIC ou o realizado nos canais digitais (produção de conteúdos), a verdade é que os resultados são, no melhor dos cenários, largamente decepcionantes – mas são-no não apenas em termos concorrenciais, de negócio e económicos. A economia política da comunicação é precisamente isso mesmo: económica e política. Focar apenas no primeiro aspecto mostra afinal, a falência da própria comunicação.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Principal

AA. VV. (s/D.) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira – Vol. XXIX*. Lisboa e Rio de Janeiro. Editorial Enciclopédia, Limitada.

AA. VV. (s/D.). *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura – Vol. 17*. Lisboa. Editorial Verbo.

AA. VV. (1995). *Depois de Jesus – O Triunfo do Cristianismo*. Lisboa. Selecções do Reader's Digest.

AA. VV. (1994). *A União Europeia*. Coimbra. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

AA. VV. (1979). *Os Grandes Acontecimentos do Século XX*. Lisboa. Selecções do Reader's Digest.

AGAMBEN, Giorgio (1998). *O Poder Soberano e a Vida Nua*. Lisboa. Editorial Presença.

ALBARELLO, Luc, DIGNEFFE, Françoise, HIERNAUX, Jean-Pierre, MAROY, Christian, RUQUOY, Danielle e SAINT-GEORGES, Pierre de (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.

ALESINA, Alberto e GIAVAZZI, Francesco (2007). *O Futuro da Europa – Reforma ou Declínio*. Lisboa. Edições 70.

ALMEIDA, João Ferreira de e PINTO, José Madureira (1990). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa. Editorial Presença.

ÁLVARES, Pedro (2009). *O Tratado de Lisboa e o Futuro da Europa*. s/l. Comissão Europeia.

AMADO, João Leal (2009). *Contrato de Trabalho*. Coimbra. Coimbra Editora.

AMARAL, Diogo Freitas (1992). *Um voto a favor de Maastricht*. Algueirão-Mem Martins. Editorial Inquérito.

ANDERSON, Peter J. e MCLEOD, Aileen (2004). "The Great Non-Communicator? The Mass Communication Deficit of the European Parliament and its Press Directorate". *In JCMS 2004 Volume 42. Number 5*. pp. 897–917. Oxford, UK e Malden, USA. Blackwell Publishing.

ANDERSON, Benedict (2006). *Imagined Communities*. London. Verso.

ANDRADE, José Carlos Vieira (2009, edição policopiada). *Sumários Desenvolvidos da Cadeira de Direito Administrativo II*. Coimbra. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

ARAGÃO, Maria José (2003). *História da Escrita*. Viseu. Palimage Editores.

ARCHER, Clive (2008). *The European Union*. New York. Routledge.

ARENDT, Hannah (2004). As Origens do Totalitarismo. Alfragide. Publicações D. Quixote.

ASCENÇÃO, José de Oliveira (coord.) (2012). *Direito da Sociedade da Informação e Direito de Autor - Vol. X*. Edição da Associação Portuguesa do Direito Intelectual. Coimbra. Coimbra Editora.

ASSIS, Rui (2009). *Legislação Laboral* – 3.ª Edição. Coimbra. Coimbra Editora.

AZEVEDO, José e SEIXAS, Maria João da Costa (2011). "Questões de Género na Participação Digital". *In* PONTE, Cristina e AZEVEDO, José (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 19, Vol. 10, N.º 2 – Outono/Inverno 2011 – Inclusão e Participação Digital*, pp. 59-80. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

BABO, Maria Augusta (1993). *A Escrita do Livro*. Lisboa. Vega.

BARROSO, José Manuel Durão (2012). *Discurso sobre o estado da União de 2012*. Disponível [em linha]: http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/12/596&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en.

BARROSO, José Manuel Durão (1999). *Uma Certa Ideia de Europa*. Lisboa. Gradiva.

BARTHES, Roland e MARTY, Eric (1987). "Oral - Escrito, Argumentação". *In* AA. VV. (1987). *Enciclopédia Einaudi, Vol. 11*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 32-57.

BDJUR (Base de Dados Jurídica) (2009). *Código dos Contratos Públicos*. Coimbra. Almedina.

BELL, Daniel (1973). *The Coming of Post-Industrial Society*. New York. Basic Books, Inc., Publishers.

BELL, David (2001). *An Introduction to Cibercultures*. New York. Routledge.

BELL, David (2007). *Cyberculture Theorists – Manuel Castells and Donna Haraway*. Oxon. Routledge.

BIBBY, Andrew (2000). *Tackling the Skills Gap – The Shortage of IT Specialists In Europe*. [em linha]: http://www.andrewbibby.com/pdf/tackling-skills-gap.pdf.

BORCHARDT, Klaus-Dieter (1999). *O ABC do Direito Comunitário*. [em linha]: http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_documentation/02/txt_pt.pdf.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé (1990). *As Escolas Históricas*. Lisboa. Editora Europa-América.

BRETON, Philippe (1994). *A Utopia da Comunicação*. Lisboa. Instituto Piaget.

BRETON, Philippe (1995). *À Imagem do Homem — Do Golem às Criaturas Virtuais*. Lisboa. Instituto Piaget.

BRETON, David Le (2003). *Adeus ao Corpo – Antropologia e Sociedade*. Campinas – São Paulo. Papirus Editora.

BURROUGHS, William Seymour (1994). *A Revolução Electrónica*. Lisboa. Vega.

BUSTELLO, María e LOMBARDO, Emanuela (2006). "Los 'marcos interpretativos' de las políticas de igualdad en Europa: conciliación, violencia y desigualdad de género en la política". *In Revista Española de Ciencia Política*. *Núm. 14, Abril 2006*, pp. 117-140.

BUSTELLO, María, LOMBARDO, Emanuela, MEIER, Petra e MALOUTAS, Maro Pantelidou (2004). "Women's political participation and gender mainstreaming: possible partners?". Conferência apresentada na *Second Pan-European Conference Standing Group on EU Politics*. Bologna, 24-26 June 2004.

CÁDIMA, Francisco Rui (1996). *História e Crítica da Comunicação*. Lisboa. Século XXI.

CAIRNS-SMITH, A. G. (1986). *Sete Pistas para a Origem da Vida – Uma História Científica Contada à Maneira de um Romance Policial*. Lisboa. Editorial Presença.

CAMISÃO, Isabel e LOBO-FERNANDES, Luís (2005). *Construir a Europa – O Processo de Integração entre a Teoria e a História*. Cascais. Principia.

CAMPOS, Ricardo e SIMÕES, José Alberto (2011). "Participação e Inclusão Digital nas Margens: Uma Abordagem Exploratória das Práticas Culturais de Jovens Afro-Descendentes. O caso do Rap Negro". *In* PONTE, Cristina e AZEVEDO, José (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 19, Vol. 10, N.º 2 – Outono/Inverno 2011 – Inclusão e Participação Digital*, pp. 117-133. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

CAMPOS, Nuno Antas de (Dir.) e SANDE, Paulo Almeida, (Coord.) (2001). *50 Anos de Europa – Os Grandes Textos da Construção Europeia*. Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu. Portugal.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes e MOREIRA, Vital (2008). *Constituição da República Portuguesa / Lei do Tribunal Constitucional*. Coimbra. Coimbra Editora.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes (2003). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra. Almedina.

CARDOSO, Gustavo (2006). *Os Media na Sociedade em Rede*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

CARDOSO, Gustavo (2006). *The Media In the Network Society: Browsing, News, Filters and Citizenship*. Lisboa. CIES – Centre for Research and Studies in Sociology.

CARDOSO, Gustavo (1999). *À Sombra da Comunicação e da Informação*. [em linha]: http://bocc.ubi.pt/pag/cardoso-gustavo-sombra-comunicacao.html.

CARPENTIER, Nico (2011) *Media and participation: A site of ideological-democratic struggle*. London. Intellect.

CARPENTIER, Jean e LEBRUN, François (2002). *História da Europa*. Lisboa. Editorial Estampa.

CASTELLS, Manuel (2007). *A Galáxia Internet – Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTELLS, Manuel e CARDOSO, Gustavo (2005). *A Sociedade em Rede - Do Conhecimento à Acção Política*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

CASTELLS, Manuel (2005). *A Era da Informação (Volume I): Economia Sociedade e Cultura – A Sociedade em Rede*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTELLS, Manuel (2003). *A Era da Informação (Volume II): Economia Sociedade e Cultura – O Poder da Identidade*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTELLS, Manuel (2003). *A Era da Informação (Volume III): Economia Sociedade e Cultura – O Fim do Milénio*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

CERUZZI, Paul E. (1983). *The Prehistory of the Digital Computer, From Relays to the Stored Program Concept, 1935-1945*. Westport, Connecticut. Greenwood Press. [em linha]: http://www.ed-thelen.org/comp-hist/Reckoners.html.

CHAVES, Miguel de Matos (2005). *Portugal e a Construção Europeia – Mitos e Realidades*. Lisboa. Sete Caminhos.

COMISSÃO EUROPEIA (2010a). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Uma Agenda Digital para a Europa*. Bruxelas. Documento de Trabalho. [em linha]: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0245:FIN:PT:PDF.

COMISSÃO EUROPEIA (2010b). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee And the Committee of the Regions – Europe 2020 Flagship Initiative Innovation Union*. Documento de Trabalho. [em linha]: http://www.umic.pt/images/stories/publicacoes3/innovation-union-communication_en.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA (2010c). *Livro Verde relativo ao alargamento da utilização da contratação pública electrónica na UE*. Disponível em linha: https://woc.uc.pt/fduc/getFile.do?tipo=2&id=7728.

COMISSÃO EUROPEIA (2009a). *Livro Branco – Modernização da Normalização das TIC na UE – O Caminho a Seguir*. Bruxelas. Documento de trabalho. [em linha]: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0324:FIN:PT:PDF.

COMISSÃO EUROPEIA (2009b). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Uma estratégia para a I&D e a Inovação no domínio das TIC na Europa: subir a parada*. Documento de Trabalho. [em linha]: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0116:FIN:PT:HTML.

COMISSÃO EUROPEIA (2009c). *The 2009 Report on R&D in ICT in the European Union. Documento de Trabalho*. [em linha]: http://ftp.jrc.es/EURdoc/JRC49951.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA (2008). *Comunicação ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Comunicação Sobre as Futuras Redes e a Internet*. Documento de trabalho. [em linha]: http://www.umic.pt/images/stories/com2008_0594pt01.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA (2006). *Livro Branco Sobre uma Política de Comunicação Europeia.* [em linha]: http://europa.eu/documents/comm/white_papers/pdf/com2006_35_pt.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA (2005a). *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Contributo da Comissão para o período de reflexão e para a fase posterior: Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate*. [em linha]: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0494:FIN:PT:PDF.

COMISSÃO EUROPEIA (2005b). *Communication to the Commission – Action Plan to Improve Communicating Europe by the Commission*. [em linha]: http://ec.europa.eu/dgs/communication/pdf/communication_com_en.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA (2005c). *Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – i2010 – Uma Sociedade da Informação Europeia para o Crescimento e para o Emprego*. Documento de trabalho. [em linha]: http://www.umic.pt/images/stories/publicacoes/com_229_i2010_pt.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA (2002). *Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões – eEurope 2005: Uma Sociedade da Informação para Todos*. Documento de trabalho. [em linha]: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0263:FIN:PT:PDF.

CONRAD, Maximillian (2005). "'Listen, Communicate, Go Local' – Event Publics and the Construction of a European Public Sphere". Conferência proferida no *CONNEX workshop on Democratic Accountability and Legitimacy In the EU*. Uppsala, December 1-2, 2005.

CONSELHO EUROPEU (2010). *Fertilização cruzada entre as iniciativas emblemáticas da estratégia Europa 2020 – "Uma Agenda Digital para a Europa" e "União da Inovação" – Conclusões do Conselho*. [em linha]: http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/10/st16/st16834.pt10.pdf.

CONSELHO EUROPEU (2003). *Council Resolution on the Implementation of the eEurope 2005 Action Plan*. Documento de Trabalho.

CONSELHO EUROPEU e COMISSÃO EUROPEIA (2000). *eEurope 2002: Uma Sociedade da Informação para Todos. Plano de Acção Preparado pelo Conselho e pela*

Comissão Europeia para o Conselho Europeu da Feira. Documento de trabalho. [em linha]: http://ec.europa.eu/information_society/eeurope/i2010/docs/2002/action_plan/actionplan_pt.pdf.

COULDRY, Nick (2003). "Digital Divide or discursive design?". *In* GAUNTLETT David (ed.) (2003). *Web.studies 2nd edition*. London. Arnold.

CREMADES, Javier (2007). *Micropoder – La Fuerza del Ciudadano en la Era Digital*. Madrid. Espasa Hoy.

CROMBEZ, Christophe, (2003). "The Democratic Deficit In the European Union - Much Ado about Nothing?". *European Union Politics. Volume 4 (1)*. pp. 101–120. London, Thousand Oaks CA, New Delhi. SAGE Publications.

CUNHA, Isabel Ferin e SANTANA, Fernanda Castilho (2011). "Inclusão Digital no Centro: Consumos e Práticas Estudantes". *In* PONTE, Cristina e AZEVEDO, José (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 19, Vol. 10, N.º 2 – Outono/Inverno 2011 – Inclusão e Participação Digital*, pp. 97-116. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

CUNHA, Paulo de Pitta e MORAIS, Luís Silva (org.) (2008). *A Europa e os Desafios do Século XXI*. Coimbra. Almedina.

CUNHA, Paulo de Pitta (2004). *Integração Europeia*. Coimbra. Almedina.

CUNHA, Paulo de Pitta (2003). *A Integração Europeia no Dobrar do Século*. Coimbra. Almedina.

CUNHA, Lúcio. "Europa: Diversidade Paisagística e Fronteiras Naturais em Movimento". *In* RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) (2004). *Ideias de Europa: Que Fronteiras?* Coimbra. Quarteto Editora.

DAHLBERG, Lincoln (2011). "Web 2.0 Divides: A Critical Political Economy". *In* Esteves, João Pissarra (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 18, Vol. 10, N.º 1 – Primavera/Verão 2011* – Digital Divides / *Fracturas Digitais*, pp. 11-30. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

DAHLGREN, Peter (2011). "As Culturas Cívicas e a Internet: Para uma Contextualização da Participação Política". *In* Esteves, João Pissarra (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 18, Vol. 10, N.º 1 –*

Primavera/Verão 2011 – Digital Divides / *Fracturas Digitais*, pp. 84-99. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

DAVIES, Todd e GANGADHARAN, Seeda P. (2009). *Online Deliberation: Design, Research, and Practice*. Stanford. Center for the Study of Language and Information – CSLI. [em linha]: http://odbook.stanford.edu/static/filedocument/2009/11/10/ODBook.Full.11.3.09.pdf.

DAVITER, Falk (2007). "Policy Framing in the European Union". *In Journal of European Public Policy 14:4 June 2007*. pp. 654–666. [em linha]: http://www.tandf.co.uk/journals/10.1080/13501760701314474. Taylor & Francis ISSN: 1466-4429.

DEFARGES, Philippe Moreau (2007). *Para Onde Vai a Europa?* Lisboa. Instituto Piaget.

DERTOUZOS, Michael (1996). *What Will Be: How the New World of Information Will Change Our Lives*. San Francisco. HarperSanFrancisco.

DESCARTES, René (1986). *Discurso do Método*. Mem Martins. Publicações Europa-América, Lda..

DIAS, João Pedro Simões (1995). *O Conselho Europeu e a Ideia da Europa*. Aveiro. Edições Fedrave.

DIMAGGIO, Paul, HARGITTAI, Eszter, NEUMAN, W. Russel e ROBINSON, John P. (2001). "Social Implications of the Internet". *Annual Review of Sociology, n.º 27*, pp. 307-336. [em linha]: http://webuse.org/p/a07.

DIMAGGIO, Paul, HARGITTAI, Eszter, CELESTE, Coral, SHAFER, Steven (2004). "From Unequal Access to Differentiated Use: A Literature Review and Agenda for Research on Digital Inequality". *In* NECKERMAN, Kathryn (ed.) (2004). *Social Inequality*. New York. Russell Sage Foundation, pp. 355-400. [em linha]: http://webuse.org/p/c05.

DIRINGER, David (1968). *A Escrita*. Lisboa. Editorial Verbo.

DOBRANSKY, Kerry e HARGITTAI, Eszter (2006). "The Disability Divide In Internet - Access and Use". *In Information, Communication and Society*. *9* (3), pp. 313-334. [em linha]: http://webuse.org/p/a18.

DOMBOS, Tamas, KRIZSAN, Andrea, VERLOO, Mieke, ZENTAI, Violetta (2012). *Critical Frame Analysis: A Comparative Methodology for the 'Quality In Gender+ Equality Policies' (QUING) project*. Budapest. Center for Policy Studies. Central European University.

DOUGLAS-COOPER, H. e KERR-JARNET, A. (1998). *XX – Memórias de um Século – A Primeira Grande Guerra – 1914-1918*. Lisboa. Selecções do Reader's Digest.

DREXLER, Eric (1993). *La Nanotecnologia – El Surgimiento de las Máquinas de Creación*. Barcelona. Gedisa Editorial.

DRUCKER, Peter (1993). *Post-Capitalist Society*. Oxford. Butterworth-Heinemann Ltd..

EISENSTEIN, Elizabeth L. (2005). *The Printing Revolution In Early Modern Europe*. New York. Cambridge University Press.

ENTMAN, Robert M. (1993). "Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm". *Journal of Communication 43(4), Autumn*. pp. 51-58.

EPSTEIN, Dimitry, NISBET, Erik C. e GILLESPIE, Tarleton (2011). "Who's Responsible for the Digital Divide? Public Perceptions and Policy Implications". *The Information Society: An International Journal, 27:2*, pp. 92-104. [em linha]: http://dx.doi.org/10.1080/01972243.2011.548695.

ESTEVES, João Pissarra (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 18, Vol. 10, N.º 1 – Primavera/Verão 2011 – Digital Divides / Fracturas Digitais*. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

ESTEVES, João Pissarra (2011). "Novos Media e Deliberação: Sobre Redes, Tecnologia, Informação e Comunicação". *In* Esteves, João Pissarra (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 18, Vol. 10, N.º 1 – Primavera/Verão 2011* – Digital Divides / *Fracturas Digitais*, pp. 31-45. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

EUROPE 2020 (2005). *Towards a "D for Democratisation" strategy Citizen*. [em linha]: http://www.europe2020.org/en/section_democrat/140605.htm.

FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean (1997). *The Coming of the Book*. London. Verso.

FERNANDES, José Pedro Teixeira (2012). *A Europa em Crise*. Vila do Conde. Quid Novi.

FERREIRA, Gil Baptista (2011). "Democracia Digital e Participação Política: O Acesso e a Igualdade na Deliberação Online". *In* Esteves, João Pissarra (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 18, Vol. 10, N.º 1 – Primavera/Verão 2011* – Digital Divides / *Fracturas Digitais*, pp. 46-61. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

FERREIRA, Gil Baptista (2009). *Comunicação, Media e Identidade – Intersubjectividade e Dinâmicas de Reconhecimento nas Sociedades Modernas*. Lisboa. Edições Colibri / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

FERREIRA, Gil Baptista (2008). "A Definição da Identidade Europeia. Comunicação, Memória e Cidadania". *In* Esteves, João Pissarra (org.) (2008). *Comunicação e Identidades Sociais*, pp. 83-102. Lisboa. Livros Horizonte

FIGUEIRA, António, PINTO António Costa e SANDE, Paulo Almeida (org.) (2003). *A União Europeia Revisitada*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.

FIGUEIREDO, Alexandre (no prelo). "Exclusão digital na Sociedade da Informação". *In Mátria XXI, n.º 2, Maio de 2013*, *Revista do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão*. Santarém. Centro de Investigação Professor Doutor Joaqui Veríssimo Serrão / Câmara Municipal de Santarém.

FIGUEIREDO, Alexandre (2012a). "Sociedade da Informação: Breves apontamentos históricos e conceituais". *In Mátria XXI, n.º 1, Dezembro de 2012*, *Revista do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão,* pp. 263-285. Santarém. Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão / Câmara Municipal de Santarém.

FIGUEIREDO, Alexandre (2011). "Online Deliberation: Design, Research, and Practice". *In* ESTEVES, João Pissarra (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 18, Vol. 10, N.º 1 – Primavera/Verão 2011 – Digital Divides / Fracturas Digitais*. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo. Em linha: http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/18recensao-2.pdf.

FIGUEIREDO, Alexandre (2012). "As Iniciativas Europeias em Matéria de Promoção da Sociedade da Informação". *In* APARÍCIO, Maria Irene e FIGUEIREDO,

Alexandre (eds.) (2012). *Artciencia.com, Revista de Arte, Ciência e Comunicação, Year VII, issue 16, May-November 2012*. [em linha]: http://www.artciencia.com/index.php/artciencia/article/view/62/238.

FIGUEIREDO, Alexandre (2006). *Pós-Humano: Redesenhando/Recriando o Corpo, Recombinando Elementos*. (Dissertação de Mestrado). [em linha]: http://www.artciencia.com/index.php/artciencia/article/view/16/27.

FISKE, John (2004). *Introdução ao Estudo da Comunicação*. Porto. Edições Asa.

FONTAINE, Pascal (1995). *A União Europeia*. Lisboa. Referência/Editorial Estampa.

FONTAINE, Pascal (2007). *A Europa em 12 Lições*. Luxemburgo. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

FREESE, Jeremy, RIVAS, Salvador e HARGITTAI, Eszter (2006). Cognitive ability and Internet use among older adults. In Poetics 34 (Journal of Empirical Research on Culture, the Media and the Arts) (2006). pp. 236–249. [em linha]: http://webuse.org/p/a19.

FOUCAULT, Michel (2003). *Vigiar e Punir*. Petrópolis. Editora Vozes.

FUCHS, Christian (2008). *Internet and Society – Social Theory in the Information Age*. New York. Routledge.

FULBROOK, Mary (2009). *A Europa desde 1945*. Porto. Fio da Palavra.

FUKUYAMA, Francis (2002). *O Nosso Futuro Pós-Humano – Consequências da Revolução Biotecnológica*. Lisboa. Quetzal Editores.

FURTADO, José Afonso (1995). *O Livro (O Que é?)*. Lisboa. Difusão Cultural.

GANITO, Carla (2011). "Mecanismos de Construção de Género na Inclusão e Participação Digital: O Caso do Telemóvel". *In* PONTE, Cristina e AZEVEDO, José (orgs.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 19, Vol. 10, N.º 2 – Outono/Inverno 2011 – Inclusão e Participação Digital*, pp. 81-96. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

GARNHAM, Nicholas (2011). "The Political Economy of Communication Revisited". *In* WASKO, Janet, MURDOCK, Graham, SOUSA, Helena (eds.) (2011). *The Handbook of Political Economy of Communications*. Chichester, West Sussex. Blackwell Publishing Ltd..

GATES III, William H. (1995). *The Road Ahead*. London. Penguin Group.

GONÇALVES, Maria Eduarda (2003). *Direito da Informação. Novos direitos e modos de regulação na sociedade da informação*. Coimbra. Almedina.

GONÇALVES, Pedro (2010, edição policopiada). *Sumários Desenvolvidos da Cadeira de Contratos Públicos*. Coimbra. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

GORJÃO-HENRIQUES, Miguel (2008a). *Manual de Direito Comunitário*. Coimbra. Almedina.

GORJÃO-HENRIQUES, Miguel (2008b). *Tratado de Lisboa*. Coimbra. Almedina.

GOUVEIA, José Bacelar de (2008). *Manual de Direito Internacional Público*. Coimbra. Almedina.

GRIMAL, Pierre (s/D.). *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Lisboa. Difel.

GUEDES, Fernando (Dir.) (2004). *A Enciclopédia – Volume 18*. Lisboa. Editorial Verbo.

GUNKEL, David J. (2003). "Second Thoughts Critics of the Digital Divide". *New Media & Society*, December 2003, vol. 5, pp. 499-522.

HABERMAS, Jürgen (2001). "Why Europe needs a Constitution". *New Left Review*, 11, pp. 3-26.

HALL, Edward T. (1986). *A Dimensão Oculta*. Lisboa. Relógio D' Água.

HARGITTAI, Eszter (2010). "Digital Na(t)ives? Variation in Internet Skills and Uses among Members of the ''Net Generation''". *In Sociological Inquiry. 80 (1)*, pp. 92-113. [em linha]: http://webuse.org/p/a29.

HARGITTAI, Eszter, FULLERTON, Lindsay, MENCHEN-TREVINO, Reicka, YASTES-THOMAS, Kristin (2010). "Trust Online: Young Adults' Evaluation of Web Content". *In International Journal of Communication 4 (2010)*, pp. 468-494. [em linha]: http://webuse.org/p/a30.

HARGITTAI Eszter e HINNANT, Amanda (2008). "Differences In Young Adults' Use of the Internet". *In Communication Research Volume 35 Number 5 - October 2008*, pp. 602-621. Sage Publications. [em linha]: http://webuse.org/p/a24.

HARGITTAI, Eszter (2008). “The Digital Reproduction of Inequality”. *In* Grusky, David (ed.) (2008). *In Social Stratification*, pp. 936-944. Westview Press. [em linha]: http://webuse.org/p/c11.

HARGITTAI, Eszter e WALEJKO Gina (2008). “The Participation Divide: Content Creation and Sharing In the Digital Age”. *In Information, Communication and Society 11 (2),* pp. 239-256. [em linha]: http://webuse.org/p/a23.

HARGITTAI, Eszter (2007). “A Framework for Studying Differences In People's Digital Media Uses”. *In* KUTSCHER Nadia e OTTO Hans-Uwe (eds.). *Cyberworld Unlimited*. VS Verlag fr Sozialwissenschaften/GWV Fachverlage GmbH, pp. 121-137. [em linha]: http://webuse.org/p/c08.

HARGITTAI, Eszter e SHAFER, Steven (2006). “Differences In Actual and Perceived Online Skills: The Role of Gender”. *In Social Science Quarterly, 87 (2),* pp. 432-448. [em linha]: http://webuse.org/p/a17.

HARGITTAI, Eszter (2005). “Survey Measures of Web-Oriented Digital Literacy”. *In Social Science Computer Review, Vol. 23 No. 3, Fall 2005*, pp. 371-379. Sage Publications. [em linha]: http://webuse.org/p/a15.

HARGITTAI, Eszter (2004). “Internet access and use In context”. *In New Media & Society – Vol. 6 (1),* pp. 137-143. London, Thousand Oaks, CA e New Delhi. SAGE Publications. [em linha]: http://webuse.org/p/a12.

HARGITTAI, Eszter (2003). “The Digital Divide and What to Do About It”. *In* JONES, D. C. (ed.). (2003) *New Economy Handbook*. San Diego, CA. Academic Press, pp. 822-841. [em linha]: http://webuse.org/p/c04.

HARGITTAI, Eszter (2002). “Second-Level Digital Divide: Differences in People's Online Skills”. *In First Monday, Volume 7, Number 4 - 1 April 2002*. [em linha]: http://webuse.org/p/a08.

HASSAN, Robert (2004). *Media, Politics and the Networked Society*. Berkshire. Open University Press.

HAYLES, Katherine (1999). *How We Became Post Human: Virtual Bodies in Cybernetics, Literature, and Informatics*. Chicago. The Chicago University Press.

HEIDEGGER, Martin (1995). *Língua de Tradição e Língua Técnica*. Lisboa. Vega.

HEIDEGGER, Martin (1954). *La Question de la Technique. Extraits de essais et conférences*. Paris. Gallimard, pp. 9-48.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles (2003). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa. Temas e Debates.

HOHLFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz C., FRANÇA, Vera Veiga (orgs.) (2001). *Teorias da Comunicação – Conceitos, escolas e tendências*. Petropólis. Editora Vozes.

HOPPE, Robert (2006). "Applied Cultural Theory: Tool for Policy Analysis". *In* FISCHER, Frank, MILLER, Gerald J., SIDNEY, Mara S. (2006). *Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Methods, and Politics*. New York. Marcel Dekke.

IDATE (2011). *Digiworld Yearbook 2011*. Montpellier. IDATE. [em linha]: http://www.idate.org/en/Digiworld-store/Collection/DigiWorld-Yearbook_9/DigiWorld-Yearbook-2011_550.html.

IDATE (2010). *Digiworld Yearbook 2010*. Montpellier. IDATE. [em linha]: http://www.idate.org/en/Digiworld-store/DigiWorld-Yearbook-2010_476.html.

INGLIS, Fred (1993). *A Teoria dos Media*. Lisboa. Vega.

JEANNENEY, Jean-Noël (2003). *Uma História da Comunicação Social*. Lisboa. Terramar.

JESUS, Alfredo Sousa de (2006). *Cronologia – Uma Europa para todos*. s/l.. Grupo Europeu do PSD.

JONAS, Hans (1994). *Ética, Medicina e Técnica*. Lisboa. Vega.

JUDT, Tony (2012). *Uma Grande Ilusão? – Um Ensaio sobre a Europa*. Lisboa. Edições 70.

JUNQUEIRO, Raúl (2002). *A Idade do Conhecimento – A Nova Era Digital*. Lisboa. Editorial Notícias.

JUSTO, António Santos (2005). *Nótulas de História do Pensamento Jurídico* (História do Direito). Coimbra. Coimbra Editora.

KAISER, Wolfram, LEUCHT, Brigitte e RASMUSSEN, Michael (2009). *The History of the European Union – Origins of a trans- and supranational policy – 1950-72*. New York. Routledge.

KAKU, Michio (2006). *Visões*. Lisboa. Bizâncio.

KERCKHOVE, Derrick de (1997). *A Pele da Cultura*. Lisboa. Relógio D'Água.

LAGE, Maria Campos e GODOY, Arilda Schmidt (2008). "O Uso do Computador na Análise de Dados Qualitativos: Questões Emergentes". *In RAM – Revista de Administração Mackenzie, Volume 9, n. 4, Edição especial*, pp. 75-98. São Paulo. Universidade Presbiterana Mckenzie.

LA METTRIE, Julien Offray de (1982). *O Homem-Máquina*. Lisboa. Editorial Estampa.

LASH, Scott (2002). *Critique of Information*. London. Sage Publications.

LAVINGTON, Simon H. (1980). *Early British Computers - The Story of Vintage Computers and the People Who Built Them*. Manchester. Manchester University Press. [em linha]: http://www.ed-thelen.org/comp-hist/EarlyBritish.html.

LEADBEATER, Charles (2000). *Living on Thin Air: The New Economy*. London. Penguin Books Ltd..

LE GOFF, Jacques (1985). *Os Intelectuais na Idade Média*. Lisboa. Gradiva.

LE GOFF, Jacques (s/ D.). *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. Lisboa. Gradiva.

LEITÃO, Augusto Rogério (2005). *Comunidade Europeia*. Coimbra. Coimbra Editora.

LEMOS, André (1998). *O Imaginário da Cibercultura*. [em linha]: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04_07.pdf.

LEROI-GOURHAN, André (1990). *O Gesto e a Palavra 1 – Técnica e Linguagem*. Lisboa. Edições 70.

LÉVY, Pierre (2003). *Ciberdemocracia*. Lisboa. Instituto Piaget.

LOBO, Marina Costa (2005). "Atitudes dos Portugueses perante a UE", *In* Sebastián Royo (org.), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais. pp. 130-160.

LOURENÇO, Eduardo (2005). *A Europa Desencantada – Para Uma Mitologia Europeia*. Lisboa. Gradiva.

LUHMANN, Niklas (2001). *A Improbabilidade da Comunicação*. Lisboa. Vega.

MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes (2006). *Direito Internacional – Do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro*. Coimbra. Coimbra Editora.

MALIK, Suhail (2005). "Information and Knowledge". *In Theory, Culture & Society 22*, pp. 29– 49.

MAQUIAVEL, Nicolao (2003). *O Príncipe*. Queluz. Coisas de Ler Edições.

MARQUES, Alfredo (2006). *Economia da União Europeia*. Coimbra. Almedina.

MARTIN, Bill (2004). *Information Society Revisited: From Vision to Reality.* Sage. [em linha]: http://jis.sagepub.com/content/31/1/4.

MARTÍNEZ, Constantino Falcón, FÉRNANDEZ-GALIANO Emilio e MELERO, Raquel López (1997). *Dicionário de Mitologia Clássica*. Lisboa. Editorial Presença.

MARTINS, A. G. Lourenço, MARQUES, J. A. Garcia, DIAS, P. Simões, (2004). *Cyberlaw em Portugal. O direito das tecnologias da informação e da comunicação*. Famalicão e Lisboa: Centro Atlântico.

MARTINS, Ana Isabel, LECHELER, Sophie e DE VREESE, Claes H. (2012). "Information Flow and Communication Deficit: Perceptions of Brussels-Based Correspondents and EU Officials". *In European Integration Vol. 34, No. 4, June 2012,* pp. 305–322. [em linha]: http://dx.doi.org/10.1080/07036337.2011.584345.

MARTINS, Ana Isabel (2010). *A Europa e os Media – Os Referendos à Constituição Europeia na Imprensa de Referência*. Lisboa. Livros Horizonte.

MARTINS, Ana Isabel (2007). *Da Constituição para a Europa à Europa da Constituição: a construção do espaço público na imprensa de referência europeia*. (Dissertação de Mestrado em Estudos sobre a Europa – "A Europa: as Visões do Outro", apresentada à FLUC). Coimbra. Ed. Policopiada.

MARTINS, Guilherme de Oliveira (2005). “Cidadania e Construção Europeia”. *In* SOROMENHO-MARQUES, Viriato (coord.). *Cidadania e Construção Europeia*. Lisboa. Ideias e Rumos.

MARTINS, Guilherme de Oliveira (2003). “Da Comunidade Europeia à Constituição Europeia”. *In* MARTINS, Guilherme de Oliveira (coord.) (2003). *Europa, Portugal e a Constituição Europeia*. Lisboa. Edições Colibri, Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MATTELART, Armand (2011). “New International Debates on Culture, Information, and Communication”. *In* WASKO, Janet, MURDOCK, Graham, SOUSA, Helena (eds.) (2011). *The Handbook of Political Economy of Communications*. Chichester, West Sussex. Blackwell Publishing Ltd..

MATTELART, Armand (2002). *Historia de la sociedad de la información*. Barcelona. Paidós.

MATTELART, Armand (1999). *A Mundialização da Comunicação*. Lisboa. Instituto Piaget.

MATTELART, Armand (1996). *A Invenção da Comunicação*. Lisboa. Instituto Piaget.

MAY, Christopher (Ed.), (2003). *Key Thinkers for the Information Society.* London. Routledge.

McLUHAN, Marshall (1977a). *La Galaxie Gutenberg 1*. s./l.. Gallimard.

McLUHAN, Marshall (1977b). *La Galaxie Gutenberg 2*. s./l.. Gallimard.

McLUHAN, Marshall e FIORE, Quentin (2001). *The Medium is the Massage*. Corte Madera. Gingko Press.

McMURTRIE, Douglas C. (1997) *O Livro: Impressão e Fabrico*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

MESQUITA, Miguel (2010). *Código de Processo Civil*. Coimbra. Almedina.

MISA, Thomas J. e SCHOT, Johan (2005). “Introduction”. *In History and Technology, Vol. 21,* pp. 1-19. [em linha]: http://dx.doi.org/10.1080/07341510500037487.

MIRANDA, José Augusto Bragança de (2002). "Discurso Inaugural – A Cultura das Redes". *In* MARCOS, Maria Lucília e MIRANDA, José Augusto Bragança de (orgs.) (2002). *Revista de Comunicação e Linguagens - A Cultura das Redes*. Junho de 2002. Número Extra. Lisboa. Relógio D' Água.

MITCHELL, G. Duncan (1998). *Novo Dicionário de Sociologia*. Lisboa. Rés Formalpress.

MITCHELL, William (1999). *The City of Bits – Space, Place and the Infobahn*. Cambridge, Massachusetts. The MIT Press.

MONGIARDIM, Maria Regina (2004). *O Alargamento da União Europeia – Novos Vizinhos*. Lisboa. Prefácio.

MONTEIRO, Manuel (s/d.). *Viva Portugal – Uma Nova Ideia da Europa*. Mem Martins. Publicações Europa-América.

MONTEIRO, Manuel e FERREIRA, Jorge (1998). *Tratado de Amesterdão*. Lisboa. Cosmos.

MORAVCSIK, Andrew (2002). "In Defence of the 'Democratic Deficit': Reassessing Legitimacy in the European Union". *In JCMS, Volume 40, Number 4*, pp. 603-624. University Association for Contemporary European Studies. [em linha]: http://eu.wiley.com/WileyCDA/WileyTitle/productCd-JCMS.html.

MORAVEC. Hans (1992). *Homens e Robots – O Futuro da Inteligência Humana e Robótica*. Lisboa. Gradiva.

MORUS, Thomas (2010). *Utopia*. Oeiras. Ad Astra Et Ultra.

MOREIRA, Adriano (2004). *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

MORIN, Edgar (2007). *Cultura e Barbárie Europeias*. Lisboa. Instituto Piaget.

MOVIMENTO FEDERALISTA EUROPEO (2001). *The Federalist*, Volume 43. EDIF. [em linha]: http://www.thefederalist.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=570&lang=en.

NAVARRO, Francesc (2005a). *História Universal, Volume 6 – Roma*. Lisboa. Editorial Salvat.

NAVARRO, Francesc (2005b). *História Universal*, *Volume 9 – A Expansão Muçulmana*. Lisboa. Editorial Salvat.

NAVARRO, Francesc (2005d). *História Universal, Volume 11 – Baixa Idade Média e Renascimento*. Lisboa. Editorial Salvat.

NAVARRO, Francesc (2005c). *História Universal, Volume 13 – A Era dos Descobrimentos Europeus. As Lutas de Religião*. Lisboa. Editorial Salvat.

NAVARRO, Francesc (2005e). *História Universal*, *Volume 15 – As Mudanças da Idade Moderna*. Lisboa. Editorial Salvat.

NAVARRO, Francesc (2005f). *História Universal, Volume 17 – O Século XIX na Europa e na América do Norte*. Lisboa. Editorial Salvat.

NAVARRO, Francesc (2005g). *História Universal*, *Volume 19 – As Guerras Mundiais*. Lisboa. Editorial Salvat.

NEGROPONTE, Nicholas (1995). *El Mondo Digital (Being Digital)*. Barcelona. Ediciones B., S.A..

NORRIS, Pippa (2001). *Digital Divide – Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide*. Cambridge. Cambridge University Press.

NOVAIS, Rui Alexandre e MARTINHO, Joana Caldeira (2011). "As "Molduras" do Magalhães Media vs. Spin Governamental". *In* PONTE, Cristina e AZEVEDO, José (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 19, Vol. 10, N.º 2 – Outono/Inverno 2011 – Inclusão e Participação Digital*, pp. 145-156. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

NUNES, António José Avelãs (2006). *Economia Política – Introdução à História da Ciência Económica e do Pensamento Económico*. Coimbra. Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra.

OBERCOM (2012). *A Sociedade em Rede em Portugal 2012 – A Internet em Portugal*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=sociedadeRede2012.pdf.

OBERCOM (2011). *Anuário da Comunicação 2010/2011*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/content/786.np3.

OBERCOM (2010). *Anuário da Comunicação 2009/2010*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/content/744.np3.

OBERCOM (2010). *A Utilização da Internet em Portugal 2010*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/content/688.np3.

OBERCOM (2010). *Nativos digitais portugueses: Idade, experiência e esferas de utilização das TIC*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/content/677.np3.

OBERCOM (2010). *Europe's Digital Competitiveness Report 2010*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/client/?newsId=515&fileName=5m3_15.pdf.

OBERCOM (2009). *A Internet em Portugal 2009*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/content/641.np3.

OBERCOM (2008). *A Internet em Portugal (2003-2007)*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/content/468.np3.

OBERCOM (2008). *Web 1.5 - As redes de sociabilidades entre o email e a Web 2.0*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/content/479.np3.

OBERCOM (2008). *Bloguers e Blogosfera .pt*. Lisboa. Obercom. Disponível [em linha]: http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_marco_2008.pdf.

OBERCOM (2008). *A Sociedade em Rede em Portugal 2008 – Internet*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=fr_sr_2008.pdf.

OBERCOM (2007). *Banca Digital: Do Multibanco ao Homebanking*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_julho_2007.pdf.

OBERCOM (2006). *SMS: uma forma diferente de comunicação no Natal*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_dezembro_2006.pdf.

OCDE (2005). *OECD Guide to Measuring the Information Society, 2005*. OECD Publishing. [em linha]: www.oecd.org/dataoecd/41/12/36177203.pdf.

OCDE (2009). *OECD Guide to Measuring the Information Society, 2009*. OECD Publishing. [em linha]: www.oecd.org/dataoecd/25/52/43281062.pdf.

OCDE (2011). *OECD Guide to Measuring the Information Society, 2011.* OECD Publishing. [em linha]: http://dx.doi.org/10.1787/10.1787/9789264113541-en.

OS, Renée van, JANKOWSKI, Nicholas W. e VERGEER, Maurice (2007). "Political Communication About Europe on the Internet During the 2004 European Parliament Election Campaign in Nine EU Member States". *In European Societies, 9:5*, pp. 755-775. London. Routledge. [em linha]: http://dx.doi.org/10.1080/14616690701412871.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha (2005). *Hélade*. Porto. Edições Asa.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha (1997). "Les Fondements Classiques de l'Idée Européene ». *In Hvmanitas XLIX*, pp. 25-39. Coimbra. [em linha]: http://www1.ci.uc.pt/eclassicos/bd_pdfs_hum/31/art_2_les_fondements_classiques_de_lidee_europeenne.pdf.

PÉREZ-BUSTAMANTE, Rogelio e COLSA, Juan Manuel Urubu (2004). *História da União Europeia*. Coimbra. Coimbra Editora.

PETERS, Vincent e WESTER, Fred (2007). "How Qualitative Data Analysis Software may Support the Qualitative Analysis Process". *In Quality & Quantity (2007), 41*. pp. 635–659. Springer Science & Business Media B.V.

PETERS, Bernhard (2004). "Ach Europa". *In Eurozine*. [em linha]: http://www.eurozine.com/pdf/2004-06-21-peters-en.pdf.

PINHEIRO, Paula Moura (ed.) (2006). *Portugal no Futuro da Europa*. Lisboa. Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu e Representação da Comissão Europeia em Portugal.

PINTÉR, Róbert (Ed.), (2008). *Information Society – From Theory to Political Practice*. Budapest. Gondolat – Új Mandátum.

PINTO, António Costa e TEIXEIRA, Nuno Severiano (orgs.) (2005). *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.

PIRES, Francisco Lucas (1993). *Europa*. Lisboa. Difusão Cultural.

PLATÃO (2001). *A República*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

PLATÃO (2000). *Fedro*. Lisboa. Guimarães Editores.

PONTE, Cristina e AZEVEDO, José (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 19, Vol. 10, N.º 2 – Outono/Inverno 2011 – Inclusão e Participação Digital*. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

PONTE, Cristina e AZEVEDO, José (2011). "Inclusão e Participação Digital: Desafios de um Projecto de Investigação". *In* PONTE, Cristina e AZEVEDO, José (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 19, Vol. 10, N.º 2 – Outono/Inverno 2011 – Inclusão e Participação Digital*, pp. 9-14. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

PONTE, Cristina (2011). "A Rede de Espaços Internet - Entre Paradoxos e Desafios da Paisagem Digital". *In* PONTE, Cristina e AZEVEDO, José (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 19, Vol. 10, N.º 2 – Outono/Inverno 2011 – Inclusão e Participação Digital*, pp. 39-58. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

PORTO, Manuel Carlos Lopes (2001). *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*. Coimbra. Almedina.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2000). *Os Cidadãos e a Sociedade de Informação*. Lisboa. INCM.

QUEIROZ, Eça de (s/d.). *A Cidade e as Serras*. Lisboa. Livros do Brasil.

QUELHAS, José Manuel, LAVOURAS, Maria Matilde, FONSECA, Hugo Duarte (2006). *Legislação de Finanças Públicas de Portugal e da União Europeia*. Coimbra. Almedina.

QUICO, Célia. (2005). *Acessibilidade e Televisão Digital e Interactiva: o caso particular do serviço de Áudio-Descrição destinado a pessoas invisuais ou com deficiências visuais graves*. [em linha]: http://www.acesso.umic.pt/tv/quico_audiodesc_05.pdf.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso (1996). *História da Imprensa*. Lisboa. Planeta Editora.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.

RAMOS, Rui Manuel Moura (2004). "A Cidadania da União Europeia". *In* RIBEIRO, M. M. T. (coord.). *Ideias de Europa: Que Fronteiras?* Coimbra. Quarteto Editora.

RÄSÄNEN, Pekka (2006). “Information Society for All? – Structural characteristics of internet use in 15 European countries”. *European Societies*, *nº 8, Vol. I,* pp. 59-81.

REBORDÃO, Manuela (2005). *Os Desafios da União Europeia na Actualidade*. Porto. Vida Económica.

REICH, Robert (1992). *The Work of Nations: Preparing Ourselves for 21st Century Capitalism*. New York. Vintage Books.

REIN, Martin e SCHÖN, Donald A. (1993). “Reframing policy discourse”. *In* FISCHER, Frank e FORESTER John, (eds.). *The argumentative turn In policy analysis and planning*, pp. 145-166. Durham, NC. Duke University Press.

RHEINGOLD, Howard (1993). *The Virtual Community*. [em linha]: http://www.rheingold.com/vc/book/intro.html.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, MELO, António Moreira Barbosa de, PORTO, Manuel Carlos Lopes (orgs.) (2003). *Portugal e a Construção Europeia*. Coimbra. Almedina.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (2003). *A Ideia de Europa – Uma Perspectiva Histórica*. Coimbra. Quarteto Editora.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) (2002). *Olhares sobre a Europa*. Coimbra. Quarteto Editora.

RISSE, Thomas, (ed.) (2003), *Identities In Europe and the Institutions of the European Union*. Lanham MD. Rowman & Littlefield.

ROBERTS, J. M. (1996). *Breve História do Mundo – Volume I*. Lisboa. Editorial Presença.

ROBERTS, J. M. (1997a). *Breve História do Mundo – Volume II*. Lisboa. Editorial Presença.

ROBERTS, J. M. (1997b). *Breve História do Mundo – Volume III*. Lisboa. Editorial Presença.

ROBERTS, J. M. (1997c). *Breve História do Mundo – Volume IV*. Lisboa. Editorial Presença.

ROBBIN, Alice e COURTRIGHT, Christina (2002). *Deconstructing the Digital Divide In the United States: An Interpretive Policy Analytic Perspective*. School of Library and Information Science (SLIS) Indiana University-Bloomington. Documento de Trabalho: SLISWP-03-03.

ROBINS, Kevin e WEBSTER Frank (2005). *Times of the Tecnoculture*. London. Routledge.

ROBINSON, John P., DIMAGGIO, Paul e HARGITTAI, Eszter (2003). "New Social Survey Perspectives on the Digital Divide". *In IT&Society, Volume 1, Issue 5, Summer 2003*, pp. 1-22. [em linha]: http://webuse.org/p/a11.

ROCHA, Isabel (coord.) (2002). *Tratados: de Nice, de Amesterdão, da União Europeia, da Comunidade Europeia (CE), da Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA), Acto Único*. Porto. Porto Editora.

RODRIGUES, Adriano Duarte (s/d.). *O Campo dos Media*. Lisboa. Vega.

ROJAS, Viviana, STRAUBHAAR, Joseph, SPENCE, Jeremiah, ROYCHOWDHURY, Debasmita, Olzem Okur, Juan Pinon, FUENTES-BAUTISTA, Martha (2011). "Comunidades, Capital Cultural, e Inclusão Digital: Acompanhando as Tendências Tecnológicas numa Década". *In* PONTE, Cristina e AZEVEDO, José (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 19, Vol. 10, N.º 2 – Outono/Inverno 2011 – Inclusão e Participação Digital*, pp.15-37. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

ROSA, Paulo (2011). "Information and Communication Technologies, Active Public Participation and the Democratic Digital Divide". *In* Esteves, João Pissarra (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 18, Vol. 10, N.º 1 – Primavera/Verão 2011* – Digital Divides / *Fracturas Digitais,* pp. 126-133. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (2010). *O Contrato Social*. Oeiras. Ad Astra Et Ultra, S.A..

RUSS, Jacqueline (1997). *A Aventura do Pensamento Europeu*. Lisboa. Terramar.

SAGAN, Carl (1998). *Biliões e Biliões*. Lisboa. Gradiva.

SALGADO, Susana (2011). "O Digital Entre os Muitos Divides de África". *In* Esteves, João Pissarra (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 18, Vol. 10, N.º 1 – Primavera/Verão 2011 – Digital Divides / Fracturas Digitais*, pp. 100-111. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

SANDE, Paulo de Almeida (1994). *Fundamentos da União Europeia*. Lisboa. Cosmos.

SANZ, Alberto e SÁNCHEZ-SIERRA, Ana, (2005). *Las elecciones generales de 2004 en España: política exterior, estilo de gobierno y movilización. Madrid. Facultad de Derecho Universidad Autónoma de Madrid*. [em linha]: http://portal.uam.es/portal/page/portal/UAM_ORGANIZATIVO/Departamentos/CienciaPoliticaRelacionesInternacionales/publicaciones%20en%20red/working_papers/archivos/48_2005.pdf.

SAPERAS, Enric (1993). *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*. Porto. Edições Asa.

SCHILLER, Dan (2002). *A Globalização e as Novas Tecnologias*. Lisboa. Editorial Presença.

SCHLESINGER, Philip (1999). "Changing Spaces of Political Communication: the case of the European Union". *Political Communication, 16*, pp. 263-279.

SCHOT, Johan e OLDENZIEL, Ruth (2005). *Inventing Europe – Technology and the Making of Europe from 1850 to the Present*. [em linha]: www.informaworld.com/index/713643059.pdf.

SERVAES, Jan (Ed.), (2003). *The European Information Society – A Reality Check*. Bristol. Intellect.

SFEZ, Lucien (s/d.). *A Comunicação*. Lisboa. Instituto Piaget.

SHENK, David (1997). *Data Smog: Surviving the Information Glut*. New York. HarperCollins Publishers.

SILVA, António Martins (2010). *História da Unificação Europeia - A Integração Comunitária (1945-2010)*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra.

SILVA, António Martins (2003). "Portugal e a Ideia Federal Europeia". *In* RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, MELO, António Moreira Barbosa, PORTO, Manuel Carlos Lopes (org.). *Portugal e a Construção Europeia*. Coimbra. Almedina.

SILVA, António Martins (2001). "A Ideia dos Estados Unidos da Europa: Ecos na Opinião Pública Portuguesa". *In Revista de História da Sociedade e da Cultura*, *n.º 1*, pp. 135-167.

SILVEIRINHA, Maria João (2011). "Mulheres, Tecnologia e Comunicação: Para Além das Receitas". *In* Esteves, João Pissarra (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 18, Vol. 10, N.º 1 – Primavera/Verão 2011* – Digital Divides / *Fracturas Digitais*, pp. 62-83. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

SILVEIRINHA, Maria João (2007). "Organizing Experience: The Launch of the European Currency In the Portuguese Press". *South European Society & Politics Vol. 12, No. 1, March 2007*, pp. 23–38. 2007. Oxon. Routledge.

SILVEIRINHA, Maria João (2004). *Identidades, Media e Política – O Espaço Comunicacional nas Democracias Liberais*. Lisboa. Livros Horizonte.

SILVEIRINHA, Maria João e PONTE, Cristina (orgs.) (2007). *Moeda e Comunicação – A Representação Mediática do €uro*. Lisboa. Livros Horizonte.

SOARES, António Goucha (2009). *O Tratado de Roma: A "Relíquia" da Construção Europeia*. [em linha]: http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1014/1/WP39.net.pdf.

SOARES, António Goucha (2006). *A União Europeia*. Coimbra. Almedina.

SOARES, Andreia Mendes (2005). *União Europeia: Que Modelo Político?* Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (coord.) (2005). *Cidadania e Construção Europeia*. Lisboa. Ideias e Rumos.

SOULIER, Gérard (1997). *A Europa – História, Civilizações, Instituições*. Lisboa. Instituto Piaget.

SOUSA, Helena (2005). "Políticas da Comunicação no novo milénio: Crises, Impasses e Fracturas". *Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade* – Universidade do Minho. Disponível em linha: http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3879.

SOUZA, Francislê Neri de, COSTA António Pedro, MOREIRA, António (2011). "Questionamento no Processo de Análise de Dados Qualitativos com apoio do software WebQDA / Questioning for the Qualitative Data Analysis Process supported by WebQDA software". *In EDUSER: revista de educação, Vol 3 (1), 2011 Inovação na Educação com TIC*, pp. 19-31. Bragança. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança. Eduser: http://www.eduser.ipb.pt.

SPENGLER, Oswald (1993). *O Homem e a Técnica*. Lisboa. Guimarães Editores.

STEINER, George (2007). *A Ideia de Europa*. Lisboa. Gradiva.

STEWART, Concetta M., GIL-EGUI, Gisela, TIAN, Yan e PILEGGI, Mairi Innes (2006). "Framing the digital divide: a comparison of US and EU policy approaches". *New Media Society 2006 8: 731*. [em linha]: http://nms.sagepub.com/content/8/5/731.

TELO, António José (coord) (1996). *O Fim da Guerra Mundial e os Novos Rumos da Europa*. Lisboa. Edições Cosmos.

TERRA, Ana Lúcia Silva (2008). As políticas de informação e de comunicação da União Europeia: uma leitura diacrónica e exploratória no âmbito da Ciência da Informação (Dissertação de Doutoramento submetida à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [em linha]: http://hdl.handle.net/10316/11215.

TIBON-CORNILLOT, Michel (1997). *Os Corpos Transfigurados – Mecanização do Vivo e Imaginário da Biologia*. Lisboa. Instituto Piaget.

TOFFLER, Alvin (1980). *The Third Wave – The Classic Study of Tomorrow*. New York. Bantam Books.

TSATSOU, Panayiota (2011). "Digital Divides Revisited: what is new about divides and their research?". *In Media, Culture & Society*. *March 2011 33*, pp. 317-331. [em linha]: http://www.sciencedirect.com/science/journal/0160791X/33/1-2.

TURKLE, Sherry (2012). *Connected, but alone? Conferência na TED (Technology, Entertainment, Design)*. Long Beach, Palm Springs e Edinburgh. Vídeo [em linha]: http://www.ted.com/talks/sherry_turkle_alone_together.html?awesm=on.ted.com_c1Pd.

TURKLE, Sherry (1989). *O Segundo Eu – Os Computadores e o Espírito Humano*. Lisboa. Editorial Presença.

UNIÃO EUROPEIA (2010). *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. Bruxelas. Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

VAICBOURDT, Nicolas. "Les Ambitions Américaines pour l'Europe, 1945-1960". *In* BOUSSAT, Gérard & VAICBOURDT, Nicolas, (eds.) (2001). *États-Unis, Europe, et Union Européenne – Histoire et avenir d'un partenariat difficile (1945-1999) / The United States, Europe and the European Union – Uneasy Partnership (1945-1999)*. Brussels. Peter Lang S.A.. pp. 17-49.

VAN DER VLEUTEN, Erik e KAIJSER, Arne (2005). "Networking Europe". *In History and Technology, Vol. 21*, pp. 21-48. [em linha]: http://dx.doi.org/10.1080/07341510500037495.

VERHOFSTADT, Guy (2006). *Os Estados Unidos da Europa*. Lisboa. Gradiva.

VICENTE, Paulo Nuno (2011). "Entre Átomos e Bits: Repensando a Capacidade Analítica da Divisão Digital". *In* Esteves, João Pissarra (org.) (2011). *Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 18, Vol. 10, N.º 1 – Primavera/Verão 2011* – Digital Divides / *Fracturas Digitais*, pp. 112-125. Lisboa. Centro de Investigação Media e Jornalismo.

VICENTE, Dário Moura (2005) *Problemática Internacional da Sociedade da Informação*. Coimbra. Almedina.

VIRILIO, Paul (1993). *A Inércia Polar*. Lisboa. Publicações Dom Quixote.

WASKO, Janet, MURDOCK, Graham, SOUSA, Helena (eds.) (2011). *The Handbook of Political Economy of Communications*. Chichester, West Sussex. Blackwell Publishing Ltd..

WEAVER, Warren (1971). "The Mathematics of Comunication". *In* COHN, G. (Org.) *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo. Companhia Editora Nacional.

WEBSTER, Frank (2002). *Theories of the Information Society – Second Edition*. London. Routledge.

WEYDERT, Jean e BÉROUD, Sophie (2002). *O Futuro da Europa*. Porto. Âmbar.

WIENER, Norbert (1978). *Cibernética e Sociedade — O Uso Humano de Seres Humanos*. São Paulo. Editora Cultrix.

WINSTON, Brian (2007). “Let Them Eat Laptops: The Limits of Technicism”. *In International Journal of Communication 1 (2007)*, pp. 170-176. Disponível em linha: http://ijoc.org.

WOLF, Mauro (1995). *Teorias da Comunicação*. Lisboa. Editorial Presença.

WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY (2003). *Geneva Declaration of Principles.* [em linha]: http://www.itu.int/wsis/documents/doc_multi.asp?lang=en&id=1161|0.

WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY (2003). *Geneva Plan of Action.* [em linha]: http://www.itu.int/wsis/documents/doc_multi.asp?lang=en&id=1160|0.

WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY (2005). *Tunis Agenda for the Information Society.* [em linha]: http://www.itu.int/wsis/documents/doc_multi.asp?lang=en&id=2267|0.

WRIGHT, Esmond (1982a). *História Universal – Volume III*. Lisboa. Publicit Editora.

WRIGHT, Esmond (1982b). *História Universal – Volume II*. Lisboa. Publicit Editora.

WRIGHT, Esmond (1982c). *História Universal – Volume IV*. Lisboa. Publicit Editora.

WRIGHT, Esmond (1982d). *História Universal – Volume V*. Lisboa. Publicit Editora.

WRIGHT, Esmond (1982e). *História Universal – Volume VI*. Lisboa. Publicit Editora.

WYATT, Sally, HENWOOD, Flis, MILLER, Nod, SENKER, Peter (s/ D.). *Technology and In/equality – Questioning the Information Society*. New York. Routledge.

ZARTARIAN, Vahé e NOËL, Emile (2002). *Cibermundos – Para Onde nos Levas Big Brother?*. Porto. Âmbar.

ZILLIEN, Nicole e HARGITTAI, Eszter (2009). “Digital Distinction: Status-Specific Types of Internet Usage”. *In Social Science Quarterly*, *Volume 90, Number 2, June 2009*, pp. 274-291. [em linha]: http://webuse.org/p/a26.

Fontes

ÁLVARES, Pedro (2009). *O Tratado de Lisboa e o Futuro da Europa*. s/l. Comissão Europeia.

BARROSO, José Manuel Durão (2012). *Discurso sobre o estado da União de 2012*. Disponível [em linha]: http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/12/596&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en.

BORCHARDT, Klaus-Dieter (1999). *O ABC do Direito Comunitário*. [em linha]: http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_documentation/02/txt_pt.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA (2010a). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões -*

Uma Agenda Digital para a Europa. Bruxelas. Documento de Trabalho. [em linha]: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0245:FIN:PT:PDF.

COMISSÃO EUROPEIA (2010b). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee And the Committee of the Regions – Europe 2020 Flagship Initiative Innovation Union*. Documento de Trabalho. [em linha]: http://www.umic.pt/images/stories/publicacoes3/innovation-union-communication_en.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA (2010c). *Livro Verde relativo ao alargamento da utilização da contratação pública electrónica na UE*. Disponível em linha: https://woc.uc.pt/fduc/getFile.do?tipo=2&id=7728.

COMISSÃO EUROPEIA (2009a). *Livro Branco – Modernização da Normalização das TIC na UE – O Caminho a Seguir*. Bruxelas. Documento de trabalho. [em linha]: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0324:FIN:PT:PDF.

COMISSÃO EUROPEIA (2009b). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Uma estratégia para a I&D e a Inovação no domínio das TIC na Europa: subir a parada*. Documento de Trabalho. [em linha]: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0116:FIN:PT:HTML.

COMISSÃO EUROPEIA (2009c). *The 2009 Report on R&D in ICT in the European Union. Documento de Trabalho*. [em linha]: http://ftp.jrc.es/EURdoc/JRC49951.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA (2008). *Comunicação ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Comunicação Sobre as Futuras Redes e a Internet*. Documento de trabalho. [em linha]: http://www.umic.pt/images/stories/com2008_0594pt01.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA (2006). *Livro Branco Sobre uma Política de Comunicação Europeia.* [em linha]: http://europa.eu/documents/comm/white_papers/pdf/com2006_35_pt.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA (2005a). *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Contributo da Comissão para o período de reflexão e para a fase posterior: Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate*. [em linha]: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0494:FIN:PT:PDF.

COMISSÃO EUROPEIA (2005b). *Communication to the Commission – Action Plan to Improve Communicating Europe by the Commission*. [em linha]: http://ec.europa.eu/dgs/communication/pdf/communication_com_en.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA (2005c). *Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – i2010 – Uma Sociedade da Informação Europeia para o Crescimento e para o Emprego*. Documento de trabalho. [em linha]: http://www.umic.pt/images/stories/publicacoes/com_229_i2010_pt.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA (2002). *Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões – eEurope 2005: Uma Sociedade da Informação para Todos*. Documento de trabalho. [em linha]: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0263:FIN:PT:PDF.

CONSELHO EUROPEU (2010). *Fertilização cruzada entre as iniciativas emblemáticas da estratégia Europa 2020 – "Uma Agenda Digital para a Europa" e "União da Inovação" – Conclusões do Conselho*. [em linha]: http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/10/st16/st16834.pt10.pdf.

CONSELHO EUROPEU (2003). *Council Resolution on the Implementation of the eEurope 2005 Action Plan*. Documento de Trabalho.

CONSELHO EUROPEU e COMISSÃO EUROPEIA (2000). *eEurope 2002: Uma Sociedade da Informação para Todos. Plano de Acção Preparado pelo Conselho e pela Comissão Europeia para o Conselho Europeu da Feira*. Documento de trabalho. [em linha]: http://ec.europa.eu/information_society/eeurope/i2010/docs/2002/action_plan/actionplan_pt.pdf.

EUROPE 2020 (2005). *Towards a "D for Democratisation" strategy Citizen*. [em linha]: http://www.europe2020.org/en/section_democrat/140605.htm.

FONTAINE, Pascal (2007). *A Europa em 12 Lições*. Luxemburgo. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

IDATE (2011). *Digiworld Yearbook 2011*. Montpellier. IDATE. [em linha]: http://www.idate.org/en/Digiworld-store/Collection/DigiWorld-Yearbook_9/DigiWorld-Yearbook-2011_550.html.

IDATE (2010). *Digiworld Yearbook 2010*. Montpellier. IDATE. [em linha]: http://www.idate.org/en/Digiworld-store/DigiWorld-Yearbook-2010_476.html.

JESUS, Alfredo Sousa de (2006). *Cronologia – Uma Europa para todos*. s/l.. Grupo Europeu do PSD.

MOVIMENTO FEDERALISTA EUROPEO (2001). *The Federalist*, Volume 43. EDIF. [em linha]: http://www.thefederalist.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=570&lang=en.

OBERCOM (2012). *A Sociedade em Rede em Portugal 2012 – A Internet em Portugal*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=sociedadeRede2012.pdf.

OBERCOM (2011). *Anuário da Comunicação 2010/2011*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/content/786.np3.

OBERCOM (2010). *Anuário da Comunicação 2009/2010*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/content/744.np3.

OBERCOM (2010). *A Utilização da Internet em Portugal 2010*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/content/688.np3.

OBERCOM (2010). *Nativos digitais portugueses: Idade, experiência e esferas de utilização das TIC*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/content/677.np3.

OBERCOM (2010). *Europe's Digital Competitiveness Report 2010*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/client/?newsId=515&fileName=5m3_15.pdf.

OBERCOM (2009). *A Internet em Portugal 2009*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/content/641.np3.

OBERCOM (2008). *A Internet em Portugal (2003-2007)*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/content/468.np3.

OBERCOM (2008). *Web 1.5 - As redes de sociabilidades entre o email e a Web 2.0*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/content/479.np3.

OBERCOM (2008). *Bloguers e Blogosfera .pt*. Lisboa. Obercom. Disponível [em linha]: http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_marco_2008.pdf.

OBERCOM (2008). *A Sociedade em Rede em Portugal 2008 – Internet*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=fr_sr_2008.pdf.

OBERCOM (2007). *Banca Digital: Do Multibanco ao Homebanking*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_julho_2007.pdf.

OBERCOM (2006). *SMS: uma forma diferente de comunicação no Natal*. Lisboa. Obercom. [em linha]: http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_dezembro_2006.pdf.

OCDE (2005). *OECD Guide to Measuring the Information Society, 2005*. OECD Publishing. [em linha]: www.oecd.org/dataoecd/41/12/36177203.pdf.

OCDE (2009). *OECD Guide to Measuring the Information Society, 2009*. OECD Publishing. [em linha]: www.oecd.org/dataoecd/25/52/43281062.pdf.

OCDE (2011). *OECD Guide to Measuring the Information Society, 2011.* OECD Publishing. [em linha]: http://dx.doi.org/10.1787/10.1787/9789264113541-en.

PINHEIRO, Paula Moura (ed.) (2006). *Portugal no Futuro da Europa*. Lisboa. Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu e Representação da Comissão Europeia em Portugal.

UNIÃO EUROPEIA (2010). *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. Bruxelas. Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY (2003). *Geneva Declaration of Principles.* [em linha]: http://www.itu.int/wsis/documents/doc_multi.asp?lang=en&id=1161|0.

WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY (2003). *Geneva Plan of Action.* [em linha]: http://www.itu.int/wsis/documents/doc_multi.asp?lang=en&id=1160|0.

WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY (2005). *Tunis Agenda for the Information Society.* [em linha]: http://www.itu.int/wsis/documents/doc_multi.asp?lang=en&id=2267|0.

Referências Internet

Parte I

http://www.britannica.com/EBchecked/topic/144554/Emeric-Cruce. Acedido em Dezembro de 2009.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Risorgimento. Acedido em Novembro de 2009.

http://www.iscsp.utl.pt/cepp/teoria_das_relacoes_internacionais/aristide_briand.htm. Acedido em Março de 2009.

http://www.un.org/. Acedido em Dezembro de 2008.

http://www.imf.org/external/index.htm. Acedido em Julho de 2009.

http://www.wbg.org/. Acedido em Julho de 2009.

http://www.nato.int/cps/en/natolive/index.htm. Acedido em Julho de 2009.

http://www.gatt.org/. Acedido em Julho de 2009.

http://en.wikipedia.org/wiki/White_Rose. Acedido em Agosto de 2009.

http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1014/1/WP39.net.pdf. Acedido em Dezembro de 2010.

http://www.historyguide.org/europe/churchill.html. Acedido em Julho de 2009.

http://usinfo.org/docs/democracy/57.htm. Acedido em Maio de 2009.

http://www.america.gov/st/washfile-english/2005/April/200504291439291CJsamohT0.6520502.html. Acedido em Outubro de 2009.

http://www.coe.int/t/pt/com/about_coe/. Acedido em Maio de 2009.

http://www.carloscoelho.eu/saber_mais/ver_glossario.asp?submenu=31&gloss=91. Acedido em Junho de 2009.

http://europa.eu/scadplus/glossary/western_european_union_pt.htm. Acedido em Agosto de 2009.

http://www.weu.int/index.html. Acedido em Outubro de 2009.

http://europa.eu/abc/symbols/9-may/decl_pt.htm. Acedido em Maio de 2009.

http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/amsterdam_treaty/a19000_pt.htm. Acedido em Outubro de 2009.

http://ec.europa.eu/energy/nuclear/euratom/euratom_en.htm. Acedido em Outubro de 2009.

http://www.efta.int/. Acedido em Maio de 2009.

http://www.carloscoelho.eu/dossiers/aue/aue.asp?sub_menu=20#4. Acedido em Dezembro de 2009.

http://www.parleurop.pt/PortalWeb_Parlamento/Comemoracao20Anos/DaAssembleia.htm. Acedido em Maio de 2009.

http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_singleact_pt.htm. Acedido em Novembro de 2009.

http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_singleact_pt.htm. Acedido em Novembro de 2009.

http://europa.eu/scadplus/glossary/subsidiarity_pt.htm. Acedido em Novembro de 2009.

http://europa.eu/scadplus/glossary/cooperation_procedure_pt.htm. Acedido em Novembro de 2009.

http://europa.eu/scadplus/glossary/assent_procedure_pt.htm. Acedido em Dezembro de 2009.

http://europa.eu/abc/symbols/emblem/index_pt.htm. Acedido em Abril de 2009.

http://en.wikipedia.org/wiki/Flag_of_Europe#Council_of_Europe. Acedido em Abril de 2009.

http://europa.eu/abc/symbols/anthem/index_pt.htm. Acedido em Abril de 2009.

http://news.bbc.co.uk/2/hi/8251211.stm. Acedido em Dezembro de 2009.

http://www.fco.gov.uk/resources/en/news/11646391/20779431/berlin-110909#. Acedido em Dezembro de 2009.

http://www.fco.gov.uk/en/news/latest-news/?view=News&id=21048528. Acedido em Dezembro de 2009.

http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/56/pt.doc. Acedido em Outubro de 2009.

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1600. Acedido em Maio de 2009.

http://europa.eu/pol/singl/index_pt.htm. Acedido em Outubro de 2009.

http://ec.europa.eu/youreurope/nav/pt/citizens/travelling/schengen-area/index_pt.html. Acedido em Maio de 2009.

http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/free_movement_of_persons_asylum_immigration/l33020_pt.htm. Acedido em Junho de 2009.

http://ec.europa.eu/agenda2000/overview/pt/agenda.htm. Acedido em Dezembro de 2009.

http://europa.eu/scadplus/glossary/convergence_criteria_pt.htm. Acedido em Dezembro de 2009.

http://www.bportugal.pt/euro/emu/criterios_p.htm. Acedido em Dezembro de 2009.

http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Artigos/a_integracao_Monnetaria_europeia.htm. Acedido em Novembro de 2009.

http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Artigos/a_integracao_Monnetaria_europeia.htm. Acedido em Novembro de 2009.

http://www.aprendereuropa.pt/page.aspx?idCat=595&idMasterCat=593&idContent=733. Acedido em Maio de 2009.

http://www.bportugal.pt/euro/emu/chrono_p.htm. Acedido em Outubro de 2009.

http://gemf.fe.uc.pt/workingpapers/pdf/1996/gemf96_8.pdf. Acedido em Maio de 2009.

https://infoeuropa.eurocid.pt/registo/000036973/documento/0001/. Acedido em Maio de 2009.

http://www.ecb.int/ecb/history/emu/html/index.pt.html. Acedido em Maio de 2009.

http://www.europarl.europa.eu/experts/default_pt.htm?textMode=on. Acedido em Novembro de 2009.

http://europa.eu/scadplus/glossary/laeken_declaration_pt.htm. Acedido em Maio de 2009.

http://european-convention.eu.int/bienvenue.asp?lang=PT. Acedido em Maio de 2009.

http://european-convention.eu.int/amendemTrait.asp?lang=PT. Acedido em Maio de 2009.

http://europa.eu/scadplus/cig2004/index_pt.htm. Acedido em Maio de 2009.

http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/web/documentos/ciejd/2006/20060317_pe2006_planod.pdf. Acedido em Maio de 2009.

http://europa.eu/documents/comm/white_papers/pdf/com2006_35_pt.pdf. Acedido em Maio de 2009.

http://europa.eu/documents/comm/green_papers/pdf/com2006_194_pt.pdf. Acedido em Maio de 2009.

http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0569:FIN:PT:PDF. Acedido em Junho de 2009.

http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0158:FIN:PT:PDF. Acedido em Junho de 2009.

http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P6-TA-2009-0154+0+DOC+XML+V0//PT. Acedido em Junho de 2009.

http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/90127.pdf. Acedido em Junho de 2009.

http://www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/1D96311C-F90D-4E97-B355-DFEA0DD1ABEA/0/TLconsolidado.pdf. Acedido em Junho de 2009.

http://www.tratadolisboa.eu/. Acedido em Agosto de 2010.

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=4016. Acedido em Junho de 2009.

http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/. Acedido em Agosto de 2010.

http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/index_pt.htm. Acedido em Agosto de 2010.

http://europa.eu/lisbon_treaty/countries/index_pt.htm. Acedido em Agosto de 2010.

http://www.dfa.ie/uploads/documents/EU%20Division/EU%20Reform%20Treaty/white%20paper%20-%20final%20-%20low%20res%20from%20printers%20-%20020709.pdf. Acedido em Agosto de 2010.

http://www.publico.clix.pt/Mundo/republica-checa-ratificou-o-tratado-de-lisboa-com-assinatura-do-presidente_1408130. Acedido em Agosto de 2010.

http://www.ionline.pt/dinheiro/primeiro-ministro-britanico-abre-porta-referendo-reino-unido-sair-da-ue. Acedido em Julho de 2012.

http://www.publico.pt/Mundo/david-cameron-favoravel-a-um-referendo-sobre-a-ue-1552840. Acedido em Julho de 2012.

http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2641949&seccao=Europa&page=-1. Acedido em Julho de 2012.

http://economico.sapo.pt/noticias/merkel-critica-ferias-em-portugal-mas-enganase-nos-calculos_118416.html. Acedido em Julho de 2012.

http://www.agenciafinanceira.iol.pt/economia/alemanha-hollande-eurobonds-agencia-financeira/1349751-1730.html. Acedido em Julho de 2012.

http://www.agenciafinanceira.iol.pt/economia/merkel-angela-merkel-eurobonds-alemanha-bloomberg-agencia-financeira/1352774-1730.html. Acedido em Julho de 2012.

http://www.ionline.pt/dinheiro/oposicao-alema-recusa-eurobonds-quer-apoio-merkel-ao-crescimento. Acedido em Julho de 2012.

http://sol.sapo.pt/inicio/Economia/Interior.aspx?content_id=51076. Acedido em Julho de 2012.

http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/CIECO050641.html. Acedido em Julho de 2012.

http://economia.publico.pt/Noticia/presidente-da-alemanha-critica-compra-de-obrigacoes-pelo-bce_1508985. Acedido em Julho de 2012.

http://pt.euronews.com/2011/09/09/membro-do-conselho-executivo-do-bce-demite-se/. Acedido em Julho de 2012.

http://economia.publico.pt/Noticia/jurgen-stark-demitese-da-comissao-executiva-do-bce_1511163. Acedido em Julho de 2012.

http://economico.sapo.pt/noticias/finlandia-poe-em-xeque-resgate-grego-e-faz-disparar-juros_125313.html. Acedido em Julho de 2012.

http://www.agenciafinanceira.iol.pt/economia/finlandia-resgate-grecia-garantias-crise-agencia-financeira/1264652-1730.html. Acedido em Julho de 2012.

http://uk.finance.yahoo.com/news/finland-refuses-pay-other-countries-174437131.html?.tsrc=attcf. Acedido em Julho de 2012.

http://www.helsinkitimes.fi/news/index.php/world-int/world-news/finland-*In*-the-world-press/2113-greece-pays-finland-collateral-money. Acedido em Julho de 2012.

http://topics.nytimes.com/top/reference/timestopics/subjects/e/european_sovereign_debt_crisis/index.html. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=566695. Acedido em Julho de 2012.

http://economia.publico.pt/Noticia/finlandia-prefere-sair-do-euro-do-que-pagar-dividas-dos-outros-paises-1553717. Acedido em Julho de 2012.

http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2651359. Acedido em Julho de 2012.

http://www.agenciafinanceira.iol.pt/economia/zona-euro-finlandia-cimeira-espanha-italia-europa/1360025-1730.html. Acedido em Julho de 2012.

http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2652079. Acedido em Julho de 2012.

http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=2651359. Acedido em Julho de 2012.

http://www.agenciafinanceira.iol.pt/economia-mundial/zona-euro-finlandia-cimeira-espanha-italia-europa/1360025-5206.html. Acedido em Julho de 2012.

http://www.tvi24.iol.pt/videos/video/13659795/5. Acedido em Julho de 2012.

http://economico.sapo.pt/noticias/nprint/147660.html. Acedido em Julho de 2012.

http://www.theparliament.com/latest-news/article/newsarticle/barrosos-verbal-attack-on-uk-tories-branded-absurd/. Acedido em Julho de 2012.

http://economia.publico.pt/Noticia/mario-monti-critica-paises-nordicos-que-minam-credibilidade-europeia-1554000. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=568107. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=553553. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=550255. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=542665. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=540975. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=555713. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=548973. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=520103. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=518697. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=520913. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=564841. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=564317. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=560707. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=537743. Acedido em Julho de 2012.

http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=785809. Acedido em Julho de 2012.

http://www.publico.pt/Mundo/tratado-de-nice-em-risco-com-nao-irlandes-actualizacao-26641. Acedido em Julho de 2012.

http://www.publico.pt/Mundo/ue-irlanda-rejeitou-tratado-de-lisboa-1332224. Acedido em Julho de 2012.

http://www.dw.de/dw/article/0,,3411142,00.html. Acedido em Julho de 2012.

http://www.publico.pt/Mundo/governo-irlandes-assume-vitoria-do-sim-ao-tratado-de-lisboa-1403542. Acedido em Julho de 2012.

http://pt.euronews.com/2009/10/03/irlanda-diz-sim-ao-tratado-de-lisboa-em-referendo/. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1380778. Acedido em Julho de 2012.

http://expresso.sapo.pt/irlanda-recusa-pronunciar-se-sobre-segundo-referendo=f344180. Acedido em Julho de 2012.

http://expresso.sapo.pt/irlanda-cada-vez-mais-pressionada-a-votar-segunda-vez=f402949. Acedido em Julho de 2012.

http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=1952858. Acedido em Julho de 2012.

http://expresso.sapo.pt/cimeira-merkel-sarkozy-adia-decisoes=f679297. Acedido em Julho de 2012.

http://www.publico.pt/Mundo/merkel-e-sarkozy-discutem-hoje-propostas-para-a-cimeira-europeia-1523779. Acedido em Julho de 2012.

http://visao.sapo.pt/merkel-e-sarkozy-chegaram-a-acordo-sobre-novo-resgate-grego=f613862. Acedido em Julho de 2012.

http://visao.sapo.pt/uecimeira--merkel-sarkozy-vao-negociar-reestruturacao-grega-com-banqueiros=f629964. Acedido em Julho de 2012.

http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1775905. Acedido em Julho de 2012.

http://www.tvi.iol.pt/programa/4295/videos/156659/video/13669542. Acedido em Julho de 2012.

http://www.tvi24.iol.pt/programa.html?prg_id=4407. Acedido em Julho de 2012.

http://www.sccs.swarthmore.edu/users/08/ajb/tmve/wiki100k/docs/Westminster_system.html. Acedido em Julho de 2012.

http://www.europarl.europa.eu/portal/pt#missinglink. Acedido em Julho de 2012.

http://docbase.parlamento.pt/multimedia/docs/nice/ftematicas/ft12.htm. Acedido em Julho de 2012.

http://www.thefederalist.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=570&lang=en. Acedido em Julho de 2012.

http://visao.sapo.pt/ranking-da-divida-publica-e-defice-orcamental-dos-paises-europeus-em-2009=f556505. Acedido em Julho de 2012.

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/2-23072012-AP/EN/2-23072012-AP-EN.PDF. Acedido em Julho de 2012.

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Structure_of_government_debt. Acedido em Julho de 2012.

http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0494:FIN:PT:PDF. Acedido em Julho de 2012.

http://europa.eu/documents/comm/white_papers/pdf/com2006_35_pt.pdf. Acedido em Julho de 2012.

http://ec.europa.eu/dgs/communication/pdf/communication_com_en.pdf. Acedido em Julho de 2012.

http://europa.eu/legislation_summaries/information_society/index_pt.htm. Acedido em Julho de 2012.

http://www.eurozine.com/pdf/2004-06-21-peters-en.pdf. Acedido em Julho de 2012.

http://dx.doi.org/10.1080/14616690701412871. Acedido em Julho de 2012.

http://eu.wiley.com/WileyCDA/WileyTitle/productCd-JCMS.html. Acedido em Julho de 2012.

http://www.europe2020.org/en/section_democrat/140605.htm. Acedido em Julho de 2012.

http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0494:FIN:PT:PDF. Acedido em Julho de 2012.

Parte II

http://history.nasa.gov/sputnik/. Acedido em Agosto de 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/Sputnik_1#Primary_sources. Acedido em Agosto de 2011.

http://ei.cs.vt.edu/~history/VonNeumann.html#3. Acedido em Agosto de 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/John_von_Neumann. Acedido em Agosto de 2011.

http://www.turing.org.uk/turing/scrapbook/index.html. Acedido em Agosto de 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/Alan_Turing. Acedido em Agosto de 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/ENIAC. Acedido em Agosto de 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/John_von_Neumann. Acedido em Agosto de 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/EDVAC. Acedido em Agosto de 2011.

http://www.virtualtravelog.net/wp/wp-content/media/2003-08-TheFirstDraft.pdf. Acedido em Agosto de 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/John_von_Neumann. Acedido em Agosto de 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_computing_hardware. Acedido em Agosto de 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/Colossus_computer. Acedido em Agosto de 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_computing. Acedido em Agosto de 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/ARPANET. Acedido em Agosto de 2011.

http://www.livinginternet.com/i/ii_arpanet.htm. Acedido em Agosto de 2011.

www.darpa.mil. Acedido em Agosto de 2011.

www.icann.org. Acedido em Agosto de 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/Minitel. Acedido em Agosto de 2011.

http://www.dlib.org/dlib/december95/12kessler.html. Acedido em Agosto de 2011.

http://www.minitel.fr/. Acedido em Agosto de 2011.

http://www.w3.org/History/1989/proposal.html. Acedido em Agosto de 2011.

http://info.cern.ch/Proposal.html. Acedido em Agosto de 2011.

http://www.w3.org/History/1989/proposal.html. Acedido em Agosto de 2011.

http://info.cern.ch/hypertext/WWW/TheProject.html. Acedido em Agosto de 2011.

http://www.w3.org/History/19921103-hypertext/hypertext/WWW/TheProject.html. Acedido em Agosto de 2011.

http://info.cern.ch/NextBrowser.html. Acedido em Agosto de 2011.

http://info.cern.ch/NextBrowser1.html. Acedido em Agosto de 2011.

http://info.cern.ch/. Acedido em Agosto de 2011.

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=500769. Acedido em Agosto de 2011.

http://judiciary.house.gov/hearings/pdf/112%20HR%203261.pdf. Acedido em Novembro de 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/Stop_Online_Piracy_Act. Acedido em Novembro de 2011.

http://leahy.senate.gov/imo/media/doc/BillText-PROTECTIPAct.pdf. Acedido em Fevereiro de 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/PROTECT_IP_Act. Acedido em Fevereiro de 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/Protests_against_SOPA_and_PIPA. Acedido em Fevereiro de 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/Echelon. Acedido em Novembro de 2011.

http://www.realidadeoculta.com/echelon.html. Acedido em Novembro de 2011.

http://www.nsa.gov/. Acedido em Fevereiro de 2012.

http://www.nro.gov/. Acedido em Fevereiro de 2012.

http://www.youtube.com/watch?v=rCnVA3i4M9M. Acedido em Fevereiro de 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/Luddite. Acedido em Novembro de 2011.

http://en.wikipedia.org/wiki/Ned_Ludd. Acedido em Novembro de 2011.

http://www.technorealism.org/faq.html#2.1. Acedido em Janeiro de 2012.

http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04_07.pdf. Acedido em Janeiro de 2012.

http://deoxy.org/meme/TechnoSurrealism. Acedido em Janeiro de 2012.

http://www.technorealism.org/. Acedido em Janeiro de 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/Anti-Counterfeiting_Trade_Agreement. Acedido em Janeiro de 2012.

http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/trade-topics/intellectual-property/anti-counterfeiting/. Acedido em Janeiro de 2012.

http://www.international.gc.ca/trade-agreements-accords-commerciaux/assets/pdfs/acta-crc_apr15-2011_eng.pdf. Acedido em Janeiro de 2012.

http://register.consilium.europa.eu/servlet/driver?page=Result&lang=EN&typ=Advanced&cmsid=639&ff_COTE_DOCUMENT=12196/11&ff_COTE_DOSSIER_INST=&ff_TITRE=&ff_FT_TEXT=&ff_SOUS_COTE_MATIERE=&dd_DATE_DOCUMENT=&document_date_single_comparator=&document_date_single_date=&document_date_from_date=&document_date_to_date=&dd_DATE_REUNION=&meeting_date_single_comparator=&meeting_date_single_date=&meeting_date_from_date=&meeting_date_to_date=&fc=ALLLANG&srm=25&md=100&ssf=DATE_DOCUMENT+DESC. Acedido em Janeiro de 2012.

http://www.correiodabeiraserra.com/index.php/cidade/4493-trabalhadores-da-rtp-denunciam-negociata-da-tdt-e-desafiam-oliveirenses-a-subscrever-queixa-apresentada-em-tribunal. Acedido em Fevereiro de 2012.

http://sol.sapo.pt/inicio/Economia/Interior.aspx?content_id=40351. Acedido em Fevereiro de 2012.

http://www.tdt-portugal.blogspot.com/2011/05/tdt-alenquer-televisao-digital-apagao.html. Acedido em Fevereiro de 2012.

http://tdt-portugal.blogspot.com/2011/04/tdt-portugal-kit-satelite-complementar.html. Acedido em Fevereiro de 2012.

http://tdt-portugal.blogspot.com/2012/02/tdt-coloquio-parlamento-assembleia.html. Acedido em Fevereiro de 2012.

http://www.agenciafinanceira.iol.pt/media-e-tecnologia/tdt-rtp-mp-ministerio-publico-televisao/1319399-2974.html. Acedido em Fevereiro de 2012.

www.kurzweilai.net. Acedido em Dezembro de 2011.

http://digital_inclusion.up.pt/index_files/Page1128.htm. Acedido em Dezembro de 2011.

http://www.guardian.co.uk/world/interactive/2011/mar/22/middle-east-protest-interactive-timeline; http://en.wikipedia.org/wiki/Arab_Spring. Acedido em Janeiro de 2012.

http://wearethe99percent.tumblr.com/. Acedido em Janeiro de 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/We_are_the_99%25. Acedido em Janeiro de 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/99_Percent_Declaration. Acedido em Janeiro de 2012.

http://occupywallst.org/. Acedido em Janeiro de 2012.

http://en.wikipedia.org/wiki/Occupy_movement. Acedido em Janeiro de 2012.

http://indignadoslisboa.net/. Acedido em Janeiro de 2012.

http://www.15deoutubro.net/. Acedido em Janeiro de 2012.

http://portal.uam.es/portal/page/portal/UAM_ORGANIZATIVO/Departamentos/CienciaPoliticaRelacionesInternacionales/publicaciones%20en%20red/working_papers/archivos/48_2005.pdf. Acedido em Janeiro de 2012.

http://www.elmundo.es/elmundo/2004/03/13/espana/1079200520.html. Acedido em Janeiro de 2012.

http://3diasdemarzo.blogspot.com/2004/10/qu-ocurri-el-13-m.html. Acedido em Janeiro de 2012.

http://enciclopedia.us.es/index.php/Atentados_del_11_de_marzo_de_2004. Acedido em Janeiro de 2012.

http://3diasdemarzo.blogspot.com/2004/06/asi-se-mont-el-13-m.html#top. Acedido em Janeiro de 2012.

http://one.laptop.org/. Acedido em Janeiro de 2012.

Parte III

http://www.ungis.org/. Acedido em Junho de 2012.

http://www.itu.int/wsis/index.html. Acedido em Junho de 2012.

http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=sociedadeRede2012.pdf. Acedido em Julho de 2012.

http://www.obercom.pt/content/786.np3. Acedido em Julho de 2012.

http://www.obercom.pt/content/744.np3. Acedido em Julho de 2012.

http://www.obercom.pt/content/688.np3. Acedido em Julho de 2012.

http://www.obercom.pt/content/677.np3. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/a29. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/a30. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/a24. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/c11. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/a23. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/c08. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/a17. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/a15. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/a12. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/c04. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/a08. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/a19. Acedido em Julho de 2012.

http://www.obercom.pt/client/?newsId=515&fileName=5m3_15.pdf. Acedido em Julho de 2012.

http://www.obercom.pt/content/641.np3. Acedido em Julho de 2012.

http://www.obercom.pt/content/468.np3. Acedido em Julho de 2012.

http://www.obercom.pt/content/479.np3. Acedido em Julho de 2012.

http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_marco_2008.pdf. Acedido em Julho de 2012.

http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=fr_sr_2008.pdf. Acedido em Julho de 2012.

http://www.ted.com/talks/sherry_turkle_alone_together.html?awesm=on.ted.com_c1Pd. Acedido em Agosto de 2012.

http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_julho_2007.pdf. Acedido em Julho de 2012.

http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_dezembro_2006.pdf. Acedido em Julho de 2012.

www.oecd.org/dataoecd/41/12/36177203.pdf. Acedido em Julho de 2012.

www.oecd.org/dataoecd/25/52/43281062.pdf. Acedido em Julho de 2012.

http://dx.doi.org/10.1787/10.1787/9789264113541-en. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/a26. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/a11. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/c05. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/a07. Acedido em Julho de 2012.

http://webuse.org/p/a18. Acedido em Julho de 2012.

http://www.andrewbibby.com/pdf/tackling-skills-gap.pdf. Acedido em Julho de 2012.

http://www.regeringen.se/content/1/c6/19/64/51/6999c512.pdf. Acedido em Julho de 2012.

http://www.rheingold.com/vc/book/intro.html. Acedido em Julho de 2012.

http://portal.uam.es/portal/page/portal/UAM_ORGANIZATIVO/Departamentos/CienciaPoliticaRelacionesInternacionales/publicaciones%20en%20red/working_papers/archivos/48_2005.pdf. Acedido em Julho de 2012.

http://www.umic.pt/index.php?option=com_content&task=category&sectionid=23&id=135&Itemid=242. Acedido em Julho de 2012.

http://www.artciencia.com/index.php/artciencia/article/view/62/238. Acedido em Agosto de 2012.

http://www.itu.int/wsis/documents/doc_multi.asp?lang=en&id=1161|0. Acedido em Agosto de 2012.

http://www.itu.int/wsis/documents/doc_multi.asp?lang=en&id=1160|0. Acedido em Agosto de 2012.

http://www.itu.int/wsis/documents/doc_multi.asp?lang=en&id=2267|0. Acedido em Agosto de 2012.

http://nms.sagepub.com/content/8/5/731. Acedido em Agosto de 2012.

http://dx.doi.org/10.1080/01972243.2011.548695. Acedido em Agosto de 2012.

http://www.europe2020.org/en/section_democrat/140605.htm. Acedido em Agosto de 2012.

http://dx.doi.org/10.1080/01972243.2011.548695. Acedido em Agosto de 2012.

Referências Internet na Bibliografia Principal

http://www.andrewbibby.com/pdf/tackling-skills-gap.pdf. Acedido em Março de 2012.

http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_documentation/02/txt_pt.pdf. Acedido em Dezembro de 2008.

http://bocc.ubi.pt/pag/cardoso-gustavo-sombra-comunicacao.html. Acedido em Agosto de 2011.

http://www.ed-thelen.org/comp-hist/Reckoners.html. Acedido em Agosto de 2011.

http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0245:FIN:PT:PDF. Acedido em Setembro de 2010.

http://www.umic.pt/images/stories/publicacoes3/innovation-union-communication_en.pdf. Acedido em Dezembro de 2010.

https://woc.uc.pt/fduc/getFile.do?tipo=2&id=7728. Acedido em Agosto de 2011.

http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0324:FIN:PT:PDF. Acedido em Julho de 2011.

http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0116:FIN:PT:HTML. Acedido em Julho de 2011.

http://ftp.jrc.es/EURdoc/JRC49951.pdf. Acedido em Agosto de 2011.

http://www.umic.pt/images/stories/com2008_0594pt01.pdf. Acedido em Agosto de 2011.

http://www.umic.pt/images/stories/publicacoes/com_229_i2010_pt.pdf. Acedido em Agosto de 2008.

http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0263:FIN:PT:PDF. Acedido em Julho de 2011.

http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/10/st16/st16834.pt10.pdf. Acedido em Julho de 2011.

http://ec.europa.eu/information_society/eeurope/i2010/docs/2002/action_plan/actionplan_pt.pdf. Acedido em Julho de 2011

http://odbook.stanford.edu/static/filedocument/2009/11/10/ODBook.Full.11.3.09.pdf. Acedido em Setembro de 2010.

http://webuse.org/p/c05. Acedido em Maio de 2012.

http://webuse.org/p/a18. Acedido em Maio de 2012.

http://www.artciencia.com/index.php/artciencia/article/view/16/27. Acedido em Junho de 2012.

http://www.artciencia.com/index.php/artciencia/article/view/62/238. Acedido em Junho de 2012.

http://webuse.org/p/a19. Acedido em Maio de 2012.

http://webuse.org/p/a29. Acedido em Maio de 2012.

http://webuse.org/p/a30. Acedido em Maio de 2012.

http://webuse.org/p/a24. Acedido em Maio de 2012.

http://webuse.org/p/c11. Acedido em Maio de 2012.

http://webuse.org/p/a23. Acedido em Maio de 2012.

http://webuse.org/p/c08. Acedido em Maio de 2012.

http://webuse.org/p/a17. Acedido em Maio de 2012.

http://webuse.org/p/a15. Acedido em Maio de 2012.

http://webuse.org/p/a12. Acedido em Maio de 2012.

http://webuse.org/p/c04. Acedido em Maio de 2012.

http://webuse.org/p/a08. Acedido em Maio de 2012.

http://www.idate.org/en/Digiworld-store/Collection/DigiWorld-Yearbook_9/DigiWorld-Yearbook-2011_550.html. Acedido em Junho de 2012.

http://www.idate.org/en/Digiworld-store/DigiWorld-Yearbook-2010_476.html. Acedido em Junho de 2012.

http://www.ed-thelen.org/comp-hist/EarlyBritish.html. Acedido em Agosto de 2011.

http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04_07.pdf. Acedido em Janeiro de 2012.

http://jis.sagepub.com/content/31/1/4. Acedido em Dezembro de 2011.

http://dx.doi.org/10.1080/07341510500037487. Acedido em Dezembro de 2011.

http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=sociedadeRede2012.pdf. Acedido em Abril de 2012.

http://www.obercom.pt/content/786.np3. Acedido em Abril de 2012.

http://www.obercom.pt/content/744.np3. Acedido em Abril de 2012.

http://www.obercom.pt/content/688.np3. Acedido em Abril de 2012.

http://www.obercom.pt/content/677.np3. Acedido em Abril de 2012.

http://www.obercom.pt/client/?newsId=515&fileName=5m3_15.pdf. Acedido em Abril de 2012.

http://www.obercom.pt/content/641.np3. Acedido em Abril de 2012.

http://www.obercom.pt/content/468.np3. Acedido em Abril de 2012.

http://www.obercom.pt/content/479.np3. Acedido em Abril de 2012.

http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_marco_2008.pdf. Acedido em Abril de 2012.

http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=fr_sr_2008.pdf. Acedido em Abril de 2012.

http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_julho_2007.pdf. Acedido em Abril de 2012.

http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_dezembro_2006.pdf. Acedido em Abril de 2012.

www.oecd.org/dataoecd/41/12/36177203.pdf. Acedido em Março de 2012.

www.oecd.org/dataoecd/25/52/43281062.pdf. Acedido em Março de 2012.

http://dx.doi.org/10.1787/10.1787/9789264113541-en. Acedido em Janeiro de 2012.

http://www1.ci.uc.pt/eclassicos/bd_pdfs_hum/31/art_2_les_fondements_classiques_de_lidee_europeenne.pdf. Acedido em Agosto de 2010.

http://www.acesso.umic.pt/tv/quico_audiodesc_05.pdf. Acedido em Abril de 2012.

http://www.rheingold.com/vc/book/intro.html. Acedido em Dezembro de 2011.

http://webuse.org/p/a11. Acedido em Maio de 2012.

http://portal.uam.es/portal/page/portal/UAM_ORGANIZATIVO/Departamentos/CienciaPoliticaRelacionesInternacionales/publicaciones%20en%20red/working_papers/archivos/48_2005.pdf. Acedido em Janeiro de 2012.

www.informaworld.com/index/713643059.pdf. Acedido em Setembro de 2009.

http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1014/1/WP39.net.pdf. Acedido em Dezembro de 2010.

http://www.sciencedirect.com/science/journal/0160791X/33/1-2. Acedido em Junho de 2012.

http://dx.doi.org/10.1080/07341510500037495. Acedido em Setembro de 2009.

http://ijoc.org. Acedido em Dezembro de 2011.

http://webuse.org/p/a26. Acedido em Maio de 2012.

Abreviaturas e Acrónimos

ACTA – Anti-Counterfeiting Trade Agreement

AUE – Acto Único Europeu

BCE – Banco Central Europeu

CED – Comunidade Europeia de Defesa

CECA – Comunidade Económica do Carvão e do Aço

CE – Comissão Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEEA – Comunidade Europeia de Energia Atómica

CIG – Conferência Intergovernamental

CPE – Comunidade Política Europeia

CRP – Constituição da República Portuguesa

CT – Código do Trabalho

ECDL – European Computer Driving License

ECU – European Currency Unit

EDVAC – Electronic Discrete Variable Automatic Computer

EFTA – European Free Trade Association

ENIAC – Electronic Numerical Integrator And Computer

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

ICDL – International Computer Driving License

IME – Instituto Monetário Europeu

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

JAI – Justiça e Assuntos Internos

MNE – Ministro dos Negócios Estrangeiros

NATO/OTAN – North Atlantic Treaty Organization / Organização Tratado do Atlêntico Norte

NRO – National Reconnaissance Office

NSA – National Security Agency

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OECE – Organização Europeia de Cooperação Económica

ONU – Organização das Nações Unidas

PE – Parlamento Europeu

PESC – Política de Externa e de Segurança Comum

PIPA – Protect Intelectual Property Act

RDA – República Democrática Alemã

RFA – República Federal Alemã

SDN – Sociedade das Nações

SEBC – Sistema Europeu de Bancos Centrais

SME – Sistema Monetário Europeu

SOPA – Stop Online Piracy Act

TC – Tratado Constitucional

TI – Tecnologias de Informação

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TUE – Tratado da União Europeia

TSF – Telegrafia Sem Fios

UE – União Europeia

UEM – União Económica e Monetária

UEO – União da Europa Ocidental

UEP – União Europeia de Pagamentos

UNECE – United Nations Economic Commission for Europe

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UTI – União Telegráfica Internacional

VMQ – Votação por Maioria Qualificada

ANEXOS

Índice de Anexos

Índice de Tabelas

Tabela 1 519

Tabela 2 520

Tabela 3 523

Tabela 4 525

Tabela 5 526

Tabela 6 526

Tabela 7 527

Tabela 8 528

Índice de Gráficos

Gráfico 1 529

Gráfico 2 530

Gráfico 3 531

Gráfico 4 532

Gráfico 5 533

Gráfico 6 534

Gráfico 7 535

Gráfico 8 536

Gráfico 9 537

Índice de Imagens

Imagem 1 538

Imagem 2 539

Imagem 3 540

Tabela 1 – *Árvore de nós e categorias/sub-categorias interpretativas*

NÓS/Enquadramentos	CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS
Causas	Défice de Comunicação	
	Sociedade da Informação	
	Défice de Comunicação vs. Sociedade da Informação	
Consequências	Défice de Comunicação	
	Sociedade da Informação	
	Défice de Comunicação vs. Sociedade da Informação	
Soluções	Défice de Comunicação	cidadania e participação
		comunicação
		política e instituições
	Sociedade da Informação	ambiente, sustentabilidade e qualidade de vida
		economia e mercados
		investigação & desenvolvimento e tecnologia
		política e legislação
		sócio-cultural
	Défice de Comunicação vs. Sociedade da Informação	

Tabela 2 - 100 palavras mais frequentes (em bruto)

N.º	Palavra	Frequência	Percentagem	Palavras similares agrupadas na contagem
1	Que	1009	1,19	Que
2	Das	758	0,90	Das
3	Dos	720	0,85	Dos
4	Uma	644	0,76	Uma
5	Com	574	0,68	Com
6	Comissão	484	0,57	Comissão
7	Serviços	392	0,46	serviço, serviços
8	Europeias	387	0,46	europeia, europeias
9	Innovators	377	0,45	innovate, innovating, innovation, innovation', innovations, innovative, innovators
10	Mais	345	0,41	Mais
11	Tic	332	0,39	Tic
12	Europa	326	0,39	Europa
13	Estados	291	0,34	estado, estados
14	Sobre	282	0,33	Sobre
15	Como	281	0,33	Como
16	Membros	279	0,33	membro, membros
17	Europeu	252	0,30	Europeu
18	Por	252	0,30	Por
19	Internet	251	0,30	Internet
20	Políticas	250	0,30	política, políticas
21	Informação	247	0,29	Informação
22	Linhas	244	0,29	linha, linhas
23	Ser	240	0,28	Ser
24	Públicos	228	0,27	público, públicos
25	Redes	223	0,26	rede, redes
26	Aos	214	0,25	Aos
27	Sectors	213	0,25	sector, sectoral, sectores, sectors
28	Não	195	0,23	Não
29	Cidadãos	194	0,23	cidadão, cidadãos
30	Nos	190	0,22	Nos
31	Research	189	0,22	research, researchers
32	Sua	184	0,22	sua, suas
33	Acção	181	0,21	Acção
34	Através	176	0,21	Através
35	comunicação	176	0,21	Comunicação
36	Community	173	0,20	communicate, communicated, communicates, communicating, communication, communications, communicators, communities, community
37	Todos	172	0,20	todo, todos
38	Domínio	171	0,20	domínio, domínios
39	Nível	171	0,20	Nível
40	Nas	169	0,20	Nas
41	Mercados	168	0,20	mercado, mercados
42	Objectivo	167	0,20	objectivo, objectivos
43	Commission	165	0,20	Commission
44	públicas	164	0,19	pública, públicas
45	eeurope	163	0,19	Eeurope

46	acesso	161	0,19	Acesso
47	tecnologias	160	0,19	tecnologia, tecnologias
48	debates	157	0,19	debate, debater, debates
49	sociedade	156	0,18	sociedade, sociedades
50	desenvolvimento	151	0,18	desenvolvimento, desenvolvimentos
51	europeans	147	0,17	european, 'european, europeans
52	final	147	0,17	final, finally
53	plano	146	0,17	plano, planos
54	bases	144	0,17	base, based, bases
55	conselho	144	0,17	conselho, conselhos
56	entre	144	0,17	entr, entre
57	publicly	144	0,17	public, publications, publicly
58	estes	141	0,17	este, estes
59	normas	138	0,16	norma, normas
60	programa	138	0,16	programa, programas
61	acções	137	0,16	Acções
62	digital	137	0,16	Digital
63	novas	135	0,16	nova, novas
64	devem	132	0,16	Devem
65	iniciativas	131	0,15	iniciativa, iniciativas
66	investigação	129	0,15	Investigação
67	parts	128	0,15	part, parte, partes, parts
68	sistemas	127	0,15	sistema, sistemas
69	electrónico	124	0,15	electrónico, electrónicos
70	medidas	124	0,15	medida, medidas
71	novos	122	0,14	novo, novos
72	banda	120	0,14	banda, bandas
73	europeus	117	0,14	Europeus
74	action	117	0,14	action, actions
75	europe	116	0,14	Europe
76	nacionais	116	0,14	Nacionais
77	são	115	0,14	São
78	conteúdos	114	0,13	conteúdo, conteúdos
79	pelo	113	0,13	pelo, pelos
80	larga	113	0,13	Larga
81	segurança	113	0,13	segurança, segurança'
82	utilização	113	0,13	Utilização
83	até	110	0,13	Até
84	quadro	110	0,13	quadro, quadros
85	social	109	0,13	social, 'social
86	também	108	0,13	Também
87	should	107	0,13	Should
88	todas	107	0,13	toda, todas
89	empresas	105	0,12	empresa, empresas
90	inovação	105	0,12	Inovação
91	normalização	105	0,12	Normalização
92	investimento	104	0,12	investimento, investimentos
93	deve	101	0,12	Deve
94	new	100	0,12	New
95	saúde	100	0,12	Saúde
96	direitos	98	0,12	direito, direitos
97	pela	98	0,12	pela, pelas

98	processo	97	0,11	processo, processos
99	dados	97	0,11	dado, dados
100	maior	97	0,11	maior, maiores

Tabela 3 – 100 palavras mais frequentes (filtrada)

N.º	Palavra	Frequência	Percentagem	Palavras similares agrupadas na contagem
6	comissão	484	0,57	Comissão
7	serviços	392	0,46	serviço, serviços
8	europeias	387	0,46	europeia, europeias
9	innovators	377	0,45	innovate, innovating, innovation, innovation, innovations, innovative, innovators
12	europa	326	0,39	Europa
13	estados	291	0,34	estado, estados
16	membros	279	0,33	membro, membros
17	europeu	252	0,30	Europeu
19	internet	251	0,30	Internet
20	políticas	250	0,30	política, políticas
21	informação	247	0,29	Informação
22	linhas	244	0,29	linha, linhas
24	públicos	228	0,27	público, públicos
25	redes	223	0,26	rede, redes
27	sectors	213	0,25	sector, sectoral, sectores, sectors
29	cidadãos	194	0,23	cidadão, cidadãos
31	research	189	0,22	research, researchers
33	acção	181	0,21	Acção
35	comunicação	176	0,21	Comunicação
36	community	173	0,20	communicate, communicated, communicates, communicating, communication, communications, communicators, communities, community
41	mercados	168	0,20	mercado, mercados
42	objectivo	167	0,20	objectivo, objectivos
43	commission	165	0,20	Commission
44	públicas	164	0,19	pública, públicas
45	eeurope	163	0,19	Eeurope
46	acesso	161	0,19	Acesso
47	tecnologias	160	0,19	tecnologia, tecnologias
48	debates	157	0,19	debate, debater, debates
49	sociedade	156	0,18	sociedade, sociedades
50	desenvolvimento	151	0,18	desenvolvimento, desenvolvimentos
51	europeans	147	0,17	european, 'european, europeans
53	plano	146	0,17	plano, planos
55	conselho	144	0,17	conselho, conselhos
57	publicly	144	0,17	public, publications, publicly
60	programa	138	0,16	programa, programas
61	acções	137	0,16	Acções
62	digital	137	0,16	Digital
65	iniciativas	131	0,15	iniciativa, iniciativas
66	investigação	129	0,15	Investigação
68	sistemas	127	0,15	sistema, sistemas
69	electrónico	124	0,15	electrónico, electrónicos
72	banda	120	0,14	banda, bandas
73	europeus	117	0,14	Europeus
74	action	117	0,14	action, actions
75	europe	116	0,14	Europe

76	nacionais	116	0,14	Nacionais
78	conteúdos	114	0,13	conteúdo, conteúdos
80	larga	113	0,13	Larga
81	segurança	113	0,13	segurança, segurança'
82	utilização	113	0,13	Utilização
89	empresas	105	0,12	empresa, empresas
90	inovação	105	0,12	Inovação
92	investimento	104	0,12	investimento, investimentos
95	saúde	100	0,12	Saúde
96	direitos	98	0,12	direito, direitos

Tabela 4 - 30 palavras mais frequentes (pesquisa contextual)

N.º	Palavra	Frequência	Percentagem	Palavras similares agrupadas na contagem
6	comissão	484	0,57	Comissão
8	europeias	387	0,46	europeia, europeias
12	europa	326	0,39	Europa
13	estados	291	0,34	estado, estados
17	europeu	252	0,30	Europeu
19	internet	251	0,30	Internet
20	políticas	250	0,30	política, políticas
21	informação	247	0,29	Informação
24	públicos	228	0,27	público, públicos
29	cidadãos	194	0,23	cidadão, cidadãos
33	acção	181	0,21	Acção
35	comunicação	176	0,21	Comunicação
36	community	173	0,20	communicate, communicated, communicates, communicating, communication, communications, communicators, communities, community
43	commission	165	0,20	Commission
46	acesso	161	0,19	Acesso
47	tecnologias	160	0,19	tecnologia, tecnologias
49	sociedade	156	0,18	sociedade, sociedades
51	europeans	147	0,17	european, 'european, europeans
53	plano	146	0,17	plano, planos
60	programa	138	0,16	programa, programas
61	acções	137	0,16	Acções
62	digital	137	0,16	Digital
65	iniciativas	131	0,15	iniciativa, iniciativas
73	europeus	117	0,14	Europeus
74	action	117	0,14	action, actions
75	europe	116	0,14	Europe
76	nacionais	116	0,14	Nacionais
78	conteúdos	114	0,13	conteúdo, conteúdos
81	segurança	113	0,13	segurança, segurança'
82	utilização	113	0,13	Utilização

Tabela 5 - resultados mais frequentes por categorias

Família de palavras	Total de ocorrências
europeu (europeias, Europa, europeu, europeus, europe)	**1345**
cidadãos (públicos, cidadãos)	**422**
comunicação (informação, comunicação, conteúdos)	**537**
programa (políticas, acção, plano, programa, acções, iniciativa, action)	**1100**
comissão (comissão, commission)	**649**
estados (estados, nacionais)	**407**
tecnologias (internet, acesso, tecnologias, digital, segurança, utilização)	**935**

Tabela 6 – total de referências e total de nós por fonte

Nome	Nós	Referências
redes_futuras_internet	7	82
Plano D	6	90
Livro_branco_TIC	6	65
Livro Branco	7	118
i2010	7	138
I&D_TIC	7	96
europe 2020	7	133
eeurope2005	6	135
eeurope2002	7	212
agenda_digital	7	253
Action Plan	5	65

Tabela 7 – Registo de elementos codificados por enquadramentos, categorias, fonte e médias

			Enquadramentos e categorias															TOTAL
			causas			consequências			soluções									
									défice de comunicação			sociedade da informação						
FONTES	ASSUNTO	TÍTULO	défice de comunicação	sociedade da informação	relação def. com. / soc. Info.	défice de comunicação	sociedade da informação	relação def. com. / soc. Info.	cidadania e participação	comunicação	política e instituições	ambiente/sustentabilidade/qualidade de vida	Economia	I&D e Tecnologia	Política/Legislação	Sócio-cultural	relação def. com. / soc. Info.	
	Comunicação	Action Plan	3						8	20	32						2	**65**
		Plano D	5			7			28	5	38						7	**90**
		Livro Branco Comunicação	16		1	12			20	18	36						15	**118**
	Sociedade da Informação	eEurope 2002		41			18					2	34	30	58	29		**212**
		eEurope 2005		19			25						25	28	29	9		**135**
		i2010		12			24					8	9	23	48	14		**138**
		Agenda Digital		33			53					15	23	45	60	24		**253**
		Livro Branco TIC's		7			11						7	6	33	1		**65**
		I&D TIC		17			20					8	7	11	28	5		**96**
		Redes Futuras Internet		6			14					3	12	23	20	4		**82**
		Europe 2020		14			15					18	23	17	25	21		**133**
TOTAL			**24**	**149**	**1**	**19**	**180**	**0**	**56**	**43**	**106**	**54**	**140**	**183**	**301**	**107**	**24**	**1387**

Média de codificações por nó **92**

Média de codificações por fonte **126**

Tabela 8 – Lista de documentos analisados (correspondência entre título/referência e referência usada na codificação)

	TEMA	TÍTULO	Referência (Autor)	Referência codificação
FONTES	Comunicação	*Action Plan to Improve Communicating Europe by the Commission*	Comissão Europeia, 2005[b]	Action Plan
		Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate	Comissão Europeia, 2005[a]	Plano D
		Livro Branco sobre uma Política de Comunicação para a Europa	Comissão Europeia, 2006	Livro Branco
	Sociedade da Informação	*eEurope 2002: Uma Sociedade da Informação para Todos*	Conselho Europeu e Comissão Europeia, 2000	eeurope2002
		eEurope 2005: Uma Sociedade da Informação para Todos	Comissão Europeia, 2002	eeurope2005
		i2010 – Uma Sociedade da Informação Europeia para o Crescimento e para o Emprego	Comissão Europeia, 2005[c]	i2010
		Uma Agenda Digital para a Europa	Comissão Europeia, 2010[a]	agenda_digital
		Livro Branco – Modernização da Normalização das TIC na UE – O Caminho a Seguir	Comissão Europeia, 2009[a]	Livro_branco_TIC
		Uma estratégia para a I&D e a Inovação no domínio das TIC na Europa: subir a parada	Comissão Europeia, 2009[b]	I&D_TIC
		Comunicação Sobre as Futuras Redes e a Internet	Comissão Europeia, 2008	Redes_futuras_internet
		Europe 2020 Flagship Initiative Innovation Union	Comissão Europeia, 2010[b]	europe 2020

Gráfico 1 - 100 palavras mais frequentes (em bruto)

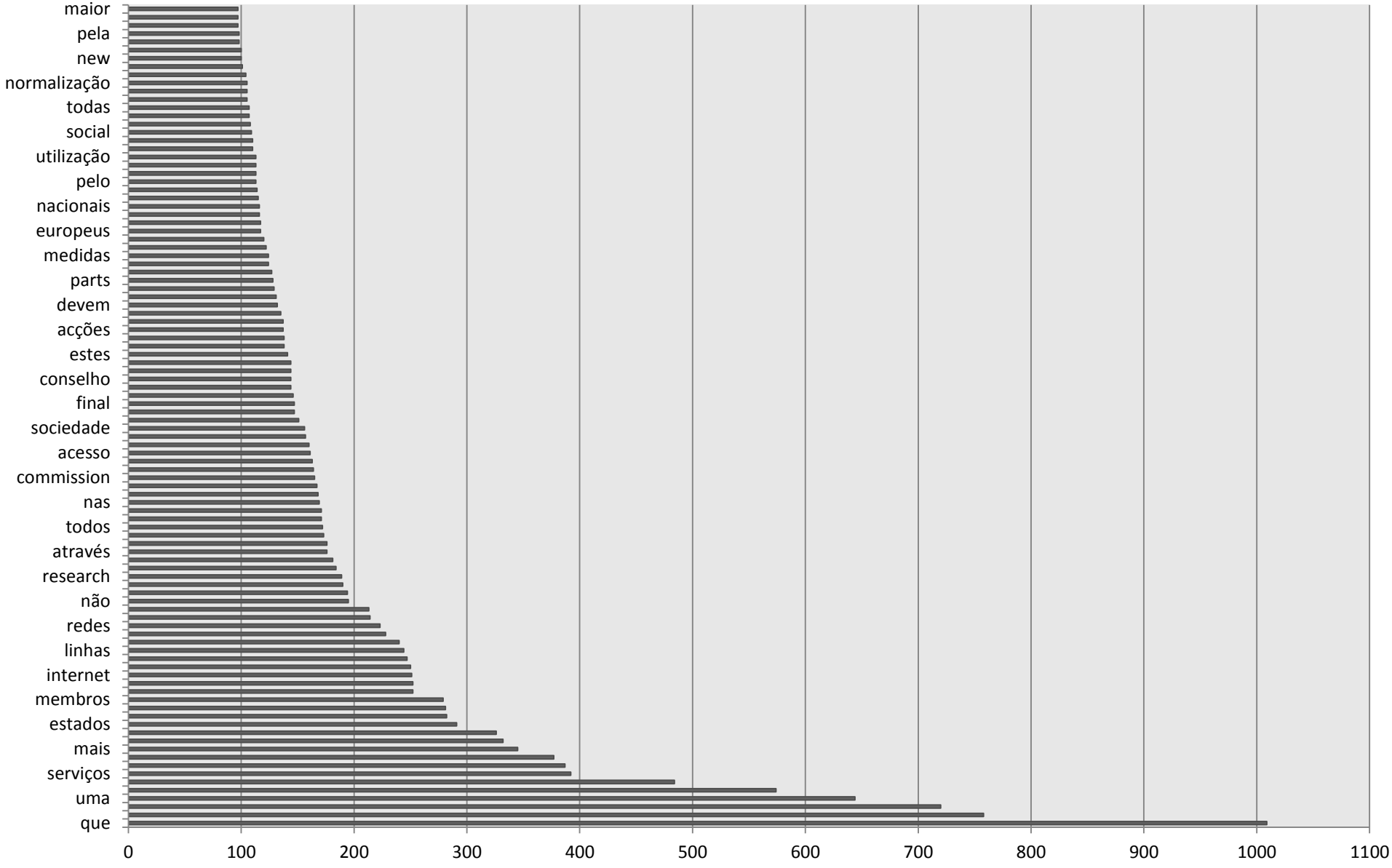
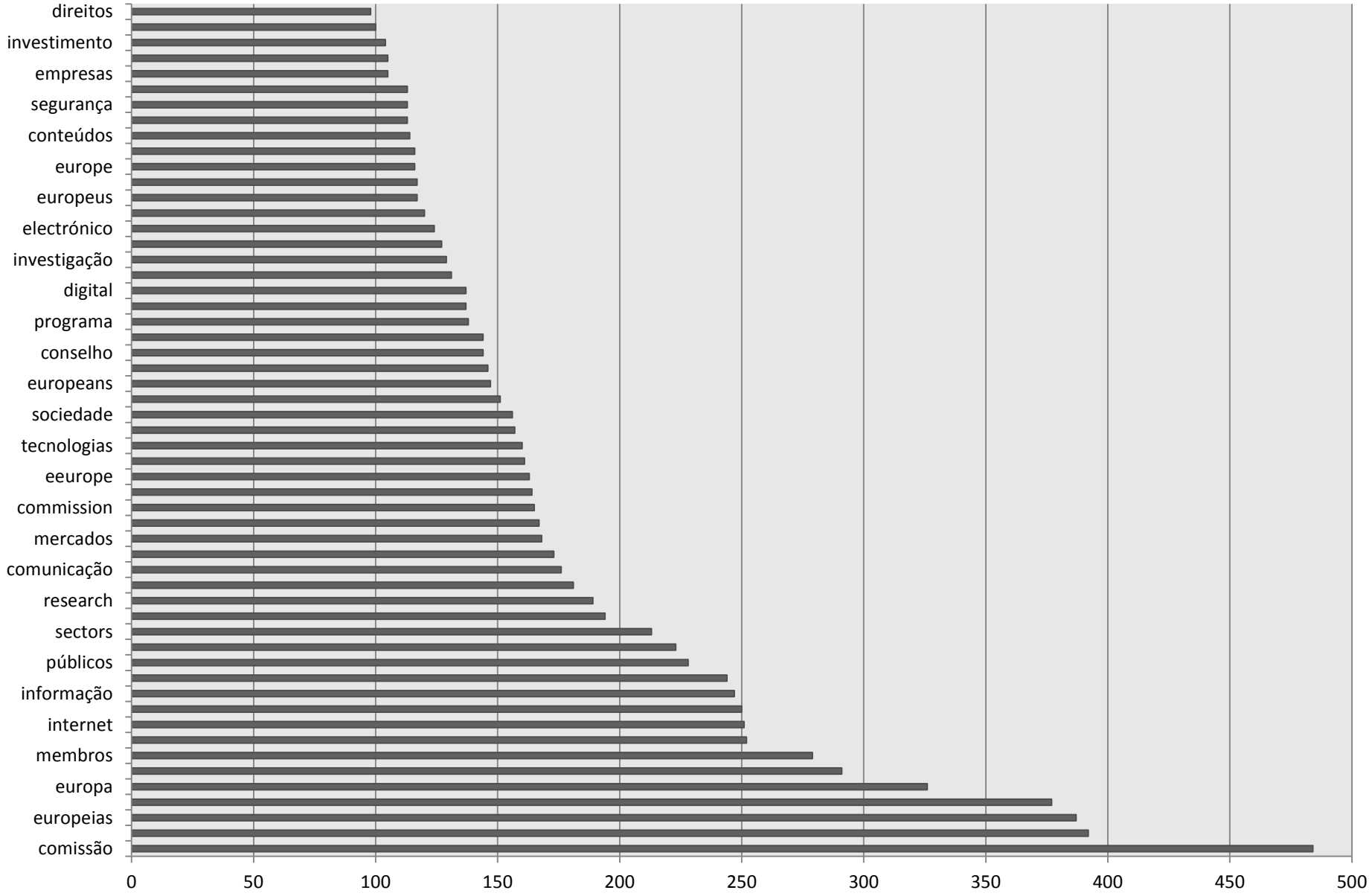


Gráfico 2 - 100 palavras mais frequentes (filtrado)



- 530

Gráfico 3 - 30 palavras mais frequentes (análise contextual)

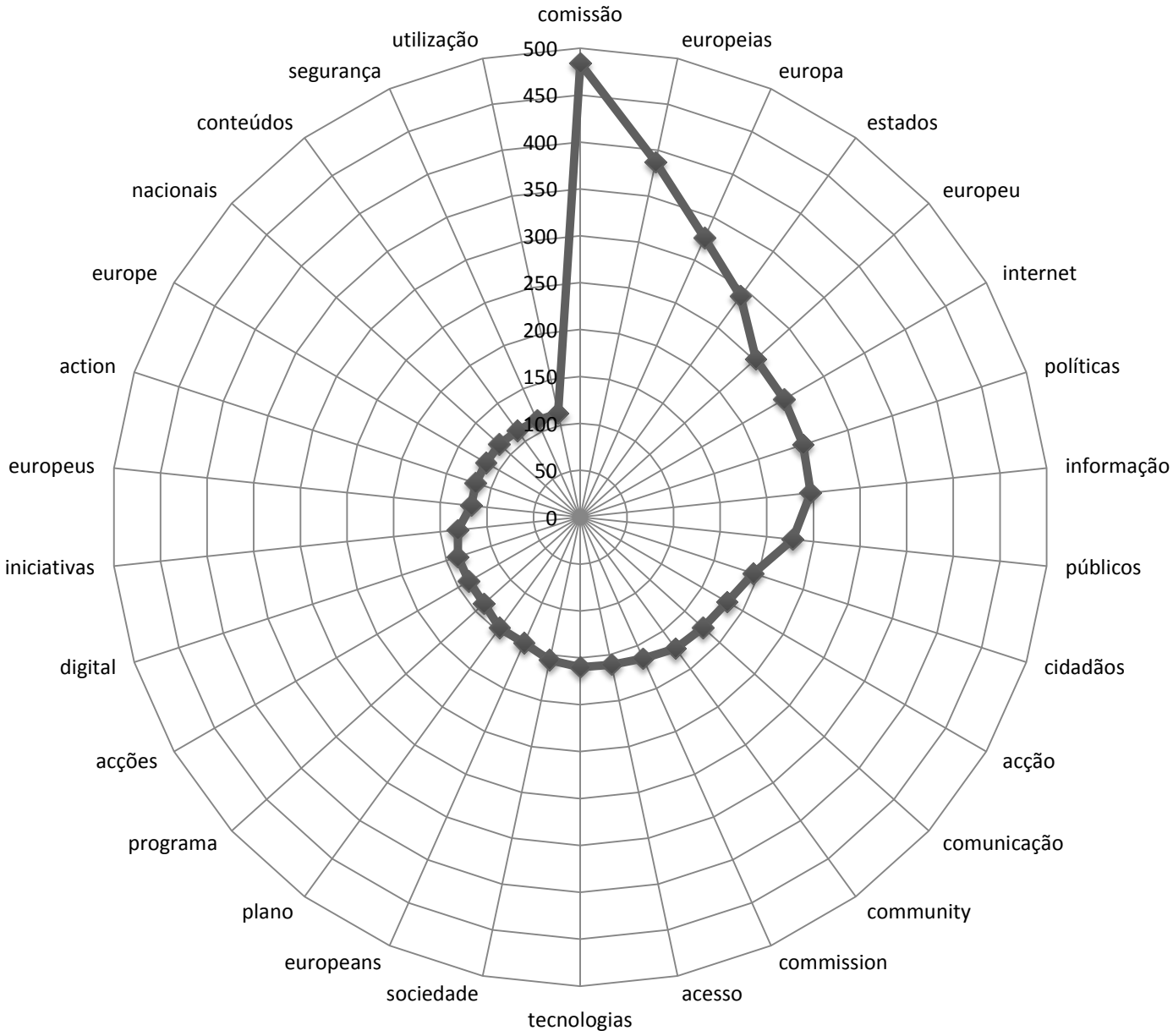


Gráfico 4 - 30 palavras mais frequentes (análise contextual com linha de tendência)

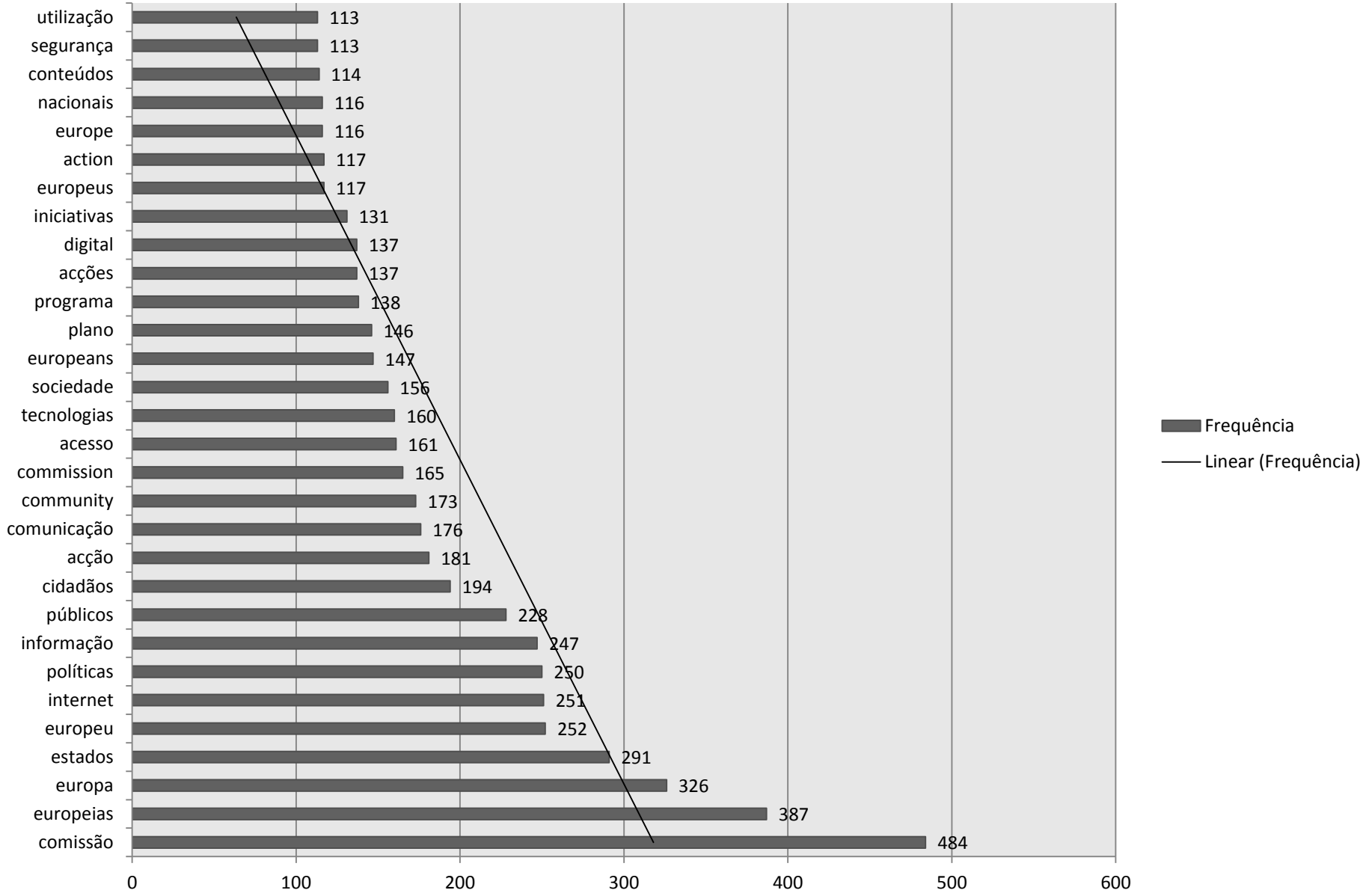


Gráfico 5 - Registo de elementos codificados por fonte

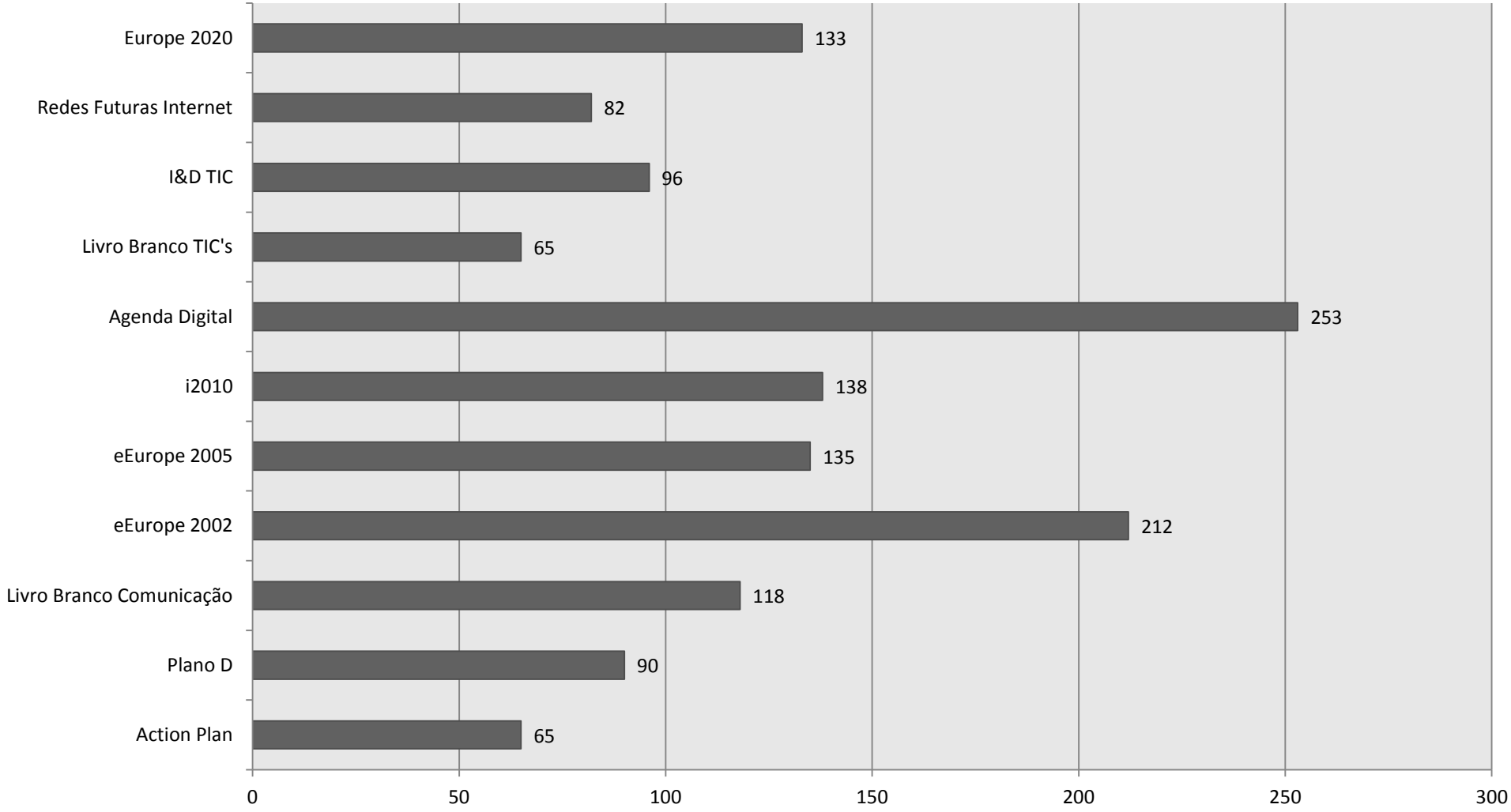


Gráfico 6 - Registo de elementos codificados por nó/categoria

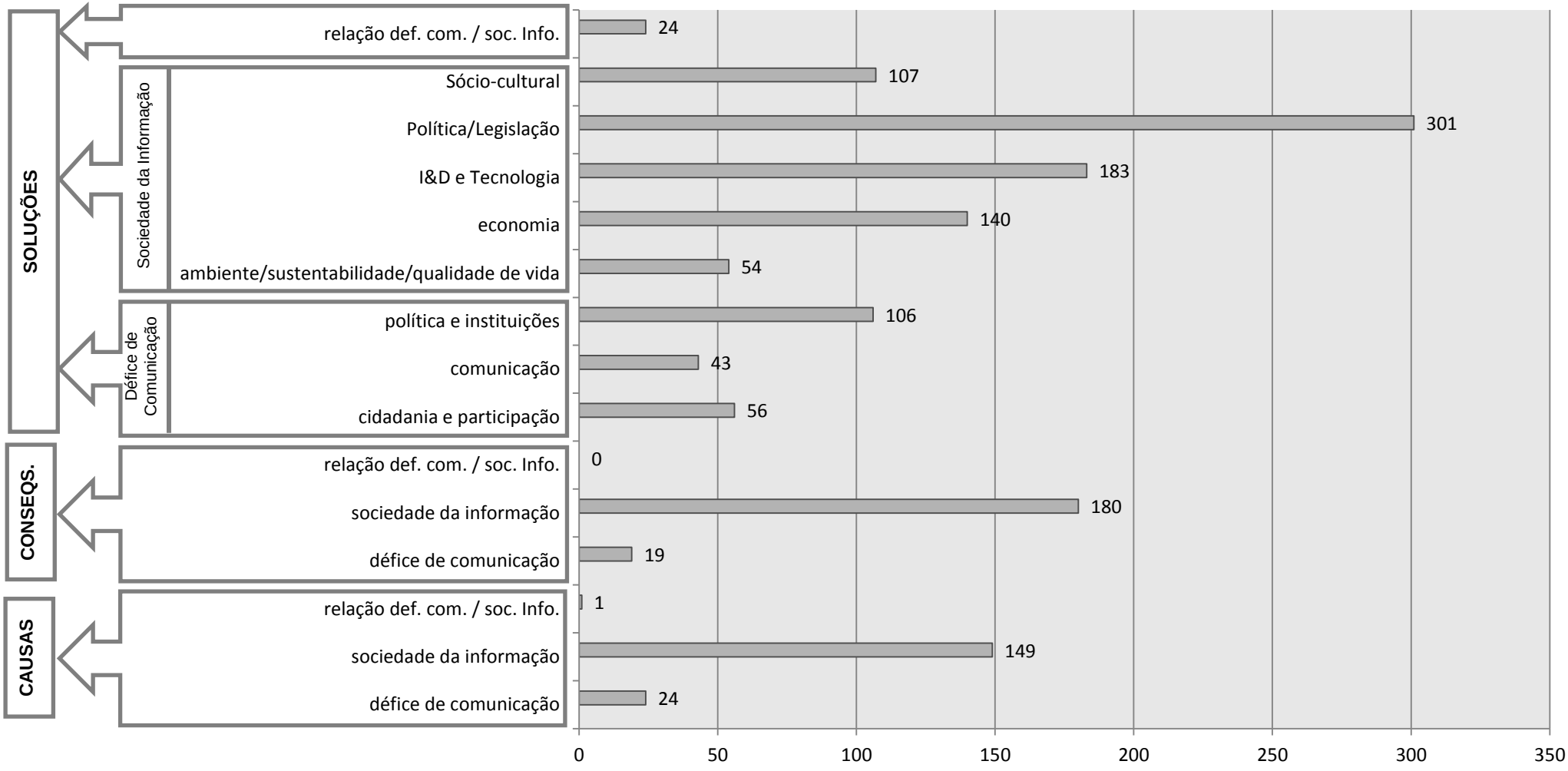


Gráfico 7 - Distribuição das referências codificadas (fontes) por número de nós

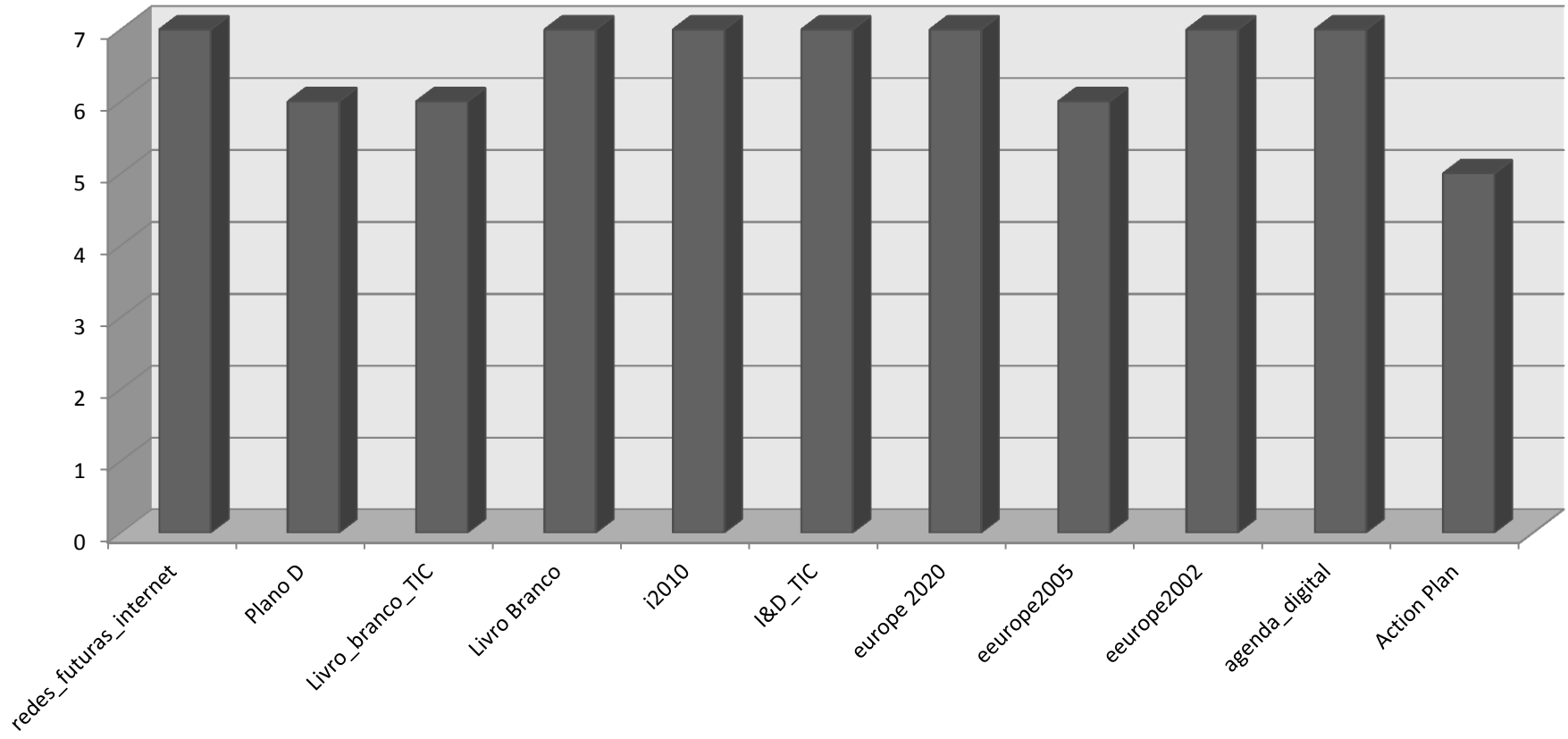


Gráfico 8 - total de referências codificadas por fonte

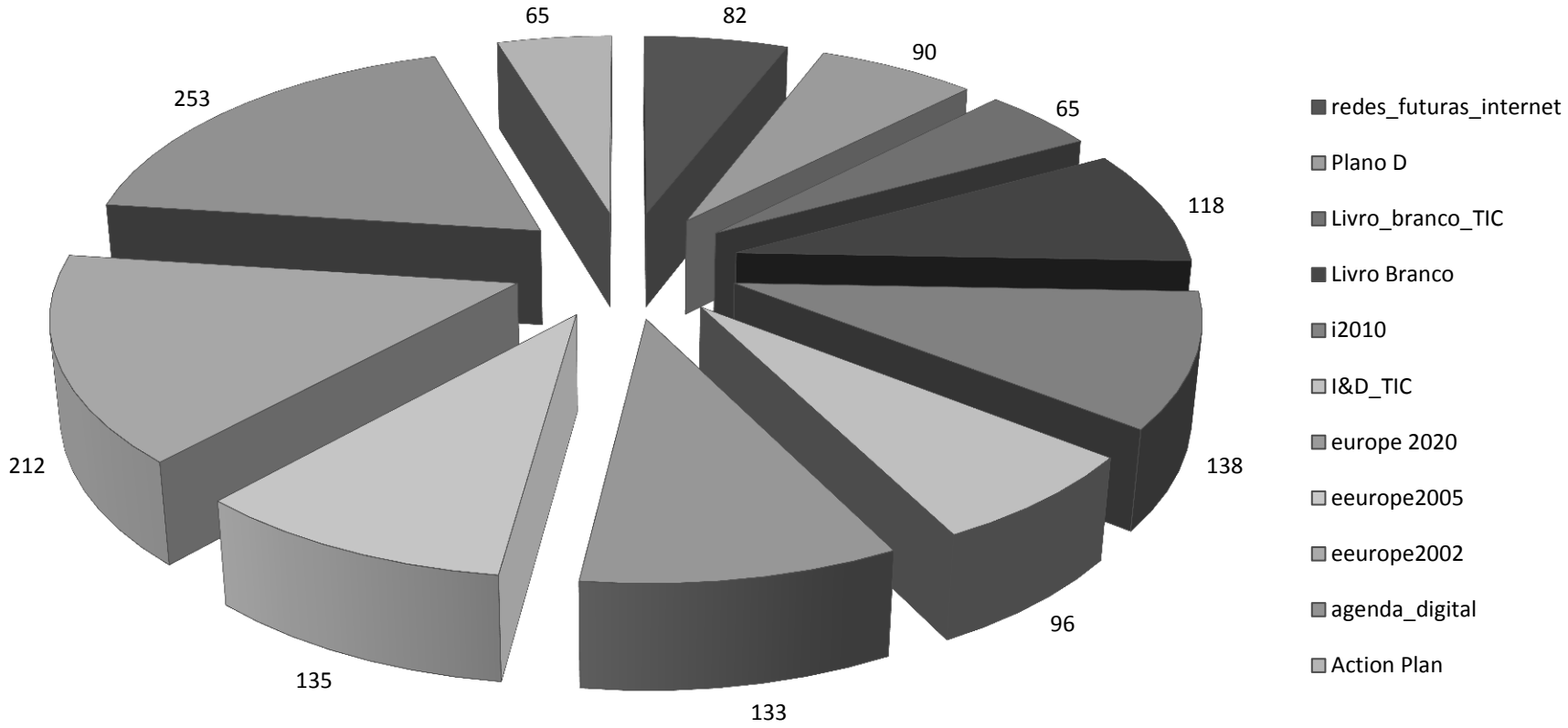


Gráfico 9 - número de referências codificadas por fonte (referências) e número de nós por fonte (nós)

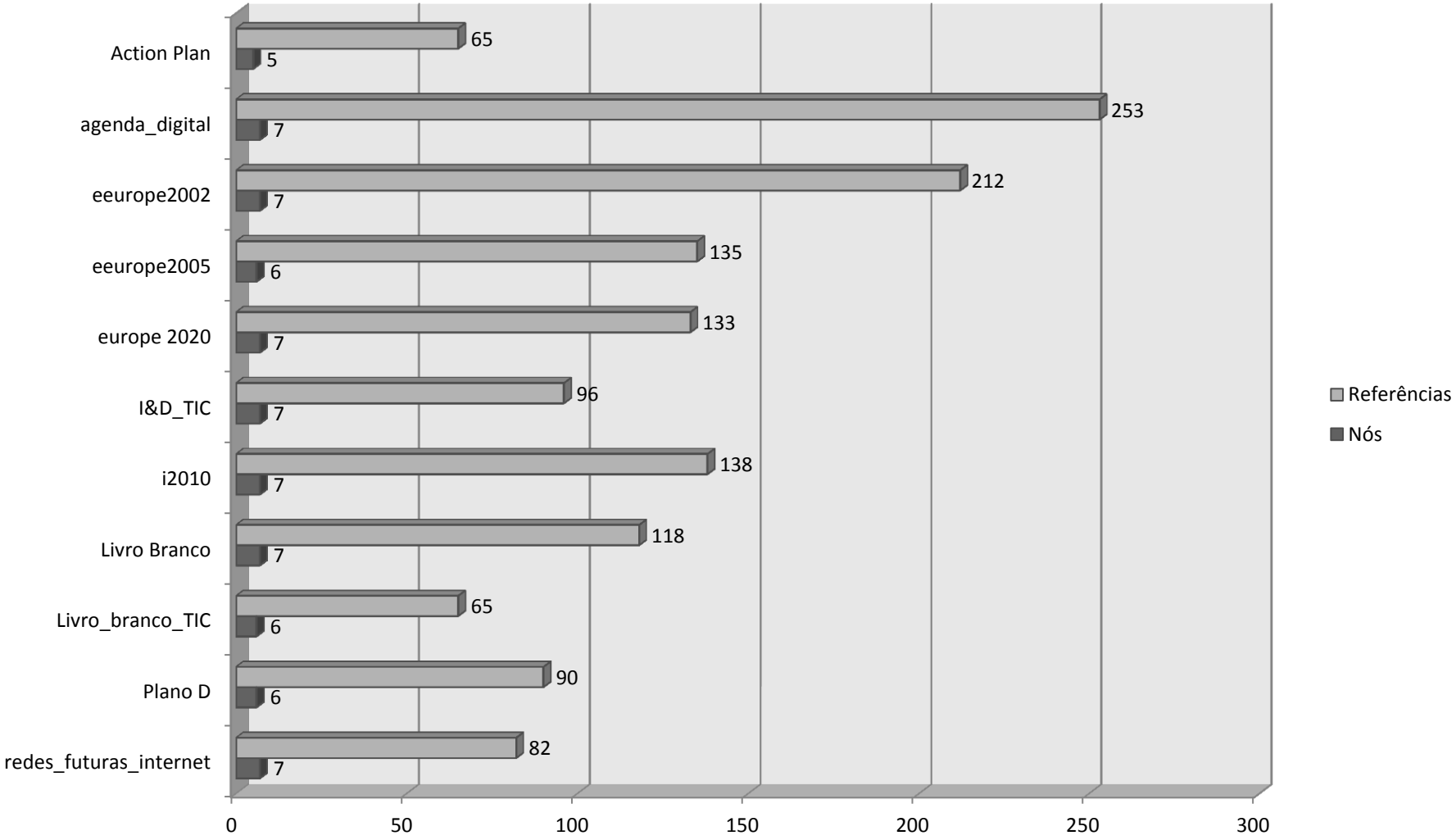


Imagem 1 – Representação gráfica das 100 palavras mais frequentes (filtrado – elaborado a partir da Tabela 3)

Imagem 2 – Representação gráfica de elementos codificados por nós/categorias e sub-categorias

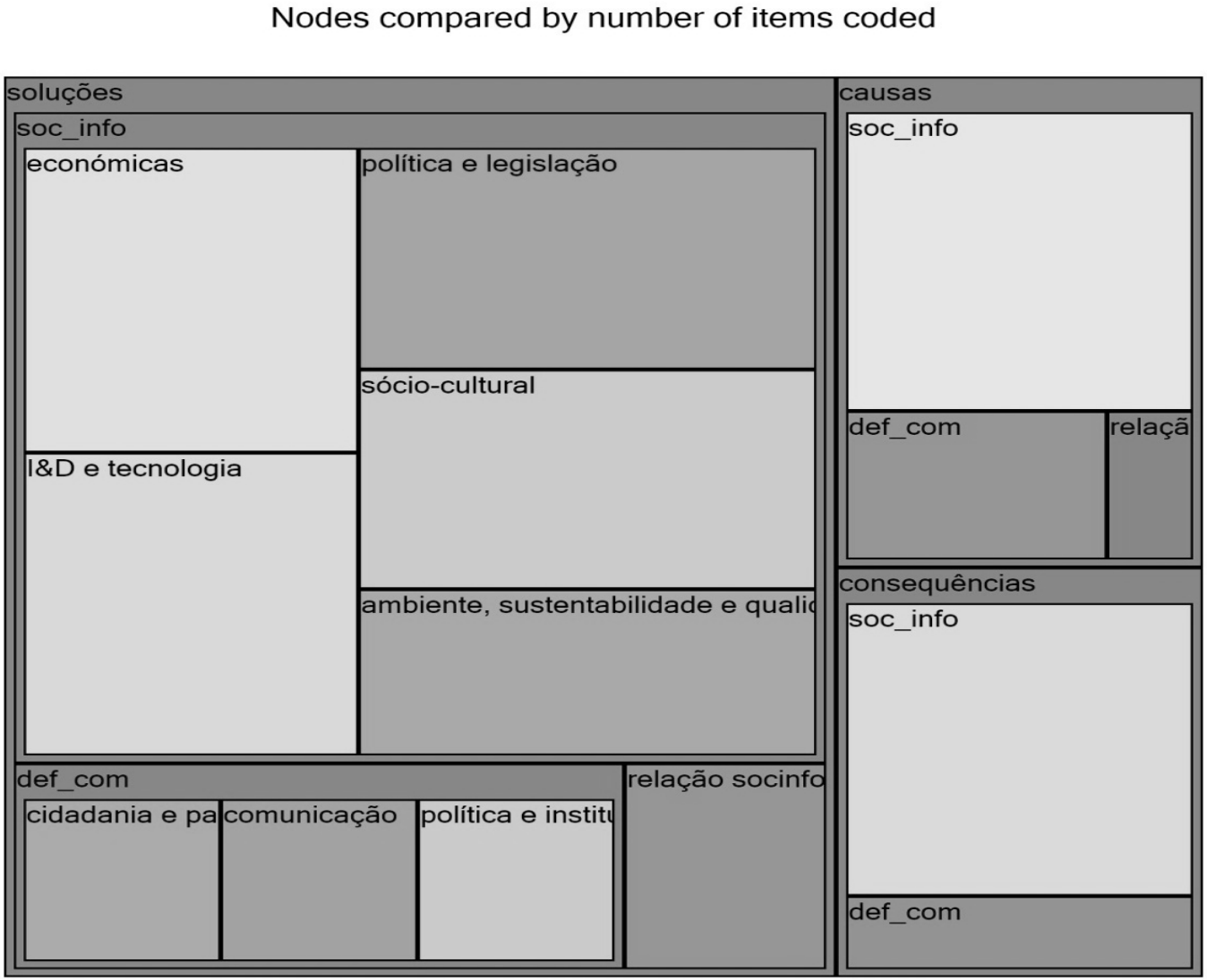
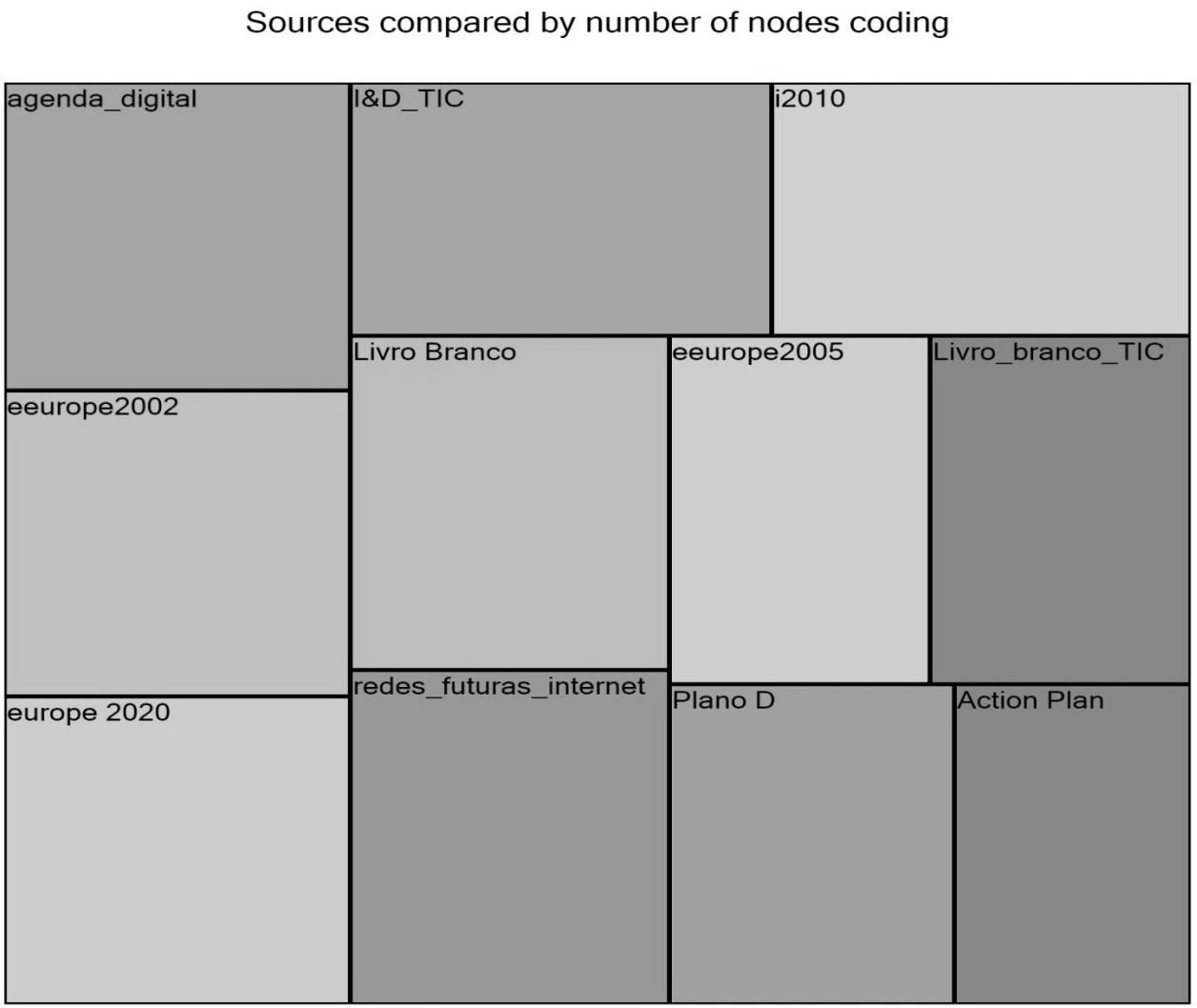



Imagem 3 – Representação gráfica da distribuição de elementos das fontes por nós